LIMA INTERNACIONAL: PAISAGENS E ESPAÇOS DE FRONTEIRA

ELZA CARVALHO
PREFÁCIO DE ROSA FERNANDA MOREIRA DA SILVA

CITCEM
CENTRO DE INVESTIGAÇÃO TRANSDISCIPLINAR
CULTURA, ESPAÇO E MEMÓRIA

Edições Afrontamento

LIMA INTERNACIONAL: PAISAGENS E ESPAÇOS DE FRONTEIRA

ELZA MARIA GONÇALVES RODRIGUES DE CARVALHO
PREFÁCIO DE ROSA FERNANDA MOREIRA DA SILVA

CITCEM
CENTRO DE INVESTIGAÇÃO TRANSDISCIPLINAR
CULTURA, ESPAÇO E MEMÓRIA

Título: **Lima internacional: Paisagens e espaços de fronteira**

Autor: Elza Maria Gonçalves Rodrigues de Carvalho
Fotografia da capa: «Albufeira do Alto do Lindoso – uma perspetiva», Elza Carvalho
Design gráfico: Helena Lobo Design www.hldesign.pt
Co-edição: CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória»
FLUP – Via Panorâmica, s/n | 4150-564 Porto | www.citcem.org | citcem@letras.up.pt
Edições Afrontamento, Lda. | Rua Costa Cabral, 859 | 4200-225 Porto
www.edicoesafrontamento.pt | geral@edicoesafrontamento.pt
N.º edição: 1691
ISBN: 978-972-36-1474-9
ISBN: 978-989-8351-41-8 (CITCEM)
Depósito legal: 403277/15
Impressão e acabamento: Rainho & Neves Lda. | Santa Maria da Feira
www.rainhoeneves.pt | geral@rainhoeneves.pt
Distribuição: Companhia das Artes – Livros e Distribuição, Lda.
www.companhiadasarteslivros.blogspot.pt | comercial@companhiadasartes.pt

Este trabalho é financiado por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, no âmbito do projecto UID/HIS/04059/2013, e pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) através do COMPETE 2020 – Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (POCI-01-0145-FEDER-007460).

SUMÁRIO

PREFÁCIO 13

NOTAS PRÉVIAS 17

Capítulo 0. Introdução 23
0.1. A área em estudo: delimitação e enquadramento local 25
0.2. Fundamentos investigadores 27
0.2.1. Objetivos e a variedade múltipla de informação 28
0.2.2. Fontes: diversidade e princípios de seleção temporal 30
0.2.2.1. Documentos Manuscritos (Sécs. XIII-XXI) 30
0.2.2.1.1. *Livros Paroquiais de Registos de Atos Vitais do Lindoso* 30
0.2.2.1.2. *Livro do Tombo das Demarcações dos lugares das Comarcas de Tralos Montes e Dantre Douro e Minho que estam ao longo da raia estremo de Castela e Gualiza* 31
0.2.2.1.3. *Catastro de Ensenada da Provincia de Orense* 32
0.2.2.1.4. *Dicionário Geográfico do Pe. Luís Cardoso* 33
0.2.2.1.5. *Livros de Inquirições de 1220 e 1258* 34
0.2.2.2. Fontes estatísticas 34
0.2.2.3. Coberturas aéreas (1960/70 e 1994/95) e cartográficas (1940 e 1995) 36
0.2.3. Metodologias: pressupostos e especificidades 37

PARTE I. O TERRITÓRIO DO LIMA RAIANO 43
Capítulo 1. Os espaços de raia 45
Introdução 47
1.1. Percursos num tempo e no espaço 48
1.2. Estratégias para a autonomia e esboço dos contornos territoriais. 61
1.3. Organização espacial *versus* estrutura defensiva 64
1.4. Linha de fronteira em construção 82

Capítulo 2. O povoamento *serrano*: estudo de casos 89
Introdução 91
2.1. Povoamento e a matriz dos aglomerados 93
2.2. Singularidades de um povoamento agrupado 120
2.2.1. «Duplo» povoamento em Castro Laboreiro 121
2.2.2. Povoamento «complementar» alicerçado na casa secundária 129
2.2.3. Outras formas de povoamento «complementar» 135

Parte II. PERFIL EVOLUTIVO DA POPULAÇÃO EM ESTUDO (SÉCS. XVIII/XXI) 143
Capítulo 3. O universo dos residentes 145
Introdução 147
3.1. Os lugares e as fontes geodemográficas 150
3.2. Estrutura sociodemográfica 160
3.3. Comportamento demográfico 165
Nota Prévia 165
3.3.1. Nupcialidade 166
3.3.2. Fecundidade 168
3.3.2.1. Fecundidade no Casamento 168

3.3.2.2. Fecundidade fora do Casamento 172
3.3.3. Mortalidade 173
3.4. Alfabetização 175
Nota Prévia 175
3.4.1. Alfabetização no séc. XVIII 175
3.4.2. Escolarização (notas breves) 181

Capítulo 4. Mobilidades geográficas 187
Introdução 189
4.1. Movimentos migratórios 190
Nota Prévia 190
4.1.1. Deslocações interlugares: naturalidade-residência 193
4.1.2. O êxodo do séc. XX: repercussões socio-espaciais 198
4.1.2.1. Modificações na composição social da população 198
4.1.2.2. Interações espaciais a nível nacional e internacional 206
4.1.2.3. Fluxos à margem da legalidade 215
4.2. Movimentos intrarraianos 218
Nota Prévia 218
4.2.1. Comportamentos e trajetos «submersos» 220
4.2.2. A caminho da Peneda: as peregrinações das gerações seniores 230

Parte III. VALORIZAÇÃO DE UMA ECONOMIA CULTURAL E ORDENAMENTO DE UM TERRITÓRIO 235
Capítulo 5. Sistemas agro-silvo-pastoris (sécs. XVIII-XXI) 237
Introdução 239
5.1. Exploração silvo-pastoril em comum 241
5.2. Estruturas de pastoreio 258
5.2.1. Peculiaridades do pastoreio em comum e repercussões na paisagem 265
5.3. Exploração agrícola e morfologia agrária 289
5.3.1. Os solos cultivados e a toponímia 293
5.3.2. Cultura cerealífera: repercussões na estrutura agrária 297
5.3.3. Regadios e sistema de rega 311
5.3.3.1. Singularidades de um sistema de rega 312
5.3.3.2. Técnicas de rega nos espaços de regadio 319
5.3.4. Construções de apoio à exploração agrícola 322
5.4. Entreajuda e hábitos comunitários na exploração agro-silvo-pastoril 330

Capítulo 6. Paisagem agro-silvo-pastoril e dinâmicas de evolução (séc. XX) 337
Introdução 339
6.1. Espaços agro-silvestres: mutações das últimas décadas 339
6.2. Perspetivas de um amanhã para paisagens agro-silvo-pastoris em área protegida 353

Capítulo 7. Amenidades e espaços de oportunidade 357
Introdução 359
7.1. Recursos e potencial de desenvolvimento 360
7.1.1. O complexo hidroelétrico do Alto do Lindoso 360
7.1.2. O Parque Transfronteiriço Gerês-Xurés 367
7.1.3. Projetos de desenvolvimento no âmbito comunitário 374
7.1.4. O turismo: uma atividade emergente 380
7.2. Desafios de um Lima raiano – uma proposta síntese de desenvolvimento 389

FONTES E BIBLIOGRAFIA 401

SIGLAS E ABREVIATURAS

FONTES E OBRAS DE REFERÊNCIA

A.P.H. – Academia Portuguesa da História
B.C.P.M.H.A.O. – Boletín de la Comisión Provincial de Monumentos Históricos y Artísticos de Orense
C.Q.A. – Quadro Comunitário de Apoio
D.C. – Documentae Chartae
D.G. – Diário do Governo
D.M.P. – Documentos Medievais Portugueses
D.R. – Documentos Régios
G.E.P.A. – Grupo de Estudos do Património Arcoense
H.P. – História de Portugal
H.E. – Historia de España
H.E.A. – Historia de España Alfaguara
I.P. – Inquéritos Paroquiais
I.S.A. – Instituto Superior de Agronomia
N.A. – Núcleo Antigo
N.H.P. – Nova História de Portugal
P.D.H. – Publicacion do Departamento de História
P.M.C. – Portugaliae Monumenta Cartographica
P.M.H. – Portugaliae Monumenta Historica
P.M.H., D.C. – Portugaliae Monumenta Historica, Diploma et Chartae
P.M.H., I – Portugaliae Monumenta Historica, Inquisitiones
R. Fac. de Letras – Revista Faculdade de Letras
S.R. – Série Régia
V.M.H. – Vimaranis Monumenta Historica

INSTITUIÇÕES

A.D.B. – Arquivo Distrital de Braga
A.D.C.B. – Arquivo Distrital da Casa de Bragança, Vila Viçosa
A.D.V.C. – Arquivo Distrital de Viana do Castelo
A.E.D.P. – Arquivo da Eletricidade de Portugal, Porto
A.G.C.V.C. – Arquivo do Governo Civil de Viana do Castelo

A.D.O. – Arquivo Distrital de Ourense
A.H.P.O./A.H.O. – Arquivo Historico Provincial de Ourense/Arquivo Histórico de Ourense
A.M.A.P. – Arquivo Municipal Alberto Pimenta, Guimarães
A.M.M. – Arquivo Municipal de Melgaço
B.M.A.V. – Biblioteca Municipal dos Arcos de Valdevez
C.A.C.A.F.F.L.E. – Cartório da Associação dos coproprietários da área florestal de Froufe, Lourido e Ermida.
C.J.F.C.L. – Cartório da Junta de Freguesia de Castro Laboreiro
C.J.F.E. – Cartório da Junta de Freguesia da Ermida
C.J.F.G. – Cartório da Junta de Freguesia da Gavieira
C.J.F.L. – Cartório da Junta de Freguesia do Lindoso
C.J.F.S. – Cartório da Junta de Freguesia do Soajo
C.P.L. – Cartório Paroquial do Lindoso
C.R.C.P.B. – Conservatória do Registo Civil de Ponte da Barca
D.H.P. – Dicionário de História de Portugal
D.P.O. – Diputation Provincial de Orense
I.N.T.T. – Instituto Nacional da Torre do Tombo (Lisboa)
I.S.A. – Instituto Superior de Agronomia, Lisboa
M.A.P.O./M.A.O. – Museo Arqueolóxico Provincial de Ourense/Museo Arqueolóxico de Ourense
M.B.C.B. – Museu-Biblioteca Casa de Bragança, Vila Viçosa
O.C.D.E. – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
P.N.P.G. – Parque Nacional da Peneda-Gerês
P.N.B.L. – Parque Natural da Baixa Límia
R.G.A. – Recenseamento Geral da Agricultura
U.S.C. – Universidade de Santiago de Compostela

ABREVIATURAS

Ax. = Anexo
B. – Boletim/Boletin
C. – Cadernos/Cuadernos
Col. – Coleção
coord. – coordenação
cx. – caixa
dir. – direção
ed(s). – editore(s)
fasc. – fascículo
fl(s). – fólio (s)
I. – Inquirições
J. – Jornal
L. – Livro
Mic. – microfilme
N.S. – Nova Série
p. – página(s)
Rev. – Revista
r. – rolo
Sep. – Separata
s. – série
s/d – sem data
T. – TOMO
v. – versus
vol. – volume

ÍNDICE DE FIGURAS (MAPAS E GRÁFICOS), QUADROS E FOTOS EM SUPORTE ELETRÓNICO

FIGURAS

1. Lima raiano: Posicionamento na área envolvente segundo indicadores altimétricos.
2. Lima raiano: Posicionamento na área envolvente segundo o total da população por freguesias (2001).
3. Lima raiano: Conteúdo espacial.
4. Lima raiano: A humanização pré-medieval (do megalitismo à ocupação romana – uma amostra).
5. Lima raiano: Estruturas de defesa e de povoamento medievais.
6. Castro Laboreiro (séc. XVI) – «Vista da banda sul».
7. *Desenho Topographico do Lindoso, Anno de 1803.*
8. Lima raiano: Distribuição do Domínio Senhorial dos Mosteiros de Celanova e de Ermelo (uma amostra).
9. Lima raiano: Evolução da linha de fronteira, do séc. XIV ao séc. XIX.
10. Lima raiano: A matriz de povoamento – as aldeias.
11. Castro Laboreiro: Pontes e respetivos eixos de ligação ao exterior em período medieval.
12. Castro Laboreiro, a Vila (séc. XVI) – «Vista da banda norte».
13. Lima raiano luso: Os lugares do Soajo e da Gavieira no séc. XVIII.
14. Lima raiano: Eixos de mobilidade no séc. XVI – os itinerários de Álvaro Vaz, Mem Afonso, Duarte d'Armas e Claude de Bronseval.
15. Lima raiano: Índice de envelhecimento dos Edifícios, por lugar, em 2001.
16. Lima raiano: O peso dos edifícios construídos no período de 1951 a 1980 no total do edificado, por lugar, em 2001.
17. Lima raiano: Alojamentos segundo o uso (habitual, ocasional e vagos), por lugar, em 2001.
18. Castro Laboreiro: O «duplo» povoamento nos meados do séc. XX.
19. Castro Laboreiro: as deslocações sazonais *veranda-inverneira.*
20. Castro Laboreiro: A «atração» da Vila relativamente aos outros lugares da Freguesia, em 2000 (naturalidade-residência).
21. Lima raiano luso: Povoamento «complementar» com casa secundária nos meados do séc. XX.
22. Lima raiano: Outras formas de povoamento «complementar» nos meados do séc. XX.
23. Lima raiano: Formas de povoamento geradas pelas deslocações sazonais, em meados do séc. XX.
24. Lima raiano: População por subsecções lusas e secções espanholas (2001).
25. Lima raiano galego: População segundo o sexo e grandes grupos etários (1787).
26. Lima raiano galego: População segundo o estado civil (1787).
27. Lima raiano galego: População e principais atividades (1787).
28. Lima raiano: Principais profissões da população nos meados do séc. XVIII, segundo o género.
29. Lima raiano galego: efetivo da população mencionada no *Catastro de Enseñada* segundo grandes grupos de idade (1753).
30. Lima raiano: População, por lugar, em 1910/11.
31. Lima raiano: População, por lugar, em 1940.
32. Lima raiano: População, por lugar, em 1960.
33. Lima raiano: População, por lugar, em 1991.

34. Lima raiano: População, por lugar, em 2001.
35. Lima raiano luso: População, por lugar, em 2000.
36. Lima raiano: Variação da população, por lugar, entre 1910/11 e 1940.
37. Lima raiano: Variação da população, por lugar, entre 1960 e 1991.
38. Lima raiano: Variação da população, por lugar, entre 1991 e 2001.
39. Lima raiano: População residente segundo o sexo, por lugar, em 2001.
40. Lima raiano luso: População residente segundo o sexo, por lugar, em 2000.
41. Lima raiano: População residente segundo a situação profissional (empregados e reformados), por lugar, em 2001.
42. Lima raiano luso: Sectores de atividades dos residentes empregados, em 2000.
43. Lima raiano luso: Os produtores agrícolas singulares nas décadas de 1989 e 1999.
44. Lima raiano luso: Os produtores agrícolas singulares a tempo completo, em 1899 e 1999.
45. Lima raiano luso: Proporção da população familiar agrícola no total de residentes, 1989 e 1999.
46. Lima raiano luso: Profissões/Atividades não agrícolas dos residentes, em 2000.
47. Lima raiano luso: Profissões não associadas a organismos estatais e de solidariedade ou à iniciativa individual, em 2000.
48. Lima raiano luso: Residentes com reformas portuguesas resultantes de atividades não agrícolas, em 2000.
49. Lima raiano: População residente, por grandes grupos de idade e lugar, em 2001.
50. Lima raiano luso: População residente, por grandes grupos de idade e lugar, em 2000.
51. Lima raiano luso: A idade dos produtores singulares em 1999.
52. Lima raiano luso: O grau de instrução dos produtores singulares em 1999.
53. Lindoso: Esperança média de vida dos indivíduos casados de ambos os sexos – Gerações nascidas nos períodos de 1690 a 1849 e 1850 a 1899.
54. Lindoso: Importância dos assinantes com data de nascimento identificada (1700-1789).
55. Lindoso: Evolução do nível médio de assinaturas (1700-1789).
56. Lindoso: Evolução do nível médio da assinatura para os assinantes com idades entre os 10 e 20 anos (1700-1789).
57. Lindoso: Idade média da primeira assinatura (1700-1789).
58. Lindoso: Proporção dos assinantes nos nascimentos (1700 a 1789).
59. O Lima raiano luso: O grau de instrução nas diferentes freguesias (1878-1920)
60. Lima raiano: Grau de instrução nos diferentes concelhos (1887-1920).
61. Lima raiano: População residente segundo o grau de escolaridade, por lugar, em 2001.
62. Lima raiano luso: População residente segundo o grau de escolaridade, por lugar, em 2000.
63. Lima raiano luso: Os residentes com escolaridade superior ao Ensino Básico, ou obtida no estrangeiro, por freguesia, em 2000.
64. Lima raiano luso: Residentes em idade escolar, em 2000.
65. Lindoso: Óbitos registados nos *Livros Paroquiais,* no período de 1663 a 2001, ocorridos no exterior.
66. Lima raiano luso (margem direita): deslocações de naturalidade-residência em 2000.
67. Lima raiano luso (margem esquerda): deslocações de naturalidade-residência em 2000.
68. Lindoso: Naturalidade dos cônjuges residentes nas três aldeias (1680-1950).
69. Lindoso: Origem dos cônjuges residentes não naturais (1680-1950).
70. Lindoso: Concelhos de origem dos cônjuges residentes não naturais (1680-1950).
71. Lindoso: Aldeias de origem (área em estudo) dos cônjuges residentes não naturais (1680-1950).
72. Lindoso: Freguesias de origem (dos concelhos das aldeias em estudo) dos cônjuges residentes não naturais (1680-1950).
73. Lindoso: Os residentes não naturais e respetivos períodos de entrada em 2000.
74. Soajo: Os residentes não naturais e respetivos períodos de entrada em 2000.
75. Castro Laboreiro: Os residentes não naturais e respetivos períodos de entrada em 2000.
76. Britelo: Os residentes não naturais e respetivos períodos de entrada, em 2000.

77. Lima raiano luso: os naturais deslocalizados e os espaços de residência, em 2000.
78. Lima raiano luso: Períodos da primeira saída da população, por lugar, nas últimas décadas.
79. Lima raiano luso: Períodos das saídas e entradas da população residente, por lugar, em 2000.
80. Lima raiano luso: Períodos das deslocações dos residentes segundo a freguesia, grupos de idade e género, no séc. XX.
81. Lima raiano luso: Períodos da primeira saída dos naturais não residentes, segundo o sexo e os grandes grupos de idade, em 2000.
82. Lima raiano luso: População residente e peso da mobilidade, por lugar, em 2000.
83. Lima raiano luso: O peso das mulheres sem mobilidade na população residente, por lugar, em 2000.
84. Lima raiano luso: População residente com mobilidade e data de regresso posterior a 1991, por lugar, em 2000.
85. Lima raiano luso: População residente com mobilidade e idade inferior a 60 anos, por lugar, em 2000.
86. Lima raiano luso (margem direita): Profissões dos naturais ativos residentes no exterior, em 2000.
87. Lima raiano luso (margem esquerda): Profissões dos naturais ativos residentes no exterior, em 2000.
88. Lima raiano luso (margem esquerda): Atividades e respetivos espaços de trabalho dos naturais não residentes, em 2000.
89. Lima raiano luso (margem direita): Atividades e respetivos espaços de trabalho dos naturais não residentes, em 2000.
90. Lima raiano luso: Grau de instrução dos naturais não residentes, em 2000.
91. Lima raiano luso (margem direita): Grau de instrução dos naturais não residentes, em 2000.
92. Lima raiano luso (margem esquerda): Grau de instrução dos naturais não residentes, em 2000.
93. Lima raiano luso: Locais de trabalho dos residentes nos diferentes lugares segundo a frequência e o sexo, em 2000.
94. Lima raiano luso: Espaços de residência dos naturais ausentes segundo a frequência e o sexo, por lugar de naturalidade, em 2000.
95. Lima raiano luso: Períodos de estadia dos residentes segundo os diferentes locais de trabalho e sexo, por lugar, em 2000.
96. Lima raiano luso: Períodos de estadia dos ausentes nos espaços de residência e trabalho, por lugar de naturalidade, em 2000.
97. Lima raiano luso: Destinos dos residentes e respetiva sequência de opções em 2000.
98. Lima raiano luso: Sequência de espaços de residência dos naturais não residentes em 2000.
99. Lima raiano luso (margem direita): Sequência de espaços de residência dos naturais não residentes em 2000.
100. Lima raiano luso (margem esquerda): Sequência de espaços de residência dos naturais não residentes em 2000.
101. Lima raiano: Corredores de fluxos «submersos», meados do séc. XX.
102. Lima raiano: Caminhos da Senhora da Peneda, meados do séc. XX.
103. Lima raiano luso: Residentes, mobilidade e regressos de 1991 a 2000, por lugar, em 2000.
104. Efetivo pecuário em Castro Laboreiro e no Soajo (1851).
105. Castro Laboreiro: Evolução do efetivo pecuário (1851 a 1855).
106. Lima raiano: Animais de pastoreio predominantes, por lugar, meados do séc. XX.
107. Lima raiano: Animais de pastoreio, por lugar, em 2003.
108. Evolução quantitativa dos animais de pastoreio nas freguesias lusas (1934-1999).
109. Evolução quantitativa das espécies de gado "graúdo" nas freguesias lusas (1934-1999).
110. Animais de pastoreio por exploração nas freguesias lusas (1979-2003).
111. Animais de pastoreio por exploração nas freguesias lusas, em 2003.
112. Evolução dos bovinos em vinte e sete das aldeias lusas em estudo e respetivas freguesias (1996-2002).
113. Efetivo de caprinos e ovinos em vinte e sete das aldeias lusas em estudo e respetivas freguesias (2002 e 2003).
114. Animais de pastoreio nas freguesias lusas e respetivas aldeias, em 2003.
115. Animais de pastoreio em Castro Laboreiro e respetivas aldeias (2003).
116. Proprietários de terras residentes e criadores de animais de pastoreio nos diferentes lugares das freguesias lusas, em 2000.
117. Lima raiano luso: Idade dos criadores de bovinos nas diferentes aldeias, em 2000.

118. Lima raiano: As *vigias* por lugar, nos meados do séc. XX.
119. Lima raiano: As *vezeiras* por lugar, nos meados do séc. XX.
120. Lima raiano: *Poulos* e *currais* segundo os lugares, meados do séc. XX.
121. Lima raiano luso: Percursos de bovinos em pastoreio nas serras do Soajo e da Peneda, meados do séc. XX (uma amostra: «vila» e Vilarinho das Quartas).
122. Lima raiano luso: Percursos de bovinos em pastoreio nas serras do Soajo e da Peneda, meados do séc. XX (uma amostra: Adrão).
123. Lima raiano luso: Percursos de bovinos em pastoreio nas serras do Soajo e da Peneda, meados do séc. XX (uma amostra: Tibo).
124. Lima raiano luso: Percursos de bovinos em pastoreio na serra Amarela, meados do séc. XX (uma amostra: Ermida, Cidadelhe e Mosteirô/Paradamonte).
125. Freguesias lusas: Explorações agrícolas e os blocos com S.A.U. (1989, 1999).
126. Lima raiano luso: As *veigas*, por lugar, em 2003.
127. Lima raiano luso: Culturas em meados do séc. XVIII.
128. Produção e consumo cerealíferos nos três concelhos lusos (1835-36).
129. Principais culturas nos concelhos de Castro Laboreiro e Soajo (1848-1851).
130. Produção vinícola no concelho do Soajo (1835-1851).
131. Lima raiano luso: Culturas em meados do séc. XX.
132. Lima raiano luso: Culturas em 2003.
133. Mapa de alimentação do sistema de rega.
134. Esquemas de regadio nas *leiras* de milho *maíz*.
135. Lima raiano luso: Eiras e regime de propriedade, por lugar, 2003.
136. Ermida e Bilhares: evolução da ocupação do solo desde meados do séc. XX até 2003.
137. Parada: evolução da ocupação do solo desde meados do séc. XX até 2003.
138. A «vila» do Soajo: evolução da ocupação do solo desde meados do séc. XX até 2003.
139. Várzea: evolução da ocupação do solo desde meados do séc. XX até 2003.
140. Castelo: evolução da ocupação do solo desde meados do séc. XX até 2003.
141. Castro Laboreiro: Ocupação do solo em 2003.
142. Gavieira: Ocupação do solo em 2003.
143. As freguesias lusas: Variação da terra arável limpa (1989, 1999).
144. As freguesias lusas: As explorações agrícolas e a ocupação da terra arável limpa (1989, 1999).
145. As freguesias lusas: formas de exploração agrícola (1989, 1999).
146. As freguesias lusas: Os produtores agrícolas singulares (1989, 1999).
147. As freguesias lusas: Grau de instrução dos produtores singulares (1989, 1999).
48. Paradamonte: O impacto da Electro del Lima na organização espacial (primeira metade do século XX).
149. O Lima submerso – principais manchas de ocupação do solo (anterior a 1992)
150. Buscalque: Estrutura Fundiária (1983).
151. Lima raiano: um espaço turístico (uma amostra: área lusa).
152. Lima raiano: um território com futuro (uma amostra: área lusa).

QUADROS

1. Lima raiano: Área do conteúdo espacial e respetiva população (1857/1864 a 2001).
2. Castelo (Lindoso): Parque residencial em 2000 e 2001.
3. Validação dos resultados obtidos junto das populações lusas (17 de Junho a 13 Novembro de 2000).
4. Lima raiano: Cômputo dos vizinhos e moradores (séc. XVI).
5. Lima raiano: População provável (séc. XVIII).
6. Lima raiano: População no período pré-censitário moderno (séc. XIX).

7. Lima raiano: Ritmo médio de variação do efetivo populacional, (1900-2001).
8. Lima raiano: Estrutura sociodemográfica da população residente em 2001.
9. Lindoso: Índice de masculinidade ao nascimento (1670-2001).
10. Lindoso: Idade média ao primeiro casamento (1680-1959).
11. Lindoso: Celibato definitivo (1720-2001).
12. Lindoso: Taxas de Fecundidade no Casamento por grupos de idade.
13. Lindoso: Idade Média da Mãe ao Nascimento do Último Filho.
14. Lindoso: As famílias segundo o número de filhos (1680-2001).
15. Lindoso: Conceções pré-nupciais (1680-2001).
16. Lindoso: Duração dos casamentos (1680-1959).
17. Lindoso: Nascimentos fora do Casamento (1670-2001).
18. Lindoso: Estado civil das mães dos filhos nascidos fora do Casamento.
19. Lindoso: Idade média da mãe solteira ao nascimento do primeiro.
20. Lindoso: Mortalidade infantil (1861-2001).
21. Lindoso: Esperança média de vida dos indivíduos casados de ambos os sexos.
22. Lindoso: População alfabetizada. Recenseamentos Gerais da População Portuguesa (1878-1920).
Livros de Registo de Batismos e Casamentos (1877-1911; 1912-1916).
23. O Lindoso: Fluxos de entrada e saída na freguesia em função do casamento (1680-1950).
24. A margem direita do Lima luso: *Baldios* e plano de reconversão na década de quarenta.
25. Ermida: *Vezeira* e *vigias* em 2002 e 2003.
26. Rotação de culturas na área galega, meados do séc. XVIII.
27. Um calendário agrícola nos *espaços de centeio,* meados do séc. XX.
28. Um calendário agrícola nos espaços do milho *maíz*, meados do séc. XX.
29. O calendário de rega na Ermida.
30. A «vila» do Soajo: calendário das águas do *eido* no período estival.

FOTOS

1. Ermida: O *toque de chamada* dos pequenos ruminantes.
2 e **3.** As *vigias* da Ermida (a caminho das pastagens em comum).
4, 5, 6, e 7. Implementação de um esquema de regadio perecível e multissecular: o *aleirar/entalheirar* da parcela de milho *maíz*.
8, 9, 10, 11 e 12. Expressões de técnicas de rega no solo cultivado: Leiras entalheiradas/aleiradas em Maio/2004.
13, 14, 15 e 16. As *leiras* após a sementeira do *milho*, Maio/2004.
17 e **18.** Preservação do solo irrigado – Parcelas de batata, Maio de 2004.
19 e **20.** O regadio das forragens em Castro Laboreiro, Junho de 2003.
21, **22** e **23.** Os *canastros* com forma circular, Maio de 2004.
24 e **25.** Eiras de *herdeiros*, Maio de 2004.
26 e **27.** A paisagem do centeio em final de ciclo vegetativo.
28, **29**, **30** e **31.** O caminho principal das Busgaslinhas "transformado" em eira (2004).
32. O impacte das medas na paisagem do centeio, inícios dos anos oitenta do séc. XX.
33 e **34.** Hipotéticos espaços vitícolas na secção jusante da bacia do Cabril (séc. XIX).
35 e **36.** Lindoso: Espólio de duas *imemoriais adegas* em Cidadelhe (Maio de 2004).
37 e **38.** As adegas do Castelo do Lindoso (séc. XX).
39. Formarigo e a área envolvente (inícios década de oitenta, séc. XX).
40. Represa do Lindoso: vista geral da situação do local da barragem obtida de jusante, panorâmica em três partes, Abril de 1982.
41, **42** e **43.** Espaços submersos na área em estudo pela albufeira de Touvedo.

PREFÁCIO

ROSA FERNANDA MOREIRA DA SILVA

O nosso primeiro encontro ocorreu num ambiente de Estágio, entre 1972 e 1973, no Liceu D. Manuel II na cidade do Porto. Nessa época a Estagiária Elza Maria Gonçalves Rodrigues de Carvalho já se individualizava pelo seu espírito participativo e crítico; sempre que sugeríamos ou propúnhamos observações científico-pedagógicas, baseadas na nossa própria experiência, eram por ela imediatamente assimiladas, com uma espantosa capacidade de recolher qualquer sugestão ou ensinamento e de transformá-las em pensamento fecundo.

Este livro revela-nos a *marca* do rigor científico da Geógrafa Elza Maria Gonçalves Rodrigues de Carvalho ao oferecer-nos um conhecimento minucioso do mosaico espacial do "Lima Internacional". Foi concebido no contexto da sua Tese de Doutoramento, inserido num projeto de investigação em Geografia Rural, mas alicerçado numa sólida base, tanto de fina observação das realidades locais como de fontes indiretas, arqueológicas, históricas, cartográficas e estatísticas, tomando sempre em conta as imbricações entre as tradições culturais e as sucessivas realidades territoriais até ao início do século XXI.

Este território raiano estende-se por unidades topográficas do Noroeste Ibérico, ou seja, pelas Serras – Gerês, Amarela, Soajo e Peneda em território Português e do Xurés e monte do Quinxo em Espanha (Galiza); administrativamente abrange parcialmente os concelhos de Ponte da Barca, Arcos de Valdevez e Melgaço em espaço Luso e os de Lóbios, Entrimo e Lobeira na Galiza.

Com invulgar capacidade de síntese a autora decidiu incluir uma longa série de mapas temáticos, gráficos e quadros onde, de forma inteligente, sintetiza a extensa e, não raras vezes, inédita informação cuidadosamente trabalhada. Destacamos os resultados dos levantamentos da população por fogo, em 2000, ao qual se associa o trabalho concretizado em bibliotecas e arquivos portugueses e espanhóis.

A área em estudo ao incluir não apenas um espaço natural de significativo contraste, mas também grandes extensões de baldios, um rendilhar de "*veigas*" a rodear os pequenos lugares de residência permanente ou sazonal e a presença da *fronteira,* exigiu da investigadora um profundo conhecimento da evolução histórica da mancha humanizada, das redes sociais entre estes *povos limianos* e por fim incluiu, em função das exigências impostas por uma sociedade do século XXI, alguns projetos de ordenamento territorial considerados adequados ao desenvolvimento deste espaço raiano.

Enfim, este trabalho evidencia como uma informação bibliográfica bem trabalhada ao serviço de um minucioso trabalho de campo, pode atrair habilmente o leitor e, certamente, servir de inspiração a jovens investigadores.

NOTAS PRÉVIAS

Este trabalho resulta de uma investigação cuidada e minuciosa, efetuada no período de 2000 a 2004 inclusive, que teve como finalidade a realização da nossa tese de doutoramento, em Geografia Humana, apresentada à Universidade do Minho, em Julho de 2006.

A leitura geográfica sobre as dinâmicas demográficas e territoriais incide no período multissecular, que medeia a data das primeiras Fontes encontradas e Dezembro de 2004. Desde já, alertamos para o facto de o leitor, por vezes, «sentir a necessidade em se situar», no tempo da redação do texto, ou seja, no ano de 2005 e na primeira metade de 2006.

Nos últimos doze anos mutações sociais importantes se verificaram, mas, que serão melhor entendidas, quando se conhece, com uma certa profundidade, os acontecimentos, por vezes seculares, que estiveram na génese.

Um outro aspeto há, ainda, a esclarecer. Atendendo ao conteúdo expresso não só em figuras (152), distribuídas por mapas e gráficos, como em quadros e fotos, optámos por apresentá-lo em suporte eletrónico para, desse modo, possibilitar a seleção da escala, de acordo com a leitura que se pretenda efetuar.

Há três pastas em suporte digital: Figuras, Quadros e Fotos. No texto, em suporte de papel, a primeira vez que é referenciada uma figura surge, com a numeração e título, a indicação «Fig. – gráfico –», ou «Fig. – mapa –».

Desde o início, tivemos a noção das dificuldades que nos surgiriam à medida que investigássemos espaços *serranos* e de raia limianos, não só as decorrentes da extensa área e do período multissecular a estudar, como da articulação imprescindível da informação proveniente de Instituições e Fontes, com nacionalidades distintas, pelo que os critérios utilizados serem, quase sempre, bastante diferentes, o que exigiu uma atenção muito cuidada na interpretação dos dados recolhidos. Um simples exemplo, aquando da construção da base cartográfica para a área em estudo, ao termos de articular as duas cartografias, portuguesa e espanhola, que foram elaboradas segundo sistemas de projeção distintos.

Se conseguimos atingir os objetivos definidos, o devemos à Professora Doutora Rosa Fernanda Moreira da Silva que, apesar de todas as nossas dificuldades, sempre acreditou que seríamos capazes, não hesitando, sequer, em se disponibilizar para nos orientar e acompanhar ao longo de toda a investigação. Pelo apoio e confiança que, desde o distante ano de 1972/73, sempre depositou no nosso trabalho, pelo que nos incentivou, pelo que nos ensinou e pelas suas enriquecedoras sugestões a nossa profunda gratidão.

Reconhecidos estamos, também, ao Departamento de Geografia da Universidade do Minho, particularmente à Professora Doutora Paula Remoaldo, que sempre nos proporcionou um ambiente de liberdade e responsabilidade, condições indispensáveis à consecução de trabalhos de cariz científico.

Não esquecemos que o início do nosso percurso na investigação científica se deve ao entusiasmo que a Professora Doutora Norberta Amorim nos incutiu no estudo de temáticas próximas a uma das vertentes do conhecimento geográfico. As alterações pormenorizadas que nos sugeriu sobre o comportamento demográfico de populações raianas, ao

longo de três séculos, são reveladoras da leitura cuidada que efetuou e do interesse que continua a manifestar sobre a nossa investigação.

O Professor Doutor Justino Magalhães pela curiosidade que nos transmitiu, na década de noventa do século passado, sobre as problemáticas da Alfabetização do séc. XVIII, e pelas sugestões que nos deu acerca da mesma temática, no presente trabalho, o nosso obrigada.

O Professor Doutor Ruben Lois Gonzalez, do Departamento de Geografia da Universidade de Santiago, proporcionou-nos a cartografia georreferenciada sobre a província de Ourense. Pela confiança depositada no nosso trabalho, com a entrega do material cartográfico de tão difícil acesso, a nível das entidades oficiais espanholas, os nossos agradecimentos.

A cartografia, que apresentamos, exigiu a colaboração incansável do Dr. Miguel Nogueira e da Dra. Maria da Luz Fernandes, geógrafos com preparação específica em Sistemas de Informação Geográfica e, por isso, a eles dedicamos um agradecimento muito especial.

A Maria João Gonçalves e a Maria João Gregório, jovens licenciadas em Geografia e Planeamento pela Universidade do Minho, apoiaram-nos nas exigências associadas ao «tratamento georreferenciado» da fotografia aérea.

Muito presente temos, ainda, a gente tão generosa, lusa e galega, do Lima raiano, que com a sua simplicidade e espontaneidade, mas com uma grande sabedoria, nos deu um contributo indispensável na investigação, que tínhamos em curso. Para a boa gente do Lima raiano o nosso bem-haja. Não podemos deixar de salientar um reconhecimento particular aos autarcas das onze freguesias lusas pelo empenhamento e contribuição inestimáveis em nos enquadrar nas suas aldeias através da apresentação sistemática a todos os moradores.

Na descoberta do âmago da *serra* com os *poulos* e *currais*, envolvendo-nos no ambiente do pastoreio em comum de há umas cinco décadas, conduziram-nos o Senhor Manuel Trouxo, na Serra Amarela, o Senhor Manuel Soares e a Luísa, na Serra do Soajo, o Senhor Manuel Franqueira, na Serra da Peneda e o Senhor António Veloso, na raia do «planalto» de Castro Laboreiro. Para todos o nosso muito obrigada.

Para os resultados do presente trabalho contribuíram Instituições através dos apoios que nos concederam e pelo qual expressamos o nosso melhor reconhecimento.

A Faculdade de Letras do Porto através do Gabinete de Cartografia e Comunicação Gráfica possibilitou a feitura de material cartográfico que documenta o trabalho.

No Núcleo de Estudos em População e Sociedade processou-se a informatização do ficheiro biográfico de todos os residentes da freguesia do Lindoso e encadeamento genealógico.

O Instituto Geográfico Português disponibilizou toda a fotografia aérea e ortofotomapas em suporte analógico, além de ampliações fotográficas em suporte digital, de acordo com o Programa F.I.G.I.E.E.

Na E.D.P., Porto, o Eng. Nuno Portal disponibilizou-nos todo o material cartográfico elaborado pela Empresa, na década de oitenta, e que constituiu o dossiê de reconhecimento e levantamento dos espaços a submergir pela albufeira do Alto do Lindoso.

Na Delegação do Instituto Nacional de Estatística, em Ourense, através do seu Diretor, recebemos todas as informações de que necessitávamos sobre os critérios utilizados nos sucessivos levantamentos censitários, desde o séc. XIX, assim como os diversos tipos de publicações em que se encontram exarados.

Mas foram muitas as Instituições que nos forneceram, com a maior simpatia e disponibilidade, informação para o presente trabalho e a quem estamos muito gratos.

O Arquivo Histórico de Ourense, o Arquivo Arqueolóxico de Ourense, a Biblioteca y Archivo da Diputación Provincial de Ourense, o Arquivo Distrital de Braga, o Arquivo Distrital de Viana do Castelo, o Arquivo do Registo Civil de Viana do Castelo, o Arquivo Municipal de Melgaço, a Biblioteca Distrital de Braga, a Biblioteca Municipal do Porto, a Câmara Municipal dos Arcos de Valdevez, a Conservatória do Registo Civil de Ponte da Barca, a Cooperativa Agrícola dos Arcos de Valdevez e Ponte da Barca e a Associação Raiana Agropecuária de Monção e Melgaço.

A nível de freguesia distinguimos os Cartórios das Juntas de Freguesia de Ermelo, do Soajo, da Gavieira, de Castro Laboreiro, do Lindoso, de Britelo, de Entre Ambos-os-Rios, de Germil e da Ermida, além do Cartório Paroquial da freguesia do Lindoso.

Para os meus Pais, pelos valores que me transmitiram, deixo um eterno obrigada.

CAPÍTULO 0

INTRODUÇÃO

0.1. A ÁREA EM ESTUDO: DELIMITAÇÃO E ENQUADRAMENTO REGIONAL

Constituem a área da nossa investigação os espaços e territórios da bacia do rio Lima delineados pelas portelas a altitudes superiores a 1000 metros e diretamente influenciados pela presença do limiar político, que é a fronteira (Fig. 1 – mapa – *Lima raiano: Posicionamento na área envolvente segundo indicadores altimétricos*).

As paisagens vigorosas e imponentes, que queremos estudar e alvo da justa admiração de quem as visita, correspondem a um soco granítico compartimentado por redes de falhas tectónicas com idades diferenciadas de que resultaram unidades topográficas bem individualizadas, como as serras do Gerês, ou, da Peneda[1], drenadas pelas linhas de água, cuja bacia de receção é a do rio Lima.

Independentemente de todo o acidentado de relevo, que impõe o movimento vigoroso e peculiar no Lima de raia, qualquer caminheiro, que aleatoriamente suba as vertentes e atinja as cabeceiras das linhas de água, vê-se confrontado com a evidência de imponentes superfícies aplanadas, as chãs ou *chairas*[2], a altitudes variadas, como as dos cimos dos interflúvios, ou, as que se dispõem pelas vertentes de acordo com o respetivo declive.

Espaços limianos de raia integram, a nível peninsular, os territórios rarefeitos em população, que contrastam com um litoral matizado por centros urbanos geradores de atividades que atraem e fixam uma mão-de-obra ávida de trabalho (Fig. 2 – mapa – *Lima raiano: Posicionamento na área envolvente segundo o total da população por freguesia, em 2001*).

Residentes limianos de raia, que fizeram num período multissecular da agro-silvo-pastorícia a atividade dominante, deambularam com os animais de pastoreio, miúdo e graúdo, pelas chãs e *chairas*, urdindo um sistema de movimentos e fluxos, que aproximou lugares e *sítios*, de ambas as nacionalidades, a altitudes entre os 50 e mais de 1200 metros.

O Lima que nos propomos estudar constituiu, também, uma bolsa importante de mão-de-obra ávida e carente, que, para integrar e usufruir dos atuais sistemas de produção, se viu na necessidade, a partir dos meados do séc. XX, em se deslocalizar para lugares, por vezes, bem longínquos, com consequências notórias para os seus espaços e paisagens, que se evidenciaram nas últimas décadas pelo forte decréscimo do efetivo populacional (Quadro 1 – *Lima raiano: Área do conteúdo espacial e respetiva população, 1857/1864 a 2001*).

Se o Lima raiano, que individualizámos, abrange paisagens e espaços organizados por populações cujo ritmo de variação foi, nas últimas décadas, acentuadamente negativo, a matriz sociocultural comum confere-lhe uma unidade que não se compadece, nem com o movimento do relevo, nem com o limiar político.

---

[1] Recordamos que, numa perspetiva de evolução geomorfológica, se insere num quadro mais vasto, o dos socos graníticos do velho Noroeste Ibérico, marcados pelo sistema tectónico hercínico e rejuvenescidos pela epirogenia pré-quaternária.

[2] Designação que os residentes lusos e galegos dão, respetivamente, às superfícies de erosão, independentemente da altitude a que se desenvolvam.

Baseados em pressupostos físicos e humanos, que, sempre interagiram, delineámos para a nossa investigação uma secção da bacia do Lima, que considerámos território *serrano* e de raia (Fig. 3 – mapa – *Lima raiano: Conteúdo espacial*) e identificada:

– por verdadeiros patamares escalonados, que correspondem a planos de erosão[3] dispostos por níveis de altitude[4];
– pela morfogénese cíclica, que explica o *puzzle* de espaços que acomodam populações implementadoras de formas de *habitat* e *modus vivendi* peculiares;
– pelas fortes ligações que, através dos tempos, essas mesmas populações estabeleceram entre o «seu lugar» e todos os outros, não só os «mais altos», como os «do lado de lá da fronteira»;
– pelos residentes distribuídos por nacionalidades distintas, que apesar da evolução específica dos últimos séculos, ostentam fortes laços de união, que facilitam e aproximam os modos de vida, os costumes e as tradições, além da vontade de desenvolvimento concertado, enquanto habitantes de espaços e paisagens profundos da União Europeia.

Em termos globais, a área em estudo desenvolve-se no tramo limiano compreendido pelas albufeiras das Conchas, a norte, de Touvedo, a sul, até aos cimos mais elevados das unidades montanhosas, respetivamente, na margem direita, das serras do Soajo, Peneda e Laboreiro, na margem esquerda, do Xurés e da Amarela.

O Lima, objeto da nossa investigação, corresponde a um território que acolheu, desde há longos séculos, comunidades cujas atividades se desenvolveram em *sítios* e lugares distintos pelos níveis de altitude, pela exposição geográfica, pelas respetivas formas de implementação e peculiaridades do mesmo modo de vida, do que resultou um mesclado de padrão miúdo de paisagens e espaços, que, simultaneamente, lhe conferem uma identidade geográfica que nos dá o sentimento de não termos saído do mesmo lugar, apesar de em muitos deles, até, se falar línguas distintas, como facilmente se deteta, quando se decide visitar, por exemplo, a Fraga, ou, a Ermida, a Vila, na Lobeira, ou, a Vila, em Castro Laboreiro, Manín, ou, o Castelo, no Lindoso (Fig. 3).

---

[3] É possível identificar cinco níveis de erosão, os Níveis I, II, III, IV e V, respetivamente, às cotas de 150-200, 400-500, 600--800, 700-1000 e 1100-1300 metros (COUDÉ-GAUSSEN, 1981: 23).

[4] Sem pretendermos problematizar os quadros geomorfológico e paleoclimático em que se insere o rio Lima de raia, diremos muito simplesmente, que se enquadra num relevo: de erosão escalonado, cuja génese está associada aos paleoclimas tropicais do Mesozóico e Cenozóico, seguidos de uma evolução local, com características subtropicais húmidas, o que originou uma forte arenização dos granitos; de fratura, em que as fases tardias da orogenia hercínica determinaram processos de erosão e definiram a geometria angulosa dos volumes e as diferenças petrográficas das paisagens, em que o fenómeno da arenização dos granitos predominou e contribuiu, em grande escala, para a uniformização da paisagem, sem se poder esquecer, contudo, o trabalho do Pleistoceno frio e as formações, que os processos periglaciários e glaciários, na sua essência, originaram. (COUDÉ-GAUSSEN, 1981: 39, 61, 112).

Então, propomo-nos estudar um Lima raiano que:

– Desconhece a fronteira política e, por isso, abrange, no seu todo, espaços e paisagens que não foram investigados em qualquer ramo do conhecimento das ciências sociais, o que lhe dá a peculiaridade de ser inédito;
– Corresponde a um território de *montanha* e de raia, também, área protegida, que pretendemos explicá-lo por um modelo, provavelmente inovador, o gizado pelos fluxos e movimentos, uns, multisseculares, que resultaram de um mesmo modo de vida, o agro-silvo-pastoril, outros gerados pela força de uma mão-de-obra, que ao ultrapassar fronteiras, por vezes, transcontinentais, o associou, nas últimas décadas, a sistemas produtivos de cariz global.
– Enfrenta como principais desafios, para o séc. XXI, a recriação e o reforço de atividades produtivas em direção a novas funções, aquelas que facilitam e privilegiam a preservação e promoção da qualidade do seu ambiente, para assim, melhorar o bem-estar das suas populações e combater, deste modo, o despovoamento.

0.2. FUNDAMENTOS INVESTIGADORES

Encontramo-nos perante paisagens e espaços, os limianos de raia, com um vultuoso património multimilenar, construído e imaterial, gizado de um modo sábio e paciente por comunidades que, desde sempre, labutaram num quadro muito adverso.

Motivos, que entendemos suficientes para dedicar parte substancial desta investigação à abordagem de temáticas, aparentemente fora da essência do saber geográfico, por entrarem demasiadamente no foro histórico, mas, cujo conhecimento se torna imprescindível, não só na compreensão do estádio atual, como na construção de propostas e cenários de desenvolvimento para o séc. XXI.

Nos variados e múltiplos documentos[5], por nós consultados, sobre problemáticas tão específicas, como, por exemplo, a presença das civilizações megalítica e dos fortificados, sejam eles, os castrejos, ou, os medievais, as relações económicas e mercantis, ou, as organizações espaciais contemporâneas, constatámos que os investigadores, lusos e espanhóis, tiveram, sempre, como limite adquirido da problemática em estudo, a fronteira política, apesar de, frequentemente, admitirem a continuidade do fenómeno em investigação no país vizinho.

Factos que em muito dificultaram o nosso trabalho, uma vez que nos sentimos «obrigados» a fazer leituras, que nos permitissem «tecer», ou não, uma certa continuidade do

[5] Todas as fontes, manuscritas e impressas, além das obras bibliográficas, policopiadas e publicadas, corresponderão, dentro do possível, às últimas divulgações até ao ano de 2001.

fenómeno «do outro lado da fronteira», recorrendo, para isso, a um intensivo trabalho de campo, que nos permitiu estabelecer correlações entre o fenómeno temporal em estudo e o espaço, ou, espaços em que teria decorrido.

Partimos do modelo concetual de que no séc. XXI, a importância do Mundo Rural advém não, propriamente, da produção do setor alimentar, mas da prestação de serviços a outras comunidades, as resultantes da valoração de recursos naturais e ambientais, humanos e paisagísticos, que constituem a matriz identitária dos seus naturais.

Baseados nestes princípios, entendemos que a reorganização dos espaços e paisagens, que pretendemos estudar, far-se-á através da implementação de uma cultura de desenvolvimento, que promova os seus *sítios* e *lugares*, os verdadeiros testemunhos das memórias coletivas e individuais, pela valorização e salvaguarda da multiplicidade cultural, arquitetónica e paisagística.

Ao partirmos de uma hipótese, que querermos validar na realidade geográfica, que envolve e especifica o Lima raiano em estudo, temos que pressupor e admitir, embora estejamos confiantes na sua aplicabilidade, a complexidade do universo em que incide a investigação do presente trabalho.

A especificidade das temáticas, que abordaremos, exige a pesquisa de uma multiplicidade e variedade de Fontes, o que implica que efetuemos, de acordo com a natureza de cada uma, uma *crítica* e metodologia adequadas.

Atendendo à panóplia da informação conseguida e num esforço em estruturar o trabalho de um modo claro e objetivo, mas, a não lhe retirar a substância e a originalidade, limitamo-nos neste capítulo introdutório, nos itens respetivos, a efetuar uma simples apresentação das principais Fontes e dos princípios metodológicos adotados. Remetemos, assim, para os diferentes capítulos, que versam as problemáticas, a crítica e justificação dos recursos investigados e metodologias adotadas.

0.2.1. Objetivos e a variedade múltipla de informação

Recordamos a hipótese de que partimos se prender com a premissa de que as novas dinâmicas para o Lima raiano, as do séc. XXI, exigirem a gestão integradora do seu ambiente, o que implica não só o surgimento de outras atividades, as relacionadas com a prestação de novos serviços, no campo da recuperação e valorização dos patrimónios arquitetónico, cultural e paisagístico, como a revitalização dos modos de vida tradicionais, nomeadamente o da agro-silvo-pastorícia.

Pressupostos que nos permitem, de acordo com o vultuoso património multimilenar, construído e imaterial, delinear para esta investigação, uma gama de objetivos, que exigem, que recuemos no tempo, em função das Fontes que conseguirmos consultar.

A implementação do sistema de lugares, assim como as suas «gentes», o modo de vida com duração multissecular, o agro-silvo-pastoril e respetivo impacte territorial, sem esque-

cer os investimentos de origem exógena do séc. XX, constituem as «grandes» problemáticas a privilegiar, porque o seu estudo possibilita, em nossa opinião, o aparecimento de soluções que viabilizam, para o séc. XXI, um desenvolvimento harmonioso entre a agro-silvo-pastorícia e o ambiente, que preserva o meio natural, a paisagem e o património rurais.

Objetivos ambiciosos, porque nos exigem, que recuemos às primeiras civilizações, nomeadamente, a megalítica e a castreja, ou, a romana e a árabe.

Contudo, faremos incidir a nossa atenção, com especial cuidado, a partir do período medieval, época em que se iniciou a construção gradual da linha de fronteira, cujo traçado físico apenas adquiriu contornos, definitivamente aceites, nos finais do séc. XIX, com a assinatura por ambos os países, Portugal e Espanha, do *Tratado dos Limites,* em 1864.

No período medieval, questionaremos o contributo da rede de edificações militares, os castelos, e da presença dos Mosteiros na humanização das paisagens e espaços limianos e de raia.

Debater problemáticas «medievais», como o processo do *encastelamento* e a ação povoadora das ordens monásticas, muito contribuirá para o conhecimento da génese e evolução da matriz de povoamento dos territórios em estudo, tanto daqueles que pereceram, como dos que existem na atualidade.

As interações entre um passado multissecular e os processos atuais de mudança materializadas no território a estudar, só poderão ser entendidas se conhecermos o ritmo de fixação dos «construtores» dos lugares, que foram as próprias populações.

Laborar leituras, que ultrapassem o campo da Demografia e nos elucidem sobre a vida económica e social das comunidades, exigem que nos esforcemos por comentar a composição e o comportamento demográfico dos residentes para épocas tão distantes, como os sécs. XVII/XVIII e a atualidade.

Estudar o êxodo rural e as respetivas consequências, desencadeado pelas populações, desde há longas décadas, mas, com uma intensidade atroz na segunda metade do séc. XX, é um dos principais motivos que justifica o desenvolvimento de este trabalho.

Conhecer as atitudes e comportamentos dos efetivos residentes e materializados na paisagem, torna-se indispensável na compreensão das atividades e modos de vida que justificam, na atualidade, não só as manchas de ocupação do solo, como o respetivo estádio de aproveitamento.

Comentar os investimentos de origem externa do séc. XX e seus impactes, nos âmbitos social e territorial, permite-nos debater as estratégias de valorização dos recursos de um Lima raiano, que quer ser atrativo para as populações, nomeadamente para aquelas que procuram espaços de lazer garantes de conforto e de qualidade.

Conjunto de objetivos sobre problemáticas com conteúdos temporal e espacial muito vasto e variado, para os quais pretendemos encontrar as respostas que nos permitam a formulação de uma proposta síntese de desenvolvimento para espaços e paisagens marcados pela severidade de uma economia globalizante do séc. XXI.

Mas, se este trabalho, de algum modo, puder contribuir para um debate fundamentado sobre o presente de espaços rurais alvo de abandono e despovoamento, que tenha em conta o passado, para assim, se projetar e construir o seu futuro, entendemos ter conseguido, de forma inequívoca, a razão de ser da investigação.

0.2.2. Fontes: diversidade e princípios de seleção natural

Ao privilegiarmos o estudo de um «Lima raiano», que é inédito, na base de um modelo, que entendemos ser inovador, o arquitetado nos movimentos e fluxos desenvolvidos, desde as primeiras civilizações, de que se tem conhecimento, estávamos cientes da amplitude, quer espacial, como temporal, que atribuíamos ao tema, pelo que nos exigiu que efetuássemos, não só estudos diacríticos, mas também, tendo em consideração os contrastantes períodos e espaços em análise, as possíveis relações de causalidade entre o modo como estes territórios se estruturaram no tempo e as complexas organizações atuais.

Assim, utilizámos uma diversidade de Fontes, que se distinguem pelos conteúdos e respetivos Arquivos[6], Bibliotecas e Centros de Investigação a que pertencem, mas, ainda, pelos conjuntos temporais e espaciais a que se referem.

0.2.2.1. Documentos Manuscritos (Sécs. XIII-XXI)

0.2.2.1.1. Livros Paroquiais de Registos de Atos Vitais do Lindoso

Livros de *Registo de Batismos, Casamentos e Óbitos* são documentos que abrangem toda a população independentemente do estatuto económico-social, tanto na perspetiva diacrónica como na perspetiva sincrónica.

O primeiro registo de batismo por nós encontrado data de 3/2/1669. Trata-se de um registo muito simples onde se menciona a data do batizado, o nome do neófito, dos pais, dos padrinhos e respetiva localidade de residência. No século XVIII, mais concretamente de 1705 a 1796, o documento passa a conter a assinatura dos padrinhos. A «prática» de os padrinhos assinarem o registo de batismo foi interrompida na última década desse século, para ser retomada em 1860.

Se os primeiros registos de batizado podem suscitar uma certa complexidade na respetiva interpretação, este problema não se coloca na leitura dos registos de casamento,

[6] A falta de documentação nos Arquivos Municipais dos Arcos de Valdevez, Ponte da Barca e Melgaço, para a área em estudo, justifica-se pelos períodos de turbulência do séc. XIX (Lutas Liberais e Invasões Francesas), a par de uma certa incúria, como, por exemplo, em Ponte da Barca, quando foi dada a «papelada velha» aos fogueteiros de Oleiros para confeção de foguetes. A mesma lacuna de Fontes sentimos nos Arquivos dos concelhos da Lobeira, Lobios e Entrimo, justificada, pelos períodos conturbados, como o das Invasões Napoleónicas e os da Guerra Civil Espanhola.

pois, logo no primeiro registo que conhecemos, de 20/10/1673, se denota uma redação não só muito mais cuidada, mas também, a identificação dos diferentes intervenientes completa, não esquecendo, sequer, a naturalidade dos noivos.

A partir de 1708 o registo de casamento é enriquecido com a assinatura dos padrinhos e testemunhas do ato nupcial.

Ora, se esses manuscritos sempre foram efetuados de modo preciso e rigoroso, o mesmo não aconteceu em relação aos primeiros registos de óbito por nós encontrados. Limitações na respetiva interpretação são uma realidade até finais do séc. XVIII, apesar do primeiro registo de óbitos, que possuímos datar de 21/11/1663.

A partir de 01/01/1860 existe, do ponto de vista demográfico, informação sistemática sobre os indivíduos mortos com idade inferior a um ano e, logicamente, conseguimos, a partir dessa data, determinar os índices de mortalidade infantil. Trata-se de uma grave lacuna neste tipo de documentos, pois impede-nos de obter indicadores, que muito contribuiriam no esboço da imagem, para a época anterior a 1860, sobre as condições de vida das camadas, que não atingiram um ano de vida.

0.2.2.1.2. Livro do Tombo das Demarcações dos lugares das Comarcas de Tralos Montes e Dantre Douro e Minho que estam ao longo da raia estremo de Castela e Gualiza

O documento, que consultámos, é um traslado do manuscrito original sobre a delineação dos limites das povoações raianas, que João III mandou efetuar, em 1538, incidindo a nossa consulta na parte do documento referente à área raiana em estudo, precisamente, os concelhos do Lindoso, Soajo e Castro Laboreiro[7].

O enviado do rei, especificamente, mandatado para proceder à demarcação cuidadosa da fronteira, Mem Afonso, esteve, em 1538, respetivamente, nos dias 22, 24 e 26 de Julho, no Lindoso, à porta da sua fortaleza, no Soajo, o qual pertencia à montaria real, e na casa do concelho de Castro Laboreiro.

Como não encontrou nos arquivos concelhios textos, ou, qualquer outro tipo de documento sobre os tradicionais limites dos dois reinos, Mem Afonso teve que recorrer à *inquirição* e ouvir os magistrados municipais, outras individualidades especialmente chamadas e os homens com longa vida e experiências variadas, que residiam nas freguesias, diretamente, limítrofes do território galego, e se deparavam, diariamente, com a demarcação, pelo que foram considerados os elementos mais credíveis e seguros nas informações prestadas.

Após uma leitura cuidada do documento em questão ficámos convictos que, em pleno séc. XVI, a fronteira na área em estudo se delineava num espaço, que seria o resultado de uma oposição entre a toponímia dos lugares principais, quer em ambas as margens do rios Lima e Laboreiro, quer nas alturas das serras da Peneda e Amarela.

---

[7] A.N.T.T. – *Núcleo Antigo*, L. VII, mic., r. 1762, fls. 138-151.

Assim, o conceito de fronteira parece reduzir-se a uma sequência de topónimos que estariam ordenados e marcados nos mapas mentais, que os inquiridos, considerados idóneos, construíram em função dos percursos e trajetos, mais frequentemente, efetuados.

Contudo, trata-se de um documento de relevante importância para o nosso trabalho, pois remete-nos para uma época em que as informações sobre o evoluir da fronteira e, logicamente, do espaço raiano, são muito escassas e elementares, pelo que o seu conteúdo se tornou precioso, apesar dos obstáculos na leitura, por não dominarmos o tipo de escrita da época, que nos obrigaria a recorrer a um tradutor, caso não tivesse sido publicada, em 2003, a transcrição respetiva[8].

0.2.2.1.3. Catastro de Ensenada da Provincia de Orense

Do *Catastro de Ensenada*[9] da Província de Ourense, consultámos os Livros, manuscritos, designados, respetivamente, por *Estados A* ou *Respuestas Generales*, vulgarmente, conhecidos pelos *Interrogatorios*, e os *Personales*, de *Familia* ou *Padrones*, que fazem parte de um conjunto de documentos mais vasto os *Estados B* ou *Respuestas Particulares*.

Os *Interrogatorios* constam de quarenta perguntas, que abrangem um amplo leque de temas, como, por exemplo, a localização, limites e identificação dos lugares da unidade territorial em que se está a processar o inquérito, o efetivo da população, os sistemas e tipos de cultura praticados, de acordo com a qualidade dos solos agrícolas, sempre classificados em três categorias, os montes e respetivas coberturas vegetais, as abelhas, moinhos e azenhas, segundo os proprietários, as atividades artesanais e comerciais, que, por ventura, existam.

As respostas, exaradas em ata manuscrita, que respeitam a numeração das perguntas, foram dadas, para cada unidade territorial, pelo respetivo conselho, constituído por lavradores escolhidos de acordo com a idoneidade e pelo pároco, o membro considerado imparcial.

Contudo, apesar da clareza das instruções, os critérios utilizados, pelos diferentes conselhos, nas redações das respostas, variaram, provavelmente, por causa de uma certa subjetividade, ou, interpretação errada das instruções, ou, simplesmente, porque se pretendeu aligeirar a informação, ou, por qualquer outro tipo de motivos não identificado.

Os *Estados B* ou *Respostas Particulares* compilam uma gama variada de informação, resultante das declarações dadas pelos cabeças de casal e distribuída por um conjunto de documentos, de acordo com o tipo de informação.

Nos livros *Personales, de Familia ou Padrones* distinguem-se os *Padrones de Legos* e os *Padrones de Eclesiásticos*. Aqueles, os livros de *Padrones de Legos* apresentam uma relação das famílias ordenadas alfabeticamente pelo cabeça de casal, segundo as freguesias da uni-

---

[8] MORENO, 2003: vol. III.

[9] O *Decreto-Lei* de 10/10/1749 dá início ao processo da realização do Cadastro, que se efetuou em 1753.

dade cadastrada. Para cada agregado familiar é mencionado o nome do cabeça de casal, sexo, idade e profissão, assim como para os restantes membros familiares e criados, que sejam de maior idade. Em relação aos menores de dezoito anos, apenas é referenciado o efetivo segundo o sexo. Mas, em determinadas unidades administrativas, para os elementos femininos, que não sejam cabeça de casal, não são referidas as idades.

Nos livros dos *Padrones de Eclesiásticos* a estrutura e conteúdo são idênticos aos dos leigos, mas, incide sobre os fogos, cujo cabeça de casal é um eclesiástico, que nos casos levantados, eram cleros seculares, dos quais se mencionam as idades e cargos, assim como as as pessoas que integram o agregado, familiares e criados.

Se cada *Estado A* incide sobre entidades territoriais, correspondentes a divisões administrativas já desaparecidas, pelo que inclui várias freguesias, lugares e coutos ou jurisdições inteiras, sem qualquer outro critério para o seu agrupamento, que não seja o da comodidade, cada um dos outros livros, nomeadamente, os *Personales, de Familia ou Padrones* abrangem, por princípio, uma freguesia.

Como, facilmente, se pode verificar, está-se perante documentos, que, atendendo à época, fornecem informações muito preciosas, do ponto de vista geográfico, apesar de resultarem de um processo, de âmbito nacional, que visava a implementação de uma reforma fiscal, como meio de se conseguir um aparelho estatal mais eficaz.

0.2.2.1.4. Dicionário Geográfico *do Pe. Luís Cardoso*

As *Memórias Paroquiais* (1758) traduzem-se, em termos latos, num texto fragmentado pelas respostas, que os diferentes autores, os Párocos, redigem, na concretização de um *Interrogatário* aplicado a nível nacional.

No questionário foram consideradas três grupos de questões. Um primeiro grupo, que incide propriamente na freguesia, com a localização e enquadramento de âmbito geográfico e eclesiástico, o efetivo de residentes maiores, a descrição das culturas produzidas e animais criados, e a indicação de obras e instituições, figuras e acontecimentos de relevo, que possam, por ventura, existir. Um outro grupo de questões debruça-se sobre as unidades montanhosas, nomeadamente sobre o povoamento vegetal e animal, as linhas de água importantes, as ermidas, ou, outro tipo de construções dignas de serem mencionadas. O terceiro grupo de questões pretende, primordialmente, abordar as características da rede hidrográfica, a existência de moinhos, azenhas e águas medicinais, além de um possível aproveitamento piscícola.

Se para o geógrafo é uma Fonte importante não podemos, contudo, deixar de referir o modo global e genérico como as temáticas são abordadas, cuja minúcia e qualidade das respostas dependem, em muito, do espírito de rigor e de pormenor dos respetivos párocos.

0.2.2.1.5. Livros de Inquirições de 1220 e 1258

De todos os documentos de caráter administrativo produzidos no séc. XIII destacamos os grandes *Inquéritos Régios*, nomeadamente, os que abrangem toda a área lusa em estudo[10], os de 1258.

Estes *Inquéritos* foram aplicados por Comissões constituídas por representantes do Rei, especificamente preparados e indigitados para semelhante tarefa e pelos oficiais locais, conhecedores dos territórios em levantamento.

Abrangem uma gama variada de questões das quais destacamos, além de um conjunto de deveres dos moradores perante o rei, traduzidos nos tributos pagos em dinheiro e em géneros, as preocupações de defesa de uma região estratégica como, por exemplo, a obrigação dos residentes participarem na conservação dos respetivos castelos, em troca de uma proteção dentro das muralhas, em caso de guerra. Mas, a «riqueza» das *Inquirições* justifica-se, ainda, pelos conhecimentos, que nos conseguem transmitir sobre a intensidade da senhorialização dos territórios, isto é, permite-nos identificar os principais *Senhores do Domínio Direto*, que na área lusa em estudo se evidenciam a *Coroa*, o *Mosteiro de Ermelo* e a *Ordem de Malta*.

Os *Inquéritos Régios* revelaram-se de muita utilidade na realização do nosso trabalho, porque nos permitiram minimamente, entender, nos espaços lusos, a rede de fluxos, de pessoas e bens, que, além de ser densa e extensa, era dinamizada pela estrutura defensiva, o castelo, e, assim, confirmarmos que o conhecimento e utilização, por parte das populações, dos lugares mais recônditos da serra, ter uma duração multissecular.

0.2.2.2 Fontes estatísticas

Neste tipo de trabalho torna-se imprescindível a utilização de dados estatísticos, não na efetuação de tabelas e séries cronológicas, quase, intermináveis, mas, quando, criteriosamente, selecionados, na comprovação de uma certa evidência, ou, exceção, que, pela peculiaridade que encerram, são elementos fundamentais na leitura, de âmbito geográfico, a efetuar.

Imbuídos neste princípio, preocupámo-nos em recuar no tempo e procurar publicações estatísticas anteriores à efetuação do primeiro Recenseamento da População, quer na Espanha, quer em Portugal.

Desde logo, uma gama de problemas se levantou. Como se repercutem a épocas em que as divisões administrativas diferem torna-se, frequentemente, difícil fazer a corres-

---

[10] Desconhecemos se os primeiros inquéritos reais efetuados, os de 1220, foram aplicados na margem direita do Lima. Como estas *Inquirições*, de 1220, se inseriram numa conjuntura de «força» em relação ao Bispo de Braga, Estevão Soares da Silva, é provável que a margem direita limiana não tivesse sido alvo deste levantamento régio, pois pertencia eclesiasticamente ao bispado de Tui (ANDRADE, 1994: 32).

pondência dessas unidades às, atualmente, existentes. Contudo, conseguimos fazer o paralelismo possível, tendo sempre presente uma crítica de advertência sobre as alterações na delimitação das entidades geográficas em causa.

Um outro aspeto a ter em conta, relaciona-se com o facto de os indicadores fornecidos incidirem em unidades administrativas de grande extensão, pelo que as respetivas leituras, apenas, nos permitirem inferir tendências e quadros demográficos, numa perspetiva muito global e genérica. Apesar destes problemas, acrescidos daqueles que resultam dos critérios utilizados na obtenção dos dados, não serem, em muitos casos, os mais aconselhados para a obtenção de valores credíveis, privilegiámos, o *Numeramento de 1527-1532*, o *Vecidinario de Orense de 1591* e o *Catastro de Flordiblanca de 1780*. Baseados nestas Fontes, faremos uma leitura breve, mas cuidada, tendo, sempre, presente uma crítica pertinente sobre os indicadores que viermos a apresentar, para um tempo em que as Fontes demográficas escasseiam, independentemente, do rigor científico dos valores conseguidos.

Um outro problema nos surgiu, mas, relacionado com o tipo de informações, que pretendíamos para o período censitário, e que não conseguimos ultrapassar. Como se torna lógico e evidente, desejávamos organizar elementos estatísticos dos dois países, que tivessem sido recolhidos no mesmo tempo e para entidades geográficas correspondentes. Contudo, as normas de cedência de determinado tipo de informação, nomeadamente, à escala do lugar[11] divergem, de acordo com o país, pelo que se nos tornou impossível, para itens, que consideramos importantes, esboçar uma leitura quantitativa e comparativa dos lugares em estudo.

Em relação à Espanha, as Fontes de índole demográfica e do período censitário, distribuem-se pelo *Censo de la Población de España* e pelo *Nomenclátor de España*, cujas publicações mais antigas, a que tivemos acesso, datam de 31 de Dezembro de 1887. Enquanto o *Censo* se debruça sobre indicadores, meramente, relacionados com a população, e cujos resultados são fornecidos a uma escala, nunca, superior à do concelho, aquele, o *Nomenclátor*, incide sobre o universo dos edifícios, descendo ao pormenor de os distinguir, por exemplo, segundo a respetiva função e o número de pisos, com a particularidade de apresentar os resultados à escala do lugar, assim como os efetivos totais dos respetivos habitantes.

Em Portugal, os primeiros *Recenseamentos Gerais da População*, em nosso entender, são menos ricos em informação, nomeadamente, sobre o edificado, lacuna grave, que, forçosamente, se repercutiu na reflexão que efetuamos a organização territorial.

A partir de 1980 inclusive, os critérios de levantamento e a forma de apresentação dos indicadores é idêntica, pois ambos os países seguem o modelo da União Europeia, apesar

[11] Foi o caso do Instituto Nacional de Estatística (I.N.E.) espanhol, que em defesa da privacidade dos indivíduos, só fornece determinado tipo de informação censitária à escala dos concelhos, mesmo que a sua utilização à escala do lugar, ou até da freguesia, tenha finalidades meramente académicas, devidamente comprovadas.

de a Espanha manter o rigor na seleção da escala, quando se trata do fornecimento de dados, estritamente demográficos.

Como geógrafa, devemos salientar que esta Fonte, por motivos que já parcialmente enumerámos, não nos permite, infelizmente, fazer o estudo dos fenómenos, que interagem na dinâmica dos territórios, entendidos ao nível de análise, a que nos propusemos estudá-los.

0.2.2.3. Coberturas aéreas (1960/70 e 1994/95) e cartográficas (1940 e 1995)

A leitura da organização territorial exigiu que se associasse às Fontes já estudadas a leitura de fotografias aéreas distanciadas por um período temporal cerca de trinta anos (nas escalas de 1/2500, 1/3000 e 1/10000) e um moroso trabalho de campo em espaços criteriosamente selecionados[12].

Baseados no estudo de territórios amostra, conseguimos, para os inícios século XXI, avaliar a evolução das manchas cultivada e construída, para além de delinear a tendência da ocupação territorial para os próximos anos.

Certamente, que o recurso às duas coberturas aéreas, voo de 1965/70 e de 1994/95, permitiu-nos detetar, de forma mais precisa e fundamentada, as mutações da paisagem na raia limiana.

Contudo, foi a utilização de cartografia portuguesa e espanhola, escala 1/25 000 e para períodos distintos, décadas de quarenta/cinquenta e de noventa do séc. XX, que tornou possível a ilustração desta investigação.

Dos inúmeros problemas que surgiram na sua utilização e, sempre, decorrentes de terem sido laboradas segundo diferentes sistemas de projeção[13], limitamo-nos a referir quando cartografávamos a área em estudo, as relacionadas com o traçado da linha de fronteira. Para que a posição relativa dos lugares, das redes hidrográfica e viária e de todos os outros elementos a cartografar não fossem obliterados e, logicamente, não fosse «distorcida» a representação da organização territorial do Lima em estudo, houve a necessidade de se proceder ao seu desenho «manual», o que nos permitiu apresentar a cartografia de um Lima raiano, que entendemos ser inédita.

Além de todos os problemas e obstáculos decorrentes das Fontes cartográficas que, de acordo com a nacionalidade são suportadas por sistemas de projeções diferenciados, não podemos deixar de evidenciar toda a morosidade exigida na execução dos variados mapas temáticos, plenamente justificada pelo pormenor e minúcia da informação que encerram.

---

[12] Freguesias de Castro Laboreiro, Gavieira, Ermida; «vila» do Soajo e Várzea, na freguesia do Soajo; Castelo e Parada, na freguesia do Lindoso.

[13] Enquanto a Cartografia portuguesa foi elaborada com base na *projeção de Gauss*, na cartografia espanhola foi utilizada a *projeção U.T.M. Datum europeu.*

0.2.3. Metodologias: pressupostos e especificidades

Na opção pela individualização de um Lima de raia, com abrangência internacional, está implícita a complexidade da temática em análise, pelo que nos esforçámos em conseguir uma interpretação fundamentada no cruzamento e confrontação do conhecimento obtido através das diferentes Fontes, privilegiando o trabalho de campo na perspetiva do contacto direto e sistemático com os residentes, os verdadeiros interessados nas mudanças verificadas, ou, em curso.

Atendendo à diversidade das Fontes sabíamos *a priori* que um conjunto de obstáculos se nos iam deparar, como, por exemplo, os relacionados com o facto de Instituições análogas possuírem normas e regras de trabalho diferentes, por se encontrarem sediadas em países distintos.

Uma outra limitação relacionou-se com a extensão do território em estudo, pelo que procedemos à seleção de espaços amostra, que, atendendo ao elevado grau de representatividade, pensamos traduzirem bem a realidade geográfica deste Lima raiano.

Recuámos no tempo, tanto quanto as Fontes e a Bibliografia adequada nos permitiram, e começámos por traçar um quadro breve e sucinto, mas claro e objetivo, sobre os primórdios da presença humana no Lima materializada nas construções megalíticas e castrejas.

Não esquecemos as civilizações que se lhes seguiram, como a romana, a sueva, ou, a árabe, dando relevo às estratégias de avanço e recuo despoletadas pelas forças asturianas e que se prolongaram pelos séculos VIII e XII, fazendo do Lima um dos palcos privilegiados da Reconquista, como testemunham as torres e castelos, que ainda hoje podemos admirar e que assumiram importância de relevo no ordenamento do território raiano.

Baseados em bibliografia especializada, cujos autores são de competência científica inquestionável, e para uma época em que escasseiam as Fontes, preocupámo-nos, como geógrafa, em fazer a leitura possível de um território, que sempre materializou fluxos de pessoas e mercadorias dinamizados por núcleos de povoamento, que foram determinantes na organização territorial, que apresenta na atualidade.

No âmbito demográfico, optámos pela reconstituição demográfica da freguesia de S. Mamede de Lindoso num espaço temporal que ultrapassa os três séculos (1669-2001). Freguesia de extenso limiar com o concelho de Lobios, detentora, até 1986, do posto de alfândega da Madalena, é um bom exemplo para o estudo de comportamentos demográficos raianos.

Para conseguirmos a reconstituição demográfica da freguesia tivemos que elaborar ficheiros, familiar e individual de todos os residentes da freguesia, utilizando a *metodologia de Maria Norberta Amorim*. Desta forma, foi-nos possível calcular não só indicadores de índole estritamente demográfica, como conseguir valores relativos à problemática da Alfabetização no séc. XVIII e obter informações, embora sem sistematicidade, sobre a mobilidade dos residentes para o mesmo período secular, o XVIII.

No respeitante ao conceito de Alfabetização no Antigo Regime e toda a problemática que o envolve, seguimos a *metodologia de Justino Magalhães.*

Ainda preocupados em enriquecer o quadro demográfico das populações raianas conseguimos, para o século XVIII (1753), esboçar a estrutura demográfica da população galega, concretamente daquela que residia nos territórios que, atualmente correspondem aos concelhos de Entrimo, Lobeira e Lobios, o que nos permitiu problematizar o ambiente socioprofissional das gerações que viveram numa época em que as Fontes fornecedoras deste tipo de informação escasseiam, ou, mesmo não existem, como é o caso português.

Como geógrafa, privilegiámos, contudo, a interpretação da organização territorial contemporânea explicada, por um lado, pela génese e evolução das paisagens e espaços em crescente aproveitamento e ocupação até meados do séc. XX, por outro, pelos fluxos populacionais desencadeados nas últimas décadas.

Como estudámos povoações e comunidades das duas nacionalidades, ao desenvolvermos o trabalho de campo, sem esquecer a Baixa Límia, privilegiámos, pela intensidade da pesquisa, o Alto Lima, em virtude da maior acessibilidade às Fontes, à documentação bibliográfica e na abordagem de interlocutores lusos.

Porém, a preocupação em conseguirmos «bons» espaços amostras, levou-nos, também, a desenvolver no território galego e junto dos residentes um trabalho minucioso e de pormenor, imprescindível na interpretação da organização territorial de um Lima raiano, que apesar de todas as vicissitudes, se apresenta no séc. XXI, com uma identidade de índole geográfica, só possível pela atitude das populações, que nas suas interações ignoraram a existência de uma fronteira política com duração multissecular.

Não podemos deixar de realçar, a amabilidade e abertura espontâneas com que fomos recebidos por todos os residentes na área em estudo, permitindo criar condições de confiança mútua que em muito facilitou um trabalho intenso e continuado, traduzido:

– na abordagem individual de todos os residentes na área lusa, do qual obtivemos indicadores *sui generis* sobre questões relacionadas com a mobilidade geográfica verificada nos últimos cinquenta anos;
– no estabelecimento de diálogos e conversas, que, de um modo sistemático e, em certos casos, informal, foram estabelecidos com lusos e galegos, em situação individual e, ou, em grupo, mas de que resultou um conhecimento capaz de gizar quadros de um modo de vida, que se repercutiram no aproveitamento e consequente geometria da paisagem.

Efetuámos um levantamento junto das populações lusas no período de Junho a Novembro do ano de 2000, no qual obtivemos indicadores inéditos sobre itinerários percorridos e estadias efetuadas na vizinha Lisboa, ou, Porto e na longínqua Austrália, ou, Estados Unidos, não descorando países próximos como a França, Andorra ou Suíça.

Simultaneamente, estes itinerários foram sequenciados e enquadrados no tempo, de acordo com a ordem de preferência da localidade de estadia, não se descorando o grau de instrução e as profissões desempenhadas pelos diferentes intervenientes.

Se na abordagem sistemática e individual do residente luso recorremos à respetiva Autarquia, que, amavelmente, se disponibilizou, ou, para que um dos elementos[14], ou, um dos familiares[15], nos acompanhasse pessoalmente, ou, então, para nos indicar um morador idóneo, que, sempre, fez a nossa apresentação junto de cada residente, nos diálogos e conversas com um carácter, de certo modo, informal, optámos por encontros casuais, que surgiram, ou, no campo, enquanto guardavam o *gado*, ou, praticavam alguma tarefa, ou, junto à habitação, quando usufruíam uns momentos de descanso, ou, no largo da aldeia em redor do fonte centenária, o local de encontro usual e propício para amenas conversas.

Em relação às conversas estabelecidas com o maior número possível de residentes, em momentos e situações diferenciadas, quer em território luso, quer em território galego, naturais, ou, então, a viverem no lugar há dezenas de anos, distintos pela idade, instrução e cultura geral, preocupámo-nos em cruzar as múltiplas informações, relatos e descrições acerca da mesma problemática.

A sequência das nossas permanências nos lugares, ao permitir uma integração gradual nos quadros de vida locais, facilitou-nos, também, a triagem da informação oral resultando, deste modo, uma súmula rica e consistente de conhecimentos, que viabilizam, pensamos nós, gizar uma leitura interpretativa, de âmbito geográfico, sobre espaços cuja complexidade se torna evidente.

Mas, estudar numa perspetiva geográfica, o espaço do Lima raiano pressupõe, também, entender os movimentos que, desde sempre, se efetuaram, embora com períodos de intensidade diferente, entre as povoações separadas pela fronteira política e cujas marcas, ainda se encontram, por vezes, evidentes nos carreiros de pé posto, ou, então, nos caminhos que, apenas, eram acessíveis à mula carregada de mercadoria, ou, naqueles «mais largos» em que fluía o carro de bois, e constituíram durante séculos a rede viária dos maciços limianos de raia.

Estudar esta rede viária e, logicamente, os fluxos clandestinos que a animava, exigiu-nos recorrer, de modo persistente e sistemático, às populações, lusas e galegas, que através de conversas com carácter informal, mas muito enriquecedoras para a nossa investigação, nos integraram não só nos eixos viários, como nas diferentes «fases» associadas ao predomínio do tipo de bens em circulação «submersa» na segunda metade do século XX.

A rede viária *serrana* foi, também, de suma importância para materializar os movimentos que, anualmente e a pé, as populações movidas pelo fervor religioso à Senhora da

[14] A Autarquia das freguesias de Entre Ambos-os-Rios, da Ermida e Ermelo.

[15] A Autarquia das freguesias de Germil e Castro Laboreiro.

Peneda, na freguesia da Gavieira, realizavam na primeira semana de cada Setembro. Mais uma vez, foi o contacto direto com as gentes da raia limiana, nomeadamente, as galegas, que nos pôs a par dos percursos efetuados, que ignoravam, de facto, a existência de uma fronteira política e aproximavam, de modo indesmentível, povos sediados na Lobeira, Ourense, Arcos de Valdevez, Ponte da Barca ou Braga.

Conseguimos, através da nossa presença assídua e sequencial junto das populações, sistematizar interações justificadas, ou, por fatores socioeconómicos, ou, por motivos religiosos, mas que traduzem a expressão máxima da cordialidade e das boas relações de vizinhança de povos unidos por fortes laços histórico-culturais, que, apenas, o fator político pretendia, sem o conseguir, quebrar.

Populações da raia limiana, que falam línguas distintas, mas que se entendem muito bem, desenvolveram modos de vida, que têm em comum o recurso à *serra*, com a prática de sistemas agro-silvo-pastoris que, apesar das diferenças, não muito significativas, se enquadram nos regimes pastoris de *montanha*.

São problemas de despovoamento, de evolução das áreas agrícolas e dos impactos na paisagem resultantes de um abandono progressivo e de um desleixo não desejado, por parte dos autóctones, que nos propusemos questionar. Apoiados na fotografia aérea, desenvolvemos um intenso e minucioso trabalho de campo, que teve como base também a entrevista e conversas informais com os residentes, galegos e lusos, que nos permitiu fazer a história de vida possível dos espaços e paisagens, que observamos.

Atendendo à extensão da área em estudo, selecionámos um espaço amostra, que inclui paisagens diversificadas[16] e bem representativas do Lima raiano na segunda metade do séc. XX, para com o auxílio da fotografia aérea referente aos anos de 1965/70 e 1994/95, escalas de 1/2500 e 1/3000, esboçarmos áreas cultivadas nos dois períodos para sermos capazes de avaliar a evolução do espaço agrário, assim como a tendência que se prospetiva, para a raia limiana, nos próximos anos.

Além do espaço agrário, preocupámo-nos com um Lima de raia humanizado que não descora, por exemplo, o impacto resultante da central hidrelétrica do Lindoso, que desde 1922 labora e que se transformou no imponente empreendimento dos inícios dos anos 90 do século XX, a central do Alto do Lindoso.

Tendo, sempre, como principal estratégia ouvir e dialogar com as populações, as verdadeiras intervenientes no desenvolvimento da sua terra, passámos no decurso dos cinco anos em que decorreu o nosso trabalho de campo, outros longos períodos de tempo em conversas informais com os residentes sobre as consequências resultantes da criação do *Parque Nacional da Peneda-Gerês*, em 1971 (Decreto-Lei n.º 187/71, de 8 de Maio), ou, sobre a utilização e aplicação de medidas institucionais e fomentadas pela União Europeia,

[16] Freguesias de Castro Laboreiro, Gavieira, Ermida. Lugares do Soajo e Várzea – freguesia do Soajo; lugares do Castelo e Parada – freguesia do Lindoso.

nomeadamente através dos Programas L.E.A.D.E.R. e I.N.T.E.R.R.E.G., e das expectativas criadas sobre a sua importância no modelo de desenvolvimento para o século XXI.

Como que numa breve súmula diríamos, que ao preocuparmo-nos em ouvir e dialogar, durante cinco anos (2000 a 2004 inclusive), com os residentes raianos do Lima, lusos e galegos, e fundamentados, também, nas Fontes escritas e Bibliografia, que conseguimos consultar, nos propusemos estudar o território raiano organizado, desde há longos séculos, e cuja expressão máxima se traduz:

1 – nas linhas de água, as *corgas*, de caudal reduzido, mas animadas de uma força viva muito intensa, que deslizam entre meandros apertados e sempre escoam no rio Lima;

2 – na rede viária *serrana* imprescindível na interação das populações e de existência multissecular;

3 – nos contornos, quase sempre irregulares, das parcelas ocupadas por culturas, fenos ou pastagens;

4 – nas áreas em que as culturas e pastos foram substituídas por extensos giestais;

5 – no património construído, pertencente a gerações distintas e alvo de uma dinâmica recente de valorização, que se reúne e concentra em aldeias distribuídas pela *serra*;

e problematizar esta geometria do espaço rural raiano do Lima, numa perspetiva de desenvolvimento do século XXI.

PARTE I

O TERRITÓRIO DO LIMA RAIANO

CAPÍTULO 1

OS ESPAÇOS DE RAIA

INTRODUÇÃO

Sem queremos questionar a génese das terras limianas de fronteira na base de um determinismo histórico-geográfico, a verdade é que elas se foram delineando e estabilizando em função de um acidente natural, a secção do vale do Lima na interseção das unidades montanhosas Laboreiro/Peneda/Soajo e Amarela/Gerês, que facilita a aproximação de lugares como Ponte de Lima e Xinzo del Lima, além de uma vontade política expressa através de dois poderes, o político e o local.

O poder político emergiu em função de um grupo de homens unidos em torno de um projeto comum consubstanciado na mente de um estrangeiro, o Conde Henrique (1096--1112). Visava a independência de uma área territorial compreendida entre os rios Minho e Tejo, retomado mais tarde por um forte poder local concentrado nos burgos da região Entre-Douro-e-Cávado, que defrontou a hegemonia dos Travas na batalha de S. Mamede, em Guimarães, 1128, com um triunfo simbolizado na vitória de Afonso Henriques[17].

Complexas estratégias político-militares se desenrolaram no período que mediou a vitória de S. Mamede e o momento em que Afonso Henriques foi, oficialmente, reconhecido rei de Portugal, primeiro por Afonso VII de Leão e Castela, em Zamora, em 1143, depois, muito mais tarde e após várias vicissitudes, em 1179, pela Santa Sé.

Todos estes acontecimentos históricos, muitos deles ainda não devidamente esclarecidos pelos respetivos investigadores, exigiram ao longo de duras e prolongadas décadas, quer à autoridade de Leão e Castela, quer à autoridade portucalense, a implementação nas terras de fronteira e, logicamente no vale do Lima, de planos estratégicos, ora de defesa dos respetivos territórios, ora de avanço e penetração nas terras limítrofes, apoiados no castelo, edificação militar que emergiu na Reconquista e se multiplicou por toda a Idade Média, enquanto a linha de fronteira se ia paulatinamente estabilizando.

Sem pretendermos entrar em áreas do conhecimento que não são as nossas, compreender as terras limianas de raia, segundo os objetivos por nós traçados, implica que se elabore um quadro breve, mas legível, com a apresentação de casos amostra sobre as marcas conhecidas e gizadas pelas diferentes civilizações, além dos acontecimentos históricos que estiveram na origem das estratégias adotadas pelos variados intervenientes e que se materializaram na paisagem através de uma rede de fortificados e de núcleos populacionais, que se protegeram e privilegiaram, em função da necessidade militar e de povoamento das áreas envolventes, elementos preciosos na leitura interpretativa da paisagem recente, principal objeto de estudo deste trabalho.

---

[17] MATTOSO, 1992, V. II: 57-58.

1.1. PERCURSOS NUM TEMPO E NO ESPAÇO

A primeira manifestação da individualidade humana no Noroeste Peninsular, muito provavelmente está associada à civilização megalítica[18] traduzida na implementação das antas ou dólmens[19], que atinge os limites do povoamento atual.

A observação da carta de distribuição destes monumentos tumulares já identificados no Noroeste Peninsular permite localizá-los próximos do traçado de caminhos, posteriores calçadas romanas e caminhos reais[20], vias privilegiadas na comunicação, não só para a maioria de cada monumento em si, como para a interação entre eles, explicando-se talvez, assim, o número significativo de bolsas encontradas.

Ora, o Lima raiano em estudo é profícuo em manchas de construções tumulares megalíticas [(Fig. 4 – mapa – *Lima raiano: A Humanização pré-medieval (do megalitismo à ocupação romana – uma amostra*)]. Exemplo de um importante agrupamento de construções megalíticas desenvolve-se na serra do Laboreiro, não se podendo esquecer, contudo, os núcleos das serras do Soajo, da Peneda e da Amarela (Fig. 4).

No *planalto* de Castro Laboreiro, assim designado pelas populações locais, está identificada, possivelmente a maior bolsa destes monumentos[21] em Portugal, que se prolonga pela Baixa Límia ao longo de caminhos e carreiros, atualmente quase não utilizados, contrariamente à importância, que protagonizaram durante a Idade Média, quando materializavam as densas relações comerciais entre o Norte de Portugal e a Galiza.

Encontramo-nos perante uma forma de distribuição dos monumentos funerários, que corrobora a opinião dos investigadores em que os construtores megalíticos privilegiariam as cabeceiras divisórias das linhas de água e as chãs ao longo de caminhos, apesar de esporadicamente optarem pelo fundo de vale na edificação das suas obras de carácter tumular.

A densidade de túmulos que caracteriza a área que estudamos, a exemplo de todo o Noroeste Peninsular, poderá indiciar para a época um surto demográfico que se traduziria na localização/fixação de grupos humanos portadores de um ritual funerário megalítico.

Uma vez que os investigadores, ainda não descobriram, pelo menos até 2002, qualquer povoado dos construtores dos dólmens, a hipótese de que os próprios monumentos funerários deverão ser interpretados como o reflexo de um certo grau de sedentarização,

---

[18] Esta civilização desenvolveu-se no período da Pré-História, entre os inícios do Neolítico e o Calcolítico, distinguindo-se pelo uso da pedra polida. Nas explorações arqueológicas realizadas na área em estudo, na Baixa Límia, encontraram-se pequenos fragmentos de cerâmica, permitindo reconstituir várias formas de recipientes.

[19] Monumentos consagrados à sepultura e ao ritual, no sentido de ocultação do enterramento, são as principais marcas, atualmente conhecidas, do Megalitismo no Noroeste. Constituídos, em princípio, por uma câmara, de formas variadas, envolvida pela massa tumular (montículos de pedras e terra), as mamoas.

[20] FRANCO, 1999: 240-243.

[21] OLIVEIRA, 1982: 421.

ou, do controlo efetivo e ritual do território, não se pode colocar para o Lima de raia em estudo.

Se o estado atual da investigação arqueológica ainda não permite obter informações sobre a relação entre o povoamento e a localização dos monumentos megalíticos, o estudo tipológico e funcional dos artefactos neles encontrados e as metodologias utilizadas no respetivo estudo, permitem pensar que a atividade económica dos construtores do megalitismo no Noroeste Peninsular, em que este Lima raiano se inclui, indiciará as práticas da agricultura, da criação de gado ou da agro-pastorícia, apesar do desconhecimento que ainda existe sobre o aparecimento das economias de produção de alimentos.

Salientamos, também, os santuários da arte rupestre, de idade pré-histórica e protohistórica, precisamente na Serra Amarela, próximo das aldeias de Parada e da Igreja (Britelo), e na Serra do Soajo, o de Gião constituído por um efetivo assinalável de gravuras implementadas em mais de 100 rochas (Fig. 4).

Independentemente do estado de desenvolvimento do conhecimento arqueológico, poderemos, numa primeira leitura de âmbito geográfico, inferir que a bacia raiana do Lima, assim como o Noroeste Peninsular, num lato período entre os milénios IV e III a.C., foi ocupado por populações, provavelmente muito próximas da sedentarização, ou, então, no seu início, mas, incontestavelmente num estádio de desenvolvimento tecnológico, que lhes permitiu deixar obras, que desafiam o homem do séc. XXI para a descoberta da respetiva matriz sociocultural e identitária.

À civilização megalítica suceder-se-ia a civilização dos primeiros povoados fortificados, os castros, especialmente numerosos no Noroeste Peninsular onde o relevo favorece os sítios defensivos e o próprio isolamento. Fatores determinantes na sua localização terão sido, portanto, as condições naturais de defesa proporcionadas pelas colinas de altitude, em média, a não ultrapassar os 900 metros[22], interrompidas pelas linhas de água, que sendo vias de comunicação, eram, também, os obstáculos à invasão de povos agressores.

A título de exemplo e sem preocupações de uma cartografia exaustiva na área objeto do nosso estudo (Fig. 4), a distribuição dos povoados castrejos incidiriam principalmente nas freguesias do Lindoso e de Castro Laboreiro, no Monte dos Castelos e no concelho da Lobeira, a altitudes a não ultrapassarem os 900 metros, com exceção para o povoado da Fraga[23].

O paralelismo entre a distribuição dos castros e a das principais aglomerações contemporâneas demonstra bem a importância que o castrejo concedeu às características do *sítio* e da *posição*, fatores que justificam a longevidade destas povoações, independentemente da evolução dos condicionalismos no tempo.

---

[22] Raras são as fortificações castrejas que se localizam a altitudes muito superiores a 800 metros, com exceção, na área em estudo, de Castro Laboreiro e da Fraga, sensivelmente a 1000 metros.

[23] SILVA, 1986: 71-76. CUEVILAS & LOURENÇO, n.º 116: 175-182; n.º 117: 189-200; n.º 118: 211-222. FRANCO *et al.*, 1989: 149-150.

Da Idade do Ferro, a cultura castreja teria vivido sensivelmente entre 900 a.C. e o séc. I d.C. Contudo, certos castros ascendem ao Neolítico, outros foram romanizados, muitos mantiveram-se ininterruptamente povoados durante dois ou três milénios, conservando, no seu espólio a marca de várias influências de civilização.

Quando no séc. II a.C. as campanhas de *Decimus Iunus Brutus* fizeram avançar os exércitos romanos de Sul para Norte, com a travessia do rio Lima, era intenso o fluxo de mercadorias materializado nas vias fluviais e terrestres, que conduziam ao oceano, o meio privilegiado de ligação com os outros povos peninsulares, que demandavam estas terras, as do Noroeste Peninsular, em busca de metais e de toda a gama de artefactos, que o castrejo modelava ao aproveitar as matérias-primas endógenas[24].

Investidas romanas, que só terminaram após a conquista efetiva de todo o Noroeste Peninsular em 25 a.C.[25], teriam sido desencadeadas pela necessidade em garantir o acesso aos filões de metais (ouro, cobre e estanho), razão pela qual, a ocupação romana neste território peninsular nunca foi tão intensa como nas outras áreas da Península Ibérica. O vale do Lima desempenhou, com certeza, uma importância económica bem marcante neste período, a avaliar pelas extintas jazidas mineiras, essencialmente auríferas, ainda hoje identificadas, como por exemplo, na Serra Amarela (Fig. 4).

A presença romana foi suficientemente importante nas profundas mudanças no ordenamento territorial da Península, quer através do quadro administrativo, quer da rede viária e, logicamente do sistema urbano, que foram gizados e implementados[26].

No quadro administrativo provincial em toda a Península Ibérica sob ocupação romana, evidenciamos o *conventus*, unidade territorial com um centro urbano de hierarquia máxima, que polarizou outros lugares centrais em substituição dos espaços castrejos com *habitat* desorganizado, situando-se o vale do Lima no *Conventus* com capital em *Bracara Augusta*[27].

No Noroeste Peninsular romano a desproporção entre a vasta área rural e agrícola com forte criação de gado, que remontava à época da cultura castreja, e os raros centros urbanos, são as características dominantes[28] de um sistema urbano que, apesar de frágil, foi rasgado por uma importante rede viária[29].

---

[24] TRANOY, 1981: 220-221.

[25] ALARCÃO, 1988: 22-25.

[26] ALARCÃO, 1988: 14 e 32. TRANOY, 1981: 160-167 e 206.

[27] A região a norte do rio Douro foi enquadrada por três *conventus*: *Conventus Bracarum*, *Conventus Asturum*, *Conventus Lucensis*, que tiveram como sedes, respetivamente as cidades de *Bracara Augusta, Lucus Augusti e Asturica Augusta*, cidades fundadas pelo Imperador Augusto.

[28] TRANOY, 1981: 235.

[29] Numa primeira fase, as vias construídas responderam, essencialmente, às necessidades militares, como, por exemplo, a via de Braga a Astorga, que passava ou por Tuy e Lugo, ou por Chaves, para mais tarde serem resolvidos os problemas de acesso ao interior, que exigiram novos traçados, como foi o caso da Via Nova, que interligava Braga a Astorga através da província de Ourense (TRANOY, 1981: 220).

O vale do Lima constituiria uma das encruzilhadas entre o oeste litoral, desde sempre densamente povoado, e o interior menos povoado, com as sedes urbanas em Lugo e Astorga.

Dos eixos primários que emanavam de Braga em direção a Astorga não podemos deixar de referir um tramo da Via XVIII, que interligava Braga a Astorga, passando pela província de Ourense, incluindo lugares do «Lima raiano» em estudo[30] (Fig. 4).

Em Rio Caldo, no lugar de Baños, foram recolhidos, na década de oitenta do séc. XX, inúmeras peças de cerâmica relacionadas com a romanização, indícios de um importante núcleo residencial romano, além da localização do traçado da Via Militar XVIII e eixos secundários na bacia do rio do mesmo nome, o Caldo (Fig. 4).

Se se conhecem, apesar de todas as lacunas, principalmente itinerários principais que conectavam os principais centros urbanos, uma rede viária secundária foi construída, que interligava as povoações, por ventura mais recônditas, aos eixos principais, nomeadamente neste Lima raiano em estudo (Fig. 4).

Admitimos pelas informações colhidas em território luso, na sequência da tradição oral que abrangeu muitas gerações e na documentação, que conseguimos recolher, uma rede viária secundária estruturada em função da Via XVIII, que teria como pilares pontes, ainda hoje em utilização, nomeadamente em Castro Laboreiro e no Lindoso, no lugar de Parada, por exemplo, da qual partiam caminhos rurais em direção aos aglomerados de menor importância hierárquica (Fig. 4).

Independentemente do grau de conhecimento sobre a rede viária, em pleno período de ocupação romana, ela teria sido decisiva nos fluxos verificados nesta secção do Lima, uma vez que as vias romanas, as primárias, ao serem estradas do Estado e do Império, eram vias estratégicas que, ao aproximarem os grandes centros administrativos, materializavam os fluxos dos militares, dos agentes da administração, da mala postal e do comércio, fluxos, todos eles, relacionados com o exército, mas, que desenvolveram, também, a atividade económica das respetivas regiões[31].

As novas condições criadas pelo poder romano, a organização de estradas e a nova administração, foram favoráveis não só ao aproveitamento das minas de estanho e de ouro, estas as mais importantes, sempre exploradas em proveito do governo imperial, mas, também, ao desenvolvimento de mercados locais, os *fora*, uma primeira categoria de cidades mercado, que seriam quatro no Noroeste Peninsular[32], dois dos quais bem localizados.

---

[30] ALARCÃO, 1988: 90-91. ALMEIDA: 30-38. TRANOY, 1981: 207-218 e 394-397.

[31] ALMEIDA, 1968: 17.

[32] *Forum Bibalorum* localizado no Bubal, a oeste de Verín, próximo da via XVIII, a estrada de Chaves a Ourense por Verin; o *Forum Limicorum*, talvez confundido com o sítio de Nocelo da Pena, cidade principal dos Limici, a alguns Kms a sul da via XVIII, que passava a norte de Xinzo del Lima; o *Forum Gigurrorum* foi uma *mansion* desta via no conventus Asturum; *Forum*

O início da crise do Império Romano manifestada pela acentuada ruralização e pela perda do vigor da vida urbana, não deveria ter atingido significativamente o Noroeste, pois as *villae* (organização fundiária assente nos latifúndios) desenvolveram-se na parte meridional da Península[33]. Contudo, no séc. III, surgiram as primeiras *villae* no Noroeste[34], ao mesmo tempo que se iniciou um movimento de retorno da população aos castros, talvez a pressentir a época de insegurança que se aproximava com a invasão dos novos povos de origem germânica, entre os quais se destacam os vândalos, suevos e alanos, a quem Roma capitulou no ano de 411.

Na divisão da Península Ibérica romana pelos povos invasores, o Noroeste exterior, limítrofe com o oceano[35] no qual se inclui o Vale do Lima, coube aos Suevos, tornando-se Braga o núcleo político do reino suevo.

Com a ocupação sueva, mantiveram-se os centros urbanos e os simples povoados, que muito provavelmente, assistiram ao aumento da população devido à chegada arrítmica de refugiados oriundos das vastas áreas hispânicas devastadas pelas invasões bárbaras[36].

Os suevos, povos essencialmente guerreiros e camponeses, minoritários em relação à população dominada, encontraram nos centros urbanos, predominantemente ocupados por hispano-romanos, os principais focos de resistência, traduzida na defesa dos valores culturais, o uso do latim, a aplicação do direito romano e a prática de uma religião diferente, o Cristianismo, cujo culto confirmado na Península Ibérica no séc. III tinha a sua grande área de consolidação nas cidades e áreas envolventes[37].

A conversão dos suevos ao Cristianismo permitiu que os centros urbanos Braga, Astorga e Lugo mantivessem o estatuto de cidades episcopais, que já o eram, de facto, desde o séc. IV, século em que se iniciou a organização da hierarquia eclesiástica[38] no Noroeste Peninsular. Este acontecimento contribuiu, de modo decisivo, para a conservação de uma malha urbana, cuja idade remonta aos tempos da instalação romana, em pleno período de intensificação da vida rural.

Narbasurum, embora se possa localizar no *conventus* de Braga, poder-se-á supor que tem as mesmas características dos anteriores (TRANOY, 198: 245).

[33] ALARCÃO, 1990: 424.

[34] Foram encontrados testemunhos arqueológicos, que revelam a existência de *villae* no Noroeste Peninsular, como, por exemplo, no vale do Lima, a *villa* de Parada de Outeiro (Vilar de Santos), na área de Braga as *villae* de Palmeira e da Ribeira e próximo de Chaves a *villa* de Vilarinho (TRANOY, 1981: 413-422).

[35] ABENGOCHEA & MORENO, 1981: 251-253.

[36] LEGUEY, 1993: 31.

[37] (...) *a igreja paroquial abrangia, até ao séc. VII, como regra, um grande território, chamado parochia, ou, diocesis, pois era a imitação e prolongamento do território directamente governado pelo bispo* (...) (COSTA, 1959: 92-93).

[38] TRANOY, 198: 441-446.

A chegada dos Visigodos no séc. V trouxe uma nova onda de lutas e de saques ao Noroeste Peninsular[39], readquirindo importância justificada as povoações fortificadas, os *castella*[40], como por exemplo o *castellum* de Tui.

Tal como aconteceu no período de ocupação sueva, são os centros urbanos que oferecem a maior resistência cultural aos invasores, o que acentuou a diferença entre campo e cidade, constituindo aquele, área de predomínio, inicialmente, de populações suevas vencidas e, mais tarde, de seguidores de movimentos heréticos[41], enquanto cresce a importância socio-cultural da Igreja de Roma, que se assume, cada vez mais, como instituição supra regional.

Neste período conturbado, os centros urbanos alteraram a respetiva fisionomia através da perda de qualidade das construções, do desaparecimento do convívio social, tão característico do *forum*, da proliferação de edifícios religiosos e da importância adquirida pela muralha no ordenamento do respetivo espaço[42]. Contudo, este fenómeno não foi sinónimo de decadência urbana, pois assistiu-se a uma transformação nas cidades e no modo de viver, ao aparecimento de novos centros como, por exemplo, *Portucale*, em que antigos núcleos de *facies* rural, foram abrangidos pela aquisição de funções tipicamente urbanas[43].

Mas, a presença suevo-visigótica intensificou o fenómeno rural, bem patente nos múltiplos vocábulos de origem germânica, como as povoações em estudo, Cando, Britelo, Froufe e Germil, ou as de origem romana Cidadelhe e Lindoso[44]. Populações afastadas dos centros de decisão, quase entregues a si próprias, cada vez mais sentiam a autoridade do senhor da terra que trabalhavam, ou, a dos grandes proprietários, vizinhos das suas reduzidas e diminutas parcelas.

Apesar das perturbações que caracterizaram o período de ocupação suevo-visigótica[45], a rede densa de pequenos núcleos populacionais justificou a organização paroquial do séc. VI[46], que atingiu na diocese de Braga a expressão de uma organização territorial

---

[39] A submissão dos suevos não foi pacífica, pois resistiram de um modo tenaz, apesar de todas as divisões e lutas internas. Lançaram o Noroeste num clima de anarquia e pilhagens com as revoltas ferozes dos camponeses, como por exemplo, as que levaram à queda de Braga, em 455 (ABENGOCHEA & MORENO, 1981: 261-267).

[40] Formas de concentração da população pré-romana, possivelmente, com origem nos castros, em redor de uma fortaleza conservada, pelo menos nos primeiros tempos do Império, e que serviu de refúgio aquando das invasões do séc. V (TRANOY, 1981: 204).

[41] TRANOY, 1981: 425-427 ; 443-447.

[42] ANDRADE, 1994: 83.

[43] MORENO, 1981: 402.

[44] Exemplos de aglomerações em estudo com topónimos germânicos (COSTA, 1998: pp. 7-223).

[45] O Noroeste só atingiu a acalmia no séc. VI, quando foi definitivamente integrado, por Leovigildo, no reino visigodo, sendo Toledo o principal centro de decisão. Manteve as características de território periférico mas com uma suave autoridade central (ABENGOCHEA & MORENO, 1981: 333-335. CORTÁZAR, 1988: 25-28).

[46] Na diocese de Braga devem ter surgido bem cedo as paróquias rurais, pois *o cânon 7* do *I Concílio Bracarense*, em 561, já se refere a elas, ao estabelecer a divisão dos rendimentos eclesiásticos em terças: uma terça para o bispo, outra para o clero,

considerada a mais perfeita do Noroeste Peninsular e, talvez, de todo o Ocidente, pois não se encontra modelo equivalente em qualquer província eclesiástica do mundo latino[47].

Independentemente das dificuldades associadas à localização correta da toponímia mencionada no *Parochiale suévico* e redigido entre 572 e 585, ele não identifica territórios limianos em estudo como, já, organizados em paróquias nos primeiros séculos da Cristandade.

Se nos finais do séc. VI o Entre Douro-e-Minho correspondia à área mais desenvolvida e melhor organizada, em termos paroquiais, de todo o Noroeste Peninsular[48], também as paróquias da secção média do Vale do Lima distribuídas por hierarquias eclesiásticas distintas, encerravam um património matizado por culturas, pertença de comunidades que, paulatinamente, iam construindo a respetiva matriz identitária.

Com a fragilidade do poder visigótico[49] a acentuar-se progressivamente, não foi difícil ao movimento expansionista árabe fixar, nos inícios do séc. VIII (711-716), o contorno máximo da incursão na Península Ibérica. Ao utilizar as vias de comunicação romana, depararam-se-lhes capitulações sistemáticas das povoações e, apenas, alguns núcleos com uma resistência debilitada e fugaz[50].

Minoritários perante a população local, que, maioritariamente, permaneceu nos lugares de origem, o poder árabe preocupou-se, em primeiro lugar, em controlar as vias de comunicação e em implementar postos militares nos lugares estratégicos, devidamente selecionados[51]. Uma vez a Península Ibérica controlada e, após as derrotas além Pirenéus, privilegiaram, para ocupação, as áreas peninsulares em que as condições climáticas e ordenamento dos territórios mais afinidades apresentavam com os seus lugares de origem.

Deste modo, foi a Península mediterrânea, com o sistema urbano melhor organizado e com técnicas agrícolas mais desenvolvidas, a privilegiada na fixação muçulmana, como

---

outra para a fábrica da Igreja, esta última administrada pelo arcipreste ou arcediago, que devia prestar contas ao bispo (COSTA, 1959: 96).

[47] DAVID, 1947: 6.

[48] No Noroeste Peninsular a área correspondente às dioceses de Braga, Porto e Tui, distingue-se pelo desenvolvimento muito superior da organização paroquial, com um total de 62 paróquias (30 para Braga, 25 para o Porto e 17 para Tui), em relação à área restante, com 33 paróquias (10 para Astorga, 11 para Ourense, 8 para Iria «Compostela» e 4 para Lugo. Há a referir que estas paróquias se estendiam por vastos territórios, que abrangiam, por certo, povoados muito distantes. Outros problemas existem, de difícil resolução, como por exemplo, conhecer a verdadeira relação entre a paróquia do séc. VI e a dos sécs. X e XI (DAVID, 1947: 80-82. OLIVEIRA, 1950: 71-72).

[49] Uma sociedade profundamente dividida segundo fações da aristocracia e do clero que, progressivamente, ganharam autonomia, encontrava-se praticamente impossibilitada na formação de um exército que permitisse uma resistência coerente e unida perante o invasor. Além disso, as comunidades rurais, quase entregues a si próprias, preocupavam-se mais com a produção das colheitas do que com uma possível mudança de Senhorio. (ABENGOCHEA & MORENO, 1981: 333-337. CORTÁZAR, 1988: 46-48).

[50] MARQUES, 1993: 121-123.

[51] RACHEL, 1988: 13-18. CORTÁZAR, 1988: 62-63.

ainda hoje se pode detetar através da frequência dos topónimos de etimologia árabe e do património arquitetónico.

A Península mais chuvosa e fresca, com um frágil sistema urbano disseminado numa paisagem eminentemente rural e um Atlântico de ondas vorazes e ameaçadoras, não era atrativa a uma população mais habituada a viver em áreas com climas cálidos, mas suaves, e em que a urbe desempenhava funções de autênticos pólos dinamizadores.

Talvez por este conjunto de razões, se compreenda o aspeto fugaz da ocupação muçulmana no Noroeste Peninsular Atlântico, através dos berberes, povos guerreiros, pastores e criadores de gado[52] que não ultrapassou o ano 756[53].

Apesar de uma presença efémera, que se preocupou mais em controlar as vias de comunicação e as portelas, que em colonizar[54], o sistema organizacional da sociedade local foi crucialmente atingido, como o comprova a fuga para Norte[55], não só dos responsáveis pelos sistemas administrativo e eclesiástico, como dos proprietários de extensos domínios, ficando os camponeses, cada vez mais entregues a si próprios[56].

O vale do Lima não foi exceção, nomeadamente no foro eclesiástico, a assistir ao esvaziamento dos centros urbanos diretamente com ele relacionado, Braga, Tui e Ourense, quando os respetivos bispos e todos os seus dependentes partiram, não se sabendo exatamente em que data, em direção ao Norte[57].

Sem hierarquias vitais para o ordenamento dos territórios, muito provavelmente, viveu-se um período de marasmo e decadência acentuada pela saída de populações seguidoras dos seus senhores. Sem poder público e consequente vazio de autoridade, são as paróquias rurais o fator de unidade e estabilidade de populações, que vivem das rotinas de uma agricultura e criação de gado seculares, que encontram na proteção divina a sua forma de resistência e de sobrevivência.

O vale do Lima, espaço com comunidades isoladas e de população diminuída, sem cidades nem entidades administrativas enquadradoras, viu-se, então, parte integrante de

---

[52] TORRES, 1992: 363-374; 394-398.

[53] Depressa os berberes se aperceberam que na distribuição da Península pelos povos invasores lhes coube a área mais agreste, mais pobre e perigosa e, logicamente, a mais afastada dos centros de decisão. Revoltaram-se em 739, abandonaram as áreas que lhe tinham sido atribuídas e iniciaram uma marcha violenta em direção a sul, que só terminou em 756, com o regresso à terra mãe, as Montanhas do Atlas e do Riff (RACHEL, 1984: 19).

[54] O controlo implementado era o suficiente para assegurar o acesso às jazidas dos metais, garantir a cobrança dos impostos junto às populações camponesas vencidas e suster qualquer tentativa de incursão, para sul, das populações insubmissas e que viviam escondidas no interior montanhoso setentrional.

[55] Lugares encaixados e protegidos pelas montanhas setentrionais, o *habitat* de povos montanheses (ástures, cântabros e vascões), que na sequência da hostilidade contra os romanos e visigodos resistiram, também, ao domínio muçulmano. O núcleo mais antigo de oposição organizada à ocupação árabe localizou-se nas Astúrias.
(BEIRANTE, 1993: 253-255).

[56] MATTOSO, 1992: 444– 447.

[57] DAVID, 1947: 119-183. MATTOSO, 1992: 475.

uma região mais vasta, de contornos por vezes difíceis de delinear que se estendia entre duas civilizações distintas, ou seja, entre o urbano Al-Andaluz e as ruralizadas sociedades cristãs que se tinham autoconfinado à proteção das linhas de montanha do Norte[58].

A insegurança também provinha do Oceano, com as incursões dos vikings, que a partir de 843, se começaram a fazer sentir nas povoações ribeirinhas, não só nas localizadas no litoral, mas também nas distribuídas pelas margens dos rios navegáveis, nomeadamente, o rio Lima, com pilhagens a celeiros, mosteiros e igrejas. A instabilidade e o ambiente de terror vividos pelas populações da ribeira motivaram que subissem à *serra*, para lugares mais tranquilos e seguros, recorrendo à prática da pastorícia, enquanto aguardavam tempos mais calmos, que permitissem o regresso. Além disso, as populações vêem-se confrontadas com uma série de maus anos agrícolas, em virtude das irregularidades climáticas, que se fizeram sentir nos finais do séc. VII e inícios do VIII.

São períodos de grande incerteza e penúria para a população de um Noroeste considerado *terra de ninguém*, com a morte sempre por perto, porque o guerreiro destrói e saqueia, porque as colheitas são más, porque a mobilidade é difícil e a troca de produtos rareia, fatores que apenas contribuíram para uma diminuição acentuada do efetivo demográfico.

Enquanto territórios, como o vale do Lima, viviam períodos difíceis, mais para Norte a minoria visigoda, que optou pela fuga à permanência sob autoridade islâmica, mobilizava os povos cantábricos para a recuperação do espaço ibérico dominado pelos muçulmanos[59].

Aproveitando o abandono berbere e o desinteresse andaluz foram, gradualmente, unindo a vontade de monarcas que defendiam a sua filiação na monarquia visigoda, começando por trespassar os míticos Montes Cantábricos atingindo, primeiro, as Astúrias, depois, a Galiza, tendo a área recuperada nos inícios do séc. X como limite sul o rio Douro.

Contudo, durante este período (sécs. VIII-X), era uma área que não estava estabilizada, registando-se avanços e recuos[60] pois se a incursão militar era feita com uma certa facilidade, já era muito mais complexo a consolidação dos poderes administrativo e eclesiástico. Além disso, compreendia territórios com povos distintos, cuja aculturação se fazia lentamente e, por vezes, com fortes perturbações. Por outro lado, estava-se perante lugares rarefeitos em população, o que dificultava, também, a expansão com bases sólidas e duradouras[61].

---

[58] MATTOSO, 1992: 444-448.

[59] Este interesse passou pela adaptação de esquemas culturais hispano-romanos, a povos que nunca os tinham verdadeiramente aceitado, como o predomínio do catolicismo, da propriedade privada, da cultura cerealífera, do direito escrito da tradição romana, de uma estrutura social hierarquizada bem como dos vínculos privados de dependência e encomendação (ANDRADE, 1994: 113-114).

[60] TORRES, 1992: 364-366 e 401. MATTOSO, 1992: 476-478; 511-513.

[61] ANDRADE, 1994: 115.

Área de fronteira, nomeadamente, o vale do Lima, transformou-se num dos espaços para a passagem dos guerreiros, muçulmanos e cristãos, com um grande fator de instabilidade, traduzido na pilhagem dos celeiros e habitações, o que contribuiu, forçosamente, para a diminuição da população residente. Contudo, esta *terra de ninguém*, passaria a usufruir de uma certa acalmia e segurança com a conquista de Coimbra em 878, por Hermenegildo Guterres. Esta conquista cristã permitiu a abertura de um corredor em direção ao sul, que facilitou o acesso a lugares mais urbanizados, detentores de uma maior riqueza, o que melhorou, substancialmente, a quantidade e qualidade dos saques das forças vencedoras.

Dir-se-á que as campanhas de instabilidade e sofrimento a áreas de domínio impreciso como era, entre outros territórios, o vale do Lima ou, as incursões no mundo muçulmano, demasiadamente ambiciosas para terem continuidade, pois faltava, normalmente, a retaguarda de apoio, justificavam-se pelos saques que proporcionavam e pelas riquezas usurpadas, que eram o suporte de guerra.

Nos recuos estratégicos os monarcas asturianos traziam, normalmente, populações oriundas das regiões por onde tinham passado e ocupado[62], imbuídas, ainda, pela cultura visigótica e que se fixavam nas áreas de vale, onde praticavam a cultura cerealífera extensiva e a pecuária, em contraste à pastorícia, predominante nas montanhas do noroeste peninsular[63].

Crucial na vida do Noroeste foi a chegada de comunidades moçárabes[64], maioritariamente eclesiásticas, desejosas em colaborar na recuperação do espaço ibérico usurpado, só terminada com a expulsão dos últimos infiéis. Assim, o Norte da Península conhecido como terra inóspita de *montanhas e serranias* e com povos agressivos, passou a terra desejada, mercê das façanhas heroicas desencadeadas pelo reino asturiano.

---

[62] A discussão sobre a existência, ou não, de uma área de «ermamento» estratégico entre cristãos e muçulmanos tem envolvido historiadores portugueses e espanhóis. Assim, desde a posição de ALBORNOZ, grande defensor da existência de uma área de despovoamento total, o vale do Douro, que teria sido criada por Afonso I, levando mais para Norte as populações locais, ou, a de HERCULANO, também defensor da teoria do «ermamento», embora, com enquadramentos diferenciados, até posições totalmente divergentes, como a de DAVID «(...) Un cadre au monis subsiste: le cadre diocésain et paroissial (...)», ou, a de COSTA «(...) Ruiu a organização administrativa e militar, mas manteve-se a paroquial e diocesana, com os fiéis reunidos à volta das igrejas e em união com o seu prelado, que, apesar de viver em Lugo, continuava a exercer os seus direitos no Território bracarense: recebia as pensões dos bens eclesiásticos, erigia paróquias, sagrava igrejas por si ou seus delegados (...)» até à de RIBEIRO, que fundamentado em argumentos geográficos e históricos, se declara frontalmente contra a existência dessa área despovoada, que seria tampão entre o Mundo cristão e o muçulmano, pois «(...) houve desordem profunda e prolongada, na ausência de governo regular, e nova conceção dos direitos da coroa sobre os prédios rústicos, onde por meio da presúria, se instala uma nova classe de proprietários. Mas, abaixo deles, estavam os cultivadores, livres ou servis, os apeiros da lavoura, o gado de trabalho. Foi deste substrato de toda a vida rural que os presores se apropriaram ao mesmo tempo que das vilas e das propriedades rústicas (...)».
ALBORNOZ, 1956; 1966. COSTA, 1959: 139-206. DAVID, 1947: 169-184. MATTOSO, 1992: 449-451. RIBEIRO, 1987: 76-99.

[63] CORTÁZAR, 1988: 3-32.

[64] Populações cristãs que permaneceram em pleno reino Al-Andaluz, que viviam momentos ora de coexistência pacífica, ora de forte instabilidade e insegurança, em relação ao mundo do Islão.

A vinda dos moçárabes mais do que contribuir para o surto demográfico, foi essencial para a reestruturação dos sistemas de raiz visigótica, os socioeconómico, político e cultural, desenvolvendo-se cada vez mais o ideal da Reconquista. Além disso, com a afluência das correntes migratórias moçárabes, as terras a norte do Douro, a antiga *Galécia*, assistiram à expansão dos terrenos cultivados, ao retomar de velhas tradições, à reimplantação da rede diocesana anterior à ocupação muçulmana[65].

Não podemos deixar de referir o significado, para o movimento de recuperação e povoamento de todo este território de ocupação muçulmana, da descoberta, por volta dos começos do séc. IX, do túmulo do apóstolo Tiago, próximo de Iria Flavia (cidade atual de Compostela), num castro quase abandonado. O incentivo religioso de Tiago trouxe uma dinâmica imparável no avanço cristão em direção ao sul. Em escassas dezenas de anos foi recuperada toda a área Entre Minho-e-Douro, começando-se por ocupar as antigas cidades de origem romana, entre elas Braga e Ourense (cerca de 877)[66].

Tal como já o tinham feito os suevos e, posteriormente, os visigodos, a autoridade asturiana optou, também, pela ocupação, em primeiro lugar, dos centros urbanos, pois além de encontrar uma certa cooperação, passava a controlar os principais nós de circulação, viária e fluvial, que lhe permitia o domínio da região, timidamente, hierarquizada. Além disso, ia ao reencontro da organização eclesiástica visigótica, ainda não diluída, com a reimplantação dos bispados, que a nível regional e local se pretendiam difundir e que surgiam como uma emanação da autoridade dos monarcas asturianos. Concentravam-se, assim, num só espaço os dois poderes, o do senhor, o magnate que chefiava o grupo de guerreiros e empreendia o enquadramento militar e o do bispo que levava a cabo as ações necessárias para o reerguer das instituições episcopais.

Simultaneamente, o espaço rural assistiu a uma vaga de construções de templos e mosteiros, fortemente ligados aos magnates, quer por laços familiares, quer por uma simples dependência, que incentivavam os camponeses, que recorriam à sua proteção, à aceitação da ordem social que lhes era familiar[67]. O apoio das famílias condais às instituições monásticas refletia bem a sua prosperidade económica, resultante da peculiaridade de serem os senhores com capacidades para a arte da guerra e, por isso, os responsáveis pelas áreas de fronteira[68], garantes da defesa de regiões mais vastas[69].

---

[65] ABENGOCHEA, & MORENO, 1981: 412-413.

[66] Além de estas, foram recuperadas Tui e Astorga em 854, Porto em 868 e Chaves em 872. As cidades mais a Norte, Lugo e Iria Flavia (Compostela) já tinham sido ocupadas no início deste mesmo século, o IX, num período anterior ao do fervor em torno do Apóstolo de Santiago.

[67] MATTOSO, 1981: 101-157.

[68] A título de exemplo:

1 – O influente mosteiro de Celanova, construído por S. Rosendo, bispo de Dume-Mondonhedo, descendente do presor de Coimbra, Hermenegildo Guterres, retrata bem a estreita ligação entre as famílias de presores e as comunidades monásticas (MATTOSO, 1982 – «S. Rosendo: 29-53; ROSSI, 1988: 5-59).

Como resultado do ritmo a que se processava a organização da Igreja de Roma, proliferavam as paróquias que, já, no séc. X, se distribuíam, em grande número pelo Noroeste, que na área lusa em estudo constituiriam um efetivo de quatro, Castro Laboreiro, Britelo, Ermelo e Soajo[70].

Áreas de fronteira enquadradas pelos poderes clerical e monástico, eram devidamente coordenadas pelos senhores, cujas posições e domínios foram consolidando junto à corte régia, através de uma densa e complexa rede de relações familiares, habilmente tecida através das estratégias políticas e matrimoniais.

Contudo, outras redefinições surgiram, quando o poder régio castelhano-leonês, no séc. XI, entregou o governo das áreas sensíveis, como era o vale do Lima, a magnates que garantissem a estabilidade estratégica, de acordo com os princípios em que assentava a sua autoridade, em detrimento das famílias condais descendentes dos primeiros presores do Entre Douro-e-Minho.

A ofensiva árabe agudizou-se, culminando com a derrota de Afonso VI em Zalaca (Outubro de 1086). Afonso VI dando continuidade a uma abertura já iniciada pelos reis de origem navarra e ciente das dificuldades perante os Almorávidas, decidiu pedir auxílio militar a grupos de cristãos francos, que desde há muito, tinham manifestado a sua simpatia pela causa da Reconquista Ibérica. Mercê das profundas alterações religioso-culturais que podiam introduzir na Península, a resposta além pirenaica foi dada com um grande entusiasmo e adesão através da vinda não só de jovens desejosos de fama e poder, mas de clérigos e monges francos, que ao gerir dioceses e mosteiros foram os grandes veiculadores da reforma monástica de raiz cluniacense e dos princípios de obediência da aceitação universal do poder papal sobre toda a Cristandade.

Transformações profundas, que puseram em causa costumes e hábitos, secularmente arreigados, geraram reações violentas, nomeadamente dos moçárabes[71], que gradualmente foram perdendo influência política.

Bem diferente foi a posição dos infanções no Entre Douro-e-Minho que, sem resistência, aceitaram as inovações vindas de além Pirenéus, incentivando, até, a aceitação das reformas junto aos mosteiros que patrocinavam[72].

A pressão almorávida a sul do Tejo e as turbulências resultantes da aplicação das reformas eclesiásticas franco-romanas, exigiram nos territórios galaico-portucalenses uma

---

2 – O mosteiro de Ermelo que, muito provavelmente, teria sido construído numa época anterior à da rainha Teresa, que lhe doou os bens reguengos de S. Martinho de Britelo, concelho de Ponte da Barca (COSTA, 1984: 31-32).

[69] O conde de Portucale superentendia a área Entre Douro-e-Minho, enquanto o senhor de Coimbra era o responsável pelas terras a sul do Douro (BEIRANTE, 1993: 269-274).

[70] Paróquias com idade igual ou anterior ao séc. X, segundo o censual organizado pelo bispo D. Pedro entre 1085-1089 (COSTA, 1959: 171-206).

[71] MATTOSO, 1987a: 26.

[72] MATTOSO, 1987d: 167-181.

autoridade militar não só eficaz, como em consonância com os objetivos das reformas em curso, pelo que Afonso VI decidiu redefini-los em condado e entregá-los ao nobre borgonhês Raimundo[73].

Não satisfeito com a decisão tomada, o mesmo monarca autonomizou e entregou, em 1096, a Henrique[74], o borgonhês, os territórios que desde o rio Minho se estendiam até à *terra dos mouros*, sob a designação de *Condado Portucalense*[75].

Reajustamentos políticos e estratégicos, muito provavelmente, estiveram na base da separação administrativa de territórios que sempre, até essa data, tinham estado debaixo de poderes de decisão comuns e fizeram, mais uma vez, do vale do Lima terra de fronteira.

Fronteira que já não resultou do confronto entre povos distintos, do ponto de vista cultural, mas dos pronunciados acidentes geográficos, os vales do Minho e Lima, as serras da Peneda, Amarela e Gerês, que separaram o *Condado Portucalense* dos territórios galego e leonês.

Acidentes geográficos que contribuíram para o delinear dos contornos de unidades políticas dominadas por aristocracias com uma longa tradição cultural e de autonomia, fortemente intervenientes nas questões sucessórias da monarquia leonesa, de que sempre resultaram benefícios, quer no reforço da autoridade, quer no alargamento territorial. Por outro lado, o quadro eclesiástico não era mais tranquilizante, com a organização diocesana a processar-se a um ritmo forte, principalmente no séc. XI, antevia confrontos nas respetivas áreas de influência entre Compostela, muito prestigiada pelo túmulo do Apóstolo Santiago e a Sé bracarense, a sucessora de uma antiga metrópole da instituição suevo-visigótica.

Factos como estes, suscetíveis de gerarem conflitos, foram, quase sempre, resolvidos através das armas nas sociedades eminentemente guerreiras, como estas, as do Noroeste Peninsular. A prolongarem-se as tradições bélicas, o vale do Lima e territórios que o enquadram transformar-se-iam num dos principais palcos de disputa entre os poderes distintos em presença. Além disso, o território limiano funcionava como proteção das terras situadas a sul, mais férteis e povoadas, e, por isso, importantes para a sobrevivência de qualquer pólo difusor de autoridade situado no Entre Douro-e-Minho.

Conjunto de razões suficientemente importantes para justificarem e confirmarem, de modo inquestionável, nos tempos subsequentes à instituição do Condado Portucalense, em 1096, mas, principalmente, após a morte de Afonso VI, em 1109, o vale do Lima como parte integrante das terras de fronteira.

---

[73] MATTOSO, 1983: 12.

[74] Apesar de ser estrangeiro encontrava-se ligado à casa real castelhano-leonesa, pelo casamento com Teresa, a filha fora do casamento de Afonso VI.

[75] Muito provavelmente, Afonso VI autonomizou o Condado Portucalense devido à incapacidade de Raimundo em defender territórios estrategicamente tão importantes na defesa do reino, passando a concentrar as suas atenções e autoridade no controlo dos territórios galegos a Norte do rio Minho (MATTOSO, 1983: 18-19).

1.2. ESTRATÉGIAS PARA A AUTONOMIA E ESBOÇO DOS CONTORNOS TERRITORIAIS

A circunstância de existir uma estreita relação de dependência em relação ao monarca leonês, Afonso VI, não impediu que o conde Henrique aproveitasse todas as ocasiões para proclamar a sua autonomia no período de governação do Condado Portucalense (1096--1112).

Assim, se a nível interno se preocupou em tranquilizar a nobreza portucalense através da concessão de privilégios, imunidades e da atribuição de cargos influentes, a nível externo, as suas atenções voltaram-se, tanto para as intervenções militares na periclitante fronteira sul, onde a ameaça almorávida era constante, como para áreas dispersas pela Península. A sua posição de nobre franco ligado familiarmente aos interesses cluniacenses foi determinante não só na tomada de decisões a favor da consolidação dos objetivos da Cristandade de além Pirenéus[76], como nas pretensões ao alargamento do respetivo domínio político no Norte Peninsular[77] com a obtenção dos senhorios de Zamora e Astorga em 1111.

A morte de Henrique, em 1112, pôs em causa toda esta estratégia de expansão em terras galegas e leonesas. A viúva, Condessa Teresa, recebeu a autoridade condal num momento particularmente delicado. Se por um lado, os ataques almorávidas faziam perigar a fronteira sul, tornando-se imperiosa a sobrevivência de Coimbra, por outro, a contenda sucessória que se desenrolava em terras galegas e leonesas acabaria por envolver as hostes portucalenses. Se a contenção almorávida não se transformou numa façanha impossível, já foi difícil para Teresa manter uma posição imparcial entre os interesses das nobrezas, a portucalense, cada vez mais desejosa de uma autonomia face à Galiza, e a galega que esperava da Condessa a reunificação dos territórios a Norte e a Sul do rio Minho.

Neste confronto de interesses, mais uma vez, o vale do Lima se transformou num dos palcos preferenciais das complexas estratégias bélicas cujos planos de ação estão, ainda hoje, em grande medida, por discernir. Contudo, as opiniões expressas, quer em documentos portugueses, quer em documentos galegos, são concordantes que, após a morte do Conde Henrique, Teresa dominaria, entre outras, as terras a norte do rio Minho até ao

---

[76] Promoveu a nomeação de dois francos para as mitras de Braga e Coimbra, nomeadamente, Geraldo de Moissac e Maurício Burdino, apoiou a aplicação das regras de Cluny nos cenóbios do Condado, ao mesmo tempo que fortaleceu as posições da Igreja Portucalense frente a uma Sé Compostelana, que sob as orientações do bispo Diego Gelmires, buscava cada vez mais protagonismo (MATTOSO, 1983: 26-30).

[77] O desejo de Henrique em obter vantagens políticas e territoriais para o Condado Portucalense ficou, já, expresso em 1105, quando assinou o *Pacto Sucessório* com Raimundo. Pelas vitórias conseguidas, conseguiu Henrique a entrega de territórios leoneses, no qual se incluía Astorga e territórios na Galiza, até ao Castelo da Lobeira, que estariam incorporados no Condado Portucalense, aquando da morte do Conde Henrique, em 1112 (BRANDÃO, 1944: 79-82; 129-131. MATTOSO, 1983: 33-35).

Castelo da Lobeira[78], o território da Límia com Ourense incluído, territórios perdidos após a derrota humilhante em 1121.

Com tomadas de posições, claramente orientadas para a Galiza, Teresa conseguiu, em 1122, na sequência das pazes estabelecidas com a irmã Urraca recuperar a sua autoridade sobre a Límia[79] e, em 1125, sobre Toroño[80].

Assim, pelos anos de 1125, a autoridade de Teresa, em concluo com a nobreza galega, estender-se-ia na terra galega por Toroño e Límia, com núcleos urbanos importantes, como Tui e Ourense.

Sempre em sintonia com os interesses galegos e as estratégias hegemónicas do Bispo Gelmires, bispado de Tui, que incluíam a subalternização de Braga, antiga sede metropolitana, Teresa concedeu importantes doações à diocese de Tui com a outorga de importantes privilégios.

A resistência oferecida pela Igreja de Braga[81] às tendências expansionistas da Sé de Tui e o descontentamento dos nobres portucalenses que, com desagrado, assistiam à deslocação dos centros de poder para norte do rio Minho, associados à incapacidade de Teresa e respetivos membros da corte, nomeadamente os Trava, em resistir ao avanço combinado de Afonso VII e do bispo Gelmires nas terras de Portucale foram fatores, mais que suficientes, para uma oposição centrada em Afonso Henriques, que retomando o velho projeto do conde Henrique, tomou a chefia do Condado Portucalense, após a vitória na batalha de S. Mamede, em Guimarães, em 1128.

Com Afonso Henriques à frente dos destinos do Condado e após a morte de Teresa em 1130, criaram-se as condições para os avanços em direção ao sul islâmico, que garantiriam, não só um alargamento territorial, como o acesso a riquezas inquestionáveis nas cidades do Garb-Al-Andaluz. Além disso, as posições dos Travas e do bispo de Tui estavam, gradualmente, a enfraquecer-se perante a posição, cada vez mais forte, de Afonso VII.

Pareceria que as terras limianas e os territórios a norte iriam entrar numa época de acalmia, após a turbulência dos últimos anos, quer provocada pelos exércitos castelhano-leonês e portucalense, quer pelas piratarias muçulmana e *viking* que continuavam a flagelar, com regularidade, as áreas ribeirinhas do Noroeste Peninsular.

---

[78] Uma grande questão, que se coloca, ainda, nos nossos dias: que Lobeira é que os documentos referem? A Lobeira do vale do Lima, ou a Lobeira, localizada mais a Norte, na província de Pontevedra? Se nos reportarmos à Lobeira limiana, diremos que o Condado Portucalense não se estendia, a Norte, muito além dos contornos atuais. Se nos referimos à Lobeira, província de Pontevedra, então, o Condado Portucalense distribuir-se-ia por uma larga área em territórios galegos.

[79] Na carta de 1122, Teresa outorgou a sua protecção aos moradores de Ourense, estabeleceu um mercado municipal e doou à Sé vários bens e direitos senhoriais («D.R.», n.º 60, *D.M.P.*, V. I: 75. MACIAS, 1918-1922: 407-408. MATTOSO, 1983: 44).

[80] «(...) Toroño como fronteira de Portugal: a Terra de Toroño comprehendia do rio Minho para o Norte (...)» (CALDEIRA, 1873: 286).

[81] Diocese muito prestigiada pela antiga posição de metropolitana e pela hegemonia que atingiu na época suevo-visigótica, com uma reorganização apoiada pelo conde Henrique e que se baseou no modelo franco-romano. (COSTA, 1959, vol. I: 7-38).

Se o contorno político da fronteira, a norte, regressou ao rio Minho, após o desaire de 1127[82], as interações estabelecidas, ao longo do tempo, pelas populações do Noroeste e, nomeadamente pelas limianas, mantiveram-se sempre muito fortes, intensificadas, ainda, pelo facto da diocese de Tui fazer sentir a sua hierarquia nos territórios portucalenses limitados a sul pelo rio Lima.

O Lima tornou-se, assim, como que a divisória entre um norte, residência de famílias nobres galegas e, eclesiasticamente ligado à diocese de Tui, e um sul, centro dos mais significativos apoios, material e humano, à autoridade condal portucalense. Afonso Henriques, para contrariar a influência galega, tinha de procurar garantir, em primeiro lugar, o domínio da cidade de Tui e das áreas envolventes, Toroño e Límia, o que lhe permitiria controlar uma sede de bispado, que se assumia como um dos elementos chave para a hegemonia das áreas polarizadas pelos rios Minho e Lima.

Se a estratégia utilizada por Afonso Henriques não foi linear, não deixou, apesar de tudo, de ser importante na vida das populações até finais da década de sessenta do séc. XII. Ela oscilou entre ocupações territoriais militarmente agressivas, recuos estratégicos ou impostos, aliciamento de apoios perante a concessão de doações e hábeis aproveitamentos das divergências, que não deixaram de dilacerar a nobreza galega. Intervenção que com o decorrer do tempo foram dependendo cada vez mais dos ritmos determinados pelas ações a empreender na fronteira sul.

Quanto às ações dos monarcas castelhano-leoneses, sempre norteadas pela necessidade de manter inatingível o seu prestígio e autoridade, assentaram, tanto no confronto bélico, como na utilização hábil da diplomacia.

Por todo este conjunto de motivos, tempos conturbados atingiram, de novo, estas terras de fronteira e, logicamente, o vale de Lima, com Afonso Henriques a desencadear estratégias militares que lhe permitissem a autoridade em territórios como os de Toroño e da Límia.

Apesar de todas as façanhas bélicas em que, com sucesso, esteve envolvido nas terras a norte do rio Lima, Afonso Henriques, após o desastre de Badajoz em 1170, era um caudilho militar derrotado, humilhado e com a saúde debilitada, pelo que foi obrigado a ceder todos os territórios integrados, quer na Límia, quer em Toroño. Os anos que decorreram até 1185 foram dominados pela pressão almóada sobre a fronteira sul. As dificuldades vividas pelos reinos peninsulares deixou para segundo plano os conflitos fratricidas que tinham perturbado as fronteiras internas da Cristandade.

A estabilização da guerra com os almóadas permitiu que nos últimos anos do séc. XII, Sancho I já não recorresse à via diplomática para resolver os seus conflitos com o rei de Leão.

---

[82] Quando se lê que, em 1130, já estava estabelecida a fronteira entre a Galiza e Portucale, querer-se-á referir que já eram bem evidentes as províncias de fronteira, onde se delineariam os contornos de uma linha de raia, que tardou a surgir (MAÑA, 198: 24).

Os períodos intercalares, de paz e de conflito militar sucederam-se, por motivos, principalmente de querelas entre as famílias da nobreza peninsular, mas, a partir de 1220 deu-se início a um longo período de acalmia, pois, na verdade, o enfrentamento entre as monarquias leonesa e portuguesa já não podia ter lugar em regiões periféricas, mas sim, naquelas que se assumiam como as mais centrais e estratégicas para garantir as melhores condições no acesso ao sul islâmico.

1.3. A ORGANIZAÇÃO ESPACIAL *VERSUS* ESTRUTURA DEFENSIVA

O vale do Lima, desde os primórdios da sua humanização, apresenta elementos na paisagem facilmente identificados com os problemas de defesa suportados pelas populações.

Em plena época da cultura castreja, foram os cimos dos montes assentes em vertentes agrestes e declivosas, os sítios privilegiados para a implementação de estruturas defensivas *sui generis*, os povoados fortificados.

A ocupação romana na localização das construções de defesa optou por posições, que facilitassem o controlo de sistemas de lugares, ou por que estavam próximas da rede fluvial, ou então, das redes de caminhos, tradicional e, recentemente, construída. A civilização romana trouxe para a Península novos princípios no conceito estratégico de defesa.

A opção pelos lugares, cujas acessibilidades rentabilizassem os controlos defensivo e estratégico da área a ocupar foi, também, seguida, quer pelos invasores de origem germânica, quer pelos de origem árabe. Contudo, a instabilidade e insegurança vividas levaram as populações a reocupar antigos povoados de altitude e a recuperar outros, que nunca tinham sido totalmente abandonados.

Com o emergir da Reconquista Cristã assistiu o Noroeste ao aparecimento de uma nova estrutura arquitetónica, exclusivamente militar, concebida para acolher, não um povoado, mas uma pequena guarnição de soldados encarregados da segurança de um território. Ao castelo[83] competia defender uma área, em coordenação com os castelos limítrofes inseridos na mesma estratégia, estando muitas vezes ligados uns aos outros por torres de vigia (atalaias). Do castelo saíam as forças que percorriam os campos vizinhos dando segurança às populações e aos trabalhos agrícolas, que ali recolhiam e para ali transportavam o produto da colheita.

[83] Recinto fortificado, cercado de altas muralhas ameadas, onde, de espaço a espaço, se erguem torreões ameados, alguns com funções específicas, localizados em posição estratégica e topográfica propícia à resistência (em princípio em lugares altos), à observação, à proteção das populações vizinhas, que nele se refugiavam, ou à proteção de um sítio ou povoação (NUNES, 1988: 35-42).

Esta nova conceção de defesa explica, no fundo, a mudança no tipo de povoamento, com uma nítida e decisiva distribuição das populações pelos vales agrícolas, já iniciado com a ocupação romana, mas, que se intensificou nas centúrias seguintes e, apenas, se concluiu nos séculos XI-XII[84] (Fig. 5 – mapa – *Lima raiano: Estruturas de defesa e de povoamento medievais*).

Assim, o estudo desta nova estrutura militar, o castelo, revela-se de primordial importância na compreensão da organização de qualquer um dos territórios peninsulares, nomeadamente o vale do Lima.

Questionar o processo do *incastellamento* no vale do Lima raiano significa, segundo os objetivos já definidos e na base da documentação que conseguimos reunir, refletir sobre a rede de edificações militares, com idade e arquitetónica diferenciadas, que surgiram num período lato de quatro séculos[85] e sobre os quais se apoiou o sistema defensivo/ofensivo do território.

Numa leitura comparativa (Figs. 4 e 5) poder-se-á inferir que a muitos dos antigos castros sucedeu-lhes o castelo românico. Deste modo, segundo as épocas históricas distintas, o homem, nomeadamente, o do vale do Lima, optou para a instalação dos seus sistemas defensivos pelos *sítios*, normalmente elevados, e pelas *posições*, que lhe asseguravam o controlo e coordenação de extensas áreas matizadas pelas rechãs e fundos de vale, retalhadas em parcelas culturais com solos de sopé e, ou, de aluvião formados paulatinamente pela acumulação dos detritos provenientes da escorrência e da erosão normal.

Foi o caso do castelo de Castro Laboreiro[86] (Fig. 5), lugar central de uma rede viária, na qual evidenciamos os eixos que o interligam, não só aos núcleos de Milmanda e Celanova, como às vilas de Melgaço e dos Arcos de Valdevez, que adquiriu uma posição estratégica preciosa para o domínio da raia seca entre o Lima e o Minho.

Implementado numa elevação escarpada sobre o soco granítico, de acesso muito difícil, cuja edificação atual corresponde a uma construção de Dinis, em 1290, atinge-se, a par-

---

[84] A partir do momento em que as populações se distribuem pelas áreas de vale, os amuralhamentos, só podiam garantir a segurança de uma parte do território e das populações. Daí, a necessidade de se erguerem muralhas em torno das principais aglomerações e em construir uma rede de castelos sob a qual se apoiasse o sistema defensivo do território (BARROCA, 1990/91:89).

[85] Problemas de ordem metodológica se nos levantaram. Perante a rede densa de construções militares, optámos por dar uma maior atenção àquelas que se localizam na bacia do Lima. Contudo, outras edificações contribuíram, também, de modo decisivo, na manutenção da área, pelo que lhes fazemos uma breve, mas, oportuna alusão.

Uma outra questão surge, não menos importante: que edificações militares abordar? As já confirmadas pelas investigações arqueológicas ou, também, as referenciadas apenas nos manuscritos? Optámos por dar uma maior atenção àquelas cuja existência já está devidamente comprovada pelos vestígios encontrados.

[86] A primeira referência, devidamente identificada, sobre Castro Laboreiro data de 1143, na Carta de Couto atribuída por Afonso Henriques ao Mosteiro de Paderne, concelho de Melgaço, quando o monarca justifica os privilégios concedidos ao mosteiro, pelos serviços que a Abadessa lhe tinha prestado, aquando da tomada do castelo de Laboreiro («D.R.», n.º 186, *D.M.P.,* T. I, 1958: 229).

tir do lugar da Vila, quer pelo Norte, através do caminho que é o mais difícil, mas também o mais curto, quer pelo nascente, por um caminho mais suave, mas que, ambos conduzem, diretamente, à porta da Traição, vulgarmente, conhecida pela porta do Sapo. Contudo, um outro acesso, aparentemente, uma via romana, liga a Vila, precisamente a Ponte Velha, à porta principal, a porta a nascente, a porta do Sol.

Do castelo, com dois recintos muralhados[87], em que o maior teria como função abrigar as populações e gado, nas épocas de invasão, vislumbra-se uma panorâmica quase total da freguesia, a do vale, em direção a sul, e a das orlas do *planalto*, para nascente e norte.

A primeira informação «topográfica», que encontramos, sobre este castelo e o lugar, o da Vila, data do século XVI, da autoria de Duarte de Armas, sob a forma de uma planta e dois desenhos, duas vistas panorâmicas, obtidos em duas posições diferentes, as das bandas do norte e do sul. É de crer que se tratam de desenhos efetuados com a preocupação em retratar a fortaleza com a maior exatidão e objetividade possíveis, pois se a torre de menagem desapareceu por completo e parte das muralhas caíram em ruínas (agora restauradas) em 1949[88] e 1957[89], ainda, se podia localizar, na vista de sul, a fonte que o Autor legendou como «hũa fonti muy booa» (Fig. 6 – mapa – *Castro Laboreiro (séc. XVI): «Vista da banda sul»)*.

Castelo de raia seca dinamizou o lugar da Vila, como centro de um território, em que os contornos do concelho e paróquia se confundiam[90], abrangia uma única comunidade, a «castreja»[91], distribuída por casais afastados, numa região agreste e dificilmente controlada pelo poder central, mas estratégica, porque assegurava a primeira linha, em caso de instabilidade bélica, como aconteceu, por exemplo, nos primórdios da nacionalidade, nas Guerras da Independência e da Restauração[92].

---

[87] O castelo foi alvo de reparações na década de cinquenta. Na década de setenta foram desenvolvidos trabalhos de escavação sob a coordenação do Arquiteto Roberto Leão, dos quais resultaram a exumação de precioso espólio, que se encontra em fase de catalogação.

[88] Os Padres Pintor e Rodrigues orientados pelos desenhos de Duarte de Armas, localizaram a nascente na vertente voltada a sul, pondo a hipótese de que a fonte estaria soterrada (PINTOR, 1977: 10).

[89] Armando Cortesão e mulher, em 19 de Agosto de 1957, em visita a Castro Laboreiro, localizaram a fonte, que estava praticamente seca, através da vegetação exuberante «em contraste com a aridez dos temerosos rochedos encimados pelas ruínas do castelo» (CORTESÃO *et al.*,1987, vol. I: 72).
Apesar de todos os esforços que foram enveredados, nos finais do século XX, não se conseguiu encontrar vestígios da Fonte que brotava na vertente sul e em plena pujança no século XVI.

[90] O concelho de Castro Laboreiro, constituído por uma única freguesia, a de St.ª Maria de Castro Laboreiro, perdurou de 1271 a 1855.

[91] «(...) O nome pátrio dos habitantes de Castro Laboreiro é crastejo, que assenta na forma popular de crasto (...)» (VASCONCELOS, 1927, vol. II: 21).

[92] O castelo de Castro Laboreiro esteve sob coordenação da alcaidaria-mor do Castelo de Melgaço, durante longos períodos, nomeadamente, desde meados do séc. XVI (1542), quando Melgaço e Castro Laboreiro passou a ser Domínio Senhorial da Casa de Bragança (PINTOR, 1975: 114); (I.N.T.T., *Chancelaria de D. João III*, L. 38: fl. 125).

Mercê desta posição estratégia se compreende o sistema defensivo implementado na bacia do Minho através de aparelhos militares, como os de Milmanda[93], St.ª Cruz[94], Sande[95], ou Vila Nova dos Infantes[96], que Afonso Henriques pretendeu dominar, através das variadas incursões e ataques, que efetuou no território galego (Fig. 5).

Se do castelo de St.ª Cruz não se encontram vestígios, em relação ao de Sande existe a Torre que, embora degradada, se impõe na paisagem de um modo austero, mas majestoso, reportando-nos às épocas atribuladas como, por exemplo, à do cerco que Afonso Henriques lhe impôs nos agitados anos da década de sessenta do século XII (1165).

Do castelo de Milmanda prevalece a torre de vigia, reaproveitada como campanário da Igreja de St.ª Maria, além dos troços da muralha que delimitam o pequeno burgo, ainda hoje habitado. A uma distância próxima, situa-se a recuperada vila medieval de Vila Nova dos Infantes que, com a sua Torre, não deixa esquecer ao forasteiro mais distraído a importância que readquiria, como qualquer outra estrutura permanente de defesa nos períodos de turbulência e instabilidade militares na fronteira luso-galega.

Como que numa breve súmula, dir-se-á que, em plena bacia do Minho, foi gizado um sistema estratégico de defesa[97], que não se limitou a enquadrar as aglomerações distribuídas pela secção jusante do próprio rio, mas também, as populações reunidas em povoados distribuídos num Lima, estrategicamente, matizado por uma rede de estruturas militares defensivo/ofensivas, devidamente organizada. Destas, destacamos, além do castelo de Castro Laboreiro, posição avançada na vertente ocidental do vale limiano, um conjunto de castelos e torres.

Assim, na Terra da Límia (Fig. 5), cuja rede hidrográfica condicionou a rede de caminhos, com um traçado sensivelmente paralelo, que se cruzaram através das pontes, ou, das

---

[93] No concelho de Celanova, freguesia de St.ª Maria de Milmanda. Desconhece-se a data da construção, embora seja opinião consensual estar implementado num velho castro. A importância estratégica no longo período de «separação» de Portugal é, unanimemente, reconhecida. Atualmente, permanecem na paisagem, como elementos evidentes, um troço da muralha, que envolve o núcleo da povoação, e a torre adaptada a campanário da Igreja.

[94] Como não se encontram vestígios deste castelo, há manuscritos, que embora sem o explicitarem, permitem deduzir que se localizou na paróquia de St.ª Cruz de Grou, concelho da Lobeira. A leitura da documentação que descreve o contencioso entre o Mosteiro de Celanova e o conde de Benavente, sobre a jurisdição civil e o senhorio deste castelo e territórios dele dependente, com sentença de 18 de Agosto de 1503, situam-no na paróquia de Riodemolinos, concelho de Quintela de Leirado, localização com a qual concordam os investigadores galegos contemporâneos (A.H.O. – *Documento 71*, Cajón 69, Caja 9862, Bande).

[95] Localizado no município de Cartelle, muito próximo da aglomeração de Oleiros, assenta num penhasco de difícil acesso, com origem, muito provavelmente, num antigo núcleo castrejo. É opinião generalizada que teria surgido nos últimos anos do séc. IX.

[96] Localizada na povoação medieval de Vila Nova dos Infantes, muito próximo da cidade de Celanova, desde o início ligada à família de S. Rosendo e ao próprio Santo, pertença do Mosteiro de Celanova e teria sido construído em tempos alto medievais.

[97] Este conjunto de fortalezas complementava um sistema mais complexo de defesa/ ataque estabelecido ao longo da linha de fronteira definida pelo rio Minho.

simples, mas úteis barcaças, nas secções, onde as margens das linhas de água se encontram mais próximas, começamos por evidenciar as torres[98], ainda hoje, imponentes na paisagem, de Pena[99], Sandias[100] e Porqueira[101].

Se nos debruçarmos sobre os respetivos *sítios* e *posições* não parecem restar dúvidas que respondem perfeitamente à necessidade do controle de vastas e amplas áreas do território envolvente, o extenso *plaino* do rio Lima interrompido pela «laguna» de Antela, atualmente um bom exemplo de emparcelamento e recuperação intensiva de solos com aptidão agrícola.

Como numa posição estratégica relativamente à torre da Porqueira, na margem direita do Lima, encontram-se vestígios do castelo de Celme[102], obra de Afonso Henriques, base importante, durante um curto período, nas suas incursões para Norte, pois, rapidamente teria sido tomado por Afonso VII. O *sítio* e a *posição* ótimas, do ponto de vista estratégico, permitiriam aos seus ocupantes o controlo, a oeste, da única entrada possível para quem viesse de sul, ou seja, da Baixa Límia, coordenando, assim, todo o vale até à Serra de S. Mamede.

Ainda em Xinzo de Límia se verificam vestígios de um outro castelo, na freguesia de St.ª Maria da Ribeira[103], cuja implementação estratégica fortaleceu o sistema militar da Límia, área muito favorável às incursões portuguesas do séc. XII, que atingiram, por vezes, a vila de Allariz[104] (Fig. 5).

No sistema ofensivo/defensivo da Límia, mas, na parte meridional, se incluem outras fortalezas das quais destacamos (Fig. 5) os castelos sobranceiros ao rio Lima, o do Monte

---

[98] Estas torres são, praticamente, os únicos vestígios de fortificações da Límia melhor conservados e teriam no seu recinto murado outras construções, que só investigações arqueológicas futuras poderão publicitar.
CAO, 1997: 54-59).

[99] Localiza-se no município da Porqueira de Límia. Há controvérsia sobre a data da sua construção. As hipóteses medeiam entre uma construção sueva ou uma construção do séc. XII.

[100] Situa-se no Município de Sandias, implementada sobre um antigo castro, outrora junto à lagoa, e, atualmente, numa colina. Muito provavelmente, a construção do castelo, do qual fazia parte, data do séc. XII.

[101] Localizada no município de Xinzo é, das três torres, a melhor conservada. Seria construída nos sécs. XI-XII, segundo as opiniões mais generalizadas.

[102] Localizado no município de Rariz da Veiga, freguesia de Sta Maria de Congostro, é opinião aceite pelos investigadores por nós consultados, que foi mandado construir por Afonso Henriques, numa das suas incursões à Límia, mantendo-se divergências, apenas no que diz respeito à data, 1133 ou 1139. Atualmente, não existem nem a torre, nem o castelo, apenas alguns vestígios (IGLESIAS *et al*, 1995: 49-65).

[103] Assenta, muito provavelmente, num antigo núcleo castrejo, com data sempre anterior ao séc. XII, com certeza o séc. X. Do castelo não há restos, apenas vestígios a nível toponímico.

[104] Allariz, cujo castelo teria sido o centro nevrálgico do sistema militar, no período conturbado da independência lusa, e cuja localização de desconhece actualmente, apesar de toda a documentação existente, pelo que investigações arqueológicas poder-se-ão desenrolar num periodo próximo (FERNANDEZ, 1957-58: 169-196; *FRANCO et al.*, 1992: 296; RUMBAO, 1984:18.

dos Castelos[105] e o de Araúxo, também conhecido pelo da Vila[106], os implementados na secção a montante do rio Salas, o da Rainha Loba[107] e os outrora portugueses da Piconha[108] e de Sandin, também conhecido por Portelo[109], enquanto das torres evidenciamos, segundo as fontes que conseguimos reunir, a de Lobios[110], a de Aceredo e a do Castelo das Donas[111].

Se do Monte dos Castelos, apenas, se conhecem vestígios soltos, entre outros, cerâmica e numismática, que permitirão levantar a hipótese da existência de uma provável unidade ofensiva/defensiva, que, de facto, não está investigada, já o castelo de Arauxo no interflúvio das bacias de Caballeiro e do Salas, constitui uma verdadeira fortaleza natural a dominar uma paisagem de rara beleza, que tem como fundo, nos dias de hoje, a barragem do Alto do Lindoso.

Independentemente da importância defensiva/ofensiva que estas fortificações, por ventura, viriam a exercer, não se pode ficar indiferente, uma vez no terreno, às preciosas posições estratégicas, que permitem o controlo pleno das passagens para Portugal, através de vales como, por exemplo, o do Salas e Montanha, que conectam, respetivamente, os territórios de Montalegre e de Castro Laboreiro.

Embora se desconheça a data de construção[112] do castelo de Arauxo, ou, da Vila, quando se tem em conta a primeira referência documental conhecida, poder-se-á datar do século XII[113]. Se as recentes investigações arqueológicas indiciam a construção do castelo de Arauxo para a Baixa Idade Média, a destruição que teria sido violenta, ter-se-á verificado pela segunda metade do séc. XV. Atendendo ao período de existência, poderemos pensar que exerceu, com certeza, uma certa importância na estratégia ofensiva/defensiva da área em estudo.

---

[105] Localizado no Monte dos Castelos, município de Entrimo, um antigo castro, muito provavelmente deu lugar a uma fortaleza medieval, a avaliar pelos vestígios arqueológicos espalhados nas vertentes do Monte em questão.
(*FRANCO et al.*, 1992: 296. RUMBAO, 1960, *La Región*: 3-6. GARCÍA, 1922b: 389-395).

[106] Localizado no município de Lobios, freguesia de S. Martiño de Arauxo, muito próximo de Portugal, nomeadamente, do Lindoso e Portela do Homem. Foram efetuadas escavações arqueológicas e encontra-se assinalado pela reconstituição de estruturas, como a porta de acesso ao castelo. Enquadra-se nos denominados castelos roqueiros, ou, «ninhos de águia». (DURAN, 1997: 15. FRANCO *et al.*,1992: 293-294. RUMBAO, 1960, *La Región*: 3-6).

[107] Localizada no município de Baltar, não há, ainda, uma opinião generalizada sobre a data de construção, pondo-se a hipótese de se implementar na cidadela pré-romana de Salas. Foi mandado demolir por Filipe IV, no séc. XV, por que se tinha convertido num ninho de ladrões e contrabandistas.

[108] Na povoação da Piconha, em frente a Tourém, povoação do concelho de Montalegre, na Terra de Barroso, já no séc. XVI, se encontrava «dentro da Galiza», conforme refere a demarcação efetuada no ano de 1538 (A.D.C.B., MS. &/NG., 6: fl. 307).

[109] Localizado no termo de Barroso.

[110] Localizado no município de Lobios, na paróquia de St. Martin, conservam-se os muros em ruínas. Atribui-se a construção a Payo de Araújo, cavaleiro de ascendência portuguesa.

[111] Uma provável torre de vigilância de carácter roqueiro situada na jurisdição de Rio Caldo.

[112] Muito provavelmente será contemporâneo do castelo de Castro Laboreiro, pois teria sido construído no período lato dos sécs. IX-X, período de avanço das forças asturianas e povoamento da Límia (FRANCO *et al.,* 1992: 293-294).

[113] Muito provavelmente 1175 e 1176, ano em que Fernando Anes teria povoado a vila de Arauxo.

Sem querermos entrar em detalhes, salientamos o facto da implementação do castelo da Vila estar perfeitamente adaptada à morfologia da área e se enquadrar no grupo dos castelos roqueiros, ao erguer-se sobre um afloramento rochoso, com as vertentes de forte declive e de difícil acesso, a dominar uma área com cruzamentos complexos de vias de comunicação, nomeadamente as que davam acesso a Portugal (Fig. 5).

Conhecido, também, pelo nome da povoação que lhe fica muito próximo, a aldeia da Vila, fundada em 1150, que se teria salientado, em termos de importância hierárquica, em relação aos lugares vizinhos, o que lhe mereceu, nos meados do séc. XIV, o estatuto de Vila, para o que, muito provavelmente, terá contribuído a presença do castelo (Fig. 5).

Como que, ainda, sob a proteção imediata do castelo e circundando a aldeia da Vila, distribui-se, pela secção jusante do Salas, isto é, pelas bacias dos rios Caballeiro e Lobios, um conjunto de lugares, quer localizados a montante, e implementados às maiores altitudes, em plena vertente, que nos conduz aos cimos da serra do Xurés, quer a jusante, os de menores altitudes, com uma forma mais irregular e densa na distribuição.

Neste conceito de esquema defensivo, apoiado na seleção de posições estratégicas, se enquadra o atual concelho da Lobeira, com a respetiva sede, a Vila, atendendo à cota a que se encontra localizada, a dominar a secção jusante do Grou e todo o território limiano, desde Caballeiros à serra do Xurés, que inclui as entradas para Portugal, por Portela do Homem, além da Portela Velha, próximo da Madalena, no Lindoso, o que permite aos investigadores questionar a importância relevante que teria assumido esta Vila da Lobeira, mormente, nos períodos das guerras fronteiriças, apesar de não o poderem comprovar, por não encontrarem documentação específica, ou, vestígios arqueológicos sobre a existência de unidades defensivas para a época medieval e posteriores.

Mas, o sistema defensivo/ofensivo da Límia meridional só se completaria com a implementação de fortificações na secção a montante do rio Salas, que interagiriam com os sistemas defensivos portugueses, já, localizados no vale do Cávado. Elementos de um sistema bélico, que marcou uma época e cuja memória permanece através de documentos, manuscritos e descrições efetuadas em períodos posteriores, ou, sobretudo, da paisagem, mas, que não resistiram à deteorização inexorável do tempo, embora os vestígios, por vezes despercebidos, quer ao residente, quer ao visitante, aguardam, pacientemente, a atenção do investigador (Fig. 5).

Independentemente do estádio das investigações, não restam dúvidas que a Límia foi salpicada por uma densa rede de fortalezas, que enfrentou, em território luso, o Alto Lima, um sistema ofensivo/defensivo, mais rarefeito, constituído, na área em estudo, essencialmente, por quatro castelos[114] (Fig. 5).

---

[114] Evidenciamos a muito provável importância estratégica do castelo de Bouro, bastião defensivo português de Portela do Homem, uma das entradas privilegiadas na Baixa Límia, para quem utilizasse a geira romana que interligava esta área à cidade de Braga, a avaliar pelas frequentes alusões a Portela do Homem, na bibliografia por nós consultada.

Além da posição estratégica da unidade ofensiva/defensiva de Castro Laboreiro, evidenciamos a do castelo de Aboim da Nóbrega[115], assente num batólito de granito, que permitia controlar os vales do Vade e do Lima português e vislumbrar a bacia do Cávado, nomeadamente, o vale do Homem, desde as faldas ocidentais do Gerês até Braga.

Na circunscrição territorial sob administração e controlo do castelo da Aboim da Nóbrega edificou-se o castelo do Lindoso[116], com uma função estritamente militar e sem qualquer estatuto jurídico-administrativo autónomo, no período medieval.

Localizado junto à fronteira, o castelo do Lindoso não só atuou, de acordo com as posições estrategicamente tomadas por Aboim da Nóbrega, provavelmente, em coordenação com o de Castro Laboreiro, como foi o escudo da vanguarda, a par de Castro Laboreiro, ao sistema ofensivo galego, articulado pelo «triângulo» castelos de Milmanda, St.ª Cruz e Allariz/sistema frontal da Límia (castelo de Celme, torres da Porqueira, Pena e Sandiás).

De construção dionisina, o sistema defensivo do castelo do Lindoso foi alvo de uma completa reestruturação ao longo da segunda metade do séc. XVII, adaptando-se às exigências determinadas pela introdução da artilharia nas táticas militares da época[117]. Há que destacar a intervenção efetuada pelos espanhóis em 1662, quando construíram uma nova muralha em volta da cerca medieval, após a tomada do castelo, na sequência de cinco dias de violentos combates[118] sendo retomado numa difícil e heroica jornada, em 1664.

---

[115] Freguesia de Sampriz, concelho de Ponte da Barca. A primeira referência conhecida encontra-se no «Livro do Inventário dos bens de Mumadona», 1059 – «Et ad radice castro annofrice» (*P.M.H.,* D.C.: 420).
Em 1130, surge com a designação de «Agnobrega» («D.R.», n.º 11» – *D.M.P.,* vol.I).
Em 1220 é referenciada por «Annovrege» e «Annovrega» («I. Afonso II», 1220, *P.M.H., I.*, vol.I, 1888: 38, 117, 188 e 235).
Em 1258 identifica-se por «Agnofrica». Cabeça da Antiga Terra da Nóbrega, o castelo, hoje reduzido a vestígios, no cimo de um penedo vigoroso, teria sido mandado construir por Ourigo Ourigues da Nóbrega, o Velho, sobre as ruínas de um velho castro («I. Afonso III», 1258, *P.M.H., I.*, vol. I, 1888: 38, 374, 406).

[116] Na freguesia do Lindoso, concelho de Ponte da Barca. O topónimo Lindoso já é referido nos documentos da demarcação da diocese de Braga, atribuída ao rei Miro, no período 569 a 582: «A fauce fluminis Limie per ipsum flavium usque ad Lindosum» (COSTA, 1959, vol. I: 29).
O castelo é de data bem mais recente, provavelmente, anterior a 1258. As Inquirições feitas nesse ano, no Lindoso, referem que os habitantes tinham por costume dar de comer ao alcaide do Castelo, quando este ia prestar preito dele à caça, ou, a recolher o seu pão: «dant a comer ao Alcayde do Castello quando vay a preito teer ou a monte correr ou a seu pam coler» («I. Afonso III», 1258, *P.M.H., I.*, vol. I, 1888: 414. COSTA, 1988, vol. I: 63).
Nas investigações arqueológicas recentemente desenvolvidas pelos investigadores do Parque Nacional da Peneda-Gerês ficou demonstrado que o castelo foi erigido em meados do séc. XIII, pelo que consideramos o século da edificação (FONTES *et al.,* 1994,V. I: 37).
Apesar das divergências sobre a data da construção, as opiniões dos investigadores, historiadores e arqueólogos, coincidem quando afirmam que o castelo teve uma função estritamente militar e nunca deteve, enquanto existiu a Terra da Nóbrega, qualquer estatuto jurídico-administrativo autónomo, a circunscrição territorial em que o castelo se inseriu.

[117] Recordamos que o castelo do Lindoso, na Idade Média, não tinha independência jurídico-administrativa, pois permanecia sob coordenação directa do castelo da Nóbrega.

[118] FONTES & REGALO, 1997: 30-31.

Assinada a paz, em 1668, reconhece-se ao castelo do Lindoso um papel decisivo na manutenção do traçado da fronteira no Lima.

Há, ainda, a evidenciar que este castelo se articulava, à escala local, com um sistema defensivo mais denso, implementado sobre o rio Cabril, de três trincheiras e três baterias, respetivamente, em Chão do Clérigo, Portela e Eido Velho, controlando, deste modo, o acesso ao vale do rio Lima, que era, ainda, mais dificultado, nos tempos de guerra, com a destruição da ponte em madeira, que fazia a ligação das duas margens do Cabril (Fig. 7 – mapa – *Desenho topographico do Lindoso, Anno 1803*).

Atendendo à função, exclusivamente militar, o castelo do Lindoso terá conhecido uma ocupação descontínua, aproveitando-se, de facto, os seus recursos apenas nos períodos de conflitos regionais e, ou, nacionais, mas, que não invalidou as influências cultural e social, que os seus militares exerceram sobre a população autóctone, a avaliar pela frequência com que eram convidados para padrinhos de Batizados e testemunhas de Casamentos, no século XVIII.

Castelo com funções estritamente militares, estava na Idade Média, como já o dissemos, sob comando do castelo de Aboim da Nóbrega, enquanto no século XVIII dependia da Praça de Valença do Minho, como sempre mencionaram, de forma solene, os diferentes Párocos no registo dos atos vitais a que assistiram militares, permanecendo ativo até 1895, ano em que ficou sob a vigilância da Guarda-fiscal[119].

Ainda nas faldas da serra da Peneda, o castelo de St.ª Cruz[120] foi, com toda a probabilidade, a primeira estrutura militar a organizar o território dos Arcos de Valdevez[121], pois a situação privilegiada, com o domínio das férteis terras de Valdevez, permitir-lhe-ia um vasto horizonte, no vislumbre dos movimentos das forças invasoras[122]. Além disso, a sua posição privilegiada permitia-lhe em coordenação com o castelo de Aboim da Nóbrega coordenar e implementar um sistema defensivo/ofensivo de uma área tão extensa como é a bacia do Lima, talhada em plenas serras Amarela e do Soajo e Peneda que, em termos latos, abrange a secção montante lusa, ou seja, o tramo que se estende desde a fronteira da

---

[119] Em 1932 foi declarado Monumento Nacional, apesar do estado arruinado em que se encontrava. Posteriormente foi alvo de recuperações diversas, mantendo-se, atualmente sob administração do Parque Nacional da Peneda-Gerês.

[120] Localizar-se-ia num penedo, sobranceiro à vila de Arcos de Valdevez a que, localmente, as populações chamam Castelo de Rio Frio, ou, simplesmente, Castelo. A primeira referência conhecida encontra-se no «Livro da Mumadona, Inventário dos seus bens», 1059 «ad radice castro sancta cruce» *P.M.H.*, *D.C.*: 420).
Em 1258, o castelo encontrava-se destruído, «(...) ora jas esse Castello derribado (...)». («I. Afonso III, *P.M.H., I.*, vol. I, 1888: 379).

[121] Parece ser opinião cada vez mais aceite, que uma «boa entrada» das forças leonesas, em território português, passaria pela serra da Peneda, a partir de Castro Laboreiro em direção ao vale do Vez. O castelo de St.ª Cruz, além de cabeça da Terra de Valdevez teria sido, muito provavelmente, um pólo defensivo importante.

[122] Ainda hoje se encontram na Serra da Peneda caminhos e carreiros, com direções e sentidos variados, que passando por Porto dos Asnos (limite de Castro Laboreiro e Lamas de Mouro), Sistelo (Padrão), Cabreiro (Couço), testemunham, muito provavelmente, a via mais fácil, para as forças invasoras, entre Castro Laboreiro e o vale do Vez (PINTOR, 1977: 33-38).

Madalena até Ponte da Barca/Arcos de Valdevez, sem esquecer, logicamente, os esquemas tácitos gizados em colaboração com o castelo de Castro Laboreiro, nos tempos de incertezas e de dificuldades bélicas (Fig. 5).

Não podemos deixar de recordar no vale do Minho a posição geoestratégica de Melgaço, que justificou a implementação de uma fortificação cujas principais finalidades seriam suster as investidas de leste, ao mesmo tempo que reforçava a primeira linha de avanço das forças leonesas, que encontravam como posto avançado o castelo de Castro Laboreiro, pelo que a vila se transformaria num flanco de apoio para qualquer iniciativa de expansão territorial sobre a Límia, além de completar a linha de lugares fortificados distribuídos pela margem esquerda do Minho, imprescindível na contenção dos ataques leoneses provenientes do Norte.

Logo, após a leitura (Fig. 5) poder-se-á inferir que os aparelhos militares medievais, galegos e lusos, nomeadamente, os cabeças de Terra[123], tiveram como princípios de localização um conjunto de fatores, de âmbito geográfico, os cimos elevados, favorecedores de amplos e vastos horizontes visuais e o traçado das redes, fluviais e viárias, além das posições resultantes do cruzamento das respetivas linhas, cruzamentos esses, que facilitaram o controlo e vigilância dos vastos territórios, que tinham, como missão, proteger.

Também, o nosso trabalho de campo nos permite acrescentar, que a distribuição destas estruturas militares, elementos privilegiados no ordenamento do território, tinha em conta os núcleos populacionais e as áreas com solos mais férteis, construindo-se, em casos, como o de Castro Laboreiro[124], cercas junto à muralha, assente em soco granítico, para nelas se abrigarem as populações e o gado, quando a insegurança aumentava.

Nesses momentos de crise, o sistema defensivo era complementado pela ação voluntariosa das populações locais, as únicas verdadeiramente conhecedoras das portelas e dos vaus que, aproximavam as populações espalhadas pelos aglomerados isolados da serra, mas, que em tempo de guerra, poder-se-iam transformar em perigosas vias de penetração das forças opositoras.

O conhecimento privilegiado do território pelos camponeses e resultante dos percursos, por vezes, diários às rechãs da *serra*, ou, a outros povoados das redondezas, eram ful-

---

[123] Unidade territorial, com designações diferentes segundo a autoridade que a coordenava, condado, tenência, (...) de dimensão muito variada, mas possuía uma única estrutura militar, o castelo cabeça-de-terra, que corporizava o poder e a ordem nesse território. Implementaram-se nos sécs. XI-XII, entrando em decadência em pleno séc. XIII. Desconhecem-se os motivos dessa decadência, mas, muito provavelmente estará relacionada, entre outros fatores, com a estabilização da fronteira (o tratado de Alcanices, foi assinado em 1297). Exemplo de *Terra*s, na área em estudo, a da Límia, a da Nóbrega e a de Valadares; na área envolvente, a de Milmanda e a de Santa Cruz (DOMINGUEZ, 1988: 37).

[124] As «Inquirições de Afonso III», na freguesia de Mou (a atual Riba de Mouro), Terra de Valadares, fazem referência ao dever do alcaide do castelo de Castro Laboreiro em acolher as populações, em caso de conflitos bélicos «(...) et o Alcaide desse Castello se os vir in coita deve os acoler no Castello et inparalos.» (*P.M.H., I.*, vol. I, 1888: 375).

crais não só na vigilância como na defesa, ou ataque dessas posições estratégicas[125]. Assim se pode explicar a participação dos habitantes, por exemplo, do Lindoso[126], do Soajo[127] nas estratégias de defesa, respetivamente de portelas, a do Cabril, na serra Amarela e a do Galo na Serra da Peneda. Também os habitantes da freguesia de Mou[128] eram chamados a vigiar as «travessas» do Monte Laboreiro[129], enquanto os residentes da freguesia de S. Salvador de Cabreiro guardavam a portela do Couço[130] (Fig. 5).

Há que recordar que o sucesso das façanhas militares passava essencialmente pela perda ou manutenção da unidade de defesa (o castelo), estrategicamente localizada. Daí se justificar em muitas ocasiões de conflito a necessidade de se «recrutar» homens residentes nas freguesias inseridas na área de influência direta da estrutura militar, a fim de participarem nas operações bélicas, como acontecia, por exemplo, com os residentes da freguesia de Riba de Mouro que tinham o dever de acorrerem ao chamamento do alcaide do castelo de Castro Laboreiro[131].

Um outro tipo de contribuição muito frequente no quadro defensivo solicitado às populações, nomeadamente aos camponeses do vale do Lima, incidiu nas prestações de trabalho manual de acordo com a condição social, as anúduvas[132], que abrangeram grande número de freguesias, além de outros tipos de contribuição, que podiam ser exigidos às populações, ainda, no âmbito da manutenção e reparação do castelo[133].

Não se pode, também, esquecer o facto do abastecimento da guarnição em alimentos e animais depender, em larga medida, das comunidades camponesas inseridas no territó-

---

[125] As referências encontradas nas «Inquirições de Afonso III», de 1258, sobre os deveres dos residentes nas freguesias serranas da Peneda, como guardar as portelas, favorecem a tese de que a serra da Peneda teria sido um espaço escolhido pelas forças leonesas nas incursões em território nacional, pois faz a ligação, com relativa facilidade, de Castro Laboreiro aos atuais Arcos de Valdevez.

[126] Em relação ao Lindoso, referem as «I. de 1258», que os habitantes guardavam a passagem do rio Cabril, em plena serra Amarela «(...) Et quando lis vem mandado de guardarem o porto de Cabril et de Lindoso amno de guardar terterdia (...)» (*P.M.H., I.*, vol.: I, 1888: 414).

[127] Também referem as «I. de 1258», que os habitantes do Soajo guardavam a passagem do rio Castro Leboreiro, na aldeia da Várzea «(...) dixerunt que guardam a Portela de Galo, et pectam as iij. Vozes conuszudas (...)». (*P.M.H., I.*, vol. I, 1888: 396).

[128] Atual freguesia de Riba de Mouro, concelho de Monção.

[129] (...) *dixerunt que quando ouverem guerra am de guardar as travessas do monte de Leboreiro* (...) («I. Afonso III», 1258, *P.M.H., I.*, vol. I, 1888: 375).

[130] (...) *se guerra vem do regno de Leom, vam guardar o porto de Couso (...) de Vilar de Cabreiro* (...) («I. Afonso III», 1258, *P.M.H., I.*, vol. I, 1888: 380).

[131] (...) *et se ouvirem voz dapelido do Castello de Leboreiro devenli a acorrer* (...). («I. Afonso III», 1258, *P.M.H., I.*, vol. I, 1888: 375).

[132] Anúduva, prestação de trabalho imposta para construção, reedificação e reparação das fortalezas e palácios ou moradas que ali serviam para albergar o castelão ou alcaide (PINTOR, 1975: 85).

[133] As I. de 1220 e 1258, mencionam, por vezes, outras obrigações dos residentes, através de expressões como *fazer o castelo*, ou, então, *levar madeira ao castelo* (BARROCA, 1990/91: 122-123).
Sobre a área em que incide, diretamente o nosso trabalho, não encontramos referências a este tipo de prestação.

rio sob proteção da fortaleza, cuja entrega era feita ao castelário[134], uma espécie de ecónomo a quem deviam, também, alimentar em determinadas circunstâncias como acontecia, por exemplo, na freguesia do Lindoso[135].

Se este tipo de informações, preciosas para o conhecimento das interações que eram estabelecidas pelo castelo, relativamente às populações moradoras na área envolvente, paisagens rarefeitas e organizadas por pequenos núcleos, que se distribuíam pelas rechãs, de modo a gizar a linha de fronteira, nos são fornecidas pelas *Inquirições*, nomeadamente as de *1258*, é curioso assinalar que esta Fonte nada refere no espaço reservado à freguesia de Santa Maria de Castro Laboreiro, que se relacione com o seu castelo, que de acordo com as posições estratégicas de Aboim da Nóbrega atuaria em articulação provável com o castelo do Lindoso.

Independentemente das lacunas na informação, não restam dúvidas que os castelos medievais se constituíram em verdadeiros pólos hierarquizadores de territórios com condições, por vezes, bem adversas à fixação humana, ao tecerem uma malha de prestação de serviços, que abrangeu, embora em graus distintos, toda uma população aí fixada. As idas ao castelo, pelos mais variados motivos, fizeram parte do quotidiano das comunidades camponesas, contribuíram para o alargamento do seu espaço, muito limitado aos percursos na *serra*, enquanto vigiavam o gado e intensificaram as relações recíprocas de boa vizinhança.

Relações de vizinhança que adquiriam um outro significado em tempos de conflito. Ao enquadrarem territórios que forças exteriores pretendiam ocupar, os castelos foram elementos dinamizadores nos esforços comuns, ao serem capazes de despertar nas populações que protegiam ideais de manutenção e construção de uma linha de fronteira.

As situações conflituosas vividas ao longo do séc. XI a inícios do séc. XIII deveriam ter gerado nas populações sentimentos confusos e desnorteados, pois contrapunham-se às recordações milenárias da boa vizinhança entre grupos ligados pela cultura, pelo sentir e pelo pulsar perante as condições de vida, que um projeto político «aproveitando» complexos montanhosos, como a Peneda ou a Amarela, ousava dividir.

Num vale do Lima com uma população rarefeita, sem núcleos urbanos, ou, então, muito incipientes, num período em que se tomavam as primeiras medidas no âmbito da organização administrativa, local e regional, o castelo poderia aparecer como um verdadeiro centro do poder.

---

[134] A título de exemplo, nas «Inquirições de Afonso III», 1258, das vinte e uma freguesias enquadradas pela Terra da Nóbrega, quinze expressaram «(...) dam ao Casteleiro in cada mes, senos dineiros».
Os habitantes que não se consideravam ligados a este contributo distribuíam-se pelas freguesias de S. Miguel de Entre Ambos-os-Rios, S. Martinho de Britelo, S. Vicente de Germil, S. Mamede do Lindoso e S. Salvador de Touvedo (*P.M.H., I.*, vol. I, 1888: 406).

[135] (...) *dant a comer ao Alcayde do Castello quando vay a preito teer ou a monte correr ou a seu pam coler* (...) (*P.M.H., I.*, vol. I, 1888: 414).

Assim, ao seu responsável máximo, o alcaide, não competia, apenas, gizar e implementar as estratégias militares, com competência e firmeza, competia-lhe, também, exercer a autoridade em nome de um conde, ou, do rei e enquadrar em áreas administrativas mais vastas as populações dispersas pelos povoados, adquirindo, assim, em muitos casos, o estatuto de um autêntico senhor territorial.

Se os castelos foram o símbolo material de ordem militar e administrativa, os mosteiros e a Igreja surgiram como os grandes protagonistas no quadro religioso. O mosteiro foi um elemento imprescindível no enquadramento das comunidades camponesas atingidas pelo isolamento e dificuldades de sobrevivência (Fig. 5).

O prestígio do mosteiro junto das populações permitia-lhe, em detrimento das atividades pastoris, aumentar a extensão das terras aráveis, implementar novos sistemas de cultura, com relevo para os cereais e para a vinha, combatendo, assim, a míngua e a falta de alimentos que na época era uma situação quase normal, por ser generalizada. Além disso, a influência do mosteiro fez-se sentir, também, na dinamização do ensino da escrita e da leitura, aumentando o reduzido universo dos alfabetizados, cada vez mais necessários no preenchimento dos lugares, que o novo sistema político-administrativo, muito gradualmente ia produzindo.

Mudanças nos hábitos de vida bem aceites pela população camponesa, pois, em troca e nos anos de crise, poderiam dispor não só do acesso ao celeiro do mosteiro, mas, conseguir a estabilidade e proteção, tão preciosas para quem tinha a maioria dos dias pautados pela insegurança, incerteza e angústia, além da possibilidade em assistir e participar nos complexos, mas comoventes serviços religiosos, tão generosamente oferecidos pelos monges.

As relações de boa vizinhança entre o mosteiro e as populações camponesas abrangeram problemáticas tão diferenciadas como as da produção, as intelectuais, ou religiosas, mas, nas quais foi sempre realçado o papel determinante da unidade monástica na organização, quer do próprio território, quer da comunidade nele residente. Além disso, quando as estruturas do poder laico entravam em crise, o mosteiro podia surgir como um órgão substituto capaz e credível.

Recordamos que os mosteiros optavam, sempre que lhes era possível, pelas áreas de colinas e vales abertos em que as atividades económicas, nomeadamente, agrícola e pecuária, permitiam uma maior rentabilidade, que justificará, em certa medida, a baixa densidade de unidades monásticas nos sistemas montanhosos da Peneda e da Amarela (Fig. 5).

Como um bom exemplo da capacidade em organizar e dinamizar comunidades inseridas em territórios agrestes e difíceis, mas, que urgia proteger e povoar, destaca-se o mosteiro fundado, em meados do séc. X, por S. Rosendo[136], o mosteiro de Cela-

[136] S. Rosendo, filho dos Condes de Menéndez, teria nascido em Salas (Monte de Cordoba, concelho de St.º Tirso, Portugal), em 907.

nova[137], construído num período de forte instabilidade e turbulência provocadas pelas investidas muçulmanas e vikings do séc. X no Noroeste Peninsular.

Nos primeiros séculos de vida este mosteiro assistiu a um alargamento continuado do seu domínio, assim como à acumulação de privilégios em virtude da generosidade da família do fundador, da coroa[138] da nobreza e de particulares privilegiados, que, com as suas dádivas, se inseriram, gradualmente, nas propostas encorajadoras vindas do além Pirenéus, através de S. Rosendo, personalidade forte e muito culta, predisposto para a nova forma de pensar da época, a filosofia da regra beneditina.

Assim, nos meados do séc. XII o Domínio Senhorial do Mosteiro de Celanova estender-se-ia, de um modo global, pelo sector meridional da Límia, com destaque para os territórios, sensivelmente compreendidos entre Celanova e a fronteira, precisamente a margem direita do Lima (Fig. 8 – mapa – *Lima raiano: Distribuição do Domínio Senhorial dos Mosteiros de Celanova e de Ermelo, esboço amostra)*).

Se desde o séc. X o Mosteiro de Celanova foi alvo de doações por parte das mais variadas entidades, destacamos as da serra do Laboreiro confirmadas, em 1145, por Afonso VII. Com a finalidade de atrair e fixar populações em áreas tão agrestes como as da serra do Laboreiro, foi implementado na secção jusante da bacia do Grou, com solos mais férteis e parcelas de «maior» dimensão, o mosteiro de San Martín de Grou, que se tornou o pólo dinamizador de uma área que se teria estendido, a leste, até à fronteira, e a Norte, a territórios que se incluem, nos dias de hoje, em concelhos como os de Cortegada e Pontedeva, sem se esquecer o de Quintela do Leirado, onde, muito provavelmente, se edificou o castelo de St.ª Cruz da Lobeira (Fig. 8), unidade imprescindível na manutenção da estabilidade militar com Portugal[139].

A extensão e o valor do património, a personalidade e o prestígio a que se encontra associado, fizeram do mosteiro de Celanova o núcleo catalisador de uma sociedade, que se organizou e ordenou um território em situações conjunturais muito específicas, as decorrentes da situação de fronteira.

A estreita ligação entre a génese dos mosteiros e a participação de famílias nobres, ou, de posição privilegiada reconhecida, torna-se difícil de estabelecer no caso do Mosteiro de Ermelo[140].

---

[137] Este mosteiro foi um dos mosteiros mais ricos de Ourense, cujo domínio se estendia pelo sudoeste da província de Ourense, com exceção dos domínios dos conventos de Rocas, Naves e do Priorado de Monte Cordova, em St.º Tirso. Para que o domínio deste Priorado continuasse a pertencer a Celanova, muito provavelmente, este mosteiro cedeu, em troca, a vila e o castelo de Castro Laboreiro à coroa portuguesa, em 1279.

[138] A.H.O. – «Privilégio de D. Afonso VII...», *B.C.M.H.A.O.,* T. I, 1898-1901, n.º 15: 148-151.

[139] NÚÑEZ, 1898-1901 – «Documentos Historicos», *B.C.P.M.H.A.O.*, T. I: 148-151.

[140] Desconhece-se a data exacta da construção. A tradição do Mosteiro atribui a Teresa a fundação segundo a declaração do Abade Frei João Martins a D. João I, em 5 de Janeiro de 1388. Na *Benedicta Lusitana*, I: 417 lê-se que foi fundado em 688 D.C.. Apesar desta grande divergência, é bem provável que o Mosteiro seja de uma época anterior à de Teresa, sendo esta apenas

Localizado no limiar da serra do Soajo[141] e num contexto de insuficiência das estruturas administrativas, a carta de couto que lhe foi concedida por Afonso Henriques permitir-lhe-ia não só enquadrar populações que, de outro modo, se manteriam alheias a qualquer tipo de autoridade, como favorecer a sua fixação, estratégia imprescindível na estabilidade e consolidação de uma área de fronteira[142].

Apesar da grande lacuna que existe na documentação do Mosteiro de Ermelo, o Domínio Senhorial estender-se-ia, quer pela serra Amarela, quer pelas serras do Soajo e da Peneda (Fig. 8).

Na verdade, a Ordem de Cister ficou conhecida pela preferência por lugares agrestes e pouco habitados, contrariamente às opções da maioria das unidades monásticas, os plainos de aluvião, ou, então, de sopé, mais promissores para uma melhor rentabilização dos recursos humanos na atividade principal, o amanho da terra, seguido pela pesca fluvial.

Único mosteiro luso estritamente localizado na área em estudo estabeleceu ligações, mormente, com conventos da mesma regra escolástica, como o mosteiro de St.ª Maria de Fiães[143] (Fig. 5). Localizado na linha de fronteira, junto ao rio Trancoso, o mosteiro de Fiães foi alvo de atenções privilegiadas, quer por Afonso Henriques, quer por Sancho I, quer por muitos particulares que o enriqueceram com múltiplas e valiosas dádivas, aumentando-lhe a capacidade em atrair e fixar novas populações (Fig. 5).

Na realidade, os mosteiros foram fatores de atração na fixação humana, o que lhes poderia trazer dividendos avultados, quando passavam a ter direito ao usufruto dos direitos senhoriais, além da importância inquestionável no enquadramento religioso das comunidades camponesas.

Os mosteiros também conseguiram nas áreas em que o estado de guerra se transformou numa constante ameaça, como foram os espaços de fronteira, prestar apoio de ordem militar. Assim, emergiu o mosteiro de S. Salvador de Paderne (Fig. 5) quando Afonso Henriques lhe concedeu a carta de couto, em 1141, como uma forma de compensação e

---

uma benfeitora que patrocinou a restauração e lhe doou bens, como, por exemplo, os bens reguengos de S. Martinho de Britelo (COSTA, 1984: 31-34).

[141] Começaria por estar localizado em S. Pedro de Arcos ou do Vale, também designado por St.ª Maria do Vale e, posteriormente, deslocalizado para a freguesia de St.ª Maria de Ermelo.

(...) *é Couto per padroes, et que o coutou Rey don Alfonso o primeiro (et aqui seive primeiramente o moesteiro dArmelo, et dixerunt que aqui o coutou elrey don Alfonso Iº, et o abbade et os fratres sacaromno daqui et poseromno in aquel logar que chamam Armelo* (...) (*P.M.H., I.*, vol. I, 1888: 389).

[142] Desconhece-se a extensão do domínio do Mosteiro, que passou por múltiplas vicissitudes. Sabe-se que tinha casais nas freguesias de S. João de Vila Chã (quatro), de Santiago de Vila Chã (um) e alguns bens na freguesia de Azias. Foram-lhe coutadas as freguesias de S. Pedro dos Arcos, Germil e Britelo, o lugar de Vergaço e a terra reguenga doada pela rainha Teresa em Ermelo (*P.M.H., I.*, vol. I, 1888: 389).

[143] Provavelmente foi uma instituição que nasceu na época visigótica, mas, o primeiro documento encontrado a fazer referência ao mosteiro data de 1142. Seguiu a regra beneditina até 1194 e, em 1194, já tinha abraçado a Ordem de Cister (COSTA, 1981: 116).

reconhecimento pelo que o cenóbio, nomeadamente a abadessa, lhe tinha concedido em abastecimentos e valores monetários na conquista, nesse mesmo ano, do estratégico castelo de Castro Laboreiro.

Quando refletimos sobre a situação peculiar que se verificou na margem direita do rio Lima, território português que urgia estabilizar, mas que estava submetido a uma entidade episcopal sediada em Tui, politicamente dependente da autoridade do rei de Leão e Castela, talvez nestes territórios a importância do mosteiro fosse acrescida, em virtude de ter sido com o respetivo templo, a única presença suficientemente próxima das comunidades rurais, que poderia contrariar, ou pelo menos, minorar a hegemonia de uma sede episcopal sediada num núcleo urbano sob soberania estrangeira.

Para estas comunidades rurais, as da margem direita do Lima, estabeleceram-se vínculos com centros de decisão em território galego, por vezes difíceis de conciliar, nomeadamente quando as orientações do poder político luso enveredassem por sentidos opostos[144].

Os monarcas com a cedência de benefícios e vantagens decorrentes da atribuição, por exemplo, das cartas de couto esperavam por parte dos respetivos mosteiros, assim como dos seus dependentes, uma maior sintonia com a estratégia régia da afirmação fronteiriça, o que contribuiria, também, para fazer dos mosteiros pólos de poder local em áreas cujas debilidades das estruturas administrativas régias eram mais que evidentes.

Apesar do recurso a entidades, como as ordens religiosas e a nobreza, na implementação de uma autoridade enquadradora em áreas de fronteira, ter como consequências aspetos muito vantajosos, não deixou de se traduzir em perdas significativas para o poder régio, pois retiravam-lhe à sua influência direta, além dos territórios, sempre extensos, os dividendos económicos deles resultantes, que se tornariam, não só cada vez mais volumosos à medida que o séc. XIII se aproximava, como imprescindíveis na implementação das estruturas administrativas, que seriam o suporte desse mesmo poder régio.

Também o quadro económico e social peninsular e, nomeadamente, do vale do Lima, começou a ter alterações positivas explicadas por um conjunto de condicionalismos favoráveis.

A melhoria das condições climáticas sentida a partir do séc. X, associada às novas técnicas agrícolas desenvolvidas pela presença monástica explica os primeiros excedentes de produção agrícola, responsáveis pela diminuição das carências alimentares, o principal causador do ritmo da variação demográfica. Além disso, os ataques de vikings e muçulmanos rareavam cada vez mais, o que permitiu às populações do litoral o retorno às atividades da pesca e cabotagem.

---

[144] Os párocos, além de serem nomeados ou confirmados pelos bispos tudenses, permaneciam sempre com ligações a Tui, ou por causa dos sínodos episcopais ou pelas visitas pastorais periódicas. Com a influência que o pároco sempre exerceu junto às populações rurais, corria-se o risco de se ver aumentada a influência galega.

Começaram-se, então, a reunir as condições básicas para que fluxos de pessoas e mercadorias se intensificassem, independentemente das distâncias a percorrer, favorecendo as atividades mercantis e, logicamente, quem detinha o direito de cobrar portagens e peagens.

Deste modo, o poder régio no enquadramento de uma região teria que ter em atenção não só os condicionalismos estratégicos do ponto de vista militar, as divisões administrativas e respetivas personalidades e instituições, mas, também as potencialidades económicas, a fim de as gerir dentro da sua esfera do poder, de modo a usufruir todas as vantagens daí decorrentes.

Estes factos contribuíram, de modo decisivo, na alteração da organização da ocupação humana, que passou pela aplicação a um território de um esquema político-social centrado na autoridade régia, que a paisagem reproduziu através das aglomerações, que se pretendiam com cariz urbano, e que surgiram a partir de uma comunidade a quem foi atribuído um regulamento, a carta de foral[145].

A outorga de Teresa, em 1122, de uma carta de privilégios a favor dos moradores de Ourense e o estabelecimento de um mercado mensal, juntamente com a doação à respetiva Sé de vários bens e direitos senhoriais, revela bem a necessidade em se dinamizar a demografia e a economia de um núcleo posicionado na encruzilhada de uma rede viária primária, que aproximava os centros mais importantes da Península Cristianizada[146].

Em data próxima, 1125, Teresa concedeu a carta de foral a uma comunidade localizada na freguesia de Ponte, margem esquerda do rio Lima (atual Ponte de Lima), nó de uma nevrálgica rede viária, que permitiu a ligação de um litoral mais povoado e com os solos mais férteis, a um interior montanhoso, de difícil acesso, em que a população rareava e a qualidade de vida era mais parca, e um sul, a área mais populosa e rica do Condado Portucalense, a um Norte, que era a entrada para Toroño e a Límia[147].

A instituição, juntamente com a carta de foral, de uma feira tanto para Ourense como para a Ponte, efetuou-se na opção por núcleos, cuja acessibilidade favorecia a intensificação de movimentos, humanos e mercantis, capazes de gerarem múltiplas e novas atividades, que exigiam a fixação de pessoas, quer em novos lugares, quer nos já existentes, procedendo-se, assim, gradualmente, a um ordenamento de territórios, a escalas dife-

---

[145] *Texto concedido a uma certa comunidade, no qual se estabeleciam direitos e deveres dos seus membros, se criava uma orgânica de gestão local, se determinavam os parâmetros do relacionamento com o outorgante do documento e se acordava a partilha dos rendimentos que era possível obter* (ANDRADE, 1994: 217).

[146] Tornava-se premente para o desenvolvimento económico de Ourense atrair e fixar população a que a Mitra foi sensível ao divulgar com a autoridade decorrente do poder senhorial adquirido, no mesmo ano de 1122, a *Carta-puebla* (carta de povoamento) não só a favor dos moradores, mas extensiva a todos aqueles que decidissem residir na cidade. Por curiosidade, referimos uma das regalias: «que las casas que edificaren y los campos que labraren fuesen suyos y de sus hijos (...)» (SUEIRO, 1978: 6).

[147] Há que não esquecer que o rio Lima era navegável, precisamente, até Ponte de Lima.

renciadas, pois, à partida, as funções oferecidas por Ourense[148] eram de um grau muito superior, em comparação às oferecidas por Ponte. Além disso, Ourense e Ponte foram núcleos polarizadores de territórios em que, gradualmente, se traçou uma fronteira, que afastou povos com a mesma matriz cultural. Assim se justifica a importância atribuída por Afonso Henriques a Melgaço quando, em 1183, concedeu aos seus habitantes carta de foral.

Evidenciamos o facto de Castro Laboreiro, flanco avançado no vale do Lima, ter sido, porventura, alvo da atenção particular também de Afonso Henriques, a avaliar pela importância que adquiriu nos avanços sobre a Límia.

Contudo, seria Sancho I a conceder-lhe a primeira carta de privilégios, cuja síntese se pode ler no texto das *Inquirições de 1258*[149]. A necessidade em garantir a estabilidade da fronteira teria justificado a regalia da isenção de pagamento de portagens em todo o reino, numa tentativa de atrair novos residentes para terras agrestes, mas, simultaneamente, com paisagens tão sumptuosas, como são as dos Montes de Laboreiro.

Motivos semelhantes, ou seja, a necessidade imperiosa em estabelecer um ambiente de segurança e prosperidade nos territórios agitados de fronteira que passaria, inevitavelmente, pela existência de núcleos populacionais redimensionados, estiveram presentes, também, na iniciativa tomada por Afonso IX, quando outorgou uma carta de privilégios à vila de Lobeira, em 1228.

Vila da Lobeira[150] cuja importância na Idade Média lhe adveio da posição estratégica, não só na rede viária que aproximava lugares como Braga ou Allariz (Fig. 5), como no controle da Límia Baixa, que de Caballeiros se estende até à Portela do Homem.

É curioso assinalar, apesar das situações bélicas vividas na Límia, em virtude da fronteira política[151], as relações de boa vizinhança entre os dois povos com a mesma matriz cultural, que se traduziram, por exemplo, na concessão das mesmas regalias a todos os residentes na Vila da Lobeira[152], os naturais e os portugueses que nela desejassem residir.

A institucionalização para a vila de Lobeira na carta de foral de uma feira mensal com calendário estipulado, de acordo com o da feira de Milmanda (Fig. 5), parece demonstrar bem a importância da canalização para locais e datas específicas de um tráfego, por certo intenso, de bens agrícolas e artesanais, cujas produção e fabrico permitiram, respetiva-

---

[148] Se com a carta de povoamento, 1122, Ourense recuperou o título de cidade, em 1131, Afonso VII concedeu-lhe os *bons foros* de Allariz, que se estenderam a toda a Límia. Não só se ignora o motivo de tão importante concessão, como se desconhece, que privilégios lhes estariam, de facto, associados.Muito provavelmente, o monarca leonês entendeu privilegiar populações, que suportavam a insegurança e a instabilidade recorrentes de uma área de fronteira (SUEIRO, 1978: 10-14).

[149] *P.M.H., I.*, vol. I, 1888: 378.

[150] A vila real de Lobeira corresponde, atualmente, ao lugar da Vila, no concelho da Lobeira.

[151] A vila de Lobeira teria melhores ligações a Portugal, que a toda a Galiza (PRIEGUE, 1988: 173).

[152] (...) *si essos pobladores fueren mas de Portugal (...) mando que cumplan mi esta cosa por fuero y non mas, e que esos pobladores y las heredades dellos sean libres y quintas de todo outro mi fuero* (...). (GONZALEZ, 1944, *Alfonso IX*, T. II: 647).

mente, desenvolver povoados rurais, galegos e lusos, que as ligações históricas e económicas teimavam em aproximar.

Diremos que os apoios régios, galego e luso, no desenvolvimento de centros, que funcionassem como burgos de cariz urbano, fornecedores de serviços, nomeadamente as mercadorias transacionadas nas feiras, fariam parte de uma estratégia de afirmação de autoridade em territórios fortemente disputados, por serem de fronteira e, como tal, numa evidente tentativa de prevenir e minorar qualquer espécie de incursão das forças vizinhas militares.

Sendo assim, se compreenderá melhor a pertinência dos forais concedidos às populações, por exemplo, de Milmanda e Lobeira, ou, aos moradores de Melgaço e Castro Laboreiro, ainda que este, provavelmente, fosse mais tardio, mas, cujos apoios seriam fundamentais em caso de conflito com os vizinhos do lado de lá da fronteira, que, já se começava a esboçar.

Em nota de síntese, limitar-nos-emos a inferir que, na verdade, estabilizar territórios de fronteira, significou, também, favorecer o desenvolvimento de núcleos urbanos, ou, de cariz urbano, o que implicou uma vontade régia empenhada em criar soluções que permitissem o melhor enquadramento das populações instaladas nesses territórios, que foram determinantes na configuração espacial dos respetivos reinos.

1.4. LINHA DE FRONTEIRA EM CONSTRUÇÃO

Se nos primeiros tempos a fronteira[153] poder-se-ia entender como um território de contornos pouco definidos, com maior ou menor profundidade consoante a posição das fortalezas inimigas, que marcavam o início de territórios controlados e organizados pelas formações em confronto, mais tarde, começou a ser entendida como um território ocupado por um domínio senhorial traduzido nos senhorios nobre, monástico ou clerical, que modelaram a paisagem e afeiçoaram as comunidades pelo poder socioeconómico, cultural e, por vezes, militar.

Com a evolução do poder político, forças dispersas foram reunidas em torno de um poder central, o poder régio, que quis chamar a si a responsabilidade de povoar e desenvolver, nomeadamente, áreas que pela sua posição estratégica apresentavam uma especificidade conjuntural, que requeria uma atitude e enquadramento muito particulares, pois, estava em causa a consolidação das fronteiras políticas do reino[154].

---

[153] De início, a expressão fronteira seria utilizada no sentido «a frente de luta com os mouros» passando, a partir dos meados do séc. XII, a designar os limites dos reinos da península cristã (GOMES, 1987. BETTENCOURT & CURTO (1991): 359-360).

[154] As cartas de foral foram o instrumento precioso na ação de povoamento das áreas periféricas dos reinos, nas quais se inseria o vale do Lima. Os moradores enquadrados por um texto foralengo tomavam em suas mãos a ingente tarefa de cultivar, povoar e defender o núcleo de cariz urbano e o respetivo termo.

O perfil da fronteira no noroeste peninsular desenhou-se desde um traçado mais nítido, quando utilizou como limite uma linha física, os rios Minho e Trancoso, a um contorno muito mais vago e impreciso, quando atravessou, por exemplo, o vale do Lima.

Todavia, mesmo no vale do Minho, a fronteira continuou a ser reforçada e consolidada pelas iniciativas tomadas, quer por Afonso III, quer por Dinis[155].

No caso do vale do Lima, a raia chegou, por assim dizer, até onde se desenharam os diferentes ciclos de erosão, determinantes no encaixe do rio, que se anima a jusante pelo aumento da força viva das águas.

Foi o monarca Dinis quem mais se preocupou com o traçado de uma fronteira alicerçada na sequência de unidades defensivas[156], quando mandou reconstruir, entre muitos outros, os castelos da Nóbrega, o de Castro Laboreiro e edificar o castelo do Lindoso.

Unidades defensivas, que concederam aos territórios em que se inseriram uma fisionomia fortemente militar, mas, simultaneamente foram os marcos de continuidades e, ou, ruturas nas relações de fronteira entre os dois reinos (Fig. 5).

A fronteira tornou-se, por isso, um espaço, ou, melhor, uma linha, que embora delimitadora de uma soberania e símbolo de resistências permitiu, apesar de tudo, uma complementaridade nas funções fornecidas por ambos os lados.

Assim, ao enquadrar populações, politicamente separadas, permitiu nas primeiras centúrias fluxos livres de residentes e respetivos bens materializados nas trocas e transações de mercadorias isentas de impostos, nas visitas a membros familiares fixos no outro lado para, já, se não falar nos grandes encontros em dias festivos, romarias e feiras, sempre motivos para intercâmbios na cultura, nas tradições e nos modos de vida, indispensáveis para a sobrevivência em terras tão adversas, como são as áreas agrestes, mas, simultaneamente acolhedoras do vale raiano do Lima[157].

A manutenção das relações de boa vizinhança, por exemplo, entre os residentes de Castro Laboreiro e populações vizinhas galegas, nomeadamente as de Milmanda, Lobeira e Arauxo, permitiu a estas populações raianas a garantia de uma subsistência que, embora difícil, era atenuada, quer pela troca e transação livres de pão, ou seja, o centeio produzido em quantidade no *planalto* castrejo, pelo vinho que se ia buscar às «terras ricas» nas secções jusante dos vales do Minho e do Lima, quer pelo compáscuo comum das manadas, indistintamente constituídas pelos gados lusos e galegos.

---

[155] Muito provavelmente a comunidade de Castro Laboreiro teria visto o foral, concedido por Sancho I, ser renovado por Afonso III, a ter em conta o título do foral que lhe foi atribuído por Manuel I «foral da vylla de Castro leboreiro dado por El Rey dom afomsso Conde de bollonha» (A.N.T.T. – Leitura Nova, *Forais Novos ...*, fl. 49). Por curiosidade, em 1312, Castro Laboreiro já tinha tabelião real, embora não tivesse o epíteto de vila (A.N.T.T. – *Chancelaria de Dinis,* L. 3, fl. 1v).

[156] MORENO, 1986c: 19-31.

[157] Uma prática antiga de vizinhança, consubstanciada no privilégio de fronteira livre, traduzia-se, entre outros aspetos, na transação e transporte, sem quaisquer entraves, de pão, vinho, carnes, gado..., pelas populações raianas, lusas e galegas, nos primeiros séculos de independência (MARQUES, 1978: 10).

Modos de vida estrategicamente organizados por populações residentes em áreas muito difíceis para a fixação humana, mas, cuja adversidade justificaria o facto de os monarcas, desde os primórdios da nacionalidade, terem privilegiado estratégias que visavam atrair e fixar outras gentes, pois, era importante não só para esta área raiana, como para a estabilidade a nível nacional.

A título de exemplo, tornava-se imprescindível que Castro Laboreiro fosse capaz de fixar pessoas, para que uma área estrategicamente importante em relação à vizinha Galiza, como era o *planalto* castrejo, se povoasse, mesmo que, apenas, o conseguisse num limiar mínimo.

Muito provavelmente teria sido este o principal motivo que levou João I, em 1430, a conceder uma carta de privilégios aos castrejos, que os isentou do pagamento de portagens, dos embargos em vigor, ou, de qualquer outro tributo, que, num futuro, mais ou menos longínquo, viesse a ser implementado, além das onerações sobre qualquer bem ou mercadoria em transação, quer no país, quer de outros reinos.

Na verdade, foi no séc. XV que a fronteira reforçada pelo poder militar que potencializava a diferenciação política, assumiu, sem dúvida, o significado legal, quando começou a desempenhar, sobretudo, uma função fiscal, com a imposição de taxas sobre a circulação dos bens, com consequências gravosas para as populações raianas a serem impedidas de usufruírem o velho privilégio de fronteira livre.

Não foi fácil a estas populações marcadas por um forte periferismo sacudir, quer a crescente pressão fiscal dos agentes régios que desanimava a vinda dos galegos, quer a influência senhorial, que cobrava portagens arbitrárias e exercia abusos, contrariando, assim, a corrente regular de trocas, causando, em muitos casos, uma animosidade entre comunidades vizinhas, como o deixam transparecer as múltiplas declarações efetuadas nas diversas Cortes do séc. XV.

Não é de estranhar a frequência dos apelos a pretenderem a manutenção de privilégios como os decorrentes das velhas práticas de vizinhança, por exemplo, em Castro Laboreiro, Melgaço, ou Soajo[158], em relação aos seus vizinhos galegos, pois a interação que os unia, enraizava numa matriz cultural, que uma fronteira política não conseguiria, por ventura, esvair[159].

Merece destaque o clima de cordialidade que prevalecia nestas populações e que contrastava com a pesada ação fiscalizadora, fonte de reclamações e fator de tensões entre estas e os agentes responsáveis pela aplicação dos impostos, apesar do alívio, embora temporá-

---

[158] As dificuldades na utilização das pastagens do outro lado da fronteira surgiram, em função das ordenações régias, que proibiam, simplesmente a utilização. A esta medida régia, o monarca teve, por vezes, que recuar criando exceções, como por exemplo no caso do Soajo, quando Afonso V, em 1459, permitiu aos monteiros a venda do gado na criação da Galiza, para assim, conseguirem subsistir («Chancelaria D. Afonso V», L. 36, fl. 90. ANDRADE & KRUS, 2000: 210).

[159] Em qualquer um dos acordos e tratados de paz redigidos durante o termo da Guerra da Independência, evidenciou-se, de modo muito explícito, o reconhecimento do regulamento sobre a convivência e as relações económicas entre os dois povos, como que a dar aval legal a uma situação de facto.

rio, causado pelos privilégios, como por exemplo, os que Afonso V concedeu, aquando da sua visita ao Minho, em 1462.

Poder-se-á dizer que no séc. XV, com Afonso V no quadro de uma estrutura fiscal inteiramente controlada pelos funcionários do rei, se começou a delinear gradualmente um outro limiar de fronteira, o materializado na rede de portos secos, que complementando a dos castelos, se perfilou perante a sucessão dos portos da vizinha Galiza[160].

A par da intensidade dos fluxos de índole económico[161], uns legais, outros informais, há que não esquecer as deslocações a Compostela no quadro de uma religiosidade tanto mais forte que a personalidade do Apóstolo Santiago e os resultados dos sacrifícios, que imbuíam as peregrinações em si, mas não menos significativos para o reforço dos laços culturais entre os dois povos.

Assim se compreenderá o facto de este território raiano, apesar de rarefeito em termos demográficos, se ter mantido na encruzilhada de fluxo milenários, embora com intensidade diferenciada, que abrangeram bens e grupos humanos, que com as suas técnicas e culturas, influenciaram, de modo decisivo, o quadro sociocultural das populações organizadoras da paisagem nossa contemporânea.

Mas, um Lima raiano dotado de um ambiente físicocultural peculiar, que a fronteira política não conseguia esvair, estava esquecido pelos poderes centrais, galego e luso, uma vez que do ponto de vista militar não acarretava problemas graves, se tivermos em consideração o acidentado da morfologia, sendo, apenas, alvo de atenção mais cuidada, por parte dos respetivos poderes centrais, nos períodos em que perigavam as respetivas soberanias, com maior evidência para a lusa (Fig. 5).

Deste modo, seriam os longos períodos de cordialidade e boa vizinhança, que prevaleciam nas relações de ambos os lados da fronteira, quando se recorda, por exemplo, o facto de o primeiro alcaide nomeado pelo monarca Dinis para os castelos do Lindoso e de Castro Laboreiro ser, simultaneamente, Senhor, entre outros domínios, na Galiza, da Vila de Arauxo, dos Coutos de Lobios e Xendive, e em Portugal, de Britelo e Melgaço, transmitindo-se estes domínios aos respetivos herdeiros, pelo menos, até meados do séc. XV[162].

O controlo militar exercido por esta estirpe de alcaides e o domínio senhorial que detinha, em ambos os lados da fronteira, conduziram indubitavelmente a intervenções alternadas, ora na conjuntura portuguesa, ora na castelhana, de acordo com os interesses do momento, o que evidencia bem, em nosso entender, a precariedade e, mesmo, até uma certa artificialidade da fronteira política perante o quadro cultural e de interesses geoestratégicos com cariz regional.

---

[160] GOMES, 1987. BETTENCOURT & CURTO (1991): 381.

[161] Apesar dos condicionalismos a que estava votado, Castro Laboreiro funcionou, também, como um dos nós da complexa rede viária que materializou um comércio, nomeadamente o do sal, que se estendia de Aveiro às terras da Límia (COELHO, 1990b: 66).

[162] MORENO, 1978: 43-44.

Contudo, estas dinâmicas da raia luso-galega foram gradualmente como que amortecidas, por um lado, pela lógica de um estado português independente, por outro, pelo forte pendor centralista de uma Castela obcecada pela homogeneidade política, que terá tido um dos epílogos na Guerra da Restauração[163] na qual o castelo do Lindoso desempenhou um papel importante[164].

Além disso, há que admitir, apesar do convívio e das práticas de vizinhança, cuja génese, como já várias vezes o afirmámos, nos reporta a períodos muito anteriores aos da autonomia e independência lusa, que a presença da fronteira política, principalmente a partir do séc. XV, gradualmente se foi arquitetando na mente das populações raianas, nomeadamente, nas do vale do Lima, através da consciencialização de que pertenciam a Estados diferentes, tornando-se evidente a necessidade em materializá-la num limite contínuo suportado por marcos[165], cuja implantação teria que ser criteriosamente «negociada» pelas populações intervenientes, mas, que não impediu querelas e contenciosos, por vezes, difíceis de resolver, ou mesmo de ultrapassar[166].

Apesar de todas as resistências, o traçado do limiar político do Lima em estudo já apresentava, em pleno séc. XV, um contorno próximo daquele que ostenta na primeira década do séc. XXI (Fig. 9 – mapa – *Lima raiano luso: Evolução da linha de fronteira, do séc. XIV à atualidade).*

Diremos que a área raiana lusa se foi restringindo no tempo, precisamente, na serra Amarela e no Monte do Quinxo.

Em relação ao Quinxo, já, na primeira metade do séc. XVI seria galego, em virtude das manadas do alcaide-mor do Lindoso terem abandonado as respetivas pastagens, apenas,

---

[163] É de recordar, que em épocas de instabilidade bélica, a fronteira do vale do Lima oscilava, de acordo com a força dos grupos em contenda, retomando a «sua» posição com os respectivos acordos de paz. Exemplifiquemos com a Guerra da Restauração, em que a fronteira se esvaiu devido às fortalezas de Castro Laboreiro e do Lindoso terem sido ocupadas pelas forças castelhanas, o que deu azo à sua «deslocação» para sul, mas, uma vez os Tratados de Paz estabelecidos, retomou o respectivo perfil, com a permeabilidade permitida pelas forças dos portos de controlo.

[164] SILVA, 1994: 231-243.

[165] A fronteira medieval era reforçada e vigiada através da manutenção de marcas materiais, que se multiplicaram sob a forma de marcos, cruzes, fragas, símbolos inscritos em árvores ou penedos.

Atualmente, após negociações intensas estabelecidas por uma Comissão Mista, luso-espanhola, que na segunda metade do séc. XIX, definiu oficialmente o contorno do limiar político entre os dois países, está assinalada por uma rede de marcos construídos, ou implementados em rochas.

A área que estudamos desenvolve-se entre os marcos número 2, em Porto dos Cavaleiros, e o marco número 65, implementando-se na Cruz do Touro o marco 60.

[166] Um dos principais critérios utilizados pelas populações, lusas e galegas, no delinear da «sua» fronteira, baseava-se no princípio do direito de posse transmitido *desde tempos imemoráveis* pelas gerações mais velhas e que lhes permitia a divisão e partilha das águas, dos matos e lenhas, além das pastagens, que alimentavam os gados, pelo que os espaços fornecedores destes bens eram, também, pertenças comuns aos dois povos.

Não é de estranhar que, esporadicamente tenham surgido, em áreas bem localizadas da fronteira, nomeadamente a limiana, renhidas disputas a que o *Tratado de Limites de 1864* veio a pôr cobro.

justificado pela incúria e desleixo deste Senhor, como assinalam as pessoas mais idosas do Lindoso, aquando da demarcação de 1538[167].

No que diz respeito à Serra Amarela, as querelas entre os vizinhos da raia, os residentes no Lindoso e em Maním, prolongaram-se até ao séc. XIX, terminando, apenas, em 1864 com a solução acordada pelos responsáveis na definição da fronteira, um grupo de trabalho constituído por portugueses e galegos, a Comissão Mista, mas, que deixou descontente a comunidade do Lindoso.

Se a perda do Monte do Quinxo pela população do Lindoso a favor das comunidades galegas teria sido pacificamente aceite, pelo facto de as respetivas pastagens, apenas, puderem ser utilizadas pelos gados do Alcaide, já, em relação ao Monte da Madalena, os problemas agravaram-se e foram alvo de renhidas contendas entre os vizinhos raianos.

Data de 1803 o «Desenho Topográfico» (Fig. 7), que entendemos pretender confirmar e apoiar as pretensões dos habitantes do Lindoso, mas que a Comissão Mista não atendeu, ao acordar que o espaço em disputa, ou seja, o compreendido pelo rio Cabril e o limiar político multissecular, fosse «dividido pela linha de fronteira a implementar em duas partes iguais».

A esta mesma Comissão Mista deparou-se-lhe em Castro Laboreiro um outro tramo da fronteira limiana, de certo modo confuso, entre Anaman e Coto dos Cravos[168], que os vizinhos de Castro Laboreiro e de Entrimo «acertavam» anualmente, que, facilmente foi resolvido, sem contestação aparente pelas populações envolvidas.

Por curiosidade, no Tratado de Limites de 1864 encontram-se mencionados espaços castrejos, cujas águas são de utilização comum e, logicamente, as respetivas pastagens, quer pelos gados galegos, quer portugueses, como que remanescências da prática normal de compáscuo gratuito, que nem a implementação do sistema fiscal e de controlo de fronteiras, no séc. XV, teria conseguido anular[169], mas, que os moradores de Milmanda e Celanova teriam rompido, como se pode entender no Foral de Castro Laboreiro atribuído por Manuel I, em 1513[170].

Ao debruçarmo-nos sobre a configuração física do limiar político da área em estudo, que, desde muito cedo se apresentou com uma estabilidade, em nosso entender, muito forte (Fig. 9), teremos que admitir que os incidentes ocorridos num período, sensivelmente, de cinco séculos, traduzir-se-ão em detalhes e pormenores, que não tiveram significado nas mutações da paisagem.

---

[167] BARREIROS, 1961a: 152.

[168] Marcos 40 a 42.

[169] A.N.T.T. – *Chancelaria de D. Afonso V,* L. I, fls. 41-41v.

[170] (...) *E quanto aos de Castella ou Galiza decraramos que naquelles lugares de cella nova ou myll manda omde os portugueses paciam de graça por paçerem assi de graça na ditta terra os galegos della mandamos que estes taes se quyserem tornar aa vezinhamça em que dantes estavam nam paguem nada qua fazendosse sem maliçia. E doutra maneira pagarão o que agora pagam (...) ou segundo em Galiza levarão dos montados aos portugueses* (...). (A.N.T.T. – *Forais Novos* ..., L. 1, fl. 49v [Leitura Nova]).

Se as marcas físicas mais evidentes, naturais, ou, construídas, resistiram ao desgaste inexorável do tempo não significa, todavia, que um processo social se não tenha desenvolvido, desde então, num Lima raiano rarefeito e isolado, que em pleno séc. XIX, voltou a ser palco de fortes turbulências, mas, associadas às Invasões Francesas, que, mais uma vez, comprometeram a acalmia de que as populações se encontravam tão necessitadas. Contudo, perante as invasões napoleónicas, que de modo impiedoso se abateram sobre as aldeias e lugarejos, a defesa fez-se num só corpo, o luso-galego, emergindo a matriz identitária construída através dos tempos e que uma vontade política quebrou, mas, que não conseguiu eliminar.

Laços culturais e de identidade sobrepuseram-se, de novo, à fronteira política, em meados do séc. XX, no período da Guerra Civil espanhola (1933/36), com os lares lusos a servirem de refúgio às populações, que fugiam do terror e da fome, além da recolha possível de víveres e mantimentos, que eram enviados para os palcos da luta fratricida, segundo esquemas e planos capazes de iludirem o controlo e a vigilância de forças policiais tão poderosas, como era, por exemplo, a Polícia Internacional da Defesa do Estado.

Também o limiar fiscal nunca foi bem entendido pelo raiano, arquiteto de sistemas curiosos e engenhosos, capazes de lhe permitir, em pleno séc. XX e a escassos metros do controle alfandegário, levar no silêncio do cair do sol, a mercearia e a *pana*[171], para a família que, ansiosa, aguardava pelo sucesso de semelhante façanha, ou, então, inserido em grupos de três a quatro dezenas de companheiros, na calada da noite, transportando cargas, sempre, entre 30 a 40 Quilogramas, subia a *serra*, ou atravessava as *poldras*, calcorreava mais uns quilómetros e, finalmente, batia à porta do comerciante, que enriquecia em função destes negócios, estrategicamente organizados por personagens, muitas das vezes, desconhecidos, mas, sempre indiferentes ao perigo, que constantemente espreitava os atores «no terreno».

Outros ambientes traduzem, em nosso entender, os espaços da fronteira limiana, como o do romeiro galego, na ordem dos milhares, que anualmente se deslocava, a pé, à Peneda no mês de Setembro, para participar nas celebrações das festas da Senhora da Peneda, pernoitava nos *quartéis*[172] e regressava, calmamente ao seu lar, sem saber se, na verdade, tinha permanecido no estrangeiro, pois, desde as orações proferidas com ritmo cadenciado e muito sincero, às formas muito similares de saudação, lhes eram, de facto, muito familiares, como por exemplo, aquela comum entre minhotos, que cruzando-se no caminho[173] se cumprimentam *Vamos,* a que o amigo responde, mesmo passando em sentido contrário, *Vamos, vamos*, ou, a dos habitantes da Lobeira que ao se encontrarem anunciam *Vamos!* e cujo interlocutor, mesmo deslocando-se em sentido oposto, responde *Vamos!*.

---

[171] Designação local atribuída a um tecido resistente, muito próximo das bombazinas.

[172] Edifícios expressamente construídos para albergarem visitantes que, em romagem, piedosamente se deslocavam à Senhora da Peneda.

[173] COELLO, 1984, vol. I: 393.

CAPÍTULO 2

O POVOAMENTO *SERRANO*: ESTUDO DE CASOS

INTRODUÇÃO

O vale do Lima raiano, ao estruturar-se em termos geomorfológicos por complexos maciços montanhosos, caracteriza-se pela diversidade de organização e evolução territorial em função da morfogénese, da introdução de novas técnicas agrícolas e de culturas, como foi o caso do milho grão e da batata, da crescente pressão demográfica dos sécs. XIX e primeira metade do séc. XX e do êxodo rural das últimas décadas.

Os altos cimos apresentam formas de um modelado característico do Quaternário frio em que os processos de erosão glaciários e periglaciários não transformaram significativamente as unidades geomorfológicas datadas de épocas anteriores traduzindo-se, apenas, em alterações superficiais nos granitos desenvolvidos por criptogénese durante os períodos temperados do Plio-Quaternário.

Se atualmente constitui uma área especialmente chuvosa[174] a concentração das chuvas, principalmente na mudança de estação, e as consequentes enxurradas animadas de forte velocidade desgastam as encostas com fraca cobertura vegetal descontínua, a lande de altitude[175] em que predominam as urzes e as carquejas. Cumulativamente o pastoreio impedindo a regeneração da manta vegetal rasteira abriu caminho à erosão favorecida pelos grandes declives. A terra arável foi, assim, irremediavelmente acumulando-se nos lugares baixos, talvegues de valeiros, ou sopé de elevações empobrecendo, cada vez mais, os cimos e as encostas.

O solo depende estreitamente da rocha-mãe em que a falta de humidade no período estival, que também é o de maior secura, não favorece a alteração química dos elementos mineralógicos, que constituem o granito sendo, assim, a desagregação mecânica especialmente ativa. Além disso, durante os meses quentes e secos de Verão, o vento revolve as finas partículas formadas pela meteorização do granito e que a humidade não aglutinou.

Não é de admirar, pois, o facto da rocha, o granito, aflorar por toda a parte, no cimo das elevações, nas encostas abruptas, nos vales onde as torrentes continuam o seu trabalho de desgaste e a terra arável, de magra espessura, esbarrar frequentemente com obstáculos que limitam a sua distribuição.

Aos *planaltos*, restos da superfície de erosão conservada na parte mais elevada das montanhas galaico-durienses, sucede-se um complexo e movimentado conjunto de formas, das quais se evidenciam as rechãs, verdadeiros patamares, outrora, meticulosamente apro-

---

[174] A área em estudo apresenta um clima essencialmente justificado pela influência das massas de ar de origem atlântica. A passagem das perturbações da superfície frontal polar, associada à exposição geográfica do relevo para Oeste e à altitude, originam, no Inverno, fortes precipitações e, frequentemente, neve. O total anual de chuvas caídas atingem, em plena serra da Peneda, valores entre 2000 e 3000 mm, enquanto a temperatura média mais baixa para o mês mais frio atinge valores inferiores a 1° C, nas áreas mais elevadas. Assim, os invernos são ventosos, agrestes e, muitas vezes, com queda de neve nos territórios mais elevados.

[175] Formação rasteira em que predominam as urzes e as ericáceas, que cobrem em manchas o soco granítico.

veitados e cultivados, hierarquizados por outros, que acomodam as povoações, que, ora, condicionam declives muito marcados, ora, descaem, paulatinamente para o vale principal, o do rio Lima.

A Natureza não foi pródiga no Lima raiano. Partindo de recursos escassos, o homem só à custa de um árduo trabalho conseguiu, na grande maioria dos casos, preparar os seus espaços de cultura. A abundância da pedra permitiu levantar muros que não só seguram a terra e a desembaraçam para a lavoura, como assinalam na paisagem o vínculo jurídico de propriedade, enquanto resguardam as culturas dos gados, que, diariamente ladeiam as courelas a caminho das pastagens.

Inserido nas áreas muito pluviosas da Europa, o Lima raiano constitui um bom reservatório de água para o Verão, que é curto e seco, mas, ameno. Contudo, o generalizado encaixe da rede hidrográfica constitui um forte obstáculo ao regadio, porque não só a estiagem esgota muitas das *corgas*[176], como se torna impossível trazer à superfície cultivada da rechã à cota mais alta, a água que corre nos vales profundos, pois pratica-se o sistema tradicional de rega, que aproveita a ação da gravidade para fazer chegar a água à cultura.

Apesar de todos os obstáculos, o Lima raiano não dispensa a rega que, ou, torna possível a produção, como é o caso do milho grão e dos fenos, ou, aumenta, de modo apreciável, o respetivo rendimento, como é o caso da batata e dos prados.

Perante semelhantes condicionalismos não admira, portanto, que seja o pastoreio extensivo a atividade, que melhor aproveite os terrenos incultos e pousios, espaços dominantes na paisagem raiana do Lima. Dever-se-á acrescentar os prados regados, uns permanentes, outros que se desenvolviam no mesmo chão em que se praticava as culturas de verão, a do milho grão associado ao feijão.

Se todo o Lima raiano foi povoado por gado bovino, cavalar (o resistente garrano), ovino e caprino, dependia da natureza do pasto as espécies animais, que predominavam nos diferentes lugares. Contudo, o que distinguia a vida pastoril, nomeadamente o pastoreio dos bovinos, foram os modos engenhosos e variados de aproveitamento da *serra*, isto é, das áreas acima dos limites da povoação e respetivas manchas agrícolas, que apresentando «pastos» mais verdejantes, porque a humidade é maior, justificavam nos meses de Verão a subida dos animais, por vezes, a mais de 1000 metros, acompanhados pelo pastor, ou, então, por parte, ou, por todo o agregado familiar, o que contrasta com a atualidade em que o gado isolado, ou, em manada, como que de modo errante, deambula pela *serra*.

Com a política florestal dos anos quarenta/cinquenta, os *baldios* foram fortemente reduzidos e invadidos progressivamente pelo pinhal, enquanto a vida pastoril perdeu gra-

[176] Designação que a população local atribui às linhas de água humildes, com caudal pouco volumoso, mas que exercem uma forte ação erosiva, em virtude da intensidade da força viva que as anima, explicada pelo tipo de vales em que se instalaram, os vales encaixados de fratura, vales com vertentes abruptas e perfis longitudinais de declive muito acentuado e irregular.

dualmente importância na economia local com a população a optar pelo êxodo em direção às cidades e ao estrangeiro.

O tradicionalismo nos regimes pastoris, a mediocridade das pastagens, a idade média elevada das populações, são elementos que tornam problemático o futuro de muitas das paisagens e espaços do Lima raiano em estudo.

Só uma política coerente e persistente, que garanta aos residentes modos de vida atraentes, permitirá fixar populações jovens, impedindo-se, assim, a destruição completa de formas de vida *sui generis*, que constituem parte significativa dos patrimónios nacionais.

2.1. POVOAMENTO E MATRIZ DE AGLOMERADOS

Se a presença humana no Lima raiano tem uma duração multimilenar o aproveitamento do solo e as formas de *habitat* atuais poderão corresponder a fenómenos contemporâneos do desenvolvimento da lande de altitude[177], isto é, aos finais do primeiro milénio da era atual, substituindo a floresta[178]. Assim, entre os anos 800 e 1000 d.C., ter-se-ia verificado, em virtude da necessidade de novos espaços de fixação, uma mutação brusca na cobertura vegetal com o recuo rápido da floresta[179], a favor de outra associação, a lande, que se tornou uma das condições indispensáveis para o incremento dos regimes agro-pastoris implementados[180].

Mas, as formas de fixação humana resultaram, além do vigor dos declives e do encaixe das linhas de água, dos solos com melhores aptidões agrícolas permitindo distinguir peculiaridades na interação entre a distribuição dos lugares e os solos cultivados.

Assim, por exemplo, no planalto de Castro Laboreiro a conservação da velha superfície de erosão e da respetiva cobertura laterítica permitiu o desenvolvimento de uma paisagem relativamente homogénea, bastante uniforme e «aberta». Enquanto o lugar da Vila se

---

[177] Os resultados obtidos através do estudo polínico, sedimentológico e radiométrico das turfeiras da altitude das serras da Peneda e do Gerês permitem concluir que a lande, com predomínio das ericáceas, como *Erica* e *Calluna,* só se instalou nos altos cimos no primeiro milénio da era atual, substituindo a floresta. Contudo, nesta paisagem de lande, os tufos de árvores estiveram sempre presentes, nomeadamente, *Pinus silvestris* e *Aulnus* (COUDÉ-GAUSSEN, 1988: 215-222).

[178] A floresta era constituída, principalmente, pela *Quercus* (*Quercus tozza*), além de outras espécies, não tão importantes, mas sempre presentes, como *Betula e Corylus.*

[179] O recuo tão rápido da floresta, em que dominava a *Quercus*, só poderá ser explicado como o resultado das intervenções bruscas e brutais desenvolvidas pelo homem, que terá procedido ao um derrube intenso e rápido, muito possivelmente, através das queimadas e de um excesso da pastorícia.

[180] O devaste sistemático da floresta e sequente aparecimento da lande de altitude, estará relacionado com o início da Reconquista, efetuada a partir das Astúrias, que ao proporcionar uma certa estabilidade e acalmia, proporcionou a vinda de grupos e famílias em busca novos espaços de fixação, nomeadamente, nos altos cimos da área em estudo.

insere numa bacia de degradação granítica, ou seja, num alvéolo granítico[181], unidade agronómica bem individualizada, que pela dimensão e potencialidades agrícolas constituiu o *sítio* do aglomerado rural, no fundo dos vales encaixados, nomeadamente no do *rio Grande*[182], encontram-se as inúmeras rechãs de origem cíclica, escalonadas ao longo das vertentes, com um potencial agrícola limitado, o que restringe a dimensão dos povoados (Fig. 10 – mapa – *Lima raiano: A matriz do povoamento: as aldeias*).

Quando o *plaino* aluvial é mais extenso, surgem os aglomerados de maiores dimensões, como, por exemplo, Rouças, Tibo e Igreja, na freguesia da Gavieira.

Já nos contrafortes das serras, as rechãs ao possuírem maiores áreas e solos de melhor aptidão agrícola, fixaram um conjunto de aldeias de maior dimensão, como são os casos das freguesias do Soajo, do Lindoso, ou de Vilariño (San Xes).

Fundamentados no critério de cruzamento de fatores, como a disposição, escalonamento e dimensões das rechãs, que suportam as parcelas cultivadas e envolvem os lugares, embora a distâncias variáveis, e, nestes, as unidades edificadas e respetivas formas de disposição entre si, refletiremos sobre uma malha ocupacional conseguida por populações, que privilegiaram nas suas práticas agro-pastoris a utilização da *serra*[183], apesar de, em muitos casos, o fazerem com diferenças acentuadas, de cultivarem espécies distintas e de recorrerem a animais diversificados, no âmbito da pastorícia.

Baseados nestes pressupostos, diremos *grosso modo* que na malha urbana de este Lima raiano, que é rural e rarefeito, à medida que subimos e nos aproximamos dos altos cimos, se distinguem os lugares cujas altitudes não ultrapassam os 300 metros, com uma forma de certo modo não definida, relativamente próximos, daqueles a uma maior altitude e mais distanciados, mas, com um contorno relativamente preciso em que as casas ancestrais se dispõem entre si de forma mais compacta e arruada.

Salientamos que a maioria dos lugares se distribuem pelas cotas dos 300 a 600 metros, matizando uma auréola, a partir da qual a ocupação permanente se rarefaz, mas em que a importância dos lugares é notória, não só pelas dimensões adquiridas, como pela posição assumida no aproveitamento e organização deste espaço *serrano*.

Contudo, as povoações a altitudes superiores a 600 metros[184] distinguem-se pelo aglomerado do núcleo ancestral bem compacto e apinhado, com os lugares cujas altitudes

---

[181] Quando os processos de modelação quarternária ou a desflorestação antrotrófica não arrastaram os detritos, os alvéolos constituem unidades agronómicas bem individualizadas, tornando-se, frequentemente o *sítio* do lugar, como por exemplo, a Bouça dos Homens.

[182] Designação atribuída pela gente castreja ao rio Castro Laboreiro.

[183] Utilizamos as expressões *serra* e *montanha* por que refletimos sobre aglomerações enquadradas em relevos, cujas altitudes correspondem às mais elevadas no nosso país. Contudo, não esquecemos que, a nível europeu, são designações utilizadas para áreas com cotas muito mais elevadas. Além disso, pode-se considerar que todo o complexo montanhoso em estudo integra uma subunidade geográfica europeia, a «média montanha atlântica».

[184] Saliente-se que a estas altitudes começam a aparecer os lugares com residências temporárias.

ultrapassam os 900 metros a pertencerem às freguesias de Castro Laboreiro[185], Fraga e Parada do Monte[186].

Dir-se-á que os Montes Laboreiro, a atual serra do Laboreiro, conseguiram catalisar e ordenar uma rede de povoados, cuja idade remonta à das civilizações tão longínquas, como a dolménica, a castreja, ou, a romana, (Fig. 4), mas, em que a organização contemporânea só poderá ser entendida, entre outros fatores, pela presença humanizadora dos Mosteiros, em plena época medieval (Fig. 8).

Decorrente da necessidade de sobrevivência, as populações atraídas pela ação protetora do Mosteiro seriam, gradualmente lançadas na procura de novos espaços, agrícolas e de pastagens, que, apenas, poderiam ser encontrados, através de uma conquista persistente dos variados patamares, que se distribuem pelas altitudes de uma *serra* altiva, e, simultaneamente desafiadora.

Assim, como outras povoações (Fig. 10), teria surgido A Fraga[187], aldeia que até finais do séc. XIX (1893), integrou a paróquia de San Martin de Grou, cuja Igreja, apesar da distância, era utilizada pelos seus residentes na celebração dos diferentes atos religiosos, batismo, casamento e cerimónias fúnebres.

Não podemos deixar de referir um possível velho núcleo populacional na bacia do Grou, A Ramalhosa, que estará na origem da freguesia em questão, A Fraga, assim como as múltiplas áreas com vestígios de construções, que se encontram espalhadas pela serra do Laboreiro, das quais distinguimos, em plena bacia do Montaña, e bem próximo de Queguas, as de Porcarizas e Malladoiro, outrora, muito provavelmente, habitadas e, posteriormente, abandonadas.

Sem entrarmos em detalhes, diremos globalmente, que mercê da atividade imposta pelos condicionalismos naturais, a humanização destes espaços se enquadra em períodos e ritmos de ocupação desencadeados por populações que, por motivos da pressão demográfica e, ou, do surgimento de novas culturas, como a da batata e a do milho graúdo, se distribuíram, gradualmente, por grupos que, por se encontrarem isolados, se organizaram de um modo irregular e diversificado, ora, fixando-se por períodos correspondentes aos do ciclo vegetativo das culturas praticadas, ora, limitando-se a amanhar os novos espaços, mesmo que para tal tivessem que percorrer, quase diariamente, longas distâncias, ora, pastoreando os gados e os rebanhos da *rês*[188] nas pastagens altas, mas, mais verdejantes e nutritivas.

Numa observação mais cuidada e assente, por exemplo, na serra do Laboreiro, poder-se-á inferir que esta unidade orográfica como que organizou e polarizou uma malha de

---

[185] Os lugares de Portelinha, Lamas de Vido, Várzea Travessa, Picotim, Coriscadas e a Vila.

[186] O lugar de Taboazas.

[187] Próximo da Fraga, no *sítio* A Ramallosa, encontram-se umas ruínas de umas construções, de planta quadrada, cuja pedra, muito possivelmente, foi utilizada pelos habitantes da Fraga, na construção das suas moradias. (FERNANDEZ: 343-350).

[188] Designação popular dos rebanhos de cabras.

aglomerados limianos distribuídos pela ourela e respetivos flancos, independentemente de fixarem, ou, não, permanentemente a população.

Não é de mais recordar que o *planalto* de Castro Laboreiro, desde sempre, se revelou de grande importância na vida de diferentes civilizações como testemunham os vestígios e obras que se distribuem pela paisagem castreja como, por exemplo, os nichos de monumentos tumulares (Fig. 4), ou, o conjunto de pontes em que, pelo menos, um efetivo de dez[189] está, muito provavelmente, associado a civilizações tão distintas, como a celta, a romana e a medieval (Fig. 11 – mapa – *Castro Laboreiro: Pontes e respetivos eixos de ligação ao exterior em período medieval*).

Pontes interligadas por eixos de comunicação ao exterior, muitos deles, boas amostras de uma rede complementar implementada possivelmente pelos romanos[190], que ligava o território castrejo à *via Braccara Augusta – Astorga*, que atravessa a área em investigação, sensivelmente entre Portela do Homem e o Torno (Fig. 4).

Do conjunto das dez pontes castrejas (Fig. 11), destacamos a classificada como monumento nacional, a ponte da *Cava da Velha* ou *Nova*, e a ponte *Celta dos Portos,* a única de estilo celta, em Portugal.

Aquela, a ponte da *Cava da Velha*, muito próxima de um antigo castro, o da Cava da Velha, possivelmente um monumento romano que na Idade Média teria sido reconstruída, une as duas margens do rio Laboreiro, das quais emana uma calçada, aparentemente romana, que atravessa uma área isolada, coberta por vegetação, em que sobressaem as giestas.

A envergadura desta obra inserida numa área em que se torna evidente o isolamento, poder-se-á entender, se recuarmos à época romana, pelas legiões necessitarem de passagens resistentes a fim de garantirem deslocações rápidas e seguras.

Independentemente dos motivos que justificaram a respetiva construção, a arquitetura associada à austeridade do material que a constitui, o granito, conferem-lhe uma majestosidade, que lhe permite integrar-se na paisagem com uma beleza e elegância únicas.

A ponte *Celta dos Portos*, a única em estilo celta no país, une as duas margens do ribeiro dos Portos, precisamente, nos Portos de Cima[191], das quais parte uma calçada aparentemente romana em direção à Galiza, concretamente a Bande. De arquitetura simples, apresenta uma beleza rara e discretamente se integra numa paisagem, que é agreste, mas, simultaneamente, acolhedora.

---

[189] As dez pontes de Castro Laboreiro: Ponte da Dorna, Imóvel de Interesse Público, em 22/3/1983; Ponte Velha da Assureira ou Ponte da Capela, Imóvel de Interesse Público, em 16/3/1983; Ponte Nova ou da Cava da Velha, classificada como Monumento Nacional, em 18/3/1983; Ponte de Varziela, Imóvel de Interesse Público em16/3/1983; Ponte das Cainheiras, Imóvel de Interesse Público, em 16/3/198322/3/1983; Ponte Velha; Ponte do Rodeiro; Ponte das Veigas; Ponte Celta dos Portos (RODRIGUES, 1985: 9-36).

[190] Existem, atualmente e em número significativo, troços que a população identifica como eixos romanos, a *jeira romana castreja*.

[191] Situa-se a uns 500 metros de distância de um dólmen, *Mota Aberta* (RODRIGUES, 1985: 33).

Elementos de uma rede viária, cujas idades, apesar, de não serem, ainda, bem precisas, reportam-nos, sempre, a civilizações longínquas, o que nos permite colocar a hipótese de que Castro Laboreiro assumiria, nessas épocas, uma posição de *hinterland* no espaço peninsular (Figs. 4 e 5).

A primeira referência que conhecemos, devidamente identificada, sobre o nome da freguesia reporta-se ao século XII, tendo-se efetuado no século XVI[192] a primeira contagem dos moradores (1527-1532) assim como o primeiro esboço «topográfico» de um dos lugares (1509-1516) precisamente o da Vila.

Sobre o lugar da Vila, que inclui a fortaleza, existem, embora com diferenças significativas, dois desenhos de Duarte de Armas, que se conservam nos Arquivos Nacionais de Lisboa e Madrid. Nas representações preservadas no Instituto Nacional da Torre do Tombo, na vista de Norte, consegue-se identificar catorze edifícios em mancha compacta, em redor da Igreja, que se evidencia pela dimensão e respetivo campanário (Fig. 12 – mapa – *Castro Laboreiro, a Vila, (séc. XVI): «Vista da banda norte»*).

Pela leitura minuciosa somos levados a inferir que o autor se preocupou em esboçar sebes mortas, aparentemente em estacaria, que delimitariam parcelas de pequena dimensão ocupadas por vegetação espaçada, muito provavelmente, culturas. Diremos, mesmo correndo o risco de uma dilação apressada, que, sensivelmente em quatro séculos e meio (1509/16 a 1960/80) não teriam sido significativas as alterações ocorridas na morfologia agrária, uma vez que prevalecem a forma e disposição em glomérulo do casario humilde, além da parcela cultivada, o *barbeito*[193], sempre bem vedada, que se justifica pela necessidade em se proteger as culturas da *rês*, do gado[194] e em se preservar a marca jurídica da propriedade. Curiosamente, do casario sobressai o campanário da Igreja, que de um modo simples, mas sobranceiro, domina, juntamente com o castelo, a aldeia.

Castro Laboreiro, em 1527, com cem moradores distribuídos por *casais separados, que no Inverno se deslocavam para fugir aos rigores do clima*[195], apresentaria em pleno século XVI um *puzzle* de lugares, que os *Registos Paroquiais* da primeira metade do XVII, muito provavelmente, também, mencionam e integrarão maioritariamente a rede atual[196] em princípio, completa no séc. XIX com a implementação dos lugares dos Ribeiros, o de Cima e o de Baixo[197] (Fig. 10).

---

[192] FREIRE, 1905: 246.

[193] Designação que o castrejo atribui à parcela, sempre de dimensões reduzidas, mas ocupada pelas culturas da batata e do centeio.

[194] Designação que a população atribui aos animais de pastoreio graúdos, o bovino e o cavalar.

[195] Referência no *Numeramento de 1527*, mas na qual o Autor não menciona os lugares de residência dessa população castreja (FREIRE, 190: 246).

[196] MEDEIROS, 1984b: 39-56.

[197] Se a rede das aglomerações já estaria definida *grosso modo* no século XVII, conforme a leitura dos *Registos Paroquiais de Batismos* da época, a primeira referência conhecida sobre estes lugares, ou, melhor dito, o lugar do Ribeiro, data do séc. XIX,

Se a primeira referência que conseguimos encontrar para as povoações mais meridionais da freguesia castreja data dos meados do séc. XIX, somos de opinião que estamos perante lugares que atraíram residentes, desde há longos anos, mesmo, séculos. Com um enquadramento geográfico que os distingue da restante freguesia, porque as condições locais de clima permitem que se desenvolva um sistema agro-silvo-pastoril «mais rico»[198], por incluir o ciclo do milho grão, o que conferia aos habitantes uma certa diferenciação social em relação aos restantes castrejos. Por outro lado, o acidentado do relevo proporcionou-lhes um isolamento, que em pleno século XX, quando ainda não existia qualquer ligação por estrada, se tornava mais apelativo deslocarem-se a Melgaço, do que à sede da freguesia[199], ou, então, relacionarem-se com os vizinhos da Peneda, ou, da Galiza.

Mas, «regressemos» ao séc. XVI, período em que Castro Laboreiro, ou, melhor, o Alcaide do seu castelo, ermo em 1527[200], superintendia a estratégia defensiva da fronteira, que incluía o território do Soajo[201], ou seja, toda a serra do Soajo e o flanco sul da serra da Peneda, não sendo de surpreender, os atritos que, esporadicamente surgiam entre os principais intervenientes na organização e defesa *serrana*[202], como, por exemplo, os relacionados com o valor dos foros que o alcaide desejava cobrar às gentes do Soajo e estas rea-

---

precisamente no dia 21 de Novembro de 1836. Por curiosidade, o pároco menciona que os pais do neófito são moradores no lugar do Ribeiro, assim como os avós, paternos e maternos, o que nos permite pensar que o lugar, ou os lugares, já existiriam desde há longos anos. O segundo registo que encontrámos foi efetuado em Janeiro de 1837. A partir daí a sequência de este tipo de atos para moradores do lugar do Ribeiro é muito semelhante à verificada para os outros lugares. Destacamos um registo de Junho de 1851 em que o pároco localiza os pais do batizando no lugar dos Ribeiros, expressão que desaparece nos registos seguintes e é substituída por Ribeiro de Baixo e Ribeiro de Cima (A.D.B. – Castro Laboreiro, *L. Registos de Baptismo* 8-9).

[198] As próprias populações são sensíveis às diferenças dos Ribeiros, em relação à freguesia, como nos dizia uma residente do lugar da Vila, em Julho/2003, «(...) os Ribeiros são diferentes (...) já não são serra (...) são ricos (...) têm milho (...)». A autoestima do habitante dos Ribeiros é elevada, relativamente, ao castrejos dos outros lugares, a deduzir pelos comentários que encetámos, durante longas horas, em finais de Julho de 2003. Exemplifiquemos: «(...) nós aqui temos tudo, batatas, cebolas, tomates, feijão verde (...) tudo o que é de quintal (...) os outros não têm nada disto (...) nem precisamos de ir à Vila (...) nunca estivemos muito ligados (...) falámos sempre mais, nos tempos dos nossos pais com os da Peneda, de Olelas e da Illa (...)».

[199] Diziam-nos um natural do Ribeiro de Baixo, em Agosto de 2003, emigrante em França e a passar férias na aldeia, que nunca se sentiram muito ligados à freguesia, nomeadamente, à Vila, pois no tempo do Pai preferiam ir fazer as compras e vender o gado (quando não era transacionado no contrabando, o que raramente não acontecia) a Melgaço, pois o esforço da caminhada não diferia, em muito, do despendido, quando se dirigia à sede da freguesia. Além disso, tinham boas e fortes ligações com as populações da Peneda e com os vizinhos galegos (por causa do gado, que pastava, em conjunto, no cimo da *serra*), não precisando, portanto, de recorrerem muito aos conterrâneos, que designavam pelos *castrejos*, excluindo-se a eles próprios.

[200] «(...) e tem huú castello sobre húa fragua ermo povoado de gralhas (...)» (FREIRE, 1905: 246).

[201] Os soajeiros tinham como obrigação militar defender, em caso de Guerra, a Portela do Galo, por causa da passagem da fronteira no Porto-à-Várzea (PINTOR, 1981: 8-10).

[202] O monarca Dinis, em 1282, pôs termo a litígios entre o alcaide e monteiros, exigindo que estes cumprissem um conjunto de deveres, que passavam pelo pagamento, entre outros bens, de cera, mel, pão de centeio, isto é, os direitos que, sensivelmente, o soajeiro pagava ao rei, em 1258. (PINTOR, 1981: 10).

giam, por vezes, com protestos violentos, quando consideravam tratar-se de uma grande injustiça.

A primeira referência conhecida sobre o Soajo data do ano 950 d.C.[203] na divisão do legado de Hermenegildo entre Mumadona de Guimarães e seus filhos. Nos anos de 959 e 1059 surge, de novo, o Soajo, respetivamente no testamento[204] deixado por Mumadona ao mosteiro que fundou em Guimarães, e no inventário[205] dos imóveis desse mesmo mosteiro, multiplicando-se-lhe as referências no período da monarquia lusa, nomeadamente a partir das *Inquirições de 1258*.

O Soajo na Idade Média[206] e na sequência de usos e costumes vindos de gerações anteriores superintendia maioritariamente toda a *serra*, entendida como as atuais do Soajo e da Peneda, o que conferia aos habitantes privilégios reais, como os *direitos de montaria*, que implicavam aos monteiros, isto é, aos guardas-fiscais da serra, a gestão dos espaços de culturas, pastagens e caça.

Em virtude destes privilégios reais, que os soajeiros, sempre, tanto prezaram, poder-se-á entender que o atual lugar da freguesia da Gavieira, a Peneda, possa corresponder a um antigo *sítio*, muito provavelmente uma antiga área de pastagens, pertença dos moradores do Soajo[207], idêntica àquelas que, atualmente, ainda, podemos observar, e que foram frequentadas, até meados do séc. XX, na época estival, pelos pastores e respetivos gados e rebanhos da *rês*. À evolução do *sítio* da Peneda não se pode dissociar o fenómeno religioso, que terá tido um grande incremento na segunda metade do século XVI em virtude das fortes epidemias que grassaram no país, levando as populações em peregrinação e penitência a recorrerem à proteção da Nossa Senhora das Neves, o nome, de facto, da Senhora da Peneda.

Mas, foram as últimas décadas do séc. XVIII que teriam assistido à fixação intensiva de famílias vindas, principalmente dos concelhos de Castro Laboreiro e Valadares[208], que

---

[203] *Suagio et Monimenta et adjuntionibus de Camanto sicut resonat in commelum genitori nostro Donno Ermigildo* (A.M.A.P. – *V.M.H.*, fl. 5).

[204] *In ripa Limie portionem in Suagio sive terras et pumares. In Moimenta sub Portela de Vice que sunt de nostra quinta* (A.M.A.P. – *V.M.H.*, fl. 7).

[205] *Et in ripa Limie ex alia parte villa Soagio cum suos incommunisatos et montarios et piscariis ab íntegro per suos terminos et cum omnibus prestationibus suis* (A.M.A.P – *V.M.H.,* fl. 45).

[206] (*P.M.H., I.*, vol. I, 1888: 396).

[207] PINTOR, 1976: 16-17.

[208] Concelho extinto em 1852, que englobaria predominantemente freguesias do atual concelho de Melgaço.
O primeiro registo de batismo da freguesia da Gavieira e relativo ao lugar da Peneda, ou, melhor dito, lugar de Nossa Senhora da Peneda, data de 17 de Março de 1776. Por curiosidade, os avós paternos eram da Peneda e os maternos do concelho de Valadares. Em Abril de 1778 regista-se um segundo batizado em que os avós do neófito, paternos e maternos, eram oriundos, respetivamente, dos concelhos de Castro Laboreiro e de Valadares. A partir desta data, o evento intensificou-se a um ritmo muito forte até finais do século, muito superior ao verificado nos lugares da Igreja, Tibo e Rouças. (A.D.B., *L. Baptismo da Gavieira,* 1, mic., r. 14).

se deslocalizaram para a Peneda atraídas pelos postos de trabalho resultantes das obras com grande envergadura e relacionadas com a construção do imponente complexo, que envolve o Santuário, os *quartéis* destinados ao alojamento dos peregrinos, dos quais já se destacavam os galegos, pois, nessa época, a Peneda era um lugar desprovido de habitações e os romeiros viam-se obrigados a descansar do rigor da caminhada nas *lapas* e *grutas*, que, proliferavam em abundância.

A ocidente da Peneda, encontramos a sede da freguesia, o lugar da Igreja, que terá a sua origem num núcleo humanizado por habitantes naturais da freguesia de Gave, atual concelho de Melgaço, freguesia que poderá justificar o nome atual, Gavieira[209].

Se o *Numeramento de 1527-1532*[210] inclui no concelho do Soajo duas freguesias, além da do Soajo, a da Gavieira, a primeira referência explícita a esta última, que conhecemos, encontra-se no Tombo da freguesia de Castro Laboreiro de 1565[211].

Em pleno século XVII, a Gavieira, apesar de anexa ao Soajo, corresponderia a uma freguesia organizada, no foro eclesiástico, ao ter em conta a estrutura dos primeiros *Registos Paroquiais*[212].

Quer em 1753[213] no *Dicionário Geográfico*, quer em 1795[214] no *Tombo da freguesia do Soajo e sua Anexa*, para a Gavieira, apenas, se descriminaram os lugares de Rouças, Tibo, Igreja. Em relação ao da Peneda, evidencia-se, já, a importância do Santuário e a respetiva Irmandade, assim como a religiosidade a S. Bento, em São Bento do Cando, que teria a suportá-la uma duradoura tradição[215] (Fig. 13 – mapa – *Lima raiano luso: Os lugares do Soajo e da Gavieira no séc. XVIII*).

Relembramos que o *sítio* do Cando, na atualidade São Bento do Cando (Fig. 13), já existiria nos séculos XII-XIII sob domínio Senhorial do Mosteiro de Ermelo, assim como o da Pomba (Fig. 13). Não seria apenas o Mosteiro de Ermelo a possuir Domínio Senhorial na atual Gavieira, mas também, o Mosteiro de Fiães, do qual dependia o de Ermelo, nomeadamente na Bouça dos Homens (Fig. 13).

Até meados do séc. XVIII outro núcleo, além do da Pomba, integrava a Gavieira, o da Ninhada, sendo aquele, muito provavelmente, de maiores dimensões, se atendermos ao

---

[209] VASCONCELOS, 1927: 16.

[210] «... no qual ha duas freguesias e moram nellas, 92 moradores...» (FREIRE, 1905: 245).

[211] A primeira documentação conhecida sobre a freguesia da Gavieira é muito tardia, ano de 1565. No Tombo da freguesia de Castro Laboreiro, de 1565, quando se procede à delimitação da freguesia alude-se à presença do cura da freguesia da Gavieira, em virtude da impossibilidade do Abade da paróquia do Soajo. Nesta época, na divisão eclesiástica, a Gavieira era uma freguesia anexa ao Soajo. (A.D.B., *L. Tombos da Igreja de St.ª Maria de Castro Laboreiro,* 1565, fls. 424-428).

[212] PINTOR, 1981: 18-22.

[213] Nas *Memórias Paroquiais* de 1753 declara-se que a freguesia «... comprehende tres lugares, que sao o mesmo da Gavieyra, o lugar de Rouças, e o lugar de Tibo....» (A.N.T.T. – *Dicionário Geográfico,* vol. 17, Memória 27).

[214] A.D.B. – *Tombo da Igreja de S. Martinho do Soajo ...,* 1795, cx 281, n.º 2, fl. 1.

[215] Já se realizavam as duas festas anuais, a 21 de Março e 11 de Julho, com uma grande afluência de peregrinos, além de, por exemplo, a capela ter capelão, sustentado pelas ofertas dos devotos e populares.

número de batizados efetuados no período 1706-1738[216] e de habitantes crismados em 1700[217] (Fig. 13).

Apesar do valor de estes indicadores, aparentemente, pouco significativo em termos de avaliação do efetivo de residentes, eles contribuem, pensamos nós, para a construção de uma imagem sobre os esforços despendidos por populações, cuja sobrevivência implicava a ocupação de espaços agressivos e muito adversos, que entendemos justificar a duração, por vezes, relativamente curta dos respetivos ciclos de vida.

Estamos convictos que nos finais do séc. XVIII estes dois lugares, o da Ninhada e o da Pomba, já não seriam habitados[218], mas, outros começavam a emergir na paisagem, como o da Peneda e, muito mais tarde, já, em pleno séc. XIX, o lugar do Baleiral (Fig. 10).

Desconhecemos as causas da implementação do Baleiral, mas, muito possivelmente, poderão estar relacionadas com a evolução demográfica positiva da Peneda, cujo aumento populacional (Fig. 10) contribuiria para que, gradualmente, as famílias optassem por se fixar a jusante[219].

Diremos que a evolução da Gavieira tipifica um modelo de povoamento, cuja tónica de humanização corresponde, em termos globais, à fixação gradual das populações de acordo com os recursos, sempre reduzidos e ocasionais do *sítio*, mas, objeto da opção, o que fomentou uma dinâmica territorial traduzida, ora na fixação do grupo e respetivo enraizamento, ora no abandono do lugar justificado pela pressão demográfica, que variava em função de um conjunto diversificado de fatores, mas, dos quais não se pode menosprezar o volume de alimentos, quase sempre dependente do sistema agro-silvo-pastoril numa *serra* superintendida predominantemente pelo habitantes do Soajo.

Nesta dinâmica de povoamento poder-se-á enquadrar, entre outros, o lugar de Adrão (Fig. 10), que, por corresponder a uma área de bons pastos, era ocupado pelos pastores e animais durante a época estival, que regressavam à sede da freguesia do Soajo, nos alvores das primeiras chuvas outonais, até ao momento em que se deu a fixação definitiva das primeiras famílias[220].

---

[216] No período de Abril de 1713 a Abril de 1738, efetuaram-se 3 e 10 batizados de neófitos naturais dos lugares de Ninhada e Pomba, respetivamente. Assinalamos, contudo, que a referência às duas localidades se encontra desde os primeiros registos paroquiais, nomeadamente, os de Batismo. (A.D.B. – *L.Misto da Gavieira,* 2, mic., r. 14).

[217] Em 1700 processou-se o Crisma na freguesia que, por curiosidade, foi dado a 22, 17, 13, 10 e 3 moradores, respetivamente, dos lugares de Igreja, Rouças, Pomba, Tibo e Ninhada. Se os valores encontrados, não são válidos para o cômputo dos habitantes, nem nos permite sequer, em termos relativos, posicionar os lugares, poder-nos-ão, contudo, alertar para uma tendência possível, se pensarmos que, muito provavelmente, o lugar mais populoso poderá ser aquele que, por princípio, terá o maior número de crismados (A.D.B. – *L. Misto da Gavieira,* 2, mic., r. 14).

[218] Continuando a ter por Fonte os *Registos Paroquiais*, os últimos registos de Batismos, para os lugares da Ninhada e da Pomba, datam, respetivamente, de Novembro de 1759 e de Abril de 1738. (A.D.B. – *L. Registo Nascimentos da Gavieira*, 1, mic., r. 14 e *L.Misto da Gavieira*, 2, mic., r. 14).

[219] MEDEIROS, 1984a: 55.

[220] BRITO, 1953: 34.

No processo evolutivo dos núcleos principais do Soajo e a ter em consideração as *Memórias Paroquias* de 1753, esta freguesia não comportaria os lugares de Vilarinho das Quartas e Cunhas[221]. Contudo, a organização territorial estava, já, bem definida na segunda metade do séc. XVIII, pois encontrámos a primeira referência a um lugar denominado *Vilarinho Novo* num registo de batismo feito em 7/9/1730[222], que relacionamos com o atual Vilarinho das Quartas, topónimo que surge, pela primeira vez, em Agosto/1760[223], repetindo-se em Agosto/1770, data a partir da qual se verifica uma frequência similar à dos «velhos» lugares soajeiros (Fig. 13).

Cunhas, um dos lugares mais jovens, segundo as Fontes que conseguimos consultar, nomeadamente os *Registos Paroquiais*, surge referenciado, pela primeira vez, em 23/1/1790[224] e, a partir de Outubro/1795 o ritmo de batizados dos recém-nascidos é semelhante ao dos restantes lugares (Fig. 13).

O exemplo mais recente corresponde, precisamente, ao Campo Grande (Fig. 10), que na década de setenta do século XIX, fixou, em termos permanentes, o primeiro jovem casal, seguindo-se outras jovens famílias, todas provenientes de Paradela, o lugar mais próximo e com os maiores laços decorrentes do próprio regime agro-pastoril[225].

Apesar das mutações verificadas, estamos convictos que o Soajo nos últimos três séculos teria uma rede de lugares principais muito semelhante à atual, isto é, os lugares distanciados entre si, com casas reunidas e distribuídas por arruamentos, que não eram mais do que caminhos estreitos e tortuosos, muitos deles com forte declive, como, por exemplo, em Paradela, ou Adrão, Vilarinho das Quartas, ou Cunhas.

Contudo, a importância hierárquica do Soajo teria culminado em 1514 com a concessão da *Carta de Foral* por Manuel I, com a «vila»[226] a ser sede de um concelho, que se

---

[221] Em 1753, o *Dicionário Geográfico* menciona seis lugares (Vila, Bairros, Vilar de Suente, Várzea e Adrão), enquanto o *Tombo da Igreja,* de 1795, além do lugar da «vila», refere aqueles que possuem capela, por se encontrarem a mais de uma légua da Igreja, separados por caminhos ásperos e serras pedregosas, concretamente, Vilar de Suente, Várzea, Paradela e Adrão.

[222] A.D.B. – L. *Registo de Baptismos*, 3, mic., r. 38.

[223] Por curiosidade, os avós maternos e paternos do neófito são todos do mesmo lugar, isto é, de Vilarinho das Quartas, pelo que nos permite pensar, que o lugar já tinha «vida» há muito mais tempo. (A.D.B. – L. *Registo de Baptismos,* 6, mic., r. 39).

[224] Os avós paternos deste batizando eram de Cunhas, enquanto os maternos eram do lugar do Pelourinho, atualmente integrado na sede da freguesia. (A.D.B. – *L. Registo de Baptismos,* 7, mic., r. 39).

[225] Informação que nos foi fornecida, em Agosto de 2000, por um habitante octogenário, neto da primeira família que fixou residência no lugar.

[226] No Soajo nunca existiu um aglomerado que, apesar das funções exercidas, e pelo facto de ser sede do concelho, adquirisse o estatuto de Vila. Contudo, os soajeiros, orgulhosamente, atribuem a designação de «vila» ao lugar que sediou as funções administrativas inerentes de estatuto concelhio, precisamente, o lugar do Eiró. Hoje, o lugar da «vila» engloba todos os lugares próximos de Eiró, que em função de uma evolução positiva coalesceram e constituem uma única mancha construída, mas que as populações continuam a distinguir, da mesma forma que o fazia nos sécs. XVII e XVIII, quando identificava os pais do neófito acabado de batizar e os localizava, por exemplo, em Concieiro, Pereira, Carreiras, Fraga da Mó, Torre, Raposeira, Lage, Pelourinho, Teso, Raposeira ou Rio Bom (A.D.B. – L. *Registo de Baptismos* 1 a 8, mic., r. 38 e 39).

extinguiu em 1852 e que abrangia, em termos administrativos, a área envolvente, ou seja, as freguesias da Gavieira e de Ermelo (Fig. 10).

Se a primeira referência, que conhecemos sobre o lugar «Armelo» surge nas Inquirições de 1258[227] (Figs. 8 e 10) não se pode desligar a evolução do *sítio* da freguesia à implementação do Mosteiro[228], com o mesmo nome, pertença dos frades beneditinos e, mais tarde, (inícios do séc. XIII) dos cistercienses[229].

Os frades ter-se-iam fixado em Ermelo, lugar ermo, propício à oração e reflexão, no período compreendido entre os meados do séc. XII e a primeira metade do séc. XIII[230], época em que iniciar-se-ia o arroteamento das terras bravas e incultas, criando-se, provavelmente, as condições para os primeiros laranjais, que produzem as famosas laranjas de Ermelo, enquanto o outro lugar, Vilarinho das Quartas, também, se ia implementando, em função do trabalho e esforço dos seus habitantes.

Recordamos que a influência humanizadora do Mosteiro ultrapassou os limites da freguesia, assim como o próprio rio Lima, (Fig. 8), fazendo-se sentir na Serra Amarela, nomeadamente em Vergaço, Britelo e Germil, em que os topónimos de origem germânica nos permitem problematizar, para ambas as freguesias, uma existência que poderá ascender ao séc. VII, última fase do reino visigótico.

Independentemente de toda as questões relacionadas com a cronologia dos povoados, estes territórios, juntamente com os de Entre-Ambos-os-Rios e do Lindoso, encontravam-se organizados, no séc. XI, segundo as atuais freguesias, conforme o *Censual da Terra de Venati*[231], embora, nas *Inquirições de 1220*, sejam, apenas, referenciadas as freguesias de Britelo e Entre-Ambos-os-Rios.

Contudo, nas *Inquirições de 1258* são descritas as quatro freguesias, com referências curiosas, como, por exemplo, em relação os respetivos domínios senhoriais, com o Mosteiro de Ermelo a dominar em Germil[232] e em dois casais, em Britelo, com a Coroa no Lindoso e em quatro casais em Tamente e, em Entre-Ambos-os-Rios existia um Couto, de que não se nomeia o Senhorio e a Igreja a possuir um casal, além dos habitantes de Britelo e do Lindoso serem monteiros do rei (Fig. 10).

O Lindoso nos finais do séc. XVII era uma freguesia com uma estrutura correspondente à atual, ou seja, constituída pelas três aldeias, Castelo, Parada e Cidadelhe, com o

---

227 (...) *et aqui seive primeiramente o moesteiro dArmelo, et dixerun que aqui o coutou el Rey don Afonso Iº, et o abbade et os fratres sacaronno daqui et poseromno in aquel logar que chamam Armelo* (...) (*P.M.H., I.*, 1888, vol. I: 389).

228 Os frades beneditinos ter-se-iam radicado, de início, na atual freguesia de S. Pedro do Vale, que corresponderia, à freguesia de St.ª Maria do Vale/S. Pedro dos Arcos, e abrangeria o sítio de Ermelo, posteriormente escolhido pelos frades para a sua fixação. Ermelo, que significa pequeno ermo, seria um local solitário, e, por conseguinte, apelativo à oração e à espiritualidade (PINTOR, 1952: 4).

229 COSTA, 1984*:* 39.

230 PINTOR, 195: 4.

231 Recenseamento das paróquias da Diocese mandado elaborar pelo Bispo D. Pedro, no período de 1085-1089.

232 *P.M.H., I.*, 1888, vol. I: 413.

lugar de Real, no Castelo, a ser evidenciado nos Registos Paroquiais, que, por curiosidade, correspondia ao lugar de residência da família que, no séc. XVIII, incluía o único elemento feminino da freguesia a exibir assinatura nos atos vitais da Paróquia, além dos respetivos membros masculinos firmarem assinaturas com o traço mais laborado no universo dos padrinhos de casamento e de batizados (Fig. 10).

O lugar parece assistir a uma evolução positiva, pois se em Julho de 2000 estavam habitadas duas residências, uma das quais com um octogenário, passados três anos, concretamente, em Agosto de 2003, residiam quatro famílias, duas das quais em moradias construídas neste intervalo de tempo. Num breve percurso pelo lugar ressaltam os vestígios de paredes vigorosas com janelas e portais, cuja arquitetura evidencia testemunhos de residências, que ostentavam uma certa imponência, que, forçosamente, teria que contrastar com o parque habitacional e «normal» de épocas passadas.

Edifício, cuja traça nos faz lembrar, de imediato, antigos proprietários detentores de uma posição social privilegiada, encontramos, por exemplo, na freguesia de Britelo, lugar da Igreja. Uma antiga residência, a nobre casa de Britelo, propriedade de bons fidalgos, mas, cujas reparações recentes envolveram materiais como o alumínio (Fig. 10).

Do conjunto das freguesias lusas por nós estudadas, a Ermida (Fig. 10), confinada a um único lugar, é aquela que se estruturou, em termos paroquiais, mais tardiamente, apenas, no séc. XVII, muito provavelmente justificado pelo isolamento, que a agressividade da montanha proporciona, além dos limitados recursos de subsistência, manifestamente reduzidos e insuficientes para a manutenção de um pároco[233].

A Ermida, juntamente com os lugares de Lourido, Froufe[234] e um Casal de Sobredo, era um território que no séc. XVII (1658) integrava o Couto de Aboím[235], Comenda de Távora da Ordem de Malta. Por curiosidade, Froufe e Ermida constituíam, respetivamente, um único casal, enquanto Lourido se distribuía por três casais (Fig. 10).

Se estas terras foreiras ao Couto de Aboim compreendiam seis unidades agrárias, em termos de Domínio Senhorial, a fragmentação do respetivo Domínio Útil era notório. Assim, o Casal do Sobredo dividia-se em oito frações, o de Froufe em vinte e três, o da Ermida em trinta e seis, enquanto cada um dos três Casais de Lourido se distribuía, respetivamente, por vinte, oito e vinte e sete.

Desconhecemos as áreas agro-silvícolas abrangidas, contudo, poderemos inferir que a fragmentação dos Casais (122 frações) seria, genericamente, acentuada, o que ajudará, segundo a nossa opinião, a questionar a posição económica da família deste Lima raiano em pleno Regime Enfitêutico.

---

[233] COSTA, 1998, V. I: 20-34.

[234] Se tivermos em consideração que Froufe é um topónimo de origem germânica, poderemos questionar em que medida a povoação poderia existir na fase final do reino visigótico, isto é, o séc. VII.

[235] A.D.B. – *Tombo da Comenda de Távora*, L. 69, Couto de Aboím, 1658, fls. 852-1090.

Um quadro de vida dura e muito difícil em que a pobreza parecia imperar é traçado no séc. XVIII pelo pároco de S. Miguel de Entre-Ambos-os-Rios, nomeadamente para a Ermida, freguesia anexa, baseado no isolamento provocado pelo acidentado do relevo e na impossibilidade para muitas das famílias do pagamento da côngrua, pois a produção agrícola era reduzida e incerta, opinião corroborada pelo pároco de Britelo em relação à sua própria paróquia, quando atribuiu «à aspereza do sítio» o seu «rendimento duvidoso»[236] (Fig. 10).

Populações cuja subsistência dependia essencialmente da utilização e aproveitamento da *serra* justificava que o privilégio real concedido a determinadas populações para a sua gestão corresponder a um dos mais altos atributos, como declararam os habitantes do Soajo, em 1288[237], privilégio extensivo aos moradores das freguesias do Lindoso[238] e de Britelo[239], que lhes permitia a coordenação, respetivamente, das serras do Soajo, Peneda e da Amarela[240], na vertente drenada pela rede hidrográfica do Lima, mas, que não impedia, em ambas as margens, nem a escassez e míngua generalizada dos alimentos, nem um clima de insegurança para todos aqueles que se aventuravam na travessia dos vaus e portelas dispersos, embora estrategicamente implementados pelas extensas e majestosas paisagens limianas de raia.

De facto, seria uma tónica dominante neste Lima raiano isolado e rarefeito a insegurança de bens e pessoas dificilmente controlada pelo poder central, a avaliar pelas descrições efetuadas por viajantes que ao longo do séc. XVI o percorreram, e através das quais nos é possível, em pleno século XXI, esboçar uma leitura sumária das acessibilidades e do ambiente social instalado.

A instabilidade nos espaços que estudamos ter-se-ia repercutido por um longo período multissecular como se pode inferir na descrição da viagem que, em Janeiro de 1533, a comitiva do Dom Abade de Clairvaux[241] efetuou entre o mosteiro de Bouro e o mosteiro de Pitões das Júnias, passando pelos de Ermelo e de Fiães (Fig. 14 – mapa – *Lima raiano: Eixos de mobilidade no séc. XVI, os itinerários prováveis de Álvaro Vaz, Mem Afonso, Duarte de Armas e Claude de Bronseval*).

---

236 A.D.B. – *Termos da Visita da 1.ª Parte da Nóbrega e Neiva*, «I.P.», 1775, freguesias de Britello e Entre Ambos-os-Rios.

237 «(...) non ha hi outra honra se non aquella que am per El Rey que som seus monteyros (...)» (I.N.T.T. – *I. Dinis*, vol. I: Fls 91v.-92).

238 *P.M.H., I.*, 1888, vol. I: 414.

239 «I. Afonso III», 1258, *P.M.H., I.*, 1888, vol. I: 413 e «I. Afonso II», 1220, *P.M.H., I,* vol. I: 119.

240 Pela leitura das *Inquirições de 1258*, eram os monteiros reais das duas freguesias, Lindoso e Britelo, os únicos a controlarem e fiscalizarem todo o flanco ocidental da serra Amarela.

241 O mosteiro de Ermelo, se no início pertencia à Ordem de S. Bento, cedo adotou a reforma de S. Bernardo de Clairvaux, também chamada de Cister, sendo filial do mosteiro de Fiães. Ambos os mosteiros, em estado de decadência, principalmente o de Ermelo, foram visitados em Janeiro de 1533, pelo Abade da Congregação, Dom Edme de Saulieu, abade de Clairvaux, que trouxera como secretário Frei Claude de Bronseval, que nos deixou pormenorizada crónica da viagem realizada.

Partindo do mosteiro do Bouro, em 19 de Janeiro de 1533, a Comitiva pernoitou em Ponte da Barca para na manhã do dia 20 se deslocar a Ermelo. Se de início a Comitiva percorreu nas montanhas e ao longo do rio Lima, em direção a leste, uma légua num bom caminho, desde logo continuou viagem em espaços muito montanhosos e isolados, até que lhe surgiu um grupo de homens armados, entre os quais o Comendador de Ermelo residente na freguesia do Vale, que tinham ido ao seu encontro, para lhe dar as boas vindas, de acordo com o estatuto de tão honrosa visita. A Comitiva, então protegida, continuou a viagem entre montanhas desenvoltas e despovoadas[242] até atingir o almejado mosteiro em Ermelo.

À tarde, após a visita ao mosteiro, a Comitiva, em viagem para Fiães, decidiu[243] por motivos de segurança e por ser inverno, substituir o percurso mais curto[244], numa distância de quatro léguas, por um outro mais longo, que lhe exigiu retomar o mesmo caminho, pernoitar na freguesia do Vale para, na manhã seguinte, se dirigir aos Arcos de Valdevez e continuar viagem por Choças, Extremo, Barbeita, Melgaço em direção a Fiães (Fig. 14).

Se a distância entre Arcos de Valdevez e Choças foi percorrida através de um caminho suave, a partir desta localidade, Choças, a Comitiva iniciou, ao longo de uma via tortuosa, uma subida acentuada, no final da qual se lhe deparou uma descida bastante fácil até Barbeita, aldeia de espaços aplanados, meticulosamente cultivados e enquadrados por montanhas.

Após a noite passada em Barbeita, a Comitiva reiniciou a viagem percorrendo durante toda a manhã do dia 22, na margem esquerda do rio Minho e sempre com a Galiza no horizonte, uma «boa estrada» que a conduziu a Melgaço para na parte da tarde efetuar uma íngreme subida em montanha agreste, atingindo, finalmente, o mosteiro de Fiães.

A 26 de Janeiro, a Comitiva deixou Fiães em direção ao mosteiro de Pitões das Júnias, começando por subir, durante uma hora, uma «região escarpada, vasta e estéril», em que percorreu duas «grandes léguas», com muita chuva e muito frio, até que encontrou, entre duas montanhas, uma linha de água, que, apesar do grande perigo, se tornou necessário atravessar, para continuar a viagem numa «região desértica» onde o vento soprava com muita violência, até que, pela tarde, iniciou a descida e chegou, após ter efetuado quatro léguas, desde as oito da manhã até às quatro da tarde, a uma aldeia do reino da Galiza chamada Vilariño (Fig. 14).

---

[242] (...) *Deinde ad reliquam viam semper secus predictus flumen procedentes peragendam scopulosam ac periculosam, inter horridos montes, regione omnino deserta, cucurrimus passu bovino, donec tamdiu pervenimus ad monasterium* (...) (BRONSEVAL, 1970, T. II: 534).

[243] *(...) Et deinde factus est sermo pro via ad monasterium de Fenabilus carpenda. Erant nobis recta via tantumodo quatuor leucae, sed quia oportebat transire montes horrendissimos, patriam que frigidissiam et desertissimam, viamque male securam propter limites Galeciae et Portugalliae ibidem concurrentes, timuit illac transire Dominus ac etiam in predicto loco manere* (...) (BRONSEVAL, 1970, T. II: 536).

[244] A ligação direta entre ambos os mosteiros, menos temerosa para quem estava habituado aos caminhos da *serra*, era de Ermelo por Soajo a Adrão e Miradouro e dali, em alternativa, pela Peneda ou pelo Cando, a Lamas de Mouro.

Após uma leitura atenta da descrição efetuada por Frère Claude de Bronseval, o relator do diário da viagem, não nos resta qualquer dúvida de que o percurso entre Fiães e Vilariño se efetuou na área objeto da nossa investigação.

Assim, um conjunto de questões, de imediato, se nos levantou. Que unidade montanhosa se desenvolve na saída de Fiães rumo à fronteira castreja? Qual foi a linha de água que a Comitiva, apesar do grande perigo em que incorria, se viu na necessidade de transpor? Em que aldeia os viajantes pernoitaram, uma vez que existem no concelho da Lobeira, duas aldeias designadas por Vilariño, uma na margem direita do rio Grou, também conhecido por rio Fragoso, e inserida na freguesia de Vilariño (San Xes), outra na margem esquerda do mesmo rio, mas elemento integrante da freguesia de Montelongo (St.ª Cristina)?

Recorremos, como foi a tónica dominante desta investigação, ao diálogo com os residentes de Vilariño (San Xes) e de Castro Laboreiro, com os quais efetuámos grande parte do percurso, a pé, nomeadamente no *planalto* castrejo.

Se as montanhas com que a Comitiva se deparou, logo à saída de Fiães, não se torna difícil identificá-las com o conjunto montanhoso drenado por uma rede de *corgas*, que desgastam vales encaixados, cujo talhe, apenas se justifica pelas orogenias pré-cenozoicas, a que o traçado da rede viária do séc. XXI, é, também, tão sensível, constituindo, de um modo global, a margem esquerda do rio Trancoso, a localização da linha de água, que foi imperioso atravessar, já, se torna mais problemática.

Pela leitura da descrição efetuada pelo Frère Claude de Bronseval, poder-se-á deduzir que era uma linha de água encaixada, cuja travessia, que teria sido feita sem o recurso de uma ponte, por muito frágil que fosse, implicou muito perigo, que se explicará pelo ambiente de tempestade em que a viagem decorria (vivia-se período de forte queda pluviométrica acompanhada de ventos que sopravam com muita intensidade), pelo que, de imediato, se nos levantaram duas hipóteses, ou corresponder ao rio Trancoso, ou então, ao rio Castro Laboreiro.

Se a Comitiva de Cister transpusesse o rio Castro Laboreiro, teria de o fazer, ou, no Rodeiro, ou, numa secção a jusante, pelo simples motivo de que o rio encaixa, a montante da aldeia. Por curiosidade, a «queda» de água, que resultou do desnivelamento dos dois patamares, ou seja, da transposição brusca do nível de altitude mais elevada, o do *planalto*, em que a linha de água corre em «vale escancarado», para o nível do talvegue encaixado, a população da aldeia, o Rodeiro, utilizou a intensidade da força viva na construção de uma bolsa de moinhos para produção de farinha de centeio, hoje, praticamente abandonados.

Segundo esta hipótese a Comitiva teria que atravessar lugares, por exemplo, a Portelinha, ou, Várzea Travessa, algumas *verandas*, mesmo que correspondessem a lugarejos constituídos por minúsculos casebres com cobertura de colmo, o que não se teria verificado[245] e que se compreende pelo motivo de «obrigar» a fazer, no trajeto, um «desvio» para sul.

---

[245] (...) *Nous rencontrâmes entre deux montagnes une rivière qu'il fallait traverser. Nous le fîmes en courant un très grand danger et nous continuâmes dans cette région désertique* (...) (BRONSEVAL, 1970, T. II: 545).

Com a preocupação em se «eliminar» léguas é, em nossa opinião, o mais aceitável, que todo o percurso em solo português se tivesse efetuado em pleno *planalto* castrejo, no limiar da fronteira, pelo que a «ribeira» cuja travessia representou muitos perigos para a Comitiva do Abade de Clairvaux, corresponderá ao rio Trancoso, na secção montante, por sinal, uma área muito acidentada na qual se insere o atual marco de fronteira n.º 2, dirigindo-se ao marco n.º 3, para fazer a travessia do *planalto* castrejo e deixar o solo luso em espaços compreendidos pelos marcos 36 a 39, a caminho de Vilariño de San Xes.

Somos, também, de opinião que a Comitiva pernoitou em Vilariño de San Xes, por dois motivos principais. Pela leitura da descrição entende-se que decidiu passar a noite no primeiro lugar que teria surgido, após a descida das montanhas, logo, em San Xes, pois para atingir Vilariño, em Montelongo, teria que atravessar o vale encaixado do Grou, ou Fragoso, e ter-se-ia deparado com um conjunto de aldeias, incluindo a da Vila, sede do atual concelho da Lobeira, que se distribuem de montante para jusante, ao longo das duas vertentes, cujo significado do povoamento não passaria despercebido ao redator do diário pelo que justificava uma alusão no roteiro de viagem (Fig. 10).

Um outro motivo, que na nossa opinião é de suma importância, refere-se ao facto de, quando em Castro Laboreiro questionámos vários residentes, que na juventude tinham efetuado diversas vezes o percurso, a pé, entre Fiães, ou mesmo Melgaço, em direção à Lobeira, todos terem descrito, sensivelmente este percurso, isto é, atravessavam o rio Trancoso em direção ao marco 3, calcorreavam o *planalto*, sempre longe das aldeias castrejas, para na área do marco 36, rumarem a Vilariño (San Xes).

Outro aspeto curioso relaciona-se com o facto de, quando os questionávamos sobre as distâncias, absoluta e tempo, entre as duas localidades, todos nos informaram ser *à volta de uns 20 kms compridos* e *levar bem um longo dia* pelo que, quando os confrontávamos com as oito horas, de imediato, nos diziam, *a pé, não poderá ser*, mas, concordavam, quando acrescentávamos, viagem efetuada a cavalo.

Mas, voltemos às dificuldades do itinerário retomado pela Comitiva no dia seguinte, ou seja, o dia 27. Após uma noite de queda intensa de neve, a Comitiva reiniciou viagem e atravessou, após um percurso provável de uma légua, o rio Lima através de uma ponte em madeira muito «estrita e perigosa», iniciando uma subida íngreme. Como o tempo estava mau e a paisagem envolta num manto de neve, perdeu-se durante uma meia hora, apesar de se fazer acompanhar por um guia, para reencontrar o caminho nos cimos da montanha. Ao descê-la, confrontou-se, de novo, com mais um obstáculo, o da travessia do rio Salas, que foi efetuada com muita dificuldade e perigo, para, em seguida, se dirigir em direção a Requias e iniciar a escalada de uma alta montanha onde foi surpreendida por uma forte nevada em pleno coração da serra do Xurés, na Portela de Pitões, estando, então, muito próxima a entrada em Portugal, a caminho do mosteiro de Pitões das Júnias (Fig. 14).

Independentemente das possíveis interpretações sobre as sendas e caminhos, de facto, percorridos pelo Dom Abade de Claivaux e sua Comitiva na área que estudamos, encon-

tramo-nos perante uma descrição que retrata, de modo evidente, as dificuldades físicas e de segurança dos espaços limianos de raia, que não impediam, contudo, que outros viajantes, nomeadamente os servidores do Reino, os deixassem de frequentar, apesar dos ambientes de instabilidade que dominavam no séc. XVI.

Álvaro Vaz, o responsável pelo *Numeramento de 1527* do Entre-Douro-e-Minho, em Agosto desse mesmo ano, atravessou a área em estudo, mas, se não se preocupou com a descrição do itinerário e respetivo ambiente envolvente, localizou o castelo de Castro Laboreiro numa fraga e povoado de gralhas[246], depois de ter partido do concelho de Aboim da Nóbrega, atualmente Ponte da Barca, e passado pelos do Lindoso, Soajo, Valdevez e Coura, percorrendo, muito provavelmente, o vale superior do rio Vez para atingir Castro Laboreiro (Fig. 14). A partir de Castro Laboreiro deslocou-se para Melgaço, seguindo o vale do Minho até Caminha.

Se desconhecemos o caminho efetivamente utilizado pelo autor do *Numeramento de 1527*, poderemos, contudo, admitir, que teria percorrido a parte mais alta da serra da Peneda, apesar de ter prolongado bastante o percurso efetuado em pleno Verão[247], muito provavelmente, movido por sentimentos de insegurança que uma zona rarefeita, montanhosa e erma propicia, independentemente do estado pedregoso e tortuoso dos caminhos, causador de caminhadas muito difíceis e desgastantes (Fig. 14).

Uma viagem, também, com dificuldades e certos receios, apesar de ser Verão, teria feito neste Lima raiano Mem Afonso quando, em Julho de 1538, João III lhe incumbiu a missão de fazer a demarcação da fronteira, pelo que se deslocou, sucessivamente de Vilarinho das Furnas ao Lindoso, Soajo, Castro Laboreiro e Melgaço[248] (Fig. 14).

Ora, se os percursos de Vilarinho das Furnas ao Lindoso e de Castro Laboreiro a Melgaço foram efetuados num intervalo de poucas horas, o mesmo, muito provavelmente, não se teria verificado em relação às distâncias, que separam o Lindoso do seu vizinho Soajo e, este de Castro Laboreiro, pois as delimitações dos concelhos em relação à Galiza foram efetuadas com um intervalo de dois dias, o que nos permite aventar, que os caminhos escolhidos por Mem Afonso, não teriam sido aqueles, que correspondiam à distância mais curta entre os dois lugares, ou seja, Soajo e Castro Laboreiro, mas, precisamente, aqueles, que embora mais longos, permitiriam uma certa tranquilidade.

Este ambiente de isolamento que o acidentado do relevo acentuava com os lugares bem afastados entre si, cujos moradores, em número reduzido, viviam maioritariamente em casebres, acarretando insegurança e medo nas populações, estender-se-ia por todo o

---

[246] «sobre hũa fragua ermo povoado de gralhas» (FREIRE, 1905: 246).

[247] DAVEAU, 2000: 22-23.

[248] Em 22 de Julho de 1538, Mem Afonso assistiu, nas aldeias de Vilarinho das Furnas e do Lindoso, às delimitações com a Galiza; em 24 de Julho levantava o contorno da fronteira entre o Soajo e Galiza; a 26 de Julho continuava o levantamento em Castro Laboreiro e, nesse mesmo dia, em Melgaço.

Lima raiano, pois o castelo do Lindoso era «hua fortaleza dynificada», em 1538[249] quando da estadia de Mem Afonso, e *hũu castello ermo*, quando Álvaro Vaz o visitou em 1527[250], tal como o castelo da Nóbrega, o castelo implementado sobre «hũua fragua ermo».

Também Duarte de Armas, provavelmente no Verão de 1509, partindo da Piconha, próximo de Randin, em direção a Castro Laboreiro, percorreu «cynquo legoas de seras e mujtas ribeyras antre as quaes a maiyor há nome lima»[251] continuando viagem para Melgaço por um caminho muito mau e fragoso, com extensão de duas léguas (Fig. 14).

Com este percurso Duarte de Armas teria «esquecido» o castelo do Lindoso, que embora seja inquestionável a sua existência em pleno século XVI, não é representado nem referenciado em qualquer um dos desenhos, que constituem a obra tal como é conhecida. Atendendo ao traçado do itinerário, poder-se-á entender, muito provavelmente esta lacuna, pelo simples facto de ter optado pelos caminhos mais acessíveis e menos ermos da Baixa Límia, quando, a partir do castelo da Piconha, se dirigiu ao de Castro Laboreiro.

Caso se tivesse deslocado ao castelo do Lindoso, o itinerário a percorrer poderia envolver a área, também, preterida pela Comitiva do Abade de Clairvaux, as serras do Soajo e da Peneda (Fig. 14) muito «ermas e desertas», com todos os perigos daí decorrentes, aliás, a tónica dominante do ambiente limiano e de raia para um tempo de isolamento e incertezas.

Quadro de isolamento geográfico que se repercutia, também, na situação de pobreza, que, de um modo generalizado, envolvia ambos os povos. Eram as dificuldades económicas que dominavam as populações de ambos os lados da fronteira e que se justificavam, quer pela estrutura fundiária inerente à *Enfiteuse*[252], que ao acentuar o fosso entre as classes sociais, agravava a situação de pobreza do enfiteuta[253], quer pela dinâmica económica positiva dos lugares do litoral, em detrimento de um interior[254], que assistia, de modo passivo, ao êxodo dos seus patrícios[255], para o continente americano e inclusive para Portugal, no caso da população galega.

As diferenças sociais continuaram a fazer-se sentir, nomeadamente no séc. XVIII, com o grupo dos pobres a ressaltar, através do modo de vestir da criança, ou talvez melhor, da desnudez que a expunha aos rigores climáticos, e através do magro sustento traduzido, quando muito, num naco de pão e numa exígua fruta autóctone[256].

---

[249] MORENO, *coord.*, 2003, vol. III: 151.

[250] FREIRE, 1905: 244.

[251] ALMEIDA, 1943: 463.

[252] (...) *Contrato de Emprazamento, Aforamento ou Enfiteuse quando o proprietário de qualquer prédio transfere o seu domínio útil para outra pessoa obrigando a esta a pagar-lhe anualmente certa pensão determinada a que se chama foro ou cânon* (...) (*Código Civil de 1967*, Art.º 1653.º).

[253] VALVERDE, 1948: 149.

[254] ALMANSA, 1948a: 110.

[255] LABRADA, 1948; ALMANSA, 1948b:169-171.

[256] RAMON & OXEA, 195: 23-25.

O ambiente social marcado pela pobreza e austeridade traduzia-se, também, nas paisagens da Baixa Límia pelas manchas construídas em que se tornavam evidentes as habitações que não seriam dignas de esse nome, pois não passariam de simples «choças» mobiladas com peças toscas e em número muito reduzido.

Ambientes e paisagens similares ressaltariam, de igual modo, no Alto Lima, que pensamos poder tipificar, para o séc. XVI, com o caso de Ermelo povoado por casebres dispostos em volta da Igreja, que mais pareceriam *currais* habitados pelos trabalhadores das terras do Mosteiro[257].

Em suma, povoações isoladas dos principais centros urbanos, com um ambiente social desolador e, até, mesmo, aterrador, em contraste nítido com a beleza e imponência da *serra*, seria a tónica dominante na área raiana, nestes últimos séculos, a ter em conta as descrições dos visitantes, que de modo esparso, se aventuraram nas travessias íngremes limianas.

Isolamento dos lugares motivado não só pelo acidentado do relevo, mas pelo mau estado dos caminhos que continuava a ser uma realidade nos finais do séc. XVIII como, por exemplo, a «estrada» que ligava Castro Laboreiro ao Gerês e passava pelo Lindoso a não estar transitável, nem sequer para as mulas[258], o que obrigou a comitiva de M. Link a dirigir-se ao Soajo, para transpor o rio Lima, passando por S. Miguel de Entre Ambos-os--Rios e Vila Chã (Santiago) em direção às povoações geresianas (Fig. 10).

No roteiro desta mesma viagem dos finais do séc. XVIII, as sedes dos concelhos de Castro Laboreiro e do Soajo são apelidadas como aldeias muito pobres, em que na Vila, caso não existisse uma família generosa a oferecer a dormida, ter-se-ia de pernoitar ao ar livre, enquanto na «vila» do Soajo não havia onde tomar uma refeição, pois, qualquer um dos núcleos não possuíam uma simples pensão.

Sensivelmente da mesma época (1791), D. Frei Caetano Brandão, depois de se extasiar com a beleza da paisagem, que envolve o percurso de Melgaço a Castro Laboreiro, ao referir-se aos castrejos, embora com termos delicados, considera-os «na sua primitiva simplicidade, sem que o luxo tenha feito a mais pequena alteração»[259].

Passado sensivelmente um século (1904), Leite de Vasconcelos ao entrar em Castro Laboreiro, pela Portelinha, é impressionado pelos telhados de colmo (palha de centeio) que, ao longe, mais se confundiam com os afloramentos do granito, mas, apesar da rusticidade, a freguesia procurava evoluir, pois já existiam várias casas de comércio na Vila[260]

---

[257] (...) *In circuitu capellae sunt plures domuncalae quasi stabula porcorum et vacarum, in quibus habitant laboratories qui tenent monasterium ad fermam. Vidimus omnes domos, et videntur quasi cavernae ursorum Inter. magnos lapides compositae Et personnae ibidem morantes sunt nigrae fumo velut essen Egiptae* (...). (BRONSEVAL, 1970, T. II: 534).

[258] LINK, 1803, T. II: 85-86.

[259] BRANDÃO, 1818, T. II: 119.

[260] VASCONCELLOS, 1916: 7.

das quais se destacariam duas, em 1921, a pensar no modo com que eram publicitadas no jornal local[261], além de uma fábrica de chocolates[262] (Fig. 10).

Nesta década de vinte a matéria-prima, o colmo, que cobria a casa castreja, já começava a dar lugar, graças ao «ouro do Brasil», às primeiras telhas, que, gradualmente iam contribuindo para um novo matiz das aldeias. Assim, Ribeiro de Baixo teria assistido à chegada das primeiras telhas nos finais da década trinta do séc. XX, vindas de Lamas de Mouro, carreadas por rapazes e raparigas, cujos dorsos suportavam, respetivamente, dezoito e treze unidades, pois os carreiros que interligavam as duas localidades *nem davam para passar as mulas, quanto mais um carro de vacas*[263].

Seria um ambiente similar que Orlando Ribeiro, em 1936, encontrou quando vindo de Melgaço, entrou na Portelinha, «lugar arruado e compacto» e se deparou com um misto de casas telhadas e «palhoças cobertas de colmo»[264].

Em relação ao lugar da Vila, cuja morfologia e arquitetónica dos edifícios lhe permitiu ser tipificado, a exemplo de outras povoações serranas, uma aldeia «arruada, com casas cobertas de colmo e algumas de telha», era, apesar da «timidez», o pólo hierárquico da freguesia, por centralizar as funções desempenhadas pelas lojas de comércio, pela feira de gado, pela fábrica de chocolates e pelo fabrico de produtos artesanais, como a fiação e tecelagem da lã dos ovinos.

A planta da casa castreja, sempre de dois pisos, o rés-do-chão destinava-se ao abrigo dos animais e à arrecadação das alfaias e produtos agrícolas, enquanto o piso superior, a que se ascendia por escada exterior à residência do agregado familiar, era constituído pela cozinha e uma sala, onde, junto às paredes, se encontravam os leitos de dormir, bem conservados pelos fumos, que emanavam da lareira inundavam toda a habitação, sempre, em granito, ou, melhor, em pedra solta, de grande aparelho, grosseiramente regular e sem reboco.

Numa tentativa de conseguirmos uma leitura que melhor nos permita entender as condições de vida destas populações não podemos deixar de evidenciar e descrever o leito de dormir do castrejo, que existiu até às primeiras décadas do séc. XX, sempre de dimensões reduzidas, mas suficientes para «aninhar» vários membros da família, em forma de caixão, atapetado com palha de centeio coberta por uma manta de burel[265] a fim de a separar dos corpos, que procuravam o descanso merecido num final de dia de trabalho árduo e pesado.

---

[261] *A Neve*, 1920-21: n.ºs 1 a 10.

[262] Fábrica de chocolates, *A Espanhola*, que funcionava na base da energia hidráulica, foi fundada em 1908 e reconstruída em 1919 (*A Neve*, 5: 4).

[263] «Desabafo» de uma residente na freguesia de Rio Caldo, lugar de Torneiros e natural do Ribeiro de Baixo, mas que o deixou há uns bons sessenta e cinco anos, o que não a impediu de ter participado no transporte das telhas, que cobriram os primeiros telhados nesse lugar (Informação por nós recolhida em Julho de 2003, em Torneiros do Rio Caldo).

[264] RIBEIRO, 1991c, IV vol.: 252-253.

[265] GERALDES, 1979: 12.

Quadros de vida inseridos numa paisagem pouco povoada, rarefeita e abandonada pela administração central, em que se tornam, sempre, evidentes as construções, como aquelas que Leite de Vasconcelos encontrou na «vila» do Soajo (Fig. 10), quando da sua visita na década de oitenta do séc. XIX, as casas grandes na entrada da «vila», a Igreja, que nada tinha de excecional e a antiga cadeia, que mais parecia um cortelho, onde funcionava a escola[266].

Contudo, estes traços arquitetónicos seriam um pouco diferentes daqueles que caracterizariam outras aldeias, nomeadamente as soajeiras, como Adrão que nos finais do séc. XIX era um lugar de casas muito denegridas e apinhadas, com dimensão reduzida e habitadas por gente de aspeto muito pobre, apesar «de possuir uma capela e um padre proprietário»[267].

Quadro ligeiramente diferente foi encontrado nos meados do séc. XX por Raquel Soeiro de Brito, pois, nessa época, na «vila» do Soajo, predominava a cobertura da casa em telha canelada, apesar das habitações continuarem, a exemplo, do que se verificava em Castro Laboreiro, a serem constituídas por grossos blocos de granito sobrepostos, sem qualquer reboco ou caiação[268]. Por curiosidade, enquanto o soajeiro encontrava a telha no Prado, localidade próxima da cidade de Braga, o castrejo, com muito esforço, conseguia-a numa freguesia limítrofe, Lamas de Mouro, o que evidencia bem o forte isolamento a que estava votado.

Apesar da acessibilidade, que se explica pela implementação da Central Hidroelétrica do Lindoso, a *Electro del Lima*, o Soajo, ou, melhor, a «vila», nas primeiras décadas do séc. XX, tal como as outras aldeias, não se teria modificado significativamente, pois mantinha-se com «um aspeto triste e pobre», com os caminhos estreitos e sinuosos, mas pavimentados, ou, por lajes de granito, ou, simplesmente por camadas de saibro. A casa, sempre de dois pisos, distinguia-se pelo número de divisões que existiam no 1.º andar, já que o rés-do-chão era sempre para resguardo dos animais e das alfaias agrícolas, correspondendo o material de construção a blocos justapostos de granito, sem reboco, a madeiras de carvalho e pinheiro e a cobertura de telha portuguesa.

Assim, na casa mais pequena, sempre de telha vã, o 1.º andar englobava uma única divisão, que servia de cozinha, quarto de dormir e sala das refeições muito enegrecidos pelo fumo, que brotava da lareira sem chaminé, enquanto na de maiores dimensões o piso superior dividido por um tapamento em madeira continha duas divisões, a cozinha e o quarto de dormir, com dimensões mais reduzidas.

Estes tipos de planta contrastam, de modo evidente, com um outro a que Leite de Vasconcelos designou por «casas grandes», muito mais confortáveis e símbolo da posição social que o soajeiro dos finais do séc. XIX construiu por ter emigrado para o continente americano, cuja traça, ainda, ressalta a qualquer visitante do séc. XXI.

---

[266] VASCONCELLOS, 1916: 7-9.
[267] GOMES, 1903, vol. V: 12.
[268] BRITO, 1953: 40.

Apesar das vicissitudes, hoje, tudo é diferente neste Lima raiano, desde as estradas que, embora sinuosas, o aproximam das respetivas sedes concelhias, em contraste com os caminhos de outrora, pedregosos, quase intransitáveis, mas, parte integrante de um património do séc. XXI, que urge potencializar, às moradias construídas de raiz, ou restauradas, que nas últimas décadas animam as aldeias, porque lhes estendem, paulatinamente, a mancha construída, porque as matizam com os tons do granito, do reboco e dos telhados, porque, cada vez mais, valorizam a imponência e beleza das paisagens em estudo.

Aglomerados rejuvenescidos na última metade do séc. XX, apesar dos valores do índice de envelhecimento do edificado[269] na década de 1991/2001 serem significativos, por exemplo, em Germil, Ermida, Sobredo e Vilar de Suente, ou, Olelas, Illa, e Lobios (Fig. 15 – mapa – *Lima raiano: Índice de envelhecimento dos Edifícios, por lugar, em 2001*)[270].

Como este índice pode induzir a uma leitura distinta da realidade, em virtude de considerar, apenas, os edifícios construídos na última década, quando a nossa investigação junto do edificado «novo» nos permite afirmar que o *boom* da construção está relacionado com o envio das primeiras poupanças da população emigrante verificado essencialmente a partir dos finais das décadas de cinquenta e inícios da de sessenta, preocupámo-nos em conseguir uma leitura quantitativa sobre a importância do efetivo construído no período das quatro décadas (1951-1980) no universo residencial em 2001 (Fig. 16 – mapa – *Lima raiano: O peso dos edifícios construídos no período de 1951 a 1980 no total do edificado, por lugar, em 2001*).

Se na área lusa para a maioria das aldeias, nomeadamente em Castro Laboreiro, predominam os edifícios construídos no período das quatro décadas, em relação à área galega, apenas são significativos em Olelas, Illa e nas sedes dos concelhos de Entrimo e da Lobeira.

Quando, de um modo global, comparamos os dois tipos de valores, quer verificados em Portugal, quer na Galiza, não só o ritmo de construção seria mais intenso na última década do séc. XX, como as construções novas, no período das quatro décadas, adquiriram maior importância, no universo português, em relação aos espaços galegos.

Sem querermos tirar dilações apressadas somos de opinião, que seria maior o efetivo da população lusa que teria investido na construção da casa nova na sua aldeia, comparativamente às famílias galegas, que optariam pela reconstrução da «velha» casa familiar, ou, simplesmente, se decidiram pela aquisição da sua residência na área onde trabalhavam, ou, então, noutros espaços urbanos como Ourense, por exemplo.

---

[269] Edifícios construídos, em Portugal, antes de 1945, na Espanha antes de 1950/ Edifícios construídos no período de 1991/2001)*100.

[270] Como as entidades espanholas apenas publicitam valores de variáveis para os lugares com um número de habitantes superior a 49, que justificam pela necessidade de se defender a privacidade do cidadão, todas as povoações cujo total de moradores não atinge esse limiar estão referenciadas na cartografia, que apresentamos, com a indicação de «não disponível», a par da quantificação do efetivo total.

Há a evidenciar, em 2000 e em relação aos residentes lusos que tinham trabalhado no exterior, a grande maioria possuía, pelo menos, outra residência, ou, na sede do concelho, ou em Viana do Castelo, mas, principalmente em Braga.

Construções «novas» que alteraram, ou, talvez melhor, modificaram a planta urbana dos povoados, por terem sido implementadas, com predominância, ao longo das novas vias asfaltadas, dando origem a que o núcleo «antigo» compacto se continue, mas, quase sempre sob a forma de «tentáculos», com comprimento e densidade variáveis.

Se evidenciamos na área lusa, área protegida desde 1970, as normas de construção, que são rígidas no sentido não só de manter a traça original e os materiais de construção autóctones, como na determinação das novas áreas a urbanizar, disponibilizando a Autarquia terrenos, por vezes, a preços simbólicos, o que explica as novas manchas edificadas, que mais parecem lembrar quarteirões citadinos, como em Paradamonte e Paradela do Soajo, no Castelo e Cidadelhe, também nos concelhos de Lobios e Entrimo, em parte, área protegida, a partir de 1993, é nítido o esforço enveredado no sentido da preservação da arquitetura local, apesar de não se ter conseguido evitar «os alumínios» e outra gama de materiais modernos.

O concelho da Lobeira distancia-se, em termos de preservação urbanística, com a proliferação de residências, umas recuperadas, outras novas, que ostentam traças e materiais importados de uma Europa, que acolheu os seus naturais, que, apesar da «modernidade» desvirtualizam e «anarquizam» as aldeias, que tanto necessitam de se desenvolver[271], apesar de distinguirmos a aldeia de Torneiros, na freguesia de San Xes, com imponentes residenciais de traça secular, praticamente, todas reconstruídas por famílias que vivem na cidade, que ao preocuparem-se em preservar a traça genuína, mantêm o equilíbrio e harmonia identitárias da aldeia.

Desorganização urbana de um concelho, o da Lobeira, a que se acrescentam, em termos globais, as vacarias, os aviários e as pocilgas, que, além de muito magoarem, em termos paisagísticos, a serra do Laboreiro, a inquinam dos odores intensos que lhe são próprios, acrescidos do das «creolinas», pois, não existia, no Verão de 2003, um sistema eficaz de tratamentos dos efluídos[272].

Mas, ao debruçarmo-nos sobre a planta urbana predominante neste Lima raiano, em qualquer aldeia, facilmente se distingue o núcleo antigo, ancestral, com as casas que coalescem ao longo de caminhos, estreitos e sinuosos, uns, autênticas ruas, com pavimentos em blocos de granito, como no Castelo e Parada, no Lindoso, ou, na «vila» do Soajo e na

---

[271] Segundo informações recolhidas junto dos residentes nas diversas aldeias galegas, até há muito pouco tempo não se tornava necessário submeter o projeto a uma equipa institucional e técnica. Mesmo agora, fazem os possíveis para evitar essa aprovação, o que parecem ter conseguido.

[272] São, de facto, problemas graves que se levantam às autoridades locais, se pretenderem remediar uma situação, em nosso entender, lamentável, de um concelho que tem o privilégio de se implementar numa das áreas de maior valor paisagístico do Noroeste Ibérico, como é a serra do Laboreiro.

Vila, em Castro Laboreiro, outros, revestidos por uma «mistura» de areia e asfalto, como nas aldeias galegas, ou, muito simplesmente, em terra batida, das manchas urbanas modernas dispostas ao longo dos eixos viários principais, sempre, asfaltados, em que a residencial emerge do quintal e jardim que a envolve.

Não será de mais recordar que a residência secular, em granito, se pode apresentar variações arquitetónicas, consoante o lugar em que se insere, caracteriza-se, essencialmente por dois pisos, o rés-do-chão destinado aos animais e, ou, à guarda das alfaias e produtos agrícolas, e um andar para habitação, ao qual se tem acesso por umas escadas exteriores.

Na primeira década do séc. XXI, estas habitações seculares contrastam entre a reconstruída, que rigorosamente sustenta a traça e materiais de raiz, a «adulterada», quer na planta original, quer na gama e densidade dos materiais modernos aplicados, e a devoluta, muitas das vezes a exercer a função de armazém para fenos e aquela que, simplesmente, entrou em ruína, restando as pedras que se amontoam num chão, antigo rés-do-chão, que acolhia os animais e armazenava alfaias e produtos agrícolas.

De facto, desde o início da nossa observação, em 2000, nos chamou atenção, pelo impacto causado no núcleo da povoação, o elevado número de edifícios multisseculares com as austeras paredes de granito, por vezes, com janelas e o portas com talhe singular, se encontrarem devolutos, com parte significativa a servirem de palheiro, como acontecia na aldeia do Castelo, Lindoso, a povoação que escolhemos para a exemplificação do fenómeno.

A mancha de edifícios implementados em pleno «coração» multissecular da aldeia, cujos proprietários lhe retiraram a função residencial, atingia, em 2000, uma proporção muito próximo dos 50% (*Quadro 2 – Castelo do Lindoso: Parque residencial em 2000 e 2001*).

Evidenciamos os edifícios em recuperação, curiosamente, com a finalidade de alojamento turístico, duas casas de turismo de aldeia (2001) e uma residencial (2004).

Os proprietários das casas devolutas residiam, ou, na aldeia na «casa nova», por princípio, construída ao longo da estrada transfronteiriça, trinta e nove (59,1%), ou, no estrangeiro, vinte e um (31,8%), ou, distribuíam-se (9,9%) pelas regiões metropolitanas de Lisboa e Porto.

Tivemos curiosidade em questionar os proprietários sobre os motivos que os levaram, no lugar, a optar pela «troca» da residência, que não consideramos «velha», mas, simplesmente «antiga», atendendo à altivez das paredes em blocos de granito e ao talhe gracioso das portas e janelas, pela «moderna», mas, em que domina o tijolo e o reboco em alvenaria.

Foi a facilidade com que o automóvel e a carrinha *entram em casa*, ou, melhor, na garagem da casa, que constituiu a principal razão na decisão tomada, ao que se acrescenta, para um pequeno número, os custos, que seriam sempre mais elevados, na recuperação da traça multissecular.

Do parque residencial «ativo», ou seja, com condições de habitabilidade, 84,8% (118) correspondia a heranças familiares, enquanto, 15,25% (18) foram adquiridas por compra,

o que nos permite inferir sobre a importância que o limiano luso de raia atribui ao torrão natal, apesar de se ausentar durante um longo período da vida ativa.

Nas últimas décadas, além da extensão do aglomerado, em função do ritmo de variação positiva das unidades residenciais, outras alterações significativas atingiram a fisionomia das aldeias raianas em estudo traduzidas no facto de um efetivo significativo destas unidades ser, apenas, habitado, por curtos espaços de tempo [(Fig.17 – mapa – *Lima raiano: Alojamentos segundo o uso (habitual, ocasional e vagos), por lugar em 2001*)].

Se de um modo global, a residência primária adquire uma maior importância nas aldeias galegas, evidenciamos as sedes dos concelhos, Entrimo, Lobios e Lobeira, cuja concentração de serviços explica, em nossa opinião, a fixação de um maior efetivo de famílias residentes.

As povoações inseridas nas áreas com uma morfologia mais acidentada, por exemplo, as que se distribuem pelos vales do Castro Laboreiro, Peneda, Agro e, mesmo Grou, apresentam, de um modo geral, a residência secundária a adquirir uma maior importância, que se entende, em nossa opinião, pelo grau de acessibilidade, que, apesar de tudo, nunca teria favorecido, apesar da evolução positiva das últimas décadas, uma possível deslocação diária do residente ao local de trabalho, que se poderia situar, por exemplo, na sede dos respetivos concelhos (Fig. 17).

Distinguimos o caso das *inverneiras* em Castro Laboreiro, cujos alojamentos, praticamente na totalidade foram pelas entidades oficiais e responsáveis pelo *Recenseamento de 2001* considerados sazonais, quando uma fração significativa de residências ao longo dos doze meses do ano, se encontram vagas, pelo facto de os proprietários terem decidido jamais se deslocarem da «sua» *veranda* no período do inverno. Além disso, os motivos deste tipo de ocupação sazonal, que ainda se verifica e única na área em estudo, se justifica *pelos usos e costumes de tempo imemorial*, associados ao modo de vida tradicional, a agro-pastorícia.

Diremos, em nota de síntese, que nas últimas décadas este Lima raiano se modificou pelo ritmo de construção, mormente, da unidade residencial, ou, reedificada no centro do lugar, substituindo o velho lar, muitas das vezes em ruínas, ou, construída de raiz, predominantemente ao longo das vias com o piso asfaltado, contribuindo, deste modo, para o aumento da área construída, embora a tendência na variação populacional seja negativa, explicando-se, assim, a importância das residências, apenas, habitadas, durante um mês, por princípio o de Agosto, no período de um ano, principalmente nas paisagens e espaços lusos.

Outro tipo de «edificado», embora com uma volumetria muito mais modesta, não passa despercebido a qualquer visitante, aquele que sempre desempenhou funções exclusivas de *palheiro*, ou, *adega*, muitas destas escavadas em pleno granito, que, contámos, no Castelo e em utilização, respetivamente, vinte e quatro e vinte unidades.

As *adegas*, ou, melhor *bolsas de adegas* teriam, pelo menos a partir do séc. XVIII, constituído elementos importantes na paisagem limiana, nomeadamente no Lindoso, a avaliar pela importância dada pelo autor do *Desenho Topográfico do Lindoso*, 1803, (Fig. 7),

quando localizou as *Adegas do Lindoso* na margem esquerda do rio Cabril, espaços atualmente revestidos por uma mancha arbustiva matizada, de modo esparso, por zimbros.

Se de facto a toponímia traduz a implementação efetiva deste tipo de edificado, de imediato, outra questão se levanta, mas, sobre a mancha agrícola, nomeadamente a vinícola, que se estenderia, muito provavelmente, até ao limiar físico da fronteira.

Quando da construção da albufeira do Alto do Lindoso (década de oitenta do séc. XX) foram descobertas na secção terminal do rio Cabril um efetivo assinalável de lagares e dornas, além de um edificado em ruínas que as populações entendem corresponder às antigas adegas. Se este tipo de imobiliário foi em grande parte submerso pela albufeira, encontram-se, ainda, imediatamente a montante, construções em ruínas, que os residentes do Lindoso não hesitam em considerar, também, como *velhas adegas*.

Em 2000, no Castelo distinguia-se no interior da povoação, a ladear o caminho, que «conduzia» os animais às pastagens da *serra*, um «nicho» de *adegas* escavadas no granito, algumas, ainda em atividade.

Outra tónica curiosa e bem evidente, ainda, na atualidade e em muitas das povoações, principalmente nas lusas, naquelas em que as populações mais dependiam de uma pastorícia traduz-se nos *currais* alinhados e «arruados», sempre, na parte alta do lugar, como que voltados para a *serra*, facilitando, assim, a condução da *fazenda* em direção às áreas de pasto, a maiores altitudes. Se, atualmente, a maioria destes *currais* se encontra em ruínas, evidenciam-se aqueles, cuja cobertura é de chapa zincada, em virtude de terem sido reaproveitados, normalmente, para a arrecadação dos fenos.

Em decadência, ou, mesmo em ruínas, estão muitos dos espigueiros ou *canastros*, marcas da importância da cultura do milho[273]. Contudo, muitos existem francamente conservados, correspondendo a verdadeiros *ex-libris* das respetivas aldeias, como os da «vila» do Soajo, Castelo e Parada do Lindoso. Em mancha, ou, dispersos pelas parcelas, independentemente, do estado de conservação, os *canastros* proliferam pelas aldeias, lusas e galegas, e testemunham o «papel» que desempenharam na economia local.

As eiras, em pedra e *terreiras*[274], constituem um elemento integrante das povoações e sussurram, por vezes, hábitos de índole comunitário, assim como o forno da aldeia, que se distribui, de um modo generalizado, pelo Lima galego, enquanto nos espaços lusos, apenas, existe nas aldeias de Castro Laboreiro, com exceção para o Ribeiro de Cima e o de Baixo (Fig. 10).

Se os fornos comunitários galegos estão, maioritariamente preservados, constituindo um elemento de atração turística, os castrejos necessitam, genericamente, de uma forte res-

[273] Em Taboazas e Castro Laboreiro, com exceção para os lugares de Ribeiro de Cima e Ribeiro de Baixo, devido às condições de clima, não se desenvolve a cultura do milho.

[274] Nas povoações de Entre-Ambos-os-Rios, nomeadamente em Froufe e no lugar da Igreja, em 2000, ainda se encontrava, além da conhecida eira em pedra utilizada para a malha do milho, a eira em terra, outrora utilizada na malha do centeio.

tauração, embora, em Outubro de 2000, tenhamos encontrado em funcionamento, segundo os costumes seculares, duas unidades, precisamente a da Ameijoeira e das Falagueiras. A Autarquia tem desenvolvido grandes esforços para a recuperação deste tipo de património, aliás, concluída, em 2003, nos fornos da Seara e das Cainheiras.

Recuperações que se estendem a todo o património local, porque se pretende transmitir às gerações vindouras o ambiente físico e social de uma época, cujo ciclo terminaria há, sensivelmente, cinco décadas, em que se privilegiava a utilização da matéria-prima nobre local, o granito, que suporta, além dos edifícios, *currais* e abrigos para gado, os muros de socalco e resguardo das parcelas de cultivo, os caminhos, pontes e moinhos, os fontanários e lavadouros públicos, independentemente do estado de conservação.

Mas, outros elementos, indiscutivelmente associados à arquitetura paisagística do núcleo urbano da *serra* permanecem, como, por exemplo, a água, que, ou, corre velozmente, doida e selvagem, pelas «ruas» em direção ao campo de feno e de milho, que são necessários regar, ou, gorjita no artístico fontanário a um ritmo cadenciado e permanente, lançando-se no tanque, por vezes, autêntica obra de arte, situado, quase sempre, no largo central transformado na Galiza em verdadeira sala de visitas e polarizador da vida social da aldeia.

É em torno da fonte do lugar que se reúnem os habitantes da aldeia e descansam os visitantes da fadiga da jornada, ao utilizarem os bancos em granito, cuidadosamente dispostos, que convidam a amenas «cavaqueiras», enquanto se usufrui a frescura rara nas tardes e noites quentes de Verão. No fontanário está sempre presente o copo em vidro ou a pequena garrafa, prontos a serem utilizados pelo passante. Por curiosidade, uma residente da Fraga nos confidenciou, com voz de lamento, que o copo, delicadamente colocado na fonte, apenas era utilizado pelos habitantes, pois o turista sempre utilizava a concha da mão, para se refrescar e matar a sede que o atormentava.

Mas, as transformações fizeram-se sentir no campo das acessibilidades. O isolamento secular das povoações ligadas, não só entre si, como em relação ao exterior pelos carreiros de pé posto, ou, pelos caminhos, que permitiam a circulação do carros de bois e da mula que transportava carga, foi quebrado pelas estradas asfaltadas, umas, substitutas das antigas veredas, outras, construídas de raiz.

As «ruas» do lugar, também, foram alvo de modificações, destacando-se nas aldeias lusas, caminhos principais, revestidos por blocos graníticos, ou, pavimentados por paralelos, com um boa rede de escoamento das águas pluviais e de rega, num esforço de continuidade da civilização do granito, enquanto, outros, de terra batida com o soco rochoso a aflorar, permanecem lamacentos e intransitáveis nos dias chuvosos de Inverno, enquanto aguardam a desejada intervenção urbanística.

Nas aldeias galegas vive-se uma situação algo diversa. As redes viárias dos diferentes lugares permitem uma eficaz circulação de pessoas, animais e bens, assim como estão equipadas com uma bom sistema de drenagem das águas, pluviais e de rega, na base de um

revestimento económico, produzido com materiais modernos, a «argamassa envolvendo areias grosseiras» e, esporadicamente, o asfalto.

Contudo, em ambos os lados da fronteira, o velho banco retangular, em granito, junto à velha residência mantém-se firme e, ainda é bastante utilizado pelos proprietários, quando buscam a frescura possível dos dias quentes de Verão.

Comunidades que têm em comum uma cultura, com raízes profundas na civilização do granito, solucionam os seus problemas privilegiando, ou, a cultura identitária, por sinal, a mais onerosa e que obriga a fazer a recuperação a um ritmo mais lento, ou, então, optando pela traça e materiais modernos, mesmo que se sacrifique a própria matriz cultural.

2.2. SINGULARIDADES DE UM POVOAMENTO AGRUPADO

Recordamos que o modo de distribuição dos diferentes lugares só se compreenderá em função de uma adaptação *sui generis* das comunidades, de acordo com o potencial agro-silvo-pastoril dos solos e das formações arenosas subjacentes, obrigando-as à utilização extensiva da lande em complementaridade com a prática de uma agricultura em parcelas com dimensão reduzida, mas com a maior aptidão agrícola.

Em função de este tipo de condicionalismos, encontramos agregados familiares que ao dispor de duas unidades residenciais, respetivamente implementadas em patamares a cotas diversificadas, as habitam em períodos alternados ao longo de um ano, num esforço de rentabilização máxima do solo arável e das pastagens envolventes.

Também as rechãs de solos mais férteis com depósitos de sopé, ou, de aluvião ao fixarem as populações condicionaram a implementação da casa sempre habitada pelo agregado familiar, mas, não impediram que na necessidade de obtenção de outros rendimentos, que lhes assegurassem a subsistência, membros da família deixassem o lugar no período em que as condições climáticas o permitiam, levassem a *fazenda*[275] para pastorear na *serra* enquanto, ou, praticavam outras culturas em torno da casa mais pequena e modesta que, entretanto, construíram, porque a distância ao lugar era, de facto, grande, ou, se organizaram em sistemas de entreajuda na vigilância dos animais, enquanto erigiam os *cortelhos* e *cabanas* para resguardo dos pastores nas noites de Verão passadas a altitudes, normalmente, a ultrapassarem os 1000 metros.

Diremos que na paisagem do Lima raiano proliferam verdadeiros esquemas territoriais, distintos pelo tipo de adversidade a ultrapassar, mas que têm em comum um con-

[275] Designação que as populações lusas dão, genericamente, aos animais, gado graúdo, miúdo e, até, galináceos.

junto de interações, que ao longo de muitos séculos as comunidades foram construindo e marcando em territórios, ora cultivados, ora pastoreados do que resultaram peculiaridades muito curiosas de um mesmo tipo de *habitat*, o agrupado.

2.2.1. «Duplo» povoamento em Castro Laboreiro

Se o território de Castro Laboreiro constitui, ainda hoje, para os investigadores das mais variadas áreas científicas tema de complexas problemáticas, a opinião é, contudo, unânime quando se referem à importância que a população adquiriu, desde os tempos mais recônditos, na organização da área em que se encontra inserida.

A complexidade territorial de Castro Laboreiro poder-se-á, desde logo questionar, quando refletimos sobre o embicado das unidades morfológicas que o caracterizam.

A estrutura geomorfológica pode explicar as formas de maturidade bem conservadas, como são as cristas de granito desagregadas pela erosão e os vales largos, de fundo ligeiramente abaulado, percorridos por ribeiras, que, calmamente correm à superfície do *planalto*, destacando-se a drenagem efetuada pela «ribeira do Laboreiro». Dos processos de arenização resultaram extensas acumulações de areias, que constituem a terra arável, suficientemente funda e húmida, que o castrejo aproveitava para a cultura de sequeiro e o desenvolvimento de prados.

As formas de juventude, que se sucedem a sul, em que a ação erosiva ceno-antropozoica já mordeu o *planalto*, traduzem-se nas ribeiras encaixadas a mais de 250 metros e instaladas em vales com vertentes escarpadas e talvegues fortemente desnivelados. Em todos estes vales matizados por pequenas povoações encontram-se porções de solo arável utilizado para culturas e pastagens.

Poder-se-á inferir, que a drenagem da ribeira principal de Castro Laboreiro, o rio de Castro Laboreiro, *rio Grande*, como localmente é designado, contribuiu, decisivamente no modo de distribuição dos diferentes lugares, quer os da extensa área, ligeiramente ondulada, na orla do *planalto*, com as cotas a variar entre os 900 e 1200 metros, quer os dos encaixados vales de fratura, com valores de altitude a mediar os 600 a 900 metros, quer aqueles que, a Norte, se dispõem, gradualmente dos 1200 aos 900 metros, como que «voltados» para o rio principal (Fig. 18 – mapa – *Castro Laboreiro: O «duplo» povoamento nos meados do séc. XX*).

Se, de um modo global, as povoações castrejas atingem cotas que compreendem os 600 a 1200 metros, a freguesia atinge os valores mais elevados de altitude, a Norte, em pleno *planalto*, com Giestoso a atingir os 1336 metros.

O acidentado do relevo associado a um clima rude e agreste com a neve, por vezes, a cobrir a paisagem durante longos períodos do ano, justificam que Castro Laboreiro seja um território caracterizado por variações locais de tipos de tempo, que teriam determinado comportamentos na população, que são únicos em todo o Lima raiano.

Se em Castro Laboreiro existem lugares, por sinal os mais populosos, cujos moradores permanecem os doze meses do ano, razão pela qual os designamos por lugares «fixos» (Fig. 18), destacamos os lugares que, anualmente, assistiam à saída de todos os seus habitantes acompanhadas pelos animais, desde o cão e o gato, ao bovino e à *rês*, além dos utensílios, domésticos e agrícolas, ora, para as aldeias de fundo de vale, as *inverneiras*[276] protegidas dos ventos gélidos e secos que sopram de leste, e, simultaneamente expostas às influências climáticas de direção Sul, onde passavam os rigorosos meses de Inverno, ora, para as povoações da orla do *planalto*, junto das ribeiras, ou, nas lombas que separam pequenos vales, as *verandas*[277], com verões frescos e arejados (Fig. 18).

O *verandejo* começava a *baixar à inverneira*, por princípio, na primeira quinzena de Dezembro sendo, contudo, como que uma obrigação passar aí a noite de Natal, e *subia à veranda*, novamente acompanhados dos utensílios agrícolas e domésticos e, logicamente dos animais, na aurora da Primavera, normalmente no mês de Março, mas, sempre a tempo de aí passar as festas da Páscoa (Fig. 19 – mapa – *Castro Laboreiro: Deslocações sazonais «Veranda»-«Inverneira», por lugar, em 2000*).

Curiosamente, os habitantes de uma *veranda* sempre teriam tido outros vizinhos na «sua» *inverneira*. Nunca existiria uma correspondência «total» entre os habitantes da *veranda/inverneira*, motivo que justificou, ainda em 2000, a complexidade da rede resultante da materialização dos fluxos de pessoas e animais, que se entrecruzam nos períodos da mudança sazonal (Fig. 19).

Questionados os nossos interlocutores justificaram, com a maior das naturalidades, esta diversidade nos sentidos das deslocações pelo ato de casar, que ao reunir cônjuges provenientes de *verandas* e, ou, *inverneiras* distintas, o casal era herdeiro de imóveis em vários lugares, optando para residência temporária por aquela que entendiam ser-lhes mais favorável.

Quando nos interrogamos sobre os motivos que poderiam justificar o calendário destas mudanças sazonais concordamos, de certo modo, com a explicação generalizada da população envolvida, as condições locais do clima. As temperaturas muito baixas, mesmo negativas nos meses de Inverno, frequentemente acompanhadas por fortes nevões, inviabilizam nas aldeias a maior cota, não só a existência de pastagens, como a realização das tarefas quotidianas, pelo que a população confrontada com a necessidade, por um lado,

---

[276] Lugares habitados durante o Inverno, isto é, desde a primeira quinzena de Dezembro até ao mês de Março, quando muito, primeira quinzena de Abril.

[277] Locais habitados durante o Verão, isto é, desde os meados a finais do mês de Março até à primeira quinzena/meados do mês de Dezembro. *Veranda*, vulgarmente *Branda*, expressão cuja origem etimológica ainda não está em absoluto determinada, segundo opiniões de diferentes filólogos. Optámos pela grafia que o Pe. Pintor pensava ser a mais correta, pois *veranda* é uma expressão, provavelmente, com a mesma raiz etimológica de verão (PINTOR, 1981 – «Por Terras do Soajo...», Sep. *Terra de Val de Vez*, n.º 2: 32-33).

em conseguir novos pastos para a sobrevivência dos animais, por outro, em fugir a semelhantes intempéries, refugiava-se nos lugares abrigados do fundo de vale.

Dir-se-á que parte dos castrejos faziam, anualmente, duas mudanças da casa, onde tudo se deslocava, pois até «o caneco era necessário transportar». Os tempos eram difíceis e não havia disponibilidade económica para se ter simultaneamente duas casas apetrechadas, como me diziam amavelmente em Julho e Agosto de 2003 participantes neste tipo de deslocação.

Com o movimento emigratório da população masculina das décadas de cinquenta e sessenta, para os países da Europa Ocidental, nomeadamente a França, a família castreja adquiriu um poder de compra, que lhe permitiu reconstruir, ou levantar de raiz, a sua habitação e equipá-la de forma a resistir aos rigores de um Inverno, por muito rigoroso que seja, no caso das *verandas*, ou, aos Verões quentes e, de certo modo, «abafados», como são os das *inverneiras*.

Por este conjunto de razões, modificações significativas se registaram nas últimas duas a três décadas na mobilidade interna dos verandejos (Fig. 19).

Em 2000, se predominavam as famílias que tinham escolhido como lugar de residência permanente, a *veranda*, com a Portela a manter todos os seus residentes ao longo do ano, sobressaía a Ameijoeira como a única inverneira a ser capaz de fixar famílias, que mantinham o seu quinhão, ou, nas Eiras, ou, no Curral do Gonçalo.

Contudo, a «atração» das *inverneiras* na fixação «permanente» de residentes encontrava-se com uma tendência positiva, pois em 2004, já residiam duas e quatro famílias, respetivamente na Curveira e nas Cainheiras, ao longo dos doze meses do ano.

Questionados sobre os motivos que os levaram a optar por um dos lugares, os castrejos não apresentam razões, em nosso entender, totalmente determinantes, pois alegam, por exemplo, que investiram na casa, nova, ou, reconstruída, localizada na *veranda* e, portanto, não a vão abandonar, enfrentando bem os rigor dos invernos com os modernos sistemas de aquecimento.

Salientamos os moradores da Portela, que justificaram a sua «fixação» pelo facto da *inverneira* correspondente, a Varziela, se implementar a uma altitude muito próxima, motivo pelo qual os invernos são, de igual modo, muito rigorosos (Fig. 19).

Não nos podemos esquecer que mesmo nos tempos em que se utilizava a palha de centeio, o colmo, para a cobertura da habitação, a casa «melhor», apesar de tudo, situava-se na *veranda* sendo aí que, sempre, se teria verificado o maior período de permanência.

Em relação à opção pela residência com carácter definitivo na *inverneira*, as justificações apresentadas relacionar-se-iam com o trabalho e cansaço associado à mudança, além daqueles que o decidiram, porque na sua *veranda* já ninguém reside, como sucede em Formarigo, ou então, porque os vizinhos da *inverneira* já nela se encontram fixados, como na Curveira.

Ao relacionarmos com o traçado da rede viária a posição das *inverneiras* habitadas todo o ano, em Agosto de 2004, Ameijoeira, Cainheiras e Curveira[278], inferimos que se situam junto à estrada «mais jovem», aberta em 1975, que liga o lugar da Vila a Entrimo, através da Ameijoeira. Assim, entendemos que mesmo sem objetivamente pensarem neste fator, talvez a acessibilidade tivesse sido determinante na opção efetuada. Contudo, depois de termos conversado com muitos dos residentes, ficamos convencidos que, muito provavelmente, são mais os motivos de ordem afetiva e de vizinhança, logo, emocionais, que justificam a escolha, do que propriamente outro tipo de razões.

Mas, as gerações seniores continuam, religiosamente a *baixarem* à *inverneira* de 12 a 20 de Dezembro, podendo-se estender o período até à véspera de Natal, dia 24, para *subirem* à *veranda* em Março (Fig. 19).

As mudanças adquirem atualmente outras roupagens e cor. As duas casas, a da *veranda* e a da *inverneira*, estão mobiladas e apetrechadas, logo, só se torna necessário transportar alimentos, vestuário, o domingueiro, pois o da semana, «de cotio», existe em ambas as residências e, claro está, os animais. Com exceção dos animais de pastoreio, graúdo e miúdo, tangidos pelos donos e, atualmente um efetivo muito reduzido, que continuam a fazer o trajeto a pé, o agregado familiar faz-se deslocar, ou na carrinha, ou no automóvel, ou então, no trator com todos as «bagagens» necessárias para a estadia.

Estes cenários contrastam com os vividos até aos meados do séc. XX em que o agregado familiar se deslocava a pé, com os utensílios a serem transportados, ou, em «carros de vacas», ou, pelas mulas e cavalos, ou, no dorso da gente jovem.

Partiam em grupo de vizinhos, mesmo que não fossem para o mesmo lugar, a *inverneira*, o que exigia que a data e local de saída fossem, previamente, combinados[279].

Apesar das alterações dos últimos anos, ainda hoje, se mantém o gesto solidário em relação aos agregados com membros enfermos. Os vizinhos esperam que o doente se restabeleça, ou, que esteja em condições de suportar a deslocação, para só, depois, efetuar a partida.

Não era só o sistema agro-pastoril que se organizava em função destes movimentos, mas, também, os serviços que serviam esta população, como, por exemplo, a distribuição do correio e o local de funcionamento das escolas primárias.

Se a escola primária, que se localizava nas Cainheiras, *inverneira* que além de ocupar, sensivelmente o lugar central em virtude de se encontrar a uma certa equidistância em relação às aldeias que servia, *verandas* e *inverneiras* correspondentes, todas localizadas na margem esquerda do rio de Castro Laboreiro[280], o mesmo não acontecia em relação àquelas que se distribuem pela margem direita do *rio Grande*.

---

[278] Se em Outubro de 2000 na Curveira e nas Cainheiras não existiam moradores ao longo dos doze meses do ano, em Agosto de 2004, já habitavam duas e cinco pessoas, respetivamente.

[279] Sobre esta problemática ler GERALDES, Alice Duarte, 1996.

[280] Os alunos residentes nas *verandas* da Portela, Formarigo e Teso sempre frequentaram a escola da Vila, por questões de uma melhor acessibilidade. Para as Cainheiras iam os alunos dos Portos, de Cima e de Baixo, da Seara, de Padrosouro e Campelo.

Existia em Adofreire[281] uma escola primária, que funcionava no 1.º período escolar, isto é, desde o início das aulas, o mês de Outubro, a 15 de Dezembro, reabrindo a 15 de Março. O 2.º período letivo funcionava numa outra escola localizada na *inverneira*, a da Assureira. Nos primeiros anos, numa casa particular, passando, depois para um pavilhão, hoje totalmente abandonado.

A professora do Ensino Elementar participava, também, no movimento, mas, como por princípio, residia no lugar da Vila, limitava-se a percorrer, sensivelmente, a mesma distância, tomando, apenas, sentidos opostos.

Com a deslocação para as *inverneiras* faziam-se «acertos» entre as escolas, ao acolherem aquelas crianças, que residiam nos lugares mais próximos, mesmo que não correspondessem às *verandas* que a escola servia, pois eram longas e difíceis as distâncias a percorrer e, muitas vezes, sob condições climáticas muito adversas. Neste caso, as crianças tinham dois ambientes escolares, provavelmente diferenciados num curto espaço de um ano. Mesmo assim, nas últimas décadas, famílias havia que para suavizar a aspereza da caminhada hospedavam a criança numa família amiga, na *inverneira*, onde se localizava a escola, ou, então, na Vila.

Por curiosidade, além de estes estabelecimentos escolares, havia os que serviam os lugares «fixos». Com a diminuição da população em idade escolar, as escolas foram-se reduzindo e, atualmente, as crianças são deslocadas diariamente para o agrupamento dos Pomares, na freguesia limítrofe de Paderne.

O calendário das deslocações sazonais também era cumprido pelo carteiro, quando se iniciou a distribuição do correio ao domicílio, mantendo-o, quando as *verandas* e *inverneiras* começaram a ter residências habitadas todo o ano, o que exigia que as famílias se deslocassem no período não usual de residência, à localidade mais próxima. Atualmente, é diferente, pois desde há uns seis anos, a distribuição da «mala posta» faz-se nos lugares habitados, independentemente do período em questão.

Se até os serviços eram sensíveis a este tipo de deslocações, não se pense que o lugar não habitado, *veranda* ou *inverneira*, ficava, de facto, sem vida. Se as casas estavam fechadas e não se verificava o bulício característico da permanência dos animais e pessoas, havia, sempre, um ou vários elementos da família a deslocarem-se amiúde e, em muitos casos, diariamente, mesmo em pleno inverno, à *veranda* respetiva, por que, ou, havia a água para conduzir aos *campos* de feno, ou, o muro de pedra solta para reparar, ou, o centeio e o pão cozido[282] para transportar, ou, simplesmente, por que iam verificar se a casa e courelas não tinham sido alvo de vandalismo.

---

[281] Escola frequentada pelos alunos do Rodeiro, Antões, Adrofreire, Outeiro, Queimadelo e Falagueiras.

[282] Certas famílias tinham o hábito de *cozer o pão* em quantidade suficiente para abastecer o agregado familiar nas primeiras semanas passadas na *inverneira*, deixando-o, devidamente armazenado na *veranda*.

Também, enquanto residentes na *veranda*, periodicamente e de acordo com as fainas agrícolas, elementos do agregado familiar, individualmente, ou, em grupo, deslocavam-se à *inverneira* acompanhados do gado, que pastoreavam nas parcelas em pousio, ou, nos *campos* de feno, que não justificava o corte, e nela pernoitavam, sempre que a duração do trabalho o exigia, como por exemplo, *botar* as batatas em Maio, sachá-las em Junho, cortar e armazenar os fenos em Julho, segar o centeio e fazer as malhadas em Agosto, para, até Setembro, procederem à preparação do solo destinado à sementeira da cultura arvense possível na freguesia, a do centeio.

É evidente, que hoje o *verandejo* continua a deslocar-se, frequentemente, mas de trator ou de carrinha, à outra residência e respetivas *propriedades*, mais com a preocupação em garantir a sua salvaguarda, ou, simplesmente, para fazer um pequeno cultivo, como recordação dos tempos passados, uma vez que o seu nível de vida depende dos rendimentos provenientes das estadias no estrangeiro.

Contudo, as descrições que nos foram efetuadas, de forma tão sentida e vivida, por muitos dos intervenientes, e a conservada rede de caminhos bem murados, que interligam os lugares e bem patentes, ainda, na paisagem atual, permitiu-nos esboçar o ambiente de cores, sons e movimentos produzidos pelo carro de bois que «chiava» pesado pela carga, pelos chocalhos da *rês* e da manada, tangidas pelo ancião, adulto, ou, criança, em grupo, ou, de *per si*, ligeiros, ou, encurvados pela carga que transportavam, em amena cavaqueira, ou agitados e angustiados pelo trabalho que sempre espreitava, enquanto percorriam a distância que os separava do outro lugar, *veranda* ou *inverneira*, porque, assim o exigiam a necessidade de sobrevivência e, ou, a do cumprimento e manutenção de uma tradição multissecular.

Desconhece-se o período em que se iniciou este movimento pendular e sazonal, que justifica o facto de distinguirmos em Castro Laboreiro um «duplo» povoamento. Recordamos que a primeira referência a um povoamento estival, que sugere a existência de um movimento com características sazonais encontrámo-la no *Numeramento de 1527-1532*[283]. Se a descrição nos permite admitir a existência multissecular de este tipo de movimentos, também nos leva a questionar se não seriam todos os castrejos, incluindo, os residentes nos atuais lugares «fixos», a participar na «mudança», que poderia ser feita, até, para lugares fora do concelho castrejo.

Um outro aspeto, também problemático, relaciona-se com a identificação dos primeiros lugares, cujos habitantes se envolveram neste tipo de movimentos sazonais, isto é, a população começou por se sedentarizar na *veranda*, onde passava a Primavera, todo o Verão e Outono, vendo-se na necessidade em *baixar* ao fundo do vale, à *inverneira*, lugar mais abrigado, para, assim, fugir, aos rigores, demasiadamente intensos, de um Inverno

[283] (...) *no quoall comçelho nom ha povoaçom jumta soomente per casaes apartados vyvem no verão neste comçelho çem moradores porque no imverno se vão vyver fora por ser terra frya* (...) (FREIRE, 1905: 246.

agreste e pródigo em muita neve, ou, pelo contrário, optou pelos lugares mais abrigados, os de fundo de vale, as *inverneiras*, com menores extensões de solo agrícola e, por conseguinte, os problemas de sobrevivência exigiram a subida das vertentes da bacia do Laboreiro, em busca de maiores extensões de solo propício à agro-pastorícia, mesmo que, localizadas a altitudes superiores aos 1000 metros?

Se a rede de lugares em Castro Laboreiro e no séc. XVII seria muito próxima da atual[284] e se tivermos em atenção a leitura dos primeiros *Registos de Batismo*[285] que mencionam como lugar de residência dos pais do batizando, sempre, uma *inverneira*, ou, um lugar «fixo», «esquecendo» pura e simplesmente as *verandas*, muito provavelmente, ter-se-iam implementado, primeiro aquelas, as *inverneiras* e só, mais tardiamente, as *verandas*. Não conseguimos encontrar uma explicação plausível para a atitude assumida pelos diferentes párocos, a não ser que, possivelmente, o lugar mais importante seria, nessa época, o da *inverneira* e, portanto, havia que fazer a «distinção», em relação à *veranda* que, já existiria, aquando do *Numeramento Joanino*.

Independentemente dos lugares que estiveram na origem deste tipo de movimento pendular e sazonal, hoje, ou melhor, em 2004, era a *veranda*, que adquiria um maior protagonismo, porque fixa a maioria dos residentes, os que optaram pela permanência durante todo o ano e, mesmo, aqueles que, ainda, cumprem a tradição e habitam nela, sensivelmente nove meses num período de doze.

Além disso, quando abordámos de forma sistemática todos os residentes, em Outubro de 2000, e lhes perguntávamos o lugar da naturalidade diziam-nos, sempre, com a maior espontaneidade, o nome da *veranda*, não surgindo um único caso, que mencionasse *a inverneira*, mesmo que fosse ela, de facto, o torrão natal. Contudo, foram-nos confidencializando que aquando da declaração do nascimento na Conservatória do Registo Civil, em Melgaço, a naturalidade indicada foi sempre a do lugar de residência da mãe no momento do acontecimento, pelo que no séc. XX e a nível oficial, indiferentemente *verandas* e *inverneiras* ditaram o lugar da naturalidade.

Apesar de todas as contingências, número significativo de castrejos, após décadas de labuta no estrangeiro, optam, atualmente, ou, melhor, na primeira década do séc. XXI, pela

---

[284] LIMA, 1996: 59-62.

[285] Após uma leitura cuidada de todos os *Registos de Batismo* efetuados no período de 1597 a 1858, podemos dizer que, neste longo período, com cerca de três séculos, todos os párocos mencionam, sempre, o nome de uma *inverneira*, para o lugar de residência dos pais do neófito, mesmo que o batizado se tenha efetuado nos meses compreendidos entre Abril a Dezembro, a par dos lugares «fixos». Há a assinalar a exceção do lugar de Outeiro, atualmente uma *veranda*, que assistiria ao primeiro batizado do filho de um residente em 30 de Abril de 1630. A partir desta data, os registos de batizado dos filhos destes moradores sucedem-se, mas, com grandes espaços de tempo e de forma muito irregular. Outro aspeto que gostaríamos de assinalar, pois não conseguimos encontrar explicação, para semelhante distinção, traduz-se no facto de o pároco, no período de 1629 a 1640 distinguir as aldeias do Bago, da Várzea Travessa, do Outeiro e do Vido, dos lugares da Ameijoeira, de João Alvo, de Pontes. A partir de 1640 a distinção desaparece e todos os povoados são designados por lugares.
A.D.B. – «Castro Laboreiro», L. *Registos Paroquiais Mistos* 1 a 9 e de *Batismo* 1 a 10, mic., r. 63, 64 e 66.

residência permanente na Vila, em virtude de uma maior acessibilidade a bens e serviços nela sediados, como os correios, a agência bancária, a farmácia, ou, a atividades geradoras de emprego, por exemplo, na hotelaria e na restauração, deslocando-se no seu *jeep*, ou, na carrinha às *propriedades*, que conservam no lugar «fixo», na *veranda,* ou, na *inverneira*, enquanto assistem a um despovoamento rápido e perigoso destas aldeias, onde as manchas de giestas proliferam e cobrem as parcelas, autênticos depósitos detríticos organizados em função do *rio Grande* (Fig. 20 – mapa – *Castro Laboreiro: As deslocações inter-lugares, naturalidade-residência, em 2000*).

Ora, as alterações verificadas na paisagem não dizem respeito, apenas, ao manto vegetal, que reveste os espaços, outrora amanhados, mas, refletem-se, também, na arquitetura e fisionomia dos elementos construídos.

Assim, se o edificado das *verandas* e *inverneiras* «desenhou», em termos globais, núcleos fortemente concentrados, os dois «tipos» de residência sazonal distinguem-se pelo número de aldeias que envolvem, enquanto cada aldeia se diferencia pela dimensão da área construída e pelo matiz da densidade de casas reconstruídas e, ou, erguidas pela primeira vez.

Recordamos a importância do edificado «novo» no período de 1950/80 (Fig. 16), quer nas *verandas*, quer nas *inverneiras*, que «contrasta» com o baixo índice de juventude verificado na última década do séc. XX (Fig. 15).

As *verandas* implementadas ao longo de cada uma das margens do Laboreiro[286], dispõem-se segundo a estrada, que praticamente sobrepõe o velho caminho, que, em cada margem do rio, conduzia ao *planalto*, apresentam um casario compacto, circundado, de imediato, pela auréola verde dos pastos e, como que superintendem o fundo do vale, em cuja secção sul proliferam e se distribuem, em maior número, as *inverneiras*[287], através de manchas edificadas mais limitadas, em comparação com as *verandas*, algumas afastadas da estrada asfaltada, pelo que se torna necessário percorrer troços, relativamente, curtos, mas íngremes e de piso difícil, como, por exemplo, na Assureira, Podre, Alagoa ou João Alvo e Ramisqueira (Fig. 18).

Se o *verandejo* apostou primordialmente na modernização da *veranda*, a sua postura perante a *inverneira* traduziu-se principalmente na conservação e resolução de problemas inerentes à degradação inexorável, mas normal, do tempo. Contudo, surgem construções novas, ou melhor, reconstruídas, mas com uma traça diferente, que desvirtualiza a paisagem como, por exemplo, na Varziela e na Entalada, a par de outras que, embora de traça «nova», se enquadram no ambiente autóctone, como na Curveira, ou, no Bico. Poderemos dizer que

[286] Identificam-se as *verandas* em função da sua localização, relativamente à linha de água estruturante, o rio Laboreiro, as da margem esquerda e as da margem direita.

[287] Do mesmo modo, se distingue o grupo das *inverneiras* da margem direita, do grupo das *inverneiras* da margem esquerda, logicamente, em relação ao rio Laboreiro.

as construções novas, ou, então, as remodelações profundas surgem, por princípio, naquelas *inverneiras* em que se antevê um futuro promissor na base desenvolvimento turístico, ou então, as famílias decidiram escolhê-las como a aldeia de residência permanente.

Na *veranda* se a vaga de remodelações foi intensa e profunda, incidiu principalmente dentro do espaço do núcleo do povoado, que é sempre exíguo e diminuto, pelo que se torna muito difícil, delinear fases de «crescimento» do lugar, tendo em conta as gerações das unidades edificadas. Os residentes, por princípio, aproveitam a velha estrutura para nela erguerem um novo alçado, ou, então, levantam a casa «nova» sobre o chão em que assentava a casa demolida, mantendo-se, deste modo, a planta genuína da aldeia, em que prevalecem inalteradas as centenárias ruelas, largos e caminhos. Mas, apesar de tudo, novas unidades emergiram fora do núcleo ancestral, como nas Eiras, Padrosouro ou Campelo, estendendo-se a aldeia, ao longo da nova estrada asfaltada.

Após uma observação cuidada, dir-se-á que a construção «nova», embora a um ritmo diferente do da Vila e dos outros lugares «fixos», matiza as velhas aldeias do *verandejo*, em que se evidenciam as *verandas*, pelos edifícios que contribuem, uns, no alargamento em «linha» do lugar, outros no contraste com a velha casa, que resiste ao desmoronamento gradual, a que o proprietário parece indiferente, em contraste com as *inverneiras*, umas, gradualmente, desabitadas (Bago de Baixo, João Alvo, Ramisqueira), outras, suficientemente, atrativas na fixação permanente dos seus proprietários (Curveira, Cainheiras, ou, Ameijoeira), e as promissoras de um futuro, provavelmente, risonho, assente, nas potencialidades, no âmbito do turismo (Laceiras, Entalada).

Como numa muito breve nota de síntese, diremos que os novos rostos destas aldeias, não são mais que o reflexo das alterações profundas dos hábitos do *verandejo*, que, em função de uma melhoria da qualidade de vida, opta, por residir em lugares exteriores à freguesia, ou, então, não saindo desta, pelo lugar mais central, que também é o mais acessível, o da Vila e, em último caso, pela sua *veranda,* ou, *inverneira*, deixando as tradicionais deslocações sazonais, para os mais idosos, que, teimosamente, se esforçam por manter vivo uma face de um modo de vida, cuja duração dependerá da sua própria longevidade.

2.2.2. O povoamento «complementar» alicerçado na casa secundária

Outras variedades de *habitat* agrupado peculiares e únicas na área em estudo implementaram-se na margem direita do Lima, nas serras do Soajo e da Peneda, precisamente nas freguesias do Soajo e da Gavieira.

Recordamos que, apesar dos testemunhos megalíticos encontrados nas serras do Soajo e da Peneda, estas constituiriam um vasto território rarefeito, progressivamente ocupado, a partir da Reconquista, em virtude da consolidação e proliferação das novas freguesias, que, embora sem limites bem definidos, enquadravam as populações fixadas, sobretudo nas terras baixas, nas auréolas do maciço. Assim, bem inseridas no casco ser-

rano, apenas o Soajo, na vertente sul e Castro Laboreiro, a norte, disputariam entre si, as potencialidades das serras em estudo.

Pelas Fontes que conseguimos encontrar, nomeadamente pela leitura das *Inquirições de 1258*, ficamos convencidos que a importância económica e social das serras do Soajo e da Peneda foi entregue ao homem do Soajo, por real tributo, o da montaria real, privilégio que, ainda hoje, os moradores seniores conservam memória[288].

A organização da extensa área *serrana* e aproveitamento agro-pastoril e cinegético, pelos habitantes do Soajo sob responsabilidade máxima do monteiro-mor prolongou-se no tempo[289], precisamente pelo séc. XVI[290], com o *Numeramento de 1527-1532* a mencionar o Soajo *terra de montaria*[291], regalia que se mantinha no século XVIII[292] e, talvez, justifique o facto de em pleno século XX, apenas, o soajeiro poder convocar os habitantes das freguesias limítrofes, para, em conjunto, organizarem e efetuarem as batidas aos lobos, que dizimavam os animais de pastoreio.

Se para o soajeiro a arte de caçar lhe proporcionava um conjunto de privilégios reais, pois o Soajo era *cabeça de sua Montaria*, a caça constituía, como para todas as populações da área em estudo, uma fonte importante na subsistência, articulando-se, muito provavelmente com a pecuária, que em muito dependia das pastagens naturais de Verão.

Assim, o limiano da raia necessitava de espaços amplos por onde deambulava à procura dos melhores exemplares de caça, dos melhores prados espontâneos para a sua *fazenda* e das rechãs com superfície agrícola útil que, apesar das dimensões reduzidas, lhe permitiam mais um espaço de cultura, independentemente da distância ao lugar em que residia.

---

[288] Esta regalia permitia-lhes, por exemplo, organizar caçadas, dando ao senhor real as espáduas e as mãos, respetivamente, dos porcos grandes e ursos que matassem. Além disso, nada pagavam por caçar nas sete semanas antes do entrudo e nas três primeiras semanas da quaresma, ou seja, durante quase dois meses e meio, desde o fim do Inverno a princípios da Primavera, curiosamente a época da reprodução das espécies. A caça tinha como importante complemento a recolha de mel e cera, provavelmente, silvestre. Ao soajeiro era exigido responder à convocação do rei, quando ultrapassava, para Norte, o rio Douro e pretendia participar em caçadas. Levaria, então, as suas lanças, cornos e cães, mas, em contrapartida, seria alimentado pelo rei (MATTOSO, 1987: 205-207).

[289] Referências ao Soajo, aos deveres e direitos do soajeiro, foram confirmados pelos monarcas Dinis, Afonso III, Pedro I, João I e Manuel I, culminando com a atribuição do Foral, em 1514. Estar-se-á perante um longo período em que o Soajo era um dos lugares eleitos pela nobreza e coroa, que se deslocavam expressamente para usufruírem, através das caçadas, os espaços ásperos, mas majestosos, do Soajo e da Peneda, que se estendiam pela Amarela, com o suporte no castelo do Lindoso, e se continuavam pelo Gerês.

[290] Na carta de Foral concedida por Manuel, em 1514, os habitantes do Soajo continuaram isentos, praticamente do pagamento de tributos reais, pois, apenas eram obrigados a contribuir com (...) *cinquo sabujos feitos de monte sem outra njnhuma cousa* (...) pois (...) *nam há hy montados nem manyinhos, por que he tudo dos moradores da terra Isentamente* (...) DIAS, 1969 – «Foral da Terra do Soajo»: 138.

[291] *O comçelho e montarya de Soajo que he dellRey nosso Senhor nom tem castello nem vylla (...) e nom tem logar jumto e vyvem per casaes apartados* (FREIRE, 1905 – «Povoação de ...», *Archivo Historico ...*, vol. III, n.ºs 7 e 8: 245).

[292] COSTA, 1868, *Corografia Portuguesa,* T. I, 2.ª ed.: 229-230.

Espaços, cujas expressões contemporâneas refletem as mutações verificadas no comportamento dos habitantes, nas últimas décadas, nomeadamente os do Soajo e da Gavieira, mas, ainda, suficientemente reveladoras da importância assumida durante séculos na organização deste território.

Comecemos pela «vila» do Soajo, precisamente pelo núcleo ancestral constituído por habitações alinhadas em arruamentos estreitos e sinuosos, com forte compacidade, circundado pela área cultivada, com bons solos agrícolas[293], o *eido*[294].

À medida que nos afastamos do multissecular núcleo urbano e a morfologia da rechã evolui para a do socalco, quer a montante, ou, a jusante da aldeia, não nos restam dúvidas de que nos inserimos nas paisagens e espaços das *verandas*.

Nos solos cultivados, que gradualmente se distanciam da «vila», o soajeiro construiu junto das suas parcelas cultivadas uma outra casa, em granito, de planta simples, com rés-do-chão e 1.º andar, que tinha como funções, no piso inferior, guardar os animais, alfaias agrícolas, fenos e lenhas, enquanto no piso superior acolhia[295] o agricultor, nas épocas de trabalho mais intenso e prolongado, como eram as da Primavera/Verão. O piso elevado, com uma só divisão, ao qual se ascende por uma escada exterior, tem uma única e pequena janela, por causa das intempéries dos meses de inverno. A casa, sem chaminé, como as do *eido*, como que se prolonga por um austero muro, relativamente alto, em pedra granítica sobreposta, que delimita um pátio circular, cujo diâmetro, corresponde, sensivelmente, à largura da fachada da habitação e que se encerra por um forte portão em ferro, devidamente equipado com uma potente fechadura.

Este tipo de edificado prolifera e dispersa-se numa paisagem que a partir do *eido* se estende até Reigada, Ínsuas, Lapas e Murço, ou ultrapassa o rio Adrão, em Ramil, e atinge o próprio Lima nas *verandas* de Priscos e Rendufe (Fig. 21 – mapa – *Lima raiano luso: Povoamento «complementar» alicerçado em casa secundária, em meados do século XX*).

As *verandas* sucedem-se na paisagem a um ritmo veloz, de forma contígua e continuada, tornando-se muito difícil descriminar na paisagem um elemento, ou, uma simples referência, que permita ao observador aperceber-se, da «sequência» dos respetivos territórios.

Contudo, globalmente, distinguimos, com uma certa facilidade, as «ambiências» que envolvem as *verandas* que se desenvolvem a sul da «vila» e dispostas como em anfiteatro

---

[293] Corresponde ao patamar da cota dos 300 metros, em que se praticava um sistema de cultura intensivo, com o destaque para a cultura irrigada, de Verão, a do milho grão e que o pároco redator da *Memória Paroquial de 1757* designou por «uma extensa campina» (A.N.T.T. – *Dicionário Geográfico,* «Memória 183»: 35v.).

[294] O *eido* corresponde ao núcleo da «vila» do Soajo, assente na rechã, o suporte da aglomeração de habitações, das maiores parcelas, com os solos mais férteis e irrigados pelas águas de duas importantes «poças» a da Presas e a Lages, integradas, em 1971, num novo plano de irrigação (BRITO, 1953: 12. BOISVERT, 1999: 158-161).

[295] O agricultor, nas épocas de trabalho intenso, por exemplo, o da rega, ou, o das sementeiras, pernoitava e confecionava as refeições, sempre fugazes, na casa da *verand*a. Estas estadias na *veranda*, de duração curta, não impediam que deslocassem os animais domésticos, nomeadamente galináceos, mas não implicavam a mudança do agregado familiar. O soajeiro residia os doze meses do ano na casa primária.

voltado, ou, para a secção jusante do rio Adrão, ou, para o próprio rio Lima, das implementadas a norte, que se enquadram de forma mais intensa e direta na agressividade e, simultaneamente, majestosidade da *serra*.

Além da «vila» do Soajo, outros lugares da freguesia possuem as suas *verandas* como é o caso da Várzea. Lugar que assistiu à submersão de uma área significativa da *veiga* com a construção da barragem do Alto do Lindoso, separa-se por uns cinco minutos de distância a pé da *veranda* das Ínsuas, que, em termos de paisagem cultural, não se diferencia do outro espaço cultivado, isto é, da *veiga*.

Nas Ínsuas encontrámos, em Agosto de 2003, duas unidades edificadas, que poderão ser utilizadas, ou, como habitação, ou, simplesmente, como armazém das alfaias agrícolas e fenos, esporadicamente, de milho grão. O reduzido número de construções foi-nos justificado pelo facto da proximidade em relação ao lugar.

Na mesma estação, Verão de 2003, já, as *verandas* da aldeia de Adrão, sempre distanciadas da aldeia, nomeadamente a de Bordença, apresentavam, a exemplo das da «vila», uma imagem de abandono e desolamento com as habitações em decadência e, mesmo em ruína, com as parcelas revestidas pelos silvedos, ou, então, naquelas cujos proprietários, num gesto de coragem e de tenacidade se recusavam, de modo passivo, a aceitar a morte lenta dos seus espaços de cultura, outrora fundamentais na sobrevivência dos seus familiares seniores, ostentavam o corte das forragens espontâneas, enquadrando-se, assim, num «ambiente de limpeza» e, até, de arrumo.

Independentemente do estado de aproveitamento destes velhos espaços agro-pastoris na primeira década do séc. XXI, limitamo-nos a salientar, em breve nota, que a expressão *veranda* atribui-se na freguesia do Soajo a espaços em que se praticaram os mesmos sistemas de cultura desenvolvidos nas parcelas que rodeiam o lugar primário, e que a população justifica a toponímia pela distância que as separa da casa principal, embora reconheça, para muitas delas, que não seja um indicador razoável por se encontrarem afastadas por uns cinco a dez minutos de distância, a pé, do lugar[296].

Assim, pelas características destas *verandas*, interrogamo-nos sobre uma possível justificação para a origem e designação atribuída. Em que medida as necessidades de sobrevivência, ao exigir à população o alargamento dos espaços de cultura, este foi feito, ou, de modo contínuo, a partir da aldeia, porque as condições naturais o permitiram, ou, foram escolhidos espaços distanciados do lugar, os de melhores aptidões agrícolas, que, por sua vez, se foram estendendo, até se verificar a coalescência, não só entre eles como com os do *eido*, ou, então, simultaneamente, se verificou o alargamento da manchas cultivadas, quer a partir da aldeia, quer a partir dos novos espaços, acabando todos eles por coalescer, pretendendo a expressão designar, genericamente, todo o *ager*, que não está, diretamente asso-

[296] No Soajo, a «vila», é a aldeia com o caso único de *verandas* que se sucedem de forma contígua e continuada na paisagem a partir do *eido*, quer a cotas inferiores, quer a cotas superiores, tendo em «comum», a exemplo de todas as *verandas* soajeiras, o facto de se praticar o mesmo sistema de culturas.

ciado ao «surgimento» das parcelas de cultura em torno da povoação e, logicamente, mais afastado do lugar?

Baseados na reflexão que temos estado a efetuar sobre uma possível génese e evolução dos lugares, sempre dependentes da fixação dos grupos, que, de modo árduo, foram conquistando espaços adversos e difíceis, como são os das serras do Soajo e da Peneda, a última hipótese será a mais aceitável, apesar de constituir um modelo, que se diferencia do da vizinha Gavieira, em nosso entender, um outro bom exemplo para questionarmos o matiz de paisagens e espaços, que tipifica a Peneda.

Na Gavieira, para cada aldeia, isto é, a par dos núcleos principais, onde labutam os residentes nos doze meses do ano, existem a altitudes superiores, outros lugares, (Fig. 21) as *verandas*, assinalados por residências, normalmente, mais modestas, cuja função principal era acolher parte do agregado familiar, em períodos específicos, por princípio, na época estival, de acordo com as fases do ciclo vegetativo das culturas, que nelas se praticavam.

O lugar principal sempre foi, ao longo de todo o ano, habitado, contudo, o respetivo índice demográfico variava, de acordo com a divisão, embora temporária, do agregado familiar, imposta pelos trabalhos agrícolas desenvolvidos a altitudes superiores.

Se o percurso a efetuar entre o núcleo principal e o «anichado» a cotas mais altas, o da *veranda*, era muito duro nos tempos em que, apenas, se tornava possível fazê-lo a pé, não era motivo, contudo, para que os residentes não se deslocassem, frequentemente, à *veranda*, ou, porque as culturas (do centeio e da batata de sequeiro) e o gado o exigiam, ou, porque, simplesmente era necessário vigiar e proteger o património, como acontecia nos meses de Outubro, Dezembro, Fevereiro e Março. Nos meses restantes do ano, as fainas agrícolas impunham-se e, portanto, parte do agregado familiar subia e pernoitava na *veranda*, por períodos variados, de acordo com a duração do trabalho agrícola, mas, sempre de Maio a finais de Agosto a casa estava habitada, apesar dos membros familiares se revezarem, pois era necessário coordenar os trabalhos que, em simultâneo, se desenvolviam no lugar principal.

Hoje a situação é diferente. A todas as *verandas* chegam troços de estrada, em terra batida, para a preservação do quadro natural, nas Busgalinhas, Junqueira e Gorbelas, em pavimento asfaltado em S. Bento de Cando e na Bouça dos Homens. Acessos animados pelos tratores equipados com as respetivas alfaias agrícolas e pelas carrinhas, que, na época estival, diariamente interligam o lugar principal à respetiva *veranda* (Fig. 21).

Se as novas acessibilidades favorecem e incentivam os moradores a pernoitar na aldeia principal, agregados há, cujos membros mais idosos cumprem religiosamente a tradição, fazendo-se acompanhar inclusive dos galináceos. Contudo, o «normal» e «usual», na atualidade, traduzem-se numa repetição de trajetos, com períodos variados, isto é, na subida à *veranda* ou diariamente ou, então, com permanência correspondente aos dias exigidos pela realização da tarefa, descer ao lugar, para no dia ou nos dias seguintes, voltar o mesmo ou outro membro do agregado familiar.

Este quadro de movimento humano está bem presente nas Busgalinhas, Junqueira e Gorbelas, onde muitas das casas de granito escuro e austero foram reconstruídas com a preocupação da conservação não só da traça original como dos respetivos materiais de construção, preservando-se, assim, a austeridade, que quase as confundem com a majestosidade dos granitos que coroam a serra, enquanto, outras foram, apenas, «consertadas» para a defesa das intempéries, em contraste com aquelas que, simplesmente, se encontram em decadência e, ou, em ruínas (Fig. 21).

Em S. Bento do Cando e nas Bouças dos Homens, não só o tipo de pavimento nos acessos, como os tipos de construção conferem uma outra imagem, a de um «ar mais urbano».

Assim, naquela, que em virtude do fenómeno religioso, a devoção a S. Bento, se destaca pelo largo da Capela, circundado por edifícios, com certa imponência, todos pertencentes à Irmandade do Santo, S. Bento, em que se evidenciam os *Quartéis*, que fornecem alojamento aos peregrinos, ou, aos turistas, que pretendam usufruir noites passadas a 950 metros de altitude, em pleno coração da Peneda, na Bouça dos Homens surgem as casas com uma traça e materiais, em que se salienta a argamassa com cores coloridas, que oblitera a parede austera de granito (Fig. 21).

Situação bem diferente se encontra a *veranda* de Rufe dos moradores do lugar de Tibo, deixada há mais de meio século, pois era muito duro e difícil o acesso, além da produção ser muito baixa. Contudo, Rufe, ainda, mantém, atualmente, as habitações, isto é, os *casebres*[297], além das parcelas, outrora, cultivadas, mas, que os respetivos proprietários, quando do seu abandono, delimitaram por muros em pedra, a marca da propriedade privada, devidamente declarada na Secção de Finanças do concelho, o dos Arcos de Valdevez.

Somos de opinião, após uma reflexão fundamentada na aprendizagem efetuada junto dos moradores, que este tipo de *verandas*[298], as da Gavieira e as do Soajo, na sua globalidade, apresentam características, cujas diferenças são evidentes e significativas (Fig. 21).

Na Gavieira, as *verandas* encontram-se, em relação aos respetivos núcleos principais, localizadas a altitudes muito superiores, separadas por formas vigorosas e variadas de relevo, muito afastadas, em distância tempo e absoluta, com outro sistema de culturas, o de sequeiro, e o mesmo *habitat*, o agrupado.

Características bem distintas daquelas que encontramos no Soajo, nomeadamente na «vila» em que as suas *verandas* apresentam *per si* uma unidade construída, dando a imagem de um hipotético *habitat* disperso, o mesmo sistema de cultura, as distâncias, tempo e absoluta, em relação à casa principal, serem, para um grupo significativo, bem diminutas, além das implementadas a jusante, se distribuírem por altitudes, que, gradualmente vão descendo até atingirem a cota dos 100 metros.

---

[297] Como forma de expressar o aspeto precário e rudimentar das habitações, mesmo, quando habitadas, os moradores, espontaneamente, designam-nas por *cortelhos*.

[298] Este tipo de *verandas* para muitos autores têm a designação genérica de *verandas de cultivo* (MEDEIROS, 1984: 38).

Atualmente, nas *verandas* do Soajo, salvo exceções, como velhas unidades edificadas a serem recuperadas, no âmbito do turismo, sobressaem as parcelas com vegetação espontânea, em livre desenvolvimento, e as construções em degradação, refletindo a paisagem, de um modo geral, a descrença numa próxima revitalização.

Na Gavieira, principalmente na Junqueira, Gorbelas e Busgalinhas, a vida pulula, através das casas reconstruídas e, casos raros, de raiz, das manchas de centeio, dos fenos secos e enfardados ao longo dos meses Julho e Agosto, das vacas e respetivas crias, que deambulam pelas «ruelas» e pastoreiam nas parcelas envolventes, sem esquecer a instalação da eletricidade, cujo equipamento estava a ser implantado no Verão de 2003 e entrou em funcionamento em 2004.

Independentemente das *nuances* e motivações que contribuam para o entendimento da génese e evolução de tão curiosa e *sui generis* forma de povoamento, para os habitantes de ambas as freguesias, Soajo e Gavieira, a expressão *veranda* justifica-se pela função habitacional prestada pelas unidades construídas para o período em que os trabalhos agrícolas se intensificavam, o estival, pois a distância que a separa do respetivo núcleo principal, embora os valores sejam, por vezes, muito diferenciados, era acentuada e tornava-se muito cansativo, para não dizer, em alguns dos casos, como na Gavieira, praticamente impossível, a deslocação diária do agricultor, o que impediria a laboração atempada das tarefas agrícolas.

2.2.3. Outras formas de povoamento «complementar»

A sobrevivência no Lima raiano sempre dependeu da complementaridade entre os espaços cultivados que envolvem o núcleo habitacional, ou que se encontram afastados, e as áreas de lande, pastagens livres a cotas elevadas, que se manifestam na paisagem, por formas organizacionais diferenciadas segundo esquemas de implementação dependentes dos respetivos utilizadores.

Assim, povoações como a Ermida, na serra Amarela, freguesia constituída por um único lugar, que tem a envolvê-lo a *veiga*, outrora, meticulosamente cultivada, cuja produção era complementada pela de outro espaço, a altitude dos 600-650 metros, a *veranda* dos Bilhares, separados por uns 30 a 40 minutos de distância a pé, que os residentes percorriam, sempre, que lhes era exigido pelo ciclo evolutivo do sistema de cultura, a rotação anual do milho grão e dos fenos.

Se nos Bilhares não encontramos habitações, pois a residência localizou-se, sempre, no lugar, destacam-se as cortes arruadas, hoje, muitas delas em ruínas, que tinham a função de acolher, durante a noite e no período estival, as cabras e ovelhas, devidamente protegidas pelo proprietário, que aproveitando a maior duração do dia natural, subiam mais na *serra*, onde encontravam os melhores pastos (Fig. 22 – mapa – *Lima raiano: Outras formas de povoamento «complementar» nos meados do século XX*).

Se este tipo de *veranda*, isto é, parcelas cultivadas afastadas do lugar principal, mas desprovidas de uma habitação de apoio ao agricultor, por rudimentar que fosse, é única na área lusa em estudo, encontramos em plena serra do Laboreiro, na Carballeira, outros espaços, outrora cultivados, a altitudes dos 1000 metros, distanciados do lugar principal, a aldeia de Queguas, por 30 a 40 minutos a pé, onde se praticava a cultura do centeio (Fig. 22).

Estes espaços, na Carballeira, envolvem *grosso modo* o largo da capela da Senhora da Assunção[299], junto do qual prolifera um conjunto assinalável de cortes em pedra, hoje, a maioria destruídas, de certo modo arruadas, que se destinavam à recolha noturna dos caprinos, que no período estival pastoreavam a altitudes mais elevadas, enquanto em torno da aldeia de Queguas se processava o ciclo do milho grão (Fig. 22).

Sem querermos estabelecer paralelismo encontramos uma certa correspondência entre Queguas e a Ermida, aglomerados implementados nas vertentes opostas da bacia do Lima, durante muitos séculos isolados, com espaços de cultura separados do núcleo principal por uma distância de 30 a 40 minutos a pé, com um regime de pastoreio para os caprinos similar, diferindo apenas nas culturas praticadas, respetivamente de sequeiro (centeio) e de regadio (milho grão).

Outro exemplo, em nossa opinião curioso, mas que evidencia a complexidade organizacional deste território em estudo, verificava-se em Castro Laboreiro com alguns dos residentes[300] do Ribeiro de Cima e do Ribeiro de Baixo a *subirem* na serra da Peneda para cultivarem centeio e batata, fazendo-se acompanhar, no período estival, pelos animais de pastoreio, pernoitando os caprinos nas cortes da *veranda*, enquanto o proprietário se acolhia nos cortelhos, que «povoavam» o sítio (Fig. 22).

Se são estes os casos de espaços cultivados distanciados dos povoados, sem casa de apoio ao agricultor, que encontramos no «nosso» Lima raiano, outros modelos de implementação nos espaços de altitude, nomeadamente nas áreas de pastagens[301], foram, de igual modo, desenvolvidos pelas populações de ambas as margens do Lima.

Assim, se nos debruçarmos na margem esquerda, nomeadamente, na serra Amarela, nas extensas áreas de pastagens da Ermida, a altitudes mais elevadas, (Fig. 22) construíram-se nas chãs com uma surgência de água, o *curral* e a *cabana*, aquele um recinto extenso, delimitado por um muro, relativamente baixo, em pedra granítica sobreposta, onde na época estival o gado era recolhido religiosamente todos os fins de tarde, enquanto nesta, na cabana, pernoitavam os pastores.

De forma curiosa a *cabana* é de construção circular, com pequeno diâmetro e uma altura que não permite a uma pessoa, de estatura média, se posicionar em pé, além da cober-

[299] Até há uns cinquenta anos, fazia-se, anualmente, uma procissão com a imagem da Virgem, de Queguas à Carballeira, no dia da Assunção. Atualmente, a procissão já não se realiza estando a imagem na Igreja local.

[300] Esta deslocação apenas era efetuada pelos residentes que detinham o direito de propriedade nos espaços cultivados dos cimos da Peneda.

[301] Autores dão-lhe a designação de *verandas de gado* (MEDEIROS, 1984: 38).

tura em abóbada ser constituída por blocos de granito, as lajes, encastelados e recobertas por torrões, quase sempre em forma cónica, esporadicamente, com a forma retangular.

O chão da *cabana* era forrado por giestas e carquejas, sobre as quais se estendiam umas mantas, estando o leito pronto para receber os pastores, após um dia de solidão na *serra*. Junto à entrada da *cabana*, um pequeno recinto, que podia ter uma cobertura, onde se confecionavam os alimentos e, ou, se guardava a lenha necessária não só para os cozinhados, como para atear as fogueiras, que amenizavam as temperaturas noturnas demasiadamente baixas, apesar de se estar em pleno Verão.

Os cinco sítios[302] da Ermida com os respetivos *currais* e *cabanas* encontram-se, atualmente, em pleno abandono e à mercê das intempéries meteorológicas, a exemplo do que acontece à maioria de este tipo de construções dispersas pela Amarela, alvo deste trabalho, com exceção no Lindoso, para uma das *cabanas* do Castelo[303] e de Parada[304], em que a Autarquia procedeu a uma remodelação total, desvirtualizando, por ventura, a traça original, com objetivos não só da preservação do património, como numa expectativa de atração turística (Fig. 22).

Um importante arranjo urbanístico foi efetuado pela mesma Autarquia e um conterrâneo na chã do Couto com a implementação de uma simpática área de lazer, não intervindo, contudo, na velha *cabana* e *curral*, pertença dos moradores na aldeia de Cidadelhe (Fig. 22).

Mas, voltemo-nos para as formas de materialização dos movimentos realizados nos meados do séc. XX por pastores e animais em deambulação pela *serra* que se estendiam ao país vizinho, nomeadamente a Compostela, freguesia de Manin, S. Salvador, lugar limítrofe do Castelo do Lindoso, que tinha o seu *curral* e respetiva *cabana* algures na serra de St.ª Eufémia, em pleno estádio de abandono há mais de sessenta anos, pelo que, apenas, o recordam as pessoas mais idosas[305] (Fig. 22).

Se a tónica dominante no Lima galego seria o gado pernoitar, sempre nos lugares, encontramos na margem direita construções associadas ao aproveitamento, na estação estival, das pastagens mais altas, em muito similares às que proliferam pela serra Amarela, precisamente nos Montes do Quinxo (Fig. 22).

Pelas *chairas* mais altas do Quinxo distribuem-se cinco *currais*, as *cercas*[306] e respetivas cabanas, utilizados até há uns bons sessenta anos, pertencendo duas aos moradores de

---

[302] Serra Boa, Vidoal, Ledãos, Martinguim (só para bois) e Bentozelo.

[303] Colado da Porta.

[304] Bogalhedo.

[305] Pelas informações que conseguimos obter na margem esquerda do Lima galego, apenas em Compostela se encontrariam *currais* e *cabanas*, muito provavelmente, num único *sítio*, mas, totalmente abandonado nos primeiros anos do séc. XXI. Estamos convictos, pelas conversas múltiplas e variadas que travamos, que a «regra usual» na margem esquerda galega era o gado pernoitar durante todo o ano no lugar.

[306] Designação local dos recintos delimitados por muros de granito emparelhado, de pequena altura, que se destinavam à recolha noturna do gado.

Olelas, e três aos residentes do lugar da Illa. As *cabanas*, refúgios em que pernoitavam os pastores, de forma circular, construídas em pedra sobreposta, cobertas em abóbada por blocos de granito em forma cónica e recobertos por torrões, estavam próximas dos *currais*, isto é, das *cercas*, em que todos os fins de tarde se reuniam os bovinos, constituem, atualmente, vestígios que memorizam tempos muito difíceis vividos pelos habitantes mais idosos[307] (Fig. 22).

Memórias desses tempos difíceis, também, com uns bons sessenta anos, perduram nos residentes mais idosos de S. Xes de Vilariño, em que os *currais*, precisamente o *Curral Novo* e o *Curral Velho*, distanciados aproximadamente por um quilómetro, em plena Serra do Laboreiro, próximo da fronteira e sensivelmente a uns dois quilómetros da freguesia da Fraga, materializam (Fig. 22).

Os *Currais*, o *Novo* e o *Velho*, correspondem na «serra alta» a «baixos abrigados», ou, sejam, a *chairas*, onde se reuniam, também no período estival e ao fim da tarde, os bovinos, sempre adultos, sem qualquer vedação a delinear o espaço de descanso noturno[308]. Próximo, a *cabana*, de forma circular, que «aproveitava» a estrutura de uma rocha granítica, com cobertura em ramos e torrões, e o chão forrado por carquejas e fetos envolvidos pelo *mandils*, a crossa feita de junco, sobre a qual pernoitavam os pastores, no período estival.

Se o estado atual dos abrigos é a completa degradação existem vestígios, pelo menos, no *Curral Novo*, de acordo com um residente do lugar de Senderiz, que no sentido de «matar» saudades dos seus primeiros anos de vida, se envolveu no Verão de 2002 numa autêntica aventura pela descoberta das sendas, agora, mascaradas pela pujança da cobertura vegetal, mas que sabia, que o levariam à *chaira*, apesar de lhe ter demorado, praticamente um dia, quando, nos outros tempos, as percorria em cerca de duas horas.

Mas, outras construções peculiares, cuja mancha constituem verdadeiros povoados, também, justificadas pela agro-pastorícia, proliferam na serra da Peneda, com o Soajo a assumir uma posição de destaque (Fig. 22).

Assim, apesar de todos os esforços em aumentar a área cultivada, os valores da produção agrícola, também, exigiam, que o soajeiro conduzisse o gado (bovino e cavalar) para pastagens mais altas, concretamente, na Primavera/Verão, período em que as condições meteorológicas o permitiam e se processava nas parcelas envolventes das aldeias e das respetivas *verandas*, o ciclo vegetativo das culturas de Verão.

---

[307] Não nos foi possível observar estes *sítios*, em virtude da inacessibilidade resultante do estado em que se encontra a manta vegetal, como nos informaram os habitantes, quer de Olelas, quer da Illa.

[308] (...) *Cuando llega el verano y se agotan los pastos cercanos a los pueblos, se reúne el ganado de todos los vecinos dejando solamente el que se precisa para las labores del campo, y se lleva a las partes altas de la sierra, en donde hoy se encuentran los llamados curral vello y curral novo dos bois, y alli permanecen durante los grandes calores, cuidados y vigilados por vecinos que se turnam que pernoctan en chozas construídas al efecto, aprovechando casi siempre amontonamientos naturales de rocas (...) Esta norma la siguen todos los pueblos de la falda del Laboreiro* (...) (FERNÁNDEZ, 1947, T. III: 360-361).

Como marcas de um sistema agro-pastoril, que vigorou até há umas quatro a cinco décadas, encontramos na paisagem, a altitudes superiores a 1000 metros, os *poulos*, designação local das áreas correspondentes aos cimos aplanados e «abrigados» da *serra*, sempre com uma surgência de água límpida e cristalina, que brota e alimenta um manto sensivelmente contínuo de lande, que se desenvolve sobre uma fina película de água, a que qualquer admirador da *serra* não pode ficar indiferente, pois, o simples caminhar é suficiente para que os pés fiquem humedecidos, mesmo que se esteja em finais de um mês de Agosto.

Os *poulos* espaços aplanados e «abrigados» em plenos *cimos da serra* ostentam construções *sui generis*, os *cortelhos* e as *bezerreiras*, que tinham como funções abrigarem nas noites muito frescas de Verão os pastores, que faziam a vigilância do gado e dos respetivos vitelos.

Aqueles, os *cortelhos*, eram construções muito elementares, assentes nos rochedos vigorosos, de paredes circulares, constituídas por lajes e blocos simples de granito sobrepostos. A cobertura, quase sempre de forma cónica, era constituída por pedras de granito, também, sobrepostas e, em casos esporádicos, por uma «argamassa» de torrões, que alternavam com blocos irregulares de granito, enquanto o *chão*, forrado de carquejas e «queirogas», servia de leito para descanso do pastor. Com largura e altura exíguas, os *cortelhos* podiam apresentar uma única divisão ou três compartimentos. Neste caso, o principal funcionava como «quarto de dormir» e, em posição contígua, de cada lado, a cozinha e a cobertura para resguardo da lenha utilizada, quer no amanho das refeições, quer nas fogueiras feitas na própria «divisão de dormir», como defesa das temperaturas baixas, que se fazem sentir, mesmo nas noites de Verão.

De cada um dos lados do *cortelho* emana um muro em pedra, relativamente baixo, que contorna e fecha uma pequena área, a *bezerreira*, destinada à recolha dos vitelos, que sendo os animais mais frágeis, tornava-se necessário proteger das feras, por princípio, o lobo. A mãe, a *vaca parida*, não se afastava da *cria*, mas, deitava-se do lado de fora, o mais próximo possível da *bezerreira*, o recinto mais seguro, pois situava-se contígua aos *cortelhos*, onde pernoitavam os pastores.

Mais afastado, distribuía-se pelo *poulo* o restante gado, de modo irregular e sem qualquer vedação, mas, suficientemente próximo, para assim, se resguardar dos animais ferozes. A *bezerreira* desempenhava outras funções, como, por exemplo, abrigar a cabeça de gado doente e, como tal, a exigir cuidados especiais ao pastor, ou, então, o local de ordenha, quando se entendia mugir a vaca que se encontrava a amamentar.

Os *cortelhos* e as *bezerreiras*, propriedade privada, passam, por herança, de geração em geração, e estarão, devidamente, declarados na Secção de Finanças do Concelho e sobre os quais, os proprietários pagariam a «sisa», até meados da década de setenta do século XX.

À «vila» do Soajo pertencem os *poulos* de Chã da Cova e Chã da Cabeça, na serra do Soajo, de Felgueira Ruiva e Chã da Matança, na serra da Peneda, isto é, na cabeceira divisória das bacias dos rios Peneda e Laboreiro (Fig. 22).

Evidenciamos o *poulo* da Chã da Cova pela recuperação efetuada num dos *cortelhos*, que emerge num efetivo em deteorização, ao lado do *poulo*, hoje extensa mancha de pasto para os bovinos em deambulação.

Se atualmente a exemplo dos outros *poulos*, o da Chã da Matança não é utilizado, os habitantes dos lugares dos Ribeiros, o de Cima e o de Baixo, Baleiral, Tibo e Peneda, espontaneamente, no Verão de 2003, o referiram como «o poulo da vila do Soajo», onde, além dos *cortelhos*, os soajeiros construíram uma casa telhada, atualmente em ruínas.

As distâncias que separam Felgueira Ruiva e Chã da Matança da «vila», permitem-nos admitir, que estes *poulos* são mais uma referência a confirmar a superintendência da serra da Peneda pelos moradores do Soajo, quando detinham o privilégio real de montaria manifestada, também, em nosso entender, através de outros casos, que, ainda, estão bem patentes na paisagem, embora em degradação e decadência, como é o *poulo* de Seida, que pertence aos moradores de Cunhas, Paradela e Várzea (Fig. 22).

A título de curiosidade, conseguimos contar, em Agosto de 2003, como propriedade dos moradores da Várzea trinta e nove *cortelhos* e vinte e dois *bezerreiras*. Não há uma ligação direta entre o quantitativo dos *cortelhos* e o das *bezerreiras*, pois cada agricultor poderia ser proprietário de um efetivo de *bezerreiras* diferente daquele que possuía em relação aos *cortelhos*[309] Além disso, uma única *bezerreira* poderia abrigar todos os vitelos de um lugar. Também as dimensões não só dos *cortelhos* como das *bezerreiras* podiam atingir valores dos mais variados. Por exemplo, no *poulo* de Seida (Fig. 22), ao lugar da Várzea pertencerá, a par da *cabana* do povo, onde podiam pernoitar umas vinte pessoas, os outros *cortelhos* particulares, com as mais variadas dimensões, das quais evidenciamos um dos que tinha capacidade para abrigar três adultos e duas crianças. Neste *poulo*, a área destinada aos animais adultos era relativamente extensa e distanciava-se uns 100 metros em relação aos *cortelhos e bezerreiras*.

Se, atualmente o Soajo e a Peneda ainda apresentam com uma certa evidência estas construções, embora degradadas, porque foram votadas inexoravelmente às variações meteorológicas, para a freguesia da Gavieira, elas não são significativas, ou melhor, não existiriam, pois os vitelos recém-nascidos desenvolviam-se na *veranda* onde se praticavam as culturas e só partiam para as pastagens «altas», quando gado adulto, logo, capaz de se orientar na busca da fonte, do alimento e de resistir aos dias cálidos e às noites bem frescas, sem necessidade da presença do pastor.

Há evidenciar na bacia do Ramiscal[310] um espaço de pastagens abrigadas pelo encaixe das vertentes da corga do mesmo nome, isto é, do Ramiscal, que o gado de Rouças usufruía no Inverno, de Setembro a Abril/Maio[311] e cujo acesso se fazia por um caminho que se

---

[309] O número de *cortelhos* e *bezerreiras*, assim como as áreas, dependiam do estatuto económico e social do proprietário.

[310] Bacia integrante da área de pastagens da freguesia de Cabreiro.

[311] Se os *terrenos* são propriedade dos moradores da freguesia limítrofe de Cabreiro, os habitantes de Rouças, no Inverno, usufruíam as pastagens, pelo que o *gado* descia aos sítios mais abrigados e aí permanecia até aos alvores da Primavera.

fechava, quando os animais atingiam o fundo do vale, existindo para resguardo noturno dos pastores uma *cabana*, ou melhor, um *cortelho*, o de Porto Cavado, e um *lapigo*[312], o do Tojal.

Relembramos os residentes de Tibo, que defrontados com a necessidade de espaços amplos de pastagens para os seus animais, construíram *cortelhos* em Tieiras, no Curro da Velha e no Canto do Corno, construções rudimentares, hoje, totalmente em decadência, ou melhor em ruínas (Fig. 22).

No Inverno, período em que as pastagens escasseavam, deslocavam os seus animais para a vale do Peneda, ou seja, para a vertente bem exposta a sul, a da Saramagueira, onde emergiam os *cortelhos* a as *lapas*[313], nomeadamente a *lapa grande*, em que pernoitavam os pastores nas longas noites de Dezembro/Janeiro (Fig. 22).

Lapas e formas curiosas que blocos de granito dispostos de modo casual sugerem às mentes mais criativas, como, por exemplo, determinados tipos de animais distribuem-se com uma certa densidade por todos os altos cimos limianos e que as populações, sempre, utilizaram como proteção, não só dos rigores climáticos, enquanto guardavam o gado, mas em situações de perseguição, como as vividas pelos galegos, quando da Guerra Civil de 1933/36, ou, então, nas décadas de cinquenta/sessenta, quando o emigrante luso partia clandestino e esperava «luz verde», por parte do «passador», para atravessar a fronteira.

Os abrigos, os naturais sob a forma de *lapas*, ou de meros rochedos, e os construídos, simples refúgios que os pastores se sentiram obrigados a erigir, matizam de forma irregular, mas densa, os altos cimos das *serras* limianas.

Relembrámos, então e em nota de síntese, na serra do Laboreiro os vestígios de aglomerações[314], que destinar-se-iam a refúgios dos pastores e *cercas* para os gados, que pastavam durante o período estival no manto espesso de lande, mas, muito possivelmente, abandonadas no século XVI e os *Currais*, o *Novo* e o *Velho*, utilizados até há uns sessenta anos, enquanto na vertente sul da Peneda, proliferava uma variedade de *cabanas* pastoris[315], das quais destacamos nos *poulos* do Soajo os *cortelhos* e as *bezerreiras*, e nos *currais* da Amarela[316] as *cabanas*, predominantemente de forma circular, que voltamos a encontrar nos Montes de St.ª Eufémia e do Quinxo (Fig. 22).

---

[312] Abrigos escavados no subsolo, cuja abertura pode ser fechada por uma porta em madeira.

[313] Formas «naturais» formadas por blocos imponentes de granito, cuja disposição permitia uma entrada, em que se sobrepõe uma rocha, que funciona de falso telhado e cujo interior era utilizado pelos pastores para se resguardarem do frio da noite, das chuvadas e temporais que, por vezes, os surpreendiam em plena época de Verão. Podem apresentar a «marca» do homem, quando este resolve «fechá-las» através de um muro, que encerra com uma porta construída em madeira.

[314] Porcariças, Malhadoiro e Ramalhosa (FERNÁNDEZ, 1947, T. III: 341-357).

[315] Na serra do Soajo, ou seja na parte sul da serra da Peneda, encontram-se (...) *desde o abrigo troglodita, cavado nos granitos podres, até à cabana de planta circular, toda uma série de curiosas construções, que servem de abrigo temporário a pastores e por vezes aos seus rebanhos* (...).
(DIAS, 1950: 2).

[316] (...) *Nos cabeços da serra Amarela encontram-se outras construções, de tipo arcaico, formadas por grandes lajes dispostas de modo a orientar as portas para nascente, cuja origem e função estão, ainda, por descobrir, não se pondo de parte a hipótese de terem sido as casas de uma veranda há séculos abandonada* (...).
(DIAS, 1946).

Assim, de forma dispersa, *cortelhos*, *cabanas*, *lapas* e *recintos*, (*currais* e *cercas*) delimitados, ou, não, por muros, muitas vezes caídos, de granito escuro, se distribuem irregularmente, mas, de certo modo, intenso, pelos cimos do Lima raiano, que as populações relacionam, nomeadamente na Gavieira e em Castro Laboreiro, com a necessidade das gerações mais velhas, encontrarem outros espaços[317], embora esporádicos, de cultivo, os *lavores*, porque a sobrevivência da família, assim o exigia, e, posteriormente aproveitados como *poulos*. Desconhecemos a idade destas formas de aproveitamento do espaço tão peculiares, mas, provavelmente, muitas delas serão contemporâneas da Reconquista[318].

Outro elemento construído, que testemunha a dimensão dos fluxos estabelecidos, pelas populações em toda a área em estudo e ao longo dos séculos, independentemente das dificuldades e obstáculos dos caminhos e caminhadas, traduz-se no *fojo*[319], o baluarte da luta sem tréguas dada ao inimigo principal, o lobo. Se a rede de fojos é importante, o que evidencia o peso da pastorícia na economia familiar, encontram-se, de um modo geral, em pleno estádio de degradação, em virtude da meteorização.

Fluxos originados, por motivos dos mais variados, mas que se materializaram numa rede densa de sendas e carreiros tortuosos, muitas vezes, de pendor acentuado, que, na serra Amarela se encontra, devidamente, sinalizada pelas *guias*[320], autênticos «sinais de trânsito», mas, bem reveladores das dificuldades, inclusive de orientação, sentidas mesmo pelos caminhantes mais habituados a esta paisagem *serrana*[321].

De uma forma muito global, diremos que as condições biogeográficas condicionaram as atitudes e comportamentos das diferentes comunidades, que, embora isoladas, tiveram em comum as deslocações pendulares diárias e sazonais, através das extensas áreas montanhosas, que se materializaram numa paisagem agro-silvo-pastoril, que tem como núcleo principal o lugar/aldeia em interação com outras formas de ocupação do solo, construída, cultivada ou pastoreada, a níveis de altitude distintos, que se tornou decisiva nas peculiaridades, que caracterizam o *habitat* agrupado de este Lima raiano (Fig. 23 – mapa – *Lima raiano: Formas de povoamento geradas pelas deslocações sazonais, em meados do séc. XX*).

---

[317] Em Castro Laboreiro e na Gavieira, residentes na casa dos setenta e oitenta anos, mencionaram-nos, espontaneamente, outros espaços de cultura, posteriormente áreas de pastagens, sempre a altitudes elevadas, que os pais amanhavam, porque havia «muitas bocas para alimentar na família e a produção no lugar era pouca».

[318] Justificamo-las em função da cobertura vegetal espontânea, a lande, apesar das opiniões daqueles investigadores, que associam os *cortelhos* e *cabanas* às construções proto-históricas e castrejas.

[319] Espécie de «cadafalso» destinado a apanhar o lobo a contra fé. Situa-se sempre numa vertente de forte declive, limitado por duas paredes, que correm segundo a inclinação da vertente e «afunilam» numa espécie de tanque bem fundo, camuflado por ramagens, para onde o lobo era encurralado, ao toque de latas e latidos caninos, para ser morto a tiro de caçadeira. Após a façanha concluída, as caçadeiras disparavam para o ar, anunciando à população, que ficara na aldeia, o bom termo da missão.

[320] Montículos de pedrinhas estrategicamente colocadas nas margens dos carreiros e caminhos sinuosos, que indicam, ou ao transeunte não habituado com a «serra», ou ao pastor em dias de nevoeiro, a direção a seguir.

[321] Não encontramos, qualquer tipo de sinalização, nos caminhos, também, difíceis e isolados da margem oposta, isto é, nas serras do Soajo e da Peneda.

PARTE II

PERFIL EVOLUTIVO DA POPULAÇÃO EM ESTUDO (SÉCS. XVIII-XXI)

CAPÍTULO 3

O UNIVERSO DOS RESIDENTES

INTRODUÇÃO

Refletiremos sobre indicadores de índole demográfica, criteriosamente selecionados e que, em nossa opinião, se tornam indispensáveis na compreensão das atitudes e comportamentos assumidos pelas populações perante um território com o qual, desde sempre, se confrontaram.

Uma gama de dificuldades se nos depararam pelo facto de pretendermos trabalhar com indicadores referentes a unidades administrativas cujo conceito e conteúdos diferem nos dois países como, por exemplo, os que envolvem a freguesia e o concelho.

Enquanto na Espanha a unidade administrativa oficial de menor dimensão corresponde ao concelho[322], em Portugal reporta-se à freguesia, dois conteúdos espaciais de difícil equivalência, em virtude, por exemplo, da discrepância nas respetivas dimensões.

Na Espanha existe a paróquia, unidade religiosa *grosso modo* a freguesia, com dimensões, em termos globais, mais limitadas comparativamente com a portuguesa, mas que o trabalho por nós efetuado junto das populações nos permitiu considerar, quando constatávamos a inexistência de discrepância acentuada na correspondência dos conteúdos selecionados.

Além da unidade administrativa, que é o concelho, adquirem importância em Espanha, como acontece em Portugal, as entidades singulares, que são, genericamente, os lugares, as aldeias, pelas quais se distribui em pequenos grupos a população, que em virtude da problemática da «confidencialidade dos dados», quase sempre apresentada pelas entidades oficiais espanholas nos impediu a referenciação e ilustração estatísticas para muitas destas unidades territoriais estudadas.

Um outro aspeto, que não prescindimos em evidenciar, relaciona-se com a desagregação da informação de índole demográfica, quando se consideram unidades territoriais, como são as secções e as subsecções.

Se em Portugal variáveis do recenseamento de 2001 são publicitadas à escala de subsecção, unidades territoriais relativamente de pequena dimensão, em Espanha o mesmo tipo de informação encontra-se divulgada à escala de unidades, que são as secções e que podem abranger territórios tão vastos, como o de um concelho, o da Lobeira, por exemplo. (Fig. 24 – mapa – *Lima raiano: População por subsecções lusas e secções espanholas, 2001*).

Se para os concelhos de Entrimo e de Lobios foram consideradas, respetivamente, duas e três unidades sectoriais, a extensão territorial que abrangem não permite que trabalhemos no nível de observação, que, desde o início dissemos pretender investigar.

Estas razões não implicam que deixemos de questionar, no que concerne ao recenseamento português, os critérios que foram utilizados na determinação de conceitos como o

[322] No concelho a população distribui-se por «células de povoamento», ou seja, pelos lugares, pelas aldeias, por exemplo (LABRADOR & SOLLA, 1995: 9).

de *residual*, expressão que, por princípio, pode englobar extensas áreas de montanha, com altitudes a ultrapassarem os 1000 metros, quando, apenas, incluem, por exemplo, uma família constituída por três elementos, que residia numa habitação situada a escassas centenas de metros do núcleo principal, o da Peneda e à cota próxima dos 650 metros (Fig. 24).

Por outro lado, encontramo-nos perante áreas onde nas últimas décadas a construção de novas habitações proliferou com os proprietários, ou, por motivos de facilidade na aquisição de terrenos, por princípio cedidos em condições muito vantajosas pela Autarquia, ou, por questões de acessibilidade, frequentemente a optarem, em detrimento da casa paterna situada em pleno núcleo ancestral, por outros sítios para a residência. Constituem-se, assim, novos lugares habitados, mas bem referenciados por uma toponímia que, por ser secular, está bem presente na população local. Contudo, o recenseamento insere-os, os novos lugares habitados, numa extensa área, a subsecção, que, por exemplo, no Castelo do Lindoso tem como limites a fronteira política.

Pretendemos, também, evidenciar com o nosso trabalho de campo um alerta para a necessidade constante em questionar as interpretações que, logicamente, os indicadores estatísticos oficiais permitem, mas cujas «desarticulações» com a realidade territorial passam despercebidas a qualquer investigador que se limite à manipulação de dados, que considera inteiramente fiáveis por serem oficiais.

De acordo com as Fontes conseguidas, recuámos no tempo e esboçámos quadros demográficos para o período pré-estatístico, cujos valores, embora latos, nos permitem aventar ambiências em comunidades, apenas afastadas pelo limiar político multissecular, enquanto para o período censitário moderno utilizámos as Fontes oficiais publicadas, com o cuidado exigido pela divergência nos conceitos, conteúdos e normas vigentes em ambos os países peninsulares.

Preocupámo-nos em laborar, para o séc. XX, uma leitura breve e de síntese sobre a variação dos habitantes limianos e de fronteira, refletindo, em molde miúde, o quadro demográfico que caracteriza os lugares raianos em estudo no início do séc. XXI.

Deste modo, na espectativa de conseguirmos uma leitura precisa e objetiva sobre as problemáticas que envolvem estas populações raianas e que se repercutem, de forma inquestionável, no ordenamento das paisagens e espaços em estudo, recorremos não só aos indicadores oficiais publicitados para os diferentes lugares pelos recenseamentos de 1910, 1911, 1940, 1960, 1991 e 2001, espanhol e português, como utilizámos, no caso das aldeias lusas, os resultados que obtivemos no período de Junho a Novembro de 2000, quando, pessoalmente aplicámos um questionário sistemático a todos os residentes lusos, a fim de conseguirmos obter um conhecimento minucioso sobre trajetórias de vida, cujos atores ultrapassaram os limiares da freguesia e do país, na busca de condições económicas mais atrativas e risonhas.

Se a finalidade primordial do levantamento efetuado se traduziu na obtenção de indicadores objetivos sobre a problemática da mobilidade, nomeadamente, o êxodo rural

e o fenómeno migratório, permitiu-nos, também, conhecer, por exemplo, o quantitativo dos residentes nas diferentes aldeias, as respetivas idades, profissões, o grau de instrução, em suma, variáveis tratadas pelo censo realizado, sensivelmente no primeiro trimestre de 2001.

Atendendo a que os dois levantamentos se distanciaram no tempo por um intervalo que atingiria, em valores médios, os seis meses, utilizámos os dados oficiais como meio de aferição dos resultados por nós obtidos (Quadro 3 – *Validação dos resultados obtidos junto das populações lusas, de 17 de Junho a 13 de Novembro de 2000*), o que nos permite considerá-los muito fidedignos pelo facto do volume da amostra se apresentar muito próximo do universo em estudo.

As discrepâncias que se observam entendemo-las como o resultado da própria dinâmica da população, verificada no período que separou os momentos dos dois levantamentos, além da utilização de critérios, por ventura, ligeiramente diferenciados, que passamos a exemplificar.

Se por um lado, se trata de uma população com elementos muito idosos, que no momento do recenseamento já teriam sucumbido à lei natural, por outro, há que atender, principalmente ao facto de nos encontramos perante comunidades, cujos membros se caracterizam por um forte grau de mobilidade. É usual que um residente acompanhe um familiar, quando regressa ao país onde trabalha, após as férias «gozadas», ou então, o emigrante, com muitos anos de labuta no estrangeiro, se decida, quando de férias, pelo retorno, muito provavelmente definitivo.

Mas, se estes exemplos são claros e fáceis de identificar tornam-se mais complexas as situações daqueles elementos, que habitam na sua aldeia numa situação de pré-reforma[323], ou, que trabalham no estrangeiro com contratos por um período limitado[324], regressando enquanto decorre o tempo necessário para a renovação laboral tão desejada, ou, então, aqueles, por princípio septuagenários, que têm os familiares em linha direta no estrangeiro, normalmente na América Anglo-Saxónica e optam por se fixarem, todos os anos, sensivelmente de Março a Setembro/Outubro na aldeia[325] que os viu nascer.

Outra situação abrange os estudantes que se ausentam durante o período letivo, para regressarem no período de férias, ou, após o curso terminado, enquanto não conseguem trabalho, ou, então, os operários na construção civil, que são enviados pelo respetivo empreiteiro para obras em Lisboa, Faro, por exemplo, visitando a família esporadicamente.

---

[323] Casos há, que periodicamente, têm que se deslocar ao país onde trabalhavam e permanecerem semanas, ou, mesmo meses, para, assim, «não perderem os seus direitos». Considerámo-los residentes em virtude de já não trabalharem efetivamente no país estranho.

[324] Estas situações atingiam os habitantes que pretendiam trabalhar em Andorra e na Suíça. Não os considerámos residentes porque, só de modo esporádico e «obrigatório» permanecem na sua aldeia.

[325] Não os considerámos residentes.

Cientes destes problemas, preocupámo-nos em minimizá-los com a aquisição de informação através das origens mais variadas, como a fornecida pelas entidades oficiais, além daquela que conseguimos em diálogo direto e profícuo com os residentes para, em seguida, procedermos ao respetivo cruzamento e, assim, delinearmos perspetivas de futuro para populações que, desde sempre, labutaram num Lima amigo, mas simultaneamente tão adverso.

3.1. OS LUGARES E AS FONTES GEODEMOGRÁFICAS

Uma variedade de Fontes de índole sociodemográfica encontrámos para o período pré-censitário moderno, mas, com uma leitura comparativa nada acessível, não só porque divergem nos critérios e metodologias utilizadas na obtenção dos respetivos valores, como se referem a períodos de tempo com amplitude muito variada e a circunscrições administrativas, por vezes, com difícil correspondência na atualidade.

Apesar de todos estes condicionalismos somos de opinião que uma observação, embora global, dos respetivos valores se torne importante para a compreensão das multisseculares dinâmicas territoriais.

Comecemos pelas fontes demográficas, espanholas e lusas, para o período mais recuado, que conseguimos encontrar, o séc. XVI, cujos indicadores, apesar da abrangência, tornam-se pertinentes atendendo ao tempo e territórios a que se repercutem (*Quadro 4 – Lima raiano: Cômputo dos vizinhos e moradores, séc. XVI. A – Galiza, 1591; B – Portugal, 1527-1532*).

Se da informação recolhida não é possível efetuar uma leitura precisa poder-se-á, desde logo, questionar se o universo populacional galego apresentaria valores superiores em relação ao quantitativo luso, facto que se verificaria nos levantamentos e recenseamentos posteriores, nomeadamente nos do séc. XVIII (Quadro 5 – *Lima raiano: População provável, séc. XVIII. A – Portugal, 1758; B – Galiza, 1787*).

Mais do que leituras comparativas, porque desconhecemos o significado preciso de conceitos utilizados nas Fontes, nomeadamente as portuguesas, a observação de este tipo de valores permite-nos esboçar a distribuição espacial da população, cuja proporção não seria muito diferenciada da verificada nos inícios do séc. XXI.

Se a Fonte lusa, apenas nos permite um cômputo, que entendemos ser muito global, dos «vizinhos» e «moradores em idade de sacramento», a Fonte espanhola faculta uma leitura sobre as idades, estado civil e respetivas profissões dos residentes nas diferentes unidades territoriais.

Assim, por exemplo, pelo facto de os menores de sete anos corresponderem a um efetivo, em princípio superior aos indivíduos com idades compreendidas entre os sete e dezas-

seis anos, permitir-nos-á aventar elevadas taxas de mortalidade nos mais jovens, a exemplo do que aconteceria com os residentes que atingiam os quarenta a cinquenta anos de idade (Fig. 25 – gráfico – *Lima raiano galego: População segundo o sexo e grandes grupos etários, 1787*).

A esperança média de vida baixa poderá, também, de certo modo, ser «corroborada» pelo efetivo, em nosso entender, reduzido dos viúvos (Fig. 26 – gráfico – *Lima raiano galego: População segundo o estado civil, 1787*).

População atingida por elevados índices de mortalidade fazia depender a sua subsistência de uma agro-pastorícia[326] praticada pelos indivíduos que esta Fonte designa por «lavradores» (Fig. 27 – gráfico – *Lima raiano galego: População e principais atividades, 1787*).

Independentemente dos respetivos quantitativos estarem devidamente levantados, é de salientar, desde já, a importância da atividade na economia local.

Não podemos deixar de evidenciar os «criados», cuja maioria trabalharia nas explorações agro-pastoris, em troca de uma alimentação, quase sempre abaixo do limiar da sobrevivência.

Mas, o quadro socioprofissional que caracterizou os meados do séc. XVIII é apresentado, com minúcia, no *Catastro de Enseñada*, cuja metodologia utilizada no levantamento dos elementos permite aos especialistas considerá-lo como a primeira Fonte estatística espanhola.

Recordar que o *Catastro de Enseñada* foi o instrumento utilizado para a implementação de uma reforma fiscal, pelo que encerra uma descrição exaustiva de todos os residentes que desenvolviam atividades, ou, auferiam rendimentos suscetíveis da aplicação de um «imposto».

Daí, apenas fazer referência aos maiores de dezoito anos[327] e existirem unidades administrativas em que apenas os homens têm direito a uma identificação, «esquecendo-se» as mulheres, mas, evidenciando todas aquelas consideradas cabeça-de-casal, como as viúvas e as solteiras «independentes», logo, obrigadas ao pagamento do «imposto».

Por estes motivos, a leitura interpretativa dos resultados, em termos de dinâmica demográfica, terá que ser efetuada em moldes muito cautelosos, para que não se lhe retire todo o conteúdo precioso que encerra, como por exemplo, na descrição pormenorizada das profissões (Fig. 28 – gráfico – *Lima raiano galego: Principais profissões da população nos meados do séc. XVIII, segundo o género, 1753)*.

São os lavradores que se evidenciam, com exceção para Lobios, única povoação em que se diz residirem «fabricantes de telhas» (105) e para a Fraga, aldeia que se distingue pelo predomínio dos carvoeiros (22).

---

[326] No Capítulo 5, *Sistemas Agro-Pastoris (sécs. XVIII/XXI)*, demonstraremos que a actividade principal era a agro-pastorícia.

[327] Em casos muito raros menciona jovens de dezasseis anos, os casados, e por tal, serem alvo da aplicação de um «imposto».

Se nos inícios do séc. XX não se torna difícil compreender «os carvoeiros da Fraga», em função das condições naturais adversas à prática de uma agro-pastorícia capaz de garantir o limiar da sobrevivência, mas favoráveis à «exuberância» das urzeiras e torgas, matéria-prima na obtenção do carvão, que teria uma procura elevada pelas famílias de poder económico mais elevado a residirem nas aldeias de altitude mais baixa, para os oleiros, ou melhor, «fabricantes de louça de barro»[328] não conseguimos uma explicação aceitável.

Se o grupo dos jornaleiros e criados «matiza» toda a área destaca-se, contudo, na Bacia do Grou, nomeadamente em St.ª Cruz de Grou, San Xes e San Vicente, o que nos permite aventar que o atual concelho da Lobeira corresponderia ao território com uma maior diferenciação social, com um efetivo acentuado de famílias pobres, comparativamente com os territórios que constituem, na atualidade, os concelhos de Entrimo e de Lobios.

Por curiosidade, em Manín não foi referenciado qualquer jornaleiro ou criado, porque «todos se ocupam do cultivo das suas fincas».

Como atividade feminina muito importante em todas as povoações era a arte de tecer, as tecedeiras proliferavam em grande número, nomeadamente em Entrimo, Lobios e nas duas freguesias da Lobeira (San Xes e San Vicente).

Se esta Fonte nos permite uma observação de certo modo exaustiva sobre o quadro profissional e, logicamente sobre o ambiente socioeconómico da época, apresenta, por outro lado, grandes lacunas impossibilitadoras de uma leitura adequada sobre a estrutura etária então prevalecente, não só nas povoações distribuídas pela bacia do Grou, como nas que integravam a Jurisdição de Araujo, San Martin e San Payo (Fig. 29 – gráfico – *Lima raiano galego: efetivo da população mencionada no «Catastro de Enseñada» segundo grandes grupos de idade, 1753*).

Apesar de todos os problemas que não conseguimos resolver, entendemos apresentar os valores etários declarados, pois em todas as entidades geográficas, em que as mulheres também são mencionadas, estas correspondem a um efetivo, sempre superior aos dos homens, o que nos permite questionar se este facto poderá ser entendido por razões naturais, ou seja, a morte atingir, em princípio, o sexo masculino em idades mais jovens, em relação à média etária das mulheres, ou, então, a exemplo do que já acontecia na área lusa, por um êxodo que incidia nos homens em busca de melhores condições económicas.

Sem pretendermos «deslizar» para o campo especulativo, limitamo-nos a realçar que a Fonte permite-nos inferir de que nos meados do séc. XVIII e na população com uma idade superior a dezoito anos, o efetivo feminino atingia valores mais elevados em relação ao universo masculino, o que se repercutiria, de forma inquestionável, na organização do espaço e *mondus vivendi* da população.

---

[328] MADOZ, 1849: 319.

Situação similar, isto é, um efetivo feminino, em valores médios superiores ao total masculino, constatámos na área lusa, precisamente nos concelhos de Castro Laboreiro[329] e Soajo[330], mas, nos meados do séc. XIX[331] (Quadro 6 – *Lima raiano: População no período pré-censitário moderno, séc. XIX*)[332].

Se a Fonte portuguesa nos permite avaliar a desagregação da população segundo o sexo, a Fonte contemporânea galega limita-se a fornecer o cômputo global, ou, seja o efetivo de «almas», mas, à escala da paróquia.

Se a leitura comparativa dos resultados se torna impossível, em virtude das metodologias utilizadas e da variação dos diferentes conteúdos espaciais, comprovar-se-á, contudo, a tendência de um maior efetivo populacional nas entidades de população galegas, relativamente às portuguesas.

Nestas, o Soajo ter-se-ia, desde o século XVI ao XIX, evidenciado como a entidade geográfica lusa com o maior número de habitantes, facto comprovado pelos valores censitários modernos, a partir de 1864.

Mas, antes de nos debruçar sobre casos específicos, observemos para o séc. XX o comportamento, em termos globais, das populações de ambas as nacionalidades sem que previamente teçamos considerações, que entendemos pertinentes, sobre as Fontes e os valores demográficos que elas nos fornecem, pois, de novo fomos confrontados com os diferentes critérios utilizados por cada um dos países no cômputo da respetiva população.

Em Espanha considera-se a população de *hecho* e a de *derecho*, denominações que corresponderão em Portugal, respetivamente aos conceitos de população presente e residente, motivos que nos levaram a considerar, relativamente à Galiza, em todos as variáveis por nós estudadas os valores correspondentes à população de *derecho*.

Se para a Espanha conseguimos, para todos os momentos censitários, o total de habitantes para os lugares em estudo, a Fonte lusa apenas nos fornece informação similar para determinados momentos, razões que explicam o facto de, apenas, termos considerado os censos de 1911, 1940, 1960, 1991 e 2001, não nos esquecendo, contudo, que em relação a 1911 e 1940, os valores digam respeito ao efetivo da população presente[333].

Ao constatarmos que não se verifica discrepância significativa entre o cômputo da população presente e a residente, quando o mesmo recenseamento as publicita, como por

---

[329] O concelho correspondia a uma única freguesia a de Castro Laboreiro.

[330] O concelho englobava as atuais freguesias do Soajo, Gavieira e Ermelo.

[331] As *Estatísticas da População* que encontrámos no Arquivo do Registo Civil de Viana do Castelo não mencionam o então concelho do Lindoso. Apresentam os valores para o concelho da Barca, que não utilizámos, pelo facto de estudarmos, apenas, Britelo, Entre Ambos-os-Rios, Germil e Ermida, o que daria uma leitura bastante desvirtualizada da realidade de raia e da *serra*.

[332] Se foi no séc. XIX que se verificou os primórdios do período censitário consideramos, para a área lusa e para um período de catorze anos, os dados demográficos referentes aos então concelhos do Soajo e Castro Laboreiro, enquanto para a área galega os valores apresentados no *Dicionário de Madoz*.

[333] Lembramos que, também, o recenseamento português de 1981, apenas, apresenta valores relativos à população presente.

exemplo, o de 1960, ou, o de 1991 utilizamos os dois valores de «modo indiferenciado», apesar de não nos «esquecer» que relativamente a 1911 e a 1940 estamos a observar para Portugal «valores de população presente».

Como a área portuguesa em estudo abrange três lugares distribuídos por duas freguesias[334], de imediato, se nos levantou o problema sobre a obtenção da população total para os períodos censitários em que não existem valores à escala do lugar.

Perante várias hipóteses que nos permitiriam ultrapassar mais este «obstáculo» optámos por organizar os dados censitários segundo critérios que nos proporcionam, em nosso entender, a melhor leitura estatística do território em estudo.

Assim, ensaiamos duas leituras que se distinguem pelo facto de, ou, considerar todos os censos para as nove freguesias[335] (Quadro 7 – *Lima raiano: Ritmo médio de variação do efetivo populacional, 1900-2001*), ou, os valores censitários recolhidos à escala de lugar, para assim, se incluírem as três aldeias (Paradela, Portuzelo e Vergaço).

Após uma observação cuidada, verifica-se que nos resultados globais não tem significado estatístico o efetivo populacional dos três lugares em questão, pois evidencia-se em qualquer uma das situações e ao longo de todo o século XX, a perda significativa de população, embora de modo drástico, a partir das décadas de quarenta/cinquenta.

Se no período de 1900 a 2001 este Lima raiano perdeu um total de 8 569 residentes (-0,5%), à área portuguesa «pertencem» 3 684 (-0,5%), enquanto à galega 4 885 (-0,5%).

Contudo, se nos debruçarmos sobre os valores totais das unidades administrativas de maior grau de influência em que, respetivamente as áreas galega e lusa se inserem, verificámos que a província de Ourense registou uma variação negativa acentuada, enquanto o distrito de Viana do Castelo conseguiu apresentar uma ligeira variação positiva.

A perda da massa populacional limiana e de raia incidiu, essencialmente nas últimas seis décadas, 11 461 residentes (-0,9%), distribuídos por 4 482 portugueses (-0,8%) e 6 674 galegos (-0,9%), a exemplo do que aconteceu com as unidades territoriais com maior dimensão territorial, respetivamente o distrito de Viana do Castelo e a província de Ourense.

Embora a tendência evolutiva negativa da população seja similar nas duas comunidades, a lusa e a galega, somos de opinião, que a variação do ritmo demográfico deste Lima raiano é, em certo modo, «determinado» pelo comportamento da população galega, o que se explicará pelo maior efetivo de residentes.

Espaço geográfico que se tipifica por uma quebra acentuada de habitantes, com os idosos a adquirirem um peso muito forte em relação aos ativos e aos jovens, o que explica o facto de o universo dos reformados ser muito superior aos residentes com emprego,

---

[334] Paradela e Portuzelo, lugares da freguesia de Santiago (S. João), concelho de Ponte da Barca, e Vergaço incluído na freguesia de Cibões, concelho de Terras de Bouro.

[335] Ermelo, Soajo, Gavieira, Castro Laboreiro, Lindoso, Britelo, Entre Ambos-os-Rios, Ermida e Germil.

situação bastante diferente da verificada, quer no distrito de Viana do Castelo, quer na província de Ourense, com valores «mais suaves» (Quadro 8 – *Lima raiano: Estrutura sociodemográfica da população residente em 2001*).

No que diz respeito à iliteracia, sobressai a área portuguesa inclusive o distrito de Viana do Castelo, quer pelo índice de analfabetos ser o mais elevado, quer pelo índice de moradores com o Ensino Básico ser o mais baixo, comparativamente com a área da Galiza, que não impede, contudo, que este Lima raiano corresponda a um espaço habitado por pessoas muito pouco qualificadas.

Encontramo-nos perante territórios limianos de raia em perda acentuada, com as populações a apresentarem uma estrutura etária envelhecida e níveis de instrução muito baixos, distinguindo-se e afastando-se das unidades administrativas em que se inserem, o distrito de Viana do Castelo e a província de Ourense.

Quando nos debruçamos sobre os valores da população referentes aos diferentes lugares em estudo e para os momentos[336] que as fontes oficiais, nomeadamente as lusas, os disponibilizam, verificamos que o recenseamento de 1911 distingue, por exemplo, as aldeias encaixadas no vale do rio Castro Laboreiro, as *inverneiras*, aldeias que, segundo a Fonte, desapareceram, em termos de dinâmica populacional, nos períodos censuais seguintes, sendo como que «substituídas» pelas aldeias localizadas a cotas mais elevadas, as *verandas*, além de «esquecer» o lugar de Ribeiro de Baixo (Fig. 30 – mapa – *Lima raiano: População por lugar, em 1910/11*; Fig. 31 – mapa – *Lima raiano: População por lugar, em 1940*; Fig. 32 – mapa – *Lima raiano: População residente por lugar, em 1960*).

Desconhecemos os critérios oficiais que justificaram semelhantes opções e que conduzem, quando se não conhece a dinâmica territorial, a leituras interpretativas dúbias, pois está-se perante lugares, *verandas* e *inverneiras*, habitados pelas mesmas famílias, que residiam, consoante a época do ano, num desses lugares.

Se para todos os momentos censitários se verifica que o efetivo dos lugares, em ambos os países, foi atingido por uma variação traduzida, ora pela inclusão de supostas «novas» aldeias, ora pela supressão de outras entidades territoriais, evidenciamos os recenseamentos de 1960, nomeadamente o luso, em que se torna evidente o esforço realizado pelas entidades competentes em atingir as pequenas aldeias mais recônditas. Entendemos, assim, que se está perante a Fonte censitária, que, apesar de todas as lacunas e deficiências, melhor retrata, no séc. XX, a forma de povoamento da área em estudo, pois permite-nos a construção da imagem mental sobre o tipo de *habitat* nos espaços e paisagens do Laboreiro, Peneda e Amarela, independentemente da aspereza das caminhadas, ou, da falta de acessos tão frequente na época.

---

[336] Debruçámo-nos sobre os *Recenseamentos de 1910 e 1911, 1940 e 1960*. Se para o período mais recente optámos pelos *censos de 1991 e 2001*, considerámos, também, os resultados do levantamento que efetuámos, de modo presencial, junto da população portuguesa, em 2000.

No entanto, foi nos últimos três momentos censitários cujas normas e critérios adotados estão de acordo com os vigentes na Europa comunitária, que se verificaram as maiores alterações na identificação geográfica das entidades territoriais.

Assim, na freguesia de Grou (San Mamede), os vinte e quatro dos vinte e seis lugares, que se distribuem na vertente direita do rio que lhe dá o nome, de uma forma sequencial, praticamente contígua e estruturados pelo eixo viário principal, atualmente, uma estrada bem conservada, sempre, com habitantes computados nos diferentes recenseamentos, foram como que «eliminados», nos dois últimos períodos censuais, a favor da «entidade territorial» designada por Grou[337], que se «impõe» no universo dos lugares em estudo com uma população superior a quatro centenas de habitantes.

Situação idêntica surge em Lobios (San Miguel) em que onze dos treze lugares foram, também, nos dois últimos censos, como que «incorporados» na «entidade territorial» de Lobios[338], com um efetivo populacional superior a cinco centenas de habitantes.

Contudo, os seis lugares que constituem a freguesia do Riocaldo, se no recenseamento de 1991 «desapareceram» em detrimento da entidade territorial de Riocaldo com mais de cinco centenas de habitantes, «ressurgiram» em 2001 (Figs. 33 – mapa – *Lima raiano: População residente por lugar, em 1991; Fig.* 34 – mapa – *Lima raiano: População residente por lugar, em 2001)*; Fig. 35 – mapa – *Lima raiano luso: População residente por lugar, em* 2000), com a dimensão resultante do volume dos respetivos residentes.

Situação similar constatou-se em Arauxo (San Paio) em que os oito lugares se «restringiram» em 1991, ao lugar de San Paio, para em 2001, ressurgirem com todo o seu «esplendor» demográfico.

Lugares inseridos num espaço europeu em que a importância das candidaturas dos projetos de desenvolvimento em muito depende da dimensão, em termos populacionais, do núcleo urbano, explica, em nossa opinião, semelhante reorganização estatística, mas, que dificulta, ou, talvez melhor, desvirtualiza uma leitura da dinâmica territorial efetuada à escala dos lugares.

Questão algo curiosa deparou-se-nos em 2000, na freguesia do Soajo, quando procedíamos ao levantamento de indicadores relativos à problemática da mobilidade, precisamente, no lugar mais importante, devido ao tipo de funções que oferece[339], aquele que correspondeu à sede do antigo concelho do Soajo, que foi extinto no séc. XIX e que atualmente o soajeiro, de uma forma orgulhosa, o designa por «vila».

---

[337] Como Grou não corresponde, de facto, a um lugar, «identificámo-lo», na representação cartográfica, com o lugar de Baldemir, aldeia em que se localiza a Igreja paroquial.

[338] Do mesmo modo não existe o lugar de Lobios, pelo que na representação cartográfica «escolhemos» Fondevila, o lugar que é a sede do concelho.

[339] Destacamos a farmácia e o banco.

À «vila» corresponde um conjunto de pequenos lugares contíguos, articulados por caminhos, as «ruas» sinuosas que dão à aldeia uma configuração em mancha compacta, de certo modo complexa, que a população distingue pelos respetivos nomes e que os diferentes censos consideram, nomeadamente o de 2001, com a identificação de dez lugares, unidades territoriais que no nosso trabalho de campo era muito difícil delinear, motivo por que optámos em «incluí-las» num único lugar, o da «vila»[340] (Figs. 34 e 35).

Quando comparamos as representações cartográficas da população absoluta em 2000 e 2001 (Figs. 34 e 35), inferimos que a nossa decisão sobre a estratégia utilizada ao «incluirmos» todos os residentes na «vila», não prejudicou nem desvirtualizou a realidade espacial que pretendemos, de facto, interpretar.

Questões no âmbito da individualização de determinados lugares surgiram-nos, também, em Castro Laboreiro, em virtude da proximidade entre eles. Contudo, apesar de serem lugares muito próximos, distinguem-se com facilidade na paisagem, pois sempre se encontram envolvidos por espaços cultivados, ou, outrora cultivados, facto, que entendemos explicar as diferenças nas cartografias da população absoluta, quer na referente a 2000, quer a 2001 (Figs. 34 e 35).

Assim, atribuímos identidade demográfica a Antões[341], Outeiro[342], Picotim[343], Portos de Cima[344], Portos de Baixo[345] e Pousinhos[346], que o censo de 2001 englobou, respetivamente no Rodeiro, Adrofreire, Várzea Travessa, Portos e Ribeiro de Cima (Figs. 34 e 35).

Exemplos que, na nossa opinião, são suficientes para, numa breve nota, podermos inferir que alterações, aparentemente «sem significado» nos critérios que sustentam a escolha dos lugares alvo da contagem censitária, poderão conduzir a dilações apressadas como, por exemplo, à noção não verídica de períodos de vida demasiadamente curtos para lugares que, apesar de não terem direito a *status* estatístico, poderão ser determinantes na dinâmica do território em que se inserem, ou, então, como acontece nos critérios que estabelecem os conteúdos espaciais das secções e subsecções (Fig. 24) permitirem a leitura de vastas áreas povoadas que se estendem pelos cimos da *serra*, quando, de facto, são os lugares de dimensão reduzida e com limites bem definidos, que suportam esse «pseudo povoamento», mas, que, apenas, o trabalho exaustivo e minucioso no território e junto das populações pode distinguir e evidenciar.

---

[340] Expressão que não se pode confundir com o topónimo Vila, núcleo urbano, quase sempre, nas áreas rurais sede do concelho, pois escrevemos o vocábulo entre aspas e com letra minúscula.
[341] Dois habitantes.
[342] Oito habitantes.
[343] Quatro habitantes.
[344] Dezoito habitantes.
[345] Catorze habitantes.
[346] Onze habitantes.

O modo como as entidades responsáveis pelos diferentes recenseamentos consideraram, ou, «eliminaram» os lugares, acarreta consequências importantes para a reflexão sobre os ganhos e as perdas na respetiva estrutura territorial, quando assente nos dados estatísticos oficiais e publicados.

Se a diminuição brusca, nas últimas cinco décadas, da massa populacional da área em estudo (Quadros 1 e 7) adquiriu, em nossa opinião, um carácter irreversível, sendo fácil constatar e determinar a respetiva variação populacional, assim como para os lugares que sempre foram alvo do cômputo estatístico[347] (Figs. 36 – mapa – *Lima raiano: Variação da população, por lugar, entre 1910/11 e 1940;* Fig. 37 – mapa – *Lima raiano: Variação da população, por lugar, entre 1960 e 1991;* Fig. 38 – mapa – *Lima raiano: Variação da população, por lugar, entre1991 e 2001)* o mesmo tipo leituras, estatística e cartográfica, já não se tornam possíveis para aqueles lugares, que, ora «desapareceram», ora «emergiram» de acordo com os critérios oficiais adotados em cada momento censitário (Figs. 36, 37 e 38).

Mas, comecemos por Castro Laboreiro. Ao debruçarmo-nos sobre a representação cartográfica da variação da população, no período de 1911 a 1940 (Fig. 36) a freguesia fica restringida a seis lugares, precisamente Ameijoeira, Ribeiro de Cima, Vila, Várzea Travessa, Vido e Portelinha, pela simples razão de os restantes terem sido alvo da contagem estatística, ou, em 1911, ou, em 1940, tornando-se notório, pelo «vazio» espacial, o «desaparecimento» das *verandas* e *inverneiras*, com exceção para a Ameijoeira.

Além disso, a variação acentuada, por sinal, negativa dos moradores do Ribeiro de Cima exige uma leitura muito cautelosa, pois não podemos esquecer que em 1911 lhe foram «atribuídos» os habitantes do Ribeiro de Baixo[348].

Contudo, na representação cartográfica da variação da população no período 1960/91 (Fig. 37) parte do vazio espacial desapareceu devido ao «emergir» das *verandas*, tanto as da margem direita como as da margem esquerda, além do Ribeiro de Baixo.

Com estas entidades espaciais a «manterem-se» na representação cartográfica da variação da população no período de 1991 a 2001 (Fig. 38), as *inverneiras* «perderam», de facto, o «direito» a serem consideradas entidades territoriais.

Outras situações não menos curiosas evidenciam-se, também, na área galega, nomeadamente nos períodos de 1960 a 1991 e 1991 a 2001.

No mapa de variação da população referente ao período de 1960 a 1991 (Fig. 37), as freguesias de Grou (San Mamede) e Lobios (San Miguel) ficaram, em nossa opinião, sem

[347] Como em dois momentos sucessivos, os lugares considerados nas contagens estatísticas «variaram», ou melhor, são diferentes, torna-se impossível, por exemplo, determinar a variação da população, para esses mesmos lugares, apesar de sabermos que a população existia no período e no lugar em causa, pelo que nos limitámos a referenciá-la através dos valores absolutos.

[348] Por curiosidade, em 1911, foram contabilizados 290 habitantes no Ribeiro de Cima, enquanto em 1940 seriam 128 e 147 os moradores, respetivamente no Ribeiro de Cima e no Ribeiro de Baixo.

representatividade, pois restringem-se a dois lugares de muito pequena dimensão[349], pela razão de, em 1991, os habitantes terem sido «localizados», respetivamente, nas «entidades territoriais» de Grou e de Lobios[350].

Da «eliminação» dos lugares que o recenseamento de 1991 «efetuou» em Araúxo (San Paio) e em Rio Caldo (St.ª Maria), resultou uma variação positiva muito acentuada, respetivamente para San Paio[351] e Devesa[352], aldeias que na década de 1991 a 2001 «voltaram» a uma variação em função dos seus próprios residentes, mas, cujos valores têm de ser alvo de uma leitura muito cautelosa, resultante da deficiente estrutura territorial, apenas explicada pela «ausência oficial» dos lugares com habitantes em 1991 (Fig. 38).

De facto, quando nos debruçamos sobre as fontes censitárias e caso não tenhamos conhecimento suficiente sobre a estrutura territorial assente na distribuição efetiva dos lugares, somos levados a inferir que o Lima raiano em estudo, no período de 1910/11 a 2001, perdeu população em muitas das seculares aldeias e lugares, dilação que se justifica pelas diferentes estratégias metodológicas utilizadas nos diferentes cômputos estatísticos efetuados. (Figs. 30, 31, 32, 33 e 34).

Independentemente da importância «demográfica» que as Fontes censitárias atribuem aos diversos lugares, é um facto inquestionável a perda global de população para os lugares, nomeadamente, no período 1960/91 e na última década censitária (Figs. 37 e 38).

Distinguimos, na última década (Fig. 38) e em Portugal, as aldeias de Rouças, Adrão e Cunhas, Froufe, Lourido e Sobredo, cuja evolução positiva se compreende pela chegada, com carácter definitivo, dos naturais que durante longos períodos se ausentaram do torrão natal, enquanto na Galiza, lugares de Entrimo, como Terracha e Casal, ou da Lobeira, como Quintas, e, mesmo, os lugares que constituem Lobios, a evolução positiva se explicará pela atração exercida pela oferta dos serviços inerentes à sede dos respetivos concelhos, sem excluirmos o retorno de naturais, após longos anos de labuta no estrangeiro, ou, nas áreas industriais de Madrid e Barcelona.

Em Portugal, também, evidenciamos Castro Laboreiro, ou, melhor, o lugar da Vila, sede de um conjunto de bens e serviços, capaz de atrair os naturais dos outros lugares castrejos que após um período longo de trabalho no estrangeiro, deixam a aldeia natal para construir casa nova na sede da freguesia a fim de passarem os últimos anos de vida.

Contudo, é a variação negativa acentuada que envolve, em termos globais, os lugares em estudo, lusos e galegos, apenas explicada pela atração exercida pelos principais centros

---

[349] Grou (San Mamed) pelas aldeias de Marás com 17 e 9 habitantes, e Rasela com 15 e 4 moradores, respetivamente em 1960 e 1991.
Lobios (San Miguel) pelas aldeias de Ogos, com 15 e 4 habitantes, e Ribas de Arauxo com 37 e 29 residentes, respetivamente em 1960 e 1991.

[350] Grou com 522 habitantes e Lobios com 525 residentes.

[351] Em 1960 e 1991, respetivamente com 118 e 530 residentes.

[352] Em 1960 e 1991, respetivamente com 46 e 530 habitantes.

urbanos peninsulares e europeus, fomentadores do forte êxodo rural e das migrações com forte intensidade, que atingiu este Lima raiano[353] nas últimas cinco décadas.

Evidenciamos, no entanto, o facto das populações galegas terem iniciado, ainda, na década de quarenta uma saída massiva para os países latino-americanos de expressão espanhola, principalmente para a Venezuela. Fluxo de saída que se intensificou na transição das décadas de quarenta/cinquenta, mas, para países europeus, nomeadamente a França. A população lusa também engrossou, em grande número, as fortes correntes migratórias intraeuropeias, mas, essencialmente, a partir dos anos sessenta. Factos que justificam, em nossa opinião, as aldeias galegas e lusas comportarem o maior efetivo absoluto, respetivamente em 1940 e 1960 (Figs. 30, 31, 32, 33 e 34).

Populações lusas e galegas, que reagiram às dificuldades dos respetivos territórios com atitudes similares, isto é, enveredando pela busca de novos horizontes, aqueles em que o mercado de trabalho lhes era mais favorável, ao que se acrescenta nas décadas mais recentes, a adoção de comportamentos demográficos próprios dos países desenvolvidos, que justificam os níveis muito preocupantes das perdas populacionais das aldeias em estudo.

3.2. ESTRUTURA SOCIODEMOGRÁFICA

Do processo de despovoamento sentido nos últimos sessenta anos resultou um conjunto de impactos com forte intensidade sobre os territórios do Lima raiano em estudo que, em certa medida, se entenderão pelas características da população residente na transição do milénio, nomeadamente, quando refletimos sobre o peso da mulher e dos grandes grupos etários, ou, sobre o a importância dos empregados e dos reformados na comunidade.

Encontramos perante comunidades em que a mulher adquire uma importância preponderante (Fig. 39 – mapa – *Lima raiano: População residente segundo o sexo, por lugar, em 2001*; Fig. 40 – mapa – *Lima raiano luso – População residente segundo o sexo, por lugar, em 2000*), pois, quando não ultrapassa os 50% dos residentes, o que acontece na maioria das aldeias, atinge um valor, mesmo muito próximo da metade do efetivo da respetiva comunidade.

Comunidades limianas de raia em que não só «impera» a mulher, como o grupo dos reformados, quando os comparamos com os residentes empregados (Fig. 41 – mapa – *Lima raiano: População residente segundo a situação profissional, empregados e reformados, por lugar, em 2001*), com exceção para a Vila, Rouças, Paradamonte, Igreja (Entre Ambos-os-Rios), Paradela (Vila Chã) e Lobios.

[353] Questões que estudaremos no Capítulo 4, *Mobilidades Geográficas.*

Se justificamos a importância dos empregados em Lobios pelos serviços que a sede do concelho, com o mesmo nome, fornece e não nos esquecendo que aí se localiza a direção do Parque Natural Baixa-Límia/Serra do Xurés, lembramos, também, que nos encontramos perante territórios onde o êxodo rural do séc. XX foi muito intenso, com consequências que se refletiram, de modo notório, na estrutura social.

No Lima raiano luso, embora a baixa densidade de emprego seja evidente para a maioria das aldeias, distingue-se a Vila, em Castro Laboreiro, pelos serviços que fornece, a par da importância da construção civil, que predomina, também, em Paradamonte e Igreja (Entre Ambos-os-Rios).

Aliás, nas comunidades lusas, o setor secundário, no âmbito da construção civil, e o terciário no domínio da restauração, absorvem o maior número de empregados, com exceção para Gavieira, Ermida, Germil e Vergaço em que sobressaem os residentes que desempenham uma atividade agrícola (Fig. 42 – gráfico – *Lima raiano luso – Setores de atividade dos residentes empregados em 2000*).

Contudo, nas últimas duas décadas do séc. XX, todas as freguesias lusas se identificam pela evolução negativa, por vezes acentuada, dos produtores agrícolas singulares (Fig. 43 – gráfico – *Lima Raiano luso: Os produtores agrícolas singulares nas décadas de 1989 e 1999*)[354], embora a Gavieira, o Soajo e o Lindoso apresentem um ritmo de descida mais «suave».

Além disso, os produtores a tempo completo (Fig. 44 – gráfico – *Lima raiano luso: Os produtores agrícolas singulares a tempo completo em 1989 e 1999*), em 1999, praticamente desapareceram, com exceção para Castro Laboreiro e Gavieira, tendo o Soajo um produtor.

Contudo, os agricultores que dedicam à atividade menos de 50% do seu tempo ativo, distribuem-se por todas as freguesias, com exceção de Germil e da Ermida, que explicamos pelo facto da atividade ser encarada pela maioria dos residentes como um entretenimento, uma forma de «matar de saudades» dos velhos tempos, conforme repetidamente nos confidenciavam os nossos interlocutores.

O limiano luso continua, apesar de tudo, a considerar-se agricultor, o que explica, em nossa opinião, o «peso» da população familiar agrícola perante o total dos residentes (Fig. 45 – gráfico – *Lima raiano luso: Proporção da população familiar agrícola no total de residentes, 1989 e 1999*), embora na última década se tenha assistido a uma evolução negativa que, estamos cientes, se acentuará nos próximos anos.

Apesar do quadro negativo que retrata o universo dos agricultores, o levantamento exaustivo e sistemático que efetuámos, permite-nos distinguir aquelas aldeias que consideramos com um certo dinamismo, em virtude dos seus residentes que um dia partiram e ao regressarem, relativamente jovens, detêm energia e poder económico, que lhes permitiu implementar um conjunto de investimentos, nomeadamente, na mecanização agrícola,

[354] Lembramos que não conseguimos nos *Recenseamentos Gerais da Agricultura* espanhóis valores à escala da freguesia, motivo que nos impossibilitou uma comparação com a realidade agrícola portuguesa.

entendida como a aquisição de um potente trator e alfaias afins, nas novas explorações de pecuária em regime de pastagens livres, ou, na unidade de produção artesanal de derivados porcinos certificados, como a que existe no Rodeiro.

Outras atividades desempenham os residentes na área lusa, nomeadamente aqueles que labutaram no estrangeiro e uma vez regressados, encetaram uma atividade similar àquela que exerceram durante longos anos, mas, agora, como pequenos empresários[355], ou, na construção civil, ou, na restauração, ou, no setor das limpezas urbanas, cujos escritórios se encontram sediados, quer na sede dos respetivos concelhos, quer em Viana do Castelo, mas, principalmente em Braga (Fig. 46 – gráfico – *Lima raiano luso: Profissões/ Atividades não agrícolas dos residentes em 2000*).

Os funcionários públicos, em que se evidenciam os professores do Ensino Básico e Secundário distribuídos, por princípio, pelos centros urbanos mais próximos, correspondem a uma segunda geração, que não saiu, mas estudou no país, porque os progenitores labutavam nas terras distantes, auferindo rendimentos suficientes para dar lhes um futuro melhor.

A mesma explicação nos foi dada para os jovens licenciados inseridos nas funções liberais e nos quadros de empresas, por vezes a trabalharem em cidades tão distantes como Évora, ou, Bragança e Fafe, pelo simples facto de aí terem realizado a licenciatura, efetuado estágio e a entidade patronal os ter integrado nos quadros (Fig. 47 – gráfico – *Lima raiano luso: Profissões não associadas a organismos estatais e de solidariedade ou à iniciativa individual, em 2000*).

O grupo dos trabalhadores das Instituições Locais distribuem-se pelos Serviços da E.D.P. (no Castelo e em Paradamonte), do Parque Peneda-Gerês, por princípio Guardas Florestais, atualmente, Agentes de Proteção da Natureza, pelo complexo turístico da Senhora da Peneda e pelas instituições de solidariedade social, os Centros de Dia e os Lares para a Terceira Idade, estes, por princípio, nas sedes dos concelhos. Distinguimos os trabalhadores, sempre do sexo feminino, do complexo turístico da Senhora da Peneda e das Instituições de Solidariedade Social, pelo facto de predominarem os naturais de outros países, nomeadamente Angola e França.

Contudo, nos residentes com profissão, destacam-se os operários da construção civil[356] pelo simples motivo de constituírem mão-de-obra indiferenciada, que, apenas possui o 6.º ano, excecionalmente o 9.º ano, em que a maioria, ainda jovem, residiu no exterior, quando os pais lá se encontravam, a exemplo do que acontece com os trabalhadores em padarias, cafés ou minimercados.

Elementos de uma segunda geração que, em 2000, ou trabalhavam nas obras sob ordens de empreiteiros, com maior dimensão, que os distribuíam por todo o país, de

[355] Em 2000, 1008 residentes se declararam com profissão dos quais 247 (24,5%) eram pequenos empresários.
[356] Contabilizámos 374 trabalhadores (37,1%) no universo em estudo.

acordo com as subempreitadas, que se comprometeram a executar, assegurando-lhes a dormida em contentores e o transporte à aldeia no fim-de-semana, ou privilegiavam a cidade de Braga, por causa do alojamento, que estava assegurado no apartamento que os progenitores adquiriram, como uma forma de melhorar «o pé-de-meia» conseguido no exterior.

Deparámos com moradores no Soajo («vila»), no Lindoso (Castelo), em Britelo (Igreja) e Entre Ambos-os-Rios (Igreja) que se intitularam de caseiros, embora o cônjuge fosse operário na construção civil. Trabalhavam pequenas explorações agrícolas, isto é, cortavam anualmente a vegetação daninha, de modo às parcelas apresentarem um ar de limpeza, a fim de garantirem a habitação.

Está-se perante um grupo social, que, juntamente com os jornaleiros, teve uma certa importância nestas aldeias, até á década de cinquenta do séc. XX.

Este grupo profissional, o dos caseiros e jornaleiros, seria significativo nas aldeias em que se distinguiam as famílias com o maior *status* social, as famílias proprietárias das explorações agrícolas com maior dimensão, cujas residências, ainda hoje, se evidenciam pela traça e arquitetura rasgada num granito austero, mas, simultaneamente sumptuoso.

Um grupo profissional, que sempre se evidenciaria ao longo do século XX, até pela posição social, que a comunidade considera de destaque, diz respeito às Forças de Segurança, principalmente Guardas Nacionais Republicanos e os «velhos» Guardas da Alfândega, justificados pela proximidade da fronteira e pela facilidade com que o mancebo, através da prestação do serviço militar obrigatório, ingressava nas Forças Paramilitares.

Razões suficientes para explicar a proporção deste grupo nos residentes, que auferiam, em 2000, uma reforma de origem portuguesa (Fig. 48 – gráfico – *Lima raiano luso: Residentes com reformas portuguesas resultantes de atividades não agrícolas em 2000*), se excluirmos todos os maiores de 65 anos abrangidos pelo Regime Geral da Segurança Social».

Mas, são os residentes ex-trabalhadores em Instituições Locais, que correspondiam, em 2000, à maior proporção no universo dos residentes com direito a uma pensão de origem portuguesa e não incluída no Regime Geral da Segurança Social, o que se justifica pela importância que desempenhou no mercado de trabalho local a atual E.D.P..

Empresa que nas últimas décadas tem sido atingida por reestruturações várias, que culminaram, sempre, com reduções sucessivas de funcionários, atingindo, de modo drástico, o trabalhador limiano.

Nos primeiros anos do séc. XXI o efetivo de trabalhadores locais na Central do Alto do Lindoso era mesmo muito limitado, com tendência progressiva para a redução, que irá aumentando, de acordo com o ritmo das aposentações.

Universo de aposentados e reformados que dominam o quadro social do Lima raiano em estudo (Fig. 41), que dizem desempenhar, principalmente os lusos, uma atividade agro-pastoril, mas em que a grande maioria a encara como uma forma agradável de viver os

dias de reformado, fazendo depender os seus rendimentos de pensões conseguidas pelos árduos e longos anos de trabalho, que prestaram nos centros urbanos nacionais, mas, primordialmente estrangeiros, a que acrescentam, as rendas dos apartamentos que possuem na cidade mais próxima, (Braga e Ourense), ou, na sede do concelho, o valor da reforma nacional e o «produto» da venda de *umas cabeças de gado*, ou, *vitelos*, a par dos subsídios no âmbito da Política Agrícola Comum, que incentivam a criação da *barrosã* e da *cachena* ao ar livre e em moldes tradicionais.

Sociedade limiana de raia em que o grupo dos jovens se encontra de um modo global em perda, em comparação com o efetivo dos idosos (Fig. 49 – mapa – *Lima raiano: População residente, por grandes grupos de idade e lugar, em 2001*; Fig. 50 – mapa – *Lima raiano luso: População residente, por grandes grupos de idade e lugar, em 2000*)[357].

Se a leitura global e comparativa, de acordo com as Fontes utilizadas, não é possível, torna-se, contudo, evidente, que o grupo jovem apresenta-se com um «peso» inferior, nomeadamente, na Galiza, em relação ao grupo dos idosos. De facto, no efetivo dos residentes das aldeias galegas, o peso dos jovens com uma idade inferior aos 16 anos é substancialmente inferior à proporção dos residentes com mais de 65 anos.

Se para as aldeias portuguesas, de um modo global, a proporção dos jovens com idades inferiores a 19 anos não se encontra tão «desequilibrada», é notório, contudo, a sua «fragilidade» perante a importância das idades mais avançadas.

Fenómeno de desequilíbrio de gerações, que explicamos pelo facto de nos encontrarmos perante comunidades atingidas por um forte êxodo rural[358], cujos elementos ao partirem muito jovens viveram o período de vida fértil no exterior, e aqueles que regressaram com carácter definitivo, fizeram-no com idades próximas ou superiores a cinquenta anos, dedicando-se a maioria, à agro-silvo-pastorícia em moldes tradicionais.

Deste modo se explica o envelhecimento dos produtores agrícolas singulares, que predomina na área em estudo, nomeadamente na lusa, a que se associa um grau de instrução baixo (Fig. 51 – gráfico – *Lima Raiano luso: A idade dos produtores singulares em 1999*).

A idade avançada dos agricultores, associada aos baixos níveis de instrução (Fig. 52 – gráfico – *O grau de instrução dos produtores singulares em 1999*), repercute-se na falta de capacidade de reestruturação e modernização da atividade, pelo que para a grande maioria, a formação profissional agrícola e, ou, pecuária é, exclusivamente, a proveniente da prática.

---

[357] Alertamos para a impossibilidade de uma leitura comparativa entre os três grandes níveis de idade, pois, apenas, nos foi permitido reagrupar os valores em <19; 19 a 64 e >= 65 anos, e <16; 16 a 64 e >= 65 anos, de acordo com os dados fornecidos, respetivamente, pelos recenseamentos luso e a galego.
Em relação aos dados por nós recolhidos, optámos por uma leitura que melhor referenciasse a estrutura profissional, pois entendemos que um residente com mais de 60 anos de idade, não se encontra, já, nas melhores condições físicas para executar as tarefas que a agro-silvo-pastorícia, sempre, lhe exigiu.

[358] Esta temática será devidamente estudada no capítulo 4, *Mobilidades Geográficas.*

Lima raiano em que as atividades associadas à agro-pastorícia se encontram em plena regressão (Figs. 43 e 44), em que vão resistindo os produtores mais idosos (Fig. 51), os que possuem, por princípio, um menor grau de instrução (Fig. 52), embora constituam a maior proporção dos ativos em aldeias como Rouças, Ermida e Germil, ou, em Lourido, Portuzelo, Paradela (S. João) e Vergaço.

Esboço social, que nos permite, em modo de síntese, recordar que o Lima raiano em estudo e na primeira década do séc. XXI, enquadra, primordialmente, territórios que nas últimas décadas assistiram a um saída intensa e continuada das suas gentes, limitando-se na atualidade a atrair e a fixar, predominantemente os mais idosos, quase sempre, os menos qualificados, mas, curiosamente, com uma elevada percentagem de «agricultores», que subsistem com outros rendimentos, os provenientes do estrangeiro, das cidades e vilas próximas.

3.3. COMPORTAMENTO DEMOGRÁFICO

Nota Prévia

Recuámos no tempo, sensivelmente três séculos, de acordo com a Fonte disponível, os *Registos Paroquiais de Batismo, Casamento e Óbito*. Atendendo à morosidade e à minúcia exigidas pela investigação deste tipo de Fonte[359], a que se acrescenta o vasto universo das comunidades organizadas em paróquias, que matizam a extensa área em estudo, optámos como objeto de investigação cuidada, pela observação de uma freguesia, naturalmente lusa, a do Lindoso, que, atendendo à proximidade com os vizinhos galegos, nomeadamente os de Maním, concelho de Lobios, apresenta um quadro sociocultural, que, entendemos ter significado e ser representativo das comunidades paroquiais em estudo, quer sejam lusas, quer sejam galegas.

Em pleno período dos *Recenseamentos Gerais da População* (1864-2001), continuámos a privilegiar como Fonte os *Registos Paroquiais*, pois estamos convictos, que, deste modo, se facilitará a leitura diacrónica de comportamentos, que o estudo de indicadores sobre a Nupcialidade, Fertilidade e Mortalidade, de modo tão evidente, revelam.

Ao observarmos os comportamentos da população do Lindoso num longo período, que ultrapassa os três séculos, desde logo, uma questão pertinente se levanta, a relacionada

[359] Como nos debruçamos sobre um período pré-censitário moderno, recorremos aos princípios de uma metodologia específica na organização e sistematização de variáveis provenientes de Fontes tão «sensíveis» como os *Registos Paroquiais,* a *Metodologia de Maria Noberta Amorim.*

com a periodização dos valores conseguidos para as respetivas variáveis. Como pretendemos obter o quadro demográfico que reflita, no tempo, as grandes alterações nas atitudes assumidas pelos verdadeiros atores, os residentes do Lindoso, tomámos como referências no estabelecimento dos diferentes intervalos de tempo as indicações que a própria Fonte nos transmitiu.

Estudar o comportamento demográfico da comunidade limiana, neste caso a do Lindoso, pressupõe privilegiarmos os indicadores e respetiva periodização, que esclareçam a interacção que, ao longo do tempo, a população gizou no seu território e, inevitavelmente, se faz repercutir na dinâmica futura destes espaços e territórios de fronteira.

3.3.1. Nupcialidade

Antes de nos debruçarmos propriamente, sobre o ato de casar entendemos ter interesse refletir sobre a proporcionalidade entre os sexos ao nascimento, pelas repercussões no contexto geral da população em fenómenos como os movimentos migratórios, a nupcialidade, ou os nascimentos fora do casamento, que inevitavelmente se farão sentir na dinâmica territorial.

Observemos, então, a proporção de indivíduos dos dois sexos no ato de nascer, tendo como indicador o índice de masculinidade ao nascimento (*Quadro 9 – Índice de masculinidade ao nascimento, 1670-2001*)[360].

O valor obtido para o período global em observação (105,4) valida, sensivelmente, o índice tipo das comunidades de raça branca[361]. Contudo, nos quatro subperíodos considerados, a discrepância verificada entendemo-la como o resultado de «trabalharmos» pequenas amostras, que oblitera, indubitavelmente, o resultado do indicador em estudo.

Assim, inferimos que o Lindoso apresenta um índice de masculinidade ao nascimento, cujos valores não se afastam dos considerados «normal» pelos especialistas em Demografia. Encontrar-nos-emos, então, perante um fenómeno, cujos valores indicativos não se dissociarão, no âmbito demográfico, de outros como, por exemplo, os que envolvem o ato de casar.

Embora o ato de casar deva corresponder a uma opção natural dos respetivos intervenientes, está frequentemente dependente de um conjunto de fatores, dos quais salientamos os conceitos de liberdade individual perante a autoridade paterna, os modos de vida e as profissões, que explicam a variedade de *status* social que caracteriza as comunidades e

[360] Índice de masculinidade ao nascimento traduz o número de rapazes nascidos por cem raparigas, também nascidas no mesmo intervalo de tempo.

[361] Nas comunidades de raça branca, para um mesmo período de observação, pelo nascimento de cem raparigas nascem cento e cinco rapazes.

que se refletiu, pelo menos até inícios do séc. XX, na evolução de variáveis, como, por exemplo, a idade média ao primeiro casamento[362], ou o celibato definitivo[363].

Como estamos interessados em estudar comportamentos de gerações, efetuámos uma observação longitudinal, o que nos «obrigou» a eliminar o último subperíodo por nós considerado, o de 1959-2001, quando estudávamos o comportamento dos noivos em relação à idade do primeiro casamento.

Ora, ao fazermos incidir a nossa observação no período que medeia 1680 e 1959[364] e em todos os indivíduos, de ambos os sexos, que casaram pela primeira vez com idades compreendidas entre os catorze e os quarenta e nove anos (Quadro 10 – *Lindoso: Idade média ao primeiro casamento, 1680/1959)*, facilmente se constata que no Lindoso as mulheres contraíram matrimónio, em média, mais jovens do que os homens[365], verificando-se, contudo, as amplitudes «extremas», respetivamente nos subperíodos de 1680-1779[366] e 1800-1919[367].

O subperíodo de 1800-1919 evidencia-se, por um lado, pelos noivos serem, em valores médios, os mais «adultos», por outro, por corresponder «ao início» da tendência de descida, embora gradual, da idade ao primeiro casamento, independentemente do sexo.

O fenómeno da mobilidade, nomeadamente nos sécs. XIX e primeira metade do séc. XX, com a saída dos residentes masculinos para Lisboa, em muito teria influenciado a idade tardia do noivo em casar, comparativamente à «juventude» da noiva, que permanecia na aldeia a aguardar, que o eleito conseguisse, em terra distante, um «pé-de-meia», que lhes facilitasse a constituição de um lar.

Contudo, nas últimas quatro décadas do séc. XX a grande maioria das jovens enveredaram, também, pela saída para o exterior, explicando, talvez, a descida acentuada do celibato feminino[368], comparativamente aos restantes subperíodos em observação, embora pesem, de modo significativo, aquelas que não chegaram a casar (Quadro 11 – *Lindoso: Celibato definitivo, 1720-2001*) [369].

---

[362] Consideramos «idade ao primeiro casamento» a idade dos indivíduos que casaram com níveis etários superiores a doze anos e inferiores a cinquenta anos, pois estamos a pensar no significado da Nupcialidade na análise de outros comportamentos demográficos como a Fertilidade, independentemente das correlações que possam existir entre a Nupcialidade e as condições socioeconómicas e culturais da comunidade.

[363] Considera-se celibatário definitivo o indivíduo que morre solteiro com idade igual ou superior a cinquenta anos.

[364] Se o primeiro registo de casamento que encontrámos data de 20/10/1673, iniciámos a nossa observação no ano de 1680 em virtude de, apenas, a partir desta data se verificar regularidade e sistematicidade no assento dos respetivos atos matrimoniais.

[365] Um ano, sete meses e seis dias.

[366] Três meses e 18 dias.

[367] Dois anos, sete meses e dois dias.

[368] O facto de o início da periodização do celibato definitivo se verificar em 1720 justifica-se pela nossa observação se ter processado a partir de 1670 e, assim, apenas no final de um período de cinquenta anos se conseguir obter os primeiros valores credíveis sobre a variável em questão.

[369] Pelo levantamento sistemático, que efetuámos em Junho de 2000, junto de todos os agregados familiares distribuídos pelas três aldeias do Lindoso, podemos constatar que não têm significado estatístico os raros casos de união de facto encontrados.

Surpreendeu-nos os valores verificados, para ambos os sexos e referentes ao séc. XVIII, por serem, comparativamente aos restantes subperíodos, baixos e para os quais aventamos a possibilidade do sub-registo do fenómeno. Contudo, há que evidenciar o facto de, mesmo neste subperíodo, o celibato definitivo atingir valores mais elevados no sexo feminino, em relação ao sexo oposto, fenómeno frequente e «normal» nas sociedades rurais até, pelo menos, os meados do séc. XX. Ficar solteiro com mais de cinquenta anos resultava, em grande medida, da interligação complexa de fatores que envolviam o ato de casar como a situação económica, a estrutura demográfica e a natureza cultural da comunidade.

Além disso, o êxodo que atingiu os rapazes do Lindoso ao longo de um período multissecular, tornar-se-ia para um grupo significativo em saída definitiva da aldeia, pelo que constituirá, também, uma das justificações a considerar no *deficite* do mercado matrimonial para o sexo feminino, com implicações admissíveis no potencial reprodutivo da freguesia.

Em nota de síntese diremos que apesar dos índices de masculinidade encontrados, os valores da idade média ao primeiro casamento relativamente altos e para ambos os sexos, a que se acresce os do celibato definitivo, nomeadamente para a mulher, permitirão pensar que no Lindoso, até à segunda metade do séc. XX, residiria uma comunidade com uma capacidade reprodutiva sensivelmente limitada, mas que os indicadores da fertilidade poderão ajudar a esclarecer.

3.3.2. Fecundidade

3.3.2.1 Fecundidade no Casamento

Quem reconstitui famílias familiariza-se com um ritmo de nascimentos para o período do Antigo Regime que não pode deixar, intuitivamente, de classificar de natural[370].

Quando estudamos o comportamento reprodutivo de uma comunidade durante os últimos três séculos e meio é a fase de transição entre uma fertilidade próxima da natural e uma fertilidade controlada que mais desperta a atenção.

Estudaremos, com um certo pormenor, os indicadores relativos à Fecundidade que maior influência terão tido na dinâmica que a comunidade rural do Lindoso imprimiu na organização do território, em que habita, desde há longos séculos.

Contudo, antes de iniciarmos o seu estudo, referimos que o volume de observações sobre o qual incide o cálculo dos indicadores da Fecundidade no Casamento é sempre reduzido, pois torna-se necessário classificar cada família segundo uma tipologia[371], para só utilizarmos as famílias que permitem extrair, com rigor, a informação pretendida.

---

[370] AMORIM, 1992: 30.

[371] **Famílias Tipo 1** – Famílias das quais conhecemos registo de baptismo de todos os filhos, data de casamento, data de nascimento da mulher e data de óbito do primeiro cônjuge falecido.

Comecemos, então, por abordar o comportamento dos casais[372] que realizaram o seu casamento nos três subperíodos em estudo, precisamente pela observação das taxas de fecundidade no casamento por grupos de idade da mulher (Quadro 12 – *Lindoso: Taxas de Fecundidade no Casamento por grupos de idade, 15-49 anos da mulher e em permilagem; Descendência Teórica, 15-49 anos da mulher; de 1680 a 1959*).

Os valores de taxa de fecundidade no casamento por grupos de idade foram baixos para qualquer subperíodo considerado. Contudo, o grupo de valores mais significativos corresponde às mulheres com idades entre os 20 e 29 anos, evidenciando-se no subperíodo de 1920 a 1959 as mulheres mais jovens (15 a 19 anos) pelos valores médios de nascimentos atingidos (400 nascimentos em mil mulheres).

Ao questionarmos os valores relativamente baixos para a época[373] das taxas de fecundidade detetadas no subperíodo de 1680 a 1799, admitimos que nas comunidades do Antigo Regime existiriam mecanismos de regulação da fecundidade, atuando de uma forma consciente ou não na população, que regulariam a prática de «fecundidade natural».

Se é muito difícil construir um quadro explicativo dos motivos subjacentes às baixas taxas de fecundidade no casamento em pleno período do «Antigo Regime», admitiremos, contudo, que condições fisiológicas e fatores socioculturais, como o aleitamento prolongado e, ou a duração da abstenção pós-parto poderão ter sido determinantes no comportamento desta comunidade rural.

Este facto é confirmado pela observação dos valores de Descendência Teórica[374] (Quadro 12) para os três subperíodos considerados em que no final da vida reprodutiva cada mulher com idade entre os 15 e 49 anos teria um número médio de filhos entre 7,6 e 7,9.

Famílias Tipo 2 – Famílias das quais conhecemos registo de baptismo de todos os filhos, data de casamento, data de óbito do primeiro cônjuge falecido e desconhecemos data de nascimento da mulher.

Famílias Tipo 3 – Famílias das quais conhecemos registo de baptismo de todos os filhos, data de casamento e data de nascimento da mulher e desconhecemos data de óbito do primeiro cônjuge a falecer.

Famílias Tipo 4 – Famílias das quais conhecemos data de casamento e desconhecemos data de nascimento da mulher e data de óbito do primeiro cônjuge a falecer.

Famílias Tipo 5 – Famílias das quais conhecemos registo de baptismo de todos os filhos, data de nascimento da mulher, data de óbito do primeiro cônjuge a falecer e desconhecemos data de casamento.

Famílias Tipo 6 – Famílias das quais conhecemos registo de baptismo de todos os filhos, data de óbito do primeiro cônjuge a falecer e desconhecemos data de casamento e data de nascimento da mulher.

Famílias Tipo 7 – Todas as famílias que não se enquadram nas classes anteriores e todas aquelas nas quais se detecte sub-registo de baptizado de filhos.

(AMORIM, 1992: 30-31).

[372] O universo em estudo, apenas, inclui as Famílias que viveram em convivência conjugal 5 ou mais anos e que atingiram ou ultrapassaram, também, em convivência conjugal os 48 anos de idade da mulher. Nas famílias contemporâneas foram consideradas aquelas que no final da observação a mulher tinha ultrapassado o período da idade fecunda.

[373] AMORIM, 1999: 9-43.

[374] Número médio de filhos por mulher, nas condições de fecundidade encontradas e a convivência conjugal se estender dos 15 aos 49 anos da mulher.

Pela observação destes indicadores, e em nota de síntese, somos de opinião que no Lindoso a fecundidade seria «próxima da natural» até aos anos vinte do séc. XX e, a partir desta década, os casais começariam «muito timidamente» a pensar em controlar a descendência.

Leitura que poderá ser corroborada pela observação da evolução da idade média da mãe ao nascimento do último filho (Quadro 13 – *Lindoso: Idade Média da Mãe ao Nascimento do Último Filho, 1680-1959*)[375].

No longo período em observação (1680-1959) a mãe assistiu ao nascimento do último filho com uma idade, em valores médios, sempre inferior aos 40 anos. Contudo, uma descida importante verificou-se na primeira metade do séc. XX, com a mãe a ter o último filho com uma idade, em média, próxima dos 35 anos.

A título de exemplo, se compararmos as idades médias da mulher do Lindoso ao primeiro casamento (Quadro 10) e ao nascimento do último filho (Quadro 13) nos dois subperíodos «limites», respetivamente o de 1680-1799 e o de 1920-1959, verificamos que se registou uma redução média de quatro anos entre a data do primeiro casamento da mulher e o ano de nascimento do último filho[376], o que nos permite aventar que o autocontrolo da fecundidade no casamento se tornou evidente, embora de modo bastante tímido no Lindoso, a partir dos anos vinte do séc. XX.

Tendência na evolução da fecundidade no casamento pode, também, ser entendida pelo número de filhos, que cada casal teve ao longo de toda a convivência conjugal[377] (Quadro 14 – *Lindoso: As famílias segundo o número de filhos, 1680 a 2001*).

Quando nos debruçamos, de um modo global, sobre as famílias fecundas constata-se que a sua frequência absoluta, independentemente do respetivo número de filhos, diminui de modo «brusco» no terceiro subperíodo em observação (1920-1959), apesar das duas famílias com 11 e 12 filhos, respetivamente.

---

[375] A observação continua a incidir nas famílias que viveram em convivência conjugal 5 ou mais anos e que atingiram ou ultrapassaram, também, em convivência conjugal os 48 anos de idade da mulher. Nas famílias contemporâneas foram consideradas aquelas que no final da observação a mulher tinham ultrapassado o período da idade considerada fecunda (15 a 48 anos de idade).

[376] No subperíodo de 1680 a 1799, a mulher casou com uma idade média de 26 anos, 2 meses e 16 dias e teve o último filho com a idade média de 39 anos, 9 meses e 29 dias, verificando-se em média 13 anos, 7 meses e 13 dias de convivência conjugal. No último subperíodo, de 1960 a 2001, a mulher casou pela primeira vez com uma idade média de 23 anos, 1 mês e 19 dias, em termos comparativos mais jovem 3 anos, 1 mês e 3 dias, vendo nascer o último filho, também mais jovem, com a idade média de 28 anos, 8 meses e 2 dias, verificando-se, em valores médios, uma convivência conjugal com a duração de 5 anos, 7 meses e 6 dias.

[377] Famílias das quais conhecemos o início e o fim da união, independentemente da idade da mulher ao casamento. Ao optarmos pelas famílias que viveram toda ou parte da vida no Lindoso, estamos cientes que ao privilegiarmos a essência do conhecimento demográfico, reduzimos o efetivo em observação, mas, por outro lado, eliminámos os habitantes que «transitaram» pela freguesia, evidenciando, assim, as famílias que teriam sido, no tempo, as grandes obreiras da organização económico-social e territorial deste território.

Por curiosidade, os núcleos familiares que estiveram na «moda», em função do número de filhos nos diferentes subperíodos foram aqueles em que nasceram, respetivamente, três (1680-1979), quatro (1800-1919) e dois filhos (1920-1959).

Poderemos, então, inferir que se registou no longo período em observação (1680--1959) uma variação negativa não só no número de famílias com filhos, mas, como era de esperar, no quantitativo de descendentes por núcleo familiar.

Se foi significativo o peso dos casais que não tiveram filhos, já, o valor médio de filhos por família fecunda não regista variações tão acentuadas nos três subperíodos em observação.

Além de nos preocupar em conseguir indicadores que permitam leituras, no tempo, sobre o comportamento do casal, nomeadamente em relação ao quantitativo de filhos, somos de opinião que o estudo evolutivo das conceções pré-nupciais tendo por base a observação dos intervalos protogenésicos inferiores a oito meses[378] poder-nos-á fornecer informações curiosas sobre a convivência íntima entre os noivos (Quadro 15 – *Lindoso: Conceções pré-nupciais, 1680-2001*) e, de alguma forma, sobre os constrangimentos sociais a que estavam sujeitos.

É interessante observar que foi nos dois subperíodos «limites», o de 1680 a 1799 e o de 1960 a 2001, que as conceções pré-nupciais atingiram valores percentuais superiores a 13%, embora se evidencie a época do pleno controlo da fertilidade (13,9%).

A importância dos valores para os dois subperíodos em causa permite-nos questionar, por um lado, a influência da Igreja, nomeadamente nos sécs. XVII/XVIII, nos comportamentos dos noivos ao doutrinar sobre o pecado que eles recorreriam se consumassem a sua união antes do ato religioso, por outro, o papel do Serviço Nacional de Saúde, precisamente no setor do planeamento familiar e nas últimas décadas do séc. XX, junto à camada jovem inclusive aquela que reside em espaços agro-silvo-pastoris e raianos.

Comunidade raiana cujos casais, no multissecular período em observação, apresentam, em valores médios, um longo período de vida em comum (Quadro 16 – *Lindoso: Duração dos casamentos, 1680-1959*)[379].

Ora, são os casamentos com uma duração superior a trinta anos os que predominam em cada subperíodo em observação[380]. Contudo, foi no subperíodo de 1800 a 1919, que os casamentos tiveram uma maior duração média[381] e se verificou a maior percentagem (52,9%) de enlaces com uma duração superior a trinta anos.

---

[378] O universo deste tipo de observação incide nas famílias das quais conhecemos a data de casamento independentemente da data de nascimento da mulher.

[379] A nossa observação inclui famílias nas quais conhecemos as datas de início e fim do matrimónio, quer tivessem ou não filhos, independentemente da idade da mãe no casamento.

[380] Não consideramos o último subperíodo, o de 1960 a 2001, por ser caracterizado pela existência de famílias com ambos os cônjuges sobreviventes, facto que altera as possíveis comparações dos resultados.

[381] 36 anos, 3 meses e 18 dias.

Se refletirmos sobre os vários indicadores que selecionamos para gizar uma leitura global, mas interpretativa, da evolução da fecundidade no Lindoso e no período, sensivelmente de três séculos, poderemos inferir que nos encontramos perante uma comunidade em que a fecundidade no casamento seria próxima da natural até inícios do séc. XX, para nesse século os casais iniciarem, embora timidamente, a controlar a descendência, fazendo-o, contudo, de um modo gradual, mas decidido nas últimas quatro décadas.

3.3.2.2. Fecundidade fora do Casamento

Embora estejamos conscientes da complexidade que envolve o fenómeno dos nascimentos fora do casamento somos de opinião que, sempre traduzem o resultado de pressões sociais a que os indivíduos se submetem de formas diferenciadas.

No total de nascimentos ocorridos no Lindoso e no período em estudo (Quadro 17 – *Lindoso: Nascimentos fora do Casamento, 1670-2001*) a percentagem de filhos nascidos fora do casamento foi, de um modo global, sensivelmente elevada.

No entanto, é curioso constatar que nos subperíodos «limites», o de 1680 a 1799 e o de 1960 a 2001, caracterizados pelos valores percentuais mais baixos de nascimentos fora do casamento correspondem, também, aos intervalos de tempo em que se observam os valores mais elevados de conceções pré-nupciais (Quadro 15), nomeadamente as últimas quatro décadas do séc. XX, que se distinguem, por um lado, pelos mais baixos valores de nascimentos fora do casamento, por outro pelos mais elevados valores de conceções pré-nupciais verificadas ao longo dos três séculos em observação.

Um outro aspeto interessante traduz-se no facto de o subperíodo de 1920 a 1959 se evidenciar, não só pelos maiores valores percentuais de conceções pré-nupciais, como pelos maiores valores de celibato definitivo feminino (Quadro 11).

Questionamo-nos se poderemos interrelacionar os indicadores, filhos nascidos fora do casamento e celibato definitivo feminino, uma vez que são as mães solteiras que predominam na nossa observação (Quadro 18 – *Lindoso: Estado civil das mães dos filhos nascidos fora do Casamento, 1670-2001*).

Para qualquer um dos quatro subperíodos considerados a mãe solteira ultrapassa sempre os 85% no total das mães com filhos fora do casamento, distinguindo-se o subperíodo de 1800 a 1919, em que atinge os 98,14% no universo em estudo.

Curiosamente, é neste subperíodo que se é mãe solteira pela primeira vez com idade mais «avançada» (27,85%) comparativamente com as idades médias ao nascimento do primeiro filho nos restantes intervalos de tempo em estudo (Quadro 19 – *Lindoso: Idade média da mãe solteira ao nascimento do primeiro filho, 1670-2001*).

Distinguem-se, mais uma vez, as últimas oito décadas do séc. XX, em que a mãe solteira o foi pela primeira vez com idade sensivelmente superior a 23 anos.

Torna-se difícil e complexo gizar uma leitura capaz de interpretar os valores e as oscilações da fertilidade fora do casamento num intervalo de tempo a ultrapassar os três séculos.

Numa sociedade[382] que dava primazia à família nuclear e em que os irmãos casados não eram obrigados a dar proteção às irmãs solteiras, referimos como prováveis fatores a considerar, entre outros, o índice de celibato definitivo feminino, as tarefas exigidas pela agro-silvo-pastorícia a proporcionar às jovens períodos prolongados fora de casa, além das estratégias que visavam conseguir marido, ou a garantir a proteção quando a idade se fizesse sentir.

3.3.3. Mortalidade

Uma das dificuldades no estudo da Mortalidade traduz-se nas lacunas que frequentemente se verificam na respetiva Fonte.

Apesar do primeiro óbito registado datar de 21/11/1663, optámos por iniciar o nosso estudo em 1690, pois de 1663 a 1689 encontrámos grandes lacunas nos registos de óbito efetuados.

Outro problema se nos levantou, também, relacionado com a Fonte. Apenas a partir de 1860 o registo do óbito de menores de um ano de idade foi efetuado com regularidade.

Por estas razões, na variável demográfica Mortalidade, limitámo-nos a efetuar dois tipos de observações, ou seja, a determinação da mortalidade infantil para o período 1861--2001 e uma aproximação à mortalidade de um certo tipo de adultos, os adultos casados, que morreram com mais de vinte e cinco anos no intervalo de 1690 a 1899.

Mas, comecemos por observar os indivíduos que morreram com idade inferior a um ano em três subperíodos, o primeiro a iniciar-se em 1861 e os restantes a corresponder à periodização que temos vindo a adotar (Quadro 20 – *Lindoso: Mortalidade infantil (1861--2001*).

Os valores de Mortalidade Infantil embora os possamos considerar suaves no intervalo de tempo em observação são diferenciais em relação ao sexo. Em qualquer um dos subperíodos os rapazes foram mais atingidos do que as raparigas. Interrogamo-nos se a distribuição dos nascimentos segundo o sexo poderá ser uma das explicações do fenómeno, atendendo que, os subperíodos, nomeadamente o de 1920-1959, em que se registou o maior número de nascimentos por cem raparigas (111,9%), apresentou, também, o maior número de óbitos de indivíduos do sexo masculino com idade inferior a um ano por mil nascimentos.

Diminuição acentuada, a ultrapassar os 50%, registou-se no subperíodo de 1960--2001, que se entende pela melhoria não só das condições profilático/sanitárias, como da

[382] BERTRELL, 1991: 264-266.

qualidade de vida da população, fatores que se fizeram sentir, também, nos níveis de Mortalidade

Ora, na determinação deste indicador fizemos incidir a nossa observação nos indivíduos casados, ou não, no Lindoso, mas que nasceram e morreram na freguesia com idade superior a 25 anos e distribuídos por duas gerações, a de 1690-1849 e a de 1850-1899[383] (Quadro 21 e Fig. 53 – gráfico – *Lindoso: Esperança média de vida dos indivíduos casados de ambos os sexos. Gerações nascidas nos períodos de 1690 a 1849 e 1850 a 1899*).

Ao compararmos as duas gerações, como seria de esperar, a esperança média de vida é, em termos médios, maior para a geração nascida em 1850-1899 (Fig. 53). Contudo, por curiosidade, há a não esquecer, na geração nascida no período de 1690-1849 os indivíduos com idades superiores a oito décadas de vida e com uma forte resistência física, pois viveram mais anos relativamente à geração posterior.

Indicadores em consonância com os valores de sobrevivência da comunidade do Lindoso, para finais do séc. XVII a finais do séc. XIX, encontram-se na Idade Média ao Primeiro Casamento (Quadro 13) e na Duração Média do casamento (Quadro 16). Os nubentes casaram com idades relativamente altas, sempre superiores a 26 anos. Para todos os subperíodos, a duração média do matrimónio ultrapassou os 26 anos, atingindo os trinta anos no subperíodo de 1800-1919, para mais de 50% dos casais.

Estamos ainda a pensar nos valores relativamente baixos das taxas de fecundidade e da descendência teórica no casamento (Quadro 12) que poderão, em parte, ser entendidos pelos valores «amenos» da mortalidade infantil. Não esquecendo, que a mortalidade infantil (Quadro 20) corresponde a subperíodos posteriores a 1860, parece-nos poder, também, admitir que estes resultados (Taxas de Fecundidade, Descendência Teórica e Mortalidade Infantil) vão ao encontro dos valores por nós encontrados para a sobrevivência das gerações.

Ora, se a combinação dos valores deste conjunto de indicadores nos permite aventar, para os séculos XVII ao XIX, uma relativa longevidade da comunidade do Lindoso, interrogamo-nos sobre os impactos na qualidade de vida da saída, com grande incidência para Lisboa, dos indivíduos do sexo masculino, que rumavam na busca de trabalho, em troca de um rendimento que a agro-pastorícia não só lhes regateava como não se compadecia com a míngua de alimentos, ou a satisfação de obrigações, entre outras, o pagamento do dízimo, das permícias, e dos bens d'alma, da décima rústica e do subsídio literário.

[383] Após termos calculado os óbitos, os indivíduos que saíram da observação, ou, porque deixaram a freguesia, ou, porque o óbito não foi registado, além dos sobreviventes, para cada idade, calculámos a esperança média de vida respetiva. Com base nos valores encontrados construímos um quadro abreviado com a esperança média de vida segundo grupos etários de cinco anos para as duas gerações em estudo.

3.4. ALFABETIZAÇÃO

Nota Prévia

Ao estudar a problemática da alfabetização neste Lima raiano pretendemos esboçar o ambiente cultural que nos últimos séculos envolveu a organização do território tomando como indicador o grau de instrução das comunidades limianas.

Ao recuar, sensivelmente três séculos, temos que recorrer a Fontes distintas dos *Recenseamentos da População*, os *Registos Paroquiais de Batismo e Casamento* para observarmos as assinaturas dos padrinhos e testemunhas dos casamentos e batizados, que se efetuaram, particularmente no séc. XVIII.

As dificuldades relacionadas, quer com o grau miúde no estudo da Fonte, quer com a extensão da área, que contém uma variedade de paróquias, levou-nos a selecionar uma freguesia, precisamente a do Lindoso que, como já o justificámos, constituirá «uma boa amostra» das comunidades em estudo, quer sejam as lusas, quer sejam as galegas.

Para este longo intervalo de tempo distinguimos três subperíodos, não só de acordo com as Fontes utilizadas, mas também com as estruturas que favoreceram a alfabetização, que foram diferentes ao longo do período por nós considerado.

Privilegiámos a alfabetização no séc. XVIII, pois atendendo à especificidade da temática para um tempo em que as Fontes escasseiam, obteremos perspetivas novas sobre o ambiente cultural que envolvia a área raiana em estudo.

Um outro subperíodo observado correspondeu à transição dos sécs. XIX-XX (1867--1916) e que já consideramos de Escolarização. Para esta época, colocámos em paralelo os resultados obtidos através das Fontes que utilizámos para o séc. XVIII, os *Livros de Registo de Batismo e de Casamento* e os *Recenseamentos Gerais da População de 1878, 1890, 1911 e 1920*.

Por fim, baseados na informação de que dispomos e publicada pelos Recenseamentos da População, lusos e espanhóis, em particular os referentes ao último momento censitário, questionaremos o grau de instrução desta população raiana e repercussões para as próximas décadas.

3.4.1. Alfabetização no séc. XVIII

Para obtermos o conceito de alfabetizado para o subperíodo de 1700 a 1789[384], adotámos a escala de classificação de assinaturas de Justino Magalhães[385], que se baseia no

[384] Considerámos este período em virtude dos padrinhos de batismo terem iniciado, com sistematicidade, a assinar a partir de 1706, deixando de o fazer, em 1790, motivo que empobreceu a amostra e «obrigou» a nossa observação a terminar em 1789.

[385] Escala de classificação do tipo de escrita segundo a metodologia de Justino Magalhães.

exame da assinatura e nos sinais deixados pelos padrinhos e testemunhas nos *Registos de Batismo e Casamento*, que neste caso, como já o dissemos, correspondem aos do Lindoso[386].

A fim de conhecermos, o mais exaustivo possível, o ambiente cultural da sociedade civil que, em pleno séc. XVIII, enquadrava o Lima raiano em estudo, preocupámo-nos em conseguir uma amostra, que fosse constituída, apenas, pelos naturais e residentes no Lindoso.

Assim, preocupámo-nos em distinguir os padrinhos e testemunhas de casamento naturais e residentes na freguesia, excluindo todos aqueles que eram oriundos de outros lugares e concelhos, além dos párocos e clérigos, mesmo os naturais da aldeia, esforçando-nos, ainda, em considerar por uma só vez os assinantes que repetiam a sua presença ativa nos diferentes atos vitais da aldeia.

Independentemente da complexidade que envolve os critérios que adotámos na seleção da amostra e na atribuição de um nível a cada assinatura, outras questões se nos depararam, como por exemplo, não conseguirmos identificar através da respetiva data de nascimento todos os assinantes, o que explicamos, quer pela existência de sub-registo dos atos de batismo, quer por serem naturais de outras localidades e terem optado por residir no Lindoso, nomeadamente em função do casamento. Desde já, esclarecemos que, apenas encontrámos dois indivíduos do sexo feminino a exibir a respetiva assinatura[387], uma vez que para as restantes madrinhas havia sempre um indivíduo do sexo masculino, normalmente um familiar ou o pároco, que assinava a rogo.

Nível 1 Assinatura através de um sinal em cruz ou outro símbolo. O «sinal» mais comum é a cruz, de dimensões variadas, desenhada de forma mais ou menos perfeita.

Nível 2 É uma assinatura que facilmente se deteta que o assinante amestrou um traço de assinatura.

Nível 3 Assinatura sem erros, com caracteres firmes que revelam uma certa destreza no manusear da caneta.

Nível 4 É uma assinatura aperfeiçoada, caligráfica, estilizada.

Nível 5 Assinatura personalizada, firme, legível, perfeita e desenvolta.

[386] A escala utilizada, a caligráfica de cinco níveis e dentro de cada nível, procura-se seriar a assinatura de acordo com a perfeição do traço, permite formular um conjunto de questões, talvez melhor, de comentários.

Um indivíduo que assinava, utilizando um símbolo como uma cruz, era um indivíduo que não era capaz de ler e escrever, ou será correto e legítimo poder dizer-se que quem assinava de cruz sabia escrever e ler?

Em relação ao indivíduo que traçava uma assinatura de nível dois fica-nos a dúvida se de facto, ele lia e escrevia, pois é suficiente um indivíduo traçar uma assinatura nível dois, para se afirmar que sabia escrever e ler?

Os indivíduos com uma assinatura, cuja qualidade do traço classificámos com o nível três, foram, com certeza, indivíduos que sabiam ler e escrever «sem problemas».

O assinante com uma assinatura de nível quatro seria um escrevente com capacidade de redação de textos para além da fluidez de leitura.

O assinante com uma assinatura de nível cinco seria o escritor, o leitor, o «matemático» para quem a arte de ler, escrever e contar eram destrezas que o distinguiam no universo dos homens cultos da época.

[387] Ao encontrarmos em pleno séc. XVIII, apenas, dois elementos femininos a exibirem a assinatura em atos vitais da paróquia, de imediato, se nos levantar uma série de questões, como por exemplo, ler e escrever constituiu no séc. XVIII uma destreza destinada aos indivíduos do sexo masculino? Saber ler e escrever são indicadores de um poder social exclusivo deste mesmo sexo? Ou, o facto de as mulheres não assinarem em público correspondia a um comportamento cultural da época?

Pequenos exemplos da complexidade que envolve a temática em estudo, mas, que nos esforçámos em superar, através de uma reflexão cuidada, de modo a obter um conjunto de indicadores capazes de nos retratar, dentro do possível, o grau de literacia, que caracterizaria o Lima raiano no séc. XVIII.

Observemos, então, o universo dos assinantes, exclusivamente masculinos[388], em que, de imediato, nos deparámos especificamente com dois «subgrupos», o dos assinantes com data de nascimento conhecida, logo todos eles autóctones, e o constituído por aqueles de que desconhecemos a respetiva data de nascimento (Fig. 54 – gráfico – *Lindoso: Importância dos assinantes com data de nascimento identificada, 1700-1789*).

Verificamos que os autóctones, ou seja, os assinantes dos quais conseguimos identificar a data de nascimento:

– predominam em todo os intervalos de tempo em observação, com exceção para o de 1700 a 1709, o que nos permite inferir que a escolha dos padrinhos e testemunhas incidiria, preferencialmente na esfera familiar e local, remetendo-nos para a existência de redes de parentesco e, possivelmente, também de vizinhança, no universo das testemunhas e padrinhos de casamentos e batizados do Lindoso;
– tiveram, até à década de 1750/59 inclusive, uma variação positiva no total de assinantes, evolução acompanhada, também, pelo alargamento do universo dos participantes, o que lhe atribui um maior significado.

Dilações que vão ao encontro de estudos mais alargados que comprovam os meados do séc. XVIII como o período em que se observou o «ponto alto» na curva da alfabetização.

A regularidade e o «peso» com que o grupo dos autóctones se destaca, pela qualidade do traço, no universo dos assinantes e de modo inquestionável a partir da década de trinta, poder-se-á explicar, ou, pela existência de estruturas relativamente organizadas de iniciação à leitura e à escrita, ou, pela procura regular dessa mesma aprendizagem por parte da população, que na fase de vida ativa se lhe deparava a necessidade em dominar a destreza da escrita.

Evidenciamos as duas madrinhas, não incluídas na figura, ambas naturais do Lindoso, precisamente das aldeias do Castelo e de Cidadelhe, que teriam exibido, respetivamente, a sua única assinatura em 1704[389] e em 1717[390].

Mas, importante, em nossa opinião, é conseguirmos conhecer a evolução do nível médio da qualidade do traço ao longo da vida do assinante, pelo que observámos a classi-

[388] Como deparámos, apenas, com dois assinantes do sexo feminino, não serão alvo de tratamento estatístico, uma vez que as «privilegiaremos» com um estudo «personalizado».

[389] Maria Cerqueira de Lima moradora em Real, no Castelo, nasceu em 12 de Outubro de 1704 e exibiria a sua única assinatura nos registos vitais da paróquia em Setembro de 1752, já, viúva e com 48 anos de idade.

[390] Catarina Lourenço moradora na aldeia Cidadelhe, nasceu em 9 de Junho de 1690 e assinou aquele que teria sido o seu único registo paroquial em Março de 1717, no estado de casada e com 27 anos de idade.

ficação que atribuímos, respetivamente, à primeira e última assinaturas encontradas, em relação a cada autor (Fig. 55 – gráfico – *Lindoso: Evolução do nível médio das assinaturas (1700-1789*).

De um modo global, diremos que não se verificou um aperfeiçoamento da escrita e muito provavelmente da leitura ao longo da vida dos limianos de raia. O nível médio da primeira assinatura tende a ser mais elevado que o nível médio da última assinatura, independentemente do efetivo considerado, o que revela, em nosso entender, uma representação e uma valorização, de certo modo, negativas da leitura e da escrita no quotidiano destas populações[391], que poderemos compreender pelo desuso da arte de escrever, que se manifestaria na discrepância do traço.

Há a evidenciar, também em termos globais, a evolução positiva do nível médio da primeira assinatura *grosso modo* entre as décadas de trinta e setenta, nomeadamente nos indivíduos em que conhecemos a data de nascimento, o que nos permite admitir que ao longo do séc. XVIII se teriam reunido, progressivamente condições que justificariam a necessidade, por parte da população, na aprendizagem da escrita e, logicamente, da leitura.

Orientados por este pressuposto preocupámo-nos em conhecer a evolução do nível médio da assinatura para os assinantes que se iniciaram com idades inferiores a 20 anos, pois entendemos que este grupo representaria, com maior propriedade, a capacidade autográfica da população em geral (Fig. 56 – gráfico – *Lindoso: Evolução do nível médio da assinatura para os assinantes com idades entre os 10 e 20 anos, 1700-1789*).

Curiosamente a observação cuidada de este indicador conduz-nos a outro tipo de raciocínio. Se por um lado, há a salientar a qualidade deficiente do traço exibido pelo jovem quando se iniciava nos momentos festivos da comunidade, por outro, denota-se uma certa melhoria proporcional ao nível demonstrado no início da sua prática da escrita, principalmente para aquela que classificamos com um nível inferior a três, o que poderá indiciar a existência de condições, embora muito periclitantes, mas suficientes, para timidamente envolver a população na destreza da escrita e da leitura. Por outro lado, o jovem, que certamente já escrevia e lia fluentemente, quando pela primeira vez foi participante ativo nos atos vitais da comunidade, manteve a qualidade do traço por um período longo da sua vida.

Numa leitura comparativa entre a Fig. 54, que evidencia a importância dos assinantes que firmavam pela primeira vez com uma certa qualidade do traço, o de nível 3, e a Fig. 56, que distingue o nível da primeira assinatura dos jovens assinantes, poder-se-á inferir que a comunidade não disponibilizaria, para a maioria dos jovens, estruturas capazes de os envolver no ensino/aprendizagem da leitura e da escrita.

---

[391] Por curiosidade, os elementos femininos, a Maria Cerqueira de Lima e a Leonor Lourenço firmaram a sua assinatura com uma qualidade de traço a que atribuímos, respetivamente, os níveis 3 e 4.

Também pela leitura das idades médias dos padrinhos e testemunhas de casamento e de batismo[392], que pela primeira vez exibiram em público a assinatura, nos é permitido aventar que, se por um lado, o desenvolvimento das destrezas implícitas no saber escrever e ler estariam, embora de um modo muito ténue, no horizonte dos muito jovens raianos (Fig. 57 – gráfico – *Lindoso: Idade média da primeira assinatura, 1700-1789*), essencialmente a partir da década de trinta do séc. XVIII, por outro, o natural do Lindoso adquiriria a destreza da escrita numa fase mais avançada da sua vida.

Apesar das normas impostas, oficialmente pela Igreja, fossem perentórias sobre a idade mínima dos padrinhos, curiosamente se deteta no longo intervalo de sete décadas (1720-1789) assinantes com idades inferiores a 14 anos, em que um pequeno número testemunhou o ato vital para a posteridade, com um traço, que evidencia grande qualidade na destreza e segurança no ato da escrita e, logicamente, da leitura.

Ainda pela observação da mesma figura, verifica-se que de 1700 a 1789 e para os indivíduos com idades superiores a 15 anos, a idade média à primeira assinatura e nas primeiras décadas em observação, foi inferior aos trinta e cinco anos, com exceção, bem evidente, nos períodos de 1720-29. Ora, se a partir desta década, se registou uma descida muito gradual, não evitou, contudo, que os assinantes iniciassem, nas últimas décadas em observação, a sua vida de escrevente em atos públicos com idades médias entre os 28 e 35 anos.

O Lindoso apresenta-se no séc. XVIII, com um universo de escreventes e leitores, que se iniciaram no ato da escrita em público com idades compreendidas entre os 25 e 35 anos (Fig. 57), além de um grupo muito reduzido de jovens, aqueles que o fizeram com idades inferiores a 20 anos (Fig. 56).

Esta leitura permite-nos levantar uma outra hipótese, que a aprendizagem da escrita e da leitura nesta freguesia e provavelmente nas limítrofes, para este subperíodo, se por um lado, se iniciava com um grupo muito restrito de jovens, muito possivelmente adolescentes, por ventura no núcleo familiar, ou, nos grupos de catequese, por outro, seriam as exigências da vida ativa, que justificaria a necessidade do limiano de raia adquirir as destrezas implícitas no saber ler e escrever.

Limitar-nos-emos, neste momento do trabalho, a referir que nos sécs. XVII/XVIII teria sido significativo o fluxo das saídas para Lisboa e, até, para o Brasil, motivos suficientes para que o natural do Lindoso se confrontasse com a necessidade em dominar a escrita, ou, porque as atividades, nomeadamente os negócios, em que se envolvia, o exigiam, ou, simplesmente, a correspondência inevitável com os familiares e amigos que permaneciam na aldeia. Por sua vez, aos elementos do núcleo familiar e de vizinhança, deparava-se-lhes

[392] No cálculo deste indicador considerámos dois grupos etários. Aquele que engloba as idades dos 10 aos 14 anos inclusive e o que inclui as idades iguais ou superiores a 15 anos. Considerámos como limite superior do primeiro grupo os 14 anos em virtude de a Igreja, apenas, admitir padrinhos com idades superiores a 14 anos.

idêntica exigência, que justificaria a procura de alguém capaz de os ensinar, pelo menos, no desenho das expressões suficientes para o diálogo escrito com os entes queridos.

Na expectativa de conseguirmos questionar o grau de organização da comunidade na divulgação da aprendizagem do saber ler e escrever, preocupámo-nos em conhecer a relação entre o efetivo de assinantes e o número de nascimentos (Fig. 58 – gráfico – *Lindoso: Proporção dos assinantes nos nascimentos, 1700 a 1789*).

Consideramos que há uma correlação positiva entre o efetivo de assinantes, independentemente do nível de assinatura exibido e o volume de nascimentos.

Ao debruçarmo-nos no caso específico dos escreventes, ou seja, naqueles cujo nível de assinatura é superior ao nível um, sobressaem as décadas de vinte e trinta com os valores proporcionais mais elevados (0,13 e 0,14), embora inferiores aos valores dos assinantes que não escreviam, em virtude de terem traçado a vulgarizada cruz.

Este facto, desde logo, nos permite questionar se é possível admitir a existência de estruturas, um tanto ou quanto organizadas, na divulgação da aprendizagem do saber ler e escrever, ou, se pelo contrário, eram as famílias mais influentes que ensinavam os seus próprios filhos, iniciando-os numa idade muito jovem, restando para os clérigos, ou, para o barbeiro, o cirurgião, o músico e o alfaiate, a alfabetização daqueles indivíduos que, ou pelo tipo de trabalho exercido permaneciam sob a esfera da Igreja ao longo da vida, ou então, daqueles moradores, que, já, adultos, se confrontavam com a necessidade premente de serem capazes de assinar, porque, por exemplo, pretendiam trabalhar no exterior, nomeadamente em Lisboa.

Um conjunto de questões se levantam no estudo desta temática, para um intervalo de tempo tão afastado, e para as quais não conseguimos encontrar respostas suficientemente objetivas pela inexistência de Fontes, pois implicam conhecer não só as estruturas que apoiaram e incentivaram a divulgação da aprendizagem do saber escrever e, por certo, ler e contar, como as motivações das populações deste Lima raiano em quererem adquirir destrezas no domínio da escrita e da leitura.

Contudo, apesar de todas as dificuldades, entendemos que a investigação desenvolvida permite formular, em nota de síntese, um conjunto de inferências que caracterizariam o ambiente cultural do Lindoso que, certamente, não diferiria, significativamente, do Lima raiano em estudo.

– Seria uma estrutura débil, deficientemente organizada que dinamizava e incentivava a divulgação da aprendizagem da leitura, da escrita e da contagem;
– A grande maioria dos assinantes que firmavam o nome, por certo, a par da escrita, liam e contavam, pois predominava a assinatura de nível igual, ou, superior a três;
– Saber escrever e talvez ler e contar, iniciava-se para a maioria dos assinantes, numa fase adulta, em plena vida ativa.
– Apenas um reduzido número de assinantes aperfeiçoaria, ao longo da vida, a destreza da escrita e, por certo, a leitura e a contagem.

– Existia uma certa sistematicidade e frequência na prática da escrita, através da participação nos atos vitais da freguesia;
– Ler, escrever e contar seria prática condicionada na comunidade pelo *status* adquirido, quer pelo rendimento, quer pela popularidade, quer pelo espírito de entreajuda, quer pelas relações de vizinhança.

3.4.2. Escolarização (notas breves)

Foi no séc. XIX, prolongado pelo séc. XX, que mais se fizeram sentir as repercussões das reformas educativas, embora, muitas das quais não se chegaram a implementar limitando-se a permanecerem exaradas em Decretos-Lei dos diversos governos, ou em publicações de autores interessados e preocupados com a situação da instrução em Portugal[393].

Conjunto vasto de legislação, que emanou dos poderes políticos empenhados, pelo menos teoricamente, na divulgação generalizada da instrução pelas populações, mas, revelador do longo tempo de transição entre ambientes culturais específicos e assentes em estruturas distintas.

Optámos, então, por considerar um período, que entendemos representativo da vivência cultural, ou, talvez melhor, instrucional da época, com cerca de quarenta anos (1878-1916) sobre o qual fazemos incidir a nossa observação tomando como fontes, os *Registos de Batismo e de Casamento* (de 1/1/1877 a 1/4/1911 e 3/1/1912 a 31/12/1916)[394] e os *Recenseamentos Gerais da População* (1878, 1890, 1911 e 1920).

Na observação dos *Registos Paroquiais*, continuamos a basear-nos nas assinaturas dos padrinhos de batismo e casamento e testemunhas de casamento, mas, como nos encontramos perante assinaturas bastante «uniformizadas», utilizámos uma escala dicotómica de classificação do tipo de escrita:

– Sabe escrever;
– Não sabe escrever.

---

[393] Questionámo-nos sobre a forma como se teriam repercutido no Lima luso e raiano em estudo, reformas educativas como a Pombalina, publicada em alvará de *28 de Junho de 1755*, ou a exarada no *Decreto-Lei de 16 de Agosto de 1779*, com a qual o ensino elementar, até essa data, a cargo dos mestres e professores não eclesiásticos regressou, em boa parte, ao controlo dos religiosos, ou, a assinada por Rodrigo da Fonseca e publicada em *Decreto-Lei de 7 de Setembro de 1835*, em que se lê

(...) *a instrução primária será administrada gratuitamente a todos os cidadãos em Escolas Públicas e o método será o do Ensino Mútuo ou o de Lencastre* (...)

ou, as consequências da reforma de Costa Cabral, em 1844, que se propõe combater o analfabetismo decretando

(...) *os pais, tutores e outros quaisquer indivíduos residentes nas povoações em que estiveram colocadas as Escolas de Instrução Primária ou dentro de um quarto de légua (...) mandarem à escola os seus filhos, pupilos, ou outros subordinados desde os sete anos até aos quinze anos de idade ficando sujeitos se não o fizerem, primeiro a aviso, depois a intimação, depois a repreensão e por fim a multa* (...)

ou, então, a reforma descentralizadora de Rodrigues Sampaio em 1876, com grande impacto nacional.

[394] Para o intervalo de tempo de 2 de Abril/1911 a 1 de Janeiro/1912 não encontramos o registo dos atos vitais da freguesia.

Contudo, outras escalas de classificação do conceito de alfabeto foram adotadas nos Recenseamentos Gerais das População, as fundamentadas nos indicadores:

– Não sabe ler nem escrever;

– Sabe ler e escrever[395];

– Sabe ler.

Sem quer tirar dilações comparativas limitar-nos-emos a salientar os valores referentes ao sexo feminino obtidos na contagem que incidiu nos *Registos Paroquiais* relativamente aos valores encontrados no *Recenseamento da População* de 1911 (Quadro 22 – *Lindoso: População alfabetizada. Recenseamentos Gerais da População Portuguesa, 1878 a 1920. Livros de Registo de Batismos e Casamentos, 1877 a 1911; 1912 a 1916*).

No intervalo de Janeiro de 1877 a Abril de 1911 contámos dois indivíduos do sexo feminino que sabiam escrever e 209 que não sabiam escrever. O Recenseamento de 1911 menciona 5 indivíduos do sexo feminino que «sabem ler»e 407 que «não sabem ler nem escrever», valores, que, independentemente da Fonte utilizada, retratam bem, em nosso entender, o «peso» das mulheres alfabetizadas na comunidade do Lindoso, ou seja, o elevado grau de iliteracia que imperava nas paisagens raianas, que se estendia, também, ao sexo masculino, apesar da diferença se tornar mais acentuada, de acordo com o tipo de Fonte utilizada.

Resultados que, embora, levantem, de imediato, uma série de questões, limitamo-nos a interrogar, se com o funcionamento das escolas oficiais a nível nacional foi, apenas, considerado «alfabetizado» o indivíduo que tivesse frequentado a escola, pondo-se de parte a contagem de todos aqueles que, apesar de não terem frequentado a escola oficial, sabiam ler e escrever.

Hipótese que parece ser corroborada pela evolução dos «alfabetizados» masculinos no intervalo de 1878-1911, segundo a fonte estatística oficial e publicitada[396].

O Censo de 1920 indicia a evolução negativa dos «analfabetos» do sexo masculino, «viragem» ainda não verificada nas mulheres, que entendemos pelo facto de nas primeiras décadas da existência da escola oficial, esta ser muito mais frequentada pelos rapazes, pois se o recenseamento das crianças em idade escolar era obrigatório, a matrícula e a frequência respetivas tornavam-se facultativas, o que nos permite levantar uma outra questão, a relacionada com a implementação, de facto, da escolaridade universal.

Se os *Registos de Batizado e de Casamento* (1912-1916), já evidenciam a influência da escola oficial, com os padrinhos e noivos assinantes a ultrapassarem aqueles que não sabem escrever, mantêm-se, contudo, muito reduzido o efetivo das madrinhas que exibem a respetiva assinatura.

---

[395] Critério que desapareceu a partir do recenseamento de 1911 inclusive, mantendo-se, apenas o «saber ler».

[396] Peso dos «alfabetizados» na população masculina era de 38%, 28% e 31%, respetivamente em 1878, 1890, 1911 e 1920.

Apesar de atribuirmos ao quadro cultural, ou talvez melhor, instrucional, que envolvia o Lindoso, na transição dos sécs. XIX-XX, um baixo índice de instrução/alfabetização, esta freguesia distinguia-se, pelos valores atingidos, das limítrofes e alvo da nossa investigação (Fig. 59 – gráfico – *Lima raiano luso: O grau de instrução nas diferentes freguesias, 1878-1920*).

Em 1878, era a freguesia com o maior valor percentual de homens que sabiam ler, ou ler e escrever. Nas quatro décadas em observação, o Lindoso «inclui» o grupo das freguesias que detinham o maior «peso» em homens alfabetizados, sempre superior a 10% dos homens residentes, a exemplo de Castro Laboreiro, Britelo, Ermida e Germil.

Nas mulheres alfabetizadas, cujos índices são inferiores a 5% do total das residentes, distinguem-se, apesar de tudo, as de Castro Laboreiro.

Índices de alfabetização/instrução, que, independentemente do sexo, talvez não divirjam substancialmente dos apresentados, na mesma época, a de transição dos dois séculos, pelos concelhos em que se inserem (Fig. 60 – gráfico – *Lima raiano: Grau de instrução nos diferentes concelhos*).

Se de um modo global o Lima raiano em estudo apresentava no intervalo de 1887/1890 a 1920, baixos índices de instrução/alfabetização, as mulheres correspondem ao grupo mais «segregado», evidenciando-se as portuguesas.

De facto, o grau de iliteracia era elevado em toda a área em estudo, mas, evidenciava-se o Lima luso com o maior peso de homens e mulheres analfabetos, comparativamente aos indivíduos espanhóis, de ambos os sexos, embora pesassem, também, os elevados índices de analfabetismo.

Por curiosidade, Lobios distingue-se como o concelho espanhol com o maior efetivo de analfabetos, independentemente do sexo, enquanto Melgaço era o concelho português que, apesar de tudo, apresentava, nas primeiras décadas do séc. XX, o maior «peso» de homens e mulheres a lerem e a escreverem.

Em nota de síntese, diremos que na transição dos sécs. XIX-XX, os valores, embora muito baixos, quer os oficiais e publicados, quer os que conseguimos na observação das assinaturas dos noivos e padrinhos de batismo e casamento «colocam» o Lindoso no quadro das freguesias lusas com os melhores índices de escolarização, nomeadamente para o sexo masculino, índices que no seu todo não diferem, propriamente, do quadro apresentado pelos respetivos concelhos, que, de um modo global, são inferiores aos dos vizinhos espanhóis, o que não impede, mesmo assim, de considerarmos que estas comunidades de raia, lusas e galegas, se distinguem pelos deficientes índices de alfabetização/escolarização, fenómeno, aliás, já, evidente no séc. XVIII.

Índices de escolarização, que tenderão a evoluir ao longo do séc. XX, em função das novas políticas educativas, cada vez mais preocupadas com a implementação de uma Escola que promova e incentive a universalidade e democraticidade do ensino/aprendizagem, prolongando-se, gradualmente, o período de frequência obrigatória pelos jovens

alunos, os cidadãos de um amanhã imbuído pelo «novo» conhecimento e tecnologias de ponta.

Contudo, a leitura dos indicadores publicitados pelo Recenseamento Geral da População, o de 2001 (Fig. 61 – mapa – *Lima raiano: População residente segundo o grau de escolaridade, por lugar, em 2001*), retrata um Lima raiano com uma proporção elevada de residentes que, em Portugal, se declaram sem saber ler nem escrever, em Espanha, de analfabetos.

Sem querer questionar o tipo de equivalência que possamos estabelecer entre os conceitos «não sabe ler nem escrever», em Portugal, ou «analfabeto», em Espanha, poderemos inferir que, no séc. XX, os sistemas de ensino oficiais de ambos os países não proporcionaram as condições necessárias para a aquisição das destrezas da escrita e da leitura a um efetivo significativo de residentes limianos de raia, lusos e galegos, com idades, sempre superiores a cinco décadas de vida, embora contemporâneas da escola oficial.

Ao efetuar uma observação mais cuidada sobre o grau de escolaridade da população em estudo e em 2001 (Fig. 61), verificaremos que é no Lima galego que predominam as aldeias onde a maioria dos residentes são analfabetos, como por exemplo, as que constituem as freguesias da Arauxo (San Martiño), Illa (San Lourenzo), ou Venceans (Santo Tome) e Pereira (San Fecundo).

Em Portugal são aldeias da Gavieira (Igreja e Tibo), do Soajo (Adrão, Vilar de Suente), Ermelo (Igreja e Vilarinho de Souto), Entre Ambos-os-Rios (Lourido e Sobredo), ou Vergaço e Portuzelo, em que dominam os habitantes que «não sabem ler nem escrever». Curiosamente, o Lindoso evidencia-se, também no início do séc. XXI, como a freguesia deste Lima raiano cujos residentes distribuídos pelas três aldeias constituem o maior grupo daqueles que leem e escrevem.

Posição similar no Lima luso têm as três aldeias do Lindoso, juntamente com Paradamonte, quando interpretamos os resultados do levantamento, que efetuámos no período de Junho a Novembro de 2000 (Fig. 62 – mapa – *Lima raiano luso: População residente segundo o grau de escolaridade, por lugar, em 2000*).

Antes de prosseguirmos, esclarecemos que, quando contactámos diretamente com os residentes portugueses, não nos preocupámos, propriamente com o efetivo «analfabeto», ou então, que «não sabia ler nem escrever», mas, precisamente com aqueles que, independentemente de terem, ou não, frequentado a Escola oficial, não conseguiram obter um diploma a certificar-lhes o nível de aprendizagem adquirido.

Estamos cientes que «eliminámos» em todas as aldeias, os residentes que embora nunca tenham frequentado a Escola, ou fazendo-o, não conseguiram o almejado diploma, embora sejam capazes de assinar o seu nome, ler títulos e anúncios num jornal, ou qualquer outro tipo de indicação útil, pois preocupámo-nos em conseguir um critério, que entendemos, além de ser o mais objetivo, melhor retrata a eficácia da implementação e funcionamento do sistema de ensino universal e obrigatório, que, nos dois países funcionou na primeira metade do séc. XX.

Eficácia de um sistema de ensino universal, com resultados nada agradáveis para as populações do Lima raiano luso, a avaliar pela proporção dos indivíduos distribuídos por todas as aldeias, que, em 2000, não tinham sido «merecedores» de um diploma a certificar-lhe um grau de aprendizagem.

No critério que adotámos, consideramos os residentes com a 3.ª classe, pois a geração dos cinquenta anos de idade, em 2000, teve no período de vida escolar, como obrigatório a frequência de três anos, ou seja, a 3.ª classe.

Em todas as aldeias, os residentes com a 3.ª classe correspondem a um grupo com uma certa representatividade, embora seja o grupo dos que possuem a 4.ª classe, que esteja na moda, a exemplo dos «sem diploma».

Entendemos o reduzido grupo do 6.º e 9.º anos, pelo facto de corresponder aos jovens, que, após a escolaridade obrigatória cumprida, partiram e iniciaram a sua vida ativa no estrangeiro, enquanto os residentes com mais de cinco décadas de vida que, de igual modo, saíram e trabalharam no exterior, mas já completaram o período de trabalho considerado suficiente para lhes permitir um regresso com a posição social e económica desde sempre desejada.

O grupo que considerámos com «outros estudos» inclui os residentes com o Ensino Secundário, uma licenciatura, um curso profissional, ou profissionalizante. Distinguimos os residentes, que detinham um diploma concluído no estrangeiro, por curiosidade, sempre o país, para onde os progenitores emigraram, destacando-se os moradores do Soajo, Castro Laboreiro e Entre Ambos-os-Rios (Fig. 63 – gráfico – *Lima raiano luso: Os residentes com escolaridade superior ao Ensino Básico, ou obtida no estrangeiro, por freguesia, em 2000*).

Se o número de licenciados é, de facto, pouco relevante ou mesmo, nulo em algumas freguesias, Castro Laboreiro distingue-se por ser aquela com um efetivo mais representativo.

Nas nossas inúmeras conversas de carácter informal com a população castreja, desde logo, nos apercebemos de uma preocupação, que lhes era nata, *pôr os filhos a estudar*, primeiro em Braga, em seguida, na Universidade, justificada pelo desejo de que viessem a desfrutar do bem-estar e qualidade de vida, que eles não conseguiram nos primeiros anos de vida usufruir.

Preocupação que se estenderia, em 2000 e de um modo global, à comunidade raiana, nomeadamente a lusa, a avaliar pelo número de estudantes a frequentarem um curso superior (Fig. 64 – gráfico – *Lima raiano luso: Residentes em idade escolar no ano de 2000*).

Se predominavam os alunos do Ensino Básico distribuídos pelos três ciclos respetivos há que assinalar um decréscimo acentuado nos alunos que frequentavam o Ensino Secundário, embora adquirissem um certo significado em aldeias como as da «vila» no Soajo, Castelo no Lindoso, Paradamonte em Britelo, ou a Igreja em Entre Ambos-os-Rios.

Chamou-nos, também, a atenção os poucos alunos que frequentavam cursos do ensino técnico/profissional, quando existiam, em 2000, Escolas de Ensino Profissional no Soajo, no Lindoso e nos Arcos de Valdevez.

Perante semelhante cenário cultural, com profundas consequências sociais e territoriais, interrogamo-nos sobre o amanhã de um Lima raiano de muito baixa densidade, palco de uma população, predominantemente analfabeta, ou de baixo nível de instrução e com idade avançada, em perda continuada dos seus jovens, mesmo daqueles que frequentam a escola oficial, mas, na expectativa de, num futuro muito próximo, saírem ao encontro de espaços, que entendem ser mais promissores, como os das regiões metropolitanas, nacionais e europeias.

CAPÍTULO 4

MOBILIDADES GEOGRÁFICAS

INTRODUÇÃO

Se o sistema de povoamento que tipifica a área em estudo pode ser entendido, em larga medida, pela intensidade dos movimentos, que de acordo com o ciclo agro-silvo--pastoril, se manifestavam e interligavam os variados *sítios* e lugares, outros tipos de fluxos associados a fenómenos tão diferenciados, como o religioso e o «mercantil» interagiam e animavam diretamente as aldeias lusas e galegas, porque ignoravam a existência da fronteira política.

Se estes tipos de movimentos se materializaram na paisagem limiana através de uma rede densa de caminhos e trilhos, hoje em desuso, o limiano de raia encetou, desde longa data, a demanda de outros lugares, nacionais e estrangeiros, na expectativa de conseguir uma qualidade de vida, que de modo nenhum lhe podia ser assegurada pelo *modus vivendi* local.

Pretendemos neste momento da investigação abordar os movimentos, que consideramos como internos, por se terem gizado no «nosso» Lima raiano, e traduzidos nas multisseculares caminhadas, as peregrinações à Senhora da Peneda realizadas por espanhóis e portugueses, com uma frequência máxima na primeira semana de cada mês de Setembro, além daqueles também personalizados por indivíduos de ambas as nacionalidades, mas, no âmbito de uma transação de bens que se pretendia «esconder», a fim de evitar as imposições fiscais no campo aduaneiro.

Além de este tipo de movimentos o limiano de raia enveredou, desde há longas décadas, mesmo, séculos, pela procura de novos horizontes, quer no país, quer no estrangeiro, que lhe proporcionassem outras ofertas de emprego, opção traduzida por uma frequência migratória muito irregular, mas, de grande significado nos meados do século passado e traduzida não só na melhoria substancial da qualidade de vida das famílias, como no ordenamento atual deste território limiano.

Ao confrontar-mo-nos com a escassez de fontes bibliográficas e estatísticas, mais uma vez recorremos às conversas informais com os residentes, galegos e lusos, que com a simpatia que os caracteriza, nos deram a informação possível sobre os tempos das caminhadas à Peneda, com a descrição dos caminhos e trilhos percorridos pelos galegos, que, todos os anos e de forma muito devota, a exemplo dos lusos, se dirigiam à Senhora das Neves[397], ou, sobre a ousadia daqueles que se «atreviam», quase sempre na calada da noite, a ultrapassar o limiar político, transportando, por princípio, no dorso a mercadoria que deveria «ser deixada» na localidade mais próxima, mas, do outro país.

Em relação à obtenção de dados sobre as deslocações, quer para as grandes cidades, quer para o estrangeiro, optámos pelo questionário, que aplicámos junto de todas as famí-

[397] A Senhora das Neves, vulgarmente conhecida pela Senhora da Peneda, pelo facto do Santuário se localizar na aldeia do mesmo nome.

lias residentes na área portuguesa e cujos resultados obtidos acreditamos traduzirem a história de vida de milhares de limianos, que, ainda muito jovens foram confrontados com o dilema em permanecerem, tendo como troca uma vida muito dura e difícil, ou, demandarem em condições, por vezes, muito desumanas, mas, motivados pela esperança de, mais tarde, regressarem com um bom *status* económico e, logicamente, social.

Abordaremos neste espaço as problemáticas relacionadas com as deslocações, como as que envolveram a romaria à Senhora da Peneda e o transporte ilícito de bens e mercadorias, privilegiando, contudo, os movimentos dependentes das ofertas do mercado de trabalho, a nível nacional e internacional, que implicaram novas residências e foram determinantes nas mutações verificadas nas últimas décadas, não só no campo social, como na estrutura territorial.

4.1. MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS

Nota Prévia

Se recuarmos no tempo, facilmente nos apercebemos, que na saga do limiano de raia é uma constante a busca de novos horizontes, integrando-se, muito provavelmente, nas respetivas correntes migratórias nacionais, que ter-se-iam iniciado com as descobertas marítimas, embora com destinos diferenciados, de acordo com a nacionalidade.

Mas, se não temos elementos objetivos, que confirmem esta hipótese, pelo conhecimento que conseguimos, estamos convictos que nos encontramos perante um mercado de produção de mão-de-obra para a «exportação», que «funcionou» no tempo, de acordo com a solicitude e necessidades verificadas às escalas nacional e internacional.

Se não é possível quantificar, para o período anterior ao séc. XX, os vários tipos de fluxos de que o limiano de raia foi ator, desde os sazonais, como aqueles que nos Invernos do séc. XVIII envolveram os homens de Castro Laboreiro, que, anualmente, saíam do torrão natal para trabalharem como pedreiros[398], ou aqueles cujo período de duração era mais prolongado, em virtude do mercado se distribuir por Lisboa e pelo Brasil, conseguimos, em relação a estes últimos, informações esporádicas na consulta minuciosa que efetuámos *nos Livros de Registo de Óbitos* da freguesia do Lindoso.

Antes de prosseguirmos, entendemos esclarecer que nessa época, nomeadamente nos sécs. XVII e XVIII, era obrigatório fazer-se o registo do óbito de todos os paroquia-

[398] (...) *nos mezes d'Inverno sahem para fóra do concelho a trabalhar pelo officio de pedreiro, para ganharem o resto do sustento que o seu paiz não produz* (...)
(VILAS BOAS, 1800. SOUSA & ALVES, 1997: 130).

nos, mesmo que residissem, há muitos anos, em locais distantes da freguesia de que eram naturais[399].

Na base desta exigência, nos Livros de *Registo de Óbitos do Lindoso*, encontrámos para os sécs. XVII a XIX dezenas de casos relativos a paroquianos, sempre do sexo masculino, dos quais «chegou a notícia»[400] de que tinham «falecido em Lisboa», ou, em menor número de casos, «nos Estados Unidos do Brasil» (Fig. 65 – gráfico – *Lindoso: Óbitos registados nos Livros Paroquiais no período de 1663 a 2001 ocorridos no exterior*).

Os valores que a Fig. 65 referencia para o séc. XX vêm, de certo modo, ao encontro das informações que obtivemos em 2000, junto das populações, sobre a forte atração que Lisboa, também, exerceu sobre a população do Soajo, de Ermelo e os residentes lusos da margem esquerda do Lima, sem esquecer as gentes do concelho de Lobios, nomeadamente, as das freguesias de Rio Caldo e Manín.

A propósito, não podemos deixar de referir a nossa surpresa, quando encontrámos nas aldeias de Rio Caldo e Manín habitantes com idades superiores a seis décadas a falarem o português, porque nos anos trinta e quarenta do séc. XX, tinham emigrado para Lisboa, onde trabalharam nas obras, num período superior a trinta anos, sendo, portanto, a sua pensão de reforma portuguesa.

De facto, era-lhes fácil atingir Lisboa, uma vez que iam a pé, «a salto», até ao Lindoso, melhor, Cidadelhe, para tomarem a camioneta em direção a Braga, onde faziam o transbordo para uma outra, que os conduzia ao Porto e, a partir daí, serviam-se do comboio, que rumava à capital portuguesa.

Como tiveram a preocupação de nos evidenciar, nesses tempos, a Espanha estava a viver momentos muito difíceis, os da Guerra Civil, pelo que Lisboa era o «oásis» que ansiavam, pois tinham paz, segurança e trabalho bem remunerado, comparativamente à oferta nacional.

Gente galega, nomeadamente de concelhos que não se integram na nossa área de trabalho, como os de Randín e Baltar, que optou, nessa época, por Lisboa, onde parte permaneceu durante todo o período ativo, enquanto outra, na década de cinquenta, trocou a nossa capital por terras francesas.

Após estes pequenos «excertos» de histórias de vida contemporâneas, retomemos o período em que as fontes muito escasseiam, motivo pelo qual os valores encontrados impossibilitam tirar dilações objetivamente credíveis, pois, se a Fonte Paroquial não contemplará, muito provavelmente, todos aqueles que «partiram e nunca mais deram notícia»,

---

[399] Quando «chegava a notícia» do falecimento de um patrício, o familiar mais próximo era incumbido de o comunicar ao pároco, para que, de imediato, se efetuassem os «bens de alma», isto é, os ofícios e orações necessárias para que a «alma repousasse em paz».

[400] Há que ressalvar as dificuldades nas comunicações. Casos há em que o pároco informa «chegou a notícia de que tinha falecido há uns dois anos atrás». Por curiosidade, o primeiro registo do óbito acontecido em Lisboa data de 28-10-1691.

permite-nos, contudo, inferir que no Lindoso, desde há séculos, pelo menos, desde o XVII, verificar-se-ia um êxodo, que teria como destinos, essencialmente a cidade de Lisboa, de imediato, seguida pelo Brasil[401].

Se essas saídas tinham como justificação a expectativa de conseguirem uma melhoria do nível de vida, pois *andavam no ganho*, e casos houve de sucesso[402], outras, traduziram-se em experiências amargas de vida, como se pode induzir pelas expressões exaradas pelo pároco para justificar o modesto «bem de alma»[403].

Embora não tenhamos investigado o mesmo tipo de fonte nas outras freguesias que constituem a área em estudo, lusa e galega, o conhecimento de campo que obtivemos junto das populações e na transição dos sécs. XX-XXI, permite-nos inferir que o fenómeno do êxodo rural e todas as experiências de vida a que ele se associam, envolveu, no tempo, toda a comunidade limiana e de raia.

São movimentos que nas décadas de cinquenta a setenta do séc. XX atingiriam os valores mais expressivos, dos quais resultaram as fortes mutações verificadas, quer no campo socioeconómico e cultural, quer em termos demográficos e de organização territorial, que se repercutirão, de forma irreversível ao longo de todo o século XXI, nas sociedades e territórios limianos e de raia, a exemplo do que sucederá em todo o noroeste peninsular profundo.

Razões, em nosso entender, suficientes para que privilegiássemos nesta investigação o conhecimento, com a minúcia possível, do fenómeno migratório do séc. XX, recorrendo, como já o afirmámos, ao contacto direto com os atores, ou então, seus familiares, através de um levantamento que efetuámos junto da população lusa, cujos resultados foram, em nossa opinião, validados, como já o demonstrámos, pela comparação com os valores conseguidos pela vasta equipa mobilizada pelo I.N.E. na elaboração do Censo de 2001[404].

Recordamos que em virtude da extensão da área e do efetivo do universo em estudo, optámos por uma amostra que incluiu a população lusa, que de forma tão generosa se

---

[401] Mas os naturais do Lindoso distribuíam-se por outras paragens, como refere o pároco quando menciona que faleceu no Alentejo (séc. XVII), ou no Ribatejo (séc. XIX).

[402] (...) *foi sepultado na Capela de seu tio, na capela de S. José, no mesmo engenho de Bathe comarca de Pernambuco* (...). L. *Óbitos do Lindoso*, 5, fl. 42.

(...) *chegou notícia certa que faleceu em Lisboa e fez testamento em Lisboa (...) deixou dinheiro em Lisboa e dinheiro aos familiares daqui* (...). L. *Óbitos do Lindoso,* 3, fl. 88.

[403] (...) *Veio notícia que faleceu em Lisboa (...) e por lhe rematarem os seus bens por dívidas que devia na mesma cidade de Lisboa* (...). L. *Óbitos do Lindoso,* 4, fl. 31 v.

(...) *não podia fazer mais bem de alma pelas muitas dívidas que o seu marido fizera estando em Lisboa* (...).
L. *Óbitos do Lindoso,* 3, fl. 76.

(...) *Chegou notícia que falecera nos Estados da América, cidade de Bahía* (...) *era pobre e filho solteiro* (...).
L. *Óbitos do Lindoso*, 5, fl. 22.

[404] Capítulo 3 – *O universo dos residentes.*

colocou ao nosso dispor, após a apresentação pessoal efetuada pelas respetivas autarquias locais sobre os objetivos a que nos propúnhamos atingir com este tipo de investigação.

Relembramos que nos preocupámos, através do contacto direto e sistemático com a população residente no território luso em estudo, em conseguir os indicadores suficientes que nos permitissem laborar o quadro estatístico capaz de compreender as trajetórias de vida, em termos da mobilidade, não só dos atuais residentes, que por largos anos constituíram os ausentes do seu torrão natal, como as dos seus descendentes ausentes, na base do conhecimento a que, amavelmente, os familiares e nossos interlocutores nos disponibilizaram.

Assim, conseguimos, pensamos nós, quadros de mobilidade que refletem o comportamento de gerações, a «sénior», aquela em que predominam os «pioneiros» nas sendas do trabalho europeu e que, maioritariamente, já regressou, e uma outra, por princípio mais jovem, que, embora se mantenha distante, mantém fortes ligações à aldeia através da árvore genealógica.

Gerações, cujo entendimento dos respetivos comportamentos, mesmo em termos de mobilidade, será, em nossa opinião, fundamental para a compreensão das mutações de que este Lima raiano, já foi alvo e que se prolongarão, indubitavelmente, pelas próximas décadas.

4.1.1. Deslocações interlugares: naturalidade-residência

A distribuição da população residente por lugares e áreas de naturalidade, embora não nos dê informações sobre as mutações de residência, que se verificaram entre os lugares do nascimento e os da residência no momento em que efetuámos o levantamento, em 2000, nem sobre os respetivos períodos de permanência, permite-nos questionar fatores de mobilidade numa área que, por princípio, não se encontra «vocacionada» para atrair novos moradores.

Apesar de tudo, de um total de 4 332 habitantes lusos, que contabilizámos no período de Junho a Novembro de 2000, 893 (20,6%) não tinham nascido nos lugares em que residiam, sendo 383 (42,9%) naturais de outros lugares inseridos na área em estudo, 84 (9,4%) naturais de outras freguesias, embora pertençam ao mesmo concelho, 275 (30,8%) naturais de outros concelhos e 151 (16,9) de outros países.

Atendendo à expressividade dos números e aos próprios objetivos da investigação, privilegiámos nesta fase do trabalho, o estudo das deslocações dos naturais da área em estudo, que numa fase da vida, embora permanecessem no «Lima raiano», optaram por outros lugares, que os nossos interlocutores, predominantemente com mais de sessenta primaveras, justificaram, em 2000, quase sempre, pelo ato de casar (Fig. 66 – gráfico – *Lima raiano luso, margem direita: Deslocações lugares de naturalidade-residência, em 2000*; Fig. 67 – gráfico – *Lima raiano luso, esquerda: Deslocações lugares de naturalidade-residência, em 2000*).

São as aldeias da margem esquerda do Lima raiano, que maior atração exerceram sobre os nativos dos lugares limítrofes, frequentemente parte integrante da mesma freguesia, como Parada, Igreja (Britelo), Paradamonte, Igreja (Entre Ambos-os-Rios) e Ermida.

Na margem direita, com exceção das aldeias castrejas, distinguem-se, pela capacidade em fixar naturais de outros lugares, a de Paradela e a de Cunhas.

Consideramos Castro Laboreiro um caso singular, que justificamos não só pela secular mobilidade sazonal intrafreguesia, como pela atração que a sede do lugar, a Vila, exerce sobre os naturais de qualquer uma das aldeias castrejas. (Fig. 20).

Os lugares mais meridionais (Ribeiro de Cima, Pousinhos e Ribeiro de Baixo) limitam-se, apenas, a perder nativos a favor da Vila, o que se entende pelas dificuldades nos acessos, apesar de ter sido construída, na década de oitenta, uma estrada a conectá-los à respetiva sede, além das *inverneiras*, com exceção da Ameijoeira, fenómeno implícito no próprio tipo de povoamento que lhes está associado.

Mas, é a aldeia sede da freguesia, que pelas acessibilidades e pelo tipo de bens e serviços nela localizados, se evidencia na capacidade em fixar castrejos naturais de qualquer uma das aldeias[405], independentemente de corresponder a um lugar «fixo», a uma *veranda*, ou, a uma *inverneira*.

Independentemente da atração que exercem as diferentes aldeias e que identificámos em 2000, somos de opinião, pela investigação que efetuámos, e apesar das Fontes escassearem, que a área em estudo, nomeadamente a lusa, sempre conseguiu atrair no tempo, outros novos residentes, a exemplo das aldeias do Lindoso, no longo período de 1680 a 1950 (Quadro 23 – *O Lindoso: Fluxos de entrada e saída na freguesia em função do casamento, 1680-1950*).

Se através da Fonte Paroquial se consegue conhecer os nubentes não naturais, que passaram a residir na freguesia, também é possível conhecer aqueles que nela nasceram e contraíram matrimónio, mas, para os quais não existe qualquer tipo de informações posteriores, o que nos permite admitir que se deslocaram, com carácter definitivo, por exemplo, para a terra natal do respetivo cônjuge (Quadro 23).

Os fluxos de saída motivados pelo matrimónio, a exemplo da fixação de nubentes não naturais, aumentou de intensidade com o tempo, evidenciando-se, de modo indiscutível, na primeira metade do século XX, também marcada pelo número de mulheres, que após o casamento, optaram por residir noutro lugar, pois, até meados do séc. XIX, era no grupo masculino, que incidia preferencialmente este tipo de movimento.

De um modo global e no período em observação, o ato de casar contribuiria para que o efetivo populacional aumentasse, pois os nubentes que optaram por residir no Lindoso seriam em número superior àqueles cuja decisão se verificou em sentido inverso, ou seja,

[405] Problemáticas desenvolvidas no Cap. 2, *O Povoamento*.

em deixar a aldeia, atingindo o fenómeno um maior significado, também, na primeira metade do séc. XX.

Embora tendo em consideração todos os condicionalismos que envolvem os valores encontrados para as três aldeias do Lindoso e para o período próximo dos três séculos, somos de opinião que a tendência na fixação de novos residentes, não se distanciaria significativamente daquela que a realidade do Lima raiano luso do séc. XXI nos transmite, embora, para qualquer um dos subperíodos considerados, nas famílias residentes sempre predominaram os nubentes naturais do respetivo lugar (Fig. 68 – gráfico – *Lindoso: Naturalidade dos cônjuges residentes nas três aldeias, 1680-1950*).

Nos nubentes naturais de outros lugares e residentes numa das aldeias do Lindoso, verificou-se, no tempo, uma evolução positiva, com evidência para a primeira metade do séc. XX.

Em qualquer circunstância se evidencia a importância da aldeia do Castelo na fixação de novas famílias, mesmo daquelas em que ambos os cônjuges, embora de aldeias diferentes, são naturais da freguesia, a exemplo do que se constata, quando se observa as ligações a outros lugares, quer estejam inseridos na área de estudo, noutras freguesias dos concelhos em que se enquadram as aldeias que estudamos, noutros concelhos, ou noutros países (Fig. 69 – gráfico – *Lindoso: Origem dos cônjuges residentes não naturais, 1680--1950*).

Seriam, de facto, concelhos não inseridos na área em estudo que, apesar de tudo, forneceriam o maior número de nativos, que se decidiram ao casar fixarem-se na secção montante do vale do Lima português, nomeadamente numa das três aldeias do Lindoso (Fig. 69).

Efetivo em que, apesar do valor diminuto, se evidenciam os concelhos de Vila Verde, Terras de Bouro e Braga, sem esquecer Bragança, Albufeira, Lisboa, Guimarães, Ponte de Lima, ou, Monção (Fig. 70 – gráfico – *Lindoso: Concelhos de origem dos cônjuges residentes não naturais, 1680-1950*).

Também os naturais das aldeias limítrofes e objeto desta investigação constituiriam parte significativa do efetivo de noivos, que ao escolherem o cônjuge numa das três aldeias do Lindoso, optaram por nelas se fixarem e constituírem família (Fig. 71 – gráfico – *Lindoso: Aldeias de origem dos cônjuges residentes não naturais, 1680-1950*), nomeadamente, os naturais da Igreja (Britelo), Ermida e na freguesia do Soajo, Paradela e a «vila».

Quando o nubente proveio de outras freguesias, que não se inserem na área que estudamos, também seria, provavelmente, a proximidade a favorecer novos relacionamentos à gente nova do Lindoso (Fig. 72 – gráfico – *Lindoso: Freguesias de origem, dos concelhos das aldeias em estudo, dos cônjuges residentes não naturais, 1680-1950*).

Curiosamente, apenas cinco freguesias e todas do concelho de Ponte da Barca, teriam contribuído, através do casamento, para uma dinâmica positiva, no âmbito demográfico do Lindoso.

Embora estejamos perante valores com dimensão reduzida, que exigem uma leitura muito cautelosa e prudente, somos de opinião, que a diversidade das naturalidades dos noivos, que casaram no Lindoso, reflete, de modo claro, interações estabelecidas com outras comunidades, mas, que se modificaram no tempo.

Realçamos o período de 1750-1849 em que sobressaem os noivos oriundos de outros concelhos, nomeadamente de Valença do Minho, que se fixaram no Lindoso (Fig. 70). Como explicação mais provável encontramo-la no movimento de militares gerado pela fortaleza, o castelo do Lindoso, uma vez que são frequentes nos *Registos Paroquiais* referências a militares da praça do Castelo, ou, porque são padrinhos de batismo, ou, então, testemunhas e padrinhos de casamento.

Por outro lado, na transição dos sécs. XIX/XX, ou talvez melhor, no subperíodo em observação, 1900-1950, torna-se nítida, em comparação com os intervalos de tempo anteriores, a intensificação das entradas através do matrimónio.

Esta tendência positiva na intensidade dos fluxos, que a Fonte Paroquial nos permite observar, é de certo modo corroborada pelo trabalho, que desenvolvemos, a partir do ano 2000, junto das populações, quando nos deparámos na margem esquerda limiana com testemunhos de residentes, cujos progenitores eram oriundos de outros concelhos, mas, que se deslocaram em virtude de terem sido atraídos, nos finais do séc. XIX e nos primeiros anos do século XX, pelas duas obras de grande envergadura, a estrada, que, numa primeira fase, interligou a sede do concelho, Ponte da Barca, ao Lindoso, precisamente em Cidadelhe, só mais tarde continuada até à fronteira, na Madalena, e a *Central Hidroelétrica do Lindoso*, em Paradamonte com as respetivas infraestruturas.

Se não nos foi possível apresentar uma amostra sobre o universo deste tipo de fluxos, inferimos, em função das descrições que nos foram efetuadas, que ter-se-ia verificado nesse período um movimento significativo na entrada de trabalhadores, não só nas três aldeias do Lindoso, mas em Britelo (Paradamonte e Igreja), em Entre Ambos-os-Rios (Igreja, Froufe e Tamente) e no Soajo («vila», Paradela e Vilarinho das Quartas), que, após a conclusão das obras, parte deles se fixaram, ou, porque constituíram matrimónio, ou porque continuaram a trabalhar na Empresa, ou, simplesmente, porque nada os esperava nas suas terras.

Na década de quarenta, com a implementação dos Serviços Florestais, outra gama de trabalhadores chegou, os *Guardas da Floresta* e todos os responsáveis pela implantação da manta florestal, uma vez que a mão-de-obra indiferenciada era assegurada, praticamente, pelos residentes.

Na década de oitenta, uma outro empreendimento de grande envergadura exigiu a utilização intensiva de mão-de-obra, a construção da *Central Hidroelétrica do Alto do Lindoso*, que atraiu muitas centenas de trabalhadores. Numa primeira fase, exigia-se mão-de-obra indiferenciada, posteriormente, uma certa especialização, nomeadamente no grupo dos eletricistas.

No levantamento por nós efetuado em 2000, encontrámos nas aldeias diretamente envolvidas pelas obras (Castelo, Parada, Cunhas e Paradela), residentes oriundos de lugares tão distantes como Miranda do Douro, Celorico de Basto, ou, Amarante, que resolveram fixar-se, ou, porque se tornaram trabalhadores da Empresa, principalmente eletricistas, ou, constituíram família, ou, dedicam-se à construção civil, sendo, atualmente, empreiteiros, os «construtores» da área (Fig. 73 – gráfico – *Lindoso: Os residentes não naturais e respetivos períodos de entrada em 2000*; Fig. 74 – gráfico – *Soajo: Os residentes não naturais da freguesia e respetivos períodos de entrada em 2000*).

A fixação de trabalhadores com carácter definitivo não atingiu, de modo nenhum, as proporções dos grandes empreendimentos da primeira metade do século XX, pois em função da concretização das diferentes fases da obra, o trabalhador era dispensado, partindo na busca de novas oportunidades de trabalho.

Se na primeira década do séc. XXI, não existem perspetivas de empreendimentos capazes de gerarem fluxos de entrada e respetiva fixação, é frequente encontrarmos jovens, naturais de áreas tão distantes, como a França, Estados Unidos, ou, Canadá, uns, em pleno período escolar, pelo simples motivo, de os pais terem labutado nesses países e decidido regressar à aldeia, outros, porque casaram com um residente limiano e, por conseguinte, deixaram o país que os viu nascer, para organizarem família própria na terra dos progenitores, ou, simplesmente, enquanto emigrantes se enamoraram de portugueses, também emigrantes, e decidiram habitar neste Lima raiano (Fig. 75 – gráfico – *Castro Laboreiro: Os residentes não naturais e respetivos períodos de entrada em 2000*; Fig. 76 – gráfico – *Britelo: Os residentes não naturais e respetivos períodos de entrada, em 2000*).

Deste modo, numa breve nota de síntese, e na base das Figs. 72 a 75, entendemos que os fluxos interlugares, naturalidade-residência, que investigámos neste Lima raiano, poder-se-ão organizar de acordo com grandes acontecimentos, dos quais distinguimos:

- o casamento, o ato vital, que foi capaz de fixar os novos residentes, sensivelmente até meados do séc. XX, indo «buscar» naturais a lugares tão próximos, como os que se integram na área em estudo, ou então, a concelhos como os de Arcos de Valdevez, Vila Verde, Ponte de Lima, Valença, Melgaço, Monção, ou, Santiago de Compostela e Madrid;
- as estradas de fronteira construídas na transição do séc. XIX-XX por centenas de trabalhadores em que predominariam os oriundos dos concelhos de Braga, Vieira do Minho, Terras de Bouro, Melgaço, Monção, ou, Vila Verde;
- a Central do Lindoso erigida, nas primeiras duas décadas do séc. XX, pelos trabalhadores que tinham vindo para as obras da estrada e que encontraram no novo empreendimento condições para permanecerem, a que se juntaram, ou, os vizinhos do concelho natal, ou, de outros concelhos mais distantes;
- a implementação dos Serviços Florestais, nas décadas de quarenta e cinquenta do séc. XX, cujos Guardas e famílias eram predominantemente dos concelhos de Vieira do Minho e de Terras do Bouro;

- a central do Alto do Lindoso, que na década de oitenta e inícios da de noventa do séc. XX, atraiu mão-de-obra tão longínqua, como a natural de Bragança, ou, Macedo de Cavaleiros;
- o fenómeno emigratório do terceiro quartel do séc. XX, cujos intervenientes ao regressarem à terra natal, com carácter definitivo, trouxeram, por vezes, elementos da segunda geração, que não sendo naturais, admiram e sentem-se bem na terra dos progenitores, ou, do respetivo cônjuge.

4.1.2. O êxodo do séc. XX: repercussões socioespaciais

Os movimentos migratórios da população limiana e de raia, porque ocorrem a escalas diferentes e envolvem universos que se distinguem pelas características próprias dos indivíduos que os constituem, justifica a necessidade que sentimos em, aparentemente «dividir» um fenómeno, que por si constitui um todo, que é coerente, apesar da diversidade dos atores e da multiplicidade de variáveis que envolve.

Perante a dificuldade em conseguirmos dados estatísticos oficiais, pela simples razão, que não existem, continuamos a desenvolver a nossa investigação na base dos dados e informações que, pessoalmente, recolhemos junto da população lusa ao longo de cinco anos (2000-2004).

Pelo significado que adquiriu nos meados do séc. XX, estudamos com minúcia o êxodo rural dando atenção muito particular não só à população residente constituída, quer pelos intervenientes no movimento, quer por aqueles que, embora não o tivessem engrossado, foram na sua aldeia o suporte social de todo o impacte dele resultante, como por aqueles naturais, que saíram e continuam a residir nos lugares de opção, ou, porque decidiram ficar, ou, porque não conseguiram as poupanças indispensáveis a uma sobrevivência condigna no torrão natal.

Atribuímos suma importância ao território, pelo que privilegiamos as interações entre lugares, resultantes das deslocações e movimentos que o limiano materializou nos «seus» espaços e paisagens, nacionais e internacionais, dando especial ênfase aos do Lima raiano luso em estudo.

4.1.2.1. Modificações na composição social da população

Quando no Verão de 2000 decidimos ir ao encontro dos residentes distribuídos pela área lusa, que investigámos, sabíamos na base dos indicadores demográficos publicados pelas entidades oficiais, que estaríamos perante uma comunidade, que nas últimas décadas tinha sido atingida por um ritmo negativo acentuado na variação dos seus residentes (Figs. 36, 37 e 38), em que se salientava um grupo etário elevado (Figs. 49 e 50), o baixo grau de instrução (Figs. 61 e 62), a que acrescentamos, pelas leituras efetuadas, as fortes

ligações ao exterior, quer através dos rendimentos resultantes das pensões de reforma (Fig. 42), quer através dos familiares que decidiram seguir o exemplo dos progenitores.

Passados cinco meses, pelo levantamento que efetuámos, sabíamos que a comunidade lusa seria constituída por 7 790 filhos da terra, em que 3 822 (49,1%) residiam no lugar em que nasceram, enquanto 3 968 (50,9%) se encontravam distribuídos pelos mais variados lugares. Assim, 299 limianos lusos de raia (7,5%) fixaram-se em lugares inseridos no concelho da respetiva naturalidade, 844 (21,3%) dispersaram-se pelos diferentes concelhos do País e 2 825 (71,2%) residiam no estrangeiro (Fig. 77 – gráfico – *Lima raiano luso: Os naturais deslocalizados e os espaços de residência em 2000*).

Perante um quadro construído na base do levantamento por nós efetuado, dos dados estatísticos oficiais, da bibliografia produzida por investigadores nas áreas da Antropologia e da Sociologia, de imediato, um conjunto de questões colocámos. Que trajetórias de vida envolvem os limianos de raia da segunda metade do séc. XX? Onde se encontram? Que repercussões resultantes da forte mobilidade das últimas décadas no tecido social de 2000 e, logicamente, na reorganização territorial?

Numa primeira abordagem constata-se que o período em que se intensificaram os fluxos de saída tem uma amplitude, sensivelmente de três a quatro décadas, com o início nos anos cinquenta, apesar da intensidade máxima ter sido atingida nas décadas de sessenta e setenta do séc. XX, para infletir, de modo indiscutível, nos últimos dez a vinte anos do mesmo século (Fig. 78 – mapa – *Lima raiano luso: Períodos da primeira saída da população, por lugar, nas últimas décadas*).

Dos residentes que demandaram, há a evidenciar aqueles que voltaram com caráter definitivo ao torrão natal, embora se evidencie, pelo número elevado, os indivíduos cujos projetos de vida exigem, ou, residirem para sempre na área que os acolheu, ou, permanecerem para além de 2000, a fim de no momento oportuno regressarem para viverem no Lima que os viu nascer o tempo que lhes restar (Fig. 78).

Se nas últimas décadas do séc. XX, assistimos a movimentos de retorno, apesar de se realizarem com uma certa intensidade, o fluxo personificado pelos limianos que decidem voltar a fixar-se na aldeia, não «compensa», em termos de volume demográfico, o efetivo que saiu e reside no exterior (Fig. 78).

Os «novos» residentes integram, por princípio, o grupo que partiu mais cedo, ou seja, a partir dos anos quarenta, intensificando-se, contudo, o fluxo nos anos sessenta e setenta, para numa fase posterior, sensivelmente ao longo das últimas duas décadas do séc. XX, reengrossarem o efetivo da aldeia. (Fig. 79 – mapa – *Lima raiano luso: Períodos das saídas e entradas da população residente, por lugar, em 2000*).

Se em termos globais, poderemos inferir, que a maioria dos limianos lusos de raia participante nas primeiras saídas fê-lo com o pensamento no regresso (Fig. 80 – mapa – *Lima raiano luso: Períodos das deslocações dos residentes, segundo a freguesia, grupos de idade e género, no séc. XX*), existem aqueles que, em 2000, ainda permaneciam no exte-

rior, nomeadamente no estrangeiro (Fig. 81 – mapa – *Lima raiano luso: Períodos da primeira saída dos naturais não residentes, segundo o género e os grandes grupos de idade, em 2000*).

Independentemente do calendário da primeira saída e da opção tomada em relação à fixação de residência na transição do milénio, o período marcado pelo forte êxodo do limiano de raia incide, indubitavelmente, nas décadas de sessenta e setenta do séc. XX.

O género distingue o ritmo dos fluxos personificados pelo limiano luso em estudo, quer tenha decidido regressar, quer resida no exterior, relativamente ao lugar que os viu nascer (Figs. 80 e 81).

O limiano de raia partia muito jovem, salientando-se os «primeiros» rapazes, em que um número significativo o fez com idade inferior a dezasseis anos, contrariamente à mulher, que, por princípio, realizou a primeira saída com idade superior aos dezassete e dezoito anos, registando-se o maior fluxo feminino nas décadas de setenta e oitenta.

Há que enquadrar este ritmo migratório na expansão económica dos países industrializados do após-guerra, que atingiu o expoente máximo na década de sessenta, tendo como consequência imediata o alargamento do mercado de trabalho, a que as respetivas populações nacionais eram incapazes de corresponder.

Por outro lado, em Portugal, a expansão económica das décadas de cinquenta e sessenta, que explica a transferência da população ativa para os sectores secundário, comércio e serviços, foi insuficiente para absorver uma população que atingia a idade ativa, nomeadamente a do sector dos trabalhadores agrícolas.

Grosso modo, nos meados do séc. XX estavam reunidas as condições para o êxodo massivo de milhares de trabalhadores que, a título individual, enveredaram na saga de uma deslocação, provavelmente temporária, para a Europa do Noroeste, na qual se torna necessário salientar a importância da proximidade geográfica entre os países fornecedores e consumidores de mão-de-obra não qualificada.

Contudo, a crise que se fez sentir nos países desenvolvidos e importadores de mão-de-obra nos finais dos anos sessenta, princípios dos setenta, e os consequentes processos de reestruturação dos setores produtivos justificam as medidas que foram tomadas pelas entidades governamentais, não só na contenção, em grande escala, da entrada de novos trabalhadores estrangeiros, como num retorno à terra-mãe, que teve impacto na área em estudo nas décadas de oitenta e noventa.

As décadas de setenta e de oitenta, marcam a «viragem» nas migrações europeias dos meados do séc. XX, em que o trabalhador dos anos sessenta, predominantemente do sexo masculino e afastado da família, «dá lugar» à reunificação familiar, assistindo-se, nos finais do mesmo século, por parte das entidades responsáveis, a uma preocupação em estabilizar os trabalhadores estrangeiros residentes, ao integrar a população estrangeira que permanece, nomeadamente as gerações mais novas, e ao apoiar o retorno daqueles que pretendem regressar com carácter definitivo.

Se as entidades oficiais dos países importadores de mão-de-obra estimulam o retorno daqueles que pretendem regressar, as medidas adotadas neste sentido, provavelmente, terão um carácter essencialmente conjuntural, em virtude de estes trabalhadores desempenharem uma função estrutural no mercado de trabalho em que labutam, porque ao realizarem as tarefas que os nacionais recusam, constituem, em certos ramos de atividade, um efetivo significativo e, de certo modo, insubstituível.

Por este conjunto de razões, todas exógenas ao país exportador de mão-de-obra e, logicamente ao Lima raiano, se compreende a participação mais tardia da mulher, que, quando do nosso trabalho no campo, a confrontávamos com os motivos da sua saída, sempre se justificou com razões, aparentemente tão evidentes, como o casamento, ou, os familiares, nomeadamente o progenitor e irmãos que, por já se encontrarem no exterior, lhe garantia a estabilidade e segurança de que necessitava para enveredar na busca de novos horizontes.

Do mesmo modo, se compreende o êxodo dos menores com idades inferiores a dez e onze anos que, independentemente do sexo, acompanhavam os pais, ou seja, a mãe, que ao deslocar-se ao encontro do marido conseguia, em função das políticas de reunificação familiar, a imprescindível e tão desejada legalização.

Inferimos, então, que a mulher, em termos comparativos com os indivíduos do sexo masculino, não só participou no êxodo mais tarde, predominantemente, nos finais da década de setenta e anos oitenta, com idade mais «avançada», como, quando regressou com carácter definitivo, fê-lo *grosso modo* após um período de estadia menos prolongado no exterior (Fig. 81).

As idades superiores a quarenta e cinquenta anos, independentemente do sexo, como é admissível, são «proibitivas» para o êxodo, com exceção, por exemplo, para os progenitores, sempre idosos, que optam, por causa da viuvez, ou, por razões de saúde, por residirem com os descendentes, que estão ausentes e, desse modo, fugirem à solidão assustadora das noites longas dos invernos rigorosos da *montanha* (Figs. 80 e 81).

Entendemos que os limianos que optaram pela residência, com carácter definitivo, na terra natal, no momento da primeira saída já tinham projetado o seu retorno, conforme as opiniões que recolhemos ao longo dos cinco anos junto dos nossos interlocutores, quando nos afirmavam, por exemplo, que «não levaram» a família nuclear, pois, ao partirem pela primeira vez, já tinham decidido que o fariam por um período limitado, pelo que os programas de ajuda ao retorno teriam funcionado como o lenitivo suficiente para a antecipação de um regresso, desde sempre, previsto.

Justifica-se, também, as entradas para os indivíduos menores de 16 anos, pelo facto de se incluírem na segunda geração que, ou, partiu muito cedo, por vezes, ainda na fase da amamentação, devido à saída da mãe, ou, nasceu no exterior e fixa-se pela primeira vez em território luso em virtude do regresso dos pais.

Entradas com carácter definitivo, que em muito contribuíram na recomposição do quadro demográfico e social das aldeias, de certo modo, *sui generis*, pois constata-se que

adquirem significado os habitantes maiores de quarenta a cinquenta anos, além da nova tecnologia simbolizada no trator potente, que, por vezes, não consegue trabalhar nas parcelas, por serem de dimensões tão reduzidas o que, logicamente, se reflete na reorganização territorial de este Lima raiano (Fig. 82 – mapa – *Lima raiano luso: População residente e peso da mobilidade, por lugar, em 2000*).

Quando melhoramos o pormenor da observação sobre os valores que conseguimos, inferimos que a proporção dos residentes que partiram mas voltaram com carácter definitivo, relativamente à população total, têm um peso superior a 50% em 26 das aldeias, com destaque para aquelas que ultrapassam os 70% dos moradores.

A importância dos residentes que trabalharam durante um determinado período no exterior, é, em termos globais, sensivelmente maior na margem direita do rio Lima.

Nas aldeias em que o peso da mobilidade tem uma menor importância no efetivo dos residentes, como na Gavieira (Peneda, Rouças e Igreja), ou, em Germil, por exemplo, compreender-se-á pelo facto dos patrícios terem saído e optado por não regressarem com caráter definitivo.

Residentes de um Lima raiano luso com histórias de vida passadas longe da aldeia, que, juntamente com os elementos femininos, que sempre viveram e trabalharam na terra, constituem os dois principais grupos no efetivo demográfico dos diferentes lugares (Fig. 83 – gráfico – *Lima raiano luso: O peso das mulheres sem mobilidade na população residente, por lugar, em 2000*).

Se em termos globais, a proporção das mulheres, que sempre residiram na aldeia, atinge, em comparação com o «peso» dos indivíduos regressados, valores mais modestos, constitui, apesar de tudo, em cada aldeia uma «fração» não inferior a 30 e 35%, mas, nunca ultrapassando os 55 a 60% da totalidade dos residentes, o que nos permite salientar a importância do contributo feminino na «sobrevivência» dos modos de vida seculares, nomeadamente o da agro-pastorícia, enquanto os familiares masculinos labutavam em terras distantes.

Segundo as opiniões variadas, que recolhemos nas diferentes aldeias em estudo e das quais partilhamos, uma vez que os fluxos de saída ter-se-iam verificado, desde sempre e com forte intensidade, o surto emigratório dos meados do séc. XX distingue-se não só pela diferença na direção tomada, mas, por motivos de ordem estrutural, em virtude da participação de novos atores, as mulheres, que ao deslocalizarem a família nuclear despoletaram a decadência, em muitos casos, o abandono das explorações agro-silvo-pastoris, com todas as consequências para a reorganização e ordenamento da paisagem.

Atores de ambos os sexos em que adquirem um peso significativo, quer os que regressaram, com carácter definitivo, na década de noventa (Fig. 84 – mapa – *Lima raiano luso: População residente com mobilidade e data de regresso posterior a 1991, por lugar, em 2000*), quer os que, em 2000, tinham uma idade inferior a 60 anos (Fig. 85 – *mapa – Lima raiano luso: População residente com mobilidade e idade inferior a 60 anos, por lugar, em 2000*).

Se por um lado, o volume de regressos verificados na última década do séc. XX explica, de certo modo, a variação da população em 2001 (Fig. 38), nomeadamente a variação positiva de certos lugares, como Adrão, por outro lado, a «juventude» de quem retorna, ainda, em plena idade ativa, permite entender o dinamismo da silvo-pastorícia, de aldeias como Rouças, na Gavieira.

Este facto é de suma importância para a vitalidade das aldeias, que, de um modo global, se pautam não só pela variação negativa dos habitantes, em muitos casos acentuada, (Figs. 36 e 37), como pelo setor dos jovens corresponder, por princípio, ao grupo etário menos representativo (Figs. 49 e 50).

Somos de opinião que a tendência positiva na proporção dos residentes a auferirem uma pensão de reforma será uma constante nos próximos anos, enquanto os jovens residentes em busca do primeiro emprego optam pelos centros urbanos, nacionais, mas, principalmente estrangeiros.

Debrucemo-nos, então, sobre o percurso provável, no âmbito do emprego, do jovem limiano, munido da escolaridade obrigatória, o nono ano, que nos primeiros anos do séc. XXI continua, a exemplo dos progenitores, a ser atraído pelo estrangeiro.

O incremento das Tecnologias da Informação está a produzir autênticas revoluções nos processos de trabalho em todos os setores da atividade económica, nomeadamente, nas formas de produção industrial e no setor terciário.

Se por um lado, a intensificação da automatização em setores onde já predominava o fabrico em série e o trabalho em cadeia, como, por exemplo, o do automóvel, que empregava milhares de trabalhadores indiferenciados, lançou no desemprego grande número de empregados, por outro, os setores tradicionalmente intensivos em mão-de-obra pouco qualificada, como as indústrias elétricas e eletrónicas, ou, as da confeção de vestuário, estão a ser alvo do fenómeno da «robotização», o que explica as ameaças, cada vez mais fortes, ao futuro do trabalho.

Em contrapartida, surgem novos empregos, como, por exemplo, programadores, operadores de equipamento, etc., que, pelos níveis de qualificação da mão-de-obra exigida, se predestinam, logicamente, a trabalhadores nacionais, em virtude dos maiores níveis de qualificação.

A par, há os setores que, em pleno período de transição para a produção automatizada, verificaram aumentos significativos de mão-de-obra, pelo que o trabalho temporário e a contratação a prazo são cada vez mais frequentes.

Ora, a flexibilização do trabalho e a ameaça permanente do desemprego, tornar-se-á para o jovem limiano, que procura estabilidade laboral no estrangeiro, num incentivo para a participação em cursos de formação e atualização profissional, caso as vagas sobrem aos nacionais, ou, numa justificação para seguir, religiosamente, os percursos dos progenitores, o operário da construção civil, o empregado na empresa das limpezas, o ajudante na restauração, em suma, o executor de tarefas que os trabalhadores nacionais se recusam, desde há longos anos a efetuar.

De facto, são estes os tipos de tarefas em que, predominantemente, se ocupam os naturais limianos, que residem no estrangeiro (Fig. 86 – gráfico – *Lima raiano luso, margem direita: Profissões dos naturais ativos residentes no exterior, em 2000*; Fig. 87 – gráfico – *Lima raiano luso, margem esquerda: Profissões dos naturais ativos residentes no exterior, em 2000*).

Emprego que parece distribuir-se de acordo com o género, os homens, operários da construção civil, as mulheres, predominantemente empregadas de limpeza nas famílias e nas empresas da especialidade (Fig. 88 – gráfico – *Lima raiano luso, margem esquerda: Profissões dos naturais ativos residentes no exterior, em 2000*; Fig. 89 – gráfico – *Lima raiano luso, margem direita: Atividades e respetivos espaços de trabalho dos naturais não residentes, em 2000*).

Há que salientar o facto de a mulher, com muita frequência, assegurar a habitação familiar através do seu trabalho, o desempenho das funções inerentes à portaria de um prédio, o tipo de emprego, que, como nos confidenciaram, sempre foi o mais desejado.

O trabalho na fábrica é, indiferentemente executado por ambos os sexos, a exemplo do que sucede na restauração, ou, no comércio, predominantemente o alimentar.

Há a evidenciar os indivíduos, em muito pequeno número, que exercem uma profissão, para a qual se exige uma qualificação de grau superior, pelo simples facto de terem saído muito jovens, na companhia dos pais, (Figs. 86 e 87), e, por isso, todo o trajeto académico foi efetuado no país que os acolheu.

Contudo, são os trabalhadores não qualificados que proliferam, independentemente do espaço geográfico de residência (Figs. 88 e 89).

Recordamos que, também, nos residentes em território português predominam as tarefas indiferenciadas, que se distribuem ou pela construção civil, os operários, ou, pela restauração, os cozinheiros e ajudantes de cozinha[406], além dos empregados de mesa de cafés, restaurantes, sem esquecer os padeiros, atualmente em número muito reduzido, na região de Lisboa[407].

Há a distinguir os Funcionários Públicos, predominantemente professores do Ensino Básico e Secundário, que se distribuem pelo País, além dos pequenos empresários, os proprietários de cafés e restaurantes, e os *construtores*, que matizam, de modo indiferenciado os territórios nacional e estrangeiro.

---

[406] Em 2000, deparámo-nos com a «bolsa» de cozinheiros em Lisboa, naturais da margem esquerda do Lima, nomeadamente de Portuzelo, Germil, Entre Ambos-os-Rios e Britelo. Muitos desses cozinheiros desempenhavam a profissão na marinha mercante, pelo que eram designados na aldeia por *embarcadiços*.

[407] O êxodo sistemático para Lisboa das populações ribeirinhas ao rio Lima, efetuar-se-ia há longas décadas, pelo menos desde o séc. XIX, envolvendo contingentes volumosos de jovens do sexo masculino, que desempenhavam tarefas variadas e indiferenciadas, que no caso dos mancebos do Soajo e Ermelo eram essencialmente trabalhadores nas padarias, pelo que no séc. XXI, são, ainda, conhecidos na memória oral pelos *padeiros do Soajo*.

Independentemente dos territórios, nacionais ou estrangeiros, em que o natural luso da área em estudo exerça a respetiva profissão, (Figs. 86 e 87) destaca-se o emprego, que exige mão-de-obra indiferenciada, com um baixo grau de instrução, em muitos casos, analfabeta (Figs. 63; Fig. 90 – gráfico – *Lima raiano luso: Grau de instrução dos naturais não residentes, em 2000*).

Independentemente do local de residência, nacional ou estrangeiro, nos princípios do séc. XXI, a grande maioria dos naturais viveu a idade em período escolar no Lima onde nasceu, cumprindo o período de escolaridade obrigatória, a 3.ª e a 4.ª classes, para os mais velhos, os 6.º e 9.º anos, para os mais jovens. (Fig. 91 – gráfico – Lima raiano luso, margem direita: Grau de instrução dos naturais não residentes, em 2000; Fig. 92 – gráfico – *Lima raiano luso, margem esquerda: Grau de instrução dos naturais não residentes, em 2000*).

Destacamos aqueles, que muito jovens, se deslocaram para o exterior e frequentaram a escola no país que os acolhera, pelo que nos informaram terem cumprido a escolaridade que lhes fora exigida.

Não podemos «esquecer» a proporção daqueles que não possuem diploma, quer para os residentes no Lima raiano, logicamente os mais numerosos, quer para os residentes noutros lugares, nomeadamente os que labutam no estrangeiro (Figs. 63, 90, 91 e 92).

Quando pormenorizamos a observação no grau de instrução concedido pelo sistema de ensino português, facilmente se evidencia que as maiores qualificações, apesar de corresponderem a um efetivo reduzido, são auferidas pelos naturais a residirem no território nacional, como, por exemplo, os licenciados.

Não podemos deixar de evidenciar o facto de, em 2000, não existirem licenciados de este Lima raiano a residirem no estrangeiro, além de Castro Laboreiro ser a freguesia com um maior número, embora, dispersos pelo território nacional (Figs. 91 e 92).

Se são factos, aparentemente adquiridos, que as estruturas profissionais e sociais de qualquer comunidade evoluem, isto é, vão-se transformando no tempo e no espaço, pela mobilidade socioprofissional e social entre gerações, que a posição social de um indivíduo estará não só fortemente dependente da sua origem familiar, como, em certa medida, da sua origem geográfica, que residentes povoarão este Lima raiano nas próximas décadas?

Em 2000, a renovação de gerações encontrava-se comprometida, parte dos naturais limianos, a segunda geração, residia no exterior, os seus descendentes tinham, maioritariamente, naturalidade estranha, além de estarem imbuídos pela instrução e cultura das comunidades, que os acolheram. Então, como entenderão estas gerações a terra dos progenitores?

Somos de opinião que nos próximos tempos de este Lima raiano, à medida que os adultos e idosos de 2000, em função da lei natural, forem sucumbindo e os jovens, por questões de origem familiar e geográfica, se forem afastando, elementos da segunda geração, em situação de reforma, muito provavelmente, seguirão o exemplo dos progenitores ao regressarem à terra-mãe, mas, as gerações subsequentes, que atitude assumirão perante a realidade limiana?

Que atrativos, ou, melhor, que projetos capazes de potencializarem e rentabilizarem os recursos locais estão a ser estudados a fim de «captar» jovens nacionais, nomeadamente jovens licenciados carenciados de trabalho e disponíveis para se deslocalizarem e assumirem novos desafios?

4.1.2.2. Interações espaciais a nível nacional e internacional

É um facto irrefutável que este «Lima raiano», ao longo de um tempo, nunca inferior a três séculos, sempre esteve «ligado» a espaços e paisagens tão próximas como as de Lisboa, ou, longínquas como as do Brasil e Cuba e, mais recentemente, França, Suíça, ou, Andorra, graças à tenacidade e capacidade de trabalho dos habitantes.

Contudo, Portugal, desde muito cedo, constituiu um centro de atração para os galegos, nomeadamente já na primeira metade do séc. XVIII, com os empregados domésticos a destacarem-se em Lisboa, a par da mão-de-obra utilizada na implementação da região vinícola do Alto Douro, fluxo que teria existido até meados do século XIX, período em que se verificaria a viragem para o continente americano, em especial nos anos setenta e oitenta, também para o Brasil, com embarque feito no Porto[408].

Se a memória oral dos nossos interlocutores nos reporta aos finais do séc. XIX, com as deslocações das gerações mais velhas, nomeadamente a dos avós, para Lisboa e continente americano (Brasil, Argentina e Cuba), fontes manuscritas, os *Registos Paroquiais*, informam-nos que, já, nos sécs.XVII e XVIII seria um facto, de certo modo, normal, o limiano luso residir e trabalhar em Lisboa ou no Brasil.

Castro Laboreiro seria a exceção, pois os seus residentes nunca teriam sido suficientemente atraídos por Lisboa, nomeadamente nos períodos que envolveram quer os finais do séc. XIX e todo o século XX, quer a transição dos sécs. XVIII/XIX, de acordo com a leitura dos *Registos de Óbito* (1788 a 1825) dos *fregueses* ausentes no «interior norte e centro do País, no Reino de Leão e Castela»[409].

Também nos nossos primeiros contactos com as populações lusas, no Verão e Outono de 2000, facilmente nos apercebemos, que nos espaços de mobilidade traçados pela memória oral dos nossos interlocutores, se distinguiam os da comunidade castreja, que não incluíam Lisboa,

Mas, de entre os espaços de atração seculares e comuns à comunidade limiana foi, de modo inquestionável, no séc. XIX, o continente americano, fenómeno a que não ficaria alheio a abolição oficial da escravatura, em 1888[410], que compeliu, desde logo, os *fazendeiros* a procurarem na importação de mão-de-obra branca a substituta do trabalho negro e escravo.

---

[408] LOPO, 1993: 373-383.

[409] LIMA, 1996: 47-50.

[410] A abolição da escravatura foi decretada no Brasil e em Cuba, respetivamente, em 1888 e 1880.

Se no período anterior à abolição da escravatura, em que vigoravam as normas, de certo modo limitativas, da entrada franca de imigrantes, era o jovem mancebo do Minho que engrossava as fileiras migratórias para se dedicar, quase e só, ao comércio, principalmente comércio a retalho e de importação.

A par do ambiente favorável ao caixeiro minhoto eclodiram, na última década do séc. XIX, as condições propícias ao surgimento de um novo estrato profissional, o do trabalhador da *fazenda*, que desencadearia a exportação massiva de trabalhadores agrícolas, a que o Lima raiano não ficaria indiferente.

Êxodo transatlântico, de forte intensidade nas primeiras décadas do séc. XX, que segundo a memória dos nossos interlocutores foi personificado pelos portugueses, que rumaram ao Brasil, Estados Unidos da América e, também, Cuba, enquanto os galegos se dirigiam para a Argentina, Cuba e, também, Brasil.

Êxodo para a «América» que os jornais locais da época, nomeadamente os lusos, faziam eco[411], quando noticiavam a chegada e davam as boas vindas aos conterrâneos «que vieram passar um período de férias»[412], referenciavam a reconstrução do parque habitacional devido «ao ouro do Brasil»[413] ou, publicavam artigos a recordarem a vida de um emigrante em terras do «sonho dourado»[414], mas que as leis de 1921 e 1924 (BAGANHA, 1993:28) e a recessão mundial de 1929 pôs, praticamente termo.

A trajetória de vida de um emigrante «americano» com sucesso exigia, além de outro tipo de atitudes, que construísse na *terra* a residência, sempre imponente, não só pela austeridade do granito, mas, principalmente pela grandiosidade da traça a evocar, no caso dos «brasileiros» as mansões em terras de Vera Cruz.

Unidades de edificado que, na primeira década do séc. XXI, se distinguem e não passam despercebidas, por exemplo, no Soajo e no Lindoso, ou, Entre Ambos-os-Rios e em San Xes.

Esvaindo-se o sonho do continente americano, pela evolução política e socioeconómica, e pela retração geral dos anos vinte, a alternativa passou a ser constituída pelos países europeus do centro, eles próprios, os grandes produtores da emigração transatlântica, até 1930.

A primeira oportunidade surgiu com a I Guerra Mundial, que possibilitou a partida para a França e Inglaterra de operários portugueses para assegurarem tarefas na retaguarda produtiva, constituindo-se, assim, o «primeiro ensaio» da emigração intraeuropeia.

---

411 (...) *Ao regressar ao pátrio lar, dessa vasta América do Norte* (...) *vejo com infinito desgosto lançado ao mais completo abandono o Soajo* (...) *os caminhos públicos estão uma lástima, os montes escalvados, sem vegetação alguma, as águas por explorar, as crianças sem as escolas necessárias* (...) (*A Concórdia*, 1930: n.º Especial).

412 «Chegado do Brasil, tivemos o prazer de cumprimentar (...)» *(A Neve*, n.º 2, 1920: 3).

413 *A Neve*, n.º 10, 1920: 2

414 (...) *Foi na América do Norte aonde durante três anos trabalhaste, nas grandes fábricas de armas e canhões e aonde manipulaste explosivos de grosso calibre que em França eram disparados com grande êxito pela artilharia aliada contra as trincheiras alemãs* (...) (*A Neve*, n.º 4, 1920: 4).

Em Castro Laboreiro, espontaneamente nos referiram que, mesmo antes da I Guerra Mundial, precisamente, na primeira década do séc. XX, elementos das gerações mais velhas trabalharam em França. Se a grande maioria, com a eclosão do período bélico, regressou à terra natal, houve castrejos que permaneceram e combateram integrados nas tropas francesas.

Na realidade, no século XX, o êxodo castrejo teria fluido com uma certa intensidade em direção à Europa, indiferente à época e aos entraves oficiais em vigor[415].

É um facto que nos períodos de paz europeus da primeira metade do séc. XX, muitos castrejos trabalharam em França, constituindo mais de uma dezena aqueles que se encontravam em terras gaulesas, quando eclodiu a II Guerra Mundial, que motivou, com exceção de um castrejo, o seu regresso, para voltarem em 1947/48 na companhia de outros vizinhos e familiares.

Enquanto os castrejos se distribuíam pela Europa, as outras populações lusas, que estudamos, no mesmo período dirigiam-se maioritariamente para Lisboa, seguindo os passos das gerações precedentes, que o fizeram com impacto e sistematicidade, pelo menos, desde o séc. XIX.

Eram os *lisboanos*, cuja alcunha, por vezes, adquiria o «estatuto» de apelido. Partiam muito jovens, por princípio com idades compreendidas entre os 10, 11 a 14 anos para desempenharem todo o tipo de trabalho indiferenciado e associado ao *paquete*, o mocinho de recados, que trabalhava nas explorações agrícolas da área saloia lisboeta, na distribuição do pão e entrega de qualquer tipo de mercadorias associadas às tradicionais mercearias e casas de comércio a retalho.

No Soajo, orgulhosamente e de modo espontâneo, recordam o estatuto de padeiro, que o soajeiro «conquistou», já, no século XIX, pela qualidade do pão, a *boroa* caseira, que conseguia fabricar.

Não esqueçamos, que no séc. XIX e nos centros urbanos, como Lisboa e núcleos vizinhos, estar-se-ia numa fase de transição do fabrico do pão de modo artesanal para o fabrico mecânico, a produção em grande escala.

Também, a primeira metade do século XX, não foi risonha, em termos económicos, para as comunidades em estudo, quando recordamos a quebra drástica dos fluxos transatlânticos, mercê da crise económica mundial de 1929, a Guerra Civil Espanhola de 1933--1936, a II Guerra Mundial, ao que se acrescenta as dificuldades, que foram muito grandes, inerentes às políticas de florestação dos explorações silvícolas em comum, quer na área galega, quer na área lusa, e das quais resultou a redução drástica das áreas destinadas às pastagens em comum.

---

[415] (...) *se encontram detidos em parte incerta do país vizinho, muitos portugueses, constando-se alguns naturais desta freguesia, à ordem do governo português e por causa das leis portuguesas sobre a Emigração. Estranhamos que tal aconteça, pois todos precisam de ganhar com que viver e o Governo não lhe concede aqui na sua Pátria, o trabalho que vão procurar entre estranhos* (...) (*A Neve*, n.º 3, 1920: 2).

Enquanto a maioria dos limianos lusos recorria à oferta de emprego que Lisboa e área envolvente lhes ofereciam, os galegos, nos anos quarenta, eram dinamizados por novos centros de atração, primeiro a Venezuela, de imediato, a França, a exemplo do que acontecia com os castrejos, relativamente ao país europeu. Contudo, só a partir dos finais da década de cinquenta o movimento em direção a França se estendeu, com expressividade, a toda a comunidade limiana lusa em estudo.

O êxodo galego com maior intensidade em direção à Venezuela coincidiu com o período em que se iniciou a atração pela França. Embora o câmbio fosse, de igual modo, muito favorável, a distância que separava os dois países europeus era bem mais reduzida, o que justifica o «desinteresse tão rápido».

Além disso, outros pólos fomentadores de emprego emergiam em Espanha, precisamente as cinturas de Barcelona e Madrid, em início de industrialização, o que justifica, na primeira década do séc. XXI, a dimensão da bolsa de população galega limiana naquelas áreas metropolitanas, principalmente, na de Barcelona.

Apesar de os centros urbanos europeus, na década de cinquenta, terem apresentado condições mais atraentes para a mão-de-obra em estudo, ainda residem no país latino-americano, a Venezuela, muitos milhares de galegos, com idade avançada, a que se junta a geração descendente, já de naturalidade venezuelana, mas, em que a grande maioria vive, atualmente, em condições muito penosas. Embora a Xunta da Galicia disponibilize viagens de regresso gratuitas e uma pensão de sobrevivência, apenas um grupo reduzido usufruiu semelhantes concessões, em virtude de não ter casa, família, nem amigos.

Situações de vida confirmadas pela opinião generalizada dos residentes, que questionámos, sobre a comunidade que se encontra, há longas décadas, na Venezuela e cuja opinião foi unânime nas dificuldades de sobrevivência, para uma grande maioria, não só no continente americano, como, caso regressassem à Galiza, apesar das condições que lhes são proporcionadas, em virtude do desenraizamento ser total.

São bem diferentes as histórias de vida daqueles que na década de cinquenta optaram pelo mercado de trabalho europeu.

Residirá em França e na primeira década do século XXI um efetivo galego, relativamente reduzido, em virtude da grande maioria já ter regressado, ou, porque trabalhou os anos suficientes, que lhe permitiram a reforma, ou, porque entenderam ser-lhes mais favorável usufruir dos programas de apoio ao retorno implementados a partir da década de setenta do séc. XX.

Encontram-se no primeiro caso, os mais idosos, aqueles que saíram na década de cinquenta, enquanto no segundo «grupo» se enquadram os trabalhadores que partiram mais tarde, quase sempre com um período de trabalho não superior a doze anos, que regressaram, predominantemente, na década de oitenta.

Ex-emigrantes que fizeram opções de residência similares, ou seja, residem em Ourense e passam todos os fins-de-semana na aldeia que os viu nascer.

Enquanto os mais velhos usufruem a pensão de reforma que, justamente lhes é devida, os mais jovens, em plena idade ativa, conseguiram um emprego, quase sempre nos serviços, sediados em Ourense, em menor número em Pontevedra, em Vigo[416], tendo em comum a «particularidade» de não «esquecerem» os fins-de-semana na casa da aldeia, construída de novo, ou totalmente renovada.

Comportamento muito semelhante tiveram aqueles que optaram por Barcelona. Para Barcelona, verificou-se dois períodos de êxodo intenso, respetivamente, nas décadas de cinquenta e de oitenta. Os intervenientes no êxodo dos anos cinquenta já se encontram reformados, residem, maioritariamente em Ourense, têm casa neste Lima raiano, onde vêm passar, religiosamente, os fins-de-semana e parte da época de Verão, enquanto os mais jovens, que partiram mais tarde, e se encontram em plena fase de trabalho, vêm, a exemplo dos emigrantes em França, apenas passar o mês de férias de Verão.

Embora não tenhamos efetuado um levantamento sistemático e quantitativo tivemos a preocupação em conhecer, na globalidade, os espaços de residência dos naturais galegos distribuídos pelo exterior[417].

Pelas numerosas conversas que encetamos, quer com residentes em Ourense, Vigo e, mesmo, Madrid, em férias de Verão, quer com os habitantes da área em estudo, ficamos cientes que, na primeira década do séc. XXI, maioritariamente a comunidade galega em estudo se encontra distribuída pela Venezuela, França, Barcelona e com um «certo peso» em Ourense.

Um outro aspeto, em nosso entender, muito importante e revelador do potencial económico da Galiza, diz respeito ao facto de os «menores de trinta anos», quando iniciaram o período ativo não sentiram a necessidade em emigrar, nem em se deslocalizarem para Barcelona, ou, Madrid e, mesmo, para Bilbao, pois o mercado de trabalho à escala regional, já era atrativo, quer em Ourense, quer em Pontevedra, nas novas cinturas industriais dos núcleos urbanos, como Vigo e Porriño, por exemplo.

As mulheres em idade ativa trabalham predominantemente na cidade de Ourense no setor das limpezas, a exemplo do que acontecia em França na segunda metade do séc. XX, enquanto as mais jovens, com um maior nível de escolaridade obrigatória e com cursos de formação específica, ou talvez melhor, profissionalizante, se colocam nos Lares da Terceira Idade, Infantários e Escolas, sem esquecer o comércio, nomeadamente nas «novas» lojas de pronto a vestir, que consideram de luxo.

---

[416] A *Citroen* instalou uma fábrica de montagem de automóveis no Porriño, captando mão-de-obra na área em estudo.

[417] Entendemos que a «distribuição» dos descendentes diretos de um casal residente em Taboazas, no Verão de 2003, constitui um bom exemplo da realidade da área em estudo. Assim, os sete filhos do casal dispersaram-se pela Venezuela (dois, comerciantes), pelo Porriño, (um, operário), por Barcelona (um, operário), e por Ourense (as três filhas). Destas, uma casada e empregada de limpeza em três casas particulares, as duas, solteiras, em que uma trabalhava numa loja de confeção e a outra numa empresa, ou melhor, armazém de pronto a vestir.

Nos homens em idade ativa destacam-se os residentes em Ourense, que ou são motoristas de camiões de distribuição de mercadorias, que frequentemente circulam em Portugal, ou, pequenos proprietários de bares, atividades distintas das que exerciam, quer em França, na Venezuela, ou em Barcelona, operários da construção civil e empregados na restauração, sem esquecer os operários nas fábricas de Pontevedra, Porriño e Vigo.

Independentemente do local onde trabalham, o comportamento destes limianos é muito similar perante a aldeia que os viu nascer. Enquanto os residentes em Barcelona e na Europa do Centro, todos os anos passam o mês de férias de Verão na casa que construíram, o símbolo da «nova» posição económica, os residentes na Galiza, maioritariamente em Ourense, todas a sextas-feiras chegam ao fim da tarde, para ocuparem o sábado no tratamento do quintal, no arranjo do pequeno jardim e da casa, também, o orgulho máximo da ascensão social, enquanto se convive com os vizinhos, de igual modo, ausentes durante a semana, e se recuperam energias, para no domingo à tarde, se regressar à cidade.

Na realidade, a paisagem adquire uma fisionomia e movimento totalmente diferentes durante o fim-de-semana. Janelas abertas, automóveis na berma da estrada, pessoas a «tagarelar» nas ruelas, a mondar e a regar o quintal, o ruído esporádico do berbequim, que ecoa pela porta entreaberta, o murmúrio da água que corre na *levada* a caminho das *verduras*, os cafés animados pelos grupos que conversam e jogam as damas, contrastam com as casas bem fechadas, a solidão e o silêncio dos cinco dias úteis, que o ancião sentado na berma da estrada, ou, à porta de casa, de modo nenhum pode quebrar.

Ambiente de solidão e silêncio caracterizam, também, as aldeias lusas nos longos meses em que o dia natural é diminuto e o sol se torna incapaz de chamar à berma da estrada o casal de anciãos, que em redor de troncos fortes, embora vencidos pela força cortante da máquina bem afiada, emanam a chama aquecedora dos membros entorpecidos e a cinza que matiza e se confunde com as recordações daqueles que um dia partiram, longe labutam, enquanto aguardam pelo dia em que hão-de voltar, mas que o casal não sabe se consegue esperar.

Quadro social e territorial que, se por um lado justifica, em 2001, o predomínio dos alojamentos com uma ocupação sazonal em muitas aldeias, principalmente nas portuguesas, (Fig. 17), por outro, reflete a mobilidade registada na segunda metade do séc. XX.

Diremos que a década de cinquenta do século passado fica assinalada na história da emigração ibérica, como a década da viragem, isto é, os espaços secularmente tradicionais de acolhimento de mão-de-obra, os do continente americano, ao que se acresce, no caso de Portugal, os territórios da África colonial, são preteridos a favor de uma Europa do Centro, principalmente a França, cuja situação económica fez eclodir uma saída massiva de trabalhadores ibéricos.

De facto, a França (Figs. 93 – mapa – *Lima raiano luso: Locais de trabalho dos residentes nos diferentes lugares, segundo a frequência e o género, em 2000*; Fig. 94 – mapa – *Lima raiano luso: Espaços de residência dos naturais ausentes, segundo a frequência e o género, por*

lugar de naturalidade, em 2000) é o país que mais se envolve na história de vida de todos os naturais, independentemente do sexo, quer residam nas diferentes aldeias em estudo, quer se encontrem radicalizados no país que, por princípio, lhes criou as maiores expectativas numa vida com qualidade.

Salientamos no continente americano o Canadá e os Estados Unidos, que a partir dos meados da década de sessenta[418], receberam contingentes com certa intensidade, principalmente os naturais das aldeias do Soajo, Lindoso (em que se salienta o Canadá), Britelo, Entre Ambos-os-Rios, principalmente as aldeias da Igreja e Tamente.

Se o êxodo para Lisboa e área envolvente teve nos meados do século passado uma redução drástica, a capital portuguesa conseguiu, apesar de tudo, atrair um efetivo de naturais limianos e de raia, relativamente significativo, que se distribui entre os que regressaram com caráter definitivo à aldeia da naturalidade, e aqueles que acreditaram nos horizontes de vida que a cidade lhes proporciona.

Há a distinguir Castro Laboreiro, cujos naturais, de facto, sempre estiveram voltados para a Europa, nomeadamente a França nas décadas de cinquenta e sessenta, e mais tarde, para a Suíça e Andorra.

É significativo o volume dos limianos lusos que têm um período de residência, nos diferentes países, superior a dez e vinte anos, independentemente de, em 2000, já, terem optado, ou não, por regressarem à aldeia de origem. (Fig. 95 – mapa – *Lima raiano luso: Períodos de estadia dos residentes, segundo os diferentes locais de trabalho e género, por lugar, em 2000*; Fig. 96 – mapa – *Lima raiano luso: Períodos de estadia dos ausentes nos espaços de residência e trabalho, por lugar de naturalidade, em 2000*)

Contudo, há a distinguir a estadia com uma duração inferior a dez anos, (Fig. 95) para aqueles que habitaram «outros países», em que se inclui Andorra, Suíça e Austrália.

Também, aqueles limianos, que residem em «outros espaços» (Fig. 96) distribuem-se, por Braga (cidade de opção dos castrejos), pela sede dos três concelhos (Arcos de Valdevez, Ponte da Barca e Melgaço), centros privilegiados de residência e trabalho no todo nacional (com exceção de Lisboa), pela Suíça e Andorra, os países que entraram na senda da emigração limiana, principalmente a partir da década de oitenta.

Os anos oitenta e noventa evidenciam-se, também, pela intensificação dos fluxos em direção a outros países europeus, precisamente a Suíça e Andorra, embora, em situações de precariedade legal e económica, por períodos limitados, cuja autorização temporária de trabalho podia variar entre os três, seis, ou nove meses por ano.

Também nestes países, Andorra e Suíça, ao fluxo de indivíduos ativos, com caráter sazonal e que se repete durante o tempo necessário para se conseguir a autorização de residência com carácter definitivo, segue-se, quase sempre, a reunião familiar, a exemplo do que aconteceu nas décadas de oitenta, por exemplo, na França.

---

[418] Recordamos que a fase mais restricionista da política de imigração dos Estados Unidos terminou em 1965.

Mas, a trajetória do limiano migrante, que estudamos, é normal «incluir» vários espaços de estadia, ou melhor, de trabalho, por vezes, até a «repetição», de lugares[419] (Fig. 97 – gráfico – *Lima raiano luso: Destinos dos residentes e respetiva sequência de opções, em 2000*; Fig. 98 – gráfico – *Lima raiano luso: Sequência de espaços de residência dos naturais não residentes, em 2000*; Fig. 99 – gráfico – *Lima raiano luso, margem direita: Sequência de espaços de estadia dos naturais não residentes, em 2000*; Fig. 100 – gráfico – *Lima raiano luso, margem esquerda: Sequência de espaços de estadia dos naturais não residentes, em 2000*).

Se para a grande maioria dos naturais, independentemente de residirem na aldeia da naturalidade, ou no lugar escolhido para trabalhar, optam, apenas por um lugar, é frequente e, até, considerado normal, terem experiência de vida em duas localidades, em vários casos, três e quatro espaços que se podem distribuir, ou não, pelo mesmo continente.

Nos limianos lusos há a evidenciar aqueles, que, após um percurso no estrangeiro, residem em território nacional, que não corresponde à aldeia da naturalidade, pelo simples facto de a terem preterido a «favor» de centros urbanos, nomeadamente a sede do concelho, esporadicamente o Porto, ou, Viana do Castelo, mas, principalmente a cidade de Braga.

Nos residentes no estrangeiro, evidenciam-se, como é lógico, o grupo etário em idade ativa, nomeadamente as idades compreendidas entre os vinte e trinta e nove anos, «remetendo-se» os maiores de sessenta anos, para um reduzido efetivo, simplesmente explicado, ou, por que estão na pré-reforma, a aguardarem os sessenta e cinco anos para regressarem, com carácter definitivo, ou, simplesmente, decidiram permanecer, pois as famílias, mesmo as alargadas, se encontram radicadas e bem integradas na sociedade que os acolheu.

Esta decisão não os impede de todos os anos revisitarem a aldeia, abraçar os amigos e familiares, dar uma atenção especial à residência e ao quintal, em suma, conseguirem energias novas numa *serra*, de que eles tanto gostam, mas que se tornou incapaz de lhes proporcionar o nível de vida que, sempre, ambicionaram[420].

Um aspeto que, de imediato, nos chamou a atenção foi o facto de as habitações, mesmo aquelas que, apenas são ocupadas durante o mês de Verão, apresentarem, independentemente da época do ano, um «aspeto» de habitabilidade, porque o quintal e o jardim se encontram devidamente tratados, os vasos verdejantes a ornamentarem as varandas e escadas principais.

Há o «bom costume» de os vizinhos, familiares, ou, não, cuidarem do arranjo e manutenção da casa e quintal, num ato de solidariedade e de boa vizinhança, perante aqueles que se mantêm em terras mais ou menos distantes.

---

[419] Considerámos uma «segunda» estadia, relativamente ao mesmo espaço de residência, quando se decidiu voltar num periodo superior a cinco anos.

[420] Recordamos, a título de exemplo, em Britelo (Igreja) e no Soajo (Adrão), os simpáticos casais, a residirem, respetivamente, nos Estados Unidos e no Canadá, que, religiosamente, todos os meses de Março regressavam, *a tempo de fazerem o quintal*, consumirem a produção de hortícolas, e nos finais do Setembro atravessarem o Atlântico, a fim de passarem o Inverno, em condições mais favoráveis, junto dos filhos e netos, estes, quase todos nascidos na terra de trabalho dos progenitores.

Vizinhos com histórias de vida passadas no exterior, que um dia decidiram regressar, e justificavam, em 2000, a evidência do grupo etário superior aos sessenta anos de idade (Figs. 49 e 50).

Mas, são os ativos com idades entre os quarenta e sessenta anos, que ressaltam, nomeadamente, aqueles que ao partirem pela primeira vez, tinham como projeto de migração, trabalhar massivamente, economizar o máximo, para num curto espaço de tempo poderem regressar, talvez, de vez, à terra que os viu nascer.

As gerações mais novas, com uma maior diversidade de idades e de posições no ciclo de vida, os projetos de regresso terão sido adiados, em virtude de um maior enraizamento nas comunidades em que se inserem e lhes proporcionar outras expectativas de mobilidade social.

Poder-se-á inferir que o projeto de sucesso económico e social, que nos «primeiros» emigrantes da segunda metade do séc. XX, pressupunha o regresso à aldeia com um poder de compra bem mais elevado do que aquele com que partiram, «converteu-se», essencialmente para a geração mais jovem, num outro projeto, o da promoção social no país em que trabalham.

Os «pequenos empresários» (Figs. 86 e 87), o grupo, embora reduzido, dos licenciados, que integrámos nas Funções Liberais, e o dos trabalhadores em escritórios e bancos são, em nosso entender, os expoentes máximos de percursos profissionais, que elucidam a ascensão social da comunidade limiana, nomeadamente nos Estados Unidos, França e Canadá.

Muitos limianos, além da residência nova na aldeia, possuem habitação própria no local de estadia, outro indicador, que em nosso entender, contribui, de forma decisiva, para padrões de vida, que tendem a aproximar-se da média do país em que laboram.

Então, que futuro para as paisagens limianas e de raia?

É um facto incontestado que nas paisagens em estudo, lusas e galegas, se desenvolvem fluxos sazonais com características muito peculiares, as adstritas aos próprios naturais em idade ativa, ou, na reforma, mas residentes no exterior, quer nas urbes nacionais, quer estrangeiras que, movidos pelos laços de pertença e necessidade de descanso e de lazer, as habitam em períodos bem delineados, dando-lhes novas cores e sons expressas nos automóveis na berma da estrada, nas janelas abertas na maioria das habitações, nos cafés que se enchem, nas águas de rega que circulam a caminho dos quintais ou, simplesmente nos grupos em amena «cavaqueira» no largo da sua aldeia.

Se na primeira década do séc. XXI as paisagens galegas assistem a uma tendência positiva na deslocação pendular semanal dos naturais, porque nos núcleos urbanos próximos se desenvolveram condições de trabalho capazes de os «conquistar» a outros espaços longínquos como a França e, mesmo, Barcelona. Em Portugal são os fluxos anuais justificados pelo período de férias dos residentes no exterior, quase sempre o estrangeiro, que animam e dão nova vida às ruas das diferentes aldeias.

Apesar da tendência no despovoamento dos territórios em estudo, os comportamentos das comunidades diferem de acordo com a nacionalidade, que se explica pelo recente desenvolvimento económico na Galiza, permitindo-nos inferir uma estabilização, ou, mesmo um retrocesso, nos fluxos emigratórios dos espaços galegos, enquanto, em Portugal, muito provavelmente, manter-se-ão *grosso modo* as saídas para o estrangeiro, nomeadamente, para os «poucos» jovens, ainda, residentes, no entanto, sempre dependentes dos mercados de trabalho nos países de atração.

De qualquer modo, as paisagens limianas e de raia em estudo, enfrentam as mesmas grandes ameaças, num futuro não muito longínquo. Independentemente dos quadros socioeconómicos que, diretamente as envolvem, continuam a corresponder a espaços atingidos por um feroz esvaziamento populacional, que se iniciou, sensivelmente na década de cinquenta, e para o qual não foram efetuados, durante as longas cinco décadas, tentativas nem esforços para estancar semelhante surto de despovoamento.

4.1.2.3. Fluxos à margem da legalidade

Desde a era dos Descobrimentos que a população em estudo seria atraída por novos espaços e horizontes, independentemente das dificuldades e obstáculos que, por ventura, ter-se-ia com que confrontar, nomeadamente, a aquisição das devidas autorizações oficiais, para que as deslocações se pudessem efetuar com tranquilidade e relativa segurança.

Todas as informações que conseguimos recolher, nomeadamente as relacionadas com o território português, nos levam a inferir que, desde sempre, se verificou uma certa relutância, por parte das autoridades, na permissão da saída de contingentes de mão-de-obra, mesmo para os territórios no espaço europeu.

Limitar-nos-emos a recordar, que, em Portugal, se tornaria mais fácil a emissão de passaporte para o Brasil, no séc. XIX, que, frequentemente tinha o cariz de coletivo, ou, melhor, familiar, do que, no século passado, conseguir-se uma autorização de residência na Europa em construção.

No século XX tornava-se difícil conseguir passaporte devido aos requisitos que eram exigidos, pelo que, quando nos meados do mesmo século, surge a grande atração pela França, os atores vêem-se perante a necessidade de partiram desprovidos de qualquer autorização oficial, apesar das leis penalizadoras em vigor para as saídas, que as autoridades consideravam ilegais.

Os trabalhadores portugueses confrontaram-se com sérios problemas para a transposição da fronteira resultantes, por um lado, das dificuldades que lhes advinham da posição rígida tomada pelas autoridades, por outro, da sorte em conseguirem a equipa, minimamente honesta, que em troca de quantias, sempre avultadas, os colocariam no país que lhes ofereceria trabalho.

Os portugueses tiveram pouca sorte, assim se expressavam os residentes galegos, quando, no Verão de 2003, se referiam aos condicionalismos que envolveram a primeira partida e os comparavam com as condições que envolveram a sua própria primeira saída.

Se num primeiro momento, as autoridades espanholas, também, impediram o fluxo de saída que espontaneamente se estabeleceu, rapidamente se capacitaram da importância do movimento, facultando, assim, nos inícios da década de cinquenta, um passaporte de turista, que permitia ao titular uma estadia continuada de três meses. Como o período de seis meses de trabalho era o tempo considerado suficiente para que o emigrante conseguisse o *dossier* da legalização, limitar-se-ia a três meses a duração de estadia sem qualquer proteção legal.

Enquanto o trabalhador galego atravessava a península, de modo tranquilo, em segurança e com uma certa «calma» procurava trabalho em solo francês, o português começava a sua saga com a entrega ao «engajador» de avultada quantia, sem qualquer garantia de sucesso na viagem, correndo, desde logo, grandes riscos como em ser descoberto pelas polícias, lusa, espanhola ou francesa[421], em ser vítima de burlas, tão frequentes, feitas pelos próprios «passadores», em sucumbir nas dezenas de quilómetros de caminhada consecutiva, muitas das vezes, sem água nem alimentos e nas noites passadas ao relento entre os penhascos das *serras* sumptuosas, mas assustadoras, além das dificuldades em conseguir trabalho.

Mas, as deslocações a «coberto» da legalidade, processaram-se, também, no eixo transatlântico, quer para o Canadá, quer para os Estados Unidos, mas «via França».

Pelas informações recolhidas junto dos próprios intervenientes, ficamos convencidos de que as pessoas que partiram numa situação clandestina, em direção ao continente americano, se processou, nas décadas de sessenta e setenta, a um «bom ritmo».

Não esqueçamos, que as saídas, legalmente não permitidas, adquiriram muita importância, também, na transição dos dois séculos passados, nomeadamente para os Estados Unidos, com os residentes lusos facilmente a atingirem Vigo, onde embarcavam em direção a Cuba e, da então ilha espanhola, atingiam os Estados Unidos, frequentemente, com entrada por Miami.

Mas, retomemos os movimentos daqueles que, nos meados do séc. XX, avidamente procuravam novos mercados de trabalho e cujas *lapas* e carreiros tortuosos dos espaços e paisagens limianas em estudo, em pleno séc. XXI, silenciosamente recordam as lágrimas vertidas, quando a ajuda tardava, ou, obstáculos não previstos se levantavam.

Dependia das redes de «passadores» e dos meios de transporte utilizados, em Espanha, o itinerário a escolher. Se os «engajadores» envolvidos optassem pelo comboio,

---

[421] A polícia francesa exercia a vigilância e controlo, de acordo com as necessidades de mão-de-obra no momento. Se fossem necessários trabalhadores a polícia «desaparecia» e a circulação fazia-se, mais facilmente do que em Portugal, caso contrário, isto é, se os trabalhadores «novos» fossem desnecessários, o controle francês era tão, ou, ainda, mais rigoroso do que o efetuado pela polícia portuguesa.

como meio de transporte em Espanha, a saída fazia-se, sempre por Melgaço, ou Monção, em função da estação «mais segura» a utilizar. Mas, como a escolha do meio de transporte recaía, quase sempre, por se tornar «mais seguro», nas carrinhas e «carroças», além das longas caminhadas «pedestres», a área em estudo constituiu uma bolsa importante nas deslocações efetuadas à margem da legalidade, não só para os residentes, como para outros trabalhadores oriundos das áreas envolventes.

Quando se decidia atingir a Espanha através das próprias povoações, as bacias dos rios Laboreiro, Peneda e Cabril, a par do planalto castrejo, constituíram as bolsas em que se adensavam as longas caminhadas realizadas, sempre durante a noite, longe dos caminhos principais, através dos carreiros do gado e das sendas improvisadas, enquanto os *currais* e as *lapas*, em que a *serra* é pródiga, corresponderiam aos *sítios* de uma espera angustiada, mas, em que esperança de um amanhã risonho foi, sem qualquer dúvida, o grande baluarte[422].

Atingido o país tão desejado, de imediato, outros problemas, não menos importantes, se levantavam, os decorrentes da integração numa nova sociedade, em que se destacam as dificuldades inerentes em se conseguir um alojamento, um trabalho, ou, a almejada legalização.

Oriundos de um meio rural, cuja sobrevivência em muito dependia dos hábitos multisseculares de entreajuda, da cooperação e utilização em comum de bens tão preciosos, como a água e a *serra*, ao que se acrescenta as relações de parentesco e de vizinhança, o sistema de valores e laços sociais, não era difícil estabelecer verdadeiras redes de solidariedade interna nas comunidades imigrantes, em que os primeiros que chegaram constituíram, para aqueles que se lhes seguiram, familiares, simples vizinhos, ou, meramente portugueses, um ancoradouro em que os recém-chegados encontravam segurança num país em que até a própria língua lhes era totalmente desconhecida. Redes de solidariedade interna que não funcionaram, apenas em França, mas, em todos os países em que trabalham portugueses, nomeadamente nas décadas de oitenta e noventa, nos países dos «novos» destinos, a Suíça e Andorra.

No entanto, à medida que a integração e o enraizamento se processa, estes comportamentos são alvo de mudanças, emergindo, contudo, em situações excecionais, como nas doenças, falecimentos ou acidentes, o que não impede que, nos Verões de 2002 a 2004, os limianos lusos em férias não se lamentassem de que o espírito de entreajuda e de solidariedade *não fossem mais o que era.*

---

[422] Curiosamente, a área fronteiriça de Chaves foi, também, muito utilizada por estes limianos para a transposição da fronteira, pelo simples motivo de se «tornar fácil» o «controlo» da Guarda-fiscal, devido às características da morfologia, que a caracteriza, além da densidade da «rede de tráfego», talvez melhor organizada, facilitar a «aquisição» do meio de transporte necessário para se circular em Espanha.

4.2. MOVIMENTOS INTRARRAIANOS

Nota Prévia

Não será demais recordar que a organização dos espaços raianos em estudo se entenderá em função das deslocações e movimentos que os residentes encenaram num longo período multimilenar, cujas amplitudes variaram entre lugares e *sítios* da mesma freguesia, do mesmo país, ou, de países distintos, independentemente do continente em que se encontrem inseridos.

Importância relevante, apesar da limitada amplitude, adquiriram os fluxos de bens e pessoas entre lugares vizinhos que, há sensivelmente oito séculos, foram separados pelo traçado físico da fronteira que, de acordo com as circunstâncias, se concretizavam, quer no silêncio da noite, quer no período em que o astro rei se encontra acima do horizonte.

Movimentos, que designamos por intrarrainos, o exemplo máximo das relações amistosas e de solidariedade, por vezes, até de cumplicidade, entre comunidades cuja fronteira, que lhes foi imposta, não conseguiu aniquilar a matriz comum que lhes confere a identidade.

Reveladoras do espírito de entreajuda, que sempre caracterizou os dois povos, foram, por exemplo, as deslocações «modestas», personificadas pelos residentes de Castro Laboreiro e do vale do Grou. Umas, de carácter sazonal e relacionadas com as tarefas agrícolas castrejas, nomeadamente, o corte do centeio e do feno, outras, de carácter definitivo que implicaram a transação imobiliária e a opção por um novo lugar de residência.

Como nos inícios dos anos sessenta, a esmagadora maioria dos homens de Castro Laboreiro se encontravam em França, a mulher castreja tinha a seu cargo todas as tarefas agrícolas. Na época em que o trabalho se adensava, precisamente no mês de Julho, mês do corte dos fenos e do centeio, recorriam aos vizinhos e amigos galegos, principalmente os residentes nas aldeias da Fraga e Taboazas, que se deslocavam às *verandas* identificadas, em 2003, pelos próprios ex-trabalhadores, como, entre outras, a dos Portos e a da Seara.

Deslocavam-se, sempre, pelo período de quinze dias, em troca da alimentação e de doze mil pesetas, para a realização de tarefas, que no Verão de 2003, ainda, as descreveram como muito árduas. Começavam de manhãzinha, descansavam duas horas, no período do meio-dia, para terminarem ao pôr-do-sol. Trabalhavam, indiferentemente, nas *verandas* e nas *inverneiras*, e em *patrões*, ou seja, *patroas* distintas.

Diziam-nos um dos antigos assalariados, em 2003 e residente na Fraga, que a dureza aumentava, quando, após um dia de trabalho árduo na *inverneira*, havia que fazer todo o percurso, a pé, para a *veranda*, aldeia onde, sempre, pernoitavam, independentemente *das patroas para quem estivessem a trabalhar*, que, por sinal, teriam sido bastantes exigentes no ritmo a imprimir ao trabalho.

Situações laborais que interpretámos, por um lado, pela carência de trabalho em terras limianas galegas, por outro, como um dos muitos sinais das boas relações de vizinhança que sempre existiu entre as comunidades raianas.

Relações amistosas que em muito teriam contribuído para que, também, na década de sessenta, dezasseis famílias castrejas vendessem os bens de que eram detentoras nas *verandas* da margem esquerda, em que se distingue a Seara, para *adquirirem propriedades* na freguesia de Grou (San Mamede). Famílias que a população galega, em 2003, considerava de sucesso[423], não pelos rendimentos resultantes do investimento nas *terras* do Grou, mas por aqueles, que foram conseguidos, através do trabalho intenso, durante longos anos, em França, onde ainda residem quatro desses grupos familiares. Geração, que emigrou para a França na década de cinquenta, se radicou em Grou (San Mamede) nos anos sessenta e, em 2003, os elementos mais «jovens» estavam com sessenta a oitenta anos de idade.

Estávamos curiosos em «descobrir» os motivos, que justificaram as aquisições na vizinha Espanha, que se basearam no facto de em Grou (San Mamede) *se produzir de tudo, milho, centeio, hortaliças, vinha*, contrariamente a Castro Laboreiro, que se limita ao gado, centeio e batata, além de os *terrenos* na Galiza, na época, serem muito baratos, em virtude da diminuição drástica da mão-de-obra justificada pelo êxodo para a Venezuela e França[424].

Foi a justificação unânime dos elementos de três famílias compradoras, que conseguimos contactar, no Verão de 2003. Uma senhora e dois cavalheiros, ela com setenta anos, eles, um a ultrapassar os oitenta, outro, filho de um comprador, com 45 anos, que se deslocou para Grou (San Mamede) com cinco anos de idade.

Se a aquisição, há uns quarenta anos, foi lucrativa, no séc. XXI, a grande maioria das explorações «integram» a extensa paisagem das parcelas de *paul*, que *ninguém quer*, nem por preços simbólicos, embora muitas das suas residências debruçadas sobre o rio Grou, se evidenciem pelas respetivas traça e volumetria, mas, apesar de tudo, incapazes de constituírem um simples sinal de um futuro próximo promissor.

Por motivos bem diferentes, outros portugueses optaram por se fixar e constituir família, nomeadamente em Grou (San Mamede), Grou (St.ª Cruz), Compostela e Aceredo, quando na década de sessenta ao tentarem atingir a França, não conseguiram iludir as polícias aduaneiras e ficaram «encurralados» na fronteira luso-espanhola.

Impedidos não só de avançar, como de recuar, valeu-lhes os residentes das aldeias limítrofes, que os acolheram, protegeram e lhes deram trabalho, até que, finalmente, fixaram residência numa das comunidades.

---

[423] «(...) Grou (San Mamed) quase pertence aos de Castro (...)» expressão utilizada pela primeira pessoa que nos mencionou a radicação das famílias portuguesas, que residia, em 2003, em St.ª Cruz de Grou.

[424] Pelas informações que nos deram os próprios galegos, eram explorações agrícolas pertencentes aos senhores mais importantes da área, (...) *tudo família de médicos e advogados* (...), a residirem em Madrid, que se limitariam (...) *a vender a qualquer preço* (...), devido (...) à *falta de caseiros. Os de Castro compraram muito barato as melhores fincas* (...).

Significativo teria sido aquele outro grupo, também de portugueses naturais, principalmente das aldeias do Lindoso e do Soajo, que nos anos cinquenta se deslocavam às aldeias limítrofes, nomeadamente da Illa e Lantemil, especificamente para trabalhar, por princípio, como canteiros, terminando a grande maioria por constituir família e aí permanecer.

Mas, outro tipo de interações se estabeleceram nas aldeias vizinhas, as gizadas pelos *bailes e festas dos sábados*, por exemplo, em Olelas e em Paradela (Soajo), atraindo muitos jovens, lusos e galegos, que justificarão, em grande medida, os casamentos «mistos», que pela investigação que efetuámos, «deslocariam» o membro do casal português para a aldeia do cônjuge galego.

De facto, não encontrámos na área lusa este tipo de situações frequentes «do lado de lá da fronteira», embora, apenas, para cônjuges, cujas idades ultrapassavam, em 2003, as seis décadas de vida.

Movimentos de raia que se inserem num conjunto mais vasto, o das deslocações que envolviam um efetivo assinalável de intervenientes, que, movidos, quer por fatores de ordem económica, quer de ordem cultural e política, cruzavam a fronteira, ou, sob o espetro da perigosidade, ou, sob a auréola da boa disposição e de uma alegria contagiante.

4.2.1. Comportamentos e trajetos «submersos»

Se podemos afirmar que o fenómeno do contrabando[425] na raia luso-espanhola se desenvolveu em função da evolução do traçado estável da fronteira política[426], faremos incidir a nossa investigação no período iniciado nos anos trinta do séc. XX, embora tenhamos presente a importância da atividade na economia de subsistência das populações, lusas e galegas, nas épocas de crise e de forte instabilidade político-social, que se verificaram nos séculos anteriores.

O tipo de contrabando que caracterizava este Lima raiano ao enquadrar-se nas redes familiares, maioritariamente de subsistência, cumpria regras sociais e de hierarquia, desde há muito estabelecidas, das quais destacamos o *status* do «patrão local», o intermediário que não só garantia aos «gestores» das respetivas redes localizados em Lisboa, ou, em Ourense e Madrid, os homens suficientes, ou seja, os jornaleiros «ilegais» que transpunham a linha de fronteira com a respetiva mercadoria, como a «negociação» indispensável para que a ação decorresse «dentro da normalidade» com as autoridades, os agentes fiscais dos postos de fronteira.

---

[425] *Tipo de atividades económicas desviantes que se escondem para prevenir imposições fiscais quer se trate de direito aduaneiro ainda importante no terceiro mundo (contrabando), o IVA, ou do registo de transações prediais, etc.* (CASTRO, 2003: 69).

[426] Esta problemática foi equacionada no Capítulo 1, *Os espaços de raia.*

A este tipo de atores, acrescentamos aqueles em que o agente assumia, ele próprio, todos os riscos da atividade, negociando não só a mercadoria, como fazendo o transporte para as diferentes *casas de comércio* distribuídas pela raia, nas aldeias e vilas limítrofes, depois de ter conseguido, em muitos casos, estabelecer com determinados guardas e carabineiros, um *status quo* na base das relações de vizinhança, que comprovavam a importância da atividade no equilíbrio da economia familiar.

Evidenciamos, ainda, aquele personagem mais modesto, que se arriscava em atravessar a fronteira para fazer as compras necessárias à manutenção do agregado familiar, ou, para adquirir as sementes e produtos agrícolas a utilizar na sua diminuta exploração agro-pastoril.

Lembramos, também, que independentemente da mercadoria a transportar, num conjunto de riscos incorriam os intervenientes, tanto maior, quanto menor fosse a influência social da teia que manipulava a organização do grupo.

Qualquer que fossem as estruturas em que se desenrolaram as teias do contrabando, sempre identificadas pela complexidade, embora distintas pelo grau de cumplicidades, mesmo adquirindo laivos de uma certa divisão social do trabalho, desenvolviam-se em redes de economia desviante, submersa, que restringiam a identidade dos atores aos grupos de pertença, em que se destacava a família nuclear e, ou, a alargada.

Independentemente dos elos e cumplicidades, com idade multissecular, que justificaram a atividade neste Lima raiano, impõe-se, ainda, evidenciar as duas bacias limítrofes, a do Minho e a do Cávado, respetivamente, a Norte e a Sul, identificadas pelo forte protagonismo que, desde sempre, desempenharam nas variadas e complexas malhas da economia subterrânea (Fig. 101 – mapa – *Lima raiano: Corredores de fluxos «submersos», meados do séc. XX*).

No vale do Minho, destacamos Melgaço, pólo importante na hierarquia nacional nos lugares do contrabando e entreposto principal numa área que envolvia Castro Laboreiro, com um dos eixos significativos a implementar-se ao longo da bacia apertada do Trancoso.

Enquanto Castro Laboreiro estabelecia uma interação, por vezes forte, com o vale do Minho, no *hinterland,* que era Melgaço, através da bacia do Trancoso, as aldeias limianas da serra Amarela em estudo «partilhavam», com uma certa frequência, as sendas e carreiros com a bacia do Cávado, nomeadamente, a do Homem, quando o centro de transação paralela era Torneiros do Rio Caldo.

Apesar das dificuldades generalizadas nos acessos e resultantes do movimento intenso do relevo, o que nos permite *grosso modo* distinguir as duas margens limianas, somos de opinião, que, globalmente este Lima raiano correspondia a uma única bolsa de atividades paralelas, na qual se esboçaram corredores, ou, talvez melhor, espaços de contrabando, em função da intensidade do tráfego, sempre dependente da importância e do valor dos bens em transação (Fig. 101).

Comecemos pela serra Amarela com um nó importante, que era o Lindoso, na aldeia do Castelo, onde chegavam, através de trilhos vários, mas, sempre distanciados dos caminhos principais e da estrada internacional, a da fronteira, os homens oriundos das aldeias a jusante, ou mesmo de Ponte da Barca e Arcos de Valdevez, cujos fluxos se refletiam, de igual modo, no *modus vivendi* da população, que residia na área sensivelmente delineada pelas secções terminais e respetivas confluências dos rios de Castro Laboreiro, Agro/Montaña, Grou, Salas, Caldo e Cabril (Fig. 101).

No Castelo, ainda hoje são bem conhecidos os trilhos utilizados, de acordo com o tipo de mercadoria[427], as condições climáticas[428] e o «temperamento» dos bem conhecidos guardas da fronteira.

Muito populares eram as sendas ribeirinhas, que interligavam as aldeias atualmente submersas pela imponente albufeira.

Passava-se, também, facilmente a fronteira, na secção jusante do rio Cabril, nomeadamente no sítio próximo das Vinhas do Covelo, onde existiu a velha ponte em madeira, que se destruía, aquando das guerras com os espanhóis, depois substituída pela ponte em pedra, que integrava a velha estrada de fronteira, atualmente submersa, ou, então, mais a montante, em Portamaceira «equipada» com um bom passadiço (Fig. 101).

Mas, quando a carga era, de facto valiosa, ou, a vigilância era mais apertada, ou, o caudal do Cabril era tão volumoso, que impedia a passagem, mesmo em Portamaceira, havia que subir mais a *serra*, cruzando-se a fronteira próximo de Cruz do Touro, em direção a Torneiros do Rio Caldo (Fig. 101).

Os habitantes das aldeias da Ermida, de Mosteirô, Lourido e Sobredo, por exemplo, dirigiam-se aos Bilhares e, a partir daí, ora, desciam a Portamaceira, ou, mesmo às Vinhas de Covelo, ora, subiam para «acompanharem» os homens de Germil, Vergaço, Portuzelo, Vila Chã e os provenientes da Bacia do Homem, «juntando-se» aos do Lindoso, nas sendas tortuosas de Cruz do Touro, até aos Torneiros do Rio Caldo (Fig. 101).

Palco de atividade económica desviante muito acentuada e de «grande envergadura» foi a margem direita limiana, na qual começamos por evidenciar os vales do Grou e do Montaña, além do *planalto* de Castro Laboreiro, privilegiando-se cruzar a fronteira nos espaços que envolvem os marcos mais próximos, respetivamente da Senhora do

---

[427] A mercadoria mais valiosa exigia trilhos e atalhos mais isolados, que a Guarda-fiscal dificilmente patrulhava, exigindo que o «transportador» enveredasse pelas veredas mais sinuosas, que circundavam as linhas de água encaixadas nos vales mais apertados.

[428] A opção pelos diferentes trilhos estava muito dependente do regime pluviométrico, devido à variação dos caudais, quer do Lima, quer do Cabril. Se o caudal era reduzido, como acontecia no período estival e nos *invernos secos*, *fazia-se a passagem para o outro lado*, em qualquer tramo do vale. Quando os caudais eram volumosos, havia a necessidade de subir ao longo do Cabril, normalmente sempre transponível em Portamaceira, mas, se as chuvas fossem, de facto, fortes, contornava-se o vale, atingindo-se a fronteira em Cruz do Touro a caminho de rio Caldo. Em contrapartida, nos *invernos com muita neve*, «abandonava-se» *os altos da serra* e optava-se pela secção terminal do Cabril.

Anamão[429], das *verandas* dos Portos de Cima e da Seara[430], ou, do Rodeiro[431] e do lugar «fixo» da Portelinha[432] (Fig. 101).

Assim, o lugar castrejo da Vila, em virtude desta malha submersa, estava próximo de localidades tão distanciadas, como Caballeiros, as aldeias de San Xés, de Grou (San Mamede), Queguas, ou, da Lobeira, de Guxinde, ou, da Fraga, que, por sua vez, se conectavam com núcleos urbanos mais distanciados, como Xinzo del Lima, Bande, ou, Ourense, por exemplo.

Um outro corredor, em nossa opinião muito significativo, correspondia aquele que interligava os vales da Gavieira e Peneda à bacia do Laboreiro, a jusante do Mareco (Fig. 101) com os residentes da Gavieira a poderem optar, de acordo com o tipo de mercadoria, o grau de vigilância da Guarda-fiscal e das intempéries climáticas[433], essencialmente, por dois eixos, aquele que os conduzia à Mistura das Águas, Olelas, Illa, ou, aquele que os levava ao Ribeiros, o de Cima, ao Mareco e Pereira e o de Baixo, à Mistura das Águas.

A aldeia da Pereira tornou-se um dos «grandes» interpostos, por ser o principal nó na malha viária do contrabando, que abrangia, por exemplo, A Terrachá e Feira Vella interligadas, ou, à Vila, em Castro Laboreiro, pelas bacias do Agro e do Laboreiro, a montante do Mareco, ou, às diferentes aldeias da Gavieira pela bacia da Peneda, sem esquecermos a «ligação», também intensa, com o Valoiro, depois de os «homens» terem cruzado Guxinde, Vilar e aldeias de Grou (San Mamede).

Não esquecemos o Soajo e as aldeias, a ocidente, que se interligavam, em termos de «comércio informal», à Baixa Límia, tanto pela Várzea, em direção a Olelas e à Pereira, como pelo Lindoso, que, pelos eixos da serra Amarela atingiam as aldeias vizinhas galegas, até Lobios.

Distinguiam-se, contudo, pela intensidade dos fluxos, as sendas e carreiros, que, na Várzea garantiam a conexão permanente com os grandes amigos e vizinhos de Olelas, através das quatro passagens no Laboreiro, duas das quais submersas pela albufeira e, apenas, utilizadas nas estações de menor queda pluviométrica, enquanto a do Coto do Salto se mantinha transponível, mesmo, quando o caudal do rio se avolumava nos períodos mais pluviosos de Inverno, além da de Mistura das Águas, importante, de igual modo, para os oriundos dos vales da Peneda e da Gavieira (Fig. 101).

Fluxos que se intensificavam, de modo muito significativo, nos dias que antecediam a realização das feiras, as quinzenais da Lobeira[434] e Entrimo[435], e as mensais de Caballei-

---

[429] Marcos 40 a 47.

[430] Marcos 36 a 29.

[431] Marco 23.

[432] Marcos 2, 3 e 10.

[433] Se o caudal dos rios da Peneda e do Laboreiro adquirissem grande volume, tornava-se impossível a travessia na Misturas das Águas, pelo que a «única saída» era a dos Ribeiros.

[434] Dias 10 e 31/mês.

[435] Dias 1 e 16/mês.

ros[436], Feira[437] e Lobios[438], por si, também, animadas e, até, justificadas pela importância do contrabando, principalmente o dos animais de pastoreio (predominantemente caprinos e bovinos, mas, também ovinos).

Espaços de contrabando, que eram matizados pelas *casas de comércio,* animados pelas feiras e delineados pelos fluxos em direções e sentidos, que se mantiveram, sensivelmente no tempo e que convergiam em nós, salientando-se, nomeadamente, os correspondentes à Feira Vella (A), Terrachá (A), Cabaleiros, Valoiro (O), Lobios, ou, Torneiros do Rio Caldo, porque nos foram identificados, para as décadas de cinquenta/setenta do séc. XX, como as «centrais» dos camiões de «grande envergadura», que faziam o transporte da mercadoria, de acordo com a respetiva importância, para cidades tão distantes como Madrid e Barcelona (Fig. 101).

A «centralidade» dos lugares envolvidos pelos corredores do contrabando dependia do grau de acessibilidade, relativamente ao exterior, e sempre decorrente da abertura de vias, mesmo em terra batida, mas, que permitiam o tráfego automóvel.

Como as localidades galegas se impuseram na «nova» malha viária, em virtude da antecipação da política espanhola no alargamento da rede de estradas, nomeadamente as florestais, ao atraírem as camionetas e carrinhas, possibilitaram o aumento significativo do volume das mercadorias transacionadas.

À medida que a política da abertura de estradas foi progredindo, incluindo Portugal, apesar de o perigo ser muito maior, outros *hinterlands* se evidenciaram, nomeadamente na Várzea e Paradela, na Portelinha, Ameijoeira, ou, em Olelas e Guxinde.

Embora a atividade clandestina, desde sempre se tenha verificado e as informações escritas que conseguimos, relativamente às primeiras décadas do séc. XX[439] sejam muito esporádicas, as nossas fontes orais, nomeadamente as galegas, reportaram-nos para a época da Guerra Civil espanhola e períodos subsequentes.

Nas décadas de trinta, quarenta e os primeiros anos da de cinquenta, sensivelmente 1952/54, estão bem vincadas na mente dos mais idosos, nomeadamente os galegos, pelas dificuldades em conseguirem os bens necessários para a manutenção do limiar mínimo da sobrevivência, imperando, nesse período, o tráfego de bens de primeira necessidade em

---

[436] Dia 19/mês.

[437] Dia 9/mês.

[438] Dia 1/mês.

[439] (...) *O infeliz tinha por costume ir à Espanha frequentes vezes por tabaco de contrabando, para si e mais vizinhos. As praças fiscais souberam e começaram a vigiá-lo no posto fiscal de Paradela* (...) (*O Povo da Barca*, n.º 48, 1900).

(...) Está sendo feito por uma forma desenfreada por todo o distrito, o contrabando para Espanha não só em géneros produzidos nesta região, mas também de outros pontos do país, que clandestinamente atravessam o distrito e a fronteira e vão abastecer o mercado espanhol (...) Os géneros que em mais larga escala saem para o país vizinho são cereais, gado, aves, ovos, tabaco, moedas e tecidos (...) (*A Concórdia*, n.º 52, 1920).

direção a Espanha, cuja intensidade aumentou, de modo brusco e assinalável, após o final da Guerra Civil.

Esta falta de géneros essenciais à sobrevivência humana, que teria sido praticamente total, prolongou-se pela década de quarenta, pois, uma vez terminado o conflito espanhol, os residentes nas cidades deslocavam-se às aldeias em busca dos géneros, que não surgiam nos mercados urbanos, contribuindo, assim, para a intensificação acentuada de um fluxo informal, que marcou, de forma indiscutível, o modo de vida destas populações até aos primeiros anos da década de cinquenta.

Este *boom* na economia desviante traduzido no tráfego intenso de bens e géneros oriundos de Portugal, explica-se, também, pela estabilidade política e pela posição de neutralidade assumida pelo nosso país durante a II Guerra Mundial, que lhe permitiu desenvolver setores de produção, nomeadamente, o dos géneros primários, em pleno contraste com o caos generalizado, não só no país vizinho, devido à Guerra Civil, como em toda a Europa, que «espalhava» a penúria e a fome generalizadas.

Para este período, em sentido lato, entre os anos vinte/trinta a quarenta/cinquenta do séc. passado, enquanto os residentes nas bacias de Grou e Montaña evidenciam as boas e fortes relações comerciais clandestinas com Castro Laboreiro, nomeadamente, a Vila, os habitantes nas secções a jusante, respetivamente, do Agro/Montaña e Caldo, relembravam o comércio com os vizinhos do Lindoso e do Soajo, sem esquecerem, também, os castrejos, que contactavam, quer através da Mistura das Águas e Olelas, quer da Ameijoeira (Fig. 101).

Apesar de se tornar muito difícil passar a fronteira era normal, praticamente, todos os dias, mulheres de Castro Laboreiro, do Lindoso e do Soajo, por princípio em grupos, atingirem, respetivamente, as povoações dos vales do Grou e Montaña, ou, Pereira, Olelas e a Illa, ou, Aceredo, Entrimo e, mesmo, Lóbios, com os açafates à cabeça repletos de bens tão primários como sabão, açúcar, café, sal, sardinhas, petróleo, o *gás*, isqueiros, louça, vassouras, tecidos, *enfim... tudo, porque a fome era muita* e havia que os distribuir pelos *comercios* e *portas dos particulares*.

Com estes «distribuidores» cruzavam-se nas sendas, aleatoriamente traçadas, que serpenteavam de forma sinuosa e irregular os interflúvios raianos, outros homens e mulheres, mas galegos, que a título individual, se deslocavam às *casas de comércio* lusas para fazerem as suas compras, que se poderiam destinar, ou, ao consumo familiar, ou, quase sempre, para revenda, quer nas unidades de comércio, quer junto de particulares dispersos pelas aldeias galegas vizinhas.

A estes atores de «iniciativa individual», galegos e lusos, há que acrescentar os comerciantes, *donos dos comércios e das tendas*, que recorrendo a jericos e mulas, sozinhos, ou, com grupos de dez a vinte homens, especificamente contratados, faziam o transporte dos artigos e géneros para transacionarem nas suas lojas, ou, enviarem, por camião, para a cidade.

Uma variedade de outros produtos foram, nas décadas de quarenta e cinquenta, transacionados nos dois sentidos da fronteira, que variaram no tempo, de acordo com as necessidades e vagas do consumo, o sistema cambial e o protecionismo aduaneiro vigente em cada um dos países peninsulares.

Sem nos querer repetir, mas, preocupados em retratar o «ambiente de clandestinidade da época», evidenciamos que, além dos artigos de primeira necessidade transacionou-se para a Espanha, no período imediato à II Guerra Mundial, a sacarina em bruto, os automóveis velhos[440], os ovos, as linhas, o arame. Há, também, a destacar a prata em bruto e a trabalhada, as barras de ouro[441], de estanho e de cobre, enquanto a Portugal afluíam as moedas em prata[442], o chocolate, a pana (bombazine), o *clorato*[443] e instrumentos da lavoura, nomeadamente as sacholas, os arados em ferro e respetivas peças soltas, que muito se rompiam, como os *bicos* e os *rastos*, além do azeite, das bolachas, das galochas, quer para homem, quer para mulher, e dos brinquedos, por exemplo.

Se este tipo de contrabando começou a declinar, sensivelmente, nos meados da década de cinquenta, em função da forte emigração espanhola, nos primeiros anos, para os países da América Latina, as antigas colónias, em que se destacou a Venezuela e, na parte final da década, para a França, não foi sinónimo de desaparecimento desta atividade submersa. Pelo contrário, atingiu as maiores proporções nas décadas de sessenta/setenta pelo volume de «mercadoria» envolvida, concretamente o gado, o café e o tabaco, a que se acrescentam os eletrodomésticos, as televisões, os rádios, as máquinas de jogos, enfim, toda a gama[444] que circulava, quer por Castro Laboreiro, quer pelo Lindoso e pela Várzea, para Espanha.

Este aumento do volume do tráfego está, em certa medida, diretamente relacionado com a abertura de novas vias, mesmo em terra batida, que permitia a circulação de camionetas até próximo da fronteira, pelo que no caso de Castro Laboreiro e das povoações dos vales do Grou e do Montaña, a mula, o meio de transporte de «longa distância», ter sido

---

[440] Com a Guerra Civil as pessoas ficaram sem os automóveis, porque foram requisitados pelas autoridades, mas, conservaram os documentos. Terminada a Guerra Civil, vieram a Portugal comprar, num sucateiro, um carro, desmontavam-no e transportavam-no para Espanha, onde era «identificado», de acordo com a documentação que o comprador possuía.

[441] Após a II Guerra Mundial, décadas de cinquenta e sessenta. Um residente em Queguas referiu-se a este «negócio», como um dos mais difíceis, envolvendo muito pouca gente e designado *pelo negócio da bolsa negra*. O contrabando dos lingotes de ouro também nos foi referido, de modo espontâneo, por residentes em Sabariz, Vilariño (San Xes), Pereira e Cabaleiros (San Martiño). Conseguimos através de um octogenário, que fora Guarda-fiscal no posto de Melgaço, confirmar a «importância» do contrabando dos lingotes de ouro, que chegavam a Portugal, por via marítima, num barco, *altamente secreto*, que partia de Macau.

[442] Após a Guerra Civil com a adoção da nova moeda, a *peseta*, a velha moeda em prata, o *peso,* perdeu o valor fiduciário, pelo que se revalorizou pela prata, sendo muito «procurado» não só em Portugal como nos países da América Latina, as antigas colónias espanholas.

[443] Matéria-prima para a produção do fogo de artíficio.

[444] Adquiriu uma grande popularidade, nos anos setenta, toda a gama *Grundig*.

substituída pelas carrinhas e camiões, que, utilizando a rede de caminhos florestais, aproximavam a carga da fronteira[445], limitando-se os homens, na linha política e divisória dos dois países, a transportá-la, no dorso, durante parcas centenas de metros, em casos excecionais, alguns quilómetros. Esta «alteração» justificaria, em nossa opinião, não só o redimensionamento dos mercados envolvidos, que passaram a incluir lugares muito mais distanciados, como um maior efetivo de clientes caracterizados pelo nível elevado do poder de compra (Fig. 101).

Ora, o gado, nomeadamente o bovino, ao usufruir pastagens de pertença comum às comunidades de ambos os países, tornou-se, desde sempre, o bem «mais fácil» de transacionar, pois, uma vez no pasto, «naturalmente» engrossava a outra manada para não mais regressar.

Por curiosidade, recordamos a legislação que, em 1920, impôs a obrigatoriedade do manifesto do gado[446] em todas as freguesias lusas a uma distância inferior a 10 Km da linha de fronteira, no intuito de restringir o forte escoamento, que se verificava na época, mas que, provavelmente, apenas seria efetivamente conseguido pela fiscalização rigorosa ao longo da fronteira, «apreendendo-se aí todo o gado com destino a Espanha» (*A Concórdia*, 1, 1920).

Como este surto na «exportação» de gado, apenas, terminou quando as duas moedas nacionais atingiram um equilíbrio cambial, já, se não justificava, em 1924, a vigência da referida lei[447].

Na memória dos nossos interlocutores surgia, sempre, em primeiro lugar, como mercadorias de contrabando os animais, bovinos, caprinos e ovinos, cujo fluxo se intensificava de acordo com o calendário das feiras, os locais privilegiados, para as transações. Os animais eram transportados para as cidades, Ourense, ou, as distantes Madrid e Barcelona, através dos camiões que partiam, por princípio, do Valoiro, Caballeiros, Entrimo e Lobios (Fig. 101).

Se neste período o tráfego se fazia sentir nos dois sentidos seria, contudo, mais intenso em direção à Galiza, além de ficarmos convencidos, no caso dos bovinos, que, para Portugal, eram «recambiados» os animais velhos, esgotados, por vezes adoentados, enquanto para a Espanha se escoavam, preferencialmente, os vitelos e os jovens aptos para o trabalho, sendo na primeira década do séc. XXI recordados pela qualidade os bovinos de Ponte de Lima.

---

[445] À substituição do meio de transporte, está associada a «alteração» verificada nos locais, ou melhor, nos marcos considerados estratégicos na *passagem* da fronteira. Assim, a Portelinha adquire uma nova importância, pelo facto de ser o lugar castrejo mais próximo dos marcos 3 e 2, que passam a ter um maior movimento, em detrimento daqueles que conectavam o Penedo do Anamão, os 47 a 42, ou então, os que envolvem, globalmente, a Seara e os Portos de Cima, os 29 a 36.

[446] Decreto-Lei 6 412, de 20 de Fevereiro de 1920, alterado pelo Decreto 6.461, de 2 de Março do mesmo ano.

[447] *A Concórdia*, n.º 4, 1924.

Além da «passagem franca» que as pastagens comuns proporcionavam, quer no «planalto» castrejo, no Quinxo, ou, na serra Amarela, espontaneamente os nossos numerosos interlocutores referiam-nos como outros nós principais do tráfego de gado o Mareco/Pereira e a Mistura das Águas/Olelas.

Com a «nova» rede viária implementada, quer na área lusa, quer na galega, verificou-se um incremento do «comércio submerso» do gado bovino, que envolveu grandes quantidades, só possível porque existiam os patrões locais, os responsáveis perante a «organização sem rosto», pela angariação dos transportadores, os jornaleiros ilegais, e pelas «negociações» com as autoridades fiscais, capazes de garantir a estabilidade necessária à travessia com sucesso da linha de fronteira, sempre efetuada a pé, como no caso do «planalto» castrejo[448].

Por curiosidade, um outro movimento de animais com um certo impacto, mas sem tradição, correspondeu, nos anos oitenta, à entrada de suínos oriundos de Espanha, que chegavam, por exemplo, em Castro Laboreiro, em camião, na calada da noite, junto ao marco 3, onde eram entregues aos homens castrejos, que os tangiam até à estrada, na época designada de nacional, na Portelinha para os transportarem, para o abate, a Vila Verde e Vila Nova de Famalicão.

Nesse mesmo período e em função das novas acessibilidades, fluxo intenso envolveu os congelados, mariscos e «peixe», além das bananas, das Canárias, que, transportados da Corunha, ou, de Vigo, atingiram toda a fronteira, nomeadamente, a limiana em estudo, e que exemplificamos, com Castro Laboreiro, cujas «entradas» se processavam pela Portelinha, ou, pela Ameijoeira.

Curiosamente, não esquecemos o fogo-de-artifício produzido até à década de oitenta em Oleiros, concelho de Ponte da Barca, «transacionado» na Várzea/Olelas e utilizado na festa anual da Illa, fluxo que terminou em virtude de um dos artesãos ter casado com uma autóctone e, por conseguinte, ter surgido uma nova unidade de produção em terras galegas.

Outras transações com muitas décadas de existência e bem presente na memória das populações mais idosas envolviam mercadorias oriundas de outros continentes, a do café e a do tabaco, logicamente o «americano».

Comecemos pelo tabaco e com o exemplo de Castro Laboreiro, precisamente para o período dos finais dos anos sessenta e durante toda a década de setenta, época identificada por um movimento intenso em direção à Espanha.

Transportado para a costa em pequenos barcos, que em autêntica cabotagem, o distribuíam pelo litoral e, em situações particulares, nas próprias margens do rio Minho. Uma vez recolhido nos camiões, que circulavam em vias pouco frequentadas, em terra batida, transpunham Melgaço, para através do vale do Trancoso atingirem Castro Labo-

[448] Incidia preferencialmente nas áreas que envolvem os marcos 2, 3, 10, 18, esporadicamente, o 36.

reiro, onde as mulas o transportavam a vários sítios[449] da fronteira em direção a Espanha (Fig. 101).

Se o comércio do tabaco adquiriu notoriedade, nomeadamente, no planalto castrejo, o movimento de maior impacto teria sido, sem sombra para dúvidas, o relacionado com a transação do café, cuja importação, desde sempre, foi dificultada pelas autoridades espanholas.

Embora o fluxo fosse intenso e sensivelmente constante, a travessia do limiar político era efetuado, sempre a pé, em pequenas quantidades, pois o cheiro ativo que exarava traía o processo mais *suis generis* utilizado pelo transportador.

Mas, quando na década de sessenta a torrefação passou a efetuar-se em localidades espanholas, como Ourense, iniciou-se um novo ciclo, em virtude do café *em cru*, ou seja, não torrificado, não exarar cheiro e, portanto, ser muito mais fácil iludir as autoridades fiscais.

Este facto coincide com o aumento da produção em Angola e a abertura de novos acessos, principalmente em Espanha, pelo que, se por um lado, os «passadores» a título individual proliferaram, por outro, implementaram-se novos esquemas, com o predomínio dos «patrões locais», que em coordenação com os principais gestores sediados em Lisboa e em Ourense, faziam chegar à fronteira camiões de grande porte carregados com toneladas do produto, que se armazenava, enquanto se aguardava pelos momentos mais oportunos para que grupos de homens, lusos e espanhóis, a pé, fizessem o seu transporte, através da fronteira em direção ao país vizinho.

O *negócio do café* envolveu a grande maioria dos limianos de raia, pelo que desde as mulheres e homens galegos e lusos, a título individual, ou, debaixo de ordens do «patrão», aos donos de *tendas*, que acompanhavam as suas mulas e os seus homens, até aos marcos da fronteira, aos *comércios*, ou, então, aos *bandos de homens*[450] oriundos Xinzo de Límia e Celanova que, durante anos, a pé, transportaram muitos milhares de toneladas[451], incrementando-se, assim, um fluxo que se iniciava na região de Lisboa, para terminar nas torrefações espanholas, ou, talvez melhor, no consumidor individual.

Um outro tipo de «atividade submersa», nas décadas de sessenta e setenta, mas diretamente relacionada com o sistema cambial, envolveu as remessas, em francos franceses, dos emigrantes galegos, dando azo a verdadeiras bolsas negras localizadas, por exemplo, no Ribeiro de Baixo, Caballeiros, Sabariz e Pereira.

Os francos eram entregues aos «intermediários», que se deslocavam aos balcões das filiais bancárias sediadas em Portugal, por princípio em Melgaço, ou, em casos esporádi-

[449] Os sítios mais utilizados eram assinalados pelos marcos 10 (para Gorgo), 18 (para Mociños), 23 (para Bangueses), 42 (para Queguas) e 47 (para Vencéans).

[450] *Bandos*, que podiam atingir vinte a trinta, como cinquenta a sessenta homens.

[451] Cada homem transportava, por princípio, uns vinte e cinco a trinta quilogramas de mercadoria, mas, poderiam atingir os quarenta, ou mesmo, os cinquenta quilogramas, caso se tratassem de jovens fortes e robustos.

cos, quando o volume das quantias o justificavam, às vilas mais afastadas, para serem convertidos em escudos, moeda trocada, em Espanha, pela peseta.

A justificação para semelhante tipo de movimento incidia no facto de, por um lado, as autoridades francesas permitirem, apenas, o envio da moeda proveniente dos horários normais de trabalho, por outro, pelo maior quantitativo em pesetas, quando resultante das duas reconversões.

Por princípio, os «agentes» responsáveis por semelhantes transações eram os donos dos grandes *comércios* ou, então, elementos, a título individual, como um caso no Ribeiro de Baixo.

Mas, as sendas e carreiros em que proliferam as *lapas* e rochedos foram, também, em pleno século XX, testemunho das angústias e sobressaltos dos foragidos da Guerra Civil Espanhola e, mais tarde, como já o referenciámos, dos homens portugueses, que *a salto* pretendiam atingir a França.

Histórias de vida, umas, dramáticas, outras consideradas de sucesso, encerram os trilhos e sendas de este Lima raiano, os materializadores de movimentos multisseculares, que variaram de acordo com as épocas, com os bens e pessoas em circulação, mas, sempre sintomáticos de modos de vida paralelos, que o limiar político não conseguiu esvair, apesar dos sistemas controladores alfandegários.

4.2.2. A caminho da Peneda: as peregrinações das gerações seniores

Se a aldeia da Peneda adquiriu expressão no século XVIII, em virtude da fixação dos trabalhadores e famílias, que se deslocavam para participarem nas obras do Santuário, o culto à Senhora das Neves estaria, já, implementado há várias dezenas, talvez melhor, centenas de anos[452].

Se datam da primeira metade do séc. XVIII as primeiras referências escritas sobre o «fenómeno» da Peneda, já, no séc. XVII existia uma ermida, com capelão privativo (1736), que seria o pólo de romagem de muitos peregrinos, quer minhotos, quer galegos, que aumentariam em ritmo acelerado nas décadas e séculos posteriores.

Local despovoado e com difíceis acessibilidades, a Peneda oferecia aos seus visitantes condições inóspitas de alojamento, as *lapas* e *grutas* que proliferavam e, ainda hoje se dispersam na área circundante. Assim, iniciou-se, em pleno séc. XVIII, um complexo de obras grandiosas, que abrangeram não só a construção de um Santuário[453], muito mais amplo,

[452] Desconhece-se a época em que teria surgido o fervor mariano, mas, a primeira metade do séc. XIII poderá ser aventada. Contudo, o culto à Senhora das Neves, na Peneda, poderia ter tido um grande desenvolvimento na segunda metade do séc. XVI devido às fortes epidemias que grassaram por todo o país, nomeadamente, em Braga e Viana do Castelo, o que justificaria a deslocação de muitos devotos à Peneda (PINTOR, 1976: 24-25).

[453] Este Santuário, cuja construção data do séc. XVIII, foi substituído no séc. XIX por aquele que ainda hoje impera sob o «olhar» atento do rochedo imponente, que é o da Meadinha.

relativamente à Igreja, que existia, como a de edifícios grandiosos, os *quartéis*, destinados a alojar os romeiros, além de, gradualmente, se abrirem e corrigirem os caminhos, que à aldeia convergiam.

Quartéis que, ainda, hoje se impõem na aldeia e que são alvo de fortes remodelações, nesta primeira década do séc. XXI, personificam a necessidade imperiosa em se conseguir, desde longa data, alojamento para os milhares de peregrinos, que, ainda, nas primeiras cinco a seis décadas do século XX, se deslocavam, a pé, de locais tão distantes, como os dos concelhos de Melgaço, Valença, Caminha, Monção, Ponte de Lima e Viana do Castelo, ou, das terras galegas de Xinzo del Lima, Ourense, Celanova, Randím e Baltar, por exemplo.

Nas inúmeras conversas informais que mantivemos com galegos e portugueses, todos foram unânimes em afirmar que a devoção à Senhora da Peneda mobilizava na semana das Festas[454], em Setembro, *aldeias inteiras*, ficando, simplesmente, os inválidos, os idosos e os muito jovens.

Pelas descrições que nos efetuaram, de ambos os lados da fronteira, o ambiente vivido nessa semana era muito *sui generis*. De cada aldeia, lusa ou galega, partiam os romeiros em grandes grupos, munidos de uma vara, na qual se apoiavam, do farnel, da pequena *trouxa* e dos indispensáveis instrumentos musicais, não se esquecendo, por exemplo, os portugueses do cavaquinho, da flauta e da concertina, enquanto os galegos do bombo, do recoreco e da pandeireta. Partiam, por princípio, com o pronuncio do crepúsculo da manhã e ao som das cantigas, que os jovens, rapazes e raparigas, faziam ecoar pelo silêncio da *montanha*, ou, pelas ruas das aldeias, que iam atravessando. À medida que se deslocavam, cruzavam-se, sucessivamente com outros grupos, que, em conjunto, continuavam a caminhada (Fig. 102 – mapa – *Lima raiano: Caminhos da Senhora da Peneda, meados do séc. XX*).

Distinguimos os galegos oriundos das aldeias e lugares mais afastados, que se faziam transportar em mulas e jericos, que, uma vez chegados à fronteira, por exemplo, às aldeias de Pereira e Bouzadrago, tinham que deixar os animais, com famílias já com «reservas» de cortes para os abrigar e, claro, alimentar[455], pois as autoridades alfandegárias apenas permitiam a passagem dos peregrinos a pé. Uma vez em território luso, quer entrassem pelos Portos de Cima/Seara, pela Senhora do Anamão/Cainheiras, pela Ameijoeira/Mareco, ou, Mistura das Águas, surgiam-lhes as castrejas a «oferecerem-lhes» os seus jericos, por serem muito mansos e não deixarem cair ninguém (Fig. 102).

À exceção dos romeiros, que, optavam pelos itinerários dos Ribeiros, ou do vale da Peneda, todos se encontravam e reuniam na Vila, onde *matavam o bicho* com um *copito de*

[454] As festas decorrem entre o dia trinta e um de Agosto e oito de Setembro de cada ano.

[455] O «alojamento» de um burro ficava por cinco pesetas.

vinho numa das tendas, a fim de conseguirem forças suficientes, que lhes permitissem vencer as subidas íngremes, que os separavam de Tieiras e Portela do Lagarto (Fig. 102).

Nesses tempos, quem se deslocasse, pela manhã, a Tieiras, à Meadinha, ou, ao Miradouro, por exemplo, desfrutava de uma imagem inédita e inesquecível, oferecida pelos cordões intermináveis dos romeiros que, provenientes das mais variadas direções, convergiam para o fundo do vale em garganta, onde se insere o Santuário (Fig. 102).

Independentemente do percurso efetuado, a chegada ao Santuário verificava-se, sempre, após longas horas de uma dura caminhada, o que não impedia que os romeiros se incorporassem, de imediato, nos rituais litúrgicos e efetuassem as promessas, que se tinham proposto realizar, caso a Senhora lhes tivesse acudido, na aflição, que os atingira.

Após o dever religioso cumprido, quase sempre, com a noite a despontar, pulverizavam-se os grupos, lusos e galegos, que se distinguiam pelas *desgarradas*, pelas músicas e bailaricos a estenderem-se pela madrugada. Eram verdadeiros arraiais, para os quais muito contribuíam a alegria manifestada nas gargalhadas e cantares dos grupos galegos.

Uma vez exaustos, os romeiros «acolhiam-se» sob uma *lapa*, ou simplesmente, num dos degraus do escadório, à espera que a manhã raiasse para, em casos raros, iniciarem o regresso, pois a maioria permanecia, no mínimo, um dia completo[456].

Hoje tudo é diferente. A rede de estradas, ao aproximar as aldeias, possibilitou que os romeiros necessitem apenas de umas horas para cumprirem as suas promessas. Além disso, o fervor extrovertido de outrora, foi substituído, ou, pela indiferença de uma grande maioria dos jovens, ou, por um certo desânimo dos mais idosos, motivado pelas profundas mudanças, algumas introduzidas pela própria Igreja no cumprimento dos votos, outras pelas rusgas, ranchos e desgarradas terem sido substituídas pelos sons esporádicos das concertinas, que, só os homens mais velhos teimam em tocar, num esforço inglório em recordar *os outros tempos das festas da Peneda.*

Se as deslocações a pé desapareceram, encontrámos em Guxinde, no Verão de 2003, grupos de jovens a residirem no estrangeiro e em Ourense, que aproveitavam as férias de Verão para explorarem os itinerários, que os avós tinham efetuado. Estas iniciativas, que já vinham desde 1997, inserir-se-iam numa dinâmica mais alargada, que abrangia as aldeias limítrofes, em que os jovens encaravam as dificuldades e aspereza deste tipo de percursos como autênticas atividades lúdicas radicais.

Também na área lusa, a coincidir com o período das festas recriam-se estes percursos, que atraem muita gente moça, que animada pelo espírito da aventura, por novas experiências e pela curiosidade em descobrir a *serra,* se deixa orientar por «guias», os romeiros de outrora.

---

[456] O dia 5 de Setembro, sempre teria correspondido ao dia de maior afluências de espanhóis, uma vez que o consideram como *o dia da Senhora das Neves.*

Independentemente dos motivos que justifiquem os interesses na reconstituição destas sendas e caminhos tortuosos, talvez estas iniciativas venham a evidenciar que os velhos caminhos da Peneda, «desfalecidos» e abandonados, possam constituir um elemento importante na revitalização destas paisagens, quando, devidamente potencializados num plano integrado de desenvolvimento local.

PARTE III

VALORIZAÇÃO DE UMA ECONOMIA CULTURAL E ORDENAMENTO DE UM TERRITÓRIO

CAPÍTULO 5

SISTEMAS AGRO-SILVO-PASTORIS
(SÉCS. XVIII-XXI)

INTRODUÇÃO

Desde sempre as populações da área em estudo fizeram depender a sua sobrevivência da potencialização dos recursos que o seu *chão* lhes proporcionava, recorrendo, por isso, ao engenho alicerçado num forte espírito de solidariedade e de cooperação, de esquemas e estratégias capazes de maximizar as produções e de enquadrar este Lima de raia numa especificidade própria, embora, se torne mais que evidente o contraste e a variedade das suas paisagens e territórios.

Comunidades isoladas e afastadas dos principais centros urbanos e de decisão, dispersas num território, que *a priori* lhes era hostil, organizaram-se de modo a gerir *per si* a maioria dos seus problemas, de forma autónoma e autogestionária, sem, contudo, ter deixado de existir a propriedade privada e a iniciativa individual, atributos fundamentais das sociedades liberais[457].

Nas aldeias, além da propriedade privada que inclui, predominantemente, as parcelas de cultivo e o edificado, coexiste a montanha em comum, isto é, *o monte*, as terras do comum, incultos ou *baldios*, pela simples razão de corresponder à melhor forma de se conseguir, em termos de rendimento, os resultados mais vantajosos. Se os *baldios* englobavam uma vasta área da aldeia, não passariam de uma reserva patrimonial da comunidade, a quem se reconhecia o direito de gerir diretamente, através do conselho dos vizinhos, que eram sempre os residentes considerados mais idóneos, substituído posteriormente pelas assembleias da freguesia, os *adjuntos*[458] do povo, coordenadas pelas Juntas de Paróquia, as atuais Juntas de Freguesia.

Baldios, expressão que as populações associam, normalmente, à terra que a ninguém pertence, poderá ter origem germânica, no sentido que lhe davam os germânicos na sua fase nómada de «espaço vital, livre à expansão das gentes». Os *baldios*[459] não estando individualmente apropriados, são «"cousas comuns" em que não se pode incluir a exploração silvo-pastoril, de caráter privado, dos terrenos em comunhão»[460]. Pelo contrário, para as populações, a expressão *maninho* significa o que é improdutivo, por não servir para agri-

---

[457] POLANAH, 1990: 66.

[458] Designação que a população mais idosa do Lindoso, ainda hoje, atribui às reuniões dos moradores convocadas pela Junta da Freguesia.

[459] Divergem as opiniões sobre o conceito de *baldio*. Como simples ilustração, mencionamos dois conceitos:

(...) *em sentido rigoroso só são terrenos baldios aqueles que estão na propriedade comum particular de todos os moradores ou vizinhos de um determinado lugar, aldeia ou região, sendo por isso vedado a qualquer deles individualmente o aproveitamento particularizado de todo ou parte do terreno; trata-se de uma propriedade particular comum não personalizada* (...) (CASTRO, 1963: 277).

(...) *Aqueles terrenos que ficaram pertencendo aos moradores do termo e no seu domínio em comum, assim como os allodiaes no seu domínio em particular e que antigamente se explicarao pela palavra logradouros do povo* (...) (PORTUGAL, 1790: 414).

[460] VELOZO, 1953: 11-23.

cultar, como são os pastos e os *montes*, pelo que será o termo mais adequado para referenciar os terrenos sujeitos à exploração agro-pastoril em comum.

À exploração em comum estão associados um conjunto de direitos, os de *servidão*, que não constam de qualquer documento escrito a que se possa atribuir validade jurídica, em face do direito português, por falta de forma legal. São mesmo incompatíveis com as leis civis e administrativas, como o *compáscuo*, as passagens (por carreiros e sendas tortuosas e caminhos), o corte de lenhas e matos, a exploração e aproveitamento de mães de água.

Os direitos de *servidão*, parte integrante da exploração, estabelecidos sobre prédio alheio em benefício dos terrenos da aldeia, isto é, os terrenos em comunhão, ao transmitirem-se segundo os usos e costumes, desde *tempos imemoriais*, constituem uma verdadeira instituição, a *instituição costumeira*.

Desconhece-se a origem da exploração em comum, mas estará associada a uma época longínqua, muito provavelmente, à pré-romana[461]. No entanto, sem pretendermos questionar a possível génese e evolução histórica, a sua importância advirá da época da Reconquista e da consequente organização dos territórios em estudo[462].

Atendendo às condições associadas ao alargamento gradual e à consolidação do País, o poder monárquico confrontou-se com a necessidade da concessão de forais, que, em muitos dos casos se limitaram a confirmar um conjunto de direitos e deveres dos residentes em lugares considerados em posição estratégica, como eram a dos espaços de raia, que abrangiam naturalmente o reconhecimento e a confirmação do direito à usufruição das vastas áreas de incultos, os terrenos de exploração comum.

Também o poder real e o senhor feudal, para se pagarem da proteção, que garantiam às populações debaixo da sua alçada lançavam tributos, que revestiam a forma de *montádego*, ou, *montado* e, em muitos casos, de um simples *foro*, que pagava o concelho em conjunto, ou, os usufruidores dos terrenos para pastos.

Além disso, tornou-se evidente em certos diplomas que o Monarca e o Senhor impunham a obrigação de «consentir-se o aproveitamento por todos os moradores da povoação» mesmo que não se tratasse de herdeiros. Deste modo, desvinculava-se o terreno dos seus primeiros proprietários, ou, dos seus representantes, tendo, assim, muito provavelmente surgido os primeiros *baldios* no sentido que lhe é atribuído pelo povo, a terra a que ninguém pertence.

---

[461] SAMPAIO, 1923: 31.

[462] Após a Reconquista, encontram-se diplomas régios de concessão singular e coletiva de terras, como, por exemplo, nas *Inquirições de Afonso V*.Além disso, relembramos, na sequência de usos e costumes vindos de gerações anteriores, os privilégios das populações do Soajo, Lindoso e Britelo, decorrentes dos *direitos de montaria* em vastos espaços das serras do Soajo, Peneda e Amarela (Capítulo 2, *Povoamento serrano.*).

Contudo, grande foi a luta contra a exploração silvo-pastoril em comum, que, apesar de todas as vicissitudes, ainda persiste na área em estudo, pois, tem a inspirá-la a premente necessidade económica das populações.

Se a exploração silvo-pastoril foi ao longo da história alvo de rudes golpes[463], abordaremos na legislação produzida e implementada no séc. XX pelo Estados Novo e Democrático, a que teve maior impacte na área em estudo, profícua em gado (bovino e cavalar), ovinos e caprinos, mediante o pastoreio em comum e a propriedade solidária e indivisível dos *montes*.

O modo como se desenrolaram e organizaram as tarefas na exploração silvo-pastoril em comum esteve, estritamente interligado com os ciclos vegetativos das culturas, que se praticavam, quase sempre, a altitudes inferiores, em explorações agrícolas, de pequena dimensão e de tipo familiar, mas, juridicamente, propriedade privada.

Da complementaridade dos rendimentos oriundos das duas formas de exploração, a silvo-pastoril em comum e a agrícola, familiar e por conta própria, dependeu, desde tempos desconhecidos, a sobrevivência das famílias na base de um sistema agro-silvo-pastoril, que, em pleno séc. XXI, apenas os mais idosos são capazes de se pronunciarem sobre a importância efetiva na vida da aldeia, de uma forma de exploração tão *sui generis*, a agro-silvo-pastoril.

5.1. A EXPLORAÇÃO SILVO-PASTORIL EM COMUM

As extensas áreas de lande, com o predomínio da carqueja, da urze e de um fino pasto de gramíneas, que proliferam pelas *serras* do Lima raiano, justificam a intensidade das práticas pastoris verificadas e que foram organizadas mediante o pastoreio em comum na propriedade indivisível e solidária, em que se distinguiram os *montes*.

A primeira documentação específica, que conseguimos encontrar, para a área em estudo, e que retrata a importância económica das pastagens em comum, reporta-nos para o séc. XV, precisamente quando Afonso V na sua visita ao Minho satisfez a petição das populações, nomeadamente as de Castro Laboreiro, ao permitir-lhes manter seculares costumes da fronteira livre, que incluíam o pastoreio comum dos gados, lusos e galegos, em *montes comuns*, que ignoravam a divisão política, ou, quando o mesmo monarca abriu

[463] Com a Lei das Sesmarias (1375) o monarca Fernando iniciou uma verdadeira perseguição política à exploração silvícola e pastoril exclusiva, ao exigir o aproveitamento das terras «que são para dar pão e não o dão» e ao proibir a posse de gado a quem não era lavrador e confinar, em caso de infração, o confisco deste ao comum do lugar («Lei das Sesmarias», *Ordenações Afonsinas,* Liv. IV, título 1.º, § 12).

exceções, como as conferidas aos monteiros do Soajo, traduzidas, por exemplo, na manutenção do *compáscuo* em *montes* galegos[464].

Contudo, o *compáscuo* gratuito em *montes comuns*, que ignoravam as nacionalidades, punha-se, já, em causa no séc. XVI, como se constata na Carta de Foral atribuída pelo monarca Manuel a Castro Laboreiro, em que se expressa a manutenção da gratuitidade dos pastos para o gado galego, nomeadamente o proveniente de Celanova e de Milmanda, em cujas pastagens, também, os gados portugueses deambulavam livremente, apesar da denúncia da «malícia» de certos galegos, pelo que, para esses, se tributariam determinados valores, caso demandassem as pastagens castrejas[465].

Recordamos, ainda, a perda do *compáscuo* gratuito no Monte do Quinxo, que atingiu o gado do Lindoso, em detrimento do galego, pelo facto do Alcaide ter pura e simplesmente deixado de enviar os seus animais, perdendo-se, assim, *um uso e costume*, que perduraria há cerca de uns trezentos anos, conforme referem, de modo preocupado, residentes do Lindoso, que colaboraram na demarcação da freguesia, em 1538[466].

Mas, se é um facto, que os *montes comuns* a lusos e galegos, se foram esvaindo, à medida que se definia e estabilizava a fronteira, não podemos deixar, desde já, de mencionar, a título de exemplo, sensivelmente, até à década de sessenta do séc. XX, quando o pasto rareava na parte lusa, ser frequente os gados das aldeias do Castelo do Lindoso, Cunhas, Paradela e Várzea transporem as linhas de água do Cabril, Lima e Laboreiro, para pastorearem nos Montes de St.ª Eufémia e do Quinxo, ou então, os de Castro Laboreiro descerem até às pastagens da Carballeira, em Queguas, assim como, em pleno séc. XXI, no planalto do Laboreiro as manadas de gado, de ambas as nacionalidades, indiferentes aos marcos bem visíveis, que assinalam os territórios dos dois países, pachorrentamente pastarem durante os meses estivais no cumprimento dos *usos e costumes*, que vêm desde os *tempos imemoriais*, *apartando-se*, apenas, com o regresso às respetivas aldeias, devido aos rigores do Inverno, nas bacias do Grou e Montaña, ou, do Laboreiro (Fig. 3).

Nem sempre o pastoreio no outro lado da fronteira era feito de modo calmo, como nos comentava, em Abril de 2003, um habitante octogenário do Castelo do Lindoso, quando se referia aos *currais*, só para bois, sitos junto à fronteira, mas em território espanhol, os de Gavião e da Torre, ainda utilizados, quando era jovem, e claro está, em situação clandestina, correndo-se, permanentemente, o risco de os bovinos serem apreendidos pelas autoridades espanholas, o que acontecia, com frequência, pelo que se tornava necessário *conversações*, que terminavam com a libertação, após o pagamento de uma avultada multa.

Apesar dos «incidentes» esporádicos as populações, independentemente da nacionalidade, associam genericamente a expressão *os montes* à terra a que ninguém pertence, distri-

---

[464] Esta problemática foi abordada no Capítulo 1, *Os espaços de raia.*

[465] DIAS, 1969: 66.

[466] A.N.T.T. – T*ombo e Demarcação* ..., 1538, N. A., n.º 289, r. 1762, fls. 138-142.

buindo-os pelas diferentes aldeias, ou melhor, por cada *povo* de acordo com a delimitação efetuada, há muitos séculos e através de marcos, que, ainda hoje, persistem e se respeitam.

Deste modo, a comunidade de cada aldeia usufruía o seu *monte* no pastoreio em comum das *reses* e do gado, na extração das lenhas e dos matos, aquelas fonte de combustível, estes o «forro» das camas dos animais.

Esta forma curiosa de exploração, a silvícola em comum, era regulamentada em cada um dos lugares por um conjunto de normas, que constituíam parte de um código, o *Código das Posturas*, sujeito a alterações através dos tempos, de acordo com os interesses dos membros das diferentes comunidades. Essas alterações, assim como as regras novas, eram propostas, ora pelo Presidente da Junta, ora pelos próprios moradores, que em assembleia discutiam e aprovavam, por maioria, mas, quase sempre por unanimidade, as novas tomadas de decisão, que, como no Lindoso eram enviadas ao edil concelhio para serem homologadas e, posteriormente, entrarem em vigor, ou, como no Soajo, passavam de imediato a edital afixado na porta principal da Igreja Matriz, enviando-se uma cópia ao administrador da comarca, com exceção para aquelas que, segundo a opinião da assembleia, necessitavam de um estatuto «com maior força», apenas obtido pela homologação do administrador concelhio[467].

Em Castro Laboreiro, enquanto concelho e até meados do séc. XIX, os castrejos dirigiam-se à Casa do Paço, no lugar da Vila, para em dia de sessão camarária coordenada pelo «Presidente e mais vereadores efetivos» requererem que fossem *coutados* determinados *montes*, a fim de revitalizarem áreas de pastos, lenhas e matos, recorrendo, por vezes, à instância superior, a Administração Geral de Viana, quando a concelhia, provavelmente não se mostrava disponível para o respetivo deferimento, acabando, contudo, por decidir, de acordo com a decisão tomada pelo órgão hierárquico superior.

A edilidade não se limitava a deferir os requerimentos que solicitassem a *coutagem dos montes*, mas também, os pedidos de delimitação das áreas em comum entre aldeias vizinhas, como, por exemplo, as do Mareco e Ribeiro de Cima, ou, a ordenar a delimitação física.

Independentemente do tipo de órgão a decidir, uma preocupação sempre presente nas populações e, facilmente, detetada através da leitura das atas das assembleias das fre-

[467] Procedemos à leitura das atas das assembleias das freguesias do *Soajo, Gavieira, Castro Laboreiro e Lindoso*, que se encontram nos *Arquivos* das respetivas Juntas. Decidimo-nos por este grupo de freguesias, por estarmos convictos, após a investigação efetuada junto das populações da área em estudo, que as quatro freguesias são bons elementos representativos do Universo alvo do nosso trabalho. A distribuição em mancha, aparentemente desequilibrada, em relação às duas margens do Lima, justifica-se pelo mero facto da complexidade na organização territorial da margem direita limiana ser muito mais acentuada. Conseguimos no *Arquivo da Junta do Soajo* a ata mais antiga, ano de 1855, enquanto no *Arquivo da Junta da Gavieira* a primeira ata «conservada» data de 1938. Nos *Arquivos das Juntas do Lindoso e de Castro Laboreiro* encontram-se atas das assembleias de freguesia a partir do ano de 1900. Em relação a Castro Laboreiro, no *Arquivo da Câmara Municipal de Melgaço*, existe um único exemplar, o «Livro de Registo de Actas das Sessões do concelho» e extinto em 1855, com uma só freguesia, Castro Laboreiro, para o período 1839-1849.

guesias, relacionava-se com a necessidade de se *demarcarem* e *coutarem* terrenos na exploração em comum, evocando-se o benefício de todos, ou, da maioria dos moradores, resoluções frequentemente acompanhadas pela implementação de uma vedação, pois pretendia-se a maior eficácia nas decisões tomadas.

Assim, uma gestão equilibrada, ou, melhor, sustentada na utilização dos recursos, que eram escassos, exigia que se proibisse, isto é, *coutasse* durante um determinado período, por sinal, muito variável, pois era estipulado de acordo com o tipo e o estado de depredação do bem que era necessário recuperar, as pastagens para o gado *vacum*, lanígero ou caprino, as lenhas e matos, ou, então, o torgo para a feitura do carvão. Quem «esquecesse» as regras era punido, por princípio, com a aplicação de multas pecuniárias.

Num esforço em entendermos esta forma tão *sui generis* de exploração silvícola, deparámo-nos com uma série de questões, como por exemplo, as que envolviam a marcação dos «talhões», que cada morador podia usufruir, isto é, roçar mato, cortar lenha, ou, arrancar torgo para fazer carvão, precisamente até aos anos cinquenta do séc. XX.

Em relação às lenhas, como as coberturas arbóreas eram escassas e, praticamente, inexistentes, não se levantavam quase nunca problemas relacionados com a aquisição do material lenhoso, sendo as populações «obrigadas» a eleger como combustível principal e normal o *torgo* e *giesteiras*[468]. Contudo, quando os povoamentos arbóreos existiam, deliberavam-se medidas proibitivas a fim de, entre outros motivos, proteger a mancha em causa.

Mesmo numa leitura breve e sumária, mas, minimamente elucidativa sobre o significado dos *montes* nas economias locais há que distinguir, em primeiro lugar, os *montes altos* dos *montes baixos*[469], aqueles bem afastados da aldeia, logo com maiores distâncias a percorrer no transporte dos materiais, o lenhoso e arbustivo, com muito más acessibilidades, portanto, só pretendidos pelos moradores em último recurso. Assim, caso não estivessem *coutados*, o que era raro, cada residente podia roçar mato e fazer carvão no *sítio*, que lhe parecesse mais favorável.

Uma certa ordem havia que se estabelecer na utilização dos *montes baixos*, os mais próximos das aldeias, os mais acessíveis e, também, em função das condições naturais, aqueles que ostentavam cobertura vegetal mais densa e viçosa, o que tornava premente a respetiva *coutagem*.

Nestes *montes* muito dificilmente era permitido arrancar *torgo*, ou, outras espécies vegetais, com a finalidade de se fazer carvão. Em relação ao roço de matos, uma vez aberto

---

[468] Evidenciamos Castro Laboreiro, em que as populações selecionavam determinadas parcelas, para um sistema rotativo plurianual, entre a giesta e o centeio. Contudo, não podemos confundir o sentido desta expressão com o significado agrícola.

[469] Não se pode confundir o sentido desta expressão com o significado agrícola que adquire no *Dicionário de Valdez*, *monte bajo* «monte baixo, coberto de arbustos, silvas e plantas rasteiras», em paralelismo com *monte alto* «monte, mata, bosque florestal, selva alta, povoado de árvores corpulentas», *monte tallar* «mata, floresta de corte, que se decota de tempos a tempos e cujas árvores não excedem a quarenta anos» e *monte blanco* «mata comum ou pertencente a todos» (NEVES, 196: 24).

o *couto*, em função da mancha existente e das necessidades de cada um, procedia-se na aldeia a uma combinação tácita, para atribuição dos talhões a roçar, ou então, muito simplesmente, o primeiro a chegar cortava uma manada de *estrume* com a qual formava um feixe, que era posicionado de modo a *demarcar* e a informar o vizinho, que chegasse a seguir, da área eleita, código entendido, e que o levava a iniciar o roço um pouco mais adiante.

Nesta forma usual e normal de distribuição das manchas de mato, o *estrume* dos *montes em comum*, distinguia-se a freguesia do Lindoso, em que esta tarefa era da exclusiva competência da Junta de Freguesia, que tomava a seu cargo o sorteio das parcelas cujo número correspondia ao total das famílias interessadas. Esta «prática» terminou relativamente há poucos anos, pois está bem presente na mente dos residentes com mais de quatro décadas de idade.

Pela investigação efetuada estamos convictos que o Lindoso foi a freguesia em que a Autarquia mais se impôs na gestão muito controlada das áreas silvícolas em exploração comum, os vulgarmente denominados *montes*.

Assim, por exemplo, as áreas em que era permitido o arranque e extração das *urzeiras* para fazer carvão, localizavam-se praticamente apenas nos cimos afastados, sendo a atividade quase e só permitida àqueles residentes que não tinham outros recursos para participar nas despesas comuns da freguesia e, então, a Autarquia autorizava-os, em determinadas áreas, mesmo *coutadas*, *à feitura* do combustível, com a condição de ser transacionado na totalidade, para que o resultado da venda se destinasse exclusivamente aos cofres da Autarquia.

Estamos convictos que *fazer carvão* foi uma atividade importante para todas as comunidades da área limiana em estudo, mesmo que para isso fosse necessário recorrer a uma certa clandestinidade na freguesia onde se residia, ou recorrendo às vizinhas, quando a aldeia tinha *poucos montes*. O carvão, material combustível que se vendia bem nos centros urbanos próximos, Ponte da Barca, Melgaço, ou, Arcos de Valdevez, nos ferreiros, principalmente, nos de «renome», que, em virtude da numerosa clientela, precisavam de quantidades assinaláveis, dinamizava todo aquele grupo social que não possuía *terras*, ou, então, eram detentor de exíguas parcelas, insuficientes para a sobrevivência do agregado familiar.

O carvão corresponderia, nas primeira metade do séc. XX, a uma fonte assinalável de receita para populações, como as da Ermida, Britelo ou Entre Ambos-os-Rios, pois tinham de certo modo mercado assegurado em Paradamonte, na Central Hidroelétrica do Lindoso, ou, no lugar da Igreja, em Entre Ambos-os-Rios, num ferreiro com muita clientela e, portanto, a forja consumia grandes quantidades do produto, ou, no «almocreve» de Braga, que todas as semanas trazia mercadoria, nomeadamente mercearias e *carregava* carvão.

À exceção da Ermida, Lourido ou Froufe, que tinham *muitos montes* e, portanto, aos habitantes não lhes era difícil, nas maiores altitudes, *fazer uns sacos de carvão*, as outras populações vizinhas viam-se na necessidade de na calada da noite *subir aos montes* que não

lhes pertenciam para durante a madrugada, isto é, no pronuncio da alvorada *fazer* as quantidades suficientes do combustível que tinham assegurado aos seus fregueses.

O aproveitamento diário da exploração silvícola em comum, traduzia-se no *compáscuo*, pelo que as pastagens para os gados bovino, cavalar, muar e asinino, ou, para os ovinos e caprinos, tinham que ser preservadas na base de uma utilização sustentável que as populações conseguiram através da *demarcação dos coutos*, principalmente nos *montes baixos*, cujas regras eram rigorosamente cumpridas pelos pastores a fim de se evitar sanções bem onerosas.

Um outro aspeto, em nosso entender relevante, relaciona-se com a *desamortização* destas áreas *baldias*, por vezes, gradual, por vezes, mais brusca a favor de terceiros, nomeadamente privados.

Sem querermos enveredar por uma problemática tão vasta e complexa, como é a *desamortização dos baldios* e que nos reporta à revolução burguesa de 1383-1385, limitámo-nos a referir, na base da investigação efetuada, a venda de frações, as parcelas, com dimensões das mais variadas, pelas diferentes Juntas de Freguesia, que advogavam a necessidade da obtenção de um pecúlio para o equilíbrio do orçamento da Autarquia, nomeadamente, quando enveredavam por obras de interesse público, como a abertura de vias, a construção de edifícios escolares, ou até, por lhes ser exigido pela autarquia camarária a contribuição no edificado concelhio.

Também é normal e frequente nos diferentes *Livros de Atas* das assembleias de freguesia por nós consultados encontrarem-se desabafos, quer por parte da Autarquia, quer por parte de cidadãos, sobre múltiplos casos de apropriação de áreas de exploração comum, levadas a efeito pelos habitantes, sendo-lhes proposto a compra desses mesmos terrenos para, assim, melhorar os cofres da Autarquia, ou, pelo menos, uma coleta, de modo a contribuir para o bem público.

Uma atitude muito generalizada e bem evidenciada nas *Atas de Assembleia* das diferentes freguesias a partir dos anos vinte, prolongando-se pelas décadas de trinta e quarenta do século passado, era o pedido por parte dos residentes e sempre aceite da concessão de licença para exploração agrícola de um *pedaço de terreno baldio*, que podia atingir milhares de metros quadrados, no Soajo, ou, simplesmente umas centenas, na Gavieira, em troca de um valor pecuniário simbólico.

Evidenciamos Castro Laboreiro, onde na década de vinte, os habitantes solicitavam uma licença para cultivar parcelas de *terreno baldio*, cujas áreas podiam mediar entre os 300 a 7000m^2, por prazo de um ano, que automaticamente era revogada por períodos sucessivos, conforme nos informaram em Fevereiro de 2004[470].

Assim, de forma gradual e legitimado por um quadro legal, que se vem implementando desde as *Ordenações Filipinas* (1602), os terrenos a que ninguém pertencem, nomea-

[470] DUARTE, 1976: 19.

damente os da área em estudo, passam para os órgãos administrativos, como as Juntas, ou, mesmo os Municípios, que os retalham e os entregam em exploração privada a famílias, que se tornam pequenos agricultores[471].

Contudo, estamos convencidos que a privatização de manchas *baldias* teria adquirido um novo ritmo na área em estudo e nas década de quarenta/cinquenta com a chegada dos agentes dos Serviços Florestais, que teriam sido «benévolos» para todos aqueles que lhes apresentassem o simples pedido de uma «reserva» para cultivar, ou, a mancha delimitada por um muro, *démarches* suficientes perante as novas autoridades para a comprovação da «propriedade privada».

Mas, se a paisagem dos *montes*, através dos muros que foram construídos, adquiriu as marcas da propriedade privada em detrimento da exploração em comum, esta é atingida no seu cerne, por um rude golpe, talvez, o mais incisivo, com a ocupação dos Serviços Florestais, consequência da implementação do *Plano de Povoamento Florestal*, iniciado em 1939.

Se somos de opinião, pela leitura das *Atas de Assembleia* das freguesias, que a exploração silvícola em comum se enquadrava num corpo administrativo, que era a Paróquia, não foi essa a convicção dos órgãos da *Junta de Colonização Interna*, quando em 1939, procederam ao «levantamento dos baldios», considerando, nomeadamente *os montes do Soajo e Gavieira*, «bens do concelho» e Germil «sem baldios».

Um comportamento impróprio tiveram os órgãos dos Serviços Florestais para com as comunidades de Ermida, Froufe, Lourido e Sobredo, quando classificaram os seus *montes* bens do Município.

Trata-se de comunidades que foram integradas no *Couto de Aboim*, cujo domínio senhorial pertencia à Ordem de Malta e extensivo, portanto, aos respetivos *montes*, expressamente delineados no séc. XVII (1658) na demarcação[472] do *Couto de S. Silvestre da Ermida*, com as populações a pagarem um *foro* em função do domínio útil.

Assim, quando o primeiro *Código Civil*, em *1867* aboliu a *Enfiteuse* os habitantes de estas aldeias passaram a ser os proprietários de todos os antigos territórios enfitêuticos, nos quais se incluiriam, como seria de esperar, os respetivos *montes*.

Ora, populações herdeiras do extinto *Couto de Aboim*, precisamente, as da Ermida, Lourido e Froufe, quando confrontadas pelos Serviços Florestais enveredaram pela via judicial, na reivindicação do direito de propriedade sobre os *montes*, que tinham adquirido quando da extinção da *Enfiteuse*, no séc. XIX, e que lhes foi reconhecido por sentença do Tribunal da Relação do Porto na década de cinquenta.

Assim, surgiu na margem direita do rio Lima, nomeadamente nos três aglomerados alvo deste trabalho, uma situação jurídica de propriedade que muito provavelmente seria

[471] SAMPAIO, 1885: 208-209.

[472] A.D.B. – *Livros de Tombos*, «L. Comenda de Távora», n.º 69, 1658, fls. 1087-1090.

a «normal» numa evolução «lógica» dos «terrenos a que ninguém pertence», caso não se tivessem verificado as sucessivas «intromissões» legislativas, iniciadas com o monarca Fernando I, mas que se acentuaram a partir de Filipe II.

Desta nova situação, isto é, do reconhecimento pela via judicial do direito de propriedade para todos os habitantes das três povoações em relação aos respetivos *montes,* houve a necessidade, de imediato, em constituir uma entidade de personalidade jurídica capaz de representar os coproprietários, pois, logo se levantaram questões, como a do pagamento da contribuição, a «velhinha décima», que de bom grado e, por que não dizê-lo, até, felizes, todos contribuíram com a parte que lhes cabia, até aos finais da década de setenta, além dos trâmites inerentes à reutilização de tão vastas manchas silvícolas.

Há a realçar, que indiferente ao tipo de propriedade, o modo de exploração silvícola em comum sempre foi similar para toda a área em estudo, apesar das *nuances* que, por ventura, distinguiam as diferentes comunidades.

Retomando as *démarches* desenvolvidas pelos órgãos da *Junta de Colonização Interna*, que visaram a implementação dos povoamentos florestais e, independentemente, dos problemas como os que envolveram a Ermida, Lourido e Froufe, no que concerne ao regime de propriedade, há que ter em consideração as estratégias adotadas, por exemplo, no levantamento das variáveis utilizadas na elaboração do plano a aplicar nas áreas a reconverter, cujos valores foram solicitados pela *Direção Geral da Ação Agrária Social*, *Divisão de Baldios, Incultos e Colonização aos Municípios*, que, por sua vez remeteram para as *Juntas de Freguesia*, que se limitariam a apresentar valores prováveis, como podemos constatar no Lindoso.

Apesar de toda a subjetividade, os valores publicados permitem-nos, pensamos nós, uma interpretação, embora tendencial, das áreas a ocupar pelas «novas» associações vegetais, na extensa mancha, parte integrante da multissecular exploração em comum (Quadro 24 – *A margem direita do Lima luso: Baldios e plano de reconversão na década de quarenta*).

Se não restam dúvidas que para qualquer uma das quatro freguesias são as áreas de exploração em comum, que predominavam em relação às privadas, isto é, à «propriedade particular», a Gavieira e Castro Laboreiro surgiram como as detentoras das maiores extensões de solos com aptidão para os povoamentos florestais, destacando-se aquela, a Gavieira como a entidade que «entregou», praticamente, todo a sua área de exploração em comum (86%) aos Serviços Florestais.

Em Castro Laboreiro distinguiu-se a mancha granítica, que foi submetida à florestação, da xistosa que preservou a cultura secular do centeio em rotação plurianual com o pousio, rapidamente coberto pelo giestal, e o respetivo aproveitamento comum pelos gados. Além disso, manteve-se, mas, em *logradouro comum*, devidamente, regulamentado, a divisão rotativa das parcelas, por família, para o cultivo do centeio, a par da pastagem em comum do gado.

Ao Soajo, logo seguido pela Gavieira, foram permitidas as maiores áreas, em valores absolutos, de *logradouro comum*, que, devidamente regulamentadas asseguraram às respe-

tivas Juntas de Freguesia o rendimento capaz de garantir os trabalhos de benfeitorias como, por exemplo, a reparação e construção de *levadas* e represas, a captação de águas, ou, o melhoramento de pastagens.

Ermelo seria a freguesia cuja mancha de usufruto comum atingiu uma área superior, em relação à entregue aos Serviços Florestais, embora, em termos comparativos, ficasse aquém da verificada no Soajo, Gavieira, ou, em Castro Laboreiro.

Não é difícil constatar e admitir, perante a observação deste exemplo que, em nosso entender, é representativo da forma como decorreu a implementação do *Plano de Povoamento Florestal*, na década de quarenta, a redução substancial dos *montes* em comum, porque lhes subtraíram os localizados nas chãs e vertentes[473], cujas condições locais de clima favoreciam os povoamentos de folhosas e resinosas, de acordo com o limiar das condições favoráveis ao desenvolvimento dos ciclos vegetativos, o que ocasionou reações, por vezes violentas, por parte das populações.

A rigidez das normas a cumprir não permitia a conciliação desejável entre o poder institucional, ou seja, o dos interesses do Estado, numa atitude de ocupante e empresário, com o interesse das comunidades, embora técnicos florestais, diretamente responsáveis pela implementação da obra, reconhecessem que o regime silvo-pastoril poderia resolver, a contento, os problemas das populações, deixando-se a arborização para as áreas, ainda, vastas, mas, correspondentes às superfícies pedregosas, ou, então, ameaçadas pela erosão.

Ainda hoje, na área em estudo, as populações mais idosas têm bem presente a dificuldade decorrente da subtração das extensas áreas destinadas às novas plantações, assim como no período posterior, as relacionadas com o crescimento das espécies arbóreas.

Relembramos que o povoamento arbóreo subiu em altitude de acordo com as condições locais de solo, temperatura e humidade, pelo que todos os espaços que não reuniam condições favoráveis ao ciclo vegetativo das espécies a plantar, passaram a constituir os *montes em comum*, sempre, os mais afastados e que se estendiam pelas chãs elevadas, por princípio, exclusivas dos gados bovino e cavalar.

Então, para que os gados atingissem as pastagens tornava-se necessário, na maioria dos casos «atravessar» as áreas de plantação, além de pastorearem, frequentemente, próximo dos respetivos limites, saltando, com facilidade, para as novas coberturas vegetais. No sentido de obrigarem os donos a uma vigilância apertada, eram aplicadas multas, cujo valor se tornava desmedido e insuportável para as magras bolsas dos criadores.

Numa tentativa de evitarem as pesadas multas, as comunidades dos diferentes lugares sentiram-se na necessidade de construírem muros em pedra, com centenas de metros de comprimento, a ladear os caminhos e veredas, de modo a impedir a entrada dos animais nas áreas recém-plantadas e a proteger.

---

[473] As áreas de lande, que se desenvolviam entre os valores médios dos 600 a 800 metros de altitude.

Mas, mesmo assim, não conseguiam suster de modo eficaz os animais pelo que não encontraram outra solução, senão a que implicou a venda compulsiva de grande parte da *rês* e, por vezes, da manada.

As múltiplas conversas, de carácter informal, que estabelecemos com os residentes mais idosos, permitiram-nos distinguir posicionamentos diferenciados das populações perante a ação dos responsáveis pelos Serviços Florestais nas décadas de quarenta e cinquenta.

O grande grupo, o dos descontentes, constituído por aqueles cujo *modus vivendi* dependia dos animais de pastoreio, que ao ser-lhes retirado muitos hectares de pastagem, se lhes depararam como alternativas a venda compulsiva de centenas de cabeças, nomeadamente caprinos, e o recurso a novas estratégias na vigilância dos animais, que conseguiram manter.

O grupo dos favoráveis em que se distinguiram aqueles que nada ou pouco possuíam e graças à *Floresta* conseguiram trabalho nas plantações e respetiva manutenção, a par de um outro, mesmo, minoritário, o dos proprietários «maiores», como na «vila» do Soajo, que arrendavam as suas terras e pagavam um salário aos pastores, conseguindo, com facilidade, alargar os seus *montes* em função do *baldio*, como consequência dos diálogos fáceis e amenos estabelecidos com as equipas técnicas.

Atualmente, a opinião das gerações com menos de quatro décadas de idade é, de um modo geral, favorável às políticas florestais das décadas de quarenta e cinquenta, pois viabilizaram a cobertura arbórea de extensas áreas, que as populações nunca teriam conseguido, lamentando, contudo, a implementação desorganizada em termos paisagísticos e ambientais.

Uma política similar de conversão florestal atingiu, também, nas mesmas décadas, os *montes* galegos. A atitude de descontentamento por parte das populações, que se viram privadas de áreas substanciais de incultos em comum, não diferiu, em muito, da assumida pela gente lusa, mas cujas repercussões far-se-iam sentir mais tarde, através dos incêndios propagados, como represália das medidas florestais tomadas em anos anteriores.

Contudo, para que estas áreas florestadas, galegas e lusas, voltassem a estar sob o controlo das respetivas comunidades, ou melhor, das respetivas Juntas de Freguesia e de Paróquia, tornou-se necessário a implementação, em ambos os países, do regime democrático, pelo que no ano de 1976 foi aprovada, em Portugal, a nova legislação regulamentadora do funcionamento dos seculares *montes explorados em comum*[474].

A subtração de manchas de exploração comum, com expressão muito significativa na sobrevivência das populações, teve como consequência imediata, a redução drástica do efetivo pecuário, a que o limiano, luso e galego, respondeu com a procura de novos horizontes de trabalho, por vezes, bem distantes do torrão natal, mas, que estão na génese de um

[474] RODRIGUES, 1987: 60-62.

novo quadro sociocultural, que, atualmente, envolve e distingue estas populações *serranas* e de raia.

Então, até meados do séc. XX, a economia das populações dependia, primordialmente dos respetivos *montes*, cuja expressão máxima da sua importância se refletia no pastoreio em comum, nomeadamente, dos bovinos, caprinos e ovinos.

A primeira referência explícita às variedades de gado criadas na área em estudo encontrámo-la, para o séc. XVIII, no *Catastro de Ensenada*[475] e no *Dicionário Geográfico*[476]. Se qualquer uma das Fontes, não menciona o quantitativo, mesmo, aproximado, dos efetivos pecuários, dão-nos a informação preciosa sobre as espécies criadas, bovino, pontualmente, o cavalar, ou, melhor, as bestas, caprino e ovino, além do porcino, este, em relação às povoações galegas[477].

Se a Fonte galega não nos esclarece, precisamente, sobre o modo como se processava a criação dos diferentes tipos de gado, permite-nos, contudo, inferir que o recurso à *serra* tornar-se-ia imprescindível, a avaliar pelas descrições, em todas as entidades territoriais, das extensas áreas de *montes comuns*, que, por vezes, incluíam devesas e soutos, ou, simplesmente, soutos, como no Rio Caldo, em S. Miguel de Lobios e em Maním.

Por sua vez, a Fonte portuguesa ao evidenciar as funções prestadas pelas *serras*, que envolviam as povoações, informa-nos das *reses* e gados que deambulavam em pastagem livre na busca das chãs com as melhores landes. Distinguimos a *Memória do Lindoso*, em que o pároco se preocupou em esclarecer o facto do gado bovino e o cavalar, pernoitarem na *serra* no período estival.

Criação de gado, graúdo e miúdo, em pastagens livres, que se continuou e muito provavelmente aumentou no séc. XIX, nomeadamente, no Lindoso, Castro Laboreiro e no concelho do Soajo, a exemplo do que sucedia na área galega, como na Fragae na Illa, em Lobios (San Miguel) e San Xes, ou Maníme Arauxo (San Martin).

Na impossibilidade de conseguirmos, para o séc. XIX, valores sobre a evolução quantitativa da pecuária na área em estudo, à escala de freguesia, limitámo-nos a apresentar, como uma simples referência, o efetivo provável nos concelhos de Castro Laboreiro e Soajo, em 1851[478] (Fig. 104 – gráfico – *Efetivo pecuário em Castro Laboreiro e no Soajo*).

Embora pesem todos os condicionalismos admitidos pelo próprio intendente da pecuária na aquisição dos valores apresentados, somos de opinião que, apesar de tudo, são

---

[475] A.H.O. – *El Catastro de Ensenada ...*, 1753: Ls. 1935, 2187, 2196, 2205, 2208, 2212, 2216, 2219 e 2222.

[476] A.N.T.T. – CARDOSO, 1758: vols. 7, 13, 17, 20, 35.

[477] Como a grande finalidade, ao efetuar-se o *Catastro de Ensenada,* era o levantamento das produções para, assim, se proceder à aplicação de impostos sobre os rendimentos, foi elaborado com cuidade e minúcia.

[478] *Os algarismos que contem este mapa podem apenas considerar-se como um cálculo aproximado e ainda muito distante do verdadeiro. Estes trabalhos são sempre difíceis de organizar com exatidão e muito mais no nosso país onde são novos e há a vencer a desconfiança dos povos muito omissos em prestar esclarecimentos que se lhes exigem* (A.G.C.V.C. – «Mapa Numérico do gado ...», *Estatísticas Agrícolas*, 1851).

bem reveladores das espécies que, sempre, predominariam neste Lima raiano em estudo, o bovino, ou melhor, o *vacum*, o ovino e o caprino.

Se o efetivo de bovinos tinha expressão acentuada nos dois concelhos, em relação ao gado miúdo, no Soajo tornar-se-iam evidentes os caprinos, enquanto em Castro Laboreiro ressaltariam os ovinos.

Não podemos deixar de referir a função importante desempenhada pelos bovinos, a partir do segundo ano de vida, no *amanho* da terra, além do contributo provável no equilíbrio financeiro do agregado familiar, quando canalizados para a produção de carne, enquanto vitelos, ou, já, adultos e com alguns anos árduos de trabalho agrícola.

Nos meados do séc. XIX registou-se na sociedade portuguesa uma procura crescente de «carne do talho» à qual se veio a acrescentar, a partir de 1847, a exportação para a Grã-Bretanha, fenómenos que deram origem a um comércio de gado muito intenso e que caracterizou todo o Norte, desde os meados daquele século até, sensivelmente, 1890[479], ao qual as terras limianas e de raia, não teriam, por ventura, ficado indiferentes.

Efetivo de bovinos, cuja variação não foi significativa em Castro Laboreiro no período de 1851 a 1855 (Fig. 105 – gráfico – *Castro Laboreiro: Evolução do efetivo pecuário,1851 a 1855*), a exemplo do gado miúdo.

Como em nota de síntese, diremos que este tipo de Fontes, bibliográficas, manuscritas e estatísticas, para os sécs. XVIII-XIX, independentemente da confiança e da precisão das informações obtidas, permitem-nos, apesar de tudo, tirar a dilação de que a criação de gado se revestia de uma importância assinalável, para não dizer fundamental, na economia das populações, com o gado graúdo, nomeadamente o bovino, a consumir as pastagens «melhores» e a deixar as mais pobres para o gado miúdo, em que as ovelhas e os carneiros predominariam nas freguesias que possuíam as chãs com melhores mantos herbáceos e as cabras nas freguesias detentoras de vastos espaços pedregosos e rochosos, com tímidas urzes e carquejas a despontar pelos esparsos interstícios.

Ainda hoje, para os meados do séc. XX, as populações distinguem as boas parcelas de pasto, algumas já submersas pela albufeira do Alto do Lindoso, em que a tónica dominante era as vacas leiteiras, a raça *rubia*, que se distribuíam pelo fundo do vale do Lima e se estendiam até Entrimo e Lobios, dos melhores *montes* e, por conseguinte, onde existiram muitos ovinos, daqueles em que predominaram os caprinos, porque as pastagens se estendiam pelas superfícies fragosas, como por exemplo, no vale do Grou, secção a montante, ou, em Castro Laboreiro, na Gavieira e em Germil (Fig. 106 – mapa – *Lima raiano: Animais de pastoreio predominante, por lugar, meados do séc. XX)*.

Com exceção da secção jusante do Lima galego, que era povoada, quase e só pelo gado leiteiro, em todas as aldeias em estudo, galegas e lusas, até meados do séc. XX, existia um universo constituído pelos efetivos de bovinos, a *cachena*, a *barrosã* e a *rubia*, sempre redu-

[479] PEREIRA, 1971: 115-126.

zido em comparação com o dos ovinos e caprinos, que conferiam à paisagem um matiz, cujo tom dominante dependia da espécie que, pela quantidade, imperava.

Realidades de uma silvo-pastorícia diferentes daquela que constatamos nos primeiros anos do séc. XXI, o ano de 2003 (Fig. 107 – mapa – *Lima raiano: Animais de pastoreio, por lugar, em 2003*).

Se o gado graúdo, bovino e cavalar, indiferente às intempéries de Inverno, ainda, povoa, praticamente, todo o ano os «velhos» *montes comuns*, distribui-se por um número limitado de explorações, cujos proprietários se entusiasmaram com os incentivos da Comunidade Europeia.

Contudo, muito provavelmente[480], totaliza e ultrapassa, em várias aldeias, os efetivos de há umas seis a sete décadas atrás, pois, nessa época, cada família, nunca teria um número superior a quatro, cinco cabeças de gado, para já ser uma família muito abastada[481], pois, o «normal» era uma, duas a três cabeças de gado.

Em relação aos caprinos, se as cabras atingiam, em certas aldeias os milhares, precisamente nas mais incrustadas na *serra*, além das *muitas* ovelhas, que dominavam nos povoados com *montes* mais viçosos, hoje limitam-se a rebanhos de caprinos esporádicos, sempre com mais de cem unidades, pertença de famílias motivadas pelos contributos da União Europeia (Fig. 107).

Em breve nota limitar-nos-emos a constatar que os efetivos de caprinos e ovinos, que há uns cinquenta anos dominavam as chãs dispersas pela Peneda, Amarela, ou Laboreiro «deram lugar» aos bovinos, cujo efetivo depende do dinamismo das famílias distribuídas pelas diferentes aldeias em estudo (Figs. 106 e 107).

Evolução no «povoamento» dos animais de pastoreio, que se entende pelas mutações de carácter irreversível verificadas nas últimas décadas, a variação negativa dos residentes a que se associa o peso do grupo das idades mais avançadas.

Após uma leitura qualitativa e de síntese (Figs. 106 e 107) sobre a distribuição espacial dos animais de pastoreio, em dois momentos distintos, delineamos a tendência evolutiva dos efetivos de animais, que no séc. XX[482] povoaram o Lima de raia luso (Fig. 108 – gráfico – *Evolução quantitativa dos animais de pastoreio nas freguesias lusas, 1934/1999*).

Localizam-se na margem direita do Lima as freguesias com o maior efetivo de qualquer um dos tipos de animais de pastoreio, Castro Laboreiro, Gavieira e Soajo. Somos de opinião que a principal dilação a retirar incide nas décadas de cinquenta e sessenta, identificadas *grosso modo* como o período da viragem, isto é, o período em que se iniciou a

---

[480] Como não possuímos dados estatísticos, a expressão verbal reflete o conceito subjetivo das expressões «muito» e «pouco», que os nossos variados interlocutores interiorizaram.

[481] Expressão utilizada pelos nossos interlocutores em Maio a Agosto de 2003, independentemente da aldeia onde residem.

[482] Não conseguimos valores, em qualquer momento, para os efetivos pecuários galegos, por uma alegada questão de resguardo da privacidade do cidadão. Os indicadores disponibilizados remetem-nos para o *concello*, apesar do pedido, por nós apresentado e devidamente justificado, às autoridades competentes.

redução acentuada nos quantitativos dos pequenos ruminantes, enquanto a variação dos bovinos se processou de modo diferenciado nas comunidades.

O *gado* muar, tão importante como meio de transporte para qualquer tipo de carga, até meados do séc. XX, surge como uma modesta fração no universo dos animais «graúdos» (Fig. 109 – gráfico – *Evolução quantitativa das espécies de gado «graúdo» nas freguesias lusas, 1934/1999*). Pelo contrário, os equinos, ou melhor, *os garranos*, raça autóctone, mercê da proteção que lhe é concedida pela atribuição de um subsídio comunitário, assiste a uma evolução positiva na última década do séc. XX, que se continua na atualidade.

Se a década de setenta, quer em 1972, quer em 1979, corresponde, para as comunidades lusas (Figs. 107 e 108), a um período em que o efetivo de bovinos atingiria um limiar mínimo em relação aos períodos anteriores, os anos oitenta surgiram como a década das «decisões», isto é, ou, as comunidades se deixaram «vencer» pelo ritmo da variação negativa mesmo muito acentuado, que se processa até aos nossos dias, como em Ermelo, Britelo e Entre Ambos-os-Rios, ou, então, num esforço reativo responderam afirmativamente, apesar da descida, embora moderada, em Castro Laboreiro, Lindoso, Ermida e Germil, destacando-se, contudo, nos anos noventa, o Soajo e a Gavieira, com uma variação positiva bem evidente.

Não nos apercebemos de uma variação tão nítida, com exceção da Gavieira e, de certo modo da Ermida, quando observamos a evolução dos valores médios de bovinos por exploração nos últimos vinte e cinco anos e nas diferentes freguesias (Fig. 110 – gráfico – *Animais de pastoreio por exploração nas freguesias lusas, 1979/2003*).

A explicação plausível que encontramos, de acordo com as informações que nos foram fornecidas pelas populações, a variação dos animais depende mais das famílias que decidem continuar a atividade, ou então, a pôr-lhe cobro, do que propriamente, de alterações verificadas na própria exploração.

Somos de opinião, que as mesmas razões não podem ser atribuídas ao ritmo de variação dos pequenos ruminantes, nomeadamente, dos caprinos. Verificámos junto dos respetivos criadores a facilidade com que se adquire ou se vende um rebanho com cerca de duzentas *reses*, pelo que os dados estatísticos terão que ser interpretados como representativos de situações caracterizadas por uma certa efemeridade, pois as famílias que adquirem um rebanho, sempre com mais de cem animais, fazem-no entusiasmadas pelos «lucros» inerentes aos incentivos comunitários, mas, rapidamente constatam, que é necessário esforço, para, de facto, obterem os lucros que projetaram, procedendo, assim, de forma inesperada à venda (Fig. 110; Fig. 111 – gráfico – *Lima raiano luso: Animais de pastoreio, por exploração, segundo as aldeias lusas, em 2003*).

Em relação às ovelhas, estamos cientes que a situação é algo diferente, pois nas aldeias onde ainda sobrevivem, verifica-se uma certa «estabilidade» no universo das famílias criadoras, uma vez que o efetivo é «maior» nas comunidades, tradicionalmente, já, vocacionadas para a sua criação, como em Castro Laboreiro ou, mesmo no Soajo, pelo que os exemplares por exploração, comparativamente com os caprinos, se mantem reduzido.

Quando pretendemos questionar a evolução dos animais de pastoreio, nas aldeias em estudo, ficamos limitados no espaço e no tempo, devido às especificidades e diferenciação de conteúdo das Fontes que, apesar de tudo, nos permitem admitir, na transição do século, uma acentuada variação negativa para os bovinos (Fig.112 – gráfico – *Evolução dos bovinos em vinte e sete aldeias em estudo e respetivas freguesias, 1996/2002;* Fig. 114 – gráfico – *Animais de pastoreio nas freguesias lusas e respetivas aldeias em 2003*; Fig. 107) em Vilarinho do Souto e Igreja (Ermelo), Vilar de Suente, Cidadelhe, Paradamente, Igreja (Britelo), Froufe, Lourido, Igreja (Entre Ambos-os-Rios) e Tamente. Fenómeno de características opostas ocorreu na «vila» do Soajo, Rouças e Igreja (Gavieira).

Em relação ao gado miúdo, embora os dados oficiais escasseiem, a nossa vivência leva-nos a admitir que a atual variação negativa continuar-se-á a verificar, com uma certa intensidade na primeira década do séc. XXI (Fig. 113 – gráfico – *Efetivo de caprinos e ovinos em vinte e sete das aldeias lusas em estudo e respetivas freguesia, 2002 e 2003;* Figs. 114 e 107). Há a distinguir Cunhas, Lourido e Germil com as maiores amostras de caprinos neste Lima luso e de raia.

No respeitante às aldeias de Castro Laboreiro (Fig. 115 – gráfico – *Animais de pastoreio em Castro Laboreiro e respetivas aldeias, 2003*) são as pastagens de Várzea Travessa, do Rodeiro e do Ribeiro de Baixo, que alimentam as maiores manadas castrejas, curiosamente as aldeias, que, a par de Antões, Ameijoeira, Tibo e Roças sustêm as explorações com um efetivo superior a vinte cabeças de bovinos, enquanto as ovelhas dominam no Ribeiro de Baixo, Rodeiro, Campelo e Seara e os caprinos adquirem, comparativamente às outras espécies de gado uma posição modesta nos diferentes lugares. (Figs. 114 e 107).

Apesar das variações positivas dos animais de pastoreio serem justificadas pelos subsídios comunitários vigentes nas duas últimas décadas, conforme nos afirmaram todos os criadores com quem contactámos, apenas um número reduzido de famílias se sente estimulado em prosseguir com as suas explorações, com um certo cunho empresarial.

Nesse mesmo ano, uma exploração de caprinos, com mais de três centenas de unidades, existia em todo o Soajo, precisamente, em Cunhas. Era uma exploração, que perdurava há uns seis anos, estava em pleno desenvolvimento, que se mantinha e afirmava no Verão de 2004.

Ainda, em 2000 e em toda a área lusa em estudo, existira, apenas, uma outra exploração de pecuária, em Castro Laboreiro, ou melhor, na Várzea Travessa, em que predominavam as ovelhas na ordem das centenas, mas, que, em 2003 tinham sido substituídas por barrosãs e garranos.

No período de três anos (2000 a 2003) surgiram outras explorações de pecuária, no Rodeiro/Antões, com uma sociedade de primos a construir instalações novas que acolhem umas noventa barrosãs, nos Ribeiros, de Cima e de Baixo, respetivamente com cerca de vinte e cinco e trinta e cinco barrosãs, que permanecem todo o ano em pastagem livre, vindo, apenas, ao lugar, para *apartarem as crias.*

Em 2003, duas famílias castrejas moradoras na Vila e em Queimadelo eram detentoras de uns setenta e sessenta garranos, que pastavam e deambulavam ao longo do ano pelo «planalto».

Ainda na margem direita do Lima, não podemos deixar de referir o caso, de certo modo curioso, de Rouças, onde, embora não existam explorações de pecuária organizadas em moldes racionais, são várias as famílias que possuem trinta a quarenta cabeças de *gado* a pastorearem e a deambularem, por princípio, todo o ano na *serra*, apercebendo-se muitas das vezes das *crias* quando já estão bem crescidas, pois aguentam os rigores das temperaturas altas no Verão e baixas no Inverno, uma vez que, apenas, nos invernos mais rigorosos, parte dos animais tomam a iniciativa de descerem ao povoado.

Contudo, em Tibo, uma exploração não passa desapercebida ao turista mais distraído, não pelo efetivo pecuário, embora esteja em progressão e ultrapassasse a centena, mas, pelo *barracão*, construído em 2003, que desordena e inquina toda uma paisagem e ambiente considerados área protegida e que os responsáveis pelo Parque Nacional da Peneda-Gerês parecem não querer aperceber-se.

Na serra Amarela, com explorações de pecuária modestas, o gado bovino permanece nas pastagens altas a partir da Primavera, regressando ao povoado com o anúncio dos primeiros rigores do Inverno. Em contrário, o *garrano*, cujo efetivo tende a aumentar, deambula os doze meses, isolado ou em grupo, pelos cimos, a cotas variadas, atingindo, facilmente, as *chairas* galegas, o que obriga os respetivos donos a fazerem percursos longos e difíceis, para os localizar.

Se a evolução negativa da pastorícia, acompanhou, por assim dizer, o «abandono» das parcelas de cultivo, em toda a área em estudo, não foi, contudo, sinónimo da alienação dos bens imóveis, isto é, das *terras*[483], que, por herança familiar, passaram por sucessivas gerações e constituem, ainda hoje, um dos bens mais preciosos, apesar de se encontrarem devolutas, ou seja de *paul*, e das dimensões das unidades fundiárias serem, quase sempre, reduzidas.

Aproveitando um dos elementos aferidores, talvez, o mais importante, do *status* social numa época não muito afastada, preocupámo-nos, na área lusa em quantificar, no ano de 2000, os residentes e, simultaneamente, *titulares de terras* para relacionarmos as unidades, agrícola e pecuária, que, sempre estiveram associadas, uma vez que o pastoreio tradicional é, nos nossos dias, sinónimo de vitalidade do agregado familiar, pois, só a ele se dedicam as famílias cujos membros possuem condições físicas que lhes permitem um trabalho, de certo modo árduo, contribuindo, assim, para uma «nova» vida e dinamismo na sua aldeia.

Em 2000, parte das *terras* encontravam-se, simplesmente devolutas (Fig. 116 – gráfico – *Proprietários de terras residentes e criadores de pastoreio nos diferentes lugares das fregue-*

[483] Designação que a população, nomeadamente a lusa, atribui ao conjunto das suas courelas, independentemente das unidades de exploração, que possam constituir.

sias lusas em 2000), sem a presença de qualquer espécie de pastoreio, como na «vila» do Soajo, em todas as aldeias de Britelo e de Entre Ambos-os-Rios, à exceção de Lourido.

Diremos que são as aldeias imbricadas na serra, como Rouças, Olelas, Queguas ou Fraga, que conseguem preservar os sons e as cores, que animam e matizam os caminhos e ruelas, quando a *cachena*, ou, a *barrosã*, na época estival, pachorrentamente se desloca *per si* em direção à corte, porque a *cria* a espera, ou então, no Inverno, a manada procura nas parcelas de feno verde, ou, simplesmente, na berma da estrada, o pasto que, embora parco, lhe permite ultrapassar os rigores de um inverno que lhe é, sempre, adverso.

Partindo-se do princípio que se mantêm, sensivelmente, as mesmas condições, prevemos, para os próximos anos, uma tendência evolutiva diferenciada, que exemplificámos na área lusa, com a Gavieira, precisamente, Rouças e Igreja, onde, muito provavelmente, os efetivos terão uma evolução, acentuadamente positiva, ao contrário de outras aldeias, como as da Ermida, Lindoso, ou, as do Soajo (Figs. 112 e 113; Fig. 117 – gráfico – *O Lima raiano luso: idade dos criadores de bovinos nas diferentes aldeias em 2000*), com um declínio progressivo e proporcional ao envelhecimento dos atuais criadores.

Se os limianos são incentivados para a criação de raças consideradas autóctones, surpreendeu-nos Castro Laboreiro, nomeadamente, o Rodeiro, com as manadas a adquirirem um matiz «multirracial», em que a *charolesa* e a *turina*, coabitam com a *rubia*, a *cachena* e a *barrosã*. Quando confrontámos os proprietários, pelo facto de estarem a perder contributos específicos das raças consideradas indígenas, fomos surpreendidos pelas opiniões generalizadas, de que com estas raças os rendimentos são maiores, porque o período de desenvolvimento do animal é mais curto e, por conseguinte, a venda verifica-se a um ritmo mais intenso.

O gado autóctone de Castro Laboreiro era a raça *cachena*, localmente designada por *pisca*, espécie que existia há uns cinquenta a sessenta anos, caracterizada por ser muito resistente, em virtude das características do casco, que suportava bem a aspereza dos caminhos, além de produzir leite suficiente para a engorda da *cria* e para consumo doméstico, contrariamente ao que sucedia à *rubia*, raça galega, que, embora maior produtora de leite, suportava com dificuldade grandes caminhadas, em virtude do tipo de casco não ser adequado ao piso difícil dos caminhos castrejos.

Se nas explorações, lusas e galegas, predominam os efetivos, raramente superiores às duas dezenas de unidades, destacam-se aquelas, em número muito limitado, cujos proprietários enveredaram pela «via empresarial». Destacamos no vale do Grou, o concelho da Lobeira em que, além dos *barracões* para os bovinos, sobressaem as pocilgas e os aviários, não só por se distribuírem com uma certa densidade, como pelas agressões em termos paisagísticos e ambientais, mas, cuja rentabilidade justifica a perenidade da implementação.

A tríade tradicional, isto é, os bovinos, ovinos e caprinos numa única exploração, desapareceu neste Lima raiano, à exceção da Fraga e Ermida, aldeias que, apesar de todas as vicissitudes, conseguem impressionar pelo dinamismo da maioria dos residentes.

Um conjunto de fatores explica o declínio global, para toda a área em estudo, lusa e galega, muito provavelmente, irreversível, da criação de *gado*, mesmo, do bovino, como, por exemplo, o estado de degradação das pastagens, a falta de uma rede de comercialização eficiente, nomeadamente, para a carne barrosã, que é certificada, mas cujo problema principal se encontra, segundo a nossa opinião, na idade demasiadamente avançada dos criadores, sem que se preveja, para um futuro próximo, a necessária renovação de gerações, que exemplificamos com a área lusa (Fig. 117).

Em qualquer uma das aldeias lusas o jovem criador de *gado*, ou, não existe, ou, então, ocupa uma posição, mesmo, minoritária. Salientamos no Soajo, Cunhas e Paradela, na Gavieira, Igreja e Rouças, em Castro Laboreiro, os Ribeiros e as *verandas*, no Lindoso, Cidadelhe, em Britelo, Paradamonte, a Ermida e Germil, que, apesar de tudo, são aldeias, cujos criadores apresentavam uma idade inferior a sessenta, mas, quase sempre, superior a quarenta anos.

Somos de opinião que, apesar de todo o Lima raiano em estudo reunir condições muito favoráveis à criação extensiva de animais de pastoreio, miúdo e graúdo, para a produção de carne que, pela qualidade que a caracteriza, não se tornará difícil escoá-la no mercado europeu, a pastorícia praticada, em pleno séc. XXI, apenas pode ser explicada pela inércia resultante da importância adquirida, ao longo de uma época multissecular, para populações cuja sobrevivência em muito dependia das manadas e dos rebanhos, que, calmamente, pastavam nas extensas áreas de gramíneas, urzes e carquejas, que, embora, debilitadas e «raquíticas», ainda, se distribuem pelas chãs e *chairas* limianas e de raia.

5.2. ESTRUTURAS DE PASTOREIO

Nos tempos distantes, difíceis e adversos, o limiano da raia soube conjugar ações capazes de minimizar os seus esforços ao rentabilizar, por exemplo, a organização do pastoreio de acordo com o tipo de animais, a natureza dos pastos e as condições específicas de cada comunidade, que, apesar das diferenças que distinguem os variados esquemas de vigilância, corresponde a um mesmo modo de vida, o silvo-pastoril em exploração comum, apenas suscetível de ser recordado na atualidade e na maioria dos casos pelos residentes mais idosos.

Se a tónica dominante foi o pastoreio em pastagens silvícolas comuns, distinguiu-se, logo de imediato, pelo facto de envolver animais de pastagens magras, o miúdo, ou, então, aquele cujo porte exige associações herbáceas ricas e suculentas, como é o caso do gado graúdo.

Espécies que não se distinguem, apenas, pela exorbitância do pasto, mas, também, pelo valor económico que representavam no agregado familiar. Ora, se as cabras e as ovelhas são menos exigentes no alimento, também o respetivo valor monetário é relativamente

baixo em comparação com as espécies bovinas e cavalares. Não é de admirar, portanto, que o efetivo dos pequenos ruminantes atingisse quantitativos indiscutivelmente elevados na aldeia e, como é lógico, nos respetivos núcleos familiares.

Rebanhos que englobavam, por vezes, cerca de um milhar de unidades, diariamente eram conduzidos por caminhos, os carreiros estreitos, sinuosos, muito declivosos, que exigiam um controlo muito cuidado e constante, por parte dos seus proprietários. Como se tratava de animais de pequeno porte, logo, praticamente indefesos perante os ataques matreiros da fera que espreitava, o lobo, tornava-se necessário, também, recolhê-los todas as noites nas cortes.

Não é de estranhar, pois, que as comunidades organizassem esquemas de vigilância, de modo a sobrar-lhes tempo para a realização de outras tarefas, nomeadamente, as agrícolas. Nada melhor que a reunião de esforços de todos os residentes, traduzida na vigilância em conjunto do rebanho da aldeia, *à vez*, por princípio, de acordo com o número de *cabeças* que cada família possuía.

Problemas congéneres envolviam o gado bovino, uma vez que o cavalar, ou melhor, o *garrano* foi, desde sempre, lançado nos *montes* para, sozinho, ou, em grupo, deambular, indiferente à estação do ano, meses consecutivos em busca do alimento, por ser considerado um animal robusto e capaz de vencer a adversidade[484].

Gado bovino em menor número, mas a exigir pastos mais suculentos, implicou esquemas de vigilância mais variados, até por que muitas das manadas, como as da serra Amarela e as do Monte do Quinxo, por exemplo, desde sempre pastorearam o período compreendido entre a alta Primavera e os inícios do Outono, nos cimos da *serra* devidamente acompanhadas, incluindo o período noturno, pelos pastores, que se *revezavam* de acordo com o número de animais, que a família possuísse.

Os moradores da aldeia reuniam em conselho, o *adjunto*, sempre que surgissem casos de interesse comum a resolver, como as questões relacionadas com a calendarização da *vezeira*[485] e da *vigia*[486], isto é, a fixação do *número de dias a dar por cada fogo à roda*, ou seja, *à vez*, normalmente, de acordo com o quantitativo de animais que o agregado familiar possuísse[487] (Figs. 118 – mapa – *Lima raiano: As vigias, por lugar, nos meados do séc. XX*; Fig. 119 – mapa – *Lima raiano: As vezeiras, por lugar, nos meados do séc. XX*).

---

[484] É o *gado ao feirio*, pois trata-se de gado, que pasta livremente, numa situação semisselvagem, que, em muitos dos casos, para ser apanhado se torna necessário lançar artimanhas, pelos respetivos proprietários.
DIAS, 1948: 65-66 e 85-86.

[485] Por princípio, as populações designam por *vezeira*, quando se trata de guardar *à vez* as manadas dos bovinos, enquanto pastam na exploração silvícola em comum.

[486] As populações dão, em termos gerais, a designação de *vigia*, quando se trata de guardar *à vez*, os rebanhos de ovinos e caprinos nas pastagens silvícolas em comum. *Vigia* e *vezeira* são, contudo, expressões que, de um modo indiferenciado, as populações atribuem à *vigilância em comum e à vez*, quer dos bovinos, quer dos pequenos ruminantes.

[487] Se um *dia* correspondia a dez ruminantes, como no Castelo, Paradamonte, ou, na Fraga, queria significar, por exemplo, que uma família que era obrigada a *dar cinco dia*s, possuía cinquenta ruminantes. Mas, se o *dia* correspondesse a catorze

Se em muitas das aldeias se pressupunha uma certa correspondência entre os dias a dar à *vigia*, ou, à *vezeira* e o número de animais, miúdo e graúdo, que o agregado familiar possuía, noutras, esta correlação já não era tão linear, ou, mesmo não se verificava.

Em relação ao gado miúdo, apesar de todas as diferenças, em muitos dos casos a frequência da participação do pastor na *vigia* dependia do efetivo que o agregado familiar possuísse. O limiar de pequenos ruminantes, que constituía *um dia* de vigilância, para cada agregado familiar, variava entre um máximo de vinte e quatro, como nas aldeias da freguesia Vencéans, a um mínimo de cinco ovelhas e seis cabras, respetivamente, em Torneiros de Rio Caldo e Sabariz sendo, contudo, o valor mais «usual» as dez e as doze unidades, ou, então, não existia uma referência limite, como no caso das aldeias de Castro Laboreiro, da Gavieira e, em parte, das do Soajo (Fig. 118).

Além disso, havia comunidades que consideravam as cabras animais mais «irrequietos», em relação aos mais «pacatos», as ovelhas, o que justificava, portanto, uma maior vigilância daqueles, as cabras, enquanto outras comunidades lhes eram indiferente tais características. Assim, enquanto na serra Amarela, dois e um pastor faziam a vigilância, respetivamente, do rebanho das cabras e do das ovelhas, no vale do Grou e Agro, por exemplo, um pastor vigiava o rebanho de caprinos.

As aldeias em estudo também se distinguiram pelo facto de, em simultâneo, possuírem rebanhos para cada espécie, o das ovelhas e o das cabras, ou, quando aquelas eram pouco numerosas, o «misto», isto é, o rebanho das cabras matizado pelas ovelhas, nestes casos, sempre, escassas[488] (Fig. 118).

Na serra Amarela, ou seja, em Froufe, Tamente, Sobredo e Lourido, a que se «associa» o lugar da Igreja, freguesia de Britelo, era o rebanho das cabras que coloria as respetivas ruelas, guardado por dois pastores, que *entravam na roda* de acordo com as unidades de exemplares do *cabeceira*[489].

Já em Britelo, nas aldeias de Paradamonte e Mosteirô, o rebanho vigiado, também, por dois pastores, era «misto», por incorporar as duas espécies[490], enquanto nas três aldeias do Lindoso, se distinguia o rebanho dos ovinos e o dos caprinos[491].

---

cabras, como era o caso de Lourido, uma família com o mesmo número de *dias* (cinco), era detentora de um rebanho com setenta efetivos.

[488] Por exemplo, na freguesia de San Xes, ou, na de Vencéans, como praticamente não existiam ovelhas, os rebanhos eram de cabras, esporadicamente, com *algumas* ovelhas, enquanto em Parada do Monte seriam «mistos» e, por exemplo, em Torneiros do Rio Caldo e em Ludeiros existia a *vigia* das cabras e a das ovelhas.

[489] Enquanto em Froufe, Tamente e Sobredo, cada cabeceira entrava na *roda* por cada 13 animais, em Lourido o limiar era de 14 unidades e na Igreja (Britelo) variava entre 30 a 40 exemplares.

[490] Cada agregado familiar dava à *vigia* um pastor por dez ovinos, ou, caprinos, que possuísse.

[491] Enquanto no Castelo e em Parada os ovinos eram guardados por um pastor e os caprinos por dois, em Cidadelhe, as ovelhas tinham a vigiá-las dois elementos enquanto as cabras, nos *tempos antigos*, quatro, que *passaram* a três, reduzindo-se uma unidade, à medida que o total dos animais ia, também, diminuindo. As três aldeias distinguiam-se, ainda, pelo número de animais necessários para o pastor, à v*ez,* entrar na *roda.* Assim, se em Cidadelhe quinze ovelhas e vinte e cinco cabras eram, respetivamente, o limiar exigido, em Parada os valores alteravam-se para vinte cabras e dez ovelhas.

Em Ermelo, se na aldeia da Igreja a *vigia*[492] da *rês* (cabras) perdurava todo o ano, em Vilarinho do Souto, apenas existia no período estival.

Distinguimos na freguesia de Entre Ambos-os-Rios, a aldeia da Igreja, onde nunca vigorou a *vigia* dos pequenos ruminantes, pois os caprinos, praticamente, não existiam e as ovelhas, que eram *muitas*, pastoreavam sob controlo dos respetivos donos.

Outro aspeto, em nosso entender, curioso, acontecia, por vezes, no facto de coexistirem na mesma aldeia *vigias* «independentes», como, por exemplo, em Olelas, em que perdurou a par da do lugar, chamada a *do povo*[493], uma outra, a das famílias mais «difíceis», designada pela *do corno*.

Também em Olelas, como em outras aldeias em estudo, por exemplo, na Ermida, em Germil, ou, nas aldeias da freguesia da Gavieira, Soajo, Lindoso e de San Xes, na *vigia do povo* vigorava, temporariamente, uma outra, a *vigia* dos cabritos e anhos[494].

Distinguimos a comunidade da Ermida, que no Verão de 2004 mantinha, a par da *vezeira* dos bovinos, embora «adulterada», as *vigias* da *rês* (cabras) e das ovelhas, conseguindo, assim, manter a *fazenda*[495], como sempre o fizeram os progenitores *desde tempos imemoriais* (Quadro 25 – *Ermida: Vezeira e vigias em 2002 e 2003*).

Das vinte e quatro famílias criadoras de animais de pastoreio, não é demais salientar os seis núcleos familiares (25%), que mantinham a «tradição», isto é, distribuíam os seus animais pelas três *instituições*, a *vezeira* e as duas *vigias*, que, curiosamente, se impõem, no total de cada espécie, com destaque para os pequenos ruminantes. Contudo, das famílias ainda associadas à silvo-pastorícia, quase metade (onze), apenas, possuía animais na *vezeira das vacas*, porque, é a que *dá menos trabalho*, em virtude de se ter «dispensado», na época estival, o pastor de permanecer as vinte e quatro horas na *serra*.

A *vigia* dos caprinos ao corresponder, como sempre, ao maior efetivo, apresenta, todavia, uma tendência negativa, contrariamente, aos bovinos e ovinos, que, embora, em menor número, muito provavelmente, resistirão, um pouco mais ao desânimo, que a população deixa transparecer, porque *a idade vai vindo* e os jovens demandam, atraídos pelo emprego que os centros urbanos, quase sempre, estrangeiros, vão oferecendo.

Se no tempo, e em termos comparativos, diferenças importantes distinguem as *vigias* dos pequenos ruminantes, quer se trate da dos caprinos, quer da dos ovinos, ainda no

---

[492] Dois pastores, os *pigureiros*, vigiavam os rebanhos da *rês*, um residente no Lugar de Cima e outro do Lugar de Baixo, que entravam na roda sem atenderem ao número de animais do cabeceira. Cada um partia do «seu» lugar, mas, os dois rebanhos juntavam-se no *monte*. Havia famílias, que não integravam os seus animais na *vezeira*.

[493] Cada família *dava* um pastor por dia e por cada doze animais, quer se tratasse de ovinos ou de caprinos, para a guarda do rebanho, que era misto.

[494] Com uma duração média de três meses, sensivelmente entre Janeiro/Fevereiro e Março/Abril, o período de nascimento e respetiva engorda para abate do efetivo dos cabritos e anhos.

[495] Designação genérica, que a população da serra Amarela atribui aos animais, sejam eles bovinos, caprinos, ovinos, suínos ou, mesmo, de capoeira. Já na margem direita, por exemplo, no Soajo, a expressão apenas engloba o conjunto das ovelhas e cabras.

Verão de 2004, prevalecia, na Ermida, a vigilância efetuada, respetivamente, por dois e um pastor, mas, com os pequenos ruminantes a pernoitarem, ao longo de todo o ano, na aldeia.

Se é normal que as incursões na *serra* sejam, progressivamente, mais incisivas, em função da duração do dia natural, as distâncias percorridas diariamente para atingir o pasto, são devidamente estimadas pelos pastores, de modo a chegarem à aldeia ao pôr-do-sol.

Apesar das diferenças, cumpre-se, ainda na primeira década do séc. XXI, o ancestral «ritual» da saída dos pequenos ruminantes para as pastagens.

Numa varanda sobranceira ao largo dos *adjuntos*, cerca das nove horas da manhã, surge um *cabeceira* que, com uma *corneta* emite os *toques de chamada*, ou melhor, anuncia a hora da *reunião* e saída dos animais para o pasto, recolhendo-se, de imediato.

Ainda não estávamos refeitos da surpresa e já nos confrontávamos com os animais a surgirem pelas portas estreitas dos seus currais, que, entretanto, tinham sido entreabertas pelo dono, sempre um ancião. De todas as «ruas» emanam pequenos ruminantes que se dirigem *per si* para o largo do Cruzeiro, o largo principal (o dos *adjuntos*), para, de imediato, enveredarem pelo caminho usual das pastagens (Fotos 1 e 2 – *As vigias da Ermida em 2004: saída da aldeia a caminho das pastagens em comum*).

Em primeiro lugar saiu a *rês*, guardada por uma pastora com mais de sessenta anos e um jovem para, passados uns cinco minutos, surgirem as ovelhas «guiadas» simplesmente por um octogenário, pois são *animais pacatos e sossegados*.

Naquela manhã de Maio de 2004, o largo principal da Ermida foi matizado, por momentos, pelas cores da modernidade, o preto do automóvel, que aguardava o comando para arrancar, e os castanhos e brancos pérolas dos animais de pequeno porte que, sob um silêncio que não se esquece, cumpriam os ritmos cadenciados pelos *usos e costumes imemoriais*.

Já não existe a *vigia dos cabritos* que pastavam em redor da aldeia, podendo ser guardados por menores, rapazes ou raparigas, desde que tivessem mais de 14 anos.

Recordamos, ainda, que no Verão de 2004 e na área lusa em estudo, apenas nas aldeias de Lourido e de Germil, a par da Ermida, se continuava a praticar a vigilância dos caprinos, de acordo com *os usos e costumes* oriundos *de tempos imemoriais*.

Germil que, até há uns quarenta anos, era animada pelos rebanhos distintos da *rês* e dos ovinos, povoava-o, em Maio de 2004, cerca de trezentos caprinos, cuja *vigia* era feita, *à vez*, pelos pastores das quatro famílias proprietárias (Fig. 107).

Em Lourido, as «normas» de participação do pastor na *vigia* dos caprinos sempre foram cumpridas com rigor, que «controlava», nos Verões de 2000 e 2004, um efetivo, respetivamente, na ordem de um milhar e de seis centenas de caprinos.

Se para as outras comunidades a vigilância dos rebanhos *à vez* desapareceu, é, por princípio, sinónimo que a aldeia ficou sem a cor e o som dos pequenos ruminantes,

nomeadamente, no início e final do dia, os momentos da partida para os prados naturais e da chegada ao *curral*, como, por exemplo, no Soajo e na Gavieira.

Se, outrora, na «vila» do Soajo, nos meses invernosos, sensivelmente, de finais Outubro a Abril/Maio, o *gado* descia à aldeia e pastoreava sob proteção dos donos, à *rês* aplicava-se nos doze meses do ano a *vigia*, com o pastor, o *pegureiro*[496], a conduzi-las para as pastagens comuns mais próximas, aumentando o percurso, em função, do estado do tempo e da duração do dia natural.

Nos dias naturais com maior duração, os de Verão, a distância percorrida atingia tal dimensão, que os animais miúdos, para pernoitarem, frequentemente eram recolhidos nos *cortelhos*, por vezes, distanciados da aldeia, mas, distribuídos pelas *verandas* e caminhos, que conduziam à *serra,* vindo o pastor, sempre, dormir a casa.

Na «vila» do Soajo uma *vigia* podia incluir, apenas, cabras, ovelhas, ou, cabras e ovelhas, tudo dependia das famílias interessadas. Quem tivesse um pequeno número de caprinos, ou, ovinos, ou então, um efetivo numeroso, prescindia, por princípio, da vigilância em comum[497] (Fig. 118).

Já na Várzea existiam três *vigias*[498], a das *cabras*, com um efetivo cerca de dois milhares, guardado por três pastores, a das *cabras pequenas*[499] e a das *ovelhas*, que correspondiam a um efetivo muito mais reduzido.

Se na freguesia do Soajo, ovinos e caprinos pastoreavam, sempre, devidamente, vigiados e pernoitavam nas cortes do lugar, das *verandas,* ou, nos *cortelhos* distribuídos, de modo irregular, mas com uma certa densidade, pelas orlas da serra do Soajo, as «ruelas» e caminhos da Gavieira[500] eram, também, coloridas pelos rebanhos do gado miúdo, que dominavam no efetivo dos animais de pastoreio e, diariamente, percorriam, em busca dos melhores pastos, a serra da Peneda matizada pela extensão e densidade das associações herbáceas.

Na Gavieira, se no período frio e chuvoso, os rebanhos pernoitavam nas cortes da aldeia, em Março/Abril *subiam*[501], passando a noite, sempre, nos *currais* da *veranda*, iniciando, todas as manhãs, acompanhados por dois pastores[502], uma longa caminhada na

---

[496] Topónimo utilizado pela população, não só do Soajo e Ermelo, como de Castro Laboreiro e Gavieira, quando se refere ao pastor.

[497] Estamos convictos, que o número de *vigias* era muito variável, pois dependia do interesse imediato do agregado familiar. As cinco ou seis *vigias* num certo período, rapidamente, poderiam passar a uma ou a duas.

[498] Um agregado familiar participava na *vigia*, através de um pastor/dia e por trinta cabras, ou, sete ovelhas.

[499] Havia a preocupação, por parte das famílias, de *criar* os «cabritos fêmeas», vendendo, apenas, os «cabritinhos machos». Por este facto, tornava-se necessário ensinar e adaptar, gradualmente, a jovem *rês* à aspereza da *serra*, razão suficiente, para que a fase de «juventude» fosse «vivida» com uns certos cuidados.

[500] Para os caprinos, a *rês,* e os ovinos, aqueles em muito maior número, existia a *vigia* em que participavam, nas cinco aldeias, dois pastores, cedidos *à vez*, por cada vizinho, sem se atender ao número de animais que possuísse.

[501] À exceção de Tibo, nas últimas seis décadas.

[502] Cada agregado familiar participava na *roda* com um pastor, não olhando ao número de cabeças que possuía, tal como o fazia no período do Inverno.

esperança da descoberta de recônditos da *serra*, capazes de lhes oferecerem pastos suculentos (Fig. 118).

Exemplos, em nosso entender, significativos e bem elucidativos da singularidade, mas, também, da complexidade de que se revestiu o pastoreio em comum, nomeadamente, o do *gado miúdo*, não só pelo volume de unidades que atingiu em cada aldeia, envolvendo todas as famílias, como pelo facto de prevalecer ao longo dos doze meses do ano, motivos suficientes para que as populações estivessem veiculadas durante toda a vida a este tipo *de instituição costumeira.*

Os «detalhes», que diferenciavam os hábitos tradicionais na vigilância em comum dos rebanhos em pastagens comuns, estendiam-se à *vezeira* do gado graúdo, o bovino, que se processava, apenas, no estio. Desde as aldeias, lusas e galegas, em que nunca existiu a *vezeira* dos bovinos, ficando a cargo do proprietário o pastoreio dos seus animais, até àquelas que incluiu a presença dos pastores durante as vinte e quatro horas, várias *nuances* encontrámos neste Lima raiano em estudo (Fig. 119 – mapa – *Lima raiano: As vezeiras, por lugar, nos meados do séc. XX*).

O número de *dias a dar à vezeira* por cada agregado familiar podia variar em função do número de cabeças de gado, entre um número mínimo de duas unidades (as aldeias galegas da margem esquerda), a um quantitativo máximo de oito cabeças (aldeias do vale do Grou e do Soajo), ou, simplesmente, sem número estipulado, como em Adrão, em Tibo e na Igreja (Gavieira).

Contudo, eram os três bovinos a exigir um pastor por dia, a cada núcleo familiar, que imperava nas aldeias da serra Amarela em estudo e nas quais vigorou este tipo de *instituição costumeira* (Fig. 119).

Nas aldeias em que nunca se verificou a *vezeira* dos bovinos distinguimos, na Galiza, as da margem esquerda do rio Grou, além das aldeias a jusante e sobranceiras ao rio Lima, algumas, hoje, submersas pela albufeira do Alto do Lindoso, em que o gado, sempre leiteiro, pastava no *prado* ou, então, os respetivos criadores cortavam e transportavam no dorso e à cabeça molhos volumosos de erva, o alimento que era consumido na corte, quando na paisagem surgia o manto verde, que eram os milharais.

Costumes similares tinham as duas aldeias de Ermelo e as comunidades da serra Amarela, nomeadamente, as das freguesias de Germil, Entre Ambos-os-Rios (Sobredo, Tamente, Froufe e Igreja) e Britelo (Igreja), além de Vergaço, Paradela e Portuzelo (Fig. 119).

Na época estival, quando os campos estavam preparados para «receberem» os milharais, logo de manhã muito cedo, cada família encaminhava os seus bovinos para o *monte*, para regressavam, *per si*, cerca do meio-dia. Ao meio da tarde, depois da *sesta* passada na corte, eram novamente para lá encaminhados, onde pastavam até à noitinha.

No período invernoso, embora os animais repetissem as mesmas saídas, os movimentos dirigiam-se para o *campo*, mas, se o dia estivesse muito soalheiro, esporadicamente, atingiam *os montes* mais próximos.

Atualmente, como predominam as parcelas de *paul*, os movimentos ao longo do ano sucedem-se entre uma *saída para o campo*, ou, no estio, para o *monte* mais próximo, tudo dependendo do estado do tempo, ou, da disposição do dono, quase sempre ancião, nunca esquecendo, contudo, a *sesta* passada na corte.

Instituições costumeiras, a *vigia* e a *vezeira* desapareceram, deixando-se de praticar na Galiza, nos anos quarenta, em raros casos, nos inícios da década de cinquenta, enquanto em Portugal terminou, com as exceções já mencionadas, nos moldes tradicionais em finais dos anos sessenta, atingindo, por vezes, a década de setenta.

5.2.1. Peculiaridades do pastoreio em comum e repercussões na paisagem

Como geógrafa não podíamos deixar de evidenciar, com a apresentação de exemplos, os impactes na organização da paisagem limiana e de raia motivados pelas deslocações de «longa distância», no período estival, «personificadas», principalmente, pelos bovinos em pastoreio comum, que exigiam a «reestruturação» temporária da comunidade, a fim de se tornar possível, aos respetivos membros, por um lado, realizarem as tarefas agrícolas, muito intensas nessa época do ano, por outro, vigiar e proteger a principal fonte de rendimento, *o seu gado*, em pastagens de «altitude».

Comecemos pela *instituição costumeira* extinta há cerca de uns sessenta anos, mas, muito *sui generis*, que vigorou nas aldeias do vale do Grou (Fig. 120 – mapa – *Lima raiano: Poulos e currais segundo os lugares, meados do séc. XX*).

San Xes e Fraga são freguesias que *detêm algum monte* ao largo da fronteira, na serra do Laboreiro, área de Penagache. Assim, *os povos* destas freguesias, no início da Primavera, normalmente em Abril, quando se avizinhassem prenúncios de bom tempo, reuniam as vacas adultas[503], a que se juntavam as das aldeias próximas como as de Parada do Monte e as de outros *povos* da margem esquerda, nomeadamente, St.ª Cruz, Gaiás e Facós, constituindo-se, assim, *o gado do povo,* que não ultrapassava as duzentas vacas, que rumavam em direção às pastagens do Laboreiro e, por lá, permaneciam até aos finais de Setembro, ou seja, enquanto perdurasse o bom tempo[504].

---

[503] As vacas a amamentar e as que estavam para ser mães ficavam na aldeia.

[504] Pela descrição que nos foi efetuada, em Junho de 2003, quase poderemos recriar um dos dias de todos os finais de Abril em que pequenos grupos de gado adulto, tangidos pelos proprietários, emanavam das diferentes aldeias da margem esquerda do Grou, caminhavam em direção ao Beloso, o lugar da reunião, faziam a travessia do rio para, então, enveredarem, juntamente com o outro gado, o da margem direita, em direção às *chairas* do Laboreiro, onde pastavam e deambulavam até às primeiras chuvas de Outono (Mapa 47). Curiosamente, o nosso interlocutor, um residente de San Xés de Vilariño, preocupou-se em esclarecer que *os povos que não tinham monte*, nomeadamente os da margem esquerda, procediam a um pagamento, que não se traduzia em dinheiro, pois *a miséria era muita*, mas *em coisas para comer.*

O *gado do povo* estava, sempre, vigiado por dois pastores, «recrutados» *à vez*, entre *os povos* e de acordo com as cabeças que o *vecino* possuía. Assim, dois pastores, os *pojersos*, iam todas as manhãs *revezar* aqueles, também dois, chegados na véspera, que *baixavam* em seguida ao respetivo *povo*[505].

Existiam dois *currais*, o Novo e o Velho, ou, melhor, duas *chairas* abrigadas, cada uma com a respetiva *cabana*, a dos pastores, das quais hoje apenas restam fragmentos das paredes, que distam cerca de 1 km entre si e, sensivelmente, 2 km da Fraga.

Uma vez terminada esta *instituição costumeira* cada proprietário ficou responsável pelos seus próprios bovinos, encaminhando-os no estio, logo pela manhãzinha, para *o monte* próximo, onde pastoreavam entregues a si mesmos, para os ir buscar à noitinha. Mas, quando o *calor apertava*, sensivelmente, entre as onze e as dezasseis horas, as vacas *baixavam*, cerca do meio-dia e pelas cinco da tarde eram reencaminhadas para as pastagens envolventes, regressando à corte à noitinha.

Casos se verificaram em que os bovinos permaneciam todo o estio no *monte*, deslocando-se os proprietários para vigilâncias esporádicas, como em Canle e Vilariño de San Xes, mas, quando o lobo ameaçava, os residentes de Vilariño pernoitavam, *à vez*[506], debaixo de um *coberto* feito de ramos e folhas, ou, simplesmente, se *embrulhavam numa manta* que transportavam.

A Fraga distinguir-se-ia, pois, segundo uma residente, na casa dos sessenta anos, que, quando jovem, no Verão saía todos as manhãs com as vacas de seu pai para o *monte*, passando por lá o dia inteiro com *as gentes* de Castro Laboreiro que, também, se encontravam a guardar o seu gado e regressava à noitinha.

Mas, logo adiante, encontrámos uma outra residente, sensivelmente da mesma idade, assegurando-nos que, no Verão, ou melhor, em Abril/Maio, as vacas iam para o *monte*, ficavam sozinhas, até chegarem as chuvas de Outono, mas, diariamente, se deslocava, *à vez*, um residente, que *ia ve*r *como elas estavam*[507].

Perante estes factos, aparentemente contraditórios, esforçámo-nos em esclarecê-los e, após variadas conversas ficámos convencidos, que era possível as duas situações, isto é, a do *gado do povo,* que durante todo o Verão pastoreava e pernoitava no *monte* sob uma vigilância deficitária, e a do gado daquelas famílias, que preferiam elas próprias assegurar uma

---

[505] Os pastores tinham uma alimentação muito fugaz, traduzida em pão, água, por vezes, um pouco de carne, que eles próprios cozinhavam. Dormiam, sempre, os dois por noite, numa *cabana* redonda, com muros em pedra e cobertura feita de ramos intercalados por *torrões*. O *chão*, forrado com fetos e carqueja envoltos pelo *mandils*, uma croça de junco, constituía o leito de dormir. No *curral*, uma *chaira* abrigada, próxima da *cabana* dos pastores, reuniam-se, quando o sol rasava o horizonte, as vacas a fim de pernoitarem e, quando a aurora despontava *marchavam* de novo, em direção às pastagens, que as esperavam, uma extensa área, que se estendia, quer para leste, quer para oeste em direção a Portugal.

[506] O criador que possuísse cinco a seis vacas dava à *roda* um *dia* de vigilância.

[507] As pessoas que, diariamente, as iam ver, entravam na *roda* sempre com o mesmo intervalo, pois era indiferente possuir duas, como quatro ou mais cabeças de gado graúdo.

proteção contínua, que incluía os bovinos pernoitarem na corte, pois o lobo sempre espreitava e podia fazer os seus estragos.

Uma situação curiosa se passava em Taboazas, aldeia que tinha *muito e bom monte* em Bangueses[508], onde há muita *chaira com muito feno*[509] e que nunca participou na *vezeira do gado do povo*, que existiu na área de Penagache, nos *montes* da Fraga.

No Verão, todos os fins de tarde, pelas dezassete horas, o gado era encaminhado para o *monte*, onde pastava e pernoitava, para no dia seguinte, quando o *calor apertava*, cerca das onze horas/meio-dia, tomar a iniciativa de regressar à corte, a fim de passar a *sesta*, a exemplo do que sempre aconteceu na freguesia de Vencéans, nomeadamente, em Queguas.

Diariamente, os bovinos recolhiam à corte, quer no Verão, ou melhor, nos dias de maior calor, para passar a *sesta*, ou então, nas restantes estações para pernoitar, como acontecia na bacia do Agro, por exemplo, em Pereira, Guxinde e Bouzadrago, ou, nos Ferreiros, o de Baixo e o de Cima (Fig. 120).

Se o gado da freguesia da Pereira que, todos os dias, de manhãzinha, era conduzido ao *monte*, regressando à corte, cerca do meio-dia, para, à tarde, ser reencaminhado ao pasto, mas, no *campo*, até ao entardecer, verões havia, há uns cinquenta anos, que três a quatro vizinhos da aldeia da Pereira *juntavam as suas vacas, sempre poucas*, conduziam-nas para os cimos do Monte do Quinxo e por lá pernoitavam, *à vez*, junto a um dos penedos, pois não possuíam *cabana* nem *curral*.

Sentimos a necessidade de evidenciar o Monte do Quinxo, não só pela interação e proximidade às povoações portuguesas (Paradela, Várzea, Peneda, Baleiral, Ribeiro de Cima, Ribeiro de Baixo e Ameijoeira), como pela dinâmica que as populações conseguiram imprimir, bem patente na atualidade, em Olelas, apesar das mutações profundas das últimas décadas[510].

Até há cerca de sessenta a cinquenta anos, o *gado* da Illa e de Olelas, durante o período estival permanecia nos cimos elevados onde era vigiado por dois pastores, que se *revezavam*[511] por períodos de vinte e quatro horas[512] (Figs. 119 e Fig. 120).

---

[508] Extensa área, sensivelmente a nornordeste de Taboazas, com boas pastagens, mas que já não se insere no Lima raiano, que estudamos.

[509] Afirmação feita, de modo espontâneo, por habitantes de Senderiz, Canle e Sabariz.

[510] Desde já recordamos que os habitantes dos Ribeiros, de Cima e de Baixo, em Castro Laboreiro, levavam para o Quinxo os animais, bovinos e gado miúdo, em troca do pagamento de um tributo. No Monte do Quinxo, toda a área de pastoreio compreendida, sensivelmente, entre a Ameijoeira e Olelas *pertence* às comunidades de Pereira, Bouzadrago, Illa, Olelas e Lantemil, que na década de cinquenta o dividiram entre si, ficando os senhores das maiores áreas, os residentes da Illa e de Olelas (fig. 120).

[511] As famílias com duas vacas, já *entravam na vezeira*, e todos participavam com os mesmos *dias*, independentemente do efetivo que possuíssem. Por curiosidade, quem tivesse apenas um animal, enviava-o na *vezeira*, mas não participava.

[512] Pernoitavam nas *cabanas*, construções circulares com muros em pedra e cobertura constituída por ramos intercalados por torrões, num total de cinco, duas de Olelas e três da Illa, sempre junto dos *currais*, as *cercas*, onde se resguardavam os bovinos.

Situação algo diferente acontecia, por exemplo, em Torneiros do Rio Caldo, em que os bovinos pastoreavam na *exploração silvícola em comum* vigiados diariamente pelo pastor que entrava na *roda*, de acordo com o número de exemplares que possuía, enquanto em Ludeiros, Cimadevila, Maním ou Compostela, os animais iam de manhã para o *monte* e, por si, regressavam ao fim da tarde.

Contudo, não seria bem assim, até há uns cinquenta anos, quando na *serra* pernoitavam os pastores[513], que se *revezavam* no final de um período de vinte e quatro horas, numa *cabana*, junto ao *curral* em que todas as noites se reunia o gado, da qual, hoje, restarão, apenas, vestígios esquecidos e «perdidos» na *serra* de St.ª Eufémia (Figs. 119 e 120).

Se na Galiza em estudo as *vezeiras*, assim como as *vigias,* se extinguiram há mais de meio século, na área lusa, também, alterações muito significativas se verificaram nas últimas décadas, embora, encontrássemos comunidades que, no Verão de 2003, nos afirmavam continuar a «preservar» a *vezeira*, apesar, das profundas alterações.

Comecemos por exemplificar com a freguesia do Soajo, em meados do séc. XX. Nos meses invernosos, sensivelmente, de finais Outubro a Abril/Maio, o gado *descia* às aldeias, pernoitando na corte.

No caso da «vila», os animais distribuíam-se pela aldeia e *verandas*, as situadas a altitudes superiores, como Reigada, Ínsuas ou Murço (Fig. 21), e pelas «mais próximas» do rio Lima[514], como Pisqueiros ou Rendufe, pastoreando *de Outubro até ao Natal* nas *bouças e tapadas*, outrora, parte dos *montes baixos em comum*, muito preservados, para os pastos de Inverno.

Em função da abundância do pasto e de acordo com as *coutadas*[515] e as parcelas que os donos possuíam, os animais percorriam, no Inverno, áreas relativamente extensas, pelo que se justifica a pulverização de abrigos, os *cortelhos*, que, de modo irregular, ainda hoje, com muita facilidade, se encontram[516].

Com o estado de tempo a melhorar, era sinal que a época das sementeiras do milho estava próxima e, por conseguinte, o *gado* retirava-se da povoação e *subia à serra*, regressando com o Outono, a exemplo, do que acontecia, em termos globais, nas outras freguesias em estudo.

---

[513] Uma família com dois exemplares tinha que dar à *vezeira* um pastor durante um dia, ou seja, vinte e quatro horas.

[514] Em função do encaixe do Lima, os Invernos tornam-se mais suaves à medida que a cota dos socalcos diminui.

[515] Nos *montes baixos* faziam-se *coutadas* para serem pastoreadas no Inverno pelo gado e pelas cabras, como, por exemplo, na *veranda* de Murço, a extensa área inculta *voltada para o rio Adrão*, sensivelmente desde *o Areeiro aos Martinhos*, consoante nos dizia um residente na «vila» em Março de 2004.

[516] A partir de finais de Dezembro até ao dia de *subirem à serra*, os bovinos *metiam-se no campo*, isto é, nas parcelas, por sinal, bem muradas, que ostentavam, umas, os «tapetes» de *erva-castelhana e molar*, os *lameiros*, outras, o *restolho*, resultado do corte do milho graúdo, nos inícios do Outono, além de aproveitarem nas *bouças*, bermas dos caminhos e áreas incultas próximas, as gramíneas, carrascos e tojo, que, em muitos dos casos, de modo esparso, despontavam. Nos dias em que os animais não podiam sair da corte, por serem *muito chuvosos e nevosos*, eram alimentados com *palha* (caule de centeio e milho, que, após ser separado dos respetivos cereais, era seco e colocado em medas, para ser utilizados como alimento dos animais no Inverno) e feno secos, cortados e armazenados durante o período estival.

Há a distinguir dois «períodos» explicados pela política florestal dos anos quarenta. Até esta década, o *gado* deambulava, de um modo global, *por si e sozinho*, mas, quase sempre, em grupo, subindo em altitude, à medida que o *calor apertava*, em busca das *pastagens mais arejadas*, ou, deslocando-se para os fundos dos valeiros, sempre mais aconchegados, quando a temperatura *baixava*.

Poder-se-á dizer, que *nesses tempos antigos* o *gado fugia sozinho*, porque conhecia muito bem a *serra*, limitando-se os donos, ou um vizinho, *a ir ver como estava*, além de *ver as crias*, que, entretanto, nasciam e que, dificilmente, acompanhavam o ritmo da caminhada das mães.

Com o início das plantações florestais, ou seja, a partir da década de quarenta, este esquema de pastoreio de Verão foi alterado, precisamente, nas pastagens próximas das novas áreas de plantio, ou, quando se tornava necessário atravessá-las, exigindo uma vigilância constante dos animais, como aconteceu, por exemplo, na «vila», contrariamente, às aldeias de Cunhas, Paradela e Várzea, pois as *suas pastagens* ficavam distantes das novas plantações (Fig. 120).

A intensidade da emoção, expressa nos rostos, com mais de setenta primaveras, que nos falaram de esses tempos, permitiu-nos esboçar uma «Peneda alta e de Verão» matizada pelos tons dos *pastos* e dos *gados*, pontualmente, pelas parcelas de centeio, batata e fenos, mas, muito animada pela rede intensa de movimentos, dos quais evidenciamos os da *barrosã*, que, com passos pachorrentos, mas livres, mostrava conhecer todos os recônditos, quando percorria, de um modo despreocupado e indiferente aos perigos, as longas distâncias em busca dos melhores alimentos, que, embora bem afastados, proliferavam numa *serra*, ainda, hoje, tão imponente.

No Soajo, com exceção para a aldeia de Vilar de Suente[517], o *gado* no Verão pastoreava, sempre, a altitudes superiores aos 1000 metros e descrevia percursos distintos conforme a aldeia de que emanava.

Os bovinos da «vila» privilegiavam, nos primeiros meses, sensivelmente de Abril/Maio a 10 de Julho[518], duas chãs, os *poulos* da Chã da Cova e da Chã da Cabeça, enquanto os bovinos de Vilarinho das Quartas eram os vizinhos da *poulo* da Urzeira, os bovinos das aldeias de Cunhas, Paradela e Várzea se reuniam em Seida e os de Adrão, por princí-

[517] Aldeia em que o gado pastava todo o ano nos *montes* envolventes, vindo sempre pernoitar à corte, na aldeia.

[518] De 1 de Agosto a 8 de Setembro pastavam nas *chãs* da Peneda e do Soajo, primeiro na Felgueira Ruiva e, posteriormente, na Chã da Matança. Muito provavelmente, nos *tempos antigos,* não teria sido este o período de «reserva» das pastagens da Peneda ao pastoreio dos *gados* do Soajo. Sendo, assim, em 25 de Março de cada ano, iam *os antigos* colocar um ramo verde sobre um penedo, no Coto da Veiga Longa, como sinal de vedação das respetivas pastagens, delineando a «fronteira» com as áreas de pasto dos Ribeiros, o de Cima e o de Baixo, apesar de apenas levarem o *gado* no dia de S. Bento, que permanecia até ao dia 5 de Setembro, o dia da Senhora das Neves. Nesse dia, retiravam, ficando de novo, «(...) para os do Ribeiro, a pastagem franca até 25 de Março do ano seguinte (...)» (PINTOR, 1955, *Notícias dos Arcos*, n.ºs 824 e 825).

pio, até 10 de Julho[519], dirigiam-se para o Curral do Pai, Corga da Baja, Moranho e Naia (Fig. 120).

Nestas aldeias do Soajo, logo que o tempo o permitia, por princípio, já, no mês de Abril, as vacas «singelas», isto é, as que não estavam para ser mães, ou, que não se encontravam a amamentar, constituíam a manada que iniciava a «temporada» das «pastagens em altitude», onde, entregues a si mesmas, esperavam pelas futuras mães, que chegavam mais tarde, em data próxima do S. João, já acompanhadas pelas *crias*, de muita tenra idade, a exigir uma assistência cuidada e a justificar a presença imprescindível do pastor.

A presença do pastor tornou-se, desde sempre, necessária e por períodos prolongados[520], quando as jovens *crias* eram encaminhadas para os altos cimos que, embora acompanhadas da mãe, exigiam, de um modo contínuo e sistemático, «cuidados especiais», até se tornarem jovens vitelos *ensinados a sobreviverem na serra.*

Os pastores, por sinal, quase sempre, os donos dos animais[521], uma vez *no poulo* preocupavam-se não só em proteger as *crias* de tenra idade, mas, principalmente, em dar uma particular atenção, pela importância que lhe era atribuída, à aprendizagem dos jovens vitelos, como, por exemplo, na orientação na *serra*, na procura das áreas com os melhores pastos, na busca das fontes, bem dispersas, que brotam água límpida e cristalina, elemento imprescindível nos dias bem quentes de Verão, além de os habituar a não se afastarem da manada e a regressar ao *poulo*, para a passagem, em grupo, da próxima noite, após um dia de pasto na melhor lande que conseguissem encontrar.

Se no *poulo* de Seida, bem distante das áreas florestais, prevaleceram, mesmo a partir da década de quarenta, os *usos e costumes* tradicionais, nos *poulos* da Chã da Cova e da Chã da Cabeça, pela proximidade das «novas plantações», os pastores confrontaram-se com a necessidade, a partir dessa década, de uma vigilância permanente dos *gados*, pois as multas eram «pesadas»[522]. Imbuídos numa cultura multissecular de entreajuda, não lhes foi difícil enveredar pelo sistema da *vezeira*[523], permanecendo no *poulo*, sempre, dois a três pastores, cedidos *à vez* pelos respetivos agregados familiares, que se mantinham por um período, normalmente, de três dias, podendo atingir os seis.

---

[519] A exemplo do *gado* da «vila», de finais de Julho a 8 de Setembro, pastava nas chãs da Peneda e pernoitava no *poulo* de Curro da Velha.

[520] O pastor dormia, pelo menos, uma noite no *poulo* e regressava à aldeia na manhã seguinte, ou então, passava um dia e duas noites. Tudo dependia do desenvolvimento dos vitelos e do lobo *andar ou não nas proximidades*. Quando os vitelos ficavam *sozinhos* o pastor sabia que *estavam lá outros vizinhos*, que *davam notícias*, caso surgisse qualquer problema.

[521] Como cada pastor, ou seja, cada dono preocupava-se com os seus jovens animais, nos meses de Junho/Julho a população era numerosa nos *sítios* com altitudes superior a 1000 metros, o que justifica, segundo a opinião dos residentes, que nós também corroboramos, os inúmeros *cortelhos* e *bezerreiras* que tipificam os *poulos* do Soajo.

[522] Este problema também foi sentido pelos residentes de Vilarinho das Quartas, em relação ao *poulo* da Urzeira e pelos habitantes de Adrão, com os *poulos* da Naia, Curral do Pai, Moranho e Corga da Baja, resolvendo com a «implementação» da *vezeira*.

[523] Na primeira década do séc. XXI, o soajeiro, quando se refere à *guarda do gado*, utiliza, com maior frequência, a expressão *vigia* em detrimento de *vezeir*a, embora esta expressão seja, por vezes, utilizada.

Nos *poulos* da freguesia do Soajo, até à feira do Cando, dia 10 de Julho, cada pastor *apartava*[524] *as crias* e preocupava-se na *engorda dos vitelos*, pois a feira anual em S. Bento do Cando aproximava-se a ritmo veloz[525].

Esta feira não tinha, apenas, impacte na economia das populações, mas, correspondia a um dos marcos nos *usos* de este regime pastoril.

Em Seida, a venda de todas as *crias*, além de ser um sinal de bons negócios, significava que o pastor podia regressar à aldeia e deixar no pasto os seus bovinos, todos bem habituados a estas paisagens, limitando-se *a subir*, de quando em vez, para verificar o estado físico dos animais.

Caso lhe restassem vitelos, recentemente nascidos, permanecia mais umas semanas na *serra*, sensivelmente, as que separam o S. João das festas da Peneda[526], tempo suficiente para ensinar bem os jovens animais a conduzirem-se pelas deslumbrantes paisagens, pois, caso o não fizesse, era obrigado, no ano seguinte, *a subir* um a dois meses mais cedo, a fim de proceder à aprendizagem voluntariamente adiada dos animais que, entretanto, o tinham acompanhado na *descida* ao lugar.

Se em Seida e a partir das festas no Cando, a presença do pastor rareava, existia, sempre, alguém junto das seus animais, nomeadamente, as pessoas *mais antigas*, que voluntariamente davam uma *olhadela* pelas *cabeças* dos vizinhos, que, embora, não fossem sua *pertença*, eram capazes de tão bem identificar. Além disso, aquele que, esporadicamente, *subia* para confirmar os seus exemplares, fosse da Várzea, Paradela ou Cunhas, espontaneamente trazia informações ao vizinho sobre o estado da manada[527].

Contrariamente, depois da feira do Cando, isto é, a partir de 10 de Julho, as Chãs da Cabeça e da Cova, assim como a da Urzeira, despovoavam-se, pois o gado, apenas o adulto e bem habituado à *serra*[528], deslocava-se para outras pastagens, bem mais longín-

---

[524] Designação popular do desmame, isto é, a cria, gradualmente, deixa o leite materno, à medida que aprende os primeiros sabores do pasto, de início, finas e tenras gramíneas, para depois se familiarizar com todo o tipo de espécies vegetais enquanto aprende a orientar-se e a sobreviver na *serra*.

[525] Esta feira anual de gado, a 10 de Julho, insere-se nas festas de S. Bento do Cando, que se realizam a 10 e 11 de Julho.

[526] As crias, por princípio, estavam *apartadas* até finais de Agosto, quando muito, na primeira semana de Setembro, a semana das festas da Senhora das Neves, que se iniciam a 31 de Agosto e terminam a 8 de Setembro.

[527] O *poulo* de Seida era, também, «disputado» pela população de Rouças, quando, em Abril de 2004, nos afirmaram que a *cabana do povo*, como o próprio nome o indica, é de todos e não da exclusividade dos habitantes do Soajo e que também, tinham *lá cortelhos*. Além disso, segundo os nossos interlocutores de Rouças, *os do Soajo*, apenas tinham direito *a estar até Agosto, depois iam-se embora*. Em contrapartida, o residente do Soajo, isto é, da Várzea, quando nos levou a Seida, foi perentório, ao afirmar que o *gado* de Rouças *sempre invadiu todas as pastagens*, porque *foi, sempre, muito* e deambulou livremente por *todos os montes envolventes a Seida*, que são vastos e com extensas chãs com espessas coberturas de gramíneas e urzes, como tivemos oportunidade de constatar. Estes exemplos apenas pretendem demonstrar as dificuldades de sobrevivência em áreas cuja adversidade das condições naturais, explica, em nossa opinião, a complexidade de estruturas silvo-pastoris enraizadas ao longo de séculos.

[528] A partir dos inícios dos anos sessenta, também as jovens *crias* acompanhavam o gado adulto, preparado para a *serra*.

quas[529], que ficam nas chãs da Peneda[530], contíguas, ou, mesmo nos *montes* das aldeias dos Ribeiros, o de Cima e o de Baixo, os *poulos* de Felgueira Ruiva e o da Chã da Matança, em que as *lapas*, sob as quais pernoitavam os pastores, eram uma tónica importante[531] (Fig. 120; Fig. 121 – mapa – *Lima raiano luso: percursos de bovinos em pastoreio nas serras do Soajo e da Peneda, meados do séc. XX. Uma amostra: a «vila» e Vilarinho das Quartas – Soajo*).

O *poulo* «mais idoso», ou melhor, aquele que teria sido mais frequentado, em *tempos antigos*, logo, *imemoriais*, seria o de Felgueira Ruiva, em que, além dos *cortelhos*, haveria muitas *lapas* aproveitadas como abrigo pelos pastores. Contudo, nos inícios dos anos sessenta do século XX, os residentes da «vila» incidiram a sua atenção na Chã da Matança ao construírem com materiais modernos, que incluiu a telha, uma casa, *a casa do Soajo*[532], logicamente para abrigo dos pastores, marcando assim, os *seus direitos de utilizadores de pastagens* alvo de acesas polémicas multisseculares, nomeadamente, com os habitantes dos Ribeiros [533].

Deslocação sazonal que, à margem de todas as polémicas, imprimiria um certo impacte, pela importância do movimento, em Tibo e no Baleiral, aldeias da Gavieira *atravessadas* pelo *gado*, além dos pastores e das mulheres carregadas com os açafates dos ali-

---

[529] A trajetória de estas deslocações não era, assim, de forma tão linear, pois, muitas das vezes, o *gado* antes de ir para os *montes* da Peneda, descia para *aproveitar* pasto, que despontava ora na beira dos caminhos ora nas *bouças* povoadas de carvalhos.

[530] Ao *gado* da «vila» *juntava-se* o de Vilarinho das Quartas, a pastorear no *poulo* da Urzeira, que, mesmo antes de chegar o 11 de Julho, «tomava a iniciativa» de, por si e na «companhia» dos animais das Chãs da Cova e da Cabeça, enveredar pelas sendas, que o conduziam à capela da Senhora da Paz, Adrão, Tibo, Baleiral e, finalmente, às desejadas pastagens da Peneda. Contudo, para que pudessem *usufruí-las*, os donos pagavam, pelas pastagens, uma certa quantia aos *legítimos possuidores*, ou seja, aos residentes da «vila». Não era apenas o residente da «vila» a ter direito *às pastagens das chãs da Peneda*, também os habitantes de Adrão, a partir da feira do Cando, encaminhavam os seus gados para o Curro da Velha, uma área de pasto bem próxima dos pastos de Ribeiro de Cima, com os populares *cortelhos* a servirem de abrigo nas noites muito frescas, apesar de se estar em pleno período estival.

[531] *Se o dia 8 de Setembro era o dia do abandono e da entrega das pastagens da Peneda, pelo povo do Soajo aos povos vizinhos, os dos Ribeiros, Peneda e Baleiral*, como nos disseram anciãos de estas localidades, a entrada oficial e consumo das mesmas pastagens, apenas, se verificaria a partir de 1 de Agosto.

[532] A construção de esta casa causou um certo impacto, para não dizer, «respeito» e «estupefação» nos habitantes, quer dos Ribeiros, do Baleiral, da Peneda e mesmo de Tibo, a avaliar pelo modo, como ela nos foi referenciada e descrita, no Verão de 2003, por um grande número de moradores de estas localidades. Assim, por exemplo, residentes em Tibo referiram-se a esta construção como *uma casa nova*, que os moradores do Soajo tinham edificado para alojamento dos pastores, mas que *foi destruída pelas gentes dos Ribeiros*. Independentemente, de este tipo de atitudes, a exposição às condições climáticas, muito rigorosas, são mais que suficientes, para justificar a degradação em que se encontrará, qualquer tipo de construção desocupada há dezenas de anos.

[533] O *Tombo do Soajo de 1795* e na *demarcação* da freguesia faz uma na descrição pormenorizada no setor oriental, ou seja, nos limites com Castro Laboreiro, precisamente, com os Ribeiro de Cima e Ribeiro de Baixo, incluindo, assim, as extensas pastagens «centradas» no *poulo* de Felgueira Ruiva, pormenor de descrição que contrasta com as generalidades do setor ocidental. Assim, poder-se-á pôr a hipótese que, muito provavelmente, nos finais do séc. XVIII, o pároco já quereria *defender para o Soajo estas pastagens de Verão*, uma vez que o Tombo da freguesia de Castro Laboreiro, de 1563, menciona como limite com a freguesia do Soajo, a linha de água, que é o «rio» Peneda, afluente do rio do Laboreiro, incluindo, portanto, «metade» da atual aldeia da Peneda, como território castrejo (PINTOR, 1955, *Notícias dos Arcos*, n.ºs 819 e 820).

mentos e utensílios de cozinha, a avaliar pelas descrições que, espontaneamente, as populações nos fizeram nos Verões de 2002 e 2003.

Não seriam, apenas, nestas duas aldeias a encontrarmos referências sobre a importância de estas pastagens, as da «vila» do Soajo, pois não esquecemos, que tomamos delas conhecimento, pelos residentes de Castro Laboreiro, precisamente, no Ribeiro de Baixo, com uma descrição bem pormenorizada, evidenciando *a casa nova da Chã da Matança*, construída *pelos do Soajo* nos inícios dos anos sessenta, porque os gados castrejos andavam nas pastagens contíguas e, por tal, viam diminuídas as respetivas áreas de lande.

As contendas, que envolveram soajeiros e castrejos, perdurariam ao longo dos séculos, terminando, por vezes, com cenas de «pugilato», ou então, com a apreensão dos animais «soajeiros» nas cortes castrejas, para exigir um resgate, que sempre era feito, através do pagamento de uma *pesada multa*.

Nestas pastagens, *as da Peneda*, sempre se praticou a *vezeira*[534] com o agregado familiar com mais de uma *cabeça* a participar na *roda*, *dando um* dia até um limite máximo de oito exemplares, que possuísse, enquanto o dono de uma única *cabeça*, fazia-o em alternância de *rodas*. O gado estava, de este modo, sempre, acompanhado por pastores[535], que permaneciam um período, de início, de uma a duas semanas.

Como na «vila» do Soajo os pastores passaram a ser «contratados»[536], principalmente a partir dos inícios da década de sessenta, acontecia que, nos últimos anos, permaneciam um período bem mais prolongado, ou melhor, o tempo completo, isto é de finais de Julho a 8 de Setembro.

Chegado o dia oito de Setembro, havia que reconduzir o *gado*, ou, de novo, para os cimos da serra do Soajo, os *poulos* da Chãs da Cova e da Cabeça, ou, para a povoação e *verandas* envolventes da aldeia, tudo dependendo das condições climáticas, do estádio de desenvolvimento das culturas e, logicamente, da qualidade dos *pastos* (Fig. 121).

---

[534] A *vezeira* existiria desde os séculos anteriores, por causa do lobo, mas, quando desapareceu a fera, o *gado* pastoreava por si, «gozando da mais ampla soltura na serra», e donos havia «que não se importavam dele durante todo o Verão». Contudo, no final da I Guerra Mundial, o lobo oriundo da Europa Central e da Espanha repovoou a serra da Peneda, pelo que os donos dos animais foram obrigados «outra vez a vigiá-los mais de perto», *vigia* intensificada com a chegada dos Serviços Florestais. (PINTOR, 1955, *Notícias dos Arcos*, n.ºs 824 e 825).
Por curiosidade, quando em Agosto de 2003, nos deslocámos ao *poulo* de Seida, o nosso acompanhante, nos afirmou que *nos tempos antigos não era preciso guardar o gado porque não havia lobo.*

[535] Conforme nos informaram residentes octogenários, recordam-se, em jovens, de serem seis os pastores, pois pastoreavam cerca de *quinhentas cabeças de gado*, reduzindo-se para quatro e, finalmente, para dois, evolução, que se processou de acordo com a variação negativa dos animais.

[536] Cada pastor era pago pelos donos dos bovinos, à unidade, isto é, por cabeça de gado e por dia. Assim, quantos mais animais tivesse a seu cargo, maior seria o pecúlio angariado. Razões que justificam o facto de vários residentes na «vila» nos afirmassem que não haveria *vezeira*, porque os pastores eram sempre os mesmos. Após uma certa persistência, foi-nos explicado que os pastores, embora fossem sempre os mesmos, eram pagos *à vez*, pelos diferentes patrões, de acordo com o *gado* que possuíam.

Estes movimentos sazonais terminaram há umas três décadas, com o abandono das pastagens, *as da Peneda*, pelos residentes da «vila» em 25 de Julho de 1973, em virtude de os dois pastores contratados para a vigilância de um efetivo reduzido a cinquenta e oito vacas, considerarem o vencimento auferido não compensar os esforços da estadia na *serra*.

Mas, sensivelmente até esta década, a de setenta, também os bovinos da aldeia de Adrão, durante o Verão, percorriam longas distâncias entre as serras do Soajo e a da Peneda (Fig. 122 – mapa – *Lima raiano luso: Percursos de bovinos em pastoreio nas serras do Soajo e da Peneda, meados do séc. XX. Uma amostra: Adrão*).

Se de Abril até 10 de Julho os bovinos deambulavam e usufruíam as pastagens do Soajo, deslocando-se até ao *poulo* do Moranho, a partir da feira do Cando rumavam à serra da Peneda, onde se destacava o *poulo* do Curro da Velha, muito próximo das pastagens dos Ribeiros, o de Cima e o de Baixo, além do *poulo* de Felgueira Ruiva.

Pastoreio que, também, exigia uma vigilância permanente, efetuada pela presença de dois pastores, que *à vez*, sem se ter em atenção as *cabeças de gado*, de que eram proprietários, permaneciam na *serra*.

Sensivelmente até meados do século XX, qualquer que fosse o espaço de tempo que o pastor do Soajo permanecesse nos *cimos das serras*, a do Soajo e a da Peneda, estas estavam, neste período do ano, o estival, constantemente, a ser calcorreadas e conectadas entre os diferentes *sítios* e aldeias, contribuindo na intensificação dos fluxos as mulheres, que transportavam produtos frescos para o pastor cozinhar, com uma periodicidade, por princípio, em dias alternados, para a Cova e a Urzeira, de três em três dias para Seida e, com um limite mínimo de uma semana, para Felgueira Ruiva e Chã da Matança, ou, para o Curro da Velha, intervalo de tempo que dependia da distância a que se encontrava o pastor e do tempo de permanência (Figs. 120, 121 e 122).

Se nas últimas décadas da *vezeira* a dieta alimentar do pastor do Soajo, a exemplo de outras comunidades, melhorou com a introdução de alimentos frescos, até finais da década de cinquenta, sobrevivia[537], durante uma semana, com *uma saca* de farinha de milho, *algumas* batatas, *um pouco* de toucinho, ou de bacalhau (com muita sorte), além, claro está, do leite, que todas as manhãs era mungido às vacas, que se encontravam a amamentar as *crias*, para confecionarem os populares *caldo de leite*[538] e *sopa de leite*[539].

Não nos esquecemos, contudo, que na serra da Peneda em estudo, pastoreiam outras manadas, cujos donos se distribuem pelas cinco aldeias da Gavieira e cujo modo de vida assentava, até meados do século XX, indubitavelmente, na pastorícia em montes comuns.

---

[537] Por curiosidade, o pastor da *rês* não tinha uma melhor sorte, pois, até finais da década de quarenta, faziam-se acompanhar, ao longo do dia, por batatas cozidas e pão, depois de «bebida» uma sopa de água de unto.

[538] Num pote, ou, panela ferviam água, leite e farinha, para obter o conhecido caldo de leite.

[539] Num pote, ou, panela ferviam leite e água, a que se adicionava boroa.

Ao pretendermos estabelecer um possível paralelismo entre os esquemas de pastoreio adotados pelas comunidades, quer de esta freguesia, quer da do Soajo, constatamos, que as diferenças são significativas e bem evidentes, que se entenderão, pensamos nós, em função dos processos de povoamento incrementados.

Na Gavieira, as *verandas*, a altitudes cerca dos 1000 metros e com a função habitacional, embora de cariz sazonal, justificam, quando dos alvores do bom tempo, sensivelmente, Março/Abril e, mesmo, Fevereiro, caso as condições meteorológicas o justificassem, a *subida* dos animais, gado miúdo e graúdo, e todo o esquema de pastoreio de Verão, que se processava a partir de estes núcleos secundários (Fig. 21).

O gado adulto dirigia-se para os *cimos* e por lá deambulava, em busca das melhores manchas de lande, até às primeiras chuvas e rigores outonais, à exceção das vacas, que amamentavam, ou, estavam à espera do seu rebento, que pastavam nos campos de feno da *veranda* e *prados* em redor, pernoitando, sempre, na corte da *veranda*. Uma vez a *cria* independente, a mãe iniciava a abalada, rumo a *sítios* mais *arejados* e, por ventura, com *pastos* mais suculentos.

Rouças conhecida como a aldeia da Gavieira que sempre teve *muito* gado, este, uma vez na Junqueira e nas Gorbelas, distribuía-se e deambulava, livremente, pelos altos cimos, bem afastados dos povoamentos florestais, pastoreando em conjunto, muitas vezes, por exemplo, com os animais das freguesias limítrofes de Cabreiro, Carracolva e Soajo (Fig. 21).

Não era, apenas, no Verão que se podiam encontrar os bovinos de Rouças muito afastados das *verandas,* Junqueira e Gorbelas. Em virtude de uma *instituição costumeira* poder fruir, na época invernal, sensivelmente, entre Setembro/Outubro a Abril/Maio, das pastagens desenvolvidas na secção montante do vale do Ramiscal, no fundo do vale, ou melhor, desde as cotas mais baixas até à altitude limiar do aparecimento do manto de neve[540] numa *veranda pertencente aos moradores* da freguesia de Cabreiro (Fig. 120).

Em Porto Cavado o *gado* permanecia durante um mês, *do S. Miguel ao Santos*, enquanto no Lapigo do Tojal, mais a montante, pastoreava desde finais de Setembro a princípios de Maio[541].

Apesar de ser Inverno, o homem de Rouças sentia a necessidade de, quando em vez, *ir ver o seu gado*, pois os perigos eram muitos, como a permanente ameaça da fera, o lobo, pelo que, em virtude da distância e de uma vigilância mais cuidada, ter de pernoitar nesses *sítios*, numa *cabana*, em Porto Cavado e numa *lapa grande*, um *lapigo*[542], por se tratar de

---

[540] Dizia-nos um habitante de Roucas no Verão de 2003, para nos explicar até que altitude se desenvolvia o pasto: *a neve é que tirava o ponto.*

[541] *Sitos* que não se enquadram na área por nós estudada, em virtude de se implementarem na bacia do rio Vez.

[542] Como o direito do *usufruto* de esta pastagem incidia em pleno Inverno, as noites tornavam-se «mais suaves», quando a *cabana* era escavada no subsolo.

um abrigo escavado no subsolo, o Lapigo do Tojal, além de poder *usufruir* de vários *cortelhos* disseminados pelas áreas de pastagem[543].

Já o gado da aldeia vizinha e sede da freguesia, a Igreja, também em Abril/Maio sobe às *verandas*, mas de S.Bento do Cando e das Busgalinhas exige outros cuidados aos criadores (Fig. 21).

Assim, quando busca os melhores *lameiros* para norte/nordeste, corre o «risco» de através das *chãs mistas*[544] entrar nos campos da *veranda* da Aveleira, freguesia de Gave e, como represália, ser encurralado, exigindo-se aos proprietários pela «libertação» o pagamento de uma multa, por sinal, pesada.

Para evitar estes problemas, sempre se praticou a *vezeira*, que até há uns vinte anos, era constituída, diariamente, em cada *veranda*, por dois pastores[545], atualmente, reduzido a um[546], que entra *na vez*, sem olhar ao número de efetivos, que cada *cabeceiro* possui.

Em contrapartida, quando o *gado* se dirige para norte/noroeste, em direção às pastagens de Seida, não surgem os problemas dos danos em terrenos cultivados e, portanto, sempre pastou *por si* e livremente.

Mudanças significativas no «comportamento» do *gado* das aldeias das aldeias da Peneda e do Baleiral, verificaram-se, também, nos meados do século XX.

Por princípio em Abril, o gado adulto, antes de subir à «sua» *veranda*, a da Bouça dos Homens, tomava a «iniciativa» de, madrugada, bem cedo, subir a vertente, a margem esquerda do «rio» Peneda, pastar[547] livremente e na *hora da mosca*, isto é, cerca do meio-dia, descer, para, ao fim da tarde, voltar a *subir e pernoitar na serra* (Fig. 21).

Também acontecia, por exemplo, o *gado da Peneda* pernoitar muito próximo da Chã da Matança, apenas, durante umas semanas[548], onde existiriam os *cortelhinhos* e os *quinteiros*, também, conhecidos por *quinteirinhos*, aqueles, os *cortelhinhos*, para resguardar do frio noturno os pastores, que *à vez* e em grupos de dois, ou, quatro, *ensinavam* as *crias* durante o dia e as protegiam na noite, enquanto dormiam nos *quinteirinhos*.

Em relação às *vacas paridas*, quando não estavam presentes os pastores, *subia-se* todos os dias para mungi-las, pois, caso contrário, era uma das tarefas que cabiam aos guardadores.

---

[543] O acesso ao Lapigo do Tojal era feito por um caminho, que era fechado, após a *descida* do gado, para ser franqueado, quando o período do direito de pastagem terminasse, isto é, em Abril, a fim dos moradores de Cabreiro procederem à sementeira do milho.

[544] Pastagens usufruídas pelos gados das aldeias da Igreja (Gavieira) e da Aveleira.

[545] A aldeia da Igreja tinha, então, duas *vezeiras*, a das Busgalinhas e a do Cando, participando, por dia, quatro pastores, isto é, dois das Busgalinhas e dois do Cando.

[546] Em Julho de 2003 no Cando existiam seis famílias que participavam na *vezeira*.

[547] Nestas «incursões», os animais aproximavam-se muito dos *poulos* do Soajo chegando, muitas vezes, por pastarem a par.

[548] Este *uso e costume* perduraria até à década de quarenta do séc. XX.

Quando os *pastos se encontravam gastos*, lá para fins de Junho[549], a manada tomava a iniciativa de se deslocar para as pastagens envolventes da Bouça dos Homens, sem antes deambularem pelas *pastagens do pântano* (reservatório de água sobranceiro ao Santuário da Peneda, construído nos inícios do séc. XX, a fim de se produzir energia elétrica para o Santuário), as da Chã do Monte[550].

Alterações significativas e profundas verificaram-se com o povoamento florestal que, além da redução drástica das áreas de pasto, nomeadamente, nos *montes* na margem esquerda do rio Peneda, obrigou a uma vigilância muito intensa, que incluiu, por exemplo, o *gado*[551] passar a pernoitar na *veranda*, a Bouça dos Homens, com exceção daquele que continuava a dirigir-se para as áreas mais distanciadas das novas plantações, como eram, por exemplo, as da Chã do Monte[552].

A exemplo das outras quatro aldeias da Gavieira, Tibo *possuía* várias áreas de pastagens no período estival. Contudo, qualquer residente na casa das sete décadas de idade, salta-lhe, de imediato, à memória, aquelas que maior significado teriam na economia familiar.

Era para Rufe que os residentes de Tibo, nos finais das sementeiras na aldeia, em Abril/Maio *faziam subir* os seus animais, enquanto olhavam pelos seus *labores* de centeio e batata. As *crias* e mães dormiam na *veranda*, enquanto o gado restante ascendia às chãs mais altas, por onde deambulava.

Como o rendimento era muito baixo e a subida era muito penosa, há umas boas seis décadas optaram pelo abandono das parcelas de cultivo e pela deslocação, de imediato, dos *gados* para outras pastagens, bem longínquas, precisamente, em Tieiras, sensivelmente, na cabeceira do rio Peneda (Fig. 123 – mapa – *Lima raiano luso: Percursos de bovinos em pastoreio nas Serras do Soajo e da Peneda, meados do séc. XX. Uma amostra: Tibo*).

Em Tieiras, aproveitaram as *lapas* e levantaram os *cortelhos* e as *bezerreiras*, também, chamados *quinteirinhos*, para resguardo das *crias*, enquanto o gado pastava nas áreas envolventes, sempre, protegido por dois e quatro pastores, respetivamente, durante o dia e a noite, que se *revezavam*, diariamente. Assim, ao fim de cada tarde, chegavam os dois pastores, cedidos *à vez* pelas famílias detentoras de cabeças de gado, que se juntavam aos que já lá se encontravam, fazendo a *verificação do gado* e a ceia com os alimentos, normalmente, batatas acabadas de chegar. De manhãzinha, bem cedo, regressavam à aldeia, aqueles que tinham permanecido no dia anterior, deixando a tarefa para os recém-chegados na vés-

---

[549] Não nos podemos esquecer que, em meados/finais de Julho, chegava o *gado do Soajo* e tornava-se imperioso *libertar as pastagens*.

[550] Na Chã do Monte, pastoreavam em conjunto e em plena liberdade, gados de Rouças, Baleiral, Igreja e Peneda.

[551] A partir dos anos cinquenta, o gado, na Bouça dos Homens, de manhã *ia para o campo de feno*, com o calor do meio-dia tomava a iniciativa de regressar à corte para, cerca das dezasseis horas, ser encaminhado para o monte envolvente, regressando à noitinha.

[552] Recordamos, que no levantamento efetuado pelos Serviços Florestais, a Gavieira correspondeu à freguesia do Núcleo do Soajo, que, em proporção, maior área teve que ceder, na década de quarenta, para as manchas de resinosas.

pera. A *vezeira* terminava nos finais do Verão, quando o mau tempo ameaçava e obrigava os animais a regressar ao lugar.

Com os povoamentos florestais e a inevitável redução das áreas de pastagem verificou-se uma diminuição drástica do efetivo pecuário, pelo que já não se justificava a deslocação para pastagens tão longínquas e a exigir uma *vigia* tão «apertada», elegendo, assim, outras, bem mais próximas, as do Canto do Corno, onde os pastores dormiam sob uma *lapinha*, junto a *cortelhos*, que, ainda, hoje, persistem. Quando uma *cria* nascia no *poulo* traziam o par, mãe e vitelo, para a aldeia, pastoreando, apenas, as vacas adultas e independentes, ou seja, as *sirilheiras*[553].

Se os animais voltavam a Tibo, terminado o mês de Setembro, em pleno Inverno, nos meses de Dezembro/Janeiro, *usufruíam* outras pastagens, juntamente com a *rês* e os ovinos, agora na secção terminal do «rio» da Peneda, na margem esquerda, vertente soalheira, por estar bem exposta a sul, precisamente na Saramagueira. Nas pastagens da Saramagueira[554], ainda permanecem os *cortelhos* e *lapas*, onde pernoitavam os animais, graúdo e miúdo, nomeadamente, uma *lapa grande* para abrigo noturno das cabras, daí se designar a *lapa das Cabras*. Há a evidenciar que, além da *rês* e das *sirilheiras*, também as vacas, com as respetivas *crias*, *usufruíam* as condições locais e excecionais de clima e, claro está, de *pasto* (Fig. 123).

Independentemente das «pastagens de Inverno», as afastadas do lugar, que os animais de Rouças e de Tibo *usufruíam*, em Outubro, ou melhor, quando os dias chuvosos surgissem, *gado* e *reses* de todas as aldeias da Gavieira regressavam à povoação e pastoreavam no *lameiro*, na orla dos caminhos e *monte* envolvente, mas, caso a neve e o mau tempo *fustigassem*, permaneciam na corte com a palha e o feno secos a constituírem a refeição.

À exceção de Tibo[555], antes da chegada do novo período estival, o gado da Gavieira fazia duas incursões às respetivas *verandas*, precisamente, nos meses de Novembro e Janeiro, para *espontar* o centeio, já, *crescidinho*, e as ervas, que se desenvolveram com as chuvas de Outono. Nos dois meses intercalares em que permanecia, diariamente, era *deitado ao monte*, mas, recolhia, todos os fins de tarde, à corte, embora os donos descessem, para pernoitar no lugar principal.

Esquemas de pastoreio de bovinos que, apesar das diferenças, se estenderam às aldeias da serra Amarela e se mantiveram, sensivelmente, até, aos anos setenta do séc. XX. (Figs. 119 e 120; Fig. 124 – *Lima raiano luso: Percursos de bovinos em pastoreio na serra Amarela, meados do séc. XX. Uma amostra: Ermida, Paradamonte/Mosteirô e Cidadelhe*).

---

[553] Designação que a população da Peneda dá às vacas sem *crias*.

[554] Hoje torna-se impossível o acesso a estas pastagens, indo por Tibo, em virtude da ponte de acesso à margem esquerda do «rio» Peneda ter sido destruída pelas intempéries de há uns anos.

[555] Recordamos que a aldeia não tem *veranda* para cultivar centeio e batatas, a exemplo das outras quatro aldeias, *há uns bons sessenta anos*.

Em primeiro lugar, ficamos cientes que as normas que regulamentavam o funcionamento da *vezeira* na serra Amarela, que também funcionava, apenas, no período estival, eram implementadas, de modo imperativo, pelo *conselho de cabeceiros*, o *adjunto*, logo, com muito mais rigor e firmeza, relativamente aos exemplos do Soajo e da Gavieira.

Abordaremos, desde já, pelas singularidades que apresentam, as três aldeias vizinhas, as de Mosteirô e Paradamonte (freguesia de Britelo) e a de Cidadelhe (freguesia do Lindoso).

Enquanto as comunidades das três aldeias do Lindoso são detentoras *de muito monte*[556], as de Paradamonte e Mosteirô com áreas de pastagens reduzidas, viram-se na necessidade de implementar *cabanas* e *curros*[557] na mesma chã dos *currais* e *cabanas* de Cidadelhe, nomeadamente, nas chãs do Couto e do Baraçal (Fig. 124), situação que originou, no tempo, muitas quezílias entre os órgão autárquicos das respetivas freguesias, a de Britelo e a do Lindoso[558].

Por curiosidade, estivemos, no Verão de 2004, nas chãs do *Couto* e do *Baraçal* onde se erguem, com igual «magnitude» os dois *currais* e respetivas *cabanas*, pertencentes, respetivamente, a Cidadelhe e a Paradamonte/Mosteirô, apenas, separadas por uma distância próxima dos quatrocentos a quinhentos metros.

Como as aldeias de Britelo têm, de facto, *muito pouco monte*, as áreas de pastagem, assim como os respetivos *currais* e *cabanas* são comuns aos bovinos de ambas as aldeias.

A exemplo de todas as aldeias da serra Amarela em estudo e em que se praticava a *vezeira*, também, no Lindoso e em Britelo, a *instituição costumeira* se iniciava em Maio e se prolongava até finais de Setembro. O *gado*, o adulto e o jovem[559], mas com autonomia suficiente para subsistir na *serra*, era vigiado por dois pastores, que se *revezavam*, nos alvores da manhã, após, passarem a noite na *cabana*, juntamente, com os dois chegados na véspera, ao fim da tarde[560].

As *vacas de leite*, a exemplo de todas as aldeias, também denominadas *vacas paridas*, ficavam na respetiva aldeia, sendo encaminhadas, pela manhã, para o *monte* próximo,

---

556 Distinguimos a aldeia do Castelo com a maior área silvícola, a justificar o maior número de *currais*, relativamente às outras aldeias, a de Parada e a de Cidadelhe.

557 Designação que os residentes de Paradamonte dão aos *currais*.

558 – Áreas de pastagens que foram objeto de fortes contendas entre as Juntas de Britelo e do Lindoso, sendo a última quezília resolvida por via judicial, nos anos cinquenta do séc. XX. Assim, em função dos *documentos antigos* apresentados pela Junta de Freguesia do Lindoso, o tribunal decidiu a favor da reivindicação de esta, isto é, o *povo de Britelo* (entenda-se Paradamonte e Mosteirô) apenas têm direito a *usufruir* as pastagens do Couto e do Baraçal, nos meses de Julho e Agosto.

559 No Castelo do Lindoso existia um *curral*, o da Travanquinha, só para jovens animais, que se iniciavam nas sendas e trilhos *serranos*.

560 Apenas um simples exemplo demonstrativo dos pastores envolvidos nas *vezeiras* do Castelo, que *possuía* sete *cabanas*, o que significava catorze pastores durante o dia e vinte e oito à noite, que *davam* um *dia* por cada duas cabeças de gado que o *cabeceira* possuísse. Se acrescentarmos as *vigias* dos rebanhos, o das ovelhas e o das cabras, somos de opinião que a mão-de-obra envolvida só poderá ser entendida pela pressão demográfica sentida nas comunidades e o desequilíbrio com os recursos decorrentes da agro-silvo-pastorícia.

tomando a iniciativa, ao meio da tarde, de regressarem à corte, onde o vitelo as aguardava para o merecido repasto.

Situação similar se verificava na Ermida, que diz preservar, na primeira década do séc. XXI, a *vezeira* dos bovinos, apesar das alterações significativas registadas nas últimas décadas (Figs. 119).

Na Ermida existiam duas *vezeiras*, a das vacas e a dos bois, que eram castrados[561], *era gado de trabalho, dos carretos*, essencialmente, destinados a *puxar* os tradicionais «carros de bois», que carreavam os produtos agrícolas «pesados» e toda a mercadoria necessária à aldeia, pois até aos inícios dos anos noventa, a ligação «mais rápida» ao exterior, materializava-se num «carreiro» estreito e sinuoso, as *Cambas*, que interligava a povoação ao aglomerado mais próximo, Lourido.

Evidenciamos o facto de o *gado* da Ermida, talvez melhor, as vacas, em princípio, começavam por pernoitar nos *currais* situados a menor altitude, para, progressivamente, à medida que a calor aumentava, *ir subindo* na *serra* e utilizando, aqueles que lhe ficavam na área de pastoreio, mas, a cotas mais elevadas (Figs. 120 e 124). Contudo, caso *o tempo arrefecesse,* o *gado baixava,* voltando de novo a ocupar os recintos deixados há relativamente pouco tempo.

Na serra Amarela e nas aldeias em estudo não existia nem um *timing* nem uma sequência obrigatória na ocupação dos respetivos *currais*, uma vez que os pastos eram consumidos, apenas, por uma única manada, a da aldeia, vulgarmente designada pelo *gado do povo*, ou, a *vezeira do povo*, além de *os montes* serem *pertença* exclusiva da aldeia.

Na Ermida, a exemplo da maioria das aldeias da serra Amarela em estudo, os pastores eram dois, por *vezeira*, que nunca se afastavam da manada. Mas, ao fim da tarde, chegavam outros dois, que, juntamente, com os que lá se encontravam, procediam à *contagem do gado*[562], já reunido no *curral* (Fig. 124).

Junto a este, ergue-se a *cabana*, onde pernoitavam os quatro pastores, pois, a regra era, durante a noite, permanecerem o dobro dos vigilantes do período diurno, para assim, os animais serem melhor protegidos, caso surgisse perigo, como um possível ataque dos lobos[563] (Fig. 124).

A ceia, a cargo dos pastores, que estavam a terminar o dia, era confecionada, assim como todas as refeições, numa panela de três pés, *o pote de ferro* e, quase sempre, constava

---

[561] A *vezeira* dos bois, por princípio, pernoitava durante todo o período estival no *curral* de Martinguim.

[562] Caso no ato da contagem e entrega do *gado* aos dois pastores recém-chegados, se verificasse o extravio de uma ou mais cabeças, os dois pastores, na manhã seguinte, chegados à aldeia, tinham de comunicar ao respetivo dono, para, em conjunto, procederam à busca do(s) animal(is).

[563] Quando os dois pastores falhavam à contagem do *gado* e só apareciam na manhã seguinte, sem uma justificação plausível, como doença ou dia de muita água, ou motivos semelhantes, estava sujeito a uma multa de 2$50, que revertiam para os cofres da Junta de Freguesia.

de um *caldo* em que entravam as batatas, os feijões, a carne de porco (em dias de sorte) e, esporadicamente, a hortaliça, sempre acompanhado da *boroa* de milho.

De manhã, ainda o dia praticamente não despontava, os dois pastores, que tinham permanecido no dia anterior, regressavam à aldeia, para, na maioria das vezes, entrarem na outra *vezeira*, ou, numa das *vigias* dos pequenos ruminantes, ficando com a tarefa da guarda, os chegados na véspera[564].

Lembramos que, a exemplo do passado, ainda hoje, a *vezeira* dos bovinos se verifica, embora de uma forma muito mitigada[565], no período de 1 de Maio[566] a 30 de Setembro, data a partir da qual os animais, quer permaneçam na *serra*, quer *desçam ao povoado,* ficam por «conta e risco» do proprietário.

Com os alvores dos dias frios e chuvosos, todos os bovinos *descem ao povoado*, para pastarem no restolho das parcelas de cultivo e áreas envolventes, permanecendo na corte, nos dias mais invernosos, sendo, então, alimentados com o feno seco arrecadado no Verão, enquanto aguardam os primeiros dias primaveris, prenunciadores das «pastagens altas» que, apesar de tudo, são mais suculentas.

Nos «velhos tempos», no período compreendido entre 29 de Junho e princípios de Setembro, os rebanhos da Ermida, o da *rês* e o dos ovinos, para pernoitar, trocavam as cortes da aldeia pelas dos Bilhares (Fig. 120).

Nos Bilhares, logo de manhãzinha[567], partiam em simultâneo, mas por caminhos diferentes, em direção à *serra*, os dois rebanhos, o das ovelhas e o das cabras, acompanhados pelos respetivos pastores, que regressavam ao fim da tarde, tendo à sua espera os donos, que procediam à contagem dos animais, não fosse ter-se extraviado algum dos exemplares, e à recolha nas cortes. Aqui, pernoitavam, *à vez*, dois dos proprietários do gado miúdo, para evitar um provável assalto, caso estivessem entregues a si mesmos, enquanto os três pastores iam para a aldeia, ou, entravam, de imediato, numa das *vezeiras* dos bovinos.

Uma situação similar vivia-se em Queguas até à década de cinquenta. Assim, dependendo das condições meteorológicas, desde o mês de Maio/Junho a Outubro/Novembro, os caprinos e ovinos trocavam as cortes da aldeia pelas da Carballeira (Fig. 120). Como na Ermida, os pastores pernoitavam na aldeia, ficando dois donos, por noite, a vigiar os rebanhos[568].

---

[564] O pastor não permanecia 24 horas na *vezeira*, mas 36 horas, pois chegava ao fim da tarde, pernoitava nas duas noites seguintes, intercaladas por um dia natural.

[565] O gado deambula, entregue a si mesmo, pela *serra*, limitando-se um morador, *à vez*, de acordo com o número de *cabeças*, diariamente, a *subir a serra* e aperceber-se que tudo está, ou não, *a decorrer dentro da normalidade*.

[566] Neste dia, ou seja, no dia um de cada mês de Maio, o Presidente da Junta reúne todos os criadores, por princípio, no adro da Igreja, para fazer o levantamento dos animais e, assim, determinar os *dias* que cada família *tem que contar para a vezeira*.

[567] Nos Bilhares, a saída das *vigias* não era «assinalada» pelo toque das cornetas, limitando-se os pastores, à hora marcada pelo sol, ou melhor, à hora em que os raios solares incidiam em dois traços gravados numa pedra de uma das paredes, dar ordem de saída aos rebanhos, depois de ter aberto todas as portas das cortes.

[568] Em Ferreiros de Cima, até aos anos quarenta, existiu uma prática semelhante, isto é, os ovinos pernoitavam no Verão, a cotas ligeiramente superiores, em três *casetas*, enquanto na aldeia se processava a cultura do milho.

Na Carballeira existe uma capela, a capela da Ascenção, «nesses tempos» centro de umas festas, que se iniciavam em Maio, sempre numa quinta-feira, com uma procissão, que trazia o andor da Padroeira para a aldeia, onde permanecia para, no S. João, dia 24 de Junho, regressar, também, em procissão, à «Sua» capela. Estas festas perduraram de acordo com a vida deste sistema agro-pastoril.

Recordamos a situação similar, verificada em Castro Laboreiro, nas aldeias dos Ribeiros, o de Cima e o de Baixo, mas que, apenas, envolvia os *moradores que detinham propriedades* a altitudes superiores. (Figs. 22 e 120).

No período estival, por princípio de Junho a Setembro, *subiam* à serra da Peneda, apenas, o *gado* e os pequenos ruminantes, cujos donos *eram proprietários de terrenos destinados à cultura da batata e do centeio*, pois só estes dispunham de espaços para a construção dos *cortelhos* e das *cabanas*[569], os abrigos da noite, respetivamente, dos pequenos animais e do proprietário (Fig. 120).

Nos cimos da Peneda, a exemplo das aldeias, praticava-se a *vigia* com a rês e as ovelhas juntas, embora aquela fosse em muito maior número, guardadas pelo pastor, que se *revezava*, independentemente do número de cabeças que o *cabeceiro* possuísse. O pastor vinha pernoitar, sempre, à aldeia, pois na *caseta* pernoitava o dono, à *vez*, o «guardião» noturno dos pequenos ruminantes[570].

Um aspeto curioso, traduz-se no facto de, neste período do ano, «fragmentarem-se» os rebanhos e o gado das duas aldeias, uma vez que, apenas as famílias com propriedades na Peneda, tinham o direito de *apoular*, isto é, de pernoitar e de permanecer dias, ou melhor, meses, em virtude de, além da *caseta*, possuírem os *cortelhos* para, durante a noite, albergar o gado miúdo, enquanto os bovinos pastoreavam, livremente, pelos altos *cimos da serra*.

As famílias que não tinham direito à *veranda*, por não *possuírem terrenos*, conduziam, no Verão, os animais, bovinos, caprinos e ovinos para o Monte do Quinxo, pagando um *tributo aos povos* da Illa, Bouzadrago e Pereira[571] (Fig. 120).

Se, atualmente, em virtude das fortes mutações, já não se verifica esta obrigação tributária, todos os dias a ponte em madeira, no Ribeiro de Baixo, que liga as duas margens do Laboreiro, é atravessada pelos animais e pastor, em busca das melhores gramíneas em solo galego.

No período estival e enquanto os bovinos pastavam livremente nos altos cimos do Quinxo e da Peneda, os pequenos ruminantes eram vigiados pelos pastores[572], que per-

---

[569] Na *veranda* do Ribeiro de Cima erguiam-se seis *cabanas*, sinal que seis famílias possuíam aí *terrenos*, enquanto na *veranda* do Ribeiro de Baixo dez famílias eram detentoras da respetiva *cabana*, também, localmente, designada por *caseta*.

[570] Situação similar encontrámos na Ermida e em Queguas.

[571] O *povo* de Olelas era *um povo muito amigo* e nunca quiseram um tributo, conforme nos confidenciou um residente do Ribeiro de Cima em Maio/2003.

[572] Entrava na *roda*, sem atender ao efetivo de cabeças que o agregado possuía.

noitavam, sempre, no lugar, independentemente do gado miúdo pastorear no Quinxo, ou na Peneda.

Mas, nesses tempos, a carência de pastos, no Verão, era, de facto, muito grande, pelo que muitas famílias dos Ribeiros, de Cima e de Baixo, emprestavam os seus bovinos aos moradores dos lugares «fixos», nomeadamente, Portelinha, Várzea Travessa, Vila, para serem utilizados como instrumentos de trabalho, quase sempre, *lavrar a terra para as batatas* e *carrear estrume*[573] em troca, pura e simplesmente, do alimento.

Quando o tempo frio e chuvoso se avizinhava, os animais, graúdo e miúdo, desciam da Peneda e do Quinxo, ao lugar, mantendo-se a *vigia* para o gado miúdo, mas, se *o Inverno era muito,* cada família tomava a seu cargo o pastoreio e alimento dos seus pequenos animais, a exemplo do que aconteceu, desde sempre, com o gado graúdo.

Se nas aldeias castrejas, lugares «fixos», *verandas* e *inverneiras*, a criação do gado grosso, sempre esteve a cargo do agregado familiar[574], o gado miúdo, em que dominava a *rês*, integrava-se na *vigia*[575] do respetivo lugar, guardado pelo pastor, ou melhor, dois pastores, os *pegureiros*, que participavam na roda *à vez*, sem atender ao número de animais[576] de cada *vizinho*.

Com a mudança sazonal, os *verandejos*, adquiriam outros *vizinhos*, pelo que se tornava necessário reorganizar a *vigia*, que se processava num esquema semelhante, embora os pastores a entrar *na roda*, assim como o efetivo dos rebanhos, fossem, quase sempre, diferentes (Fig. 118).

As *vigias* terminaram há umas quatro décadas, com a redução drástica da *rês* e das ovelhas conseguindo estas, apesar de tudo e em pleno séc. XXI, contribuir, juntamente com a manada[577], para os coloridos, tão peculiares do *campo*, no Inverno e do *monte*, no Verão.

Hoje, o castrejo, de forma «independente», conduz, diariamente, os seus animais, bovinos e ovinos, nos dias chuvosos e frios para o pasto, ou seja, para os seus campos de feno, outrora de centeio, próximos do lugar, quer seja o «fixo», a *veranda,* ou, a *inverneira,* ou, então, nos dias com maior número de horas solares e com temperaturas mais amenas para o *monte*, o *planalto*, ou, simplesmente, as orlas do Quinxo e da Peneda.

---

[573] Designação local do mato, mistura de carqueja, urzes etc., cortadas para forrar as camas dos animais.

[574] Os bovinos, de manhã, pastoreavam no *pasto*, isto é, nos fenos próximos de casa, regressando à corte pelas onze horas, meio-dia. Deixavam-na pelo meio da tarde em direção ao *monte*, acompanhados pelo pastor. Mas, há umas cinco décadas, quando os verões eram muito quentes, o pastor, cerca das 17, 18 horas da tarde, conduzia-os aos altos cimos, em busca de melhores pastagens, onde se juntava a outros dois a três pastores, pernoitando, o grupo, debaixo de uma *lapa*, ou, simplesmente, das urzeiras, para regressarem no dia seguinte, quando o calor começava a apertar e retomarem, novamente e ao fim da tarde, o rumo aos altos cimos.

[575] Como predominavam os caprinos, relativamente aos ovinos, na *vigia*, aqueles eram exclusivos, ou então, estes, os ovinos, matizavam-na, ligeiramente. Os ovinos, quase sempre, pastavam em conjunto com os bovinos.

[576] Uma família com um efetivo de cabras não superior a dez, por princípio, não as integrava na *vigia*, assim como as ovelhas, que, quase sempre, pastoreavam com a manada.

[577] Há a salientar, que os bovinos das explorações com um «certo cariz empresarial» se mantêm, pelo menos, na época das temperaturas altas, no *planalto* de Castro Laboreiro, onde pastoreiam, juntamente, com o gado galego.

Em síntese, encontrámos em aldeias, geograficamente muito distanciadas, a Ermida, Queguas e os Ribeiros, o de Cima e o de Baixo, a mesma *instituição costumeira*, que exigia aos pequenos ruminantes deixarem, no período estival, a povoação, incidirem nas respetivas *serras*, Amarela, Peneda e Laboreiro, em busca de melhores pastos e a pernoitarem a altitudes compreendidas, em valores médios, entre os 600 a 1000 metros.

Esta mudança nas estadias noturnas do gado miúdo compreende-se e justifica-se por vários motivos. Por um lado, era necessário afastar os animais das parcelas onde o milho começava a despontar e para o qual os rebanhos constituíam uma constante ameaça, por outro, impunha-se *encher com mato verde* as cortes, após a retirada do *estrume*, aquando das sementeiras, a do milho, em Abril/Maio, na *veranda* dos Bilhares, a do centeio em finais de Agosto/Setembro, nas *verandas* dos Ribeiros, o de Cima e o de Baixo, e da Carballeira, e, finalmente, por que os *dias eram grandes* e davam a oportunidade para se aproveitarem outras pastagens em plena Amarela, Peneda e Laboreiro, mais viçosas, mas, também, mais longínquas.

Se, atualmente, os Bilhares e a Carballeira perderam a função de abrigo noturno para os pequenos ruminantes, naquela, nos Bilhares, a barrosã continua a deslocar-se, por períodos sucessivos, desde o dia do Natal a meados de Março[578], a fim de pastar nas *ervas/restolho*, que cobrem espontaneamente as «velhas» parcelas de milho, regressando ao fim da tarde à aldeia, onde pernoita, enquanto nos Ribeiros e na Carballeira, os bovinos, durante o ano e em pastagem livre, deambulam e povoam-nos em busca do melhor pasto, ou seja, as *ervas/restolho* que, espontaneamente cobrem as numerosas parcelas, com uma certa dimensão, que, há umas seis décadas, ou eram «searas» de centeio, ou então, parcelas de centeio e de batata.

Se muitas das cortes estão em ruínas, outras foram conservadas, para serem utilizadas, nos Bilhares, como palheiros[579], na Carballeira, como abrigos[580] dos bovinos, que «queiram» resguardar-se dos rigores do Inverno, enquanto nos Ribeiros os *cortelhos* ficaram simplesmente abandonados à ação inexorável da meteorização.

Se as *vigias*, em 2004, tinham terminado, com exceção para as aldeias da Ermida, Germil e Lourido, as comunidades portuguesas da serra Amarela, apesar das alterações, dizem continuar a praticar a *vezeira* dos bovinos.

Exemplifiquemos com a Ermida, que, apesar de tudo, somos de opinião, que é a comunidade que melhor «cumprirá» o «velho» *uso e costume*.

---

578 A primeira deslocação faz-se, por um período de oito dias, a começar no dia de Natal e a terminar no dia de Ano Novo. A partir de esta data, após combinação na aldeia, o gado desloca-se de 15 em 15 dias, durante um dia, para pastar na *veiga*, pernoitando, sempre, na aldeia.

579 Se a *veiga* não é cultivada, todos os anos o feno é cortado e, em parte, guardado nas velhas cortes, agora «consertadas».

580 As portas das cortes conservadas encontram-se sempre abertas, como que à «disposição» dos bovinos que as queiram utilizar, como abrigo. Um facto que nos ressaltou, em Fevereiro de 2003, relacionou-se com o *chão* não estar forrado com espécies arbustivas e daí resultar um cheiro muito forte e os animais, caso se queiram «deitar» o ter de o fazer sobre os excrementos secos e estremes.

Como o gado bovino, no período da *vezeira*[581], deambula entregue a si mesmo na *serra*, o pastor, *à vez* e de acordo com o número de efetivos que o agregado familiar possui, logo pela manhã, calcorreia as sendas, devidamente sinalizadas pelas *guias* para controlar não só os percursos efetuados pelo *gado* e a direção que está a tomar, como para socorrer aquele que possa estar com problemas, ou porque o parto se aproxima, ou, porque teve um acidente, ou, porque se tresmalhou da manada e corre o risco de se perder, ou, muito simplesmente, na calada da noite, foi abatido pelo lobo.

Após ter o gado verificado e saboreado o seu *farnel*, junto à fonte de água límpida e cristalina, regressa à aldeia com a consciência de missão cumprida.

Nas aldeias do Soajo e da Gavieira o *gado* é lançado para o *monte* e pelas *altas pastagens* permanece, até ao momento que «decide» regressar ao seu povoado, quase sempre, devido ao mau tempo[582]. Se há donos que se esforçam em os controlar periodicamente, outros limitam-se a receber as informações que o vizinho lhe traz aquando da «visita» aos seus animais.

Situação similar existe nas aldeias galegas em estudo em que, também, os bovinos, como na Fraga, Queguas, ou, Vilariño de San Xes, pastoreiam todo o ano no *monte*, no «mais próximo», ou no «mais afastado» da aldeia, consoante a época do ano, ou seja, aproximam-se do povoado no período das chuvas e das temperaturas baixas, ou afastam-se durante o estio.

Nas aldeias lusas, na época das chuvas e do frio, quando os bovinos *baixam* ao povoado, pernoitam na corte e alimentam-se do pasto que despontou, ou nas courelas, outrora cultivadas, ou nas bermas dos caminhos e estradas, enquanto nos dias mais rigorosos permanecem na corte e são alimentados pelo feno seco cortado e enfardado em Junho/Julho, enquanto aguardam os alvores da Primavera para encetarem na *serra* uma nova aventura, ao deambularem e calcorrearem veredas e sendas em busca de pastos mais suculentos, até não conseguirem «aguentar» as intempéries do Inverno que se aproxima, tomando, então, a iniciativa de regressarem ao povoado.

Também a figura do pastor jovem e robusto, que de ânimo leve percorria, nos meados do séc. XX, todos os «meandros» *serranos*, foi substituída pela do ancião que, embora a custo, porque os *anos pesam*, consegue coragem para *subir a serra*, porque nela *tudo é uma maravilha* e, simultaneamente, aproveita para *ver as vacas*[583], que deambulam nas «altas

---

[581] Há a salientar que, por princípio, as vacas no período final da gravidez ou a amamentar, não participam na *vezeira,* pastam junto à aldeia, enquanto o vitelo permanece na corte.

[582] Há animais que permanecem todo o ano na *serra* sendo os proprietários «obrigados» a procuras intensas aquando do controle sanitário.

[583] Um dos grandes inimigos é o lobo, espécie protegida, que faz grandes estragos, como por exemplo, no Verão de 2004, que até finais de Julho, na Chã da Cova e na Urzeira, já tinha devorado sete vitelos.
Atualmente, a maioria dos vitelos nascem na *serra*, pelo que os perigos se intensificaram, algo a que a que a população parece indiferente, em nossa opinião, por dois motivos principais: o facto de os Serviços do *Parque Nacional da Peneda-Gerês* indemnizarem, quando devidamente comprovado, através de fotografias, o ataque da fera, além da prática da pastorícia *matar saudades de épocas afastadas* e não responder, de modo nenhum, à sobrevivência.

pastagens» em busca das gramíneas mais suculentas que, por ventura possam emergir nos «tufos» de lande esparsos e quase sempre raquíticos.

Modificações, em nosso entender profundas, mas, que não impedem que os criadores de bovinos da serra Amarela, apesar de admitirem as adulterações das últimas décadas, se afirmarem «cumpridores» dos *usos e costumes* inerentes à *vezeira*, porque *à vez, sobem para ver o gado* e detetar a *cria* que se tornou, por ventura, presa fácil da fera, para *a tempo* o comunicarem e *fazer prova* ao Parque, enquanto as *vigias* dos pequenos ruminantes, salvo as raras exceções[584], desapareceram.

Ora, as especificidades de *usos e costumes* nos modos de pastoreio de comunidades vizinhas, por vezes inseridas na mesma freguesia, com que nos confrontámos, justificaram que questionássemos os motivos de semelhantes realidades.

Estamos convictos que estas *instituições costumeiras* não se podem dissociar da complexidade e diversidade das formas de povoamento que, gradualmente, se foram processando no espaço e no tempo.

Um outro aspeto, que segundo a nossa opinião, se torna, também, inquestionável, relaciona-se com a precariedade de recursos a usufruir por populações em permanente rotura com o espaço de que dependiam. Não esqueçamos que a vigilância dos animais de pastoreio no período estival era organizado de acordo com a *qualidade e a extensão* dos *prados* naturais dispersos pelas chãs e *chairas*, sempre superiores a 900 metros e a mão-de-obra disponível[585] nas comunidades.

Debrucemo-nos, embora, de forma muito sumária, sobre exemplos já apresentados, mas elucidativos do ritmo e condições de trabalho que envolviam, na época estival e no período anterior à década de sessenta do séc. XX, o desempenho do pastor nas comunidades, nomeadamente, nas da serra Amarela, que o guardador da Ermida, em nosso entender, tão bem tipifica[586].

Na Ermida, as *vezeiras* e as *vigias*[587] envolviam, diariamente, na guarda dos bovinos quatro[588] e oito pastores[589], durante o período em que a altura do sol registasse, respetivamente, valores positivos e negativos, enquanto na vigilância do gado miúdo três pastores[590].

---

584 Ermida, Germil, Lourido e Rouças.

585 Mão-de-obra que respondia à realização, em simultâneo, de tarefas tão variadas como, por exemplo, na cultura de regadio do milho maíz, nos patamares com altitudes entre os 200 e 600 metros e na participação na *vezeira,* ou, na *vigia,* nas chãs com cotas a cerca dos 1000 metros.

586 Este exemplo corresponde, também, entre outros, ao ritmo de entrada na *roda* do residente do Monte do Quinxo, nomeadamente, o da Illa e Olelas, ou, então, o do Lindoso, quer habitasse no Castelo, em Parada, ou, Cidadelhe.

587 Duas *vezeiras*, a dos bois e a das vacas; duas *vigias,* a das ovelhas e a das cabras. Não incluímos a *vigia* dos cabritos, com uma duração média de três meses/ano.

588 Dois pastores para cada uma das *vezeiras*, respetivamente, a dos bois e a das vacas, que totalizavam quatro pastores.

589 Quatro pastores a pernoitarem em cada uma das *cabanas* junto aos *currais*, ou seja, o das vacas e o dos bois, o que envolvia oito elementos.

590 Um e dois pastores, respetivamente na vigilância diurna dos ovinos e dos caprinos.

Sem pensarmos no isolamento e nas longas caminhadas, que esta forma de pastoreio exigia ao pastor, que, sem sobra para dúvidas, teria que apresentar excelentes condições físicas, questionamos as condições de alojamento dos quatro homens numa *cabana*, que nem permitia, na parte central, que uma pessoa se mantivesse, normalmente, de pé, a que se acrescenta as temperaturas noturnas baixas, que exigiam, com frequência, o atear de uma fogueira, para, de esse modo, se atenuar, em certa medida, o frio das noites de Verão a altitudes cerca dos 1000 metros.

Acrescido a estes factos, acontecia, muitas vezes, que se tornava necessário, no cumprimento da *vez*, a família *fazer passar*, de imediato, de uma para outra *vezeira*, ou, *vigia*, o mesmo pastor, principalmente, quando era jovem e sinónimo de vigor físico, o que justificava, em muitos casos, uma ausência de quinze dias consecutivos na casa paterna, além das refeições serem, por princípio, fugazes.

As condições de trabalho seriam similares para os pastores do vale do Grou, que participavam na *vezeira* do *gado do povo*, quando pensamos na dieta alimentar, durante as vinte e quatro horas, pão e água, esporadicamente, carne, enquanto os animais buscavam as melhores áreas de lande da serra do Laboreiro, ou, na *cabana* em plena *chaira* utilizada no acantonamento das vacas, durante a noite, numa atitude defensiva em relação à fera, que se encontrava, sempre, próxima.

A imponente serra da Peneda foi, também, palco de páginas de vida árdua do limiano de raia, mesmo, para aquele, como na Gavieira, que podia dispor da residência secundária e não praticava a *vezeira*, mas lhe era exigido, de quando em vez, *subir* para *ver o seu gado*, ou, então, em pleno Inverno, dormir nos *lapigos* e *lapas* do Ramiscal, ou, da Saramagueira. Ainda na Gavieira, não podemos esquecer a comunidade de Tibo, que num período de cinco meses de Verão, percorria, há mais de sessenta anos, cinco áreas de pastagens, bem afastadas entre si.

Apesar de tudo, somos de opinião que dos esquemas de pastoreio, por nós estudados, aqueles que envolveram o maior grau de complexidade, porque exigiram criatividades diferenciadas na interação entre a comunidade e as áreas fornecedoras dos recursos naturais, sempre pautadas pelo forte grau de precariedade, foram protagonizados pela maior freguesia do concelho dos Arcos de Valdevez, o Soajo.

Se nunca teria existido a *vezeira* para os bovinos de Cunhas, Paradela e Várzea, apesar de os donos fazerem longas caminhadas e pernoitarem, parte do Verão, no *poulo* de Seida, ou, para os animais de Vilar de Suente, que, sempre, pastorearam nos *montes* próximos da aldeia, o *gado* da «vila», Vilarinho das Quartas e Adrão realizavam outros longos percursos, para *usufruírem* pastagens distintas e bem distanciadas, como as que circundavam os *poulos* da Chã da Cova e Chã da Cabeça, Urzeira e Naia, ou, os de Felgueira Ruiva, Chã da Matança e Curro da Velha, estas últimas subtraídas ao *gado* castrejo, ou, melhor, das aldeias dos Ribeiros no período que mediava as festas de S. Bento do Cando das da Senhora da Peneda (Fig. 120).

Situação similar, ou seja, a disputa «feroz» de áreas de pastagens entre comunidades vizinhas, encontrámos, também, na serra Amarela limiana, precisamente entre as freguesias do Lindoso e de Britelo, nas aldeias de Cidadelhe e de Mosteirô/Paradamonte.

Comportamentos entre comunidades que, ainda na primeira década do séc. XXI, a paisagem, de modo tão evidente retrata, quando ostenta na mesma chã, o *curral* e respetiva *cabana*, em «duplicado», mas, pertença de cada uma das comunidades.

As *lapas* e *lapigos* da serras do Soajo, da Peneda e do Laboreiro, utilizadas para abrigo dos pastores, já, faz mais de meio século e, posteriormente, pelos grande grupo de trabalhadores, que de forma clandestina partiam para o centro da Europa, principalmente para França, testemunham, de forma silenciosa, fragmentos de vida de comunidades, cuja sobrevivência em muito dependia da resistência dos seus elementos na realização de longas distâncias, sempre, em condições muito adversas.

Deslocações que eram para o limiano de raia, residente, quer no Laboreiro, no Soajo, na Peneda, ou, na Amarela, sinónimo de caminhadas longas e penosas, por causa dos carreiros declivosos e pedregosos, que «desapareciam», com frequência, tornando-se, então, necessário calcorrear rochedos de granito austero e de rara beleza, mas perigosos, por serem muito escorregadios, sem esquecer, a parca refeição transportada na saca de fole[591], o pedaço de pão, não muito grande e, quando havia *presigo*, um *naco* de toucinho, ou, uma *lasca de bacalhau* era a sorte grande, que tinha saído[592].

Se ao rigor das caminhadas acrescentarmos as condições climáticas, atenuadas, durante a noite, pela fogueira acesa à porta da *cabana*, do *lapigo* ou da *lapa*, poderemos, mesmo a décadas de distância, avaliar o desequilíbrio entre a massa humana, que se impunha alimentar, e a precariedade dos recursos fornecidos pelas chãs bem distantes e afastadas do lugar, sempre, com um solo pouco espesso e pedregoso, explicativo da precariedade da lande para o alimento da manada e dos rebanhos, que, a todo o custo, havia que preservar, mesmo que se disputassem desde *tempos imemoriais o direito do usufruto da pastagem*, por períodos curtos, mas essenciais na manutenção da pastorícia.

Encontramo-nos perante populações que, rapidamente entenderam que a forma de organização da sua comunidade em muito dependia dos graus de isolamento e de agressividade do respetivo espaço vital, pelo que a participação em atividades com laivos de comunitarismo e a gestão de bens comuns adquiriram contornos que, apesar da importância nas diferenças encontradas e que são indiscutíveis, não conseguem retirar a singularidade que identifica as populações de este Lima raiano.

Nuances organizacionais e comportamentais, que se repercutem não só na estratificação social da comunidade, mas nos próprios territórios, através da rede de sendas e carrei-

---

[591] Saca feita em pele de animal.

[592] A ligeireza destas refeições foi, gradualmente, atenuada em função da melhoria das condições de vida justificada pelo êxodo rural.

ros, que interligam as aldeias entre si e os *sítios* com habitação sazonal e envolvidos pelas courelas ocupadas pela cultura secundária, ou, simplesmente, com *currais* e *cabanas*, *poulos*, *cortelhos* e *bezerreiras*, ou, então, os *cortelhos*, *lapigos* e *lapas*, que se distribuem de modo irregular, mas denso, por toda a área em estudo.

5.3. EXPLORAÇÃO AGRÍCOLA E MORFOLOGIA AGRÁRIA

Relembramos[593] que os primeiros núcleos megalíticos ter-se-iam implantado no «planalto» de Castro Laboreiro, continuado pelas rechãs de Seida, do Mezio, para «terminarem», a sul, na mancha dos monumentos da Serra Amarela[594] (Fig. 4).

Épocas recônditas e de fortes problemáticas em que os especialistas parecem ser unânimes no facto de o homem do megalitismo em terras limianas e de raia, poder ser tipificado como membro de comunidades de pequena dimensão, que praticaria uma agricultura incipiente, mas, com um suplemento valioso, a criação de gado, pelo que necessitaria de extensas áreas, muito provavelmente cobertas por associações florestais[595] em que sobressairiam as manchas de carvalhos intercaladas pelos tapetes de gramíneas.

Nestas extensas áreas de rechã, além do pastoreio, seria possível praticar uma agricultura tipo itinerante nas clareiras abertas pela técnica das queimadas em simultâneo com a caça, a recoleção e a pesca.

Ainda baseado na informação arqueológica, será possível admitir que em virtude da redução gradual das áreas disponíveis para uma «agricultura», que embora fosse incipiente, desencadeava o esgotamento dos solos, ao que se acrescentaria um certo aumento populacional, pelo que o homem, em grupo, apesar de permanecer na *serra*, era incentivado pela proximidade de um «grande» rio, o Lima, a iniciar a «descida», assumindo-se, assim, o povoado que, embora precário, tornar-se-ia um centro fixador e organizador da comunidade.

Deste modo, a partir dos milénios IV e III a.C. as comunidades megalíticas sobreviriam com a prática do pastoreio e de uma agricultura tipo itinerante, de início, nos solos pouco espessos do «planalto», posteriormente, nos fundos dos vales, do que resultariam *habitats* rotativos, logo, precários, a par das obras fúnebres implementadas a cotas mais altas que, pela monumentalidade, seriam o símbolo da respetiva territorialidade.

Nos milénios seguintes surgiriam povoados sedentários nas proximidades das vias de comunicação naturais, cujos habitantes, a par de uma agricultura assente na agro-pastorí-

[593] Ver Capítulo 1 – *Os espaços de raia.*

[594] SOARES, 2000.

[595] Pelos novos métodos de análise da vegetação pré-histórica, nomeadamente, através da Antracologia.

cia, teriam desenvolvido arte rupestre esquemática, como por exemplo, o «santuário» do Gião, no Soajo, ou, o da Bouça do Colado, em Parada do Lindoso[596] (Fig. 4).

Atividade agro-pastoril que, «com os tempos», nomeadamente, na primeira «etapa» do Bronze Final, ter-se-ia intensificado e «especializado», procedendo-se, já, ao armazenamento de sementes e à utilização de animais de tiro[597].

Atividades «agrárias» que, cerca do séc. X a.C. estarão associadas ao aparecimento dos «novos» povoados identificados pelas defesas naturais, cujos habitantes, embora dependentes de uma economia agro-pastoril, se inseririam num movimento global que atingiu, praticamente, toda a Península, a partir dos primórdios do milénio I a.C. ao fomentarem a produção e a transação intensa de armas, utensílios e objetos rituais.

Quando da ocupação romana, a civilização castreja peninsular distribuir-se-ia por núcleos de pequena dimensão, cujos grupos ora se guerreavam, ora se aliavam ou coligavam com o invasor, praticando a cultura cerealífera, nomeadamente, a cevada[598], junto das fortificações, ou seja, nos cimos aplanados, em que o amanho da terra seria mais «fácil» e seguro, devido ao clima de guerra, sempre presente, enquanto a altitudes inferiores, extensas áreas eram votadas à ocupação florestal (Fig. 4).

Cultura cerealífera que seria limitada, pois os melhores solos, os de fundo de vale, estavam abandonados, obrigando o castrejo a alimentar-se nove meses no ano de pão de glandes, além das castanhas, o fruto endógeno e, por ventura, indispensável na dieta alimentar.

Sendo assim, a economia castreja teria como «pilar» os animais de pastoreio, pelo que a pastorícia, ou, melhor, a silvo-pastorícia seria a tónica dominante nas atividades multimilenares do habitante do noroeste peninsular num sistema, por ventura, muito próximo daquele que vigorou até meados do séc. XX, no «nosso» Lima raiano.

Se o aproveitamento atual do solo se explica pelo desenvolvimento, nos finais do primeiro milénio da era atual, da lande de altitude[599] substituindo, assim, a floresta[600], as repercussões da ocupação romana no Noroeste Peninsular, far-se-ão sentir na aplicação do direito romano, por exemplo, no direito pleno ao solo, isto é, o poder absoluto do homem em relação à terra, bem expressa na paisagem através da *demarcação*, ou seja, a delimitação da propriedade pelos *marcos*.

Se a *villa*[601], a propriedade rústica romana de maior dimensão, em virtude da organização e funcionamento assaz complexos, subsistiu nos períodos posteriores à ocupação

---

[596] O núcleo de Arte Rupestre do Gião datado dos sécs. III e II A.C. e a estação da Bouça do Colado do milénio II e I A.C..

[597] ALARCÃO, 1990: 144-162.

[598] Estrabão, na sua Geografia, refere que o habitante do noroeste peninsular bebia uma espécie de cerveja feita na base da cevada. (SAMPAIO, 1923: 26-33).

[599] Esta problemática foi questionada no Cap. 2, *Povoamento.*

[600] A floresta era constituída, principalmente pela *Quercus* (*Quercus tozza*), além de outras espécies, não tão importantes, mas sempre presentes, como *Betula e Corylus.* (COUDÉ-GAUSSEN, 1981: 220).

[601] Prédio rural romano, a *villa* era um organismo muito complexo. Na *villa* praticava-se uma variedade de culturas, de acordo com os tipos de solo e as condições locais de clima, além de os trabalhadores agrícolas se posicionarem de modo

de Roma, mesmo no da presúria[602], as repetidas convulsões sociais que se fizeram sentir em plena época da Reconquista e nas centúrias seguintes, contribuíram, de modo decisivo, para o seu parcelamento em «pequenas lavouras», isto é, propriedades de dimensões reduzidas, que as *Inquirições do séc. XIII* aludem, quando mencionam as *quintanas* ou *quintas* e os *casais*, substituídos, atualmente, pela *quinta* e o *quintal*, espaços agrícolas, por princípio, com habitação para o agricultor e arrecadações para as alfaias e produtos agrícolas. Por simples curiosidade, em 1258, existiriam na freguesia do Lindoso uns dez *casais* e na aldeia de Tamente quatro[603].

Num esforço em «igualizar» a distribuição das terras, mercê do parcelamento e dispersão dos blocos, na *villa* demarcavam-se os *casales*, conjuntos de blocos dispersos, as *glebas*, de modo a incluírem os diferentes tipos de solo, sinónimo de ocupação cultural distinta, para que cada família pudesse fazer face às necessidades básicas da sobrevivência, a exemplo do que, ainda, hoje acontece com as «maiores das naturalidades» na área em estudo[604].

Os princípios do quadro legal da *villa* romana, indiferentes às mutações culturais e sociais, perpetuar-se-iam de modo a influenciar as estruturas fundiárias definidas pelos diferentes quadros jurídicos, dos quais destacamos, neste momento, o da *Enfiteuse*[605].

Se para a área em estudo, não conseguimos informação suficiente sobre a dimensão e o grau de dispersão do prédio rústico para um período que terminou com a publicação do primeiro *Código Civil*, em 1867, somos de opinião, mesmo correndo o risco de retirarmos dilações apressadas, que o Domínio Útil seria muito fragmentado e disperso neste espaço agrário limiano de raia, tendo por base as informações fornecidas pelas *Inquirições de 1258* e pelo *Tombo Comenda de Távora*[606] de 1650, relativo às aldeias da Ermida, Sobredo, Froufe e Lourido.

---

diverso, consoante trabalhassem as terras do Senhor, ou então, a maioria, cultivassem, mediante prestações, subunidades constituídas por glebas dispersas, para que cada um conseguisse um pouco das produções. Próximo às áreas de cultivo encontravam-se os terrenos para uso comum, fornecendo pastagens, mato e lenhas. (SAMPAIO, 1923:107-108).

[602] Em plena expansão da Reconquista, a propriedade era apreendida pelas forças vitoriosas, reservando-se, sempre, uma fração, que poderia ser *villae* inteiras ou fracionadas, para o rei. Com esta «aquisição de prédios» constituir-se-ia o património real, vulgarmente conhecido pelos *bens da coroa*, ou, quando se trata de bens fundiários, simplesmente, *terra reguenga.*, a par do património do nobre, o do Senhor, ou, o dos Mosteiros, os Cenóbios e o das Ordens Religiosas, além dos cavaleiros recompensados pelas prestações e vitórias na guerra. Senhorios que «flutuavam», de acordo com os acontecimentos políticos, como, por exemplo, Hermenegildo, pai de S. Rosendo, cujos bens, anteriormente de Guicia, constituíram a recompensa de o ter vencido nas margens do rio Lima. (SAMPAIO, 1923: 118-120).

[603] «(...) sunt x. casaes e non mais «(...) há uno logar que chamamTamenti e há y ij. casaes (...) dam cada ano al Rey de cada fogo senas gallinas (...)» («I. Afonso III», 1258 – *P.M.H., I.*, vol. I, 1888: 414).

[604] Os nossos interlocutores, quando confrontados com a excessiva divisão parcelar, deram-nos, sempre, como justificação *assim todos os herdeiros ficam com bons e maus bocados de terra.*

[605] *O Código Civil de 1967* no Art.º 1653.º define Enfiteuse como «(...) o contrato de Emprazamento, Aforamento ou Enfiteuse quando o proprietário de qualquer prédio rústico transfere o seu domínio útil para outra pessoa, obrigando a esta a pagar-lhe anualmente certa pensão determinada a que se chama foro ou cânon (...)».

[606] A leitura do *Tombo da Comenda de Távora*, Ordem de Malta, elaborado em 1650 e relativo às aldeias da Ermida, Sobredo, Froufe e Lourido, permite-nos aventar que o Domínio Útil seria, de facto, muito parcelado ao ter em conta o número de

Sem esquecermos que a redação do primeiro *Código Civil,* ao institucionalizar a propriedade privada e o direito à herança, em partes iguais, por todos os filhos do casal contribuiu, por princípio, para uma maior pulverização das unidades rústicas atuais, pensamos, mesmo assim, que o quadro legal que emergiu no séc. XIX não teria implicado, em termos de estrutura fundiária, modificações dignas de relevo, pois o Domínio Útil encontrar-se-ia, nesse momento, já fragmentado e pulverizado, logo, pertença de um vasto conjunto de famílias limianas e de raia.

A dimensão média do prédio rústico atingiria, sempre, valores reduzidos, não muito distanciados dos referenciados pelos indicadores oficiais publicados nos finais do séc. XX[607] (Fig. 125 – gráfico – *Freguesias lusas: Explorações agrícolas e os blocos com S.A.U., 1989/1999*), pelo que não teria sido alvo de alterações significativas e contrastantes nos últimos séculos, assim como a dispersão que o caracteriza e que, por ventura, explicará *usos e costumes* nas atividades agrícolas, que vêm *de tempos imemoriais.*

Se para as freguesias lusas em estudo se verificou, na última década do séc. XX, uma evolução negativa no total de blocos com superfície agrícola utilizada[608], por vezes acentuada, como em Castro Laboreiro, predominam nas freguesias da margem direita do Lima, à exceção de Ermelo, os blocos com dimensão inferior a meio hectare, 5 000m^2 de superfície agrícola utilizada, enquanto no Lindoso, Britelo e Entre Ambos-os-Rios, «impera» o bloco com uma área de S.A.U. não superior a 2 000m^2. Salientamos, ainda, Entre Ambos-os-Rios e a Ermida, como as entidades geográficas em que adquire significado as explorações agrícolas constituídas por unidades fundiárias com uma área a ultrapassar os dois hectares.

Perante a informação estatística oficial e publicitada tão reduzida, enveredámos, nos inícios do séc. XXI, pela observação direta da realidade fundiária, que conjugámos com as informações preciosas, amavelmente fornecidas pelos nossos interlocutores com mais de sete décadas de vida, sobre a dimensão e localização dos parcelas de cultura, não só da sua *lembrança*, como das memórias que lhes foram transmitidas pelos antecessores.

Diremos, na base das informações orais recolhidas, que a qualidade dos solos, quer os de fundo de vale, quer os das rechãs, a cotas mais elevadas, funcionou como elemento determinante na fragmentação do prédio rústico, porque se tornava imprescindível que todos os

---

caseiros, cento e vinte e dois, no conjunto dos seis Casais, embora não estejam descriminados os prédios rústicos, assim como as respetivas áreas (A.D.B. – *Tombo da Comenda de Távora,* 1658 – «L. 69»: fls. 1072-1084).

[607] Não disponibilizamos indicadores para as aldeias galegas, em virtude das Entidades Oficiais apenas cederem informação para o concelho, o que entendemos desvirtualizar a leitura, que pretendemos fazer à escala do lugar.

[608] Em relação a 1989, o R.G.A., apenas fornece informação sobre o total de blocos com superfície agrícola utilizada. Se, para qualquer uma das freguesias lusas, não podemos dissociar a fragmentação dos blocos do direito sucessório, por morte dos progenitores, entendemos que a evolução positiva do total de blocos de S.A.U. na última década do séc. XX será também, em parte, explicada pelo «novo» conhecimento adquirido, quando o agricultor efetuou o cadastro da sua propriedade rústica, na base do ortofotomapa à escala de 1/5000.

herdeiros do casal pudessem usufruir um rendimento, assaz mais elevado, nem que para isso, os irmãos ficassem co-herdeiros, em parcelas de cultura, que se foram dividindo através dos *marcos* e sulcos, que apenas os próprios e os vizinhos conseguem distinguir.

Fragmentação fundiária, que as populações consideram «normal e natural», pois é assim, desde os tempos dos antepassados mais afastados, mas, que corrobora a importância da silvo-pastorícia na sobrevivência de populações, que se defrontaram com a necessidade de fazer da agricultura um complemento, embora importante, da sua atividade, a agro-silvo-pastoril.

Como a tónica dominante na paisagem é a «invisibilidade» da parcela jurídica, deparámo-nos com a necessidade de questionarmos os nossos interlocutores sobre o(s) titular(es), por exemplo, de uma unidade de cultura, ou de *paul*, que, por princípio, nos referiam dois, três, ou mesmo, seis e oito proprietários, porque lá se encontravam os *marcos*, para nós, despercebidos, mas concretizados nas «pedrinhas» colocadas em «posições» estratégicas, outras vezes num pequeno bordo em terra, ou, num rego de condução da água e, portanto, *distinguem-se bem*.

Acontece com muita frequência, principalmente, na margem esquerda do Lima, que na mesma unidade parcelar um proprietário possui dois e três prédios distanciados e intercalados por outras propriedades de outros vizinhos ou familiares.

Perante uma pulverização tão forte do prédio rústico, interrogámo-nos sobre o modo como se processava a «declaração» na Secção de Finanças. Se até meados da década de noventa, nas partilhas entre irmãos e familiares *bastava a palavra*, pois assim o faziam os bisavós e tetravós, com o levantamento cadastral efetuado nessa década, a unidade de cultura, sempre com um nome, foi dividida em frações numeradas e correspondente(s) à(s) propriedade(s) do respetivo titular.

Estruturas fundiárias que implicam ao agricultor um conjunto de *deveres e direitos de servidão*, entre outros, na utilização dos caminhos de acesso ao respetivo prédio e das condutas das águas de rega, que nunca se enquadraram na legislação jurídica instituída, mas cujo cumprimento se torna fundamental na harmonia e funcionamento *do dia-a-dia* da comunidade.

Instituições costumeiras que, em nossa opinião, resultam da adversidade justificada pelas condições difíceis da morfologia e do clima, dos solos pouco espessos e facilmente arrastados pela ação intensa dos fenómenos de escorrência, a que se associou a variação positiva e acentuada dos residentes, que era imperioso alimentar.

5.3.1. Os solos cultivados e a toponímia

Se em toda a área em estudo, lusa e galega, são frequentes e numerosos os casos de pulverização e dispersão dos prédios rústicos, que exigem a combinação e entendimento dos intervenientes no cumprimento de variadas *instituições costumeiras*, aldeias existem em

que a comunidade organizou determinados espaços agrícolas em função de um estatuto e *perfomance* muito *sui generis*, apesar das variantes encontradas.

São os espaços agrícolas que as populações identificam como as *veigas*, que se distinguem, frequentemente, pela extensão e morfologia, ou, então, pelo modo de gestão, nomeadamente, pelas normas e regulamentos de funcionamento, mas, que podem diferir, independentemente da localização se verificar, ou não, na mesma aldeia[609] (Fig. 126 – mapa – *Lima raiano luso: As veigas, por lugar, em 2003*)

Enquanto a Ermida, por exemplo, se destaca pelo facto de todas as parcelas cultivadas se distribuírem pelas *veigas*, reservando-se a expressão *campo*, para as parcelas cobertas por associações herbáceas espontâneas, o valioso feno, na maioria das aldeias lusas em estudo, a par das *veigas*, existem outras manchas cultivadas, a que as populações atribuem, genericamente, a designação de *campo*, no qual, se aplicam, na maioria dos casos, normas de funcionamento similares e, sempre, baseados, nos *usos e costumes imemoriais*.

Quando questionados pela existência simultânea das *veigas* e do *campo*, os nossos interlocutores, que foram vários e bem diversificados, tanto do ponto de vista cultural, como do grau de enraizamento na aldeia, não foram capazes de justificar semelhante distinção, cuja origem se esvai nos *tempos imemoriais*.

Castro Laboreiro distingue-se pela inexistência das *veigas*, pela expressão *campo*, a exemplo da Ermida, a ser atribuída às parcelas de feno e pelos *barbeitos*[610] designarem as parcelas de culturas, o centeio e a batata, tubérculo que é de sequeiro na *veranda*, de regadio na *inverneira*.

Nas aldeias sem *veiga*, a expressão *campo* engloba toda as parcelas, cultivadas ou em pousio, como é o caso da freguesia da Gavieira, com exceção para Tibo.

Quando questionámos os residentes, nos diferentes lugares da Gavieira, pela existência singular da *veiga* de Tibo, todos foram unânimes e espontâneos em referirem a extensão da mancha contínua, outrora cultivada, como o elemento de distinção, relativamente, ao *campo*. De facto, a *veiga* de Tibo desenvolve-se em solo de aluvião, na secção terminal do «rio» da Pomba, muito próximo da confluência com o «rio» da Peneda.

Não conseguimos em toda a área em estudo, lusa e galega, onde as *veigas* também dominam, encontrar motivos fortes e claros, que justificassem semelhante distinção toponímica, uma vez que os *direitos de servidão*, a partilha e divisão de bens comuns como, por exemplo, os acessos e a água de rega, sempre se impôs em toda a área de cultivo, quer se enquadrasse na *veiga* ou no *campo*, sem já questionarmos a fragmentação e pulverização do prédio rústico e a toponímia.

---

[609] Procedemos a um levantamento e observação exaustivos das *veigas* lusas, pois entendemos que constituem uma boa amostra do universo das *veigas*, uma vez que nas aldeias da Galiza em estudo, as *veiga*s eram «geridas» por «estatutos» semelhantes aos praticados na área lusa, desempenhando, também, uma posição importante nos modos de vida dos residentes.

[610] No Ribeiro de Cima e no de Baixo a expressão, apenas, engloba a parcela de batatas, pois a de milho designa-se habitualmente por *leira*, ou, *propriedade*.

De facto, encontramos áreas, ou, pequenos lugares designados por *veiga*, como por exemplo, em Castro Laboreiro, o lugar das Veigas, a jusante de Lamas de Vido, ou então, no Soajo, concretamente na «vila», dois lugares, o da Veiga, onde se localiza o cemitério, e o da Veiga de Bairros. Contudo, as populações de Castro Laboreiro e do Soajo, ou melhor, da «vila», são unânimes em não as distinguirem, em termos de estrutura agrária, ou de hábitos agrícolas tradicionais, pois é um nome atribuído a um lugar.

Na freguesia do Soajo identificam-se de modo claro, as *veigas* em Vilar de Suente, Paradela e Adrão, enquanto o habitante da Várzea fala, de forma saudosa, nas duas *veigas* do lugar, a de Cima e a de Baixo, hoje submersas pela albufeira do Alto Lindoso (Fig. 126).

Diremos que na margem direita do Lima luso por nós estudado, além das quatro aldeias do Soajo, distinguem-se pelas *veigas*, Tibo e o lugar da Igreja, em Ermelo, contrariamente ao que acontece na margem esquerda, que, a par do *campo*, surgem em todas as aldeias, embora se possam distinguir pelos modos de «gestão».

Em termos de morfologia agrária, a *veiga* corresponde, na maioria dos casos, a um conjunto de parcelas, as *leiras*, suportadas por socalcos, dispostas em anfiteatro, como nas três aldeias do Lindoso, na Ermida, em Adrão e Paradela, em Lourido e Sobredo, ou, Germil, ou então, a *plainos* de aluvião, como nas aldeias de Tibo, da Igreja, em Britelo, e Entre Ambos-os-Rios (hoje submersa pela albufeira de Touvedo), além de Froufe e Tamente.

Qualquer que seja a morfologia, distingue-se, na maioria dos casos, um muro contínuo, «forte», que a delimita, a que as populações do Lindoso chamam o *cordão*, que, de quando em vez, é interrompido por um dos vários portões, a *cancela*, que dá acesso a um dos caminhos principais, que conduz diretamente à unidade morfológica que, esporadicamente, se pode identificar com o prédio jurídico, ou, nos casos mais vulgares e frequentes, é *pertença* de vários proprietários.

Além das *cancelas* existem os *portelos*, passagens secundárias, que surgem de quando em vez, no *cordão*, que se «escavou» junto ao solo para a circulação da *água de rega*, e, como é necessário acompanhá-la, a «altura» foi suavizada com a implementação de um degrau, ou então, com a retirada do bloco superior de granito.

Na *veiga*, a parcela de cultura apresenta dimensões muito variadas, mas, juridicamente, quase sempre dividida em prédios, de pequenas dimensões, os *cabeceiros*, distribuídos por vários proprietários, cujo estatuto social em muito dependia do respetivo quantitativo, apesar de, quase sempre, bem afastados entre si.

Unidades de morfologia agrária, que pelas próprias especificidades fundiárias materializam um quadro estrutural *sui generis* em que sobressaem um conjunto de *direitos*, os *de servidão*, como as passagens para carros de bois e água de rega, a cevadura[611], ou, a calendarização das tarefas agrícolas que, ao transmitirem-se segundo *os usos e costumes* desde *tempos imemoriais*, constituiram uma verdadeira *instituição costumeira*.

[611] As populações designam por *ceiva, ceivada,* ou, *ceivadura.*

Mesmo na *veiga*, existem prédios, as *tomadas*, assim denominados no Lindoso, cujos proprietários não são abrangidos pelos deveres de dar passagem de caminho, pelo simples motivo de corresponderem a leiras, ou seja, a parcelas distintas, «singulares», servidas por uma *cancela,* ou, um *portelo* exclusivo, embora cercadas, pelo menos em parte, pelo *cordão*.

A conservação das *veigas* em estudo implicava a execução de trabalhos, que exigiam a participação de todos os proprietários, como o *tapa muro*, isto é, o arranjo, ou melhor, a conservação do *cordão*, o *fazer xurreira*, ou seja, antes de se iniciar o período da rega, arranjar e consertar as *poças* e os *regos* que as interligava à *veiga* respetiva, ou, o arranjo da rede de caminhos, que incluía o corte das silvas e plantas daninhas, cabendo a cada um a preservação das suas *testadas*, isto é, a fração dos socalcos que suportava, diretamente, os respetivos *cabeceiros*.

A determinação dos dias para a execução de este tipo de trabalhos, assim como a fiscalização, eram efetuadas pela autoridade, por princípio, o regedor[612], mas poder-se-ia estender ao cabo, ou, simplesmente, ao zelador, tendo por suporte o quadro legal emanado dos respetivos *Código de Posturas*[613].

Quem se recusasse em colaborar nos trabalhos de conservação do património, independentemente da inerência à própria *veiga*, era alvo de represálias, que poderiam ser monetárias, o pagamento de uma multa considerada sempre avultada pelos nossos diferentes interlocutores, ou, a proibição de benefícios como, por exemplo, no Lindoso, o *direito ao roço*, ou seja, o aproveitamento *do talhão de estrume*, isto é, de mato que lhe tinha tocado em sorteio, quando se escusava em participar no conserto do *cordão*.

Evidenciamos, para toda a área em estudo, a obrigatoriedade dos residentes em participarem noutros tipos de trabalhos, também, estipulados pelas autoridades e que visavam a preservação do património da aldeia, nomeadamente, os caminhos, as *cabanas* e os *currais*, o adro da Igreja e o cemitério, por exemplo.

Direitos e deveres de servidão, que só poderão ser entendidos em função da estrutura fundiária e dos sistemas de cultura praticados, justificado pelo tipo de solo, condições climáticas e, logicamente, pela água de rega disponível, recursos naturais muito esparsos e adversos a uma produção de alimentos capaz de alimentar as comunidades de forma sustentável.

---

[612] Além da Autarquia existiam o regedor e o cabo, nomeados, respetivamente, pela Entidade Camarária e pela Junta de Paróquia, atualmente, de Freguesia, além dos zeladores, que poderiam atingir, no máximo, dois elementos, indicados pelo *povo*.

[613] «(...) Que a época para compor os caminhos será aquela que as autoridades julgarem mais conveniente (...)».
(C.J.F.L. – «Posturas da Freguesia», 1929: *L. Actas* 3, art.º 8.º).
ou «(...) Que no lugar do Castelo continuará em vigor o costume de as poças de rega serem feitas e limpas pelos proprietários das latadas que cobrem as ditas poças (...)».
(C.J.F.L. – «Posturas da Freguesia», *L. Actas 4*, art.º 6.º, 1929).

5.3.2. Cultura cerealífera: repercussões na estrutura agrária

Área vocacionada para a cultura cerealífera, seria a cevada, na época da civilização castreja, a colorir os solos menos espessos e mais pobres, os dos cimos aplanados, que contrastariam com os mais férteis, os de fundo de vale, votados para a ocupação florestal, nomeadamente, a floresta de folha caduca.

Mas, é para a Idade Média e relativamente à área lusa, que nos remetem as primeiras Fontes por nós encontradas, as *Inquirições de 1258*[614], quando nos informam que no *foro* pago pelas populações se inclui, respetivamente, para Castro Laboreiro[615] o «pão» e a cevada»[616], para o Soajo o «pão»[617], para o Lindoso o «pão terçado»[618], enquanto para Britelo[619] e Entre Ambos-os-Rios, precisamente, o lugar de Tamente[620], o «bragal»[621].

Perante uma informação escassa, mas incisiva, somos de opinião que na Idade Média e nas rechãs aráveis, mas enxutas, de este Lima raiano se praticava um sistema rotativo de culturas de sequeiro com o milho, o alvo e o painço, cereais de Primavera, a alternarem com o centeio e a cevada, os cereais de Inverno, restando para as vertentes e chãs mais elevadas, nas *terras a que ninguém pertence* a exploração silvícola em comum.

Nos solos mais espessos e com mais água, logo, os mais férteis, nos quais sobressaem na área lusa os de aluvião, junto ao rio Lima, como são os de Tamente, Froufe, e da Igreja, quer de Ermelo, Britelo ou Entre Ambos-os-Rios, desenvolver-se-iam os linhares, produtores da matéria-prima, que complementaria a lã dos ovinos na confeção do vestuário.

Embora não tenhamos conseguido Fontes galegas que versem este tipo de problemáticas, para a época em causa, e sem querermos tirar dilações apressadas, somos de opinião, em função das condições ambientais e dos sistemas agro-silvo-pastoris praticados até meados do séc. XX, que a cor das rechãs cultivadas na Galiza em estudo não se ressentiriam da presença da fronteira política, pelo que seria a expressão da rotação das culturas de sequeiro, as da Primavera, a do milho, o alvo e o painço, em alternância com as de Inverno, a cevada e o centeio, a matizar o solo arável. A exemplo da área portuguesa, nos solos mais espessos e com mais água, nomeadamente, junto ao rio Lima e delineados, respetivamente, pela fronteira, Lobios, Entrimo e Lobeira, floresceriam os linhares.

---

[614] «I. Afonso III», 1258 – *P.M.H., I.,* V. I, 1888: 389, 396 e 413-414.

[615] «(...) quando el Rey for in vila de Laboreiro dant a el de cada casa ij.ij. panes et senas teeigas de cevada (...)».

[616] Pela bibliografia consultada, somos de opinião que a expressão *pão* significa o *pão meado*, uma mistura de centeio e milho de sequeiro, muito provavelmente, o milho-alvo.
RIBEIRO, 1991b: 193-194.

[617] «(...) senos panes de viiij.panes in alqueire encetados (...)».

[618] «(...) iij. quarteiros de pam, scilicet, tertia de centeo et tertia de milo et tercia de painzo (...).

[619] «(...) iiij. bragaes e ij. cubitos de bragal (...)».

[620] «(...) v j.bragal (...)».

[621] Expressão que significará tanto a roupa branca como o pano com que é confeccionada. (SAMPAIO, 1923: 88).

Sem esquecermos as pequenas hortas, além das prováveis árvores de fruto e de uma vinha que, por ventura e de modo esparso, matizariam os espaços mais abrigados, explicarão a escassez de vegetais na dieta alimentar medieval de este Lima raiano.

Condições muito favoráveis de desenvolvimento encontrou no noroeste peninsular, nomeadamente em áreas de *montanha*, um cereal, o milho grosso, que ao enriquecer a policultura, «revolucionou» não só a paisagem, como a qualidade de vida das famílias rurais.

Cereal que se adapta bem, quer aos socalcos e rechãs que quebram os maiores declives, quer aos patamares de fundo de vale e próximos da confluência das linhas de água mais proeminentes, que ao ser semeado tarde, para que o ciclo vegetativo se desenvolva de modo a «aproveitar» as temperaturas altas de Verão, exige, além da lavra, na sequência da qual se faz a sementeira, um esquema de rega, de modo a colmatar a evapotranspiração e a permitir, também, nas parcelas em que se desenvolve, o ciclo evolutivo das culturas de Inverno e da Primavera.

Se as «velhas» práticas agrícolas incluíam a rega dos prados e linhares, é com um saber tácito, que se estende, nos meses de Verão, os esquemas de regadio à cultura «nova», que, também exige os estrumes e o trabalho dos seculares animais de pastoreio, no que se aplica toda a mão-de-obra de uma população densa e sôfrega de novas produções[622].

A primeira informação que conseguimos sobre o cultivo do milho grosso na área em estudo, reporta-nos para o século XVIII[623], período em que a cultura se expandiria de modo sistemático e, decisivamente assumida, como a principal num sistema rotativo, por princípio, bienal, como a Fonte galega nos informa (Fig. 127 – mapa – *Lima raiano: Culturas principais em meados do séc. XVIII*).

Antes de prosseguirmos, lembramos que a cartografia que elaborámos, limita-se a dar uma informação qualitativa sobre as espécies de cultura predominantes nos diferentes lugares, pois desconhecemos, porque não encontrámos Fontes, que nos esclarecessem sobre as manchas de ocupação do solo de acordo com as diferentes culturas.

Além disso, enquanto o *Interrogatorio* ao tomar como unidade territorial a jurisdição, descrimina as povoações nela inseridas, que no séc. XVIII correspondem, sensivelmente, àquelas que conhecemos na primeiros anos do séc. XXI, o *Dicionário Geográfico de 1758*

---

[622] Se a cultura milho *maíz*, oriundo do continente americano, se ensaiava no início do séc. XVI na bacia do Gualdaquivir, teria vindo para Portugal, precisamente para o Campo do Mondego, no primeiro quarteirão do mesmo século. No século XVII já se cultivaria nas terras baixas de um noroeste identificado com o Minho, para nos séculos posteriores se expandir pelas áreas de montanha. Com o núcleo de expansão a incidir no Minho, já se cultivaria na Galiza no séc. XVII. (RIBEIRO, 1998:115).

[623] A.H.O. – «Interrogatorio», *El Catastro de Ensenada* ..., 1753, Ls. 1935 (concelho de Entrimo), 2187 e 2196 (concelho da Lobeira), 2205, 2208, 2212,2216, 2219 e 2222 (concelho de Lobios).

A.N.T.T. – CARDOSO,1758: vol.7, fls. 1239-1242 (Britelo); vol. 13, fls. 185-200 e 249-261 (Entre-Ambos-os-Rios, Ermelo e Ermida); vol. 17, Memória 27 (Gavieira) e fls.209-215 (Germil); vol. 20, fls. 665-672 (Lindoso); vol. 35, fls. 1363-1368 (Soajo).

não só menciona a freguesia, como o conjunto de lugares nela inseridos e, ainda hoje, povoados.

Na laboração de este tipo de cartografia fomos «obrigados» a associar a cultura ao lugar mencionado, pelo que poder-se-á, numa leitura imediata, inferir que na Galiza dominaria uma maior mancha de cultivo, em comparação com Portugal, o que pode não ser verdade, em virtude de uma maior densidade de lugares.

Assim, a leitura qualitativa que a cartografia nos fornece, permite-nos inferir, com a ressalva de Castro Laboreiro[624] que, de um modo global, toda a área em estudo, nos meados do séc. XVIII, era dominada pelo milho. Distinguimos Taboazas, cujas condições naturais apenas permitem o desenvolvimento do centeio.

Se ambas as Fontes nos informam sobre a importância dos cereais na produção agrícola, evidencia-se o milho especificado como *grosso*, na Fonte espanhola, mas que a portuguesa só distingue para as freguesias do Lindoso e de Britelo (Fig. 127).

Se *as Memórias Paroquiais* em estudo omitem para sete freguesias a variedade de milhos cultivados, mas, como na área galega o milho-miúdo e o painço adquiriam uma certa importância, aventamos que, muito provavelmente, os milhos medievais, ainda, se cultivariam na área lusa, embora com menor expressão.

Além disso, há que questionar desde quando as populações começaram a cultivar o milho de crescimento mais rápido, o *milho centeeiro*, também conhecido pelo *milho de estivada* ou o *milho serôdio*, isto é, aquele que se semeava, após uma cava ligeira efetuada no *restolho* de centeio, logo a seguir à ceifa, sensivelmente em finais de Junho, pelo que, também, se regava no período estival.

Apesar de todas as limitações, e sem querermos tirar dilações apressadas, aventamos que, muito provavelmente, o *milho grosso* de regadio encontrar-se-ia em fase de evolução positiva, pois o milho de sequeiro que, em termos comparativos é, sempre de menor rendimento, adquiria uma certa expressão, em alternância com o centeio, ou, esporadicamente, com o trigo.

Indiferente ao modo como o domínio da cultura é descrito e tendo em atenção de que a expansão ter-se-ia feito a partir do Minho, não nos restam dúvidas, que a nova gramínea assumiria uma posição importante na dieta alimentar transfronteiriça.

Independentemente de todos os condicionalismos, seriam o milho e o centeio a constituírem as manchas cerealíferas predominantes, nomeadamente, nas povoações lusas (Fig. 127).

Evidenciamos as culturas do linho e do trigo que matizavam toda a mancha cultivada galega, enquanto em Portugal limitar-se-iam a colorir parcelas das freguesias de Britelo, de Entre Ambos-os-Rios e do Soajo[625].

---

[624] Não existe no Arquivo da Torre do Tombo a Memória Paroquial referente a Castro Laboreiro.

[625] Por curiosidade, os párocos que declaram as suas freguesias produtoras de linho e vinho utilizam a expressão «produz mais» enquanto para a produção de trigo o fazem com a afirmação «produz ainda que pouco».

Mas, se a exemplo do *Dicionário Geográfico*, o *Catastro de Enseñada*, ou, melhor, o *Interrogatorio* contém a descrição das produções, nomeadamente as cerealíferas, fornece, também, outras informações importantes para uma leitura geográfica, ao distinguir, embora não os delineie, os solos com aptidão para as culturas de regadio e de sequeiro, classificados, por sua vez, em três categorias, ou melhor, três qualidades (Quadro 26 – *Rotação de culturas na área galega, meados do séc. XVIII*) em função do rendimento[626], ou seja, o solo de *primeira, segunda e terceira qualidades.*

A exemplo do séc. XX, nas áreas de regadio, o milho *grosso* estreme, ou esporadicamente associado com o feijão, era a cultura de Verão, para dar lugar no Inverno, ou, simplesmente à *forragem/restolho*, ou, ao nabal, que se semeava, a par da *ferrã*[627] (Quadro 26).

Eram os linhares[628] que alternavam e matizavam os «lavradios de regadio», em períodos rotativos de dois, ou, quatro anos, sendo aquele, o bienal, o mais usual.

Nos solos de sequeiro desenvolvia-se, também, o milho grosso em rotações, embora mais distanciadas no tempo, com o centeio, esporadicamente com o trigo, sem esquecer os solos mais pobres, em que o centeio «rodava» com o milho painço, em povoações dos atuais concelhos da Lobeira e de Lobios (Quadro 26).

Quando fazemos uma leitura comparativa de ambas as margens limianas (Quadro 26) em território galego, verificámos que era a ocupação intensiva do solo que predominaria, com a policultura promíscua a garantir o maior rendimento da unidade de solo arável.

Como desconhecemos a localização e dimensão dos espaços de sequeiro e de regadio, o que nos impossibilita uma leitura objetiva e comparativa com a realidade predominante, até meados do séc. XX, o trabalho de investigação que efetuámos, permite-nos aventar que a associação do milho e feijão, que alternava com o linho, efetuar-se-ia nas parcelas de menor altitude, próximo da confluência das linhas de água, onde se desenham as parcelas de maior dimensão e com solos mais férteis, os de aluvião, embora os esquemas de rega, sempre dependentes da gravidade[629], seriam estabelecidos em função dos açudes traçados a partir dos *arroios*[630] e das nascentes.

---

[626] As produções, sempre declaradas por unidade de superfície, o *ferrado*, eram determinadas em função da produção média, para um período de oito anos, cuja unidade, embora distinta, também se designava por *ferrado*.

[627] Na Fonte encontra-se a expressão *ferraña*, que não conseguimos encontrar no dicionário, mesmo no espanhol/espanhol. Em troca de opinião com duas simpáticas técnicas do Arquivo Histórico de Ourense, após uma busca em todos os dicionários que o Arquivo possui, chegamos a uma opinião de que se tratará de uma forragem em que na composição entra o centeio. Ora, como em Portugal, no restolho do centeio se semeia centeio de má qualidade para se obter uma *ferrã*, que constitui um ótimo alimento para o gado, optámos por traduzir a expressão como *ferrã*, apesar da dilação que estamos a efetuar.

[628] Não conhecemos Fontes que fundamentem a época em que se iniciou o cultivo do linho na Galiza. Contudo, os especialistas são de opinião que, já, na Idade Média, a cultura tenha adquirido uma grande preponderância.
FERNANDEZ, 1934: 27-81.

[629] Não podemos deixar de referir que nas *Memórias Paroquiais*, os Párocos de Britelo, Entre Ambos-os-Rios e Ermelo, informam que as parcelas cultivadas junto ao rio Lima não são irrigadas pelo caudal deste, em virtude de correr a um nível inferior.

[630] Designação galega para linhas de água de pequeno caudal, mas com uma grande força viva.

À medida que se sobe em altitude, assistir-se-ia a uma alteração gradual dos tons e cores das vertentes, com as culturas menos exigentes a imporem-se, decisivamente, nas rechãs que constituem a paisagem.

Outras informações preciosas nos fornecem as duas Fontes, lusa e espanhola, nomeadamente, em relação às vinhas.

A vinha, ao implantar-se no patamar cuja altitude medeia sensivelmente os 300 metros, quer em Portugal, quer na Galiza, nos espaços galegos distribuir-se-ia, pontualmente, a cotas muito próximas dos 600 metros, que se explicará pela boa exposição geográfica dos lugares (Fig. 127).

Em relação à vinha[631], a fonte espanhola distingue a vinha *rasa*, a da cepa baixa, e a vinha *parral*, a da cepa alta, sendo esta mais produtiva.

Embora desconheçamos a verdadeira extensão das vinhas, a fonte espanhola leva-nos a admitir a sua importância na economia das comunidades, o que aconteceria, também, na parte lusa com as aldeias, que reuniam condições mínimas para o ciclo evolutivo[632], apesar de se produzir vinho ácido e com pouco álcool[633] (Fig. 127).

Sem conseguirmos informação suficiente sobre o tipo de cepa que predominaria na área lusa, somos de opinião que seria, já, a vinha de enforcado a «impor-se» na paisagem, com o carvalho a constituir o suporte ao caule volúvel, anualmente, renovado.

Espécie de ambiência mediterrânea, a vinha não seria complementada na área galega pela presença da oliveira[634], enquanto na área lusa matizaria as freguesias de Ermelo, Britelo e Entre Ambos-os-Rios[635], existindo, até, um lagar em Froufe, «o suficiente para moer toda a azeitona da área em redor»[636].

Curiosamente, as culturas associadas ao mundo mediterrâneo matizavam a mancha cultural de este Lima raiano, precisamente nas chãs ao abrigo dos ventos de norte/leste e melhor expostas à incidência da radiação solar.

---

[631] A unidade de medida do vinho era, por princípio, o *moio* que se subdividia em *quartos* e estes em *quartilhos*. Se em toda a área o *moio* correspondia a dezasseis *quartos*, a equivalência do *quarto* em *quartilhos* variava. Em Entrimo, o quarto subdividia-se em vinte quartilhos, em Arauxo e San Miguel, a dezasseis, enquanto em Grou (San Mamede), Rio Caldo ou Maním a dezoito, onde também se designavam por *picholas*.

[632] O pároco de Entre Ambos-os-Rios, ao fazer referência à produção de vinho, acrescenta «(...) os lugares que ficam mais próximos do rio Lima, alguns do Soajo, Ermelo, Lindoso, e os dois de Lourido e Tamente se colhe bastante vinho (...)» (A.N.T.T. – CARDOSO, 1758: vol. 13, fls. 185-200).

[633] O pároco de Britelo, ao comentar o gosto que os seus fregueses tinham pelo vinho, acrescentava «(...) embora vinho de castas muito azedas (...)». Lamentava, também, o interesse dos seus fregueses na plantação de carvalhos em detrimento de outras árvores de fruta, que se poderiam desenvolver em função das condições locais «(...) carvalhos com vides (...)». (A.N.T.T. – CARDOSO, 1758: vol. 7, fls. 1239-1242).

[634] No *Interrogatorio* não há qualquer menção.

[635] A produção de azeite é referida pelas expressões «produz ainda que pouco» em relação a Ermelo e «produz» para as freguesias de Britelo e Entre Ambos-os-Rios.

[636] Somos de opinião que, quer no Soajo, na «vila», quer no Lindoso, em Cidadelhe, as parcelas encaixadas junto ao rio Lima, reuniam condições favoráveis à cultura, mas, os respetivos párocos limitam-se a referenciar «o que se produz mais».

Sobre as produções consideradas de pouca importância, como as das hortas, as *Memórias Paroquiais* omitem qualquer informação, enquanto o *Interrogatorio* distingue as de sequeiro e as de regadio, embora, se limite a referenciar que «se semeiam vários frutos», ou seja, espécies várias de hortícolas, e, claro está, a indicar o valor médio da produção de um *ferrado*.

Os prados não podiam ser esquecidos, distinguindo-se no *Interrogatorio* os que produzem a erva para alimentação do gado, nomeadamente erva seca, que depois de cortada, «ficam de pasto», ou, os de «terceira qualidade», que, por princípio, «só servem para pasto», referências «esquecidas» pela Fonte portuguesa.

Além disso, se as *Memórias Paroquiais* se limitam a descrever os animais que pastoreiam nas *serras*, ou, esporadicamente, a enumerar as espécies arbustivas[637] e arbóreas[638] que as cobrem, no *Interrogatorio* distingue-se nos *montes*, os «arborizados», ou sejam, os soutos e respetivas produções de «castanha verde» e as devesas de *robles*[639], que «produzem algum estrume para as propriedades», além daqueles que se limitam a «produzir estrume ou tojo», ou, «algum pasto para o gado».

Independentemente das metodologias utilizadas, mas, sempre orientadas pelas finalidades, que se pretendiam atingir com a realização de este tipo de inquéritos, a leitura de ambas as Fontes permite esboçar as manchas vegetais, cultivadas, ou, espontâneas, mas que predominaram em pleno século XVIII neste Lima raiano.

Assim, na área cultivada, a exemplo dos séculos posteriores, evidenciar-se-ia a mancha cerealífera, com destaque para o milho, provavelmente o *grosso*, e o centeio num sistema rotativo, predominantemente bienal. Produção cerealífera que seria insuficiente, nomeadamente, na área lusa, a avaliar pelo *défice* da produção em função das necessidades alimentares no séc. XIX (Fig. 128 – gráfico – *Produção e consumo cerealíferos nos três concelhos lusos, 1835-36*).

Salienta-se Castro Laboreiro a produzir, apenas, o centeio e em quantidades muito inferiores às necessárias para a dieta alimentar, pelo que a sobrevivência era, de facto, muito difícil, pela impossibilidade do cultivo de outras culturas, como constatou D. Frei Caetano Brandão, na sua visita, em 1791[640].

---

637 «(...) é povoada esta de urzes, carquejas e giestas e silvas e tojo e alguas partes as cavão de barbeito e largão fogo e ao depois semeião centeio, e não tem ervas medicinais (...)». A.N.T.T. – CARDOSO, 1758: vol. 17, fls.209-215 (Germil).

638 «(...) As plantas da serra sam carvalhos cerquinhos, sobreiros, azevinheiros, ameeiros, cerejeiras silvestres, salgueiros (...)». A.N.T.T. – CARDOSO, 1758: vol. 20, fls. 665-672 (Lindoso).

639 «(...) Um *ferrado* de devesa de robles sendo de primeira qualidade se corta de oito em oito anos pelo ar e pelo pé e produz dois carros de lenha, os de segunda qualidade se corta pelo ar e pelo pé de dezasseis em dezasseis anos e produz os mesmos dois carros e os de terceira qualidade se corta pelo ar e pelo pé de trinta e dois em trinta e dois anos e frutifica um carro (...)». A.H.O. – «Interrogatorio», *El Catastro de Ensenada* ..., 1753, L. 2212 (Lobios, San Miguel).

640 «(...) arvore fructifera nem huma só; e ainda as outras são muito raras: não há milho nem trigo, nem hortaliça de casta alguma; apenas o grão de centeio (...) «(AMARAL, 1867: 119).

Não podemos esquecer a batata que, em pleno século XIX, se expandiria por este Lima raiano, nomeadamente por Castro Laboreiro (Fig. 129 – gráfico – *Principais culturas nos concelhos de Castro Laboreiro e Soajo, 1848-1851*)[641].

Se os valores obtidos para a colheita de 1851 indicam uma quebra brusca na produção, questionamos se eles traduzem uma ineficácia na recolha dos dados, ou, se pelo contrário, refletem um «mau ano para a batata», de imediato ultrapassado pelas safras seguintes, ou, então, correspondem ao início de um longo período, que, por motivos, que desconhecemos, conduziram a um declínio na produção do tubérculo, ou, simplesmente, dão continuidade a valores, como os de 1848, que, prolongar-se-iam até ao século XX.

Aventamos esta última hipótese em função do testemunho prestado pela população castreja, com mais de sete décadas de vida, quer dos lugares «fixos», quer das *verandas*, que não se cansou em nos recordar a escassez de alimentos[642] que caracterizou, não só os seus primeiros anos, como *os tempos dos pais e avós*, em virtude da sobrevivência depender do centeio, pois a cultura da batata, apenas adquiriu importância económica quando se começou a escoar para outros lugares, atingindo o expoente máximo a partir das primeiras décadas do séc. XX.

Ora, se o centeio era a cultura, exclusivamente consumida na alimentação, quer do homem, quer dos animais, a batata era sinónimo de valor fiduciário, assim como o gado de pastoreio.

Excetuando-se os lugares «fixos» e, nestes, os Ribeiros, o de Baixo e o de Cima, além das *verandas* castrejas e as da Gavieira, a que acrescentamos a aldeia galega de Taboazas, espaços cujas condições naturais, nomeadamente as climáticas, apenas, permitem o desenvolvimento de um único cereal de sequeiro, o centeio, todo o «Lima raiano», nos últimos séculos, coloria-se por uma policultura, em que sobressaíam a cultura cerealífera de regadio, concretamente, a do milho *grosso*, sem se esquecer as manchas descontínuas de trigo e dos linhares, além das da vinha cuja produção exemplificamos, no séc. XIX, com o caso do Soajo (Fig. 130 – gráfico – *Produção vinícola no concelho do Soajo, 1835/1851*)[643].

Independentemente do grau de fiabilidade, os valores permitem admitir a imprevisibilidade das produções, muito dependentes das condições climáticas, evidenciando-se, para este período, as vindimas de 1849 e 1850, como as menos produtivas[644], apesar de se conseguir «o vinho mais temporão da província»[645].

---

[641] Todas as estatísticas recolhidas no séc. XIX terão que ser consideradas partindo da probabilidade de uma grande margem de erro devido à dificuldade em se obter, da parte dos agricultores, os verdadeiros valores das produções. Como exemplo, se em 1851 a produção de batata foi de 1 000 alqueires, de acordo com a mesma Fonte, em 1854, já seria de 23 000 alqueires.

[642] «(...) seus ordinarios frutos são centeyo, & pouco milho miudo (...) bastantes nabos, menos couves Gallegas (...)» COSTA, 1868: 300.

[643] Para os anos 1839, 1846 e 1847, a Fonte, sem justificar, refere «valores não declarados».

[644] A Fonte, em jeito de nota, refere para a colheita de 1850, mas sem justificar, que se tratou «da mais escassa que tem havido no concelho».

[645] «(...) é de tão bom clima a terra que o vinho é o mais temporão na província (...)» COSTA, 1868: 230.

Se as Fontes escritas, lusas e galegas, não nos dão informação suficiente sobre os espaços efetivamente ocupados pela vinha, aventamos, em função dos diálogos que encetámos com a população de ambas as nacionalidades, que os patamares vitícolas de há, sensivelmente dois séculos, não difeririam, em substância, dos matizes conferidos pelas cepas dos meados do séc. XX, que se distribuíam pelas cotas que não ultrapassavam, em média, os trezentos metros, com exceção para as encostas «soalheiras», ou seja, as abrigadas dos ventos frios de norte e de leste (Fig. 131 – mapa – *Lima raiano luso: Culturas em meados do séc. XX*).

De facto, no intervalo de dois séculos não se teriam verificado alterações significativas nas cores e tonalidades da mancha cultivada em toda a área que estudámos (Figs. 127 e 131).

A vinha continuaria a cobrir as parcelas mais abrigadas e com melhor exposição à incidência dos raios solares, enquanto as duas culturas cerealíferas expandir-se-iam por todas aquelas courelas que, independentemente da dimensão, ou do declive, poderiam contribuir no aumento, ainda que reduzido, da produção do agregado familiar.

Antes de prosseguirmos, recordamos que nos encontramos perante uma cartografia que, a exemplo do mapa das culturas do séc. XVIII e pelos mesmos motivos, nos permite, apenas, uma leitura qualitativa sobre a distribuição das principais espécies cultivadas há, sensivelmente, cinco a seis décadas, tendo como fonte a informação que recolhemos junto das populações, no período de três anos (2002-2004).

Como a técnica de cultivo principal, com exceção para Castro Laboreiro, para as *verandas* da Gavieira e para Taboazas, era a rotação anual, ou bienal, da cultura «rica», o milho, com a «cultura» pobre, o centeio, optámos na representação cartográfica por mencionar, para cada lugar, o cereal dominante (Fig. 131).

Contudo, nas aldeias em que era o milho a «impor-se» na paisagem, sempre existia, o matiz do centeio, com a batata a «colorir» parcelas de dimensão reduzida, por princípio, nos quintais.

O linho, a exemplo dos meados do séc. XVIII, manteria, sensivelmente, os «seus espaços», pois nem a Gavieira, ou Castro Laboreiro, Ermida, ou Germil, em Portugal, e Taboazas, na Galiza, reúnem condições climáticas favoráveis ao seu desenvolvimento.

Evidenciamos, em Castro Laboreiro, os prados, os *campos* de forragens regados ao longo de todo o ano, pela expressão «verde» que tão bem se distingue dos tons amarelos e castanhos que dominam a paisagem castreja. (Fig. 131), além de corresponderem aos espaços que proporcionavam *o maior rendimento* aos agricultores.

Contudo, era o centeio a única cultura cerealífera que emergia na paisagem castreja, em alternância, ou com a batata, a cultura mais exigente, ou o pousio[646], em que proliferavam as *forragens/restolho* utilizadas como pastagem para os animais de pastoreio.

[646] Se a rotação bienal era a mais frequente, de acordo com a espessura dos solos, era frequente o pousio atingir dois ou mais anos.

(Quadro 27 – *Um calendário agrícola nos espaços de centeio, meados do séc. XX, em Castro Laboreiro e na Gavieira*).

Ao semear-se em finais de Agosto, princípios de Setembro, para ser cortado no Junho/Julho seguintes, o ciclo evolutivo da pragana correspondia a um ano agrícola, quer em Castro Laboreiro, quer nas *verandas* da Gavieira[647] (Quadro 27).

A plantação da batata exigia uma preparação «cuidada» do solo, sinónimo de se tornar necessário estrumar, ato único na rotação completa. Uma vez o tubérculo extraído no mês de Agosto procedia-se, de imediato, à sementeira da pragana, ou seja, nos finais do mesmo mês de Agosto, podendo-se prolongar até Setembro.

Há a evidenciar a duração mais prolongada, cerca de dois meses, do ciclo da batata nas *inverneiras* castrejas, em virtude da irrigação praticada (Quadro 27).

Relembramos que neste calendário agrícola estavam excluídos os lugares dos Ribeiros, o de Cima e o de Baixo, em virtude de já se praticar a cultura do cereal mais rico, remetendo-se os espaços de centeio e batata para altitudes superiores, as das *verandas*.

No Lima em estudo dominava na mancha cultivada o milho *maís* (Fig. 131), frequentemente consociado ao feijão, que constituíam as culturas de Verão, para no Inverno serem substituídas pelo centeio, os fenos e, ou, os *lameiros*. A batata, cultura intercalar, desenvolvia-se, sensivelmente, entre Fevereiro/Março a Junho/Julho e Agosto (Quadro 28 – *Um calendário agrícola nos espaços do milho maís, meados do séc. XX*), mês em que se procedia à sementeira do milho, o *serôdeo*, ou, *centeeiro*[648].

Os solos na *veiga*, a exemplo de outros aráveis, eram categorizados de acordo com as suas potencialidades, que dependiam da escassez, ou, abundância da *água de rega*, verificando-se, assim, rotações de culturas, cujo intervalo variava, por princípio, entre um período mínimo de um ano, a um limiar máximo de dois, ou, mais anos.

Por curiosidade, a população distinguia na *veiga* as parcelas, ou seja, as *leiras* que se distinguiam pela «abundância» da água, por se encontrarem próximas das nascentes, que brotam caudais, cujo débito armazenado nos respetivos *poços*, permitiam no período estival a cultura do milho graúdo consociado com o feijão, enquanto no Inverno se desenvolviam os *lameiros* onde se praticava a *água de lima*.

Contudo, o volume principal da *água de rega* provinha das linhas de água, as *corgas*, muito distanciadas dos espaços de cultura, pelo que as parcelas *com mais água*, ou seja, aquelas em que a ação da gravidade favorecia a chegada do caudal, destinavam-se à cultura do centeio em rotação com o milho serôdio[649], deixando-se as outras parcelas, sempre

[647] A produção do centeio e da batata fazia-se quase e só nas *verandas*. O solo arável das aldeias principais era para a cultura do cereal rico, o milho graúdo.

[648] Designação dada pelos soajeiros.

[649] Para as cultura do milho semeado em Junho, na sequência da *segada* do centeio, optava-se pelas *veigas* em que *se podia regar até mais tarde*, sensivelmente até finais de Setembro, em virtude do débito de água a utilizar permitir a rega em finais do estio.

sinónimo de *pouca água*, para o centeio que alternava com *forragens/restolho* (Quadros 27 e 28).

A estrutura fundiária que caracterizava, de um modo global, a *veiga*, a extrema fragmentação e dispersão da parcela jurídica, exigia que se elaborasse um calendário agrícola enquadrado por um conjunto de normas de funcionamento, previamente estabelecidas em assembleia coordenada pelas respetivas Autarquias, que no Lindoso reunia os proprietários mais *encabeçados*[650], e na Ermida todos os agricultores.

As decisões tomadas eram cuidadosamente concretizadas pelos agricultores de ambas as freguesias, pois, caso contrário, teriam, ou, uma simples advertência, ou mesmo, o pagamento de uma multa, a aplicar pelos regedores, cabos e zeladores.

Era nestas reuniões, os *adjuntos*, que se decidia as normas a aplicar ao longo do ano agrícola, além da marcação dos dias exatos para a execução de tarefas, como as sementeiras e as ceifas, acrescidas no Lindoso pelas vindimas. Eram trabalhos obrigatoriamente efetuados em simultâneo por todos os agricultores, para assim, se evitar danos irremediáveis nas culturas dos prédios vizinhos, com dimensão jurídica tão reduzida, em virtude de envolverem um maior número de braços e a utilização de bovinos, ou melhor, dos carros de bois.

Assim, os dias de trabalho intensivo exigiam muita mão-de-obra, pelo que se recorria aos residentes nas aldeias limítrofes, no caso dos agricultores do Lindoso, predominantemente aos moradores do Soajo e da Ermida, enquanto estes, por sua vez, solicitavam, também, a mão-de-obra de Lourido, Froufe e Mosteirô.

Fainas agrícolas, que pelas peculiaridades de que se revestiam, interligavam as aldeias limianas através dos fortes laços de solidariedade e entreajuda, urdidos ao longo de muitos séculos, num esforço em ultrapassar as adversidades recorrentes de um meio ambiente muito difícil.

Se no Lindoso *todos os proprietários na veiga* tinham que cumprir as datas estipuladas para a realização das tarefas agrícolas, um prazo, por sinal muito limitado, como era o único dia estipulado para a ceifa, isto é, a *segada* do centeio, logo continuado, no dia seguinte, pela sementeira do milho serôdio[651], na Ermida, o período previamente estabelecido determinava dois a três dias para a realização da mesma faina agrícola, a *segada*[652].

---

[650] Proprietários com o maior número de prédios agrícolas, os *cabeceiros*, localizados na *veiga*.

[651] Com a sementeira do milho temporão, em Abril/Maio, as datas marcadas também eram para se cumprir, contudo, no Lindoso, as tarefas que a envolviam, como as *lavradas* e *estrumações*, faziam-se num período mais prolongado, pelo que não se tornava necessário o recurso a mão-de-obra tão «concentrada».

[652] Recordamos que o dia da *segada* englobava, não só o corte, como o arrumar da pragana, ou seja, o *fazer os feixes* e a respetiva retirada, para, no dia seguinte, no caso do Lindoso, se proceder obrigatoriamente à sementeira do milho, que implicava a lavrada. Quem não cumprisse o calendário estipulado, assistia à perda, quase sempre total, da pragana, pois os vizinhos, para ter acesso aos seus *cabeceiros*, forçosamente, tinham que conduzir o carro de bois pela *seara*. Como *os proprietários mais ricos* podiam *chamar muita gente*, quase sempre, não necessitavam do dia completo para a *segada*, pelo que deci-

Um outro momento de trabalho muito intenso, que envolvia, também, muita mão-de-obra, correspondia à vindima no Lindoso, sempre marcada, em cada aldeia, para determinado dia de Setembro.

Quem não vindimasse no dia estipulado, corria o risco de perder as suas uvas, uma vez que outras tarefas se seguiam, como por exemplo, a *carrada do estrume*, ou seja *o mato*, que era cortado nos princípios de Setembro, mas, apenas transportado, após o dia da vindima, pois como *o carro vinha alto*, pisava e derrubava as uvas das *latadas*, sem se excluir a probabilidade do *roubo dos cachos*.

Em função dos ciclos vegetativos das culturas praticadas, em ambas as freguesias, tornava-se imperioso *fechar a veiga*, isto é, proibir a entrada dos animais e carros de bois, materializando-se nas *cancelas* e *portelos*, através dos arames e ramos que «urdiam» e interligavam as madeiras, hoje, substituídos, maioritariamente, pelos portões em ferro.

Enquanto as *veigas* no Lindoso estavam *fechadas*[653] de finais de Janeiro a Outubro, o período compreendido entre a sementeira do centeio, *em margens*[654], e o corte dos milhos, com a exceção dos três dias correspondentes à ceifa, à sementeira do milho serôdio e ao da vindima, na Ermida estavam *abertas* desde a *colheita dos milhos*, em Outubro, até às sementeiras do centeio, em finais de Novembro, além dos dias em que se procedia às *segadas* e sementeiras do milho e feijão.

Contrariamente ao Lindoso, nas *veigas* da Ermida nunca existiu a *cevadura*[655], o que não significava que os animais, no Inverno, não pastoreassem e *rilhassem* os *fenos/restolho* das *leiras*, que aguardavam a sementeira do milho temporão. Sendo assim, o pastoreio exi-

---

diam ajudar o vizinho, que *era pobre e andava com pouca gente*, terminando-se, assim, o trabalho umas horas mais cedo. Uma das normas, rigorosamente cumpridas, traduzia-se no facto de, uma vez todo o centeio ceifado e recolhido, os agricultores aguardarem, junto da cancela, o toque da *corneta*, pelo zelador, a permitir a entrada na *veiga* a fim de se lavrar os *cabeceiros* e se proceder à sementeira do milho serôdio. Na Ermida, os costumes eram sempre «mais brandos», uma vez que, caso se mantivesse a mancha de centeio, o vizinho para passar com a *jugada* para a lavrada do milho, ceifava *um traço* correspondente ao caminho. Além disso, apesar de serem estipulados dois a três dias para a sementeira do milho, quem não pudesse cumprir, naturalmente, transferia para uma data, sempre próxima, mas a mais conveniente.

653 Dizia-nos um octogenário, residente no Castelo do Lindoso, em Março de 2003: *O zelador tocava uma buzina, juntava o povo e avisava: «amanhã vai-se fechar a veiga»*.

654 Havia «duas técnicas» na sementeira do centeio. O centeio de *margem* e o centeio de *leiras*. Aquela, o centeio de *margem*, a mais vulgarizada, após a leira lavrada estendia-se o estrume, misturava-se no solo com uma grade, ou então, se a parcela fosse pequena, com uma sachola e, finalmente, *margeava-se*, isto é, cavavam-se sulcos, sensivelmente distanciados uns setenta centímetros, ficando os espaços intersulcos mais altos, as *margens* com o centeio, o que permitia um melhor escoamento da água das chuvas. No centeio *de leira*, muito menos praticado, pois só se procedia desse modo, quando se semeava em Outubro, lavrava-se a parcela, semeava-se o centeio e estrumava-se apenas em Janeiro, deitando-se estrume miudinho por cima da leira.

655 Praticava-se a *cevadura* apenas na *veranda* dos Bilhares, de Dezembro até meados do mês de Março, época em que se iniciavam os trabalhos de preparação do solo para a cultura do milho temporão. Durante este período, todo o gado da aldeia, em manada, pastoreava por todas as parcelas da *veranda*, desde o dia de Natal até ao Ano Novo, ou seja, oito dias. A partir do Ano Novo, os *Bilhares continuavam abertos*, mas, segundo combinação entre todos os proprietários, o gado ia, *à vez*, de quinze em quinze dias, de manhã para a *veranda* regressando por si ao lugar no final da tarde.

gia uma vigilância muito atenta do proprietário, que impedia, deste modo, a entrada abusiva do seu gado nos pastos dos *cabeceiros* vizinhos, que atingem, de facto, dimensões muito reduzidas[656].

Perante uma estrutura fundiária tão fragmentada e para evitar a invasão dos animais nas pastagens alheias, na Ermida, redimensionava-se, para um período fugaz, o do pastoreio em solos cultivados, as áreas da pastagem, com a troca dos *restolhos* entre os proprietários vizinhos, enquanto o gado era, obrigatoriamente, vigiado pelo pastor, o respetivo dono.

Se nas *veigas* da Ermida as forragens sempre foram consumidas diretamente pelos animais em pastoreio, nas do Lindoso, nos *terrenos fundeiros*, parcelas que têm maior abundância de água, no Inverno existia o *lameiro*[657], em que a associação herbácea[658] se submetia a vários cortes, inclusive ao da semente, no mês de Abril, para em finais do mesmo mês, a princípios de Maio, se proceder à sementeira do milho temporão[659].

Se as *veigas* da Ermida e do Lindoso constituem, em nossa opinião, uma amostra representativa do universo luso em estudo, evidenciamos detalhes, que entendemos serem curiosos e que distinguem as outras *veigas*, mesmo, nas formas de «gestão».

Em termos «arquitetónicos», a *veiga* de Vilar de Suente (Fig. 126) não se encontra delimitada por um muro exterior, o *cordão*. Além disso, depois dos milhos cortados, em finais de Outubro, ficava *aberta à ceivadura*, em que o restolho e forragens espontâneas eram franqueadas a todos os animais da aldeia, bovinos e pequenos ruminantes, independentemente de os donos nela possuírem parcelas de cultivo. Esta abertura a todo o gado da aldeia justificou o descontentamento de proprietários dos *cabeceiros*, que decidiram vedar, através de muros em pedra as respetivas *leiras*, protegendo, assim, as forragens que entendiam pertencer aos seus gados.

Por curiosidade, não podemos deixar de referir a surpresa que sentimos, quando, pela primeira vez, entrámos na *veiga* de Vilar de Suente, pois fizemo-lo, após o estudo cuidado

---

656 Sensivelmente de finais de Outubro a finais de Janeiro a *veiga* estava *aberta*. A expressão *veiga fechada* era sinónimo que a entrada estava vedada aos animais, nomeadamente aos bovinos e respetivos carros para transporte, pois os donos dos *cabeceiros* sempre o podiam fazer através das sendas estreitas que ladeavam as parcelas, sem prejudicarem o ciclo evolutivo das diferentes culturas. O dia de abertura e encerramento da *veiga* para pastoreio dos animais era, também, estabelecido em *adjunto* coordenado pela Autarquia.

657 Designação atribuída à parcela coberta por forragens semeadas, regadas no período invernoso, e por isso, desenvoltas e verdejantes, justificando-se os vários cortes, através da foucinha, pelo que se proibia o pastoreio.

658 Constituída pelas ervas *molar* e *castelhana*. Procedia-se em Agosto/Setembro, entre o milho em maturação, à sementeira da forragem praticando-se no Inverno a *água de lima,* ou seja, a técnica de rega traduzida na cobertura contínua do solo, ou melhor, do *lameiro* por uma fina película de água, que não só favorece o ciclo vegetativo da forragem, como exerce uma função de proteção das geadas.

659 Na Ermida, fora da *veiga*, existem os *campos*, *campos bravos*, as parcelas das forragens, que nunca foram semeadas, mas irrigadas no Inverno, caso o entendesse o proprietário. Nos *campos* pastoreavam os animais, sensivelmente até Março, mês em que são fechados para se permitir o desenvolvimento da forragem, de modo a ser cortada em Junho/Julho, a fim de se conseguir feno seco, o alimento dos animais nos dias mais rigorosos de Inverno.

das outras *veigas*, mas da margem esquerda. Ao entrarmos, como é normal, pela *cancela* que dá acesso ao caminho principal, de imediato nos ressaltou, de ambos os lados, as parcelas de dimensão muito reduzida, completamente vedadas, por muros em pedra, com uma certa desenvoltura, em oposição total à sensação de espaço amplo e «livre», que sentimos em qualquer uma das do Lindoso, Britelo, Germil, ou, Entre Ambos-os-Rios, por exemplo. À medida, que se progride, as vedações sucedem-se, e, em pleno «coração» fomos, novamente, surpreendidos, mas, pela eira com os respetivos espigueiros, muitos deles totalmente destruídos.

Diremos que, em termos de morfologia agrária, a *veiga* de Vilar de Suente (Fig. 126) distingue-se no «nosso» Lima luso pelas vedações dos cabeceiros construídas por blocos de granito sobrepostos e, as mais recentes, por redes de arame, além da eira e os espigueiros de forma variada, não esquecendo, no âmbito estrutural, a oliveira majestosa, provavelmente multissecular, pertencente a quinze proprietários, que, outrora, arrecadavam, após a safra e partilha equitativa, uma concha da mão de azeitona.

Deixemos o caso de Vilar de Suente para referenciarmos o caso das *veigas*, que se distinguiam pela prática, ou não, da *cevadura*, como, por exemplo, as de Entre Ambos-os--Rios.

Na *veiga* de Meãs, *propriedade dos residentes da Igreja*[660], *Tamente*[661] *e Froufe*[662], em parte submersa pela albufeira de Touvedo, aberta, como era usual, após o *corte dos milhos*, permitia-se a *ceivadura* para os bovinos em Dezembro, antes do Natal, para no dia do Ano Novo se estender aos ovinos. Nas mesmas aldeias, mas, nas restantes *veigas*, os animais pastoreavam nos restolhos dos proprietários, devidamente vigiados (Fig. 126).

Referimos Sobredo com as duas *veigas*, a do lugar em que se verificava a *ceivadura* e uma outra em que o gado pastava, mas, nas parcelas dos donos. Em Lourido, a aldeia «mais alta» da freguesia, com as suas oito *veigas*, semeava-se o centeio em Fevereiro, encerrando--as, de imediato, para reabrirem, após *o corte dos milhos*. Contudo, a *cevadura* praticava-se, em dias marcados, de Dezembro a Fevereiro, permitida a todos os animais, bovinos, ovinos e, até, caprinos, que pastavam, livremente, por todas as parcelas (Fig. 126).

Não podemos deixar de recordar as duas veigas da Várzea, a de Cima e a de Baixo, apesar de submersas, nos inícios da década de noventa, pela albufeira do Alto do Lindoso. Se após *o corte dos milhos*, as *veigas eram abertas*, o que possibilitava a pastagem nos *restolhos* dos proprietários, no mês de Maio, durante uma a duas semanas, de acordo com a «pujança» do *restolho*, fazia-se a *ceivaria*, para *rilhar* toda a erva procedendo-se, de imediato, à sementeira do milho nas datas estipuladas.

---

[660] Distinguimos, além da *veiga* das Meãs, as da Vinha de Cima, Lameira e Baldrega, em que cada proprietário conduzia os seus animais para os respetivos *cabeceiros*.

[661] A *veiga* de Farsamente foi submersa pela albufeira de Touvedo.

[662] Em Froufe, além da *veiga* das Meãs verificava-se a *ceivadura* na *veiga* das Varzielas.

Em todas as aldeias em estudo todos os agricultores, lusos e galegos, levavam os seus animais a pastorearem nas parcelas com *restolho*, enquanto aguardavam o mês de Maio para procederem às sementeiras do milho. Contudo, onde não existia o *uso e costume* da *cevadura*, cada agricultor conduzia os animais para os seus *terrenos* e vigiava-os, devidamente, para que não atingissem as *leiras* dos vizinhos.

Instituição costumeira, a da *cevadura*, que se esvaiu, a exemplo de outros *usos e costumes,* em função das profundas alterações socioeconómicas verificadas nas comunidades raianas e resultantes do intenso êxodo rural das décadas de cinquenta/sessenta do século passado.

Transformações sociais que se repercutiram nas manchas culturais, nomeadamente na redução drástica dos espaços de cultura, em 2003 (Fig. 132 – mapa – *Lima raiano: Culturas em 2003*).

Se nas aldeias, ainda, encontrámos parcelas coloridas pelas duas culturas cerealíferas «tradicionais», o que nos permitiu elaborar uma cartografia, segundo os critérios que utilizámos nas representações cartográficas da distribuição das culturas, quer para o séc. XVIII, quer para os meados do séc. XX, a tónica dominante são os espaços em *pousio*, ou, devidamente «limpos», porque são todos os anos devidamente «aparados» e roçados, ou, votados ao crescimento espontâneo das ervas daninhas e dos silvedos, em pleno estádio de «abandono».

Contudo, a leitura qualitativa do mapa (Fig. 132) permite-nos inferir que se verificou em toda a área em estudo, mas, principalmente na galega, uma redução muito acentuada da vinha, destacando-se as parcelas de monocultura, embora com dimensão reduzida, em Caballeiros, Ferreiros de Baixo, Igreja (Britelo e Entre Ambos-os-Rios), Sobredo, Tamente e a «vila» do Soajo.

Se na Galiza a vinha tradicional foi eliminada, em Portugal mantém-se nas parcelas onde ainda se cultiva o milho, ou, naquelas em que ainda se faz o corte das ervas daninhas, mas, apesar de tudo, antevê-se, num futuro próximo, o seu desaparecimento, caso não se verifique a utilização de técnicas que garantam a sua «sobrevivência».

Os linhares desapareceram na totalidade, de ambos os lados da fronteira, enquanto os espaços de batata, surgem «envergonhados» e confinados a parcelas com dimensão reduzida, colorindo, por princípio os quintais.

Em nota de síntese limitar-nos-emos a recordar que se a cultura cerealífera, a do milho e, ou, a do centeio, foi determinante nas cores e tonalidades dos espaços em estudo, assim como nos modos de vida das comunidades, o seu desaparecimento remete-nos para um Lima raiano cuja sobrevivência depende de novas atividades, as decorrentes da reorganização da agro-pastorícia, associada à reutilização de outros recursos endógenos, que são variados, mas, cujo sucesso em muito dependerá da vontade e do querer dos seus habitantes.

5.3.3. Regadios e sistema de rega

Espaços cultivados de regadio em que se destacava a cultura cerealífera, o milho *grosso*, ou as forragens no *campo*, como em Castro Laboreiro, com exceção para os Ribeiros, e Taboazas, exigiram a implementação de um sistema de rega, que teve em comum as mães de água, as *corgas*, as linhas de água com caudal muito variado, além das nascentes, por vezes, localizadas nos próprios espaços de cultivo.

Quando o sistema de rega se baseia no aproveitamento das *corgas*, em termos globais, traduz-se no desvio, quase sempre, em diferentes secções do leito, de parte do caudal para reservatórios, os *açudes* ou *poças*, cujo débito escoado por condutas, os populares *regos*, constituem as *levadas*, que circulam em função da força viva justificada pelo declive dos espaços, que as separa da parcela a irrigar, ou, quando se «alimenta» das nascentes, cuja débito é armazenado, também em *poças*, depende, de igual modo, do gradiente do relevo, para justificar uma velocidade, que permita ao caudal atingir a área a irrigar.

De um modo muito sintético, diremos que o sistema de rega no «nosso» Lima de raia, mais do que depender propriamente das mães de água, quer se trate de uma *corga*, quer de uma nascente, existe em função da força viva da *levada*, ou do caudal do *rego*[663], justificados pela velocidade que atingem, sempre de acordo com o declive da área a percorrer.

Sistema de rega que se fundamenta num princípio base, *o direito adquirido por todos os proprietários* de parcelas de cultura, *a possuir água para regar*, que é distribuída proporcionalmente à área cultivada.

Como a implementação de um sistema de rega, independentemente das «variáveis», que integre, envolve a partilha entre os agricultores de um bem comum, a água, desde sempre, exigiu uma coordenação eficiente pelas autoridades da aldeia em colaboração com os residentes, os verdadeiros interessados na partilha justa e equitativa do bem em divisão.

Sistema de rega que se distingue pelos esquemas implementados num período específico, o estival[664], e que variava de acordo com as aldeias, quer pelas datas limites, ou seja, a determinação do dia em que, respetivamente, se iniciava e terminava, o período «oficial» da partilha da água, quer pelas normas rígidas, que incluíam os critérios adotados na medição das água a utilizar pelos diferentes *consortes*, ou pela determinação do intervalo entre

[663] Por princípio, as populações deste Lima de raia, como em todo o Noroeste, reservam a expressão *levada* para o caudal de água mais volumoso, que pode atingir quilómetros de extensão, logo, o mais importante, que irriga uma área cultivada de dimensões muito significativas, enquanto o *rego* é a conduta na qual circula, em termos comparativos, um volume de água mais reduzido, muito menos extenso, logo, a irrigar uma área de dimensões bem mais limitada.

[664] Na parte restante do ano, ou seja, sensivelmente nove meses, não existia calendário previamente estipulado, dependendo a rega da decisão espontânea e exclusiva do agricultor, e caso houvesse vários interessados em simultâneo, utilizava-a aquele *que chegasse primeiro*. Por exemplo, nos *lameiros*, em que se praticava a *água de lima*, e se tornava necessário *limar* durante a noite, acontecia, frequentemente, o agricultor *encarreirar* a água para o seu *cabeceiro*, por exemplo, à uma hora da madrugada e quando chegava de manhã, a água já ter sido desviada para o *cabeceiro* vizinho.

duas regas consecutivas, que variava em função do total do volume de água a distribuir por toda a área cultivada na aldeia.

Uma multiplicidade de «variantes» distinguem os esquemas de rega, nomeadamente, os implementados na mesma aldeia, razão pela qual optámos por selecionar exemplos, em nosso entender significativos, da realidade que pretendemos questionar.

5.3.3.1. Singularidades de um sistema de rega

Optámos por selecionar esquemas de rega implementados, no período estival, em quatro freguesias lusas, na margem esquerda, no Lindoso e na Ermida, e na margem direita, no Soajo em Castro Laboreiro, a fim de refletirmos sobre os comportamentos da população perante a necessidade da melhor rentabilização de um bem comum, *a água de rega.*

Comecemos pelo Lindoso, pelas três aldeias, com particularidades muito específicas nos esquemas de rega.

Se no Castelo, a água é emprazada nos poços de grandes dimensões, as *poças*[665], também nomeadas por *açudes*, construídos junto das nascentes, por princípio, nos cimos afastados do lugar, em Cidadelhe e em Parada, destacam-se as linhas de água, as *corgas*, das quais se desvia parte do caudal, em secções várias, de acordo com o declive, para ser armazenado em reservatórios, as *poças,* ou, *açudes,* que são, sempre, interligados às parcelas de cultivo por condutas a céu aberto, outrora, em terra, escavadas no solo, atualmente, devidamente revestidas pelos materiais da modernidade, o cimento[666] (Fig. 133 – mapa – *Lima raiano luso: Rede de «alimentação» do sistema de rega, aldeias-amostra*).

O intervalo entre duas regas consecutivas da mesma parcela varia segundo as aldeias, em função da abundância, ou, não, da água. Assim, enquanto no Castelo, a aldeia com menos água, o período pode ser, consoante os espaços a irrigar, as *veigas*, de quinze, dezoito e dezanove dias, em Parada e Cidadelhe é sempre de oito dias.

Em Parada e Cidadelhe a divisão, ou, partilha da água fazia-se de modo diferenciado, consoante se tratava da *água da corga,* ou, *água das nascentes.*

Exemplifiquemos com a partilha da água em Parada, que se efetuava, em reunião dos interessados sob a coordenação da Autarquia, nas semanas que antecediam o início do período de rega de Verão, começando pela *água das corgas* (Fig. 133).

---

[665] Distinguimos no Castelo três grandes poças, que de manhã eram fechadas no momento em que o sol incidisse no *portão do sol*, ou seja, num dos torreões do castelo, o que exigia aos regantes iniciarem a rega, ainda, na penumbra da madrugada, enquanto, à tarde, a mesma tarefa era executada, quando o *sol desaparecesse por trás das antenas espanholas.*

[666] Se todos os proprietários dos *cabeceiros* têm direito a água para regar, ela é distribuída de acordo com a área cultivada, que é avaliada em *carros.* Unidade de medida em que um *carro* de terra equivale, sensivelmente, a 100m^2, que se subdivide em *meio carro, um quarteirão e meio quarteirão.*

Se o intervalo de rega para qualquer parcela é de oito dias, com o levantamento do total dos regantes, *os regadores*, assim como dos *carros de terra* que possuíam, de imediato, se determinava não só o número de regantes como as áreas a irrigar, *em carros de regadio*.

Nas três secções da ribeira das Mulas[667], a cotas diferenciadas, localizavam-se os *regos*, que eram dois por secção, a níveis diferenciados, que conduziam a água emanada da *corga* aos reservatórios, os *açudes*, que se encontram próximos, mas a níveis também distintos (Fig. 133).

Se os dois *açudes* de uma secção eram *tapados* ao *sol-posto*, *o abrir a água* verificava-se no *açude de baixo*, pela manhã, à hora que se entendesse, mas, *nunca antes de se começar a conhecer o dinheiro*, isto é, sem que o raiar da aurora permitisse distinguir as diferentes moedas, e *no açude de cima*, pelas duas da tarde.

Ainda para que o volume de água utilizado fosse distribuído do modo mais equitativo possível, alternavam-se as semanas de rega, isto é, os mesmos regantes, numa semana, começavam por *esvaziar* o *açude de baixo*, para, na semana seguinte, iniciarem o escoamento pelo *açude de cima*.

Em relação à partilha da água das nascentes, também se processava em modos equitativos, mas, a unidade de medida era a *polegada*, que regava *um carro de terra*. Se todos os *poços*, quer se situassem dentro, quer fora da *veiga*, se fechavam, sempre, ao pôr-do-sol, a abertura já era mais variável. Assim, se por princípio, se *tapavam os poços* duas vezes por dia, depois de se terem esvaziado, às nove horas da manhã e ao pôr-do-sol, casos havia em que se abriam, apenas, ou, de manhã, ou, da parte da tarde, de acordo com a «pujança» da nascente.

Para se ter a certeza da distribuição equitativa da água e como *a força da nascente* vai diminuindo à medida que o Verão avança, diariamente, antes da *abertura do poço*, espetava-se uma vara, que atingia o fundo, medindo-se, assim, o nível do espelho de água, que era marcado com um baraço, *o atilho*, que se atava nessa mesma vara. Depois, era dividir e marcar, também na própria vara e com outros *atilhos*, as *polegadas* que cabiam a cada regante, de acordo com *os carros de terra* que cada um possuía e, logicamente, com a quantidade de água, que havia para distribuir[668].

Hoje tudo é diferente, em virtude da redução acentuada da área cultivada, quase não se tornando necessário, cumprir os horários da rega, nem, muito menos, proceder à partilha tão exaustiva do total do volume de água pelos respetivos regantes.

Mas, outros *hábitos costumeiros* se implementaram na Ermida, em que as mães de água são *corgas*, afluentes do «rio» Froufe e da ribeira de Carcerelha (Fig. 133).

---

[667] Atualmente, apenas se utilizam os *açudes* correspondentes à secção mais elevada.

[668] Encontrámos o mesmo processo na partilha da água das nascentes na «vila» do Soajo (poça de Novás) e em Paradela, por exemplo.

A população distingue *a água grande*, *a forte*, em virtude do volume considerável da carga líquida e a *água pequena*, como a própria designação o pretende traduzir, caudal com volume modesto.

A *água grande* resulta do *desvio* de parte do caudal da linha de água resultante da confluência das ribeiras da Cova e da Freiria, a montante da *veranda* dos Bilhares que, à medida que o declive diminui, se ramifica em outras *levadas*, destacando-se a que rega toda a *veranda* e aquela que, a cotas mais baixas, irriga, predominantemente, a área cultivada que envolve a povoação (Fig. 133).

Em plena *veiga* destacam-se duas *poças*, muito importantes no sistema de rega, que armazenam parte da *levada principal* que atinge o *povo*.

A *água pequena*, considera-se a da Lomba, a proveniente do desvio de parte do caudal de uma *corga* afluente da ribeira de Carcerelha, e a de Massuídos, *poça* que armazena, em plena aldeia, os excedentes das denominadas *poças grandes* (Fig. 133).

Há, também, pequenos *poços* que armazenam a água, que brota das nascentes, mas, considerados pouco significativos no regadio.

A unidade de medida da água é *o meio-dia completo*, que irriga uma área de cinquenta e três rasas e meia de *semeadura*, o que significa, por princípio, que são vários os *consortes* a partilharem esse *meio-dia de água*[669].

Como esta equivalência, assim como a medição *em rasas de semeadura* das *leiras* da *veiga* e dos *campos* de feno, estão estipulados desde *tempos imemoriais*, todos os anos, antes do início do período de regadio, compreendido entre 13 de Junho e 29 de Setembro, apenas se corrigem as possíveis alterações na dimensão da exploração agrícola que, por ventura, se verificaram no decorrer do ano, devido a transações de parcelas jurídicas, ou, a heranças familiares, procedendo-se, em seguida, ao *sorteio da água*[670].

Pelo *sorteio da água* permite-se a alteração dos dias da semana em que se regam as *leiras* da *veiga* e os *campos* de feno, caso *sobrasse água dos milhos*, assim como os vizinhos com os quais se partilhou o *meio-dia de água* no ano anterior[671].

No calendário da rega alterna-se a *água grande* com a *água pequena*, regando-se, sempre, de três em três dias (Quadro 29 – *O calendário de rega na Ermida*), o que significa que se *forgam* dois dias consecutivos.

O tapar das poças regulava-se pelo movimento diurno aparente do sol. Ao fim da tarde, e para todas as *poças*, pelo pôr-do-sol, enquanto no início da manhã, pela incidência dos raios solares em sinais gravados, para a *água grande*, na *soleira* da entrada na torre da Igreja, para a *água pequena*, no bloco de granito da margem de um caminho, hoje des-

[669] Quando a área cultivada de um *cabeceiro* é inferior a cinquenta e três rasas e meia, é *somada*, sucessivamente, às áreas vizinhas, de modo a atingir-se *a medida de terra* estipulada à irrigação de *meio-dia* de água.

[670] Todo este trabalho que antecede o período de regadio é feito por três agricultores, que, anualmente e à *vez*, se revezam.

[671] A troca de vizinhos justificava-se em função dos desentendimentos que, por ventura, tivessem surgido.

truído, em virtude do alargamento para o acesso ao automóvel. Em pleno século XXI, simplesmente se utiliza como referências o pôr-do-sol e as nove horas da manhã[672].

Antes de se iniciar o período de rega, torna-se necessário a limpeza e a reparação das *levadas* e *poças*, cujos trabalhos se combinam no *adjunto* coordenado pela Autarquia, sendo efetuados por toda a comunidade, nas datas estabelecidas, seguindo-se-lhe a manutenção, sob a responsabilidade de doze elementos, os correspondentes aos doze *meios-dias de água*, distribuídos por grupos de três homens, que, semanalmente, percorrem toda a rede de irrigação na deteção de estragos, atualmente, muito frequentes, devido à densidade elevada do *porco-bravo*.

Não é só na Ermida que se realizam, em conjunto, as atividades de preservação de este tipo de património comum, mas, em toda a área em estudo, podemos constatar que cada comunidade, em cada ano, depois de reunida em assembleia convocada pelas autoridades, atualmente, a Autarquia, *xurra* as nascentes, as *poças* e *regos*, isto é, limpa-os e consertava-os, atitudes que ainda hoje se mantêm, apesar das diferenças impostas pela evolução positiva do nível de vida, como, por exemplo, na «vila» do Soajo, que nos anos setenta foi alvo de um «plano de rega» com forte intervenção estatal, pelo que este tipo de trabalhos, a partir de 1970, ficou sob a responsabilidade da respetiva *Associação de Regantes*[673].

Assim, na margem direita de este Lima raiano, destacamos o Soajo, em que o sistema de rega mais estudado e divulgado é, sem margens para dúvidas, o aplicado na «vila»[674] que, a exemplo de todas as aldeais por nós observadas, as mães de água são as *corgas* e as *nascentes*, evidenciando-se aquelas, as *corgas*, pelo impacto na organização da comunidade e pela dimensão da área irrigada que, por sinal, corresponde à rechã, suporte das maiores parcelas e com os solos mais férteis, que envolvem o *eido*.

Atualmente, as *corgas* são três, as da Giesteira, do Teixo e dos Martinhos, sendo aquela, a da Giesteira, elemento da bacia de Saramadigo, que termina, diretamente, no Lima, enquanto estas, a do Teixo e dos Martinhos, partes integrantes da bacia da Bordença, eclodem no «rio» Adrão (Fig. 133).

Desde *tempos imemoriais*, o rendimento agrícola das parcelas do *eido* dependia, primordialmente, dos volumes de água desviados, respetivamente, nas secções das *corgas* do Teixo e da Giesteira, acrescidos, como se torna evidente, pela águas de escorrência que, através de condutas a céu aberto, as *levadas*, eram armazenados, como ainda hoje, em duas

---

[672] Recordamos, que a exemplo das outras aldeias, também na Ermida, o calendário da rega é estipulado para a época estival, pois de Outubro a finais de Junho, a água *não entra na veiga*, em virtude de os vizinhos terem o direito de *não a deixar passar*, sendo, apenas, de *quem a meter nos campos*, isto é, nas parcelas de forragens, que nunca foram semeadas e nas quais o gado pode pastorear, sensivelmente, até meados de Março, mês em que são *fechados*, para que o feno cresça e seja cortado em Julho.

[673] A partir do «novo» plano de irrigação, os *consortes* passaram a contribuir com um pecúlio pela água consumida, que em Maio de 2004, era de dois cêntimos por minuto de rega.

[674] BRITO, 1953: 4-9. CALLIER-BOISVERT: 150-187.

poças que, pela capacidade de retenção do volume aquífero, continuam a ser as mais importantes, a das *Lages* e a das *Prezas* (Fig. 133).

De facto, nesses tempos, se o ano fosse seco, ou o Verão se prolongasse mais umas semanas, a escassez de água era notória, pelo que *poupar muito bem a água*, tornava-se um imperativo para a sobrevivência.

Esta situação foi ultrapassada, com a construção na década de setenta, de uma pequena represa, na bacia da Bordença[675], a *represa dos Martinhos*, a partir da qual se construiu uma extensa *levada*, com um comprimento de 3 606 metros, que debita um volumoso caudal ao longo das vinte e quatro horas, a *Levada Nova*, também conhecida pela *levada dos Martinhos* (Fig. 133).

Com esta obra de engenharia, a cargo dos Serviços Hidráulicos, o problema da escassez de água, para as parcelas cultivadas do *eido*, ficou resolvido, mas, verificaram-se alterações importantes nos velhos *usos e costumes* associados ao regadio, nomeadamente, na partilha da água.

A divisão anterior encontrava-se pormenorizadamente descrita num caderno, que datava de 1898, designado por *Bilheta das Águas do Eido*, copiado de um outro *mais antigo*[676] e substituído, na década de setenta do século XX, pelos novos registos de distribuição[677], devidamente, adequados às alterações implementadas pelo «novo» esquema de regadio, que, recordamos, envolveu, além das *poças* das *Presas* e das *Lages*, a *levada dos Martinhos*.

Não foi tarefa fácil elaborar um esquema, devidamente, adaptado ao novo sistema de regadio, respeitando-se, escrupulosamente, os *direitos adquiridos* desde os *tempos imemoriais*, como nos dizia um dos grandes dinamizadores da obra, um simpático octogenário, em Março de 2004.

Também há que não esquecer as parcelas de cultura localizadas a cotas superiores ao traçado da própria *levada*, que não beneficiam da nova obra hidráulica, uma vez que todo o sistema foi gizado tendo por base o aproveitamento da força da gravidade, além daque-

---

[675] Fizemos duas tentativas para atingirmos a *represa dos Martinhos*, partindo, primeiro, da «vila», depois da *veranda* da Bordença, mas, em ambos os casos, fomos obrigados a desistir pela inacessibilidade dos caminhos, que no Verão de 2004, se encontravam totalmente obstruídos pelas silvas, arbustos e matos.

[676] Nesta relação fazia-se a localização e a descrição exaustiva para todas as parcelas cultivadas do *eido*, através da identificação, não só da própria parcela, como do agricultor que a possui, além de se descriminar a hora de rega e a quantidade de água, que lhe foi atribuída. Interessados em interpretar esta *Bilheta das Águas do Eido*, questionámos em Março de 2003, um residente do Soajo, que fora um grande entusiasta e dinamizador do novo sistema de regadio, que nos informou da importância da *Bilheta* na construção do novo calendário, mas, que se tinha extraviado na confusão gerada pela grande azáfama e preocupações vividas.

[677] Estes registos, os primeiros efetuados com a data de 1971, encontram-se na *Direção Regional do Ambiente*, em Viana do Castelo, com as atualizações decorrentes das mudanças de proprietários, em virtude das heranças familiares, ou, das compras e vendas efetuadas. Por curiosidade, em 1971, havia 208 agricultores, membros da Associação de Proprietários de Regadio do Soajo, que possuíam 560 parcelas de cultura, que perfaziam uma área total de 567 246m^2.

las *leiras* que, embora em posição imediatamente inferior, estão privadas dos novos benefícios, por se encontrarem muito próximas das *levadas* principais e não ser permitido fazer «desvios» diretamente das condutas principais para o solo a irrigar, pelo que houve a necessidade em reorganizar todo o calendário de distribuição da água. (Quadro 30 – *A «vila» do Soajo: calendário das águas do eido no período estival*).

Durante seis dias, cumpre-se «o velho horário», isto é, em períodos de três dias alternados, cada uma das *poças*, é *solta* e *tapada* duas vezes num dia astronómico, ou seja, é *aberta*, logo, pela manhã[678], para ser *fechada* pelas nove horas e, novamente, *aberta* ao final da tarde, de modo a estar *vazia*, quando o sol rasa em Britelo, a Capela da Penha[679].

Nos dias restantes da semana, naqueles em que as *poças* escoam para a *Levada Nova*, é o «novo sistema», que vigora na partilha, isto é, a fração da água medida em horas e minutos[680], em função da área da parcela a irrigar[681].

Se este sistema de regadio alimenta o ciclo vegetativo das culturas do *eido*, também, as culturas dos socalcos, que se estendem, quer a montante, quer a jusante da povoação, desenvolvem-se em função das nascentes, que brotam volumes de água, embora mais modestos, mas, conduzidos, quase sempre, através das minas, para reservatórios, as *poças*, cujos consortes fazem entre si a distribuição da água segundo critérios semelhantes, ou seja, os *usos e costumes* adotados em relação às duas grandes *poças*, a das *Presas* e a das *Lages*[682].

Há exceções, como, por exemplo, a estratégia utilizada em relação à *poça de Novás* (Fig. 133), que é similar à verificada nos *poços* do Lindoso[683].

Se esquemas idênticos vigoravam em outras aldeias do Soajo, como, por exemplo, em Paradela[684], relembramos que, apesar de em muitas das aldeias, por nós estudadas, as nas-

---

[678] Da parte da manhã, a abertura deve coincidir com o momento em que a luminosidade do dia *permite contar o dinheiro.*

[679] Nestes três dias e em pleno século XXI, imperam os velhos conceitos de unidades de medida da água, como *o meio-dia*, *a poçada*, *a medida*, *o rego* e *a telha*, que determinam o comportamento da *rolda*, ou seja, o conjunto de regantes, que distribuem entre si a mesma *poçada*. No período de vinte e quatro horas verificam-se duas *roldas*, a da manhã, das zero às doze horas, e a da tarde, das doze às vinte e quatro horas.

[680] A distribuição e partilha da água são efetuadas na base do princípio de que a *levada* rega um hectare de solo cultivado, no intervalo de uma hora.

[681] Há que acrescentar, que a rega processa-se de forma continuada, o que significa, relativamente à numeração das parcelas efetuada em 1970, que o ciclo se inicia, a montante, na parcela um, para se concluir, a jusante, na identificada com o número mais elevado, em 1970, o quinhentos e sessenta, iniciando-se, logo de imediato e a montante, o *giro* seguinte. Uma «volta», localmente designada por *giro*, dá-se em vinte e um dias, ou seja, o intervalo de tempo necessário para que a *levada* «percorra» todas as parcelas integradas no perímetro de regadio.

[682] São *soltas*, segundo os multisseculares costumes, duas vezes por dia, ao despontar da manhã e cerca das seis da tarde (dependendo da duração do dia natural), e *tapadas* pelas nove horas da manhã e ao fim da tarde, no momento em que *o sol rasa a capela da Penha*, em Britelo.

[683] No *poço*, todos os dias e antes da água ser *solta*, era espetada uma vara/pau forte de modo a atingir o fundo, determinando-se, assim, a altura do volume de água armazenado, para, em seguida, se processar à divisão, em polegadas, marcadas na própria vara por linhas, os *atilhos,* de acordo com o número de consortes.

[684] A *poça da Veiga.*

centes desempenharem um papel fulcral no sistema de regadio, quando existia, em simultâneo, o aproveitamento das *corgas*, são estas que envolviam e dinamizavam o maior número de *regantes*, nomeadamente, nas *veigas*, das quais a de Vilar do Suente não é exceção (Fig. 133).

A *veiga* de Vilar de Suente é alimentada pela *corga* da Porta da Lage[685], cujo caudal se canalizava para três *poças*, que se *tapavam* ao fim da tarde, ao pôr-do-sol, para se *soltarem* muito cedo, ainda o dia não raiava, lá pelas cinco da manhã, para serem *tapadas* pelas oito e meia, nove horas.

Quando se *soltavam* as três poças, formava-se uma *levada* que, a um nível inferior, se subdividia em quatro *regos*, quatro caudais destinados *per si à terra* de várias famílias, que iniciavam a rega, normalmente, pela *leira* situada ao nível mais baixo, progredindo a área irrigada para as *leiras* a cotas superiores. Uma vez essas *leiras* regadas, o *regador dava sinal ao vizinho* que podia *continuar com a água*[686].

Um aspeto que todos os residentes de Vilar de Suente nos fizeram questão em evidenciar, dizia respeito à mão-de-obra que envolvia *uma andada*. Era necessário estar muito atento aos *talhadouros* da água, *as tolas*, que as mulheres fechavam com os *torrões* que transportavam, além de se tornar necessário *vigiar os regos*, pois, era normal o vizinho mais ousado desviar parte do caudal para o seu *cabeceiro*, quando ficava distante da *leira* em rega, tornando-se, frequentemente, necessárias dez pessoas, às quais se pagava um salário, quando não vigorava a entreajuda.

Como é lógico, à medida que o Verão avança o caudal diminui, mas como a área se mantinha, tornava-se necessário proceder a uma verdadeira corrida para que a água «beijasse» todos os milheiros.

Sistemas de rega exclusivos dos *lameiros* são a tónica das aldeias de Castro Laboreiro, com exceção dos Ribeiros, o de Cima e o de Baixo, pelo simples facto de as condições naturais permitirem, apenas, culturas cerealíferas de sequeiro, a do centeio. Assim, nestas aldeias, os solos mais férteis, sinónimo de reunirem condições para a prática do regadio, são exclusivos das forragens (Fig. 133).

Nas *inverneiras*, em virtude de se localizarem a cotas mais baixas, o que permite um melhor aproveitamento das *corgas*, a maior quantidade de água permite, por exemplo, que no *barbeito* da batata, se pratique o regadio.

Nas aldeias castrejas, a exemplo dos outros lugares em estudo, o sistema de irrigação baseia-se no aproveitamento da rede hidrográfica, em que o rio Laboreiro se limita aos regadios de seis aldeias[687] (Fig. 133).

---

[685] Além de esta *mãe de água* existem as nascentes, cujo débito se armazena nos poços e irrigam as parcelas de cultura exteriores à *veiga*.

[686] O intervalo de rega para a mesma *leira* era de quinze dias, pelo que a água *brotava aos dezasseis dias*.

[687] Vila, Curveira, Pontes, Mareco, Ameijoeira e Ribeiro de Baixo, precisamente, na área que envolve o Saramagal e Outurelos.

Destacamos o esquema de regadio implementado pelos «habitantes» da *inverneira* de Pontes, na primeira metade do séc. XX, com a finalidade de se incrementar a cultura da batata e as forragens (Fig. 133).

O traçado e a «arquitetónica» do aqueduto[688] deve-se a um natural, que, nos finais do séc. XIX, emigrou para o Brasil e, no regresso, incentivou os residentes para a obra. O investimento foi efetuado e pago, em grande parte, pelo principal dinamizador, mas em que todos participaram, de acordo com as possibilidades.

Hoje, encontra-se totalmente abandonado, assim como a represa, especificamente construída para a retenção do caudal desviado da *corga* afluente principal do rio Castro Laboreiro (Fig. 133).

A par das linhas de água, faz-se o aproveitamento das nascentes, junto às quais se construíram os respetivos poços, que podem ser propriedade exclusiva de um agricultor, ou, partilhados por um número assinalável de consortes.

Destacamos as velhas *poças* do *planalto*, que armazenavam os débitos das nascentes, que nos meados do séc. XX, foram substituídas por grandes reservatórios, os *pantanos*[689], a partir dos quais se reorganizou o sistema de condutas a permitir não só um maior caudal na irrigação dos *campos*, como atingir as parcelas que, outrora, nunca foram irrigadas[690] (Fig. 133).

Hoje, em virtude das mutações verificadas, não se procede, em toda a área em estudo, mesmo no período estival, ao aproveitamento exaustivo da *água de rega*.

Contudo, numa brevíssima nota de súmula, diremos que neste Lima raiano e na primeira década do séc. XXI, se os esquemas de rega dependem da proliferação das nascentes e das linhas de água, as *corgas*, existem por causa da força viva da *levada*, ou, do caudal do *rego*, justificada pela velocidade que atinge, sempre de acordo com o declive dos espaços que interligam as *poças* e *pantanos,* às parcelas, *leiras* e *campos* a irrigar.

5.3.3.2. Técnicas de rega nos espaços de regadio

O sistema de rega nos espaços limianos em estudo implicava outras «engenharias», mas, na área de cultivo, isto é, na *leira* de milho, ou, no *campo*, das quais destacamos as que favorecem a retenção de uma película de água, para que os milheiros fiquem *encharcados*, ou, que permitam que a água, simplesmente, se espalhe e *molhe* os pés de cultura.

---

[688] O aqueduto entrou em funcionamento nos inícios da década de trinta do século XX, segundo as informações, que recolhemos junto dos habitantes, que comparticiparam e colaboraram na obra.

[689] Destacamos os *pantanos* que melhoraram a rega nos *campos* da Portelinha e Vido, além daquele que beneficia os *campos* da Ameijoeira.

[690] Também em Castro Laboreiro a divisão da água faz-se por unidades de medida, *o dia*, que se subdivide no *meio-dia* e no *quarto de dia*. Preocupámo-nos em saber a unidade de *terra* correspondente a uma unidade de água, mas, se o castrejo conhece muito bem as leiras ou campos abrangidos pelo *meio-dia* ou o *quarto de dia* de água, não foi capaz de estabelecer a correlação entre as duas unidades de medida, pois *isso já vem desde os antepassados, pelo que se perdeu a conta.*

Após a sementeira do cereal, mas, antes que germinasse e começasse a despontar, havia que «urdir» com o auxílio da enxada, um autêntico matiz geométrico, ou seja, *entalheirar*, *aleirar,* como se designa, por exemplo, nas aldeias do Lindoso, na Ermida e em Vilar de Suente, ou, *deleirar*, a expressão utilizada em Mosteirô e Paradamonte.

De acordo com o declive, rasgam-se os sulcos mais profundos, que serão os condutores da água de rega, começando-se, primeiro, por configurar o *cabeceiro*, quer dizer o «retângulo», cujo comprimento corresponde, por princípio, à largura da *leira*, para, em seguida, ser «fracionado» em espaços, sensivelmente, de forma retangular e, ou, quadrangular (Fotos 3, 4, 5 e 6 – *Implementação de um esquema de regadio perecível e multissecular, o aleirar/entalheirar da parcela de milho maís*).

Após a matriz do *cabeceiro* estar delineada, enceta-se um autêntico trabalho de pormenor e minúcia, ao remover-se e aplanar-se as superfícies, de modo a ficarem ligeiramente, em plano inferior, utilizando-se o solo que resulta na «construção» de um pequeno bordo[691], que esboça e delimita outros pequenos espaços, os *talheiros*, as *presas,* ou *tanques*[692] (Fotos 7, 8, 9, 10 e 11 – *Expressões de técnicas de rega no solo cultivado: Leiras entalheiradas/aleiradas em Maio/2004*).

Se, em pleno séc. XXI, conseguimos, ainda, encontrar na paisagem, estas tão peculiares, mas seculares formas de cariz geométrico, o grau de perfeição com que são executadas, varia de acordo com a aldeia e a «arte», ou, «paciência» dos executantes.

Quer na Ermida, como no Lindoso e em Vilar do Suente, está-se perante uma «engenharia» própria de um «tipo» de rega, que entendemos designar por *encharcamento*, que exige a utilização de volumes significativos de água, a que as populações são sensíveis, pois, quando o débito disponível é, relativamente, mais reduzido, limitam-se a «dividir» os *cabeceiros* de modo que a água se *espalhe* pelo milharal e *molhe* os pés da cultura.

Mas, em Germil, na maioria das aldeias do Soajo, na Gavieira e em Castro Laboreiro, nomeadamente no Ribeiro de Cima e no Ribeiro de Baixo, este tipo de «matiz» dá lugar a um outro, que tem, também, como matriz o traçado de sulcos, *regos*, mas, agora, quase sempre, a todo o comprimento da *leira*, quando é *estreita*, que podem ser rasgados, após a sementeira, como na Gavieira, ou, então, quando se executam as duas fases da *sacha do milho*, como, por exemplo, na «vila», Soajo.

Logo, nestas aldeias, os solos após a sementeira ora ostentam *sulcos*, *os regos*, devidamente espaçados, delimitando, assim, os *cabeceiros*, como na Gavieira, no Ribeiro de Cima e no Ribeiro de Baixo ou em Germil, ora, uma superfície contínua de acordo com *os usos e costumes* ancestrais, ou então, a imprimir a marca da modernidade, através das ténues

[691] O processo *de juntar a terra* de modo a constituir um bordo divisório num espaço, por si, já de dimensões reduzidas, é o que as populações designam por *soma.*

[692] Pequenos espaços delimitados por bordos, cuja função consiste em *segurar a água*, de modo a processar-se o *encharcamento,* aquando da rega, a partir do mês de Julho.

«linhas» esboçadas pelo semeador que, de forma ordenada, distribui a semente pelo *solo preparado* (Fotos 12, 13, 14, 15 – *As leiras após a sementeira do milho, Maio/2004*).

Nas *leiras* de milho, nomeadamente na Galiza, sempre se implementaram, até meados do séc. XX, técnicas de rega que exigiam o gizar de uma matriz geométrica na superfície do solo arável, cuja especificidade dependia ou da dimensão da parcela e, ou, do volume de água que existia para distribuir pelos pés do cereal de *maior rendimento*.

Em qualquer aldeia limiana, a água de rega, após a entrada na *leira*, é encaminhada para o *rego* «lateral», que surge na direção e sentido em que circula, sendo, em seguida, «desviada», através da «colocação» de uma *tola* ou *talhadouro*, para espaços «simples», ou, muito laborados, que se designam por «divisão», *tanques*, *presas* ou *talheiros*.

De acordo com o volume, o caudal pode ser fracionado, através da «colocação» de outras *tolas* ou *talhadouros*, o que permite irrigar, em simultâneo, vários desses pequenos espaços (Fig. 134 – *Esquemas de regadio nas leiras de milho maís*).

Uma vez o solo do pequeno espaço *ensopado* ou, então, *encharcado*, ou simplesmente *molhado*, desvia-se a água, com a colocação de uma outra *tola* ou *talhadouro* e avança-se, na sequência da remoção das outras *tolas* e *talhadouros* respetivos, para o espaço imediato (Fig. 134).

Quando os pequenos espaços que constituem esse *cabeceiro*, se encontram devidamente irrigados, faz-se, no início do mesmo, um *corte*, com o auxílio da *tola*, ou *talhadouro*, para se repetir a operação, mas, no *cabeceiro* seguinte.

Quando se atinge o último *cabeceiro* há a certeza que o precioso líquido se *repartiu*, de igual modo, por toda a *leira*, sem desperdícios ou erosão acentuada do solo.

Pelas descrições que nos foram efetuadas, conseguimos esboçar um «Lima raiano em rega», ou seja, um Lima de raia em que todos os dias de Verão existiam várias aldeias muito azafamadas, pois, antes que os alvores da aurora surgissem os seus *regadores*, já, estavam reunidos e esforçados em que a água *não se perdesse* desde o *açude* ao milharal. Uma vez na *leira* a irrigar havia que, de modo ágil e coordenado, *fazer e desfazer talhadouros*, ao ritmo do volume de água que havia para distribuir, mas, de modo que o pé de milho conseguisse reter a quantidade máxima possível do precioso bem em distribuição.

Independentemente da arte e engenho empregues, pretendia-se sempre compensar, a partir dos finais do mês de Junho, a evapotranspiração, maximizando-se a rentabilidade da água, outrora, sempre míngua em relação à área a irrigar.

Evidenciamos as aldeias da Gavieira e as castrejas do Ribeiro de Cima e do Ribeiro de Baixo, cujas parcelas se caracterizam por um declive acentuado e que acelera a força viva da água, que circula entre as culturas, o que origina o arrastamento do solo, já, por si, pouco espesso. Motivos que justificam o facto de as populações, após as sementeiras, a da batata e a do milho, cobrirem a superfície com um «tapete» contínuo, outrora, sempre de fetos, no séc. XXI quase sempre de *palha de centeio*, num esforço em evitar a erosão que, de outro modo, destruiria, por completo, a camada de solo arável de si, tão empobrecida (Fotos 16 e 17 – *Preservação do solo irrigado: parcelas de batata, Maio/2004*).

Nas aldeias de Castro Laboreiro, cujas condições climáticas não permitem culturas de regadio, verifica-se nos *campos*, isto é, nas parcelas de forragem, um esquema de rega assente em sulcos, ou, melhor, regos traçados segundo o declive, que, por princípio, coincide com o comprimento do *campo*, a partir dos quais irradiam outros mais «suaves», de modo que a água se espalhe e atinja toda a parcela (Fotos 18 e 19 – *O regadio das forragens em Castro Laboreiro, Junho de 2003*).

Diremos que este esquema de rega não difere do utilizado pelas outras comunidades em estudo, nas aldeias que reúnem condições naturais a permitirem a irrigação das forragens, nomeadamente, no Inverno, surgindo, então, o *lameiro*, como no Lindoso, Britelo, ou em Entre Ambos-os-Rios, por exemplo.

Nos *lameiros* praticava-se, no Inverno, a *água de lima*, fina película de água, que cobria, por princípio, durante as vinte e quatro horas, todo o solo, não só com a função de favorecer o ciclo vegetativo da forragem, mas, também, de a proteger das geadas.

Perante as *nuances* curiosas, que os esquemas de rega nos espaços de cultivo podem adquirir neste Lima raiano, e após as numerosas e cuidadas observações que efectuámos, ficámos convictos que mais do que evidenciarem divergências nas técnicas utilizadas pelas diferentes comunidades, elas traduzem, apenas, a necessidade imperiosa em maximizar o aproveitamento do precioso líquido, sempre norteada pela eliminação de perdas infrutíferas e a distribuição equitativa na parcela.

5.3.4. Construções de apoio à exploração agrícola

O limiano de raia, para responder às exigências inerentes às fases dos diferentes ciclos evolutivos das culturas, equipou a exploração agrícola com unidades que, embora se distingam da construção principal, a casa de habitação, constituem elementos integrantes do povoado entendido como o conjunto de edificado.

Há elementos construídos que se tornaram indispensáveis na realização de tarefas inerentes aos ciclos cerealíferos, como as eiras, apesar de na maioria dos casos, hoje se tenham diluído na paisagem, ou, porque desapareceram, ou, porque lhe foram atribuídas outras funções, nomeadamente as de arrecadação das lenhas que são consumidas no período invernoso.

De um modo global, as eiras desempenharam, até meados do séc. XX, uma função importante nas aldeias em estudo, nomeadamente nas lusas, com exceção para quatro aldeias do Soajo[693], as quatro aldeias primárias da Gavieira[694] e em Castro Laboreiro para os Ribeiros, o de Cima e o de Baixo.

---

[693] Adrão, Vilarinho das Quartas, Cunhas, Campo Grande.

[694] Rouças, Igreja, Baleiral e Tibo.

Recordámos a nossa perplexidade, quando nos confrontámos perante comunidades, cuja economia em muito dependia do cultivo de ambos os cereais, o milho e o centeio, ou, nos lugares em que apenas se cultiva o centeio, mas, em que a eira nunca existiu[695] (Fig. 135 – mapa – *Lima raiano luso: Eiras e regime de propriedade, por lugar, em 2003)*.

Nestes casos, ou seja, nas aldeias sem eira, o comportamento das populações diferencia-se, consoante o cereal a *debulhar*. Enquanto para o centeio, cereal que exige ser debulhado ao ar livre, conseguia-se, sempre, um espaço comum amplo e vazio, para as espigas do milho era o *quinteiro*, uma arrecadação, ou, uma divisão da casa, como a cozinha, o *sobrado*, ou, simplesmente, a *soleira da entrada* de casa a constituírem os espaços equivalentes à suposta eira.

A *debulha do milho*, considerada, primordialmente, uma tarefa feminina, poderia adquirir várias formas, que tinham em comum o exercício de uma determinada pressão sobre as espigas, o que provocava a desagregação do grão. Ora, essa pressão poderia ser causada por uma variedade de processos, como, por exemplo, a fricção manual e direta entre as duas espigas, ou seja, a mulher com as mãos comprimia *uma espiga contra a outra*, ou colocava-as num cesto *bem fundo*, ou num saco *bem atado* para, em ambos os casos, as *bater* intensamente com a ajuda de um *pau forte*.

Tarefa que, por princípio, a mulher executava, ou à lareira preenchendo os serões das noites longas do Inverno, ou, em plena Primavera e, até, no Verão, pela sesta, na *soleira da entrada*, enquanto aguardava que o vizinho passasse a fim de entabular *dois dedos* de conversa.

Mesmo nas aldeias em que existem as eiras de milho, era muito frequente debulhar o cereal em casa, nomeadamente, na «vila» do Soajo, em virtude, quer da distância que as separava da parcela e da residência, quer das quantidades do cereal não compensar o esforço do transporte[696].

O mesmo já não acontecia com o centeio, uma vez que, como já o afirmámos, nas aldeias sem eira, optava-se por um espaço vazio, um *poulo*, ou, o tramo mais largo do caminho, que atravessava a aldeia, e que, devidamente preparados, davam, *boas eiras*.

Ora, essa «preparação» correspondia à que se efetuava nas eiras cujo pavimento era constituído por *terra*. Assim, na véspera da malha, as mulheres da aldeia, não só *rapavam* a superfície e eliminavam as ervas, como a varriam, para, em seguida, a cobrir, com uma mistura de água e dejetos de bovinos, a fim de tapar todas as fendas e buracos, através dos quais os grãos de centeio poder-se-iam escoar. Uma vez esta cobertura, bem espessa, efetuada, deixava-se secar, para, no dia seguinte, com a eira «impermeabilizada», se proceder à debulha de todo o centeio da comunidade.

---

[695] Busgalinhas, S. Bento do Cando, Bouça dos Homens.

[696] Na «vila», o milho era cortado e, no campo, era disposto em *moreias*, as medas, para num período de bom tempo, ser desfolhado e transportado, em cestos à cabeça, para os *caniços*.

Hoje, é diferente, pois nos casos muito esporádicos em que ainda se utilizam este tipo de eiras, a superfície, depois de devidamente limpa e arranjada, é revestida pelo material da modernidade, o plástico.

Um exemplo dos «tempos» modernos pode-se encontrar na evolução dos materiais utilizados na pavimentação das eiras distribuídas pelas diferentes aldeias.

Se neste Lima raiano, os materiais de «origem» que revestiam as superfícies eram a *terra* e os *lajedos*, isto é, afloramentos de granito muito desgastados pelos agentes de meteorização, paulatinamente foram sendo substituídos, principalmente a partir dos meados do séc. XX, por blocos de granito, ou, no caso mais recente, pela cobertura exclusiva de cimento (Fig. 135).

Outro aspeto, em nosso entender, curioso nas aldeias produtoras de milho e centeio, relaciona-se com o facto de os residentes, ou, procederem à debulha do cereal em eiras específicas[697], de acordo com a variedade respetiva, ou, indiferentemente na mesma eira, malharem, quer a pragana, quer a gramínea[698], ou, exclusivamente disporem de eiras para a malha do centeio[699] (Fig. 135).

O facto de em muitas aldeias não existir *eira de milho* não é sinónimo que os *espigueiros* não se imponham com grandiosidade. Pelo contrário, eles são bem significativos nas paisagens em estudo[700], pois, em todas as aldeias, nomeadamente as galegas, as espigas eram, após o corte do milheiro, sempre *desfolhadas* na *leira*, para serem, ou, de imediato *debulhadas*, ou, transportadas diretamente para o espigueiro, o *caniço*, ou *canastro*, onde se armazenavam e secavam, sendo, gradualmente, retiradas num futuro próximo, de acordo com as necessidades do agregado familiar.

Não podemos deixar de evidenciar os *canastros* de vime em forma circular, que seriam «muito populares» até meados do século passado e que nos dias de hoje se limitam aos «pilares» que os suportavam, sempre, em granito resistente[701] (Fotos 20, 21 e 22 – *Os canastros em forma circular, Maio de 2004*).

Se o *parque* de espigueiros é significativo em todas as aldeias produtoras de milho, independentemente da existência, ou não, da eira, o que testemunha a importância, até meados do século passado, do cereal rei na economia local, também, nas eiras se encontram, com muita frequência, conjuntos significativos dos austeros, mas imponentes *canastros*, que constituem, sempre, propriedade privada.

---

697 Vilar de Suente e nas aldeias de Entre Ambos-os-Rios.

698 «Vila» do Soajo, nas aldeias do Lindoso, Britelo, Germil e Ermida.

699 Tibo, Rouças, Paradela, Várzea, Adrão, Cunhas.

700 Adrão, Várzea, Paradela, Vilarinho das Quartas, nos Ribeiros, o de Cima e o de Baixo, ou, em qualquer uma das aldeias primárias da Gavieira. Por curiosidade, existem eiras para a malha do milho, em todas as aldeias da margem esquerda, enquanto na margem direita, apenas as encontrámos nas duas aldeias de Ermelo, em Vilar de Suente e na «vila» do Soajo.

701 Encontrámos um exemplar em «atividade» em Mosteirô.

Uma das questões com que nos deparámos relacionou-se com *o direito de propriedade das eiras*. Se na margem esquerda lusa as eiras são *de herdeiros*, podendo surgir, esporadicamente, as privadas, as exclusivas de um só agregado familiar, distinguimos no Castelo do Lindoso *a eira do povo*, em redor da fortaleza e a par das três eiras de herdeiros (Fig. 135).

Na margem direita, se predominam, também, as eiras de *herdeiros*, há, de igual modo, as privadas, como, por exemplo, em Cunhas e na «vila» do Soajo, ou, na Junqueira, mas evidenciamos *as do povo*, em Vilar de Suente, Paradela, na «vila» do Soajo e em Tibo (Fig. 135).

Em Castro Laboreiro, com exceção para os Ribeiros, o de Cima e o de Baixo, onde não existem eiras, elas proliferam, quer nos lugares «fixos», quer nas *verandas* e *inverneiras*, enquadradas pelo estatuto jurídico de pertença de herdeiros (Fig. 135).

Como o estatuto de *herdeiro* se adquire através da herança e como até meados do séc. XX as famílias eram muito numerosas, rapidamente uma eira passava a ser usufruída por um número assinalável de agregados familiares, por princípio, primos entre si, hoje, maioritariamente, da terceira, quarta e gerações subsequentes[702].

Curiosamente, um *herdeiro* de uma eira em que se localiza um parque de espigueiros, pode não possuir, mesmo uma fração de um *canastro*, pois se aquela, a eira, é, sempre, divisível, este, o espigueiro, poder-se-á fracionar, no máximo, por três agregados familiares, sendo, contudo, o mais frequente a partilha por duas famílias[703], em virtude da capacidade de armazenamento de espigas (Fotos 23 e 24 – *Eiras de herdeiros, Maio de 2004*).

Por estes motivos, a facilidade com que se pode dividir o espaço de uma eira por um número indeterminado de *herdeiros*, faz com que, em muitos casos, se torne difícil às populações distinguir a eira a que toda a comunidade tem direito a utilizar[704], *a do povo*, daquela que, apesar do efetivo dos utilizadores ser elevado, não deixa de ser de *herdeiros*.

Além disso, para mais aumentar as dúvidas, todo o agricultor com cereal para malhar, mesmo *sem direito à eira*, por não ser *herdeiro*, utilizava-a do mesmo modo, bastando-lhe pedir autorização a um dos co-proprietários[705].

---

[702] Quando questionámos, especificamente, os nossos interlocutores, quer da margem esquerda, quer da margem direita, como se intitulavam relativamente ao estatuto adquirido, todos se limitaram a afirmar que eram herdeiros. Contudo, há a exceção do nosso interlocutor em Parada do Lindoso, que entendia, depois de muito ter pensado, que além de herdeiro, seria coproprietário.

[703] Há que ressalvar que existem proprietários de espigueiros, que não têm direito de propriedade sobre a eira, assim como há coproprietários da eira, que não possuem espigueiros.

[704] *Eiras do povo* devidamente identificadas, encontrámo-las no Castelo do Lindoso, na «vila» do Soajo, em Vilar de Suente e Paradela do Soajo. Nas *aldeias sem eira*, em S. Bento do Cando e na Bouça dos Homens, a malha do centeio efetuava-se em *poulos*. Em S. Bento, em torno da capela, na Bouça dos Homens no atual largo da capela, enquanto nas Buzgalinhas em três secções mais «espaçosas» do caminho que atravessa a aldeia.

[705] Por exemplo, nas duas eiras de Gorbelas todos os agricultores *tinham direito a malhar e a colocar as medas em redor*, além de as poder manter durante todo o ano, porque *era um direito herdado que estava marcado na eira*. Além disso, tinham o direito de *emedar* os *colmeiros* de centeio na eira, por um período de oito dias, o período que antecedia a malha. Já nas três

Enquanto na margem esquerda os *herdeiros* têm, por princípio, marcado no pavimento em pedra, através de uma pequena *mossa*, ou, uma *cruz*, a área da eira, que lhe pertence, em Castro Laboreiro assinala-se no *lastro*, isto é, no espaço que envolve a eira propriamente dita, através de pequenas pedras ou *bordos em terra*, a superfície a que têm direito para colocar os grandiosos *medeiros*, que, normalmente, eram dois[706]por agregado familiar.

Uma das problemáticas que levantámos relacionou-se com o modo como se efetuou a inscrição matricial de este «tipo» de eiras[707], as de *herdeiros*, nos meados da década de noventa do séc. XX, que foi resolvida, por exemplo, em Parada do Lindoso, ao atribuir-lhe um número e identificando-a, apenas, através de um dos co-proprietários, enquanto em Cidadelhe, a cada co-proprietário coube uma fração de um mesmo artigo matricial.

No Castelo do Lindoso, esta questão já levantou muitos problemas, em virtude da «coexistência» num espaço não delineado, da área adstrita à fortaleza e das próprias eiras, *a do povo* e *as três de herdeiros*. Em relação às eiras de herdeiros, após discussões animadas e acesas, decidiu-se, mesmo sem a concordância da Autarquia de então, em associar a cada espigueiro um determinado espaço, ou, melhor, constituir um *talhão*, ao qual foi atribuído o respetivo número matricial. Em relação à área que envolve diretamente a fortaleza, não se verificaram vozes discordantes em que *pertencesse* à área de influência do castelo, assim como em relação à eira do povo.

Se é um facto que a grande maioria das eiras está destinada, no séc. XXI, à arrecadação das lenhas, ou, a serem cobertas por arbustos espontâneos, os processos cadastrais adotados, em muito vai contribuir para que a teia estrutural, tão meticulosamente construída, se esvairá ao ritmo do desaparecimento das gerações, que já ultrapassaram as cinco décadas de vida.

Uma outra questão que levantámos aos nossos simpáticos interlocutores relacionou-se com o facto de conseguirmos entender a calendarização das *malhadas*, principalmente as do centeio, muito numerosas há umas cinco a quatro décadas, quer se realizassem na *eira do povo*, quer na dos *herdeiros*.

Em relação à utilização da *eira de herdeiros*, como as *malhas*, nomeadamente, as do centeio, se faziam de modo independente, ou seja, cada família por sua vez, havia que calendarizar a tarefa.

Quando um *herdeiro* pretendesse fazer a sua *malha*, contactava aquele que estaria mais próximo da data que lhe convinha, para o informar do dia pretendido. Se o dia já esti-

---

eiras da Junqueira, embora todos os agricultores malhassem, poucos eram os herdeiros, isto é, *muito poucos tinham o direito* em erguer as respetivas *medas*.

[706] Esforçámo-nos por encontrar as *moças* e cruzes que assinalavam, no pavimento em pedra, os espaços, cuja área variava de acordo a fração que cada herdeiro detém, mas não os conseguimos encontrar, mesmo nas eiras «mais arranjadas» em virtude da vegetação espontânea densa que as cobrem.

[707] Há aldeias em que a identificação matricial nem sequer se levantou, como por exemplo, na Gavieira.

vesse reservado, mas, para um outro *herdeiro*, seria o dia disponível mais próximo, pois, caso se tratasse de um *não herdeiro,* e apesar ter a autorização concedida, só a realizaria num dia não pretendido por qualquer um dos co-proprietários.

Nas *eiras do povo*, como a do Castelo do Lindoso, o agricultor, depois de se inteirar que, para o dia pretendido, não havia *malhas* marcadas, «anunciava» o seu calendário através da colocação de dois a três *colmeiros* na própria eira, o sinal suficiente para que ninguém a utilizasse, enquanto a malha não fosse realizada.

Pela investigação efetuada, ficámos convencidos que seria a colocação de dois a três *feixes de centeio* na eira em questão, a forma mais usual de se fazer a «reserva» para a malha que se avizinhava como a mais próxima.

Se as eiras fossem de grande dimensão como as *do povo* no Castelo do Lindoso e no Soajo[708], nomeadamente, a da Eira do Penedo, na «vila», e a do Carvalhal, em Paradela, podiam-se executar várias malhas em simultâneo, três, nestes exemplos, caso contrário, uma de cada vez.

Práticas costumeiras, que na primeira década do séc. XXI desapareceram e apenas permanecem na memória dos mais idosos, apesar de terem animado, pela especificidade estrutural do universo das eiras, os modos de vida das populações ao longo de um período multissecular.

Uma vez que a função principal da maioria das eiras se relacionava com o ciclo do centeio, atendendo às particularidades que envolviam o debulhe das espigas da gramínea, privilegiamos, neste momento, as *malhas* da pragana, não significando, contudo, que, também, não se processassem *malhas de milho*, quer nas *eiras do povo*, quer nas de *herdeiros*, como na «vila» do Soajo, ou, no Lindoso, por exemplo.

Além disso, eram as *malhadas do centeio* que maior impacto causavam na área em estudo, pelo facto de exigirem o envolvimento de um elevado número de intervenientes.

Recordamos que a cultura, hoje praticamente extinta, exige na parte final do ciclo evolutivo, ou seja, quando a planta ostenta a espiga amadurecida, a *ceifa*, localmente designada pela *segada*, a fim de oferecer o cereal tão desejado.

Após a *segada* e quando na *leira* se seguia a sementeira do milho, ainda, no mesmo dia, os caules depois de reunidos em pequenos feixes, os *colmeiros*, eram transportados em carros de bois, ou, no dorso do agricultor para a eira, para um espaço em redor, ou, para uma área não cultivada, um *poulo*, onde se erguiam pequenas *medas*, também designadas por *moreias,* ou, *medeiros*, para mais tarde, se efetuar a *malhada*.

---

[708] Na «vila» do Soajo existem cinco *eiras do povo*, onde cada agregado poderia malhar todo o seu milho ou centeio. Contudo, muitos agricultores, para não dizer a maioria, optavam por não as utilizar, devido à distância que as separavam das parcelas. Assim, enquanto o milho era, ao longo do ano, gradualmente «malhado» em casa, para o centeio improvisava-se uma eira com um lençol, ou pano grande, estendidos num espaço, que poderia ser, por exemplo, o quinteiro, uma leira, ou o caminho junto da casa.

Tarefa excluída dos espaços exclusivos do centeio, como em Castro Laboreiro e nas *verandas* da Gavieira, em que os *medeiros* se implementavam no mesmo espaço de cultura, até ao dia da realização da respetiva *malha*.

O dia da *malhada* identifica-se como um dia trabalho intensivo em mão-de-obra, o que implicava a participação de toda a comunidade «ativa», como nas aldeias da Gavieira e de Castro Laboreiro, ou, nas outras aldeias, uma fração bem significativa.

Pelas descrições que nos foram efetuadas, era uma tarefa que se processava, sensivelmente, do mesmo modo em todas as aldeias lusas, que estudámos. Assim, tomamos como protótipo *o dia da malha* nas Buzgalinhas, que tivemos o privilégio em assistir no último dia de Julho de 2004.

Como na primeira década do século XXI, cultivar centeio se limita aos agricultores, que, apenas o fazem para *matar saudades*, ou, então, ter a *sua farinha para cozer*, esporadicamente, *o pão*, as quantidades cultivadas são diminutas, pelo que, num dia, se malha todo a pragana da comunidade, contrariamente ao que acontecia até há uns trinta a quarenta anos, que, devido à quantidade de centeio cultivado[709], cada família *gastava um dia* na realização da sua *malhada*.

Independentemente da produção, logo pela manhã, há que desfazer os *medeiros* e espalhar os *colmeiros* pela parcela, de modo que o aquecimento solar evapore os resíduos de humidade, por ventura, formada durante a noite, que é sempre muito fresca, mesmo em pleno Verão (Fotos 25 e 26 – *A paisagem do centeio em final do ciclo vegetativo, em 2004*).

A eira, um tramo do caminho principal da aldeia, já está, desde a véspera, devidamente limpa e arranjada, faltando, apenas, cobrir a superfície com os plásticos e fixar as *tábuas*, em posição, ligeiramente inclinada, para, assim, se conseguir «bater» os *colmeiros* (Fotos 27, 28, 29 e 30 – *O caminho principal das Busgalinhas «transformado» em eira, em 2004*).

Outrora, as *tábuas* eram as *portas das cortes*, que se traziam da aldeia principal e se fixavam com pedras fortes, de modo a conseguir-se a inclinação desejada.

Hoje, há o trator, que desloca os *colmeiros* das parcelas mais afastadas e o cereal para a aldeia, substituindo o dorso dos homens, que transportava o centeio para a *eira*, e os carros de bois que carreavam o precioso grão para a casa principal.

Num ritmo cadenciado, dá-se início à *malhada* e todos trabalham. Uns aproximam os *feixes*, outros batem-nos de modo enérgico, enquanto no plástico saltita o grão, o caule mais frágil vai quebrando e o mais resistente é lançado *à parte* para, de imediato, ser levado, ou, para o trator, ou, para a corte, que fica próximo.

Uma vez *batidos os medeiros* de um vizinho, há que *juntar e ensacar* todo o grão, reunir os caules partidos, outrora *crivados*, para que a triagem fosse, de facto, completa, hoje, utilizados como um bom alimento para o gado, varrer a eira e dar-se por concluída aquela *malhada*.

---

[709] Considerava-se uma *malha grande*, quando se obtinha umas trinta rasas de centeio.

Descansa-se cerca de uma meia hora, que é aproveitada pela anfitriã para oferecer uma gama variada de biscoitos e bebidas, que incluem os refrigerantes e o vinho verde[710].

De imediato, inicia-se uma outra *malhada*, com os mesmos intervenientes e as etapas a repetirem-se, mudando, apenas, o dono da pragana, que se está a «trabalhar».

Se as *malhas*, em toda a área em estudo, ou estão extintas, ou, limitam-se a um número reduzido de *colmeiros*, efetuam-se, sempre, nos moldes tradicionais, com exceção para Castro Laboreiro em que a malhadeira surgiu há cerca de uns sessenta anos. Contudo, em Julho de 2003, se raras foram as aldeias que se matizaram com as parcelas da pragana, conseguimos, apesar de tudo, encontrar a máquina/ceifeira nas Eiras, enquanto no Rodeiro, como a produção era, mesmo, diminuta, foram as mulheres que bateram os *colmeiros* no atrelado do trator estacionado no *barbeito*, em substituição do carro de bois, que, outrora, se colocava numa das seis eiras, para, assim, se conseguir o imprescindível cereal.

Uma outra «grande» diferença nas malhas do séc. XXI em comparação com as que se realizavam há umas cinco, ou, quatro décadas relaciona-se com o «destino» a dar à *palha*, ou seja, ao caule do cereal, após a extração do grão.

Se, atualmente, como já o referimos, toda a *palha* é dada como alimento aos animais, *antigamente* separavam-se os caules hirtos, *o colmo*, a fim de se *colmar* as casas e as cortes, ou, *encher* os colchões, daqueles caules quebradiços destinados à alimentação do gado, com os quais se faziam *medas* de grandes dimensões como, por exemplo em Castro Laboreiro, ou, nas *verandas* da Gavieira (Foto 31 – *O impacte das medas na paisagem do centeio, início dos anos oitenta do séc. XX*).

Espaços *pobres*, os do centeio, mas distintos daqueles que a população, ainda hoje, designa como *ricos*, pois reúnem condições favoráveis ao ciclo evolutivo da vinha, embora, por vezes, seja casta de produtor direto.

Elemento integrante de uma policultura promíscua, em áreas muito específicas, a vinha beneficiava da reconstituição do solo, que se fazia para a cultura do cereal rei, o milho *grosso*, mas, cujo ciclo evolutivo exige um conjunto de tarefas específicas e traduzidas na *poda*, que se efetua entre finais de Outubro a Fevereiro, nas pulverizações várias de combate a pragas como o oídio e o míldio e, na vindima, no mês de Setembro.

Evidenciamos as vindimas no Lindoso, não só pelos *hábitos costumeiros*, que caracterizavam o quadro que as regulavam, nomeadamente, o estabelecimento anual da calendarização[711], mas, essencialmente, pelas construções que exigiram, as *adegas*, que reunidas em mancha, emergem no núcleo ancestral da aldeia, como por exemplo, na do Castelo.

---

[710] Outrora, o dia da *malhada* era um dia de festa, pelo que justificava o abate de um *rexelo*, isto é, uma cabra velha, que devido ao número de pessoas, sempre à volta de umas cinquenta, *nem chegava*, por vezes, *um bocadinho para todos*. Se o dono da *malhada* matava um *rexelo*, cada um, incluindo as crianças, levava um prato e um talher, pois nenhuma família tinha a louça suficiente para servir o repasto.

[711] Se na área em estudo, predominava o produtor direto, inclusive na parte galega, hoje, o declínio da vinha acompanha, sensivelmente, a evolução negativa das restantes culturas, com exceção para os «novos» espaços de monocultura, que exemplifi-

Trabalhos agrícolas, que nos dias de hoje, a exemplo das ceifas e das malhas, apenas os mais idosos teimam em reproduzir, apesar das alterações introduzidas, e que constituem o imaginário dos mais jovens, alimentado, ou, pela fotografia que, nas décadas de sessenta e setenta os avós recolheram, para «demonstrarem» aos amigos franceses, como se processavam os trabalhos na *sua terra*, ou, pelas histórias que, embora verídicas, não as conseguem conceber senão como «histórias».

Contudo, após os profícuos diálogos que encetámos com os verdadeiros intervenientes, os «jovens» com mais de sessenta primaveras, estamos convictos que toda a tarefa agrícola, por mais humilde e insignificante que possa parecer, ganha notoriedade, porque se enquadra em autênticas *instituições costumeiras* implementadas num tempo com *matriz imemorial* que, segundo o nosso entendimento, sustentam o sistema agrário de este Lima.

5.4. ENTREAJUDA E HÁBITOS COMUNITÁRIOS NA EXPLORAÇÃO AGRO-SILVO-PASTORIL

Mais do que questionarmos fenómenos de organização social e económica *sui generis*, que caracterizam desde *tempos imemoriais* as comunidades em estudo, pretendemos, na base do trabalho que desenvolvemos junto das populações, nomeadamente as lusas, refletir sobre as interações de solidariedade urdidas num sistema de economia camponesa assente basicamente em duas formas de exploração, a silvo-pastoril em comum e a agrícola por conta própria.

Ao não questionarmos a designação atribuída a este tipo de fenómenos[712], limitar-nos-emos a utilizar a expressão atualmente aceite, *comunitarismo*, embora o conceito varie segundo os autores[713].

Se na área em estudo proliferaram os exemplos de entreajuda e hábitos de cariz comunitário, realçamos que, mercê das profundas alterações de âmbito socioeconómico

---

cam a integração europeia, nomeadamente nas aldeias da Igreja, em Britelo e Entre Ambos-os-Rios, Sobredo, «vila» do Soajo e Caballeiros (Fig. 132 – mapa – Culturas, em 2003).

[712] Se o sistema de cooperação comunitária baseado na entreajuda e na conjugação de interesses coletivos sem atingir a propriedade privada, foi designado, há mais de cem anos, por «coletivismo agrário», em Espanha, nos trabalhos de Joaquín Costa, e em Portugal, nas obras de Oliveira Martins e Alberto Sampaio, expressão que seria substituída por «regime comunalista» ou «comunalismo» nos trabalhos de Tude de Sousa e de Rocha Peixoto, para na década de quarenta do séc. XX, passar a ser conhecida por «comunitarismo».

[713] Limitar-nos-emos a recordar Jorge Dias, que entende por comunitarismo «(...) um tipo de organização social em que os direitos das famílias individuais são regulados em função da propriedade coletiva tradicional que serve de base às suas economias (...). A vida social é considerada como um todo no qual o bem comum é colocado acima dos interesses individuais. Embora nas sociedades comunitaristas possa cada família ter a sua propriedade, é a propriedade colectiva que predomina. Todas as famílias submetem-se por mútuo consentimento às condições impostas pelo conselho local (...)» (DIAS, 1964: 79-80).

verificadas nas últimas décadas, a nossa investigação restringiu-se às descrições das pessoas mais idosas e à observação de casos que, apesar das «alterações», os atores dizem, ainda, corresponder à expressão do que *era antigamente*.

Comunidades que faziam depender a sobrevivência da exploração silvícola em comum, mas que era na exploração agrícola, propriedade privada, que, apesar da dimensão reduzida das parcelas e respetiva dispersão, produziam os alimentos básicos, desde logo, um conjunto de *direitos e deveres, os de servidão,* transmitidos segundo os *usos e costumes,* se «institucionalizaram», apesar de não constarem de qualquer documento escrito a que se possa atribuir validade jurídica face ao direito português, como por exemplo, o compáscuo, as passagens (por carreiros e sendas tortuosas e caminhos), o corte de lenhas e matos, a exploração e aproveitamento de mães de água, a utilização das eiras, do forno da aldeia, em Castro Laboreiro, ou, então, a entreajuda nas diferentes fainas agrícolas.

Atividades costumeiras que se executavam consoante a evolução anual do ciclo agro-pastoril e de acordo com as normas, que não podiam «esquecer» as disposições do *Código das Posturas*, alvo de alterações no tempo e que variavam consoante as freguesias, mas, sempre emanadas das assembleias locais, os *adjuntos* ou *ajuntamentos* convocados pela Presidente da Autarquia e, ou, pelo Regedor, ao toque de uma corneta, a *carrapita*[714].

Recordamos que era nestas reuniões que se determinava os dias, ou, para *se fazer* os *regos* e as *poças*, e se reparar os caminhos, as *cabanas* e *cortelhos*, ou, para *tapar as veigas* e *guardar as uveiras*, dar início às sementeiras e às colheitas, ou, então, se decidia a divisão das águas de rega, a *coutagem* dos incultos, quer para *fazer carvão*, quer para o pastoreio, ou, para corte do estrume e das lenhas, sem esquecer a participação na *vigia e vezeira* e a aquisição do touro de cobrição, além do consenso para a respetiva alimentação e tratamento.

Era nestes *conselhos* que se tomavam as decisões que diziam respeito à coletividade, pelo que expressavam um momento importante na vida da democracia direta, ainda que restritiva nalguns aspetos e cada vez menos participada nas últimas décadas do séc. XX, para, nos dias de hoje, pertencerem ao imaginário daqueles jovens que, apesar de tudo, gostam de ouvir as histórias de vida dos seus progenitores.

Não podemos esquecer as desigualdades dos elementos participantes nos *adjuntos*, quer no género, quer nos grupos sociais. Assim, por princípio, participavam no *conselho* os *cabeças de casal*, quase sempre homens, apenas substituídos pela cônjuge quando ausentes em terras longínquas na busca de melhores condições de vida.

Outra particularidade, mas de suma importância no caráter seletivo de este tipo de democracia direta, traduzia-se no facto de apenas os votos dos proprietários, isto é, dos donos de terras aráveis e de animais de pastoreio, serem considerados nas decisões que eram tomadas, após os pormenorizados esclarecimentos e trocas de opinião.

---

[714] Designação atribuída, por exemplo, no Soajo, Lindoso, Ermida e Germil.

Se comunidades existiam em que os membros se encontravam numa similar posição social[715], por todos serem *donos de terras e de gado*, apesar da diferenciação económica, como era nas aldeias de Castro Laboreiro, da Gavieira, em Germil, e na Ermida, nas restantes comunidades a estrutura social incluía, por exemplo, os *cabaneiros*, os jornaleiros, os criados, cujo estatuto lhes impedia, simplesmente, a participação presencial neste tipo de assembleias.

Além disso, casos existiam em que as decisões em muito dependiam do voto consultivo dos maiores proprietários, como era no Lindoso, por exemplo, com a marcação dos dias das vindimas. Queremos realçar, nesta freguesia, a importância estatutária dos *proprietários mais encabeçados*, pois caso faltassem, decisões importantes poderiam ficar adiadas para uma próxima reunião.

Se, por um lado, nas decisões assumidas nos *adjuntos* participavam, ou, todos os *cabeças de casal*, ou, a grande maioria, eram os membros da Junta, como representantes e responsáveis pela gestão da comunidade, que dispunham de poderes específicos em setores importantes como, por exemplo, na fruição dos *montes em comum*, na reparação das infraestruturas, ou, na implementação e participação nas *vezeiras*.

Contudo, se nos debruçarmos sobre os elementos que constituíram as sucessivas Juntas de Freguesia, sobre o tipo e o modo como eram tratados e decididos os problemas nos *adjuntos*, não é difícil detetar, que os «consensos» conseguidos refletiam, na grande maioria dos casos, a prevalência dos interesses dos mais influentes do *conselho*.

O esquema de regulamentação coletiva concretizado nas normas previamente estipuladas nos *ajuntamentos* e, sempre norteadas pelo respetivo *Código de Posturas*, cuja desobediência se traduzia na aplicação das multas, por parte da autoridade, a Junta, o Zelador e, ou, o Regedor, era mais norteado pela força das circunstâncias do que pelos interesses coletivos dos moradores.

Normas frequentemente adversas, ou mesmo, prejudiciais para os mais pobres que, de acordo com a sua condição, se sentiam na necessidade em aceitar, como eram, por exemplo, as práticas decorrentes de uma desfavorável entreajuda.

Exemplifiquemos com o arranjo e conserto dos caminhos e *cabanas*, com *a feitura dos regos e das poças* nas semanas que antecediam o período da *vezeira* e da rega, tarefas em que todos os moradores das diferentes aldeias em estudo eram obrigados a participar em igualdade de circunstâncias, embora a utilização fosse desigual. Quem tivesse maior área cultivada a irrigar, maior número de animais de pastoreio nas pastagens de Verão, maior quantidade de lenhas e matos a transportar, ficaria mais beneficiado relativamente ao trabalho prestado na preservação de este tipo de infraestruturas.

---

[715] Insistimos perante os nossos interlocutores de Castro Laboreiro, da Gavieira, da Ermida e de Germil, na possibilidade, por exemplo, de existirem famílias possuidoras de gado, mas sem terras, o que eles liminarmente rejeitaram, pelo simples facto de na sua aldeia, naqueles tempos, *toda a gente ter terras e animais*, logo todos participavam nas decisões tomadas nos *adjuntos*.

Também não podemos esquecer o sistema de *vezeira e vigia*. Se aldeias existiam, como já o demonstrámos, em que a participação de um vizinho na *vigia* dependia do número de cabeças de animais, era frequente, como nas aldeias castrejas, nas da Gavieira e na «vila» do Soajo, por exemplo, que não se atendesse a este «pequeno-pormenor», pelo que a mão-de-obra empregue beneficiava, de forma evidente, os donos dos maiores rebanhos mistos e estremes, o da *rês* e o dos ovinos. Mesmo nas aldeias em que os custos da vigilância eram repartidos de acordo com o total de animais pertencentes ao agregado familiar, o rendimento obtido da pastagem comum era proporcional ao efetivo de gado de cada vizinho.

Recordamos o Soajo, nomeadamente a «vila», e o Lindoso, em que as famílias economicamente mais fortes podiam afastar-se das regras de *vigilância comunitária*, sem qualquer punição, mesmo a pecuniária, ao estabelecerem um sistema de vigilância «próprio», recorrendo aos pastores contratados sob a figura de criados e jornaleiros.

Além disso, o próprio modo de gestão da *vezeira e vigia* pressupõe um elemento de desigualdade na medida em que todos, independentemente da situação económica, eram teoricamente obrigados a «guardar» os animais de pastoreio dos demais *fogos*, apesar das diferentes contrapartidas.

Um outro exemplo comum a todas as aldeias em estudo, diz respeito ao *boi do povo* para o qual se destinava uma corte, além de um ou vários *chãos* para pastagens exclusivas, mas o tratamento e assistência eram efetuados pelos *herdeiros*[716], *à vez*, de acordo com o número de vacas, como na «vila» do Soajo e nas aldeias do Lindoso, ou, então, não se atendia ao efetivo de gado, como era na Várzea, por exemplo.

Em nota muito breve diremos que estamos perante princípios comunitários, que ao pretenderem privilegiar uma distribuição equitativa dos encargos da comunidade, diziam proporcionar um equilíbrio não só entre si, como entre os benefícios correspondentes, mas, não evitavam um aproveitamento diferenciado das condições infraestruturais e dos bens comunais usufruídos.

Outros laivos de comunitarismo, determinados autores pretendem identificar nos esquemas de ajuda implementados entre os familiares, vizinhos e amigos residentes nas aldeias limítrofes, aquando da realização das multisseculares fainas agrícolas, como, por exemplo, as ceifas e sementeiras ou as *malhadas* e as vindimas, atualmente, em desuso e decadência, mercê das profundas alterações do *modus vivendi* das últimas décadas.

As *segadas*, nomeadamente, as do centeio e sementeiras do milho serôdio, tarefas árduas, que, no caso das *veigas*, eram realizadas em simultâneo e num curto espaço de tempo, por princípio, um dia, como no Lindoso, tornava-se necessário a utilização de muita mão-de-obra, que se «recrutava» nas aldeias limítrofes. Se as famílias com maiores

[716] Se, por princípio, o touro de cobrição era pertença da comunidade, havendo, por vezes, dois ou três animais, de acordo com o efetivo das vacas da aldeia, não era sinónimo que todos os moradores tivessem direito ao animal, pois, apenas, pertencia aos moradores, que *herdavam o direito* dos pais e avós, ou então, participassem na aquisição coletiva do exemplar.

rendimentos podiam recorrer aos assalariados, a maioria fazia jus da troca de favores, pelo que a participação na tarefa dependia da ajuda recebida no calendário anterior.

Em relação às *malhadas*, nas comunidades em que colaboravam todos os moradores, como nas aldeias, ou, melhor, nas *verandas* da Gavieira, caso um vizinho faltasse, sem justificação plausível[717], era-lhe retirado o direito de utilização da eira e, de modo espontâneo, os vizinhos recusavam-se em colaborar na sua *malhada*.

Situação semelhante verificava-se em relação à não participação na *vigia* e na *vezeira*, pelo que eram retirados os respetivos animais do rebanho ou da manada.

Contudo, quando colocámos estas problemáticas aos nossos interlocutores, preocupavam-se, de imediato, em esclarecer-nos, que, dificilmente, surgiam este tipo de situações, pois toda a gente cumpria religiosamente os *imemoriais usos e costumes*, com exceção, sempre muito rara, para aquele vizinho de mau caráter, ou, recém-chegado e não integrado na aldeia.

Costumes imemoriais enquadravam a utilização, por exemplo, das *eiras do povo* e dos *fornos do povo*, também apelidado de *comunitários*.

Se nas aldeias com *eira do povo*, como na «vila», no Soajo e no Castelo do Lindoso, as famosas *eiras comunitárias*, mas, que a *malhada* não se enquadrava nos hábitos de entreajuda tradicional, dependendo, apenas, da decisão da família produtora do cereal, todos os moradores a podiam utilizar, tornando-se, apenas, necessário *tomar a vez*, isto é, na véspera, ou, vésperas, dependendo do número de agricultores interessados em malhar o seu cereal, colocar-se uma a duas *moreias* a delimitar o espaço de que se necessitava, ficando, assim, a comunidade informada.

Outra situação *sui generis* na área lusa acontecia nas aldeias de Castro Laboreiro com o *forno do povo*. Embora cada família amassasse o seu pão, o embolasse e vigiasse a cozedura, como são fornos de grande dimensão exigiam grandes quantidades de material lenhoso para que estivessem devidamente aquecidos. Ora, Castro Laboreiro tem grande carência em lenhas, mesmo tratando-se de giestas, motivo suficiente para que as donas de casa combinassem entre si, não só os dias da cozedura, mas, alternassem na «sequência» *a primeira a cozer o seu pão*, que teria por missão em aquecer o forno, totalmente frio, e, logicamente consumia muito mais combustível lenhoso, comparativamente àquelas que se lhe seguiam e se limitavam, praticamente, a manter a temperatura necessária.

Diremos que nestes dois casos, embora se verificasse a utilização de um património comum, *a eira* e *o forno do povo*, as tarefas e atitudes que a utilização de estes imóveis desencadeavam tinham por base a iniciativa e tomadas de decisão com caráter individual. Contudo, entendemos que no caso de Castro Laboreiro, na utilização do *forno comunitário* estava implícita a entreajuda com o objetivo de se rentabilizar não só o corte e transporte do combustível, como o respetivo consumo.

---

[717] As justificações, normalmente aceites pela comunidade tinham que estar relacionadas com uma doença, com a coincidência dos dias da rega, ou, da *vezeira*.

Realçamos que a entreajuda estava presente em todos os trabalhos agrícolas, precisamente nos grupos familiares economicamente mais débeis e que predominavam na área em estudo. Em Castro Laboreiro, por exemplo, no lugar da Vila, as famílias organizavam-se, de acordo com o tipo da atividade agrícola, em *sociedades*. Assim, grupos de famílias constituíam, respetivamente, quatro *sociedades*, a das batatas[718], a do *esterco*, a da *segada* e a da *malha* do centeio, ou, então, poder-se-iam distribuir por *agrupamentos* diferentes, consoante a atividade a realizar[719].

Nas aldeias em que se verificava uma maior estratificação social, como na «vila» do Soajo e no Castelo do Lindoso, por exemplo, a entreajuda abrangia as famílias com recursos desiguais, estendendo-se aos grupos mais modestos, os sem posse de terra, ou, com courelas exíguas, que se viam na necessidade em prestar «trabalhos por favor», que tinham como compensação, além da alimentação, ofertas de géneros agrícolas, por vezes, a cedência do moinho, ou, o empréstimo do gado para trabalhar.

Sistemas de entreajuda, que a partir da década de setenta do séc. XX integravam, primordialmente, as mulheres, devido à partida para o exterior dos cônjuges em demanda de uma melhoria da qualidade de vida, mas, que tendem a desaparecer, a um ritmo cada vez maior na transição do século, em função das fortes alterações verificadas nos modos de vida de estas populações limianas e de raia.

Em nota muito breve diremos que estamos perante princípios comunitários, que ao pretenderem privilegiar uma distribuição equitativa dos encargos da comunidade, não proporcionavam o equilíbrio desejável entre si e os benefícios correspondentes, pois permitiam o aproveitamento diferenciado das condições infraestruturais e dos *bens comunais* usufruídos.

---

[718] Na década de setenta do séc. XX, existiam catorze sociedades, o que não é de estranhar, se atendermos à importância do tubérculo na economia dos castrejos.
[719] GERALDES, 1979: 86-92.

CAPÍTULO 6

PAISAGEM AGRO-SILVO-PASTORIL E DINÂMICAS DE EVOLUÇÃO (SÉC. XX)

INTRODUÇÃO

Lima de raia que foi adquirindo uma variedade de cores e tons, uns, relacionados com a evolução da cobertura vegetal espontânea, outros, justificados pela ação humanizadora, que se iniciou com a civilização do megalitismo e se continuou através dos variados grupos, que, sucessivamente, se fixaram e lhe imprimiram a «marca» da respetiva cultura, ou, talvez melhor, do *modus vivendi.*

Povoado, desde sempre, por agricultores, simultaneamente criadores de animais de pastoreio, que, em função do aumento populacional se lhes deparava a necessidade em conseguir novas áreas de cultura, pelo que *subiam mais na serra* e *urdiam* novos esquemas do mesmo modo de vida, o agro-silvo-pastoril, e da mesma forma de povoamento, o agrupado.

Lima em estudo, que no séc. XVIII, já apresentava os modelos de povoamento e de morfologia agro-pastoril, que perduram, sensivelmente, até à primeira década do séc. XXI, apesar de todas as convulsões sociais das últimas cinco a seis décadas.

Espaços e paisagens integrados em área protegida, cuja morfologia agro-silvícola, em capítulo de síntese, pretendemos questionar, num esforço em recriar soluções que privilegiem a preservação da qualidade do seu ambiente, para assim, se melhorar o bem-estar das populações e se combater o despovoamento.

6.1. ESPAÇOS AGRO-SILVESTRES: MUTAÇÕES DAS ÚLTIMAS DÉCADAS

Ao questionar, para o séc. XX, a evolução da dimensão das manchas agro-silvo-pastoris que matizam o Lima em estudo, privilegiaremos o matiz multissecular proporcionado pelas culturas cerealíferas, às quais, em espaços restritos, se associa a da vinha, a par das vastas extensões de lande, que, numa designação genérica denominamos por pastagens extensivas.

Comecemos pela cultura de maior rendimento, a vinha. Cultura de ambiente mediterrâneo, povoou os espaços com melhor exposição geográfica e, ou, mais abrigados dos ventos frios e secos que sopram de norte e leste, cuja cota, por princípio, não ultrapassa os 300 metros.

Com forte incidência na Galiza, em pleno séc. XVIII (Fig. 127), quer a de cepa alta, quer a de cepa baixa, distribuir-se-ia, também, na mesma época, em Portugal, mas, as suas cores e tons a ladear as parcelas, essencialmente cerealíferas, teriam uma maior impacto na paisagem galega, em virtude da extensão pela qual se distribuía, a avaliar pelas informações que as Fontes nos fornecem.

Importância vitícola que ter-se-ia intensificado nos períodos seguintes, nomeadamente na área lusa e de acordo com as informações orais, que conseguimos recolher.

Se os nossos interlocutores no Lindoso, que foram vários, nos chamaram a atenção para o facto de na secção jusante do rio Cabril, na margem direita, existir o *sítio* denominado *Vinhas do Covelo* (Fotos 32, 33 – *Hipotéticos espaços vitícolas na secção jusante da bacia do Cabril, séc. XIX*), também, o *Desenho Topográfico do Lindoso*, de 1803, (Fig. 7), refere o topónimo para o mesmo «sítio».

Além disso, os mesmos residentes do Lindoso, não se esquecem dos *muitos lagares e pias*[720] encontrados na mesma secção do rio Cabril, quando da construção da albufeira do Alto do Lindoso, atualmente submersa pela subida das águas limianas, além de nos terem mostrado, na mesma área, a uma cota ligeiramente superior, vestígios de construções, que entendem corresponder a um núcleo de *adegas de antigamente*, que justificam pela extensa área de *vinha que teria existido na época,* ou seja, *há mais de um século*, hoje, substituída por uma mancha esparsa de sobreiros e de pinhais.

Estivemos na área em causa, nomeadamente nas Vinhas do Covelo, área bem abrigada dos ventos de Norte e de Leste pelo que reúne as condições mínimas para que a cultura se possa ter desenvolvido, mas, que entendemos não ser suficiente para nos permitir inferir a possível relação entre a denominação do *sítio* e a provável mancha vitícola, apesar de, atualmente, serem os zimbros, como os sobreiros, símbolo de condições climáticas muito localizadas e particulares de clima, a sobressaírem na paisagem envolvente (Fotos 32 e 33).

Se não conseguimos outras Fontes que nos confirmassem estas hipotéticas dilações, a jusante, em Cidadelhe, à cota inferior dos cento e cinquenta metros, encontrámos construções, que a população mais idosa não hesita em afirmar que foram *adegas no tempo dos avós*.

Embora arruinadas, estas *adegas* teriam sido utilizadas numa época mais recente, em comparação com as hipoteticamente encontradas na secção jusante do Cabril, a avaliar pelo seu «estado de conservação», que permite reconfigurar a parede «principal», o *lagar*, a *pia* e, em casos mais esporádicos, a *pedra com uma ranhura*, utensílios indispensáveis numa adega limiana de fronteira até há umas décadas (Fotos 34 e 35 – *Lindoso: Espólio de duas imemoriais adegas em Cidadelhe, Maio de 2004*).

De facto, as *adegas* com este tipo de «equipamento», mas, localizadas a níveis mais elevados, ou seja, no núcleo aldeia, foram utilizadas pelos residentes, que em 2004 detinham mais de cinquenta primaveras, até, sensivelmente, à década de sessenta.

Nestas adegas, na parede «principal» e o mais próximo do imprescindível *lagar*, existe, sempre, uma *janela*, com duas aberturas, os *buracos laterais*, para suporte de um *pau*, talvez melhor, uma *trave*, que *atravessava o lagar* e se interligava na extremidade oposta, por intermédio de um *parafuso* em madeira, a um *pau/trave* já *encaixado* na *ranhura* de uma *pedra*, elementos que também se encontram nas *adegas* em ruínas.

---

[720] Designação que a população atribui à dorna, o recipiente em pedra, para o qual era vertido diretamente o líquido que saía do lagar.

Esquema que se tornava necessário para espremer o *bagaço*, depois *de junto* no centro do *lagar* e sobreposto por uma superfície em madeira, na qual assentava, diretamente a *trave* para, de este modo, pressionar as *peles e grainhas dos bagos*, obtendo-se mais uns decilitros do líquido tão desejado[721].

Há, ainda, a distinguir na *pia*, reservatório para onde se escoava o vinho, após decantado do *lagar*, a *ranhura* na superfície superior das quatro paredes, que segundo os residentes, a exemplo do que acontecia com as do lugar, serviria para «encaixar» uma tampa, que se colocaria, quando da *matança do porco,* após *se ter posto as peças a salgar*, uma vez que desempenhavam, também, a função de *salgadeira da casa.*

Estas *adegas*, que designamos por *imemoriais*, por se desconhecer as «origens», distribuem-se pelas três aldeias do Lindoso, sempre, muito próximo do rio Lima e enquadradas por uma vegetação arbórea e arbustiva muito densa, que as torna praticamente inacessíveis, pois correspondem a manchas densamente cultivadas até há uns cinquenta anos. Contudo, mesmo, nas primeiras décadas do séc. XX, as uvas eram transportadas no dorso dos residentes para as *adegas*, localizadas na povoação, sempre a cotas mais elevadas.

Embora constituam elementos integrantes da exploração agrícola do Lima raiano em estudo, não nos podemos deixar de questionar, a exemplo do que persistentemente fazia o nosso simpático acompanhante, quando em Cidadelhe visitamos *adegas imemoriais*, sobre os motivos que justificariam a implementação de este tipo de construções, a cotas baixas e tão distanciadas do povoado.

O aproveitamento agrícola dos solos iniciar-se-ia nos patamares a cotas mais baixas, para em função da pressão demográfica se processar, progressivamente, nos situados a altitudes superiores? Esta hipótese poderá, em parte, ser corroborada pelo núcleo, a «Cidade», (Fig. 4) que a ter existido, implementou-se em posição alcandorada sobranceiro ao rio Lima, a uma altitude cerca dos 200 metros.

Se seguirmos este raciocínio, poderemos aventar, sem correr risco de retirar dilações apressadas, que poderemos estar perante um exemplo relacionado com a ocupação romana, que ao desencadear a «descida» das comunidades castrejas para os fundos dos vales, neste caso, as que viviam nas rechãs limianas mais elevadas, nomeadamente nas da serra Amarela, redimensionariam a unidade de povoamento e passariam a usufruir das condições locais de clima de um Lima, que lhes permitiu desenvolver a *cultura rica*, a da vinha?

Se, pelo contrário, estas *adegas* são contemporâneas do *sítio* das três aldeias, uma explicação aceitável encontra-se na proximidade da matéria-prima, evitando-se, assim, o transporte das uvas, sempre no dorso dos agricultores, havendo, contudo, que deslocar a bebida.

---

[721] Este esquema manual de *espremer o bagaço* dominou até meados do séc. XX, mas nas adegas contemporâneas que se localizam nas três povoações, existindo, ainda, unidades em funcionamento.

Esta hipótese, é, em nossa opinião, «contrariada» pela localização das *adegas* nas aldeias do Lindoso, nomeadamente no Castelo, a uma altitude cerca dos 400 metros, já, voltadas para a *serra*, o que obrigava, até à década de sessenta/setenta do séc. XX, as moçoilas *carregarem à cabeça* os cestos das uvas para percorrerem as subidas, mesmo íngremes, que as interligavam às *veigas* (Fotos 36 e 37 – *Adegas do Castelo do Lindoso, meados do séc. XX)*.

Independentemente dos fatores que estão na base da implementação de este tipo de construções, somos de opinião que são unidades que revelam a importância da vinha na economia das comunidades de *montanha*, cujos membros residiam nas secções abrigadas dos fundos dos vales, apesar de desconhecermos, desde quando, as *latadas* e as *cepas* dão cor ao Lima raiano em estudo.

Importância na paisagem e na economia doméstica, que prevaleceu até meados do séc. XX (Fig. 131), embora em 2003, como já o demonstrámos, a vinha tenha desaparecido na Galiza e, em Portugal se limite a ladear as parcelas, que, ou ainda, lhes é lançado o milho, ou, anualmente são cortadas as ervas daninhas, a fim de se preservar os fenos para alimento dos animais, enquanto *se aproveita algum vinho* (Fig. 132).

Vinha de *produtor direto*, nos lugares com condições locais de clima mais adversas, *de enxertia* nas aldeias mais abrigadas e soalheiras, a vinha distribuía-se sempre nas orlas das parcelas, ladeando, por princípio, a cultura arvense (Fig. 131).

Espaços de cultura promíscua, em que a vinha era a cultura permanente, cobriam-se, no período estival, de milho *maíz*, frequentemente, consociado com o feijão e a abóbora, que no Inverno dava lugar ou ao centeio, ou, às *forragens/restolho*, ou, onde era possível a *água de lima,* ao *lameiro*.

Se no período estival, com exceção para os *campos* castrejos, *verandas* da Gavieira e de Taboazas, era a mancha de milho que dominava e coloria a paisagem agrária limiana, «interrompida», em espaços restritos, pelas *parras da vinha*, que ladeavam as parcelas, no período do Outono/Inverno e primeiros meses da Primavera, era a extensa superfície do centeio, que, independentemente da altitude, se distribuía por toda a área em estudo, «quebrada», ou, pelo *lameiro,* nas parcelas com *água de lima,* ou, pelas *forragens/restolho*, nas *leiras* com *pouca*, ou, *sem rega*, além dos *campos bravos*, os *campos* de feno, já muito próximos, ou, mesmo inseridos nos domínios das pastagens extensivas (Quadros 27 e 28; Fig. 131).

Diremos, então, que a primeira metade do séc. XX correspondeu a uma época, em que a mancha agrícola, nomeadamente na área lusa, teria atingido o limiar máximo, que as populações nos justificaram pelo efetivo de residentes ser muito elevado e se tornar imperioso alimentar, razões suficientes para que todos os esforços fossem enveredados, não propriamente no aumento da produtividade, mas em se conseguir outros espaços de cultura, de milho, ou, de centeio, mesmo que fosse necessário «desbravar» parcelas muito declivosas e de muito difíceis acessos.

Além disso, na Espanha, na década de trinta, tinha-se vivido uma guerra fratricida, cujas consequências se repercutiram de modo calamitoso na atividade agrícola, motivos que justificaram a elevada procura pelos vizinhos galegos dos produtos agrícolas lusos.

Contudo, a segunda metade do século XX, como já o abordámos, ficou marcada na trajetória das comunidades limianas de raia como um período «de grandes alterações», irrefutavelmente associadas aos novos estilos de vida dos seus naturais, que ao não se compadecerem com a economia tradicional e de subsistência, repercutiram-se, de forma decisiva, na geometria e imagens da paisagem agro-silvícola, motivos suficientes para que a organização territorial de este espaço rural, nos dias de hoje, só poderá ser entendida pelas mutações profundas, que o atingiram ao longo das últimas seis décadas.

Preocupados em apresentar, de um modo simples, mas claro, as grandes mutações da paisagem agro-silvícola, nas últimas décadas, munimo-nos de fotografias aéreas a uma escala[722], que nos proporcionasse uma leitura com bastante pormenor sobre espaços agro-silvícolas[723], para dois momentos distintos[724], que consideramos significativos e representativos de todo o Lima raiano em estudo.

Com um conjunto de problemas fomos confrontados, os relacionados com a «qualidade» das fotografias aéreas, a preto e branco, que se referem a momentos distintos e, por conseguinte, refletem níveis de tecnologias bem diferenciados, nomeadamente no que diz respeito à resolução da imagem, que se repercute nos tons que expressam as diferentes manchas culturais, o que muito interfere no resultado final da fotografia por nós «trabalhada», dificultando, para momentos distintos, a leitura comparativa da paisagem em estudo.

Munidos da fotografia aérea, no Verão de 2003, fomos para as aldeias e em diálogo com as populações identificámos, para os meados do séc. XX, os espaços cultivados, cujo contorno delineámos na fotografia.

Mas, outros problemas se nos levantaram, quando pretendemos assinalar as manchas cultivadas em 2003, pelo que queremos, em primeiro lugar, evidenciar a perecidade de qualquer mancha de cultura, sempre, muito dependente, por exemplo, do entusiasmo com que o agricultor está animado no período das sementeiras.

Uma outra questão que se nos levantou relacionou-se com a vinha que, na área em estudo, quando existia, se distribuía pela orla das parcelas. Nas aldeias, que reúnem condições naturais para esta cultura, mesmo quando *a leira fica a feno*, é frequente a vinha per-

---

[722] Escalas de 1/2 500 e 1/3 000.

[723] O esboço da mancha cultivada diz respeito às aldeias de Castro Laboreiro, Gavieira, «vila» do Soajo, Várzea, Castelo e Parada do Lindoso e Ermida. Entendemos que a Gavieira, Castro Laboreiro, Várzea e a Ermida, correspondem a povoações em que, se a morfologia condiciona a organização territorial, o forte isolamento de que foram alvo, até aos inícios dos anos noventa do séc. XX, repercutiram-se na organização social, aspetos distintos dos verificados, quer na «vila» do Soajo, quer no Lindoso, com as aldeias sobranceiras ao rio Lima,desde há longas décadas, com ligações a Braga, além de as condições físicas locais permitirem, por exemplo, a cultura da vinha, embora de modo muito condicionado.

[724] O Instituto Geográfico Português, entidade a que recorremos para aquisição do material fotográfico, realizou, na área lusa em estudo, a primeira cobertura, respetivamente, em 1965 e 1970, e a mais recente (para 2002) em 1994/1995.

manecer *mais uns anos*, pelo que é, quase sempre, a última cultura a ser abandonada. Quando falámos com os nossos interlocutores, designavam essas parcelas, como *campos de velho* ou *leiras de paul*, pois a vinha, lentamente, ia-se definhando, em virtude de lhe faltar a *estrumação anual*, aquando da sementeira do milho, ou, da batata, pelo que entendemos que a parcela cultivada teria que ser sinónimo de parcelas com cereal, neste caso, o milho.

Um outro problema incidiu nas hortas. Como todas as famílias possuem uma pequena horta, quase sempre, um pequeníssimo espaço, optámos por não as assinalar, pois não são significativas na organização da paisagem.

Perante semelhantes problemáticas, decidimo-nos por considerar como espaços cultivados as parcelas, que no Verão de 2003, estavam cobertas pela cultura temporária principal, o centeio e a batata, nas *verandas* de Castro Laboreiro e da Gavieira, nas *inverneiras* e lugares «fixos» castrejos, com exceção para os Ribeiros, o de Baixo e o de Cima, e o milho nas restantes aldeias, sem esquecermos a vinha «moderna» na «vila» do Soajo.

Pela expressão na paisagem e pelo significado económico para as populações, preocupámo-nos em esboçar os *campos* de feno nas *verandas*, quer da Gavieira, quer nas castrejas e respetivas *inverneiras*, sem descorarmos *os campos bravos*, os de feno da Ermida.

A Ermida, uma aldeia inserida em pleno ambiente de *serra,* embora se encontre no patamar dos 400 a 450 metros de altitude, na década de noventa ficou, finalmente, conectada, por estrada, à aldeia mais próxima, a de Lourido (Fig. 136 – fotografia aérea – *Ermida e Bilhares: evolução da ocupação do solo desde meados do séc. XX até 2003*).

Se na densa rede viária dos meados do séc. XX os caminhos «mais largos» apenas permitiam a circulação dos carros de bois, evidencia-se a malha urdida pelos carreiros e veredas que conectavam todos os *sítios* da aldeia e da *serra*, com destaque para as *cambas*, os acessos «rápidos», mas, efetuados a pé, à povoação mais próxima, a aldeia de Lourido.

Se a mancha florestal sensivelmente se manteve no período em observação, destacamos o «corredor» das forragens espontâneas, os fenos, que «interliga» a aldeia à *veranda*, a dos Bilhares, cujo núcleo de construções se limita às cortes que até meados do séc. XX, se destinavam a abrigar os ruminantes durante o período estival.

Em 2003, se a maioria das cortes estavam em ruínas, pois apenas uma parte destas foram preservadas pelos proprietários, pondo-lhe até, uma cobertura em zinco, a *veiga* encontrava-se totalmente ao abandono produzindo forragens espontâneas, que são cortadas em Junho/Julho, a fim de alimentarem os bovinos durante o Inverno.

Na aldeia, se o núcleo de habitações adquiriu outras dimensões, justificadas pelas residências construídas pelas famílias que emigraram, o solo arável, que nos meados do séc. XX era meticulosamente cultivado, encontrava-se, em 2003, limitado a parcelas, as *leiras* de milho que se distribuíam de acordo com a perseverança dos seus proprietários[725] (Fig. 136).

[725] Não podemos deixar de evidenciar, na Ermida, a dimensão da mancha de milho, em 2003, comparativamente à verificada no ano anterior, 2002, que era bem mais reduzida. Assim, quando nesse mesmo Verão, o de 2003, confrontámos um dos agri-

A mancha de milho que coloria as *veigas*, há uns trinta anos, era reduzida, em 2003, a pequenas parcelas que, de um modo irregular se distribuíam pela *velha* mancha cultivada.

Situação similar encontrámos nas aldeias de Parada do Lindoso e da «vila» no Soajo. De um modo global, nas extensas áreas cultivadas dos meados do séc. XX, destacava-se, no Verão de 2003, parcelas de milho dispersas, como por exemplo, na *veiga* de St.º André, em Parada, ou, então, na «vila» do Soajo, com destaque para uma vinha estreme, em moldes modernos (Fig. 137 – fotografia aérea – *Parada: evolução da ocupação do solo desde meados do séc. XX até 2003*; Fig. 138 – fotografia aérea – *A «vila» do Soajo: Parada: evolução da ocupação do solo desde meados do séc. XX até 2003*).

Em espaços cultivados, há umas três décadas, predominava, em 2003, uma extensa área coberta por giestas e matagal, autênticas *bouças*, como no caso das *verandas* da «vila», além dos silvedos, cuja exuberância encobre a velha rede viária, impossibilitando a circulação (Fig. 21).

Em 2003, na «vila» destacavam-se nos socalcos das *verandas*, que conduzem ao rio Lima, quer a montante da povoação, quer a jusante, as *bouças* e extensas *áreas de giestais*, os testemunhos dos «velhos» espaços, meticulosamente ocupados pelo milho, no período estival, e pelo *restolho,* no período de inverno.

Nestas duas aldeias sobressai, também, a evolução positiva da mancha construída, justificada pelas residências novas dos naturais que saíram para o exterior, mas, construíram a casa nova *na sua terra*, *o sinal* da nova posição social (Figs. 137 e 138).

Evidenciamos, contudo, em Parada, o «surto» da construção da década de oitenta nos solos mais férteis da aldeia, os da *veiga* de St.º André, área de reserva agrícola nacional.

Alterações significativas, também, se verificaram nas redes viárias, com a estrada internacional, em Parada, a ser retificada, em virtude do novo complexo Hidroelétrico do Alto do Lindoso, enquanto na «vila» novos eixos foram construídos, com destaque para aquele que interliga a aldeia a Cunhas e Paradela, com «desvio» para o Castelo do Lindoso. Sobressaem, também, os «novos» eixos asfaltados que fazem a ligação mais rápida às *verandas* das Ínsuas e do Murço, sem esquecer o bom estado do pavimento da *antiga* estrada florestal (Figs. 137 e 138).

A floresta, ou, melhor, os pinhais, adquiriram nova expressão, principalmente nas «velhas» parcelas cultivadas da «vila» e sobranceiras ao rio Lima, uma vez que as manchas de resinosas e folhosas plantadas na década de quarenta continuavam, em 2003, a impor-se na área envolvente à povoação.

Em Parada, ainda, em 2003, se faziam sentir, em termos de impacte ambiental, as obras da Central Hidroelétrica do Alto do Lindoso, através das escombreiras em pleno leito do rio Lima.

---

cultores mais entusiastas da Ermida, com a nossa surpresa, limitou-se, simplesmente a dizer, que nesse ano, ele próprio e outros dois agricultores decidiram-se *em semear mais milho.*

Contudo, são as aldeias da Várzea e do Castelo, aquelas que mais foram «atingidas» pela implementação de um empreendimento de semelhante envergadura (Fig. 139 – fotografia aérea – *Várzea: evolução da ocupação do solo desde meados do séc. XX até 2003*; Fig. 140 – fotografia aérea – *Castelo: evolução da ocupação do solo desde meados do séc. XX até 2003*).

Enquanto a Várzea perdeu os seus espaços de cultura, as duas *veigas*, o que não impediu, apesar de tudo, que exíguos espaços cultivados matizassem no Verão de 2003 a aldeia, o Castelo, além de assistir à submersão de áreas cultivadas e incultas, mas, em muito menor proporção, estava confrontado com um conjunto de «construções» ao abandono, as instalações que se destinaram ao alojamento dos funcionários e trabalhadores da Empresa, as arrecadações e estaleiros, além da remoção de terrenos inerentes à própria obra, que passados mais de uma dezena de anos, ainda, se mantinham na paisagem.

A «velha» e humilde represa do Lindoso, cedeu lugar, nos inícios da década de noventa, a um volumoso e imponente espelho de água, que, embora atinja a Várzea e lhe subtraía os espaços de cultura, espraia-se predominantemente pela Galiza.

Evidenciamos, para 2003, a rede viária, principalmente a estrada de ligação à fronteira, muito alterada no vale do Cabril, em que a ponte, no período medieval em madeira, foi submersa e substituída, a jusante, por uma verdadeira obra da engenharia moderna portuguesa (Fig. 140).

Em posição altaneira encontra-se a fortaleza, o castelo do Lindoso, com o «seu» espaço envolvente, em que se destacam as eiras, uma do *povo* e três de *herdeiros*, além do majestoso parque de espigueiros, *todos propriedade privada*.

O núcleo de residências e respetivas *veigas* dispõem-se em redor, com evidência para as manchas «novas» construídas ao longo do principal eixo de comunicação, principalmente a jusante da aldeia.

Das *veigas*, meticulosamente cultivadas nos meados do séc. XX, sobressaíam, de modo irregular, em 2003, parcelas de milho, com os seus *bardos* de vinha, que se distribuíam, também, pelas *leiras de velho*, mas, devidamente cortadas das ervas e arbustos daninhos.

Ao fazer uma leitura de síntese sobre a evolução nas últimas quatro décadas dos espaços que constituem as cinco aldeias por nós selecionadas como representativas dos espaços de milho *maíz* verifica-se o declínio generalizado da atividade agrícola, que foi a principal até meados do séc. XX, a que a paisagem «tão bem responde», pela diminuição drástica das manchas da cultura cerealífera, embora tenha sido na Ermida que encontrámos, no Verão de 2003 e em valores proporcionais às áreas, outrora cultivadas, a maior mancha de milho em toda a área em estudo, lusa e galega (Figs.136, 137, 138, 139 e 140).

«Velhos» espaços cultivados, predominantemente cobertos, em 2003, por associações herbáceas e arbustivas desenvoltas, verdadeiros matagais, que tornavam impossível a «entrada» e a utilização dos carreiros e caminhos *antigos*, por estarem totalmente «submersos» pela «nova manta vegetal», a que se acrescenta os «parques de giestas», que encontraram condições ótimas de desenvolvimento, por exemplo, nas *verandas* da «vila», no Soajo.

Se os espaços de floresta, de folhosas e resinosas, não tiveram alterações muito significativas, pois a política de florestação processou-se nas décadas de quarenta e de cinquenta, as superfícies de pastagens extensivas proliferam mercê, por um lado, da redução das parcelas cultivadas, por outro, pela eliminação dos pequenos ruminantes, as cabras, verdadeiros depredadores, de qualquer tipo de pastagens.

Contudo, uma evolução positiva se constata não só na rede viária, como nas manchas de edificado.

Se nos meados do séc. XX muitas das aldeias, a exemplo da Várzea e da Ermida, não tinham uma estrada, em 2003, todas as aldeias limianas e de raia têm um bom acesso traduzido na *estrada asfaltada.*

O mesmo tipo de evolução positiva se constata na mancha do edificado. Em todas as aldeias do Lima raiano, a exemplo das «aldeias amostra», se verificou um ritmo acentuado na construção de residências novas (Fig. 16), uma das consequências do êxodo rural, que se iniciou nas décadas de cinquenta e sessenta do séc. XX.

Se muitas residências do núcleo ancestral foram reconstruídas, parte significativa entraram em decadência, optando os seus proprietários pela *casa nova* implementada, por princípio, ao longo dos eixos de comunicação principais, ou, nos espaços de *baldio* concedidos pelas respetivas Juntas de Freguesia a preços muito apelativos, por vezes, mesmo, simbólicos.

Evolução positiva no edificado e na rede viária verificou-se, de igual modo, nos espaços do cereal de sequeiro, o centeio, nomeadamente em Castro Laboreiro e na Gavieira.

Mas, antes de prosseguirmos, entendemos refletir não só sobre as opções, que sentimos a necessidade em tomar, como sobre as dificuldades com que nos deparámos, quando da realização do levantamento das grandes manchas de ocupação do solo, em 2003, em ambas as freguesias, Castro Laboreiro e Gavieira.

A fim de conseguirmos uma imagem global dos espaços «com exclusividade» na cultura do centeio, optámos por trabalhar tendo por base ortofotomapas produzidos pela entidade oficial, o *Instituto Geográfico Cadastral*, cuja escala, a de 1/10000, nos permitiria atingir esse nosso os objetivo.

De imediato nos surgiram problemas, os relacionados com o facto de a Entidade Oficial, apenas, disponibilizar os ortofotomapas resultantes dos voos de 1993/94, o que nos dificultou a leitura comparativa da paisagem agro-silvícola em dois momentos distintos.

Um outro problema relacionou-se com a qualidade dos próprios exemplares, a preto e branco, com uma resolução mesmo muito deficiente, o que nos impossibilitou apresentar a imagem resultante do trabalho que desenvolvemos, tendo como suporte esses mesmos ortofotomapas.

Apesar destes problemas e continuando os «passos metodológicos» utilizados em relação aos espaços de milho, fomos para Castro Laboreiro e para a Gavieira, onde, com a ajuda preciosa dos residentes conseguimos retratar, em nossa opinião, os aspetos principais de evolução do aproveitamento da paisagem nas últimas décadas.

Em pleno *planalto*, as *verandas* dispostas ao longo das duas margens do Laboreiro, tinham, em meados do séc. XX, a circundá-las os extensos *barbeitos* de centeio, dispostos numa verdadeira «auréola» hierarquizada pelo rio. Enquanto na margem esquerda, a mancha contínua da pragana estendia-se desde a Seara à Portela «dirigindo-se» para Norte ao encontro da Várzea Travessa, na margem direita, envolvia todas as aldeias, desde o Rodeiro às Coriscadas, «encontrando», em Várzea Travessa, a mancha cerealífera da margem direita, que se continuava pela Portelinha e outros espaços mais a norte (Fig. 141 – ortofotomapa – *Castro Laboreiro: Ocupação do solo, em 2003*).

Extensa mancha de centeio, que envolvia, nesta secção do Laboreiro, as *verandas* e todos os lugares «fixos», inclusive o da Vila (Fig. 141).

Realçamos os «corredores» de centeio, que a partir das *verandas* de uma das margens interrompiam a manta vegetal do planalto, para «ir ao encontro» da *veranda*, mas localizada na margem oposta, como, por exemplo a mancha cerealífera que interligou, em termos globais, Formarigo ao Rodeiro.

Foi sem grande surpresa, que nos deparámos com superfícies tão vastas, outrora repletas de centeio, como, amavelmente, nos afirmaram os residentes nos diferentes lugares, que, em 2003, eram extensos giestais, a «perder de vista», ou, então, pastos com muitas giestas, onde a cabeça de gado deambula, indiferente ao dono, que persiste em vigiá-la.

Há, contudo, a distinguir nas bacias das ribeiras afluentes do *rio Grande*, sempre a cotas mais baixas, de modo a possibilitar a rega por gravidade, as parcelas *mais ricas*, os *campos* de feno, comparativamente às *mais pobres,* os *barbeitos* do centeio, em 2003, com uma área bem mais reduzida, pois, em substituição proliferam os bosques e as bouças.

Os diferentes lugares interligavam-se pelos *barbeitos* e *campos* de feno, atravessados pelas sendas, que serviam toda a aldeia e a conectavam com o exterior[726] (Fig. 141).

As aldeias castrejas, *verandas*, *inverneiras* e, a montante destas, os lugares «fixos» que em meados do séc. XX eram envolvidos pelos «velhos» *barbeitos* de centeio, com grandes dimensões, estão no início do séc. XXI rodeadas por extensas manchas de giestais, apenas, interrompidas pelos *campos* de feno, também, de extensão bem mais reduzida, enquanto no *planalto*, para além das *bouças* e *bosques*, a associação vegetal que substitui, predominantemente o centeio, mantêm-se os *prados*, as pastagens comuns, em 2003, para o gado castrejo e galego, apesar da visibilidade dos marcos da fronteira (Fig. 141).

Distinguimos, também, para os meados do séc. XX e em pleno *planalto*, os espaços de *prados e lenhas*, a que as populações, ainda, em 2003, foram tão sensíveis pelo fornecimento do combustível, que era tão necessário à manutenção das lareiras nas longas noites de Inverno, as giestas, que a população designa por *lenhas*[727].

---

[726] LIMA, 1996: 17-26.

[727] *Lenhas* – expressão que significa no vocabulário, não só castrejo, como nas gentes da Gavieira e Soajo, os troncos e raízes das urzeiras, além das giestas desenvoltas, que constituem, ainda hoje, o combustível eleito.

Nesses espaços praticava-se, na primeira metade do séc. XX, uma rotação de «culturas», em três «folhas», duas *para os fenos*, em que se distinguia aquela em que a forragem era cortada para servir de alimento do gado no Inverno, de uma outra, o *prado*, em que o feno permanecia para ser pastoreado pelo gado em pleno Verão, além daquela «vocacionada» à cultura das giestas, tão necessárias na obtenção do combustível, as lenhas (Fig. 141).

As populações justificaram os *prados do planalto*, a exemplo daqueles que existem nos patamares elevados de toda a serra da Peneda, pelo facto de nas extensas áreas de lande, se *fazerem antigamente os labores*, que as pessoas mais idosas recordam, ou, porque, ainda, assistiram, quando eram crianças, ou, reproduzem as memórias que os progenitores, pais e avós, oralmente, lhes transmitiram.

Não foi, apenas, a população castreja a recorrer aos *labores*, também a da Gavieira e, muito provavelmente a do Soajo, nomeadamente a da «vila»[728].

Se nos dias de hoje, os seniores castrejos, de modo resoluto, identificam em pleno *planalto* os *prados*, espaços fornecedores de pastos para o *gado,* correspondendo aos espaços dos *antigos labores,* os residentes mais idosos da Gavieira e do Soajo, admitem que muitas áreas de pastagens em plena *serra*, nomeadamente, os *poulos*, estarão relacionadas com *os labores que os antigos faziam nos montes.*

Ora, *os labores,* como me esclareceram três octogenárias, respetivamente residentes em Rouças, Rodeiro e Seara, exigiam um conjunto de tarefas realizadas entre Julho e Agosto, esporadicamente, Setembro, nos *baldios afastados das verandas.*

Iniciava-se o trabalho com a delimitação do espaço, por vezes, com o recurso a muros de pequena altura, para, em seguida, *se escarpar o terreno*, isto é, após o arranque das giestas e das torgas[729], caso existissem, cavar-se o solo *às sacholadas* de modo a obter-se *torrões*, que se deixavam expostos ao sol, para, quando estivessem secos, se juntar *umas carquejas* e fazer-se *umas forrageiras*, a fim de se proceder à *queimada.* Uma vez terminada a *queimada*, o solo era *remexido*, de modo a envolver a cinza e a estar apto a receber a semente, que *daria fruto* no Verão seguinte.

Foi com um brilho peculiar nos olhos, que a anciã castreja e moradora no Rodeiro, nos falou da alegria, quando assistia à chegada dos *dez a doze carros de centeio*, puxados pelas vacas que o pai *tangia*, no final do ciclo evolutivo da pragana.

Estamos perante espaços esporadicamente cultivados que, após a *segada do* cereal, se revestiam de uma nova associação vegetal, mas, secundária, apesar da recuperação de espécies consideradas pela comunidade *importantes*, as giestas e urzeiras (Fig. 141).

---

[728] Encontramos para a «vila» no Soajo, uma referência à *queimada* e não propriamente aos *labores*, em «Notícia sumária ...» *Nova Carta Topográfica de Portugal...*», T. III, nº 2-d: 61-62.

[729] Nome que a população atribui às «velhas» urzes, nomeadamente, às raízes, com um tronco volumoso, e muito apreciadas como combustível nas noites muito frias de inverno.

Somos de opinião, que se praticava uma agricultura em que a técnica da queimada imperava e de «carácter itinerante», embora o agricultor mantivesse fixa a residência, que era construída com materiais duradoiros.

Mas, a «associação», ou melhor, a rotação de «culturas» nas parcelas de giestas e nos *barbeitos* de centeio, não está, assim, tão afastada no tempo e no espaço, como nos poderá querer parecer, pois, nos inícios dos anos oitenta as giestas desenvolviam-se em parcelas a par dos *barbeitos* de centeio, em pleno núcleo da aldeia (Foto 38 – *Formarigo e a área envolvente, inícios década de oitenta, séc. XX*).

Recordamos que, se o centeio era imprescindível na alimentação, quer do homem, quer dos animais, as giestas constituíam o principal combustível, pelo que se tornava necessário proceder à cultura em parcelas exclusivas. Quando a planta atingisse o desenvolvimento considerado suficiente[730] para *se fazer uma boa fogueira*, procedia-se ao arranque para se lançar, nesse espaço, uma nova sementeira, a do centeio.

Lembramos, ainda, a cotas inferiores dos espaços das cultura de sequeiro, os *campos* de feno, que nas aldeias castrejas correspondiam às parcelas mais férteis, pela pujança da forragem irrigada, sinónimo de se poder alimentar melhor e maior número de cabeças de gado (Fig. 141).

Cultura muito importante na economia da população castreja foi, a partir das primeiras décadas do séc. XX, a da batata, que alternava na parcela com o centeio (Quadro 27).

Em 2003, conseguimos encontrar *barbeitos* de batatas (Fig. 141), constituindo a expressão significativa nas «hortas», enquanto os de centeio eram muito esparsos, com a maioria dos lugares a «esquecerem-se» da cultura.

A batata de «boa» qualidade desenvolvia-se, no *passado*, nas *verandas*, precisamente nas da Gavieira, evidenciando-se a das Gorbelas, muito procurada pelos agricultores das aldeias limítrofes, não só para o consumo como para a *semente* (Fig. 142 – ortofotomapa – *A Gavieira: ocupação do solo agrícola, em 2003*).

Ficámos convencidos que nas *verandas*, quer da Gavieira, quer de Castro Laboreiro, a produção da batata era, de facto, significativa pelo que se tornava necessário conseguir processos de conservação do tubérculo durante bastantes meses.

Assim, nas *verandas* da Gavieira, nomeadamente, nas Gorbelas, fazia-se *um buraco*, *uma cova*, que não tivesse capacidade de armazenagem superior a cem quilogramas[731] do tubérculo.

Começava-se por *forrar* com uma camada de fetos, para em seguida se intercalarem *camadas de batatas e camadas de fetos*, sendo a cobertura final em terra, a fim de o tubér-

[730] Um ciclo evolutivo das giestas poderia compreender um período de quatro, cinco ou mais anos, intervalo de tempo sempre dependente do ritmo de crescimento da planta.

[731] Por princípio, cada cova levaria uns cinquenta quilos. Evitava-se conservar grandes quantidades numa única cova, para no caso de se verificar infiltração de água, ou estragos provocados pelos ratos, o prejuízo ser menor.

culo ficar devidamente isolado das variações climáticas. Em redor do «armazém» improvisado *rasgava-se um sulco com saídas* de modo a permitir, caso chovesse, o escoamento da água proveniente da escorrência.

Nas *verandas* da Gavieira, a exemplo de Castro Laboreiro, nos meados do séc. XX, era a cultura do centeio que dominava toda a paisagem agrícola (Fig. 142), surgindo, também, os *campos* de feno irrigados no Inverno, pois no Verão apenas se verificava caso *sobrasse água da rega do milho*, cujo ciclo se desenvolvia nas aldeias principais.

Espaços de centeio e da batata, quer castrejos, quer das *verandas* da Gavieira, em 2003, votados predominantemente às giestas e arbustos espontâneos, as *bouças*, surgindo as forragens, nas parcelas em que os proprietários ainda conseguiam cortar todos os anos, para obtenção dos fenos.

Nos espaços com água, *os velhos campos de feno*, foram, predominantemente, cobertos por uma associação arbustiva pujante e desenvolta, que nós atribuímos a designação genérica de *bosques* (Figs. 141 e 142).

Perante tal alteração da mancha cultivada preocupámo-nos em saber a partir de quando se verificou semelhante «metamorfose», ao que nos responderam, nas diversas aldeias castrejas, que há pouco mais de uns dez anos.

A mudança foi, mesmo muito brusca e rápida justificada pelo facto do êxodo rural, que desde longas décadas atingiu a freguesia, mas, apenas, os homens, ficando as mulheres a fazerem todo o trabalho. Nos últimos anos, foi diferente. Partiu a família nuclear ativa permanecendo *os velhos que não podem trabalhar*.

Situação similar encontrámos, a cotas inferiores, nas aldeias principais da Gavieira e nos Ribeiros, o de Cima e o de Baixo (Figs. 141 e 142). Em Abril/Maio era uma azáfama constante, pois em tempo das *lavoiras* todos os espaços eram meticulosamente aproveitados para a cultura principal, por vezes, em consociação com o feijão. Após a colheita do milho *grosso*, em Setembro/Outubro, a parcela recobria-se com as *forragens espontâneas/restolho*, que seriam consumidas pelos animais de pastoreio (Quadro 28).

Evidenciamos nos Ribeiros castrejos, além dos *campos* exclusivos para fenos, as parcelas de milho *grosso*, que no Inverno se revestiam com os fenos irrigados, sendo *pastoreados*, sensivelmente, em Fevereiro/Março, para no período subsequente, ou seja, de Março a Abril/Maio serem cortados e *consumidos em verde pelo gado nas cortes respetivas*.

Em nota de síntese diremos que nos estios dos meados do séc. XX as aldeias «primárias» da Gavieira e os Ribeiros castrejos, coloriam-se pelos tons de verde/amarelos, sinónimos dos milhos em desenvolvimento, que contrastavam nas *verandas*, *inverneiras* e lugares «fixos», com os «dourados» das *searas* e os cinzas de um solo, que aguardava a nova sementeira de centeio, sem esquecer os verdes dos *campos* de feno, diariamente afagados pelas fina película de água que, caprichosamente, se espraiava. Nos invernos/primaveras eram os tons de verde viçoso que imperavam em ambas as freguesias, justificados, quer *pelos centeios* em crescimento, quer pelos fenos pujantes das *verandas*, quer pelas *forragens/restolho*

das *leiras* «salpicadas» pelos «amarelos» da barrosã, que, pachorrentamente, pastoreava, e pelos castanhos e pérolas dos pequenos ruminantes, que irrequietos saltitavam e, também, mesclavam paisagens *serranas* e de raia tão *sui generis.*

Na primeira década do séc. XXI tudo é diferente. As extensas áreas, outrora, de centeio, foram substituídas por manchas de giestas desenvoltas, ou pelo «restolho» constituído por forragens espontâneas, os fenos, que os donos ainda conseguem cortar, enquanto em algumas das *velhas leiras* de milho se desenvolvem os fenos irrigados no estio, permitindo dois cortes[732], ou, então, as giestas, silvas e arbustos, que se entrelaçam e impedem uma simples entrada na parcela (Figs. 141 e 142).

Numa leitura comparativa evidenciamos a aldeia de Rouças em que sobressaíam, em 2003, as parcelas de milho grosso distribuídas pelo espaço agrícola essencialmente ocupado com forragens, em comparação com as restantes aldeias, quer na Gavieira, quer em Castro Laboreiro, nos Ribeiros (Figs. 141 e 142).

Recordamos a *veiga* de Tibo, com solos muito férteis e equipada, desde a década de noventa, com um esquema de regadio, mas que em 2003 estava totalmente ao abandono, emergindo, apenas, parcelas de feno, em virtude dos arbustos espontâneos «cobrirem» espaços significativos das suas parcelas.

Na realidade, em 2003, cultivar cereais, centeio ou milho era sinal de vitalidade, *de grande coragem*, ou, então, de um esforço inglório em manter *usos e costumes imemoriais,* que a paisagem tão bem o expressa, através de um matiz humilde e discreto, como no Verão de 2003 conseguimos observar (Figs. 141 e 142).

Se o declínio dos espaços cultivados é uma constante, em nossa opinião, sem retorno, os núcleos do edificado atingiram, nas últimas décadas, novas dimensões em virtude das residências novas, que o natural constrói, após anos passados no exterior, uma das formas em demonstrar a nova posição social.

Área em estudo, em que um grande empreendimento foi implementado na década de noventa, a Central Hidroelétrica do Alto do Lindoso, que, ao reconfigurar a paisagem, poderá ser incentivador de outros investimentos num espaço frágil e cuja vulnerabilidade tornou-se bem evidente com as mutações das últimas décadas.

[732] Nas aldeias da Gavieira, nas velhas *leiras* de milho, agora, campos de feno, ao proceder-se à rega no Verão, é possível fazer dois cortes de feno, respetivamente, em Junho e em Setembro.

6.2. PERSPETIVAS DE UM AMANHÃ PARA PAISAGENS AGRO-SILVO-PASTORIS EM ÁREA PROTEGIDA

Estamos perante uma área que consideramos muito humanizada e que se justifica pela forma como os residentes, até meados do séc. XX, conseguiram atingir um equilíbrio entre os recursos disponíveis e as próprias necessidades, as de sobrevivência, quando conciliaram o aproveitamento das potencialidades locais com a preservação no tempo, como por exemplo, os socalcos, o parcelado, os regadios ou as sendas e carreiros tortuosos.

Morfologia agrária em que predominava a cultura cerealífera, com os espaços exclusivos de centeio, como em Taboazas, nas *verandas* da Gavieira e em Castro Laboreiro, com exceção para os Ribeiros, e os espaços do milho *grosso*, que se distribuíam por todas as outras aldeias, cereais determinantes não só nos modos de organização da paisagem, como das próprias comunidades.

Até meados do séc. XX eram o centeio e a batata, acrescidas da «cultura rica», a do milho *grosso*, sem esquecer a vinha, que se distribuía pelos espaços soalheiros e abrigados dos ventos frios, a uma altitude a não ultrapassar os 300 metros, que constituíam os principais produtos agrícolas locais.

Com as profundas alterações sociais nas comunidades explicadas pelo forte êxodo rural, que se iniciou nas décadas de cinquenta e sessenta do séc. XX, as paisagens agrícolas, quer a do centeio, quer a do milho *grosso*, «assistem» na primeira década do séc. XXI, à «substituição» nas respetivas parcelas das culturas cerealíferas, pelas associações herbáceas e arbustivas, pujantes e viçosas, que designámos por *bosques* e *bouças*, ou, então, pelas forragens, os *fenos*, quando, anualmente, a associação herbácea espontânea é convenientemente cortada.

As parcelas de milho e, ou, de centeio surgem «tímidas» e esparsas, dependendo, apenas, da vontade que o proprietário teve, naquele ano, em semear uma maior área de cereal.

Se em muitas das aldeias as ruas já não são percorridas pelos animais de pastoreio, nomeadamente os bovinos, outras, pelo contrário, destacam-se pelo efetivo relativamente numeroso, como em Olelas e na Fraga, em Rouças e na Ermida.

Aldeias com extensas áreas de pastagens extensivas, mas, que evoluem de um modo «natural» e «espontâneo», pelo que os incêndios de Verão são uma constante ameaça e cujos resultados funestos estavam bem visíveis, em 2003, na paisagem silvícola.

Leitura dos espaços e paisagens em estudo, para o início do séc. XXI, de certo modo, corroborada pelos valores de indicadores estatísticos e oficiais (Fig. 143 – gráfico – *As freguesias lusas: Variação da terra arável limpa, 1989/1999*) publicitados na última década do séc. XX em relação aos espaços portugueses[733].

[733] Recordamos, mais uma vez, a impossibilidade em conseguirmos valores estatísticos à escala de freguesia e de lugar para a área galega, que as entidades competentes justificaram pela necessidade em preservar a privacidade individual.

Mesmo numa observação sumária dos dados estatísticos, publicados e oficiais, facilmente se deteta, para o período dos últimos dez anos do séc. XX, a redução drástica e generalizada da terra arável limpa em todas as freguesias, com o destaque para a importância das hortas familiares.

A investigação que efetuámos junto das comunidades permite-nos apresentar como a explicação mais aceitável, que entendemos ser comprovada, de novo, pelos dados oficiais publicados (Fig. 144 – gráfico – *As freguesias lusas: As explorações agrícolas e a ocupação da terra arável limpa, 1989/1999*), a relacionada com a eliminação de muitas das explorações agrícolas e com duração centenária, porque o agricultor, produtor singular, ou desapareceu, ou, ao perder as forças *entregou aos filhos*, que estão ausentes, assim como a família nuclear, e por conseguinte, a única solução é *o deixar ficar as terras a monte*, pois o ancião «distrai-se» a *cuidar* das diminutas parcelas, próximo da residência, onde cultiva os hortícolas, que as condições climáticas lhe permitem, nomeadamente, a batata e os vegetais consumidos na dieta alimentar diária.

Recordamos que nos encontramos perante formas de exploração, predominantemente por conta própria, em moldes tradicionais, facilmente comprovado quer pelas inúmeras conversas que mantivemos, quer pelas publicações estatísticas oficiais (Fig. 145 – gráfico – *As freguesias lusas: formas de exploração agrícola, 1989/1999*; Fig. 146 – gráfico – *As freguesias lusas: Os produtores agrícolas singulares, 1989/1999*).

Se a informação publicada remete as explorações agrícolas por contrato de arrendamento fixo, embora em declínio acentuado, para as freguesias do Soajo, Lindoso, Britelo e Entre Ambos-os-Rios, o nosso trabalho de campo permite-nos localizá-las, precisamente, nos lugares da «vila» do Soajo, do Castelo do Lindoso e da Igreja, respetivamente, em Britelo e em Entre Ambos-os-Rios.

Enquanto na «vila» do Soajo encontrámos os «rendeiros» rurais, porque apenas conseguiam casa de habitação, caso cultivassem determinadas parcelas a ela «associada», mas, sempre subaproveitadas, como tivemos ocasião de constatar, em Junho de 2000 e nos Verões seguintes. Já no Castelo do Lindoso, o «rendeiro» com quem dialogámos, nesse mesmo período, foi um idoso, viúvo, que sempre viveu naquela *quinta,* mas cujo trabalho era da responsabilidade dos filhos, que com ele coabitavam.

Nos lugares da Igreja, quer de Britelo, quer de Entre Ambos-os-Rios, se existem casos, mesmo de parceria, a exemplo do Soajo e do Lindoso, devido à necessidade em se obter uma casa de habitação, destacamos aqueles que se associam aos melhores solos das aldeias e que envolvem o rio Lima, as *quintas*, com duração multissecular, alvo de alterações de âmbito estrutural, como em Britelo, ou, em Entre Ambos-os-Rios, que se destacam na paisagem e na primeira década do séc. XXI, ou pela fragmentação acentuada, ou, pela monocultura da vinha.

Tendo, mesmo, em linha de conta, os casos esporádicos da «vila» do Soajo e de Entre Ambos-os-Rios, nos lugares da Igreja e de Sobredo, a investigação efetuada permite-nos,

ainda, inferir que, independentemente da forma de exploração agrícola, o espírito empresarial não anima o agricultor do «nosso» Lima raiano, aliás evidente nos dados estatísticos oficiais e publicados (Fig. 146).

Do efetivo dos agricultores, incluindo o reduzido número com iniciativa empresarial, não se pode dissociar o grau de escolarização, que caracteriza o universo em causa (Fig. 147 – gráfico – *As freguesias lusas: Grau de instrução dos produtores singulares, 1989/1999*).

Se há o predomínio dos agricultores que «sabem ler e escrever», lembramos que predominam indivíduos que não possuem qualquer diploma escolar e que a destreza foi adquirida através de uma aprendizagem justificada pela necessidade imperiosa em dar notícias, quando trabalhava em terras lingínquas e estranhas.

Ora, o grau de literacia do agricultor luso e da área em estudo integra-se no quadro de fatores que contribuem para o estádio de uma agro-pastorícia que enfrenta as graves dificuldades inerentes às áreas de montanha e transfronteiriças, embora enquadradas numa área protegida.

Espaços integrados em área protegida, o Parque Internacional Gerês/Xurés, pressupor-se-ia que fossem aplicadas um conjunto de medidas, pelo menos, no foro da preservação ambiental.

Estamos convictos que um dos vetores de desenvolvimento dos espaços e paisagens em estudo terá, de modo inquestionável, incidir na atividade multissecular, a agro-pastorícia, mas em moldes que garanta a sua sustentabilidade, além da atração de outras comunidades com hábitos culturais distintos, como a urbana.

Todavia, exige, em primeiro lugar, um reordenamento da *serra*, entendida como todo o espaço em estudo, incluindo as próprias povoações, que exige, em primeiro lugar, um combate efetivo aos fogos florestais, que ultrapassa a simples ação dos bombeiros *em apagar o fogo* localizado no tempo e no espaço.

Que manchas silvícolas se adaptam à especificidade das aldeias e aos altos cimos de uma serra do Soajo, da Peneda, do Laboreiro, ou, da Amarela? Que rechãs reúnem condições para a proliferação de pastagens de acordo com as espécies em pastoreio? Que tipo de pastagens a incrementar de acordo com a manada, ou, com a *rês*, ou, os ovinos? Que culturas e técnicas a adotar nas «velhas» parcelas, as *leiras* e os *barbeitos*, que reúnam, de facto, condições para a produção agrícola?

Como recuperar a aldeia agrícola? As eiras, as cortes de animais, a maioria dos espigueiros, as tradicionais adegas, os palheiros, além de a própria casa agrícola?

Como recuperar os *currais* e os *poulos*, as *cabanas* e os *cortelhos*, ou, os *fojos*? Como recuperar uma rede viária que, desde sempre, interligou as aldeias aos lugares mais recônditos da *serra*?

Que tipo de ações a estabelecer com outras comunidades, nomeadamente as urbanas? Que direitos a dar à população envolvida, mas, também, que deveres lhes são exigidos?

Quem orienta a gestão ordenada de estes territórios?

Em 2004, a gama de organismos distribuídos pelo Parque Nacional da Peneda/Gerês, pelo Parque Natural da Baixa Límia/Serra do Xurés, pelos Gabinetes das diferentes Câmaras Municipais, pelas diferentes Associações de Bombeiros, pelas entidades responsáveis pela sanidade animal, pelas autarquias locais, nomeadamente as próprias Juntas de Freguesia, todos eles distribuídos por ministérios tão diferenciados como, no caso português, o da Agricultura, do Ordenamento do Território e Ambiente, ou o da Administração Interna?

Esta estrutura organizacional tão «pulverizada» poderá, de facto, responder às problemáticas efetivas de uma agro-silvo-pastorícia, que se pretende integrada nas características efetivas dos territórios?

Somos de opinião que o primeiro grande problema que as comunidades e territórios enfrentam é conseguir um só corpo responsável pela gestão integrada dos espaços agro-silvestres. Só de este modo se evitarão, a exemplo dos nossos dias, o corolário solto de medidas com resultados muito nefastos, porque são desfasadas e descoordenadas no tempo, no espaço e nas comunidades.

As populações têm o direito em conhecer a entidade, personificada num rosto e responsável pelo desenvolvimento dos seus espaços agrários e silvestres, para assim, lhes ser possível contactá-la, pedir-lhe esclarecimentos, além de a responsabilizar pelas consequências, quer positivas, quer negativas, da aplicação de um ou vários planos de ordenamento.

Por outro lado, as comunidades tornam-se responsáveis na aplicação de um conjunto de medidas, razões suficientes para que aos respetivos membros seja pedido e exigido um conjunto de deveres, os relacionados com o progresso da sua *serra*, a que nunca se recusaram, nem alhearam, lamentando, apenas, que são esquecidos e nunca ouvidos nas decisões tomadas.

Para quando uma gestão dependente de um único poder de decisão, capaz de rentabilizar de modo integrado e de acordo com os interesses das populações, lusas e galegas, as potencialidades de que o Lima em estudo é tão profícuo, a agro-pastorícia, o ambiente e as actividades do turismo e do lazer?

CAPÍTULO 7

AMENIDADES E ESPAÇOS DE OPORTUNIDADE

INTRODUÇÃO

A marginalidade político-geográfica da área em estudo agravada pela crise profunda da agro-silvo-pastorícia dos meados do séc. XX estimulou, nas últimas décadas, o êxodo massivo das famílias para as áreas metropolitanas, principalmente de Lisboa e Barcelona, para os países europeus em desenvolvimento no após II Guerra Mundial, rompendo-se, assim, equilíbrios ambientais, sociodemográficos e económicos secularmente implementados.

Fatores suficientes para se justificar o fraco estádio de desenvolvimento em que estes espaços se encontram, a que se acrescenta a interdependência que, entretanto, se criou entre a marginalidade geográfica geradora de despovoamento que, por si, contribuiu para o abandono das parcelas cultivadas e das áreas de pastagens, que intensifica, por sua vez, uma outra marginalidade, a económica e a social, levando, pelo menos em termos relativos, ao acentuar das situações de subdesenvolvimento.

Em que medida estas imagens do Lima raiano são adequadas aos primeiros anos do séc. XXI, quando grande número dos naturais regressaram, embora mais velhos, e investimentos avultados foram efetuados na residência nova, ou, totalmente reconstruída, apesar de muitos dos seus proprietários apenas a habitarem durante um dos meses de Verão? Ou, a rede de estradas com bons pisos, embora estreitas e sinuosas, aproxima o lugarejo mais recôndito à sede do concelho e, assim, de imediato, aos centro urbanos mais próximos, Braga, Viana do Castelo e Ourense?

Ora, se é verdade que os fatores, que no início apontámos, não podem ser menosprezados, se é verdade que a respetiva interdependência, de cariz vicioso, tem que ser levada em conta, pois permite-nos uma compreensão de todo um processo histórico que conduziu à realidade atual, também é verdade, que as intervenções adequadas e justas para o espaço raiano em estudo, têm de ser capazes de, simultaneamente, abrirem espaços para a emergência de outras perspetivas e horizontes.

Assim, o recuo no tempo, que nos preocupámos em fazer ao longo da investigação, permite-nos questionar se o grande problema do Lima raiano de hoje, não se traduzirá propriamente numa consequência das situações de isolamento e deficiente acessibilidade do passado, mas resultará, precisamente das dinâmicas específicas do presente.

Presente, que deverá ser entendido pela existência de territórios não integrados em redes com significado económico, cultural e social, ou seja, pela existência de territórios insularizados, extensivamente caracterizados por uma baixa densidade relacional e informacional.

Partindo destes pressupostos, as atenções ter-se-ão que concentrar na marginalidade socioeconómica resultante da «velha» interdependência, que é viciosa e que acabámos de abordar, apenas combatida com resultados favoráveis, quando se privilegiar a intervenção ativa e coordenada dos moradores, das instituições e organizações, os agentes, que estimulam e constroem, ou, pelo contrário, contrariam o desenvolvimento de estes espaços e paisagens raianas.

Mais grave, porque mais decisiva, do que a baixa pressão física, resultado dos processos de despovoamento, é a grande dificuldade da maioria dos residentes de este Lima raiano em se atualizarem, em se organizarem, ou, em partilharem esforços, de modo a melhorar a sua qualificação, ou porque a idade é avançada, ou, porque nos graus de literacia e cultural entravam a mudança e a inovação. Situação de gravidade que se poderá, também, entender pelo facto das entidades responsáveis, autárquicas e do poder central, não assumirem o papel que lhes é devido, impulsionar e motivar os atores diretamente interessados na aquisição de destrezas, que lhes permitam combinar recursos externos ao próprio território com a valorização dos recursos endógenos.

O trabalho que desenvolvemos ao longo dos cinco anos, junto dos verdadeiros interessados, os residentes, lusos e galegos, permitiu-nos aferir um desânimo e descrença num futuro promissor, que se estendem a todo o universo em estudo, apesar do potencial de desenvolvimento, que facilmente se pode constatar.

Entendemos que este Lima raiano, embora integre um espaço económico e social caracterizado, quer por fragilidades e potencialidades similares, quer por relações de colaboração e intercâmbio reforçadas nos últimos anos pela geração das novas políticas resultantes da entrada conjunta de ambos os países na Europa desenvolvida, porque permanece o limiar político a dividi-lo, serão os projetos a implementar, no âmbito socioeconómico, ambiental e no quadro de cada país, que poderão, num futuro próximo, estabelecer a diferença nos ritmos de desenvolvimento dos territórios de cada nacionalidade.

7.1. RECURSOS E POTENCIAL DE DESENVOLVIMENTO

7.1.1. O complexo hidroelétrico do Lindoso

Lima raiano que no início do séc. XX atraiu investimentos avultados «simplesmente» porque o encaixe da bacia do rio Lima associado ao volume do caudal da rede hidrográfica eram favoráveis à implementação de um importante aproveitamento hidroelétrico, o do Lindoso, as *Quedas do Lindoso*, cuja concessão foi outorgada pelo monarca Carlos I, em 1907[734] e utilizada pela *Sociedade Anónima Electro del Lima*[735].

[734] «(...) tendo-me sido presente o requerimento em que Justino Antunes Guimarães, natural de S. Salvador de Briteiros concelho de Guimarãis districto de Braga e Jesus Palacios Ramilo, natural de Ribadavia, provincia de Orense do reino de Hespanha pedem para lhes ser concedido o aproveitamento da água do rio Lima, fazendo uma derivação no sitio da Costa do Fajo na freguesia do Lindoso, do concelho de Ponte da Barca no districto de Viannna do Castelo para creação de força motriz (...)» (D.G.,1907, nº 40).

[735] Constituída por escritura pública de 19 de Maio de 1908.

O empreendimento construiu-se no longo período de 1908 a 1922, ano em que se iniciou o funcionamento, sendo considerado na época o maior aproveitamento hidroelétrico português.

As *Quedas do Lindoso*, alvo de sucessivas ampliações, foram praticamente desativadas com a edificação de um novo empreendimento, o do *Alto do Lindoso*[736], o mais potente centro produtor hidroelétrico instalado em Portugal, a funcionar desde 1992.

O aproveitamento hidroelétrico do Lindoso, um dos mais antigos do País, surgiu num período em que o fenómeno da industrialização em Portugal era, ainda, muito incipiente, pelo que, de início, foi projetado com muitas limitações, motivos que justificaram as sucessivas ampliações das instalações, de acordo com a crescente procura de energia, justificada pela evolução socioeconómica do País.

Em termos de «obra de arte», que emergiu na paisagem, salientamos a *presa* de água, ou, melhor, a barragem, que se localizava na aldeia do Castelo (Foto 39 – *Represa do Lindoso: vista geral da situação do local da barragem obtida de jusante, panorâmica em três partes, Abril de 1982)*, da qual emanava o canal de derivação[737], que conduzia o caudal até Paradamonte (freguesia de Britelo), aldeia em que se localizam o depósito de extremidade[738], que os populares designam pelo *embalse*, em pleno núcleo «antigo» da aldeia, a chaminé de equilíbrio, as respetivas condutas e canais de ligação, e a Central[739] (Fig. 148 – mapa – *Paradamonte: O impacto da Electro del Lima na organização espacial, 1.ª metade do séc. XX*).

A grandiosidade e a dimensão da área, que o complexo do Lindoso abrangeu, implicou alterações profundas, não só no direito jurídico da propriedade, como no usufruto, por parte das populações, de bens de utilização em comum, os moinhos, as *levadas*, as águas de rega e de consumo doméstico, por exemplo.

Desde logo, se tornaram necessárias negociações, por um lado, com os proprietários de *terrenos* e com os *consortes* de moinhos, das *levadas* e fontes públicas, por outro, com as Autarquias na cedência de áreas consideradas *de baldio*, caminhos e fontes de utilização pública, tudo, em princípio, acordado, com as devidas indemnizações. Negociações, por vezes árduas e difíceis, que se resolveram nas barras dos tribunais[740].

Uma das obras que grandes transtornos trouxe à vida quotidiana dos habitantes foi a construção do canal de derivação, pois é um canal que não se limitou à condução simples do caudal do rio Lima, desde o Castelo do Lindoso a Paradamonte, mas à captação das

---

[736] O empreendimento do Alto do Lindoso constitui, juntamente com o empreendimento de Touvedo, de dimensões mais modestas, o complexo de produção de energia hidroelétrica do rio Lima.

[737] Escavado em rocha, na bacia vertente da margem esquerda, tem um comprimento de 6 781, 42 metros, dos quais 4 310, 80 metros em 19 túneis e 2 470, 62 metros a céu aberto.

[738] Construído em 1947, com a capacidade bruta de 180 000m^3, dos quais 160 000m^3 úteis, no resultado das ampliações sucessivas.

[739] Complexo formado por dois edifícios, um em forma de L com um corpo de 55x13m e outro de 19,5x10m.

[740] Cartório da Junta do Lindoso, L. *Actas Assembleia de Freguesia*, 1932.

exsurgências e linhas de água, que ia «encontrando», do que resultou o «desaparecimento» de volumes acentuados de água para rega, além da eliminação de fontes, como, por exemplo, a fonte do lugar de Cidadelhe.

Além dos prejuízos, grandes transtornos lhes eram inerentes, uma vez que as populações, através da autarquia local, tinham, em primeiro lugar, de demonstrar a relação entre a construção da obra e o desaparecimento dos débitos de água, em segundo lugar, acordar um entendimento, que passava, sempre pela reposição de um volume semelhante ao do aquífero, ou, de novas fontes, além de uma indemnização dos danos causados.

Indemnizações que não se limitariam à reposição, noutro lugar, dos imóveis destruídos e a prestações pecuniárias, mas poderiam incluir a construção de obras de interesse público, como, por exemplo, em Parada, a participação, na construção de uma escola primária.

As grandes modificações verificaram-se na aldeia em que se instalou o centro produtor de energia hidroelétrica, a *Central do Lindoso*, em Paradamonte, pela extensa área de *baldio*, utilizada como parte integrante da exploração silvícola em comum do lugar, que abrangia toda a vertente declivosa e sobranceira ao rio Lima, que a Empresa adquiriu para a instalação não só da Central, como dos equipamentos inerentes ao próprio complexo hidráulico (Fig. 148).

Como restou um vasto espaço não utilizado, este foi dividido em talhões para construção de habitações, entregues às famílias trabalhadoras na Empresa, na maioria oriundas de outros concelhos, ao que se juntava, de início, uma parcela de 1 000m^2 para cultivo[741].

Desta política «colonizadora» resultou uma paisagem em terraços matizados pelas casas que se distanciam, com formas estreitas e alongadas, suportados pelos socalcos fortes e volumosos, a «terminar» no rio Lima, onde, na primeira década do séc. XXI, predominavam extensas áreas de *paul*.

Em termos da política de habitação adotada pela Empresa, destaca-se pela traça urbana, o Bairro para os funcionários com o estatuto mais elevado, hoje identificado como o *Bairro da E.D.P.* e cujos moradores são, quase todos, octogenários (Fig. 148).

Próximo do *bairro das vivendas*, foi construída uma escola[742], para os filhos dos trabalhadores, atualmente um Jardim Infantil e, um pouco mais distante, uma Capela[743].

Em Paradamonte, destaca-se o núcleo de cultura e lazer[744], essencialmente constituído pelo campo de férias, pela pousada, pelo edifício com a sala de espetáculos[745], ainda designada por *casa de cinema*, em que eram passados filmes todos os fins-de-semana, o

---

[741] Esta área de cultivo, caso fosse devidamente amanhada, poderia ser, no final de períodos trienais, sucessivamente acrescida de «novas» áreas com 1 000m^2, caso a entidade fiscalizadora, confirmasse o aproveitamento agrícola.

[742] Inaugurada em 1948 substituiu aquela que funcionava desde os inícios do funcionamento da Empresa.

[743] A Empresa tinha para os trabalhadores posto médico, cantina inaugurada em 1956, com uma refeição gratuita para os filhos dos trabalhadores, que frequentassem a escola, como estímulo ao ato da matrícula.

[744] Inaugurado em 1957.

[745] Com uma capacidade para 205 pessoas.

salão para reuniões e jogos, os campos de futebol, voleibol, patinagem e ténis, a piscina, tudo envolto em jardins, outrora, meticulosamente tratados[746].

Oferta de equipamentos que distinguia Paradamonte de todas as aldeia em redor, ou melhor, inclusive a sede do concelho, que *não tinha sala de cinema*, o que deixava muito orgulhosos todos os residentes.

Mais importante que os equipamentos era o mercado de trabalho, sempre assegurado, pois, além dos funcionários e trabalhadores do quadro, existia o grande grupo dos indiferenciados, maioritariamente analfabetos, os assalariados em condições extremas de precariedade.

Quando chegámos a Paradamonte, em 2000, ficámos surpreendidos pela admiração e carinho que os residentes ainda demonstravam pelos responsáveis da «velhinha» *Electro del Lima*, os *grandes* fomentadores *de emprego, bem-estar e lazer*.

Grande impacto, como não é de estranhar, verificou-se nas vias de comunicação, com a construção da estrada de Ponte da Barca a Cidadelhe, para mais tarde ser prolongada até à fronteira, na Madalena. Além disso, com a construção do «braço» que faz a ligação da estrada nacional à Central, muito próxima da «ponte de arame»[747], que ligava as duas margens do rio Lima, melhorou a acessibilidade do Soajo em relação a Ponte da Barca, em detrimento dos Arcos de Valdevez.

Se na primeira década do séc. XXI, a população de Paradamonte recorda os tempos áureos e «amigos» da *Electro del Lima*, que vantagens, lhe trouxe, de facto, o empreendimento?

Por curiosidade, limitámo-nos a recordar que a Empresa passou, logo em 1922, a abastecer em energia elétrica, áreas dos concelhos do Porto e Vila Nova de Gaia, quando, por exemplo, na vila dos Arcos de Valdevez apenas se festejou a inauguração da luz elétrica em 1925[748].

Que investimentos, em termos de dinâmica territorial, foram incentivados nesta secção do vale do Lima pela presença de um empreendimento de semelhante envergadura?

A ampliação das instalações continuaram até 1953, período em que já se levantava a hipótese da implementação de um novo aproveitamento, o do «Lindoso Alto», que, após prolongados estudos, várias vezes interrompidos, culminaram com a construção das novas instalações, sob a égide da E.D.P., do maior centro produtor de energia elétrica em Portugal, o *Complexo Hidroelétrico do rio Lima* constituído pelos empreendimentos do *Alto Lindoso e de Touvedo*[749].

---

[746] Segundo residentes nos comentaram (...) *no tempo da Electro del Lima todos os arruamentos da aldeia eram ladeados por jardins muito bem tratados* (...). Existia uma equipa de jardineiros, especificamente contratados, para que a aldeia estivesse, sempre ajardinada e limpa.

[747] Ponte original, sustentada por quatro cabos de arame, daí a designação de «ponte de arame».

[748] «(...) festejamos hoje a inauguração da luz elétrica importante melhoramento (...)» *A Concórdia*, n.º 271, 1925.

[749] A 17 kms a jusante, praticamente em simultâneo, construiu-se o aproveitamento hidroelétrico de Touvedo que, além da produção de energia elétrica, desempenha uma importante função regularizadora dos caudais, que são elevados, e turbinados no Alto do Lindoso (250m^3/s a plena carga), armazenando-os, para os restituir ao rio com valores não superiores a 100m^3/s, evitando-se, deste modo, variações bruscas e de grande amplitude no regime do rio.

Pelos impactes causados na paisagem ninguém pode ficar indiferente à grandiosidade do empreendimento do *Alto do Lindoso*, nomeadamente pela extensão da albufeira em que 75% da área se estende por território espanhol[750] (Figs. 139 e 140).

A implementação do novo empreendimento, cuja Central de produção de energia elétrica se localiza no Castelo (Lindoso), exigiu a beneficiação e a construção de vias rodoviárias em territórios português[751] e espanhol[752], do que resultou, na globalidade, para este espaço de fronteira, uma estrutura viária internacional renovada que muito facilita a ligação de Ponte da Barca a Ourense. Não podemos deixar, desde já, de salientar diferenças significativas, na qualidade do traçado e, em determinados tramos, do pavimento, entre a «rede» espanhola e a portuguesa, sendo aquela alvo de uma maior beneficiação.

Quando refletimos sobre a extensão da área envolvida na construção das instalações do Alto do Lindoso, nomeadamente da albufeira, que submergiu os espaços e paisagens construídos, cultivados e incultos, compreendidos pelas cotas dos 300 a 340 metros, poder-nos-emos aperceber (Fig. 149 – mapa – *O Lima submerso: as principais manchas de ocupação do solo anterior a 1992*) do volume das acordos[753] que em território espanhol foram intensos e difíceis[754], contrariamente ao que sucedeu na área portuguesa[755], desencadea-

---

[750] A bacia hidrográfica do Lima envolvida no Complexo totaliza uma área de 1 524, 8 kms em que 1 335,2 kms se localizam em território espanhol e, apenas, 189,6 kms em Portugal.
O empreendimento tornou-se possível pelo Convénio (1968) estabelecido entre Portugal e a Espanha e que regula o uso e aproveitamento hidráulico das secções internacionais dos rios transfronteiriços, nomeadamente a do rio Lima.

[751] Entre Ponte da Barca e o posto de fronteira, na Madalena, construíram-se três pontes novas e 30 km de estradas. A rede portuguesa, em 2004, ainda não estava totalmente remodelada, faltando o troço compreendido entre Paradamonte e Cidadelhe. Em 2001, iniciaram-se as obras exigidas, que se prolongaram por um intervalo superior a dois anos, sendo suspensas, em virtude das graves consequências de âmbito ambiental.

[752] Tornou-se necessário em território espanhol restabelecer a rede viária atingida pela albufeira, salientando-se a construção de 24 kms de estrada nacional, que incluem oito pontes.

[753] A aquisição de terrenos e construções afetados pela albufeira abrangeu 11 885 parcelas e 231 habitações, que envolveu 2 373 proprietários.

[754] Um conjunto de fatores justificam as «dificuldades» que a Eletricidade de Portugal encontrou, quando decidiu entrar em contacto com as autoridades e populações espanholas, que resolveu, em detrimento das avultadas quantias monetárias despendidas. Se por um lado a extensão da área envolvida, desde logo, pressupunha dificuldades bem evidentes, por outro, a solidez e verticalidade assumidas pelas autoridades espanholas justificam a inflexibilidade nas posições, que se concretizou não só na exigência de equipamentos e infraestruturas a implementar, mas nas justas informações e apoio dado às populações, como o alerta para a necessidade de, previamente, atualizarem os valores patrimoniais, para que todas as indemnizações fossem feitas a preço real. Além disso, a Empresa nem questionou, por exemplo, a posição daqueles proprietários, que cediam as parcelas a submergir, com a condição de venderem, também, aquelas localizadas acima da cota dos 340 metros.

[755] Em Portugal tudo foi bem diferente. As populações sentiram-se desprotegidas, não informadas e à mercê de um «gigante», que atuou de acordo com os seus interesses, indiferente aos dramas que as famílias estavam a viver.
Populações totalmente desprotegidas pelos poderes, local e central, limitaram-se a receber indemnizações feitas na base de valores patrimoniais, completamente desatualizados, pelo que as expropriações em Portugal se limitaram à entrega passiva, por parte das populações, dos respetivos bens, segundo os valores estipulados pela Empresa. A população, como na Várzea, a aldeia portuguesa mais atingida, reagiu com um forte êxodo na tentativa de colmatar uma realidade tão sinistra, pois estava sem dinheiro e desprovida das suas *veigas*, restando-lhe a casa e os espigueiros, cuja função já não tinha sentido.

dos pela *Eletricidade de Portugal/E.D.P.*, de modo a conseguir levar a bom termo os propósitos que se tinha decido a concretizar.

De facto, na primeira década do séc. XXI, enquanto em Portugal a população atingida evita falar na *Eletricidade de Portugal*, para não recordar o modo como foi prejudicada, na Galiza, a empresa é muito bem aceite e, até, elogiada, apesar das quatro aldeias totalmente submersas, Bao, Buscalque, Reloeira e Aceredo (Fig. 149).

A exemplo de todas os lugares da área em estudo, nestas aldeias submersas, predominavam as casas ancestrais, em mancha compacta, estruturada por ruelas estreitas e sinuosas, rodeada pelas parcelas de cultivo que, em terraços, com pendor muito suave, como que «deslizavam» ao longo e para o rio Lima (Fig. 150 – mapa – *Buscalque: estrutura fundiária, 1983*).

Os residentes destas aldeias, as submersas, com as quantias auferidas construíram novas residências, predominantemente, ou, nas vilas de Entrimo e Lobios, as sedes dos respetivos concelhos ou nas aldeias mais próximas, em que se evidencia Compostela[756], com exceção para muitos dos habitantes de Aceredo.

Se Aceredo multissecular sucumbiu, ou melhor, submergiu, um outro Aceredo se soergueu, a cota mais elevada, mas no lugar com o mesmo nome, que se distingue pelas grandiosidade das residências, vivendas envoltas em espaçosos jardins, evidenciando-se, na maioria, como sinal de poder económico, a piscina[757].

A aldeia, a de Aceredo, distinguiu-se, nas discussões levantadas em torno das consequências do empreendimento, pela imponente Igreja setecentista, de interesse arquitetónico inquestionável, que a E.D.P. teve que transferir, pedra por pedra, para Compostela, implementando-a num patamar sobranceiro ao rio Lima, além da construção do cemitério novo e a trasladação dos corpos sepultados na «velhinha» aldeia.

Mas, «voltemos» às aldeias portuguesas, precisamente à do Castelo, aquela em que se localiza a Central hidroelétrica que, ainda nos primeiros anos do séc. XXI (2004), se mantinha rodeada pelas «velhas» áreas de exploração de inertes, por um «edificado» contemporâneo do empreendimento, especificamente, os estaleiros das obras, os escritórios, os alojamentos dos funcionários da Empresa e uma estalagem ao abandono (Fig. 140).

A jusante da aldeia desenha-se o vale do rio Lima em garganta, em que sobressai o talvegue rochoso e os escombros denunciadores da proximidade das obras desenvoltas, para em Paradamonte, se «impor» a «antiga, mas histórica» *Central do Lindoso*, exemplar precioso da arquitetura industrial do início do séc. XX.

---

[756] Compostela distingue-se pelos dois núcleos populacionais, um o ancestral, com as casas compactas, apenas separadas pelas ruas estreitas e sinuosas; outro, situado a cota mais elevada, com residências de traça urbana, rodeadas por amplos jardins, bem vedadas por muros que se fecham por imponentes portões em ferro, algumas delas com piscina. É a Compostela nova, que «nasceu» não só devido ao capital da emigração, mas, pela deslocalização das populações moradoras nas aldeias, hoje, submersas.

[757] Este «novo Aceredo» reflete, em grande medida, as indemnizações conseguidas com a submersão dos bens, conforme nos informaram os residentes, com quem contactámos, quase todos a ultrapassar as sete décadas de vida.

Logo a jusante, o caudal envelhece, pronuncio de um novo plano de água, o da albufeira de Touvedo, bem nítido em Ermelo e Britelo mas, desenvolvendo-se em toda a extensão em Entre Ambos-os-Rios, na confluência dos rios Froufe e Tamente, prolongando-se em direção a Touvedo (Fotos 40, 41 e 42 – *Espaços submersos pela albufeira de Touvedo*).

Destacamos em «Paradamonte sul», sobranceiro ao espelho de água de Touvedo, a bolsa de vivendas, de traça urbana, rodeadas por espaços verdes desenvoltos, e construídas por famílias, em parte residentes nos dois grandes centros urbanos portugueses que optaram, nos tempos livres, por usufruir a tranquilidade dos espaços amenos e «ribeirinhos» de um Lima, que não só enobrece a paisagem, como oferece um recurso precioso, na economia nacional do séc. XXI.

Complexo de produção de energia hidroelétrica, o do rio Lima, que proporcionava outros fortes impactes negativos na paisagem, ainda bem evidentes em 2004, por exemplo, nos escombros, que cobrem o talvegue no tramo interalbufeiras, nas «velhas» pedreiras, ainda a descoberto, na alteração da vegetação, que, outrora, cobria as margens, na morte da flora e fauna que povoavam o rio[758].

A denotar desleixo e um certo abandono verifica-se, também, no núcleo da aldeia de Paradamonte, nos «antigos» espaços de lazer, apesar de funcionarem no período estival, o desaparecimento dos espaços ajardinados, o estado de *paul*, a que estava votado o pequeno laranjal, no Verão de 2004, o modo descuidado como se encontram os campos de jogos, embora, se possam utilizar. É, assim, tão difícil preservar?

Recordamos, também, as outras consequências, que a população lusa, em 2004, não tinha, ainda, esquecido, as *veigas* submersas (duas na Várzea e duas nas aldeias da Igreja, respetivamente, em Britelo e em Entre Ambos-os-Rios), em troca de indemnizações insignificantes, que contrastam com os valores atingidos pelas atribuídas às populações galegas.

Se o antigo empreendimento do Lindoso fixou e atraiu mão-de-obra, ao proporcionar padrões de qualidade de vida, que as populações consideram bons, comparativamente com as povoações envolventes, o que se tem assistido nas últimas décadas?

Aproveitamento hidroelétrico inserido em territórios economicamente débeis, não travou o surto emigratório do séc. XX, pelo contrário, exacerbou-o, como aconteceu na Várzea, embora recordemos a atração de mão-de-obra durante a realização das obras.

Devido às reestruturações sucessivas da Empresa, a mão-de-obra local tem sido, ou, compulsivamente dispensada, ou, atingindo a idade da reforma, jamais é substituída, cons-

[758] O rio Lima era muito rico em peixe, em que destacamos o salmão, que subia o rio para a desova até à cachoeira do Lindoso, local onde se ergue a albufeira, e o sável. Passados catorze anos da construção do Alto Lindoso começam a surgir os primeiros barbos, escalos e vogas, naturais da rede afluente, uma vez que chegados ao Lima, já encontram condições de sobrevivência. O salmão e o sável, jamais chegarão ao Lindoso, devido ao obstáculo que são as comportas da albufeira de Touvedo, apesar dos corredores elevatórios instalados, mas que as espécies são incapazes de transpor.

tituindo a bolsa de trabalhadores no ativo os «seguranças», que dominam em número, e os eletricistas, parte a residirem nas aldeias do Lindoso e de Britelo.

Então, de que modo se valoriza um recurso próprio, o aproveitamento hidroelétrico do Lima, atualmente de valor incalculável, a nível nacional e internacional, a favor das populações autóctones[759] quando, em 2004, os espaços envolventes cujo valor natural, humano e histórico é indiscutível, permaneciam votados ao desgaste normal do tempo?

As populações aguardam com muito regozijo, passada mais de uma dezena de anos após o início do funcionamento da Central do Alto do Lindoso, a possibilidade de investir na implementação dos projetos que emanam do *Plano de Ordenamento das Albufeiras do Touvedo e Alto Lindoso* (P.O.A.T.A.L.), em vigor desde 9 de Março de 2004, instrumento que contempla o aproveitamento turístico dos dois espelhos de água e de espaços envolventes de aldeias, que na área em estudo, correspondem às da Igreja (Ermelo e Entre Ambos-os-Rios), Vilarinho do Souto e Tamente, Várzea e Castelo (Fig. 3).

Desde já, emergiram conflitos, quando os órgãos de gestão da E.D.P., a exemplo do comportamento das décadas de setenta e oitenta, decidiram em finais de 2004 alienar «velhas» instalações, precisamente a estalagem, a que a população[760] do Lindoso se opôs por intermédio da Autarquia, recorrendo à barra dos tribunais[761], alegando que se encontrava implementada numa área de *baldio*.

Com mais este exemplo, limitar-nos-emos, em nota de síntese, a questionar se é com atitudes similares que se favorece o desenvolvimento de espaços apelidados de baixas densidades relacionais, quando entidades poderosas, como a E.D.P., ao assumirem uma posição autista relativamente aos anseios legítimos das populações locais, ostensivamente utilizam os recursos endógenos de grande rendibilidade.

7.1.2. O Parque Transfronteiriço Gerês-Xurés

«Lima raiano», que atendendo ao valioso património, natural e humanizado, que o impregna, integra o primeiro parque nacional[762] português, o Parque Nacional Peneda-

---

[759] Pelo espaço ocupado pela rede de postes de alta tensão, a Empresa paga à Autarquia uma quantia estipulada.
São suficientes contribuições deste tipo para compensar o aproveitamento e utilização de um recurso, que, de facto é pertença das populações?

[760] Há residentes, em colaboração com a Autarquia, a camarária, que têm possibilidade para investir nos equipamentos que o Plano de Ordenamento das Albufeiras prevê.

[761] Por curiosidade, em Dezembro de 2004, eram oito os empresários de hotelaria interessados na aquisição, seis lusos e dois galegos.

[762] Entende-se por parque nacional uma área que contenha um ou vários ecossistemas inalterados ou pouco alterados pela intervenção humana, integrando amostras representativas de regiões naturais características, de paisagens naturais e humanizadas, de espécies vegetais e animais, de locais geomorfológicos ou de habitats de espécies com interesse ecológico, científico e educacional (*Decreto-Lei n.º 19/93,* 23 de Janeiro*, art.º 5).*

-Gerês[763], criado em 1971[764], e o Parque Natural Baixa Límia-Serra do Xurés, institucionalizado em 1993[765].

Em 1997, num esforço de intensificação de ações conjuntas de cooperação, foi acordado entre ambos os países a criação do primeiro parque europeu, de cariz internacional, o *Parque Transfronteiriço Gerês-Xurés*, que, logicamente, é constituído pelos territórios dos Parques Nacional Peneda-Gerês e Natural Baixa Límia-Serra do Xurés[766].

Se o Lima luso, que estudamos, adquiriu o estatuto de área protegida, com a constituição do Parque Nacional em 1971, o percurso da nossa investigação permite-nos inferir que esse atributo, embora com as devidas *nuances*, terá origens muito mais recônditas, recuará, pelo menos, ao séc. XIII (1282)[767], ou mesmo, ao séc. XII. Recordemos os monteiros[768] do Soajo[769], os do Lindoso, ou, os de Britelo, que controlavam a *serra*, respetivamente das margens direita e esquerda do Lima luso em estudo, e os privilégios auferidos pelas populações, que nelas residiam, por serem áreas de montaria real.

Se é um facto indiscutível que, pelo menos, já no séc. XIII existiam *os guardadores dos montes*, as matas com superintendência real e disseminadas pelo País[770], pela documenta-

---

[763] A delimitação do Parque Nacional, para a qual não se encontram na área que estudamos argumentos válidos, que justifiquem os critérios utilizados. Legalmente, não inclui as aldeias de Vilar de Suente, Vilarinho das Quartas e parte da «vila» (freguesia do Soajo), Tamente (freguesia de Entre Ambos-os-Rios), Paradela, Portuzelo (freguesia de Vila Chã, S. João) e Vergaço (Freguesia de Cibões).

[764] O Parque Nacional da Peneda-Gerês é criado pelo *Decreto-Lei nº 187/71*, de 8 de Maio de 1971.
«(...) Ao criar-se o primeiro parque nacional no continente, procura-se possibilitar no meio ambiente da Peneda-Gerês a realização de um planeamento científico a longo prazo, valorizando o homem e os recursos naturais existentes, tendo em vistas finalidades educativas, turísticas e científicas. (...) Numa síntese da ética de proteção, trata-se de possibilitar uma vasta região montanhosa de cerca de 60 000 ha, quase na totalidade já submetidos no regime florestal, a conservação do solo, da água, da flora, da fauna e da paisagem, abrindo-a às vastas possibilidades do turismo, mas mantendo uma rede de reservas ecológicas de alto interesse científico, tanto nacional como internacional (...)».

[765] A declaração do *Parque Natural Baixa Límia-Serra do Xurés* foi oficializada pelo Decreto 29/1993, de 11 de Fevereiro. Os objetivos principais relacionam-se com a conservação dos espaços naturais, da flora e fauna silvestres, abrangendo as áreas, a cotas mais elevadas, dos concelhos de Muiños, Lobios e Entrimo.

[766] Em 31 de Julho de 1997 foi assinado um convénio de colaboração entre a Espanha e Portugal, relativamente às duas áreas protegidas. Em 2004, ainda não existia desse ato um reconhecimento jurídico, o que não impedia que as direções de ambos os Parques trabalhassem em colaboração estreita, como o demonstram as várias iniciativas que se têm realizado em conjunto, por exemplo, a elaboração do segundo Plano de Ordenamento de ambos os Parques.

[767] «(...) que os Monteiros do Soaio ande dar ao Alcayde de Laboreyro (...)». A.N.T.T. – *Chancelaria D. Dinis*, L. 1, fl. 54.

[768] Os monteiros reais seriam, ou melhor, eram, os guardas-fiscais da *serra*, os responsáveis pela gestão dos espaços de cultura, pastagens e caça.

[769] «I. Afonso III», 1258, *P.M.H., I.*, vol. I, 1888, fls 396, 413, 414.

[770] Os monteiros tinham como atribuições a defesa tanto da flora como da própria fauna que matizavam a mata do País «(...) considerando esta não só como uma fonte de produtos úteis indispensáveis às populações, mas também como ambiente necessário para a vida normal da fauna cinegética (...)». A referência a Monteiros-menores e a Guardadores de matas justifica que se acrescente agora que o Monteiro-mor os tinha por auxiliares, tais como os Monteiros a cavalo e Moços de monte, em correspondência assim mais ou menos perfeita com os Regentes, Mestres e Guardas florestais do nosso tempo (NEVES: 19-53).

ção que conseguimos, eles, os *montes,* incluíam também os das *serras* do Soajo, Peneda e Amarela, figuras que perduraram até 1821[771].

Iniciou-se, a partir desta data, 1821, um novo período na história da administração florestal, que teve como um dos «marcos» 1886, ano em que emergiram os Serviços Florestais da Direcção-Geral da Agricultura e se reuniram as condições para a elaboração dos primeiros planos de florestação dos *baldios*, nomeadamente os *serranos*[772]. Contudo, seria com o Estado Novo que as populações em que se incluem as de este Lima raiano se viram confrontadas com a imposição da cobertura florestal e com todas as consequências dela decorrente, quer no âmbito social, quer económico.

Espaços e paisagens, o suporte e a memória de comunidades, impregnados de um valioso património multissecular, natural e construído, mas ameaçados pelos condicionalismos decorrentes da florestação massiva e do intenso êxodo rural dos meados do séc. XX, assiste-lhes o direito em exigir ao poder central, que implemente medidas específicas capazes de garantirem uma gestão racional dos recursos endógenos, a fim de os preservar e valorizar, de modo a transmiti-los às gerações vindouras.

Então, que evolução nas dinâmicas territoriais de este Lima luso em estudo, no período das três décadas, em que a presença do Parque Nacional da Peneda-Gerês é a figura proeminente?

Recordamos, em breve nota, tomando como comparação os espaços galegos que estudámos e considerados área protegida, apenas em 1993, que o ritmo da variação da população lusa não difere, em substância, da evolução demográfica, que se constata na Galiza, que o limiar político não distingue as manchas de cultivo e de pastagem extensiva, em que o *paul* se alastra a um ritmo veloz, de ambos os lados da fronteira, que a inexistência de um aproveitamento racional e sistemático dos espaços silvestres é comum aos territórios das duas nacionalidades, que os «alumínios» e, por vezes, os azulejos proliferam no âmago dos povoados, lusos e galegos, apesar de uma certa preocupação com a traça e os materiais utilizados no edificado português.

Quando ouvimos as populações, lusas e galegas, as opiniões, por ventura, poderão divergir. De início, a população galega não estaria de acordo com o projeto do Parque Natural, em virtude das limitações impostas no *usufruto dos montes*, pois entendiam que perderiam a liberdade multissecular *de cortar, roçar e fazer queimadas*, onde melhor lhe aprouvesse.

Teria sido esse o sentimento que determinou a oposição dos habitantes do concelho de Entrimo e que justificará, segundo a sua opinião, o facto de na fase que antecedeu a

---

[771] Carta de Lei, de 22 de Agosto de 1821, que terminou com os cargos de Monteiro-mores e menores e todos os lugares da sua dependência.

[772] Em 1888 foram aprovados os regulamentos da arborização nos primeiros perímetros florestais criados, os das serras do Gerês e da Estrela.

inclusão, o concelho não ter sido alvo de projetos de beneficiação significativos, a exemplo do que teria acontecido no concelho de Lobios.

A inclusão de aldeias do concelho de Entrimo na área protegida teria sido decidida pelo alcaide, à revelia da vontade da maioria dos munícipes, motivo suficiente para justificar a indiferença com que, no Verão de 2003, nos falaram sobre a «presença do Parque» na sua aldeia, da qual, segundo as suas perspetivas, não teriam recebido, ainda, benefícios de relevo.

Os habitantes de Lobios, ou melhor, das aldeias em que estabelecemos os diálogos, embora reconheçam que *perderam direitos sobre os montes*, ou, tivessem abdicado de culturas não autóctones, admitem que têm *usufruído de benefícios*, nomeadamente no campo do turismo, uma vez que no período estival os visitantes aumentaram substancialmente, além de os investimentos que têm sido efetuados em equipamentos de apoio à atividade, como, por exemplo, no complexo balneário do Rio Caldo, ou, no repovoamento cinegético do Xurés.

A leitura do Decreto[773] que aprova o *Plano Diretor de Utilização e Gestão do Parque Natural da Baixa Límia-Serra do Xurés*, nomeadamente o item ANEXO, que descreve a delimitação territorial, permite inferir que teria havido a preocupação em excluir como áreas do Parque Natural as vertentes com cotas baixas e os fundos de vale, ou seja, os espaços mais povoados, em que se implementam as aldeias mais populosas, como por exemplo, a sede dos dois concelhos, Terrachá e Fondevilla, com os núcleos envolventes.

Ora, são as aldeias, as áreas mais «sensíveis» às normas em vigor numa área protegida, no âmbito do ordenamento urbano e da construção, quer de novas residências, quer na recuperação do edificado secular, ao tornar-se necessário preservar a traça genuína, os materiais endógenos, além das utilizações do solo, de acordo com as capacidades, motivos que, com facilidade, originam grandes protestos e descontentamento por parte das populações.

Contudo, a presença do parque natural, neste «campo» ainda não se teria feito sentir, não só pelas informações, que conseguimos em 2003, através das populações, quer pela observação das próprias aldeias, em que os materiais modernos proliferam, tanto nos «aumentos» em cimento e tijolo na velha casa de granito austero, como na arquitetura dos edifícios novos, quase sempre a reprodução da planta tradicional de outros países europeus, ao que se acrescenta a falta generalizada de redes de saneamento, além das «argamassas» betuminosas, que revestem as «ruas» dos povoados.

Somos levados a inferir que, ou, pela juventude do Parque Natural da Baixa Límia-Serra do Xurés, ou, por decisão assumida pela Direção, uma política de preservação do património construído, ainda não atingiu, de facto, os centros rurais envolvidos, razões,

[773] *Decreto nº 107/1998*, de 5 de Junho: 6 223.

que justificam, em nosso entender, a «indiferença» com que a maioria dos residentes reagem perante o novo regime jurídico em vigor.

Sentimentos bem diferentes animam as populações lusas. Em primeiro lugar, confrontaram-se, na década de setenta, com uma nova figura jurídica, a de Parque Nacional, sobre a qual não foram informadas, nem consultadas. Em segundo lugar, não conseguem entender critérios utilizados na delimitação da área protegida, quando lhes dizem, que aldeias limítrofes e com identidade similar, umas, constituem parte integrante, outras ficaram excluídas do Parque Nacional. Em terceiro lugar, e na opinião dos nossos interlocutores, que foram em grande número, as medidas tomadas, sempre com carácter imperativo, são predominantemente lesivas aos seus próprios interesses.

Populações já «flageladas» pelas medidas proibitivas impostas pela Política Florestal do Estado Novo, assistiram, de uma forma impotente, à implementação de outras normas que, em muitos dos casos, lhes são de difícil compreensão. Mas, passemos a exemplificar. Populações imbuídas de uma cultura secular, que lhes foi transmitida pelas gerações mais velhas, em que o javali ou o lobo eram animais inimigos, porque dizimavam as culturas e os efetivos de pastoreio, motivos suficientes para justificarem as *batidas* e os estratagemas utilizados na caça a esses exemplares, assistem, de forma passiva, desde as últimas décadas do séc. XX, não só ao repovoamento dessas espécies, como ao abate dos seus *gados* e à destruição dos milheirais, para não serem punidos com avultosas multas pecuniárias[774].

Se o problema dos *gados* dizimados e da destruição das manchas de cultura resultante do repovoamento cinegético da *serra* se traduziu numa revolta forte das populações, nos primeiros anos de implementação das medidas de proteção às feras, ela foi, de certo modo atenuada, na década de noventa, pelos prémios comunitários e incentivadores da criação de *gado* em regime de pastagem livre, enquanto as manchas de milho regrediram a um ritmo forte, porque a idade do agricultor vai pesando e não se compadece com um trabalho tão árduo, além das produções não serem, de modo nenhum, compensadoras dos custos exigidos.

Área protegida, também integrada na Rede Natura 2000, a exemplo do Parque Natural da Baixa Límia-Serra do Xurés, estatuto que as populações consideram um outro entrave ao desenvolvimento, como por exemplo, os residentes de Germil, na Serra Amarela, que se confrontaram com a proibição da instalação de um parque eólico no Muro pela necessidade da preservação da águia-real, em vias de extinção, sem que, por isso, tivessem sido recompensados pelos entidades competentes, pela perda dos rendimentos resultantes da cedência dos terrenos à empresa de produção de energia eólica.

---

[774] Se é verdade que a Instituição paga os prejuízos resultantes do ataque do lobo, é necessário comprovar através de fotografia, as marcas que a fera deixou na carcaça do animal, o que para populações septuagenárias se torna difícil a utilização de uma máquina fotográfica. Além disso, está-se perante um pastoreio extensivo com o *gado* a deambular pela *serra*, pelo que o período que medeia entre a morte de um exemplar e o momento em que ele é encontrado, pode ser suficientemente lato para que a decomposição tenha «apagado» as marcas deixadas pela fera.

Mas, é no reordenamento da aldeia, ou seja, no novo caminho a romper, ou, no secular a alargar, nas áreas de implementação do novo edificado, na cércea, que se quer alterar, ou, importar do estrangeiro, nos novos materiais que se pretendem utilizar, que incide, na primeira década do séc. XXI, o maior descontentamento em relação à figura do Parque Nacional, que os residentes dizem muito distante, não só pela sede se localizar em Braga[775], mas, porque os técnicos, muito esporadicamente aparecem, e, quase sempre, para censurarem atitudes tomadas, através da aplicação de medidas punitivas.

As longas e múltiplas conversas, sempre com caráter informal, que, ao longo dos cinco anos, tivemos em toda a área em estudo, permitem-nos pensar, que um dos principais motivos de um certo mau estar, se explicará pela falta de informação e esclarecimento, por parte dos elementos responsáveis, sobre as medidas tomadas, nomeadamente as punitivas.

Uma animosidade latente associada às visitas muito espaçadas de elementos responsáveis pela Gestão do Parque[776] explicam, em nossa opinião, por exemplo, o rasgo proibido de caminhos, as construções recentes, ou, recuperadas, que desvirtualizam o património genuíno da aldeia, pois é opinião corrente, que uma vez erigidas não haverá coragem suficiente para as desmoronar.

Não podemos esquecer a imagem que, logo em 2000, nos foi transmitida, quando entrámos, sistematicamente, em contacto direto com todas as famílias, a fim de efetuarmos o estudo sobre a *Mobilidade* e perguntávamos se eram proprietários de imóveis em outros lugares e nos referiam que os adquiriram na sede do concelho, ou, em Braga, mais raramente em Viana do Castelo, pelo facto de lhes ter sido proibido pelas entidades do Parque a construção *de uma casa nova nos seus próprios terrenos.*

Compreendemos que, por ventura, essas «novas» áreas para construção alterariam a planta tradicional do aglomerado, mas, apesar de tudo, questionamos se não haveria possibilidade em se conseguir um consenso, sobre uma outra localização na aldeia, que não a desvirtualizasse, mas, que impedisse uma próxima deslocalização da família.

Será preferível seguir meticulosamente um plano previamente gizado, por equipas de trabalho que não dialogaram previamente com as populações, punindo e proibindo, de imediato, os prováveis transgressores, erradicando-os, ou, conseguir consensos e acordos que, simultaneamente evitem a desvirtualização da aldeia e sejam capazes de irem ao encontro da vontade dos residentes, contribuindo-se, deste modo, para o atenuar de um despovoamento, que não se deseja, mas que as circunstâncias favorecem a um ritmo avassalador?

Mais do que a aplicação de medidas punitivas, ou, em sentido totalmente oposto, o da figura do «fazer de conta», tornava-se necessário estabelecer longos e pacientes encon-

---

[775] Há a salientar as delegações, que se localizam nos Arcos de Valdevez e em Ponte da Barca.

[776] Trabalhámos e investigámos, nesta área, no período de 2000 a 2004 inclusive, nunca tendo o prazer de nos encontrar com responsáveis da Área Protegida, com exceção nos últimos dois anos, com jovens licenciados, com contrato percário, embrenhados no levantamento de variáveis imprescindíveis para a laboração do II Plano de Ordenamento.

tros, verdadeiras sessões de educação ambiental, dos quais inevitavelmente surgiriam consensos, em que a imagem das entidades seria beneficiada, os residentes ficariam confiantes e a paisagem preservada.

Apesar de tudo, no período dos cinco anos em que perdurou esta investigação junto das populações, apercebemo-nos de uma melhoria, embora muito ténue, na imagem do Parque Nacional perante uma pequena parte da população, principalmente das autarquias. Postura que não resulta, propriamente, da ação direta da Entidade, mas dos resultados decorrentes da implementação de projetos de valorização com matriz comunitária[777]. Projetos de desenvolvimento que, entre outros aspetos positivos, alertaram as populações para a importância de uma aprendizagem ambiental, ao interiorizarem que o progresso e a rentabilização da sua terra implicam, entre outras medidas, a necessidade em preservar e respeitar o património e o ambiente.

Independentemente dos postos de trabalho proporcionados pela presença do Parque, que na primeira década do séc. XXI[778], seriam em número muito limitado, em comparação com a primeira década de vigência, somos de opinião, apesar de todas as «contingências», que a presença desta Instituição se traduz em benefícios de considerável importância para a vida das comunidades.

No âmbito das infraestruturas evidenciamos os esforços para o alargamento da rede viária interna, o abastecimento de água ao domicílio, a implementação da rede de saneamento básico e de equipamentos turísticos sem esquecermos a preocupação em projetar a nível nacional e internacional a qualidade ambiental e cultural dos territórios.

Em relação à rede viária há que distinguir, de um modo global e no interior de cada aldeia, uma verdadeira rede capilar, a interligar as residências à via principal, que conecta os lugares da freguesia às sedes do concelho.

Se a maioria dos aglomerados estão *a priori* equipados com uma rede de saneamento, não se estará, de facto, a rentabilizar o investimento, porque as ligações domiciliárias, por exemplo, não foram efetuadas.

Evidenciamos a construção do Parque de Campismo[779] em Entre Ambos-os-Rios, a recuperação de «velhas» casas dos extintos Guardas Florestais, as «casas da natureza»[780],

---

[777] Como os projetos enquadrados pelas Medidas do Quadro Comunitário de Apoio III (2000-2006) estão, nos finais de 2004, em plena fase de implementação, período limite do nosso trabalho junto das populações, a nossa observação incide, no âmbito do impacte territorial, o decorrente da aplicação dos apoios comunitários do Q.C.A. II (1994-1999).

[778] No Verão de 2 000 trabalhavam no Parque de Campismo de Tamente: seis residentes de Entre Ambos-os-Rios, a tempo certo (4 mulheres e 2 homens); na área florestal e no museu arqueológico: 6 Vigilantes da Natureza (2 de Entre Ambos-os--Rios, 2 de Britelo e 2 do Lindoso); 31 funcionários e trabalhadores assalariados (26 homens e 5 mulheres), que residiam em Britelo (7 homens e 3 mulheres), no Lindoso (11 homens e 1 mulher); no Soajo (8 homens e 1 mulher.)

[779] Não podemos esquecer, mesmo no limiar do Lima luso em estudo, dois parques de campismo, o de Travanca e o de Lamas de Mouro.

[780] Castro Laboreiro: Barreiro e Dorna. Gavieira: Baleiral. Soajo: Adrão, *Veranda* do Murço. Lindoso: Cidadelhe. Britelo: Penha. Entre Ambos-os-Rios: Penadoeido.

enquanto outras continuam entregues à ação inexorável da meteorização e do banditismo, bem patentes nos telhados destruídos, janelas e portas derrubadas.

Seria a investigação científica[781] a adquirir grande importância nas atividades do Parque Nacional, nomeadamente, as explorações arqueológicas no Planalto de Castro Laboreiro, nos castelos de Castro Laboreiro e do Lindoso, nas Serras do Soajo e Amarela e a construção, nos anos oitenta, dos museus no Castelo do Lindoso, na Ermida, em Entre Ambos-os-Rios, sendo o exemplar mais recente, inaugurado em 2004, o núcleo museológico na aldeia da Vila, em Castro Laboreiro[782].

Para aldeias que adquiriram há mais de trinta anos o estatuto de área protegida, em breve nota de síntese, limitar-nos-emos a inferir que a presença do Parque Nacional da Peneda/Gerês se, por um lado, impôs fortes limitações à atividade humana, desde a prática agro-silvo-pastoril à problemática da recuperação e construção das habitações e anexos agrícolas, assumindo uma posição autista perante as reações e opiniões das populações locais, o que contribuiu para a intensificação do êxodo rural, por outro, incrementou o volume de investimento público em infraestruturas básicas de natureza coletiva.

Se este tipo de políticas fomentou uma melhor qualidade de vida dos residentes, não impediu a emergência de outros problemas como, por exemplo, os decorrentes da melhoria das acessibilidades, da maior concentração de poluentes nos novos sistemas de saneamento, do impacto das novas captações para o abastecimento público, sem se questionar, por enquanto, a pressão demográfica de carácter sazonal, decorrente da projeção a nível nacional e internacional da qualidade ambiental e cultural destes territórios.

7.1.3. Projetos de desenvolvimento no âmbito comunitário

A área raiana em estudo, nomeadamente a lusa, área protegida, tem beneficiado de políticas de salvaguarda e de valorização do património, que, pelas estratégias utilizadas, potencializam a atração e fixação dos naturais, pois exigem a adesão e participação ativas dos residentes, nomeadamente as fomentadas pelas chamadas *Iniciativas Comunitárias.*

Num esforço em atenuar os impactos negativos e, sempre que possível, em potencializar os recursos locais, foi criada, em 1993, a *A.D.E.R.E.-Peneda Gerês*[783], Associação de

---

[781] Não podemos deixar de referir que a Instituição concede, também, uma especial atenção à investigação no domínio das Ciências Naturais.

[782] As instalações resultaram da recuperação de um edifício, a antiga fábrica de chocolates. É constituído por duas áreas de exposição, uma sala de tratamento do espólio e uma antiga casa colmada.

[783] A A.D.E.R.E.-Peneda Gerês, criada em 21 de Janeiro de 1993, cujos sócios fundadores foram o Instituto de Conservação da Natureza, a Comissão de Coordenação da Região Norte, as respetivas Câmaras Municipais (Arcos de Valdevez, Melgaço, Montalegre, Ponte da Barca e Terras de Bouro) e a Comissão Regional do Alto Minho. Em 1994, a Assembleia Geral decidiu alargar a estrutura associativa às instituições: Associação de Criadores de Raça Cachena, Cooperativa Agrícola dos Agricultores de Arcos de Valdevez, Clube de Caça e Pesca de Arcos de Valdevez; Clube de Caça e Pesca de Ponte da Barca;

Desenvolvimento Regional, entidade que abrange, não só a área protegida, como a totalidade dos cinco concelhos[784] em que se insere o Parque Nacional.

Todavia, na primeira década do séc. XXI, outras entidades de cariz associativo e empenhadas na valorização dos recursos locais atuam no Lima luso que estudamos, das quais salientamos, pelo impacto suscitado nas populações a *A.D.R.I.L*[785], a *A.D.R.I.-M.I.N.H.O*[786] e a *A.R.D.A.L*[787] que, em articulação com as diretivas e atividades do Parque Nacional, a exemplo do que acontece com a *A.D.E.R.E.-Peneda Gerês*, pretendem incrementar uma cultura de desenvolvimento e potenciação dos recursos locais assente na auscultação dos anseios e preocupações das populações, os genuínos agentes na mudança dos respetivos territórios.

Centro Cultural Frei Agostinho da Cruz e Diogo Bernardes, União Desportiva Recreativa e Cultural de Cidadelhe, Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Arcos de Valdevez, Associação Industrial e Comercial de Arcos de Valdevez, Adere-Soajo, Escola Profissional do Alto Minho Interior, Associação Desportiva e Cultural de Gondoriz, Associação Desportiva e Cultural de Cabreiro, Associação Desportiva, Recreativa e Cultural do Lindoso, Associação Nacional de Criadores de Raça Garrano, Associação Nacional dos Criadores de Gado da Raça Barrosã, Associação Nacional dos Criadores de Gado da Raça Bravia, U.R.Z.E.M.E.L., Centro Paroquial da Freguesia do Vale.

[784] Os concelhos de Arcos de Valdevez, Melgaço, Montalegre, Ponte da Barca e Terras de Bouro.

[785] Associação de Desenvolvimento Rural Integrado do Lima. Constituída em 17 de Julho de 1991, o sector público está representado pelas quatro Câmaras Municipais da zona de intervenção (Arcos de Valdevez, Ponte da Barca, Ponte de Lima e Viana do Castelo), pela V.A.L.I.M.A. – Associação de Municípios do Vale do Lima, pelo P.N.P.G. – Parque Nacional da Peneda-Gerês, pela R.T.A.M. – Região de Turismo do Alto Minho e I.S.P.V.C. – Instituto Superior Politécnico de Viana do Castelo.

O sector privado inclui as seguintes associações: T.U.R.I.H.A.B. – Associação do Turismo de Habitação, Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Alto Minho, Centro Cultural Frei Agostinho da Cruz e Diogo Bernardes, Associação Comercial e Industrial de Arcos de Valdevez, Associação Empresarial de Ponte de Lima, A.R.V.A.L. – Artesãos Reunidos do Vale do Lima, Adega Cooperativa de Ponte da Barca, A.J.A.P. – Associação dos Jovens Agricultores de Portugal, Adega Cooperativa de Ponte de Lima, AAVL – Associação dos Agricultores do Vale do Lima, Associação Empresarial de Viana do Castelo, A.E.V.A.L. – Associação Empresarial Val do Límia e C.E.V.A.L. – Conselho Empresarial do Vale do Lima.

[786] Associação de Desenvolvimento Rural do Vale do Minho. Constituída em 12 de Agosto de 1994, a representação do sector público é feita pela Associação dos Municípios do Vale do Minho e pela Região de Turismo do Alto Minho, enquanto o sector privado integra a Associação de Agricultores de Paredes de Coura, Associação de Produtores Florestais do Vale do Minho, União Empresarial do Vale do Minho, ADEMINHO – Escola Profissional do Alto Minho Interior, Associação dos Jovens Agricultores do Minho, APA – Associação de Produtores de Alvarinho, ACIVAC – Associação Comercial e Industrial dos Vales do Âncora e Coura, Associação Comercial e Industrial dos Concelhos de Monção e Melgaço, A.G.R.E.S.T.A. – Associação de Agricultores do Minho, Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Alto Minho, Adega Cooperativa Regional de Monção, TURIHAB – Associação de Turismo de Habitação, Associação Cultural, Recreativa e Desportiva – Melgaço Radical, ACEB – Associação para a Cooperação entre Baldios individuais e coletivos, Clube Celtas do Minho, Projeto Núcleo de Desenvolvimento Cultural de Vila Nova de Cerveira, C.O.O.P.E.T.A.P.E. – Cooperativa de Ensino, C.R.L., Quintas de Melgaço, Agricultura e Turismo, S.A..

[787] Associação Regional de Desenvolvimento do Alto Lima. Constituída em 29 de Fevereiro de 2000, tem como sócios promotores as seguintes instituições: Câmara Municipal de Arcos de Valdevez; Associação Comercial e Industrial de Arcos de Valdevez e Ponte da Barca; Cooperativa Agrícola dos Agricultores de Arcos de Valdevez e Ponte da Barca; Associação Nacional dos Criadores da Raça Garrano; Associação dos Criadores da Raça Cachena; Santa Casa da Misericórdia de Arcos de Valdevez; Núcleo de Arcos de Valdevez da Cruz Vermelha Portuguesa; Confraria de Nossa Senhora da Peneda.

Atendendo à pluralidade de entidades e organismos que as constituem, umas de carácter público (administração central e local), outras de carácter privado (associações empresariais e culturais), e de carácter cooperativo (cooperativas de agricultores), às estratégias e finalidades que as norteiam, a elaboração, no âmbito comunitário, de instrumentos de resposta aos variados programas de desenvolvimento regional e local para um Mundo Rural com gravosos problemas de desenvolvimento, destacaremos os inseridos nas *Iniciativas Comunitárias*, das quais começamos por evidenciar as desencadeadas pelas «gerações» do Programa L.E.A.D.E.R.[788].

Dentro das estratégias do L.E.A.D.E.R., salientamos a dinamização de projetos que valorizaram a recuperação das aldeias da «vila» (Soajo)[789], do Castelo e Parada (Lindoso)[790], no âmbito do *Turismo de Aldeia*[791], proporcionando a baixo custo[792] uma oferta qualificada de alojamento turístico.

Para além da recuperação e oferta de alojamento, em que os principais atores foram os dezoito proprietários das casas restauradas, houve a preocupação na preservação do ambiente tradicional, que é de elevada qualidade, pelo que destacamos, entre outras intervenções, o restauro dos espigueiros privados com eira comunitária, no caso da «vila» do Soajo e do Castelo, além dos espigueiros, também, privados de Parada, o *ex-libris* de cada uma das três aldeias, além da pavimentação das «ruas» com extensas lajes de granito, a recuperação dos lavadouros comunitários e a revitalização das fontes emblemáticas das aldeias[793], além da melhoria generalizada dos acessos.

A estas aldeias raianas se associa o complexo grandioso da Peneda, ou, talvez melhor, da Senhora da Peneda. Constituído por um «nicho» de edifícios, que se impõem pela volu-

---

[788] O programa L.E.A.D.E.R., aplicado desde 1991 nas zonas elegíveis para os objetivos 1 e 5b), pretendeu essencialmente diversificar as atividades em mundo rural, na base do aproveitamento de recursos locais, nomeadamente o turismo, as pequenas unidades de produção artesanal ligadas à agricultura, à floresta e à cinegética, além de privilegiar a integração do turismo rural nas redes europeias de operadores de turismo, a recuperação de património cultural e paisagístico e a formação profissional das populações, designadamente as mais jovens. Os resultados positivos obtidos no período de dez anos, explicados não só pelos princípios integradores dos projetos apresentados e dos recursos potencializados, mas principalmente pelo carácter descentralizador e pela capacidade de mobilização dos agentes locais, das entidades privadas, cooperativas e associativas com as entidades públicas de nível central, regional e local, justificam a sua manutenção no III Q.C.A. (2000-2006).

[789] O projeto traduziu-se na recuperação de onze casas com expressão arquitetónica significativa e em estados diferentes de degradação, com o recurso a materiais e tecnologias tradicionais, que decorreu nos anos 1994/95.

[790] O projeto implementou-se em sete casas de traça tradicional, quatro no Castelo e três em Parada, cujas obras de recuperação se verificaram em 1999/2000, entrando em pleno funcionamento em 2001.

[791] O Turismo de Aldeia é um empreendimento composto no mínimo por 5 casas particulares situadas numa aldeia histórica, centros rurais ou aldeias que mantenham, no seu conjunto, o ambiente urbano, estético e paisagístico tradicional da região onde se inserem (Decreto-Lei. n.º 169/97, de 04/07 – D.R. nº 152, I s., Art.º 9.º).

[792] O proprietário é comparticipado, a fundo perdido, pelo Programa L.E.A.D.E.R. com 50% dos custos da recuperação, mas obriga-se a disponibilizar durante dez anos a casa para este tipo de turismo, o Turismo de Aldeia.

[793] Em Parada ainda se verificou uma intervenção no restauro de uma capela em pleno coração da aldeia, a Capela de Nossa Senhora do Amparo.

metria e majestosidade do granito, dos quais se destacam os *quartéis*, encontravam-se em estado elevado de deteorização, pelo que estão a ser alvo de um conjunto de ações de recuperação, o resultado de projetos enquadrados nas *Iniciativas Comunitárias.*

Salientamos neste complexo renovado o «núcleo da Senhora da Peneda»[794], a pousada da juventude, além das recuperações de outros edifícios[795] e da implementação de infraestruturas no saneamento básico e no abastecimento de água, assim como todo o arranjo urbanístico do largo principal e acessos.

Outros edifícios, nomeadamente três velhos *quartéis,* aguardavam, em 2003, o momento da recuperação, que a curto prazo será efetuada, a crer na motivação das entidades em maximizar as oportunidades proporcionadas pelas *Iniciativas Comunitárias.*

Também as aldeias da «vila», no Soajo, Castelo e Parada, no Lindoso, na continuação da valorização do património proporcionada pelos programas L.E.A.D.E.R. estão a ser alvo de outras recuperações no âmbito do Programa A.G.R.I.S., nomeadamente o restauro das fachadas de edifícios degradados, mas de traça tradicional, além da recuperação dos espaços e caminhos com interesse histórico-turístico, construindo-se, assim, e de modo gradual, as condições necessárias para que cada aldeia e áreas envolventes proporcionem uma melhoria na qualidade de vida, a que todo o cidadão tem direito.

A implementação de este tipo de projetos, que visam a recuperação de elementos construídos em decadência do mundo rural, estender-se-á, pela primeira vez, às aldeias de Ermelo (Igreja) e Germil.

Evidenciamos a aldeia em Ermelo, pelo valor arquitetónico do «velho» Mosteiro dos Monges de Cister e pela traça *sui generis* das residências em decadência, que lhes são adjacentes, que, no conjunto, estruturam o largo principal, o do Mosteiro, que pela preciosidade ímpar que ostenta, já deveria ter sido alvo de uma intervenção integrada, de modo a potencializar as possibilidades «latentes» que encerra.

Aldeias, que no Verão de 2004, não denotavam sinais das revitalizações em projeto, mas que as populações, tendo como exemplos o Soajo e o Lindoso, aguardavam na expectativa de uma *benfeitoria* para a sua *terra* e, logicamente, uma valorização na qualidade de vida.

Ermelo, cuja aldeia, a da Igreja, é conhecida pela qualidade das laranjas que produz, está a ser alvo da execução de um outro projeto, no âmbito do Programa L.E.A.D.E.R.+, que incide, por um lado, na conquista de mercados, que assegurem o escoamento da produção, por outro, na implementação de um mecanismo de recolha, devidamente adaptado

---

[794] Constituído por uma pousada (10 quartos com casa de banho individual, uma sala de estar, uma sala de reuniões, uma sala de receção e área de serviço), um hotel (de três estrelas) e um restaurante. Recuperação co-financiada pelo S.I.V.E.T.U.R. (Sistema de Incentivos a Produtos Turísticos de Vocação Estratégica).

[795] A residência do Capelão e o edifício adjacente ao Santuário são destinados às funções da Irmandade da Senhora da Peneda.

às condições locais, sem esquecer o tipo de embalagem exigido pelo transporte adequado do citrino.

Outras iniciativas que favorecem a produção genuína local, a agrícola e a pecuária, estão a ser implementadas no âmbito da *Política Agrícola Comum.*

Iniciativas que favorecem a produção genuína local, a agrícola e a pecuária, estão a ser implementadas no âmbito das *Medidas Agroambientais*, das quais salientamos as inseridas no *Plano Zonal Nacional da Peneda-Gerês,* projeto de apoio ao rendimento proposto pela *ADERE-Peneda Gerês* em que participam outras Instituições[796] e que abrange todo o território do Parque Nacional da Peneda-Gerês.

Pretende-se com este projeto, por um lado, incentivar os agricultores na agro-pastorícia tradicional, atribuindo-lhes um suplemento, quando optam pela preservação das sementes tradicionais, das raças de pecuária autóctone e pela reparação e conservação dos socalcos, por outro, permitir que os órgãos de administração dos *baldios*, recuperem, entre outros elementos, por exemplo, os *poios* (socalcos) e as *cabanas* (casas abrigo dos pastores).

Se nos primeiros anos do séc. XXI os incentivos comunitários, por exemplo, as *Medidas Compensatórias* no âmbito da criação de gado autóctone, *cacheno* e *barrosão*, justificam as explorações com várias dezenas de cabeça de animais, questionamos em que medida se está a contribuir para um desenvolvimento sustentado e duradoiro das aldeias, quando os próprios criadores são os primeiros a admitirem o abandono da exploração no momento em que os *subsídios* caducarem.

Quando nos debruçamos sobre os «velhos» espaços agro-silvo-pastoris, de imediato questionamos, no âmbito das medidas agroflorestais, a pertinência de projetos de reflorestação, quando todos os verões se assiste a incêndios de dimensão acentuada, sempre explicados pela falta de reestruturação e reordenamento dos «velhos» espaços silvestres e os agrícolas, agora de *paul.*

Se um dos graves problemas da produção endógena, nomeadamente agrícola e pecuária, envolve a falta da publicitação e certificação da qualidade incontestável dos produtos, em que medida se está a trabalhar na construção de redes de comercialização, que conectem este Lima raiano aos consumidores europeus, exigentes na qualidade dos produtos, mas predispostos a pagarem um preço «à altura» da qualidade da aquisição?

Não esqueçamos que a revisão intercalar da P.A.C.[797], em 2003, ao pretender reforçar a vertente do desenvolvimento rural, se preocupou essencialmente em entusiasmar os pequenos agricultores na diversificação de atividades, na criação da sua pequena empresa e outras iniciativas de muito pequena escala, ou seja, no apoio à pluriatividade e plurirrendimento, medidas que vão ao encontro do colmatar de uma vasta gama de dificuldades

[796] Instituto da Conservação da Natureza/Parque Nacional da Peneda-Gerês (I.C.N./P.N.P.G.), Direção Regional da Agricultura de Entre Douro e Minho (D.R.A.E.D.M.) e Direção Regional de Turismo do Alto Minho (D.R.A.T.M.).

[797] Reestruturação prevista no quadro da Agenda 2000, entrou em vigor a 1 de Janeiro de 2005.

sentidas pelos residentes limianos e de raia, que, desde há décadas, constataram não poderem depender.

Mas, o desenvolvimento sustentado que se pretende, pressupõe a igualdade de oportunidades, tanto no acesso, como na manutenção dos postos de trabalho, independentemente do sexo, da idade, ou, das convicções, isto é, pressupõe a valorização social e profissional das atividades, que no caso da área em estudo, se encontram associadas ao setor agrícola e ao mundo rural.

Norteado por estes objetivos, está em desenvolvimento no Lima português o projeto *Lima Agro-Rural para o Séc. XXI*[798], que privilegia a problemática da população rural e do vale do Lima com deficientes habilitações e dificuldades de empregabilidade, precisamente as mulheres, os jovens à procura do primeiro e do novo emprego, e os emigrantes regressados, abrangendo, na área em estudo, as freguesias de Germil, Entre Ambos-os-Rios e a Gavieira.

Projeto em implementação que poderá ser um pronuncio de uma nova etapa no combate ao subdesenvolvimento, pois, se da recuperação do património, natural e construído, muitas das aldeias apresentam um resultado positivo, embora pese o *deficite* demográfico na maioria dos aglomerados, há que tomar novas iniciativas, as que valorizam o espírito crítico e a autoestima dos habitantes, através da informação e do conhecimento, de modo a que eles decidam e atuem, com determinação objetiva, sobre o rumo do seu torrão natal.

Área, que é raiana, que se insere, predominantemente num Parque Transfronteiriço, o do Gerês-Xurés, cujas equipas diretivas partilham a necessidade em se fomentar, de modo coordenado, estratégias de afirmação positiva e capazes de corrigirem a perda continuada de influência dos respetivos territórios, esforçam-se em elaborar projetos de desenvolvimento sustentado, apoiados e incrementados pelas Iniciativas Comunitárias, das quais evidenciamos, neste momento, o I.N.T.E.R.R.E.G.[799].

No âmbito desta Iniciativa Comunitária, encontrava-se em fase de laboração, nos finais de 2005, o primeiro plano de ordenamento do Parque Transfronteiriço Gerês-Xurés, que traduzirá a cooperação e intercâmbio dos técnicos de ambas as nacionalidades e cons-

---

[798] Integrado no programa europeu *EQUAL – de igual para igual*, no período de vigência do III Q.C.A., 2000-2006.

[799] O programa I.N.T.E.R.R.E.G. ao pretender colmatar os problemas de desenvolvimento derivados de um isolamento em relação às economias nacionais (zonas elegíveis do objetivo 1), promove, desde 1990, a cooperação entre as regiões fronteiriças, ou seja, o aumento da coesão regional mediante a constituição de redes de cooperação, que envolvem agentes privados e organismos públicos, estruturas institucionais e administrativas, os responsáveis pelo planeamento e respetiva implementação, bem como a mobilização da população local e dos respetivos recursos (desenvolvimento de base acentuadamente endógena). A criação do Mercado Único Europeu permitiu a livre circulação de bens, pessoas e informação, contexto que favorece o fortalecimento de contactos entre lusos e espanhóis e o sentimento comum do afastamento em relação aos respetivos centros de decisão nacional. Deste modo, a cooperação transfronteiriça neste Lima raiano surge como um meio eficaz na mobilização das comunidades locais e regionais, ganhando, progressivamente, uma maior notoriedade, em primeiro lugar entre agentes políticos locais ou regionais, depois entre outras Instituições, em que se destacam o Parque Nacional da Peneda-Gerês e o Parque Natural da Baixa Límia-Serra do Xurés.

tituirá um exemplo dos esforços desenvolvidos pelas diferentes entidades de ambos os lados da fronteira[800].

Parque transfronteiriço, instrumento através do qual as autoridades, lusas e espanholas, pretendem cooperar no âmbito ambiental, social e cultural, de modo a preservar e a desenvolver os respetivos valores patrimoniais, naturais e humanos, potencializando as normas estabelecidas para os espaços definidos nos respetivos *Planos de Ordenamento*, ainda em vigor, e que se coadunam com as estratégias de desenvolvimento previstas na programação comunitária.

A cooperação entre as duas áreas protegidas, a exemplo das outras áreas portuguesas e espanholas de fronteira, encontrarão, a curto e médio prazo, dificuldades no aprofundamento da cooperação, as resultantes, por exemplo, da inviabilidade de se poder constituir uma estrutura única, verdadeiramente transfronteiriça, que coordene a cooperação, por causa das distintas personalidades jurídicas e do carácter supraestatal de que se revestiria.

Não nos poderemos esquecer que, apesar da identidade comum de problemas de ambos os lados, a fronteira é um sinal de separação que continua a determinar o relacionamento entre os dois países, embora possa ser esbatida pela permeabilização das barreiras físicas, económicas, sociais e, mesmo, psicológicas.

A preciosidade dos patrimónios, natural, humano e paisagístico, complementados pelos produtos regionais do primeiro parque transfronteiriço europeu, é motivo suficiente para que as entidades responsáveis, portuguesas e galegas, incentivadas pelos propósitos das *Iniciativas Comunitárias*, nomeadamente o I.N.T.ER.R.E.G, continuem a desenvolver um conjunto de esforços no sentido de compatibilizarem estratégias de dinamização territorial, em que se privilegia a sustentabilidade do meio ambiente, dos espaços e paisagens classificados de protegidos.

7.1.4. O turismo, uma atividade emergente

Quando questionamos paisagens, como são as do Lima raiano, identificadas por uma matriz assente em património natural e paisagístico, humano e cultural, de valor incalculável, a sua reorganização em muito dependerá da forma como forem definidas e estabelecidas prioridades na potencialização de recursos, agora «adormecidos», mas, capazes de estimularem outras atividades e permitirem uma igualdade de oportunidades ao limiano de raia, o que favorece, também, a preservação e melhoria da qualidade ambiental.

Amenidades emergentes numa outra área de atividades locais, as do turismo e do lazer, nomeadamente no âmbito do Turismo de Natureza, modalidade que assegura a proteção e a valorização de estes espaços e paisagens categorizados de protegidos.

---

[800] Recordamos que cada Parque, possui *per si* um primeiro Plano de Ordenamento, a vigorar, no caso do luso, a partir de 1995, e o galego desde 1993.

Ao pretendermos questionar recursos endógenos vocacionados para a implementação de um turismo de qualidade no Lima raiano em estudo, incidimos, preferencialmente, a nossa pesquisa nos espaços lusos, nomeadamente, para a elaboração de cartografia adequada, não nos escusando, contudo, em comentar de um modo mais global, a situação galega.

Como já o questionámos, a exemplo do que se verifica na Galiza, uma conjugação de esforços, paulatinamente urdida, se tem verificado na área lusa e a partir da década de noventa do séc. XX, entre os responsáveis do Parque Nacional da Peneda-Gerês, das jovens Associações Locais de Desenvolvimento, dos organismos autárquicos e por uma franja, ainda muito reduzida, da população local, no sentido em se promover, por um lado, a divulgação das paisagens e espaços com uma beleza ímpar e impregnados de história e cultura, por outro lado, em se criarem condições para a implementação de equipamentos, que permitam ao visitante a utilização da informação de acordo com os interesses, que justificaram a sua estadia (Fig. 151 – mapa – *Lima raiano: Um espaço turístico, uma amostra, área lusa*).

Nas ofertas de alojamento, sem esquecermos em Lobios o complexo da instância termal de Baños, no Rio Caldo, ou, as unidades residenciais nas sedes dos concelhos de Entrimo e Lobios, destacamos na Gavieira a *veranda* de S. Bento de Cando com os *quartéis* e a aldeia da Peneda com a pousada da juventude, o hotel e a pousada, enquanto surgem em Castro Laboreiro, na Vila, as várias unidades residenciais e no Castelo do Lindoso a única residencial.

Destacam-se, também, as estruturas de alojamento do *Instituto da Conservação da Natureza-P.N.P.G.* e geridas pela *A.D.E.R.E.-P.G.*, o parque de campismo[801] e as «casas de natureza»[802], ou seja, as casas de campo, «velhas» residências dos extintos guardas florestais.

Não podemos, contudo, deixar de relembrar todas «as casas da floresta»[803], em número significativo, distribuídas pela *serra,* em estado total de abandono, que apenas se consegue entender pela incúria e desleixo das entidades, que são responsáveis pela gestão da área protegida, mas, aparentemente indiferentes e alheios aos seus problemas.

Mas, debrucemo-nos, no âmbito do *Turismo de Aldeia*[804], sobre as três aldeias, a da «vila», no Soajo, e as do Castelo e Parada, no Lindoso, povoações com o património recuperado, do qual se destacam as dezoito casas restauradas.

---

[801] Em Entre Ambos-os-Rios e encontra-se em funcionamento no período de 15 de Maio a 30 de Setembro. Distinguimos, também, o Parque de Campismo, no concelho de Entrimo.

[802] Na categoria de «casas da natureza», são classificadas as casas integradas em áreas protegidas, destinadas a proporcionar mediante remuneração, serviços de hospedagem e que, pela sua implantação e características arquitetónicas, contribuam decisivamente para a criação de um produto integrado de valorização turística e ambiental das regiões onde se inserem» (*Decreto-Lei nº 47/99*, art.º 2.º, n.º 1).

[803] Designação que as populações atribuíam, genericamente, às habitações dos ex-guardas da floresta.

[804] No concelho de Entrimo existem unidades de alojamento inseridas no Turismo de Aldeia na Feira Vella e em Asperelo.

Aldeias com o ambiente preservado e a autoestima dos residentes, dos quais se salientam os proprietários dos alojamentos, bem incentivada, exigiam uma promoção de qualidade da modalidade turística, que apresentam. Motivos suficientes para que se implementasse uma rede internacional de divulgação de este tipo de oferta turística, a *Associação do Turismo de Aldeia*, (*A.T.A.*)[805] que, em 1999, lançou a imagem de marca *Aldeias de Portugal*.

Ciente da importância da divulgação de esta forma de turismo de qualidade além-fronteiras, a *A.T.A.* estabeleceu, em 2000, cooperação com a Itália[806], através do *A.E.I.E.*, *Agrupamento Europeu de Interesse Económico – Aldeias de Tradição*[807] e com a *T.U.R.I.-H.A.B.-Solares de Portugal*[808], a *C.E.N.T.E.R.*, *Central Nacional para o Turismo no Espaço Rural*[809].

Estando inseridas numa rede internacional, que faz a divulgação do turismo em espaço rural, mas de elevada qualidade, as três aldeias reúnem, desde 2000, as condições para que o seu mercado de oferta de alojamento, rapidamente ultrapassasse os limites regionais e nacionais e se disponibilizasse para clientes tão exigentes, como por exemplo, os de uma Europa Central.

Exemplos de alojamento que denominamos de *formal*, que, de modo nenhum, responde à intensidade da procura verificada nos períodos, quer de Verão, quer das festas de ano, nomeadamente o Ano Novo, o Carnaval e a Páscoa, levando os visitantes a recorrerem ao universo vasto das casas particulares não legalizadas, nem certificadas, que designamos por *alojamento informal* (Fig. 151), por sinal, bem mais significativo, não só pelo efetivo de famílias envolvidas, como pelo fluxo turístico que dinamiza.

Problema, em nossa opinião grave que, muito provavelmente, as medidas preconizadas no P.O.A.T.A.L, ao viabilizarem a construção de várias unidades de alojamento turístico, virão, em larga medida, solucionar[810] (Fig. 151).

---

[805] A *A.T.A. com sede em Ponte de Lima*, também financiada pelo L.E.A.D.E.R. II, resultou da cooperação entre a A.D.R.I.L. (Associação de Desenvolvimento Rural Integrado do Lima), promotora base, a A.D.R.I.M.I.N.H.O (Associação de Desenvolvimento Rural do Vale do Minho), a A.T.A.H.C.A. (Associação de Desenvolvimento das Terras Altas do Homem, Cávado e Ave) e, posteriormente, a SOL-DO-AVE (Associação para o Desenvolvimento Integrado do Vale do Ave), lançou, em 1999, a imagem de marca *Aldeias de Portugal*, rede nacional para a promoção, organização e comercialização do Turismo Rural, mais concretamente o *Turismo de Aldeia.*

[806] Como observadores, subscreveram o consórcio entidades da Holanda e da Galiza (Val do Limia).

[807] *Aldeias de Tradição* é uma rede transnacional para a promoção do Turismo Rural, mais concretamente o *Turismo de Aldeia*, que em 2001 integrava aldeias recuperadas em Itália, na Holanda, além das portuguesas.

[808] Associação que agrega turismo de habitação e agroturismo.

[809] A *C.E.N.T.E.R.*, ao integrar formas distintas de turismo rural, mas que se complementam, o Turismo de Aldeia que atinge, sobretudo, classes mais jovens, apreciadores da montanha, do contacto direto com as populações e o Turismo de Habitação, e que privilegia a convivência com a família, terá como metas a atingir, para além da promoção conjunta e recíproca, que já existe, das duas modalidades, a organização de uma central comum de reservas e a reorganização do Turismo em Espaço Rural.

[810] O *Plano de Ordenamento das Albufeiras do Touvedo e Alto Lindoso* (P.O.A.T.A.L.) prevê a implementação de alojamentos

Em simultâneo, espaços existem, que reúnem também, um património multimilenar que os envolve numa auréola de cultura, nomeadamente a pré-histórica e a medieval (Figs. 4 e 5), capaz de fomentar uma outra modalidade de turismo de elevada qualidade, o histórico-cultural, muito vocacionada não só para o grupo de investigadores e intelectuais, como para todo o público curioso em descobrir a sua identidade (Fig. 151).

Espaços imbuídos, ainda, pelos *usos e costumes imemoriais*, que dinamizaram as atividades agro-pastoris da primeira metade do séc. XX (Figs. 23 e 151).

Condições naturais e culturais que justificaram o facto de as entidades responsáveis pela gestão do Parque Nacional, a exemplo dos responsáveis pelo Parque Natural da Baixa Límia, terem, nos últimos anos, multiplicado a divulgação de trilhos pedestres, com base nos velhos carreiros e sendas utilizados, quer pelo gado de pastoreio, quer pelos atores do «contrabando», em que se destaca os *sítios* com testemunhos das culturas milenárias.

É muito frequente, quando percorremos a *serra* de ambas as margens do Lima, encontrarmos pares de jovens e adultos, por princípio, a falarem inglês, mas também o francês, orientados pelos roteiros produzidos por ambos os Parques, o Nacional Peneda-Gerês e o Natural Baixa Límia-Serra do Xurés, a descobrirem as sendas, os velhos carreiros tortuosos, que, além de proporcionarem paisagens de beleza ímpar, possibilitam não só o encontro com laivos das culturas pré-histórica, romana e medieval mas, principalmente, com os *usos e costumes* de uma sociedade agro-silvo-pastoril do séc. XX (Figs. 21, 22, 120 e 151).

Independentemente da dinâmica turística, já verificada, e a que fomos sensíveis na observação adstrita à própria *serra*, entendemos que dever-se-á questionar o «ambiente turístico» que se pretende, de facto, implementar nas duas margens limianas, tomando, como exemplo, as aldeias da «vila», no Soajo, e a do Castelo, no Lindoso, nos quatro primeiros anos do séc. XXI.

No Castelo, embora a afluência turística fosse elevada, a aldeia não «perdia» a matriz ambiental que a especifica, e que justificamos pelo nível cultural do turista que a visitava. Utilizava, por princípio, meio de transporte próprio, preocupava-se em visitar a fortificação, o castelo do Lindoso, recolher a maior variedade possível de conhecimentos sobre os fragmentos de história, que o monumento simboliza e o respetivo museu documenta, inteirar-se da obra «monumental» em que se traduz a albufeira do Alto Lindoso, além de visitar outros exemplos multisseculares do património da aldeia.

Uma grande maioria manuseava com muito à vontade um mapa e, em casos esporádicos, a bússola, além de se preocupar em perguntar por elementos de interesse a visitar, mas que tinham dificuldade em encontrar. Predominava o visitante, que demonstrava ter estudado a sua deslocação e, por tal, era decisivo e resoluto na busca dos exemplos, que tinha previamente decidido observar.

---

turísticos nas aldeias do Castelo, na margem direita da barragem do Alto do Lindoso, na margem esquerda da mesma albufeira, mas, junto à fronteira com a Espanha, em Tamente, além de uma pousada da juventude em Ermelo.

Era o visitante que permanecia apenas as horas necessárias para a efetuação da «exploração», partindo de imediato, em virtude da carência, por exemplo, de restaurantes e de unidades de alojamento[811].

No mesmo período, no Soajo, na «vila», circulavam muitas das dezenas de visitantes, que se adensavam nas margens do rio Adrão, *a praia do rio Adrão*, que, pelos comportamentos assumidos, nomeadamente no contacto com os residentes, demonstravam sinais evidentes de uma falta de sensibilidade perante o ambiente que os envolvia, o rural e *serrano*.

Além de estes, existia o visitante das excursões, que permanecia durante um período nunca superior a uma hora, o tempo suficiente para que se refrescasse num dos bares da aldeia, para, depois, partir rumo a outras direções.

Na «vila», tinha grande significado aquele turista, o residente nas grandes cidades, principalmente Lisboa, que se alojava durante os fins-de-semana e por períodos mais prolongados, a fim de explorar e «usufruir» a *serra,* contribuindo para um movimento intenso e atípico nas ruas da aldeia, descaracterizando-as e «absorvendo» os próprios habitantes[812].

Temos que admitir que ficámos surpreendidos, quando entrámos em contacto com a realidade turística do Soajo, que, de um modo global, nos impressionou pela «massividade», que entendemos não favorecer um turismo de natureza e cultural, que se pretende de qualidade.

De um modo informal, questionámos muitos residentes da «vila», de ambos os sexos e com experiências e histórias de vida muito diferentes, que se distribuíam por distintos grupos etários, sobre o modo como estavam a reagir ao epifenómeno turístico. Todos foram unânimes em lamentar o modo «altivo e superior» como eram abordados pela grande maioria desses visitantes, sem pensar naqueles exemplos cujos comportamentos os levavam a intitulá-los de *estrangeiros maus*. Excluímos os proprietários das casas de turismo de aldeia e dos restaurantes que, embora, os não elogiassem, se remetiam ao silêncio, pois o rendimento auferido, assim o justificava.

Exemplos de turistas e modos de fazer turismo, que esperamos que enriqueça o debate sobre o tipo de dinâmicas a fomentar com a implementação dos variados projetos proporcionados pelo *Plano de Ordenamento das Albufeiras de Touvedo e do Alto Lindoso* (Fig. 151).

Encontramo-nos perante uma área protegida, que ostenta um espelho de água, o da albufeira do Alto Lindoso, ainda por potencializar, em termos de dinâmica turística,

---

[811] Em 2003 surgiu um restaurante e, em 2004 abriu uma unidade residencial. Relembramos que as três casas de turismo de aldeia abriram em 2001.

[812] Relembramos que a «vila» já se encontrava com um conjunto de equipamentos, que vão desde as casas de turismo de aldeia aos dois restaurantes, da agência bancária à farmácia, ou, da cabeleireira aos minimercados e que justificam a capacidade de «retenção» do turista que vem, por princípio, de Lisboa.

embora os próximos anos se adivinhem promissores na oferta de atividades aquáticas não poluidoras e suficientemente importantes na atração de outras gentes, nomeadamente estrangeiros, além da capitalização de recursos e investimentos, que em muito poderão contribuir para um desenvolvimento sustentado deste Lima raiano (Fig. 151).

Plano de ordenamento, que em termos globais, privilegia as atividades lúdicas e de lazer, nomeadamente a prática de desportos não poluentes, como a navegação recreativa a remos, à vela e a pedais, ou a implementação de um edificado com funções meramente turísticas[813], do qual salientamos uma pousada para a juventude[814] e os quatro empreendimentos turísticos[815], além da estalagem da E.D.P. ser alvo de recuperação específica.

Não esquecemos a sacrificada aldeia da Várzea, que, a sul, poderá assistir ao aparecimento de uma área de recreio, de pesca e de lazer, além de um ancoradouro, de acordo com as normas descritas no próprio regulamento.

Pela área distribuir-se-ão parques de merenda, ancoradouros, áreas de recreio, de pesca e de lazer, distinguindo-se a aldeia da Igreja, em Entre Ambos-os-Rios pela previsão de um espaço, que virá a desempenhar as funções de uma das «portas de entrada no Parque Nacional da Peneda-Gerês», ou seja, um espaço que dá as boas vindas ao visitante e disponibiliza informação sobre a área protegida, por exemplo, locais de interesse a observar, ou, a rede viária intraparque.

No Lima luso, que estudámos, está prevista, também, a construção de uma outra «porta de entrada no Parque»[816], a do Mezio, com a mesma finalidade, ou seja, a de receber e dar apoio, através de informação variada, aos potenciais visitantes (Fig. 151).

Cada «porta» desenvolverá, no âmbito cultural, um determinado tema, já selecionado, de acordo com as características dominantes do território envolvente. Assim, enquanto a «porta» do Mezio privilegiará os conhecimentos sobre «Fauna e a Flora», a de Entre Ambos-os-Rios incidirá na «Geologia e a Água», o domínio da informação a ser concedida.

Janelas de oportunidade cujos empreendimentos, caso sejam de facto estruturados numa perspectiva de integração no meio envolvente, rentabilizarão espaços e paisagens, que não perdendo a matriz cultural e paisagística, farão de esta secção do Lima um espaço de descanso e lazer por excelência para habitantes dos centros citadinos, de que muito poderão beneficiar as populações pelas oportunidades na fixação da sua mão-de-obra.

---

[813] Estruturas de alojamento que resolverão o problema do aluguer «informal» e generalizado de residências nas aldeias de Britelo, Soajo, Gavieira e Castro Laboreiro nos períodos de Verão e festas de ano.

[814] Implementar-se-á na mancha a sul da aldeia de Ermelo e terá uma capacidade máxima de oitenta camas.

[815] A norte do aglomerado de Tamente; na margem direita da barragem do Lindoso (capacidade máxima de 15 quartos); Noroeste da aldeia do Castelo; área junto à fronteira com a Espanha (capacidade máxima de 10 quartos). Empreendimentos que podem atingir os dois pisos, com exceção para aquele que se implementar na margem direita da albufeira do Alto do Lindoso, cuja *cércea* não ultrapassará um piso.

[816] Portas de entrada do Parque que serão implementadas em ação conjunta das Câmaras Municipais e da Associação de Desenvolvimento das Regiões do Parque Nacional da Peneda-Gerês (A.D.E.R.E. Peneda-Gerês).

Esperemos que «um outro P.O.A.T.A.L.» surja nos espaços ribeirinhos da albufeira, que se estende em Espanha, cujas orientações deverão, em nossa opinião, ser determinadas em coordenação com o plano português.

Relembramos que em 2005 o *Plano de Ordenamento do Parque Internacional Gerês/ Xurés* encontrava-se, ainda, em fase de laboração, mas, já traduzirá, por ventura, o esforço de ambas as entidades em incrementar uma estrita colaboração e coordenação no ordenamento da área protegida internacional.

Mas, retomemos toda a riqueza arqueológica e etnográfica do Lima raiano em estudo, pelo que se justifica que relembremos, no caso do território português, os quatro núcleos museológicos distribuídos pela Ermida, Entre Ambos-os-Rios, Castelo e Vila (Castro Laboreiro).

Refletiremos sobre o ecomuseu, precisamente o núcleo museológico de Castro Laboreiro, não só por ser a unidade mais jovem do efetivo implementado na área em estudo, como pelas razões que justificarão a sua implementação, o despovoamento acelerado, passivamente aceite, das suas aldeias, principalmente as *verandas* e as *inverneiras*.

Se um dos objetivos principais que se pretendem atingir com a construção da unidade é a preservação da memória da cultura endógena impregnada dos valores natos da comunidade *verandeja*, que se encontra em elevado estado de agonia, a sua construção implicou a recolha de património, o construído, no qual se inclui o pré-histórico, o natural impregnado pelo cultural, os usos e costumes, ou seja, pelos modos de vida oriundos de *tempos imemoriais*.

Iniciativa que, desde logo, teve adesão espontânea das populações, pois houve que reconstituir todo o ciclo de vida do castrejo de há uns cinquenta anos, através das peças e instrumentos, generosamente oferecidos pelos proprietários, animado por uma série de imagens, em base digital, que reproduzem os espaços e as paisagens, as festas, canseiras e trabalhos das famílias e da comunidade.

Montagem fotográfica e documental, devidamente tratada e organizada, que será apresentada aos grupos de turistas, que, após o «filme passado», serão convidados a efetuarem um percurso pelas *verandas* e *inverneiras*, aldeias, em sono profundo, talvez mergulhadas num pesadelo, que não passará, porque lhes falta a alma e a vida que, apenas os naturais, que estão ausentes, eram capazes de lhes insuflar.

Se concordamos, em parte, com os objetivos que se pretendem atingir com a implementação do ecomuseu, como geógrafa, entendemos que dever-se-á fazer um esforço na recriação de estratégias que permitam a fixação de um limiar mínimo de residentes, pois a preservação do lugar exige a presença de uma comunidade, mesmo com um número limitado de elementos, mas, os suficientes para garantirem a sua vivência. Entristecemo-nos com as auréolas de núcleos rurais fantasmas, que delinearão, a um curto prazo, as duas margens do *rio Grande*, que as entidades responsáveis pela gestão «sustentada» do Parque Nacional, naturalmente, aceitam como factos adquiridos e jamais ultrapassáveis.

Obra grandiosa, que em muito enobrece a freguesia, mas, que esquece e subalterniza os personagens mais importantes, aqueles que trabalham e querem dinamizar o seu território, as pessoas que residem no exterior e, quando regressam, continuam a optar por outros centros urbanos para viverem *os anos da reforma*.

Se o núcleo museológico de Castro Laboreiro, pela própria essência, corresponde a um empreendimento de grande valor cultural, a sua construção não pode justificar a aceitação, de modo passivo, dos danos resultantes do esvaimento da gente castreja, apesar de toda a animação e ilustração que o possam caracterizar, pois nunca passará de um espaço morto que favorece e apressa a «mumificação» não só dos lugares de «duplo povoamento» como do *modus vivendi* dos *verandejos*.

Em que medida os investimentos envolvidos, que foram avultados, na implementação da obra, não poderiam ter sido devidamente aplicados num plano integrado de desenvolvimento da freguesia, que envolvesse, também, entre outros, o investimento castrejo, ou seja, o investimento dos naturais, quer nela residam, ou não?

É com projetos decididos à revelia dos verdadeiros interessados, neste caso, os castrejos, que se conseguem criar oportunidades, que viabilizem a fixação de um efetivo «mínimo» de residentes, também, exigido pelas redes incentivadoras, mesmo de baixa densidade, do desenvolvimento?

Um Centro Cívico e outro de Informação, também funcionam em Castro Laboreiro, na Vila, no intuito de dar apoio ao turista, que não só usufrui a paisagem pelas longas caminhadas que a *serra* lhe proporciona, como pela cultura que pode constatar, quando calcorreia o *planalto* e se confronta, por exemplo, com um efetivo significativo de construções do megalitismo.

Turismo de Natureza, cujas estratégias utilizadas pretendem incentivar o turista na descoberta da cultura local, ao propor-lhe, por um lado, a realização das longas caminhadas no *planalto* que o confrontam com as civilizações multimilenares, por outro, ao pô-lo em contacto com uma gama de produtos de fabrico artesanal, além de *usos e costumes* com tradição secular.

Integrado no aproveitamento de recursos próprios, com raiz ancestral, dever-se-á enveredar esforços na recriação de condições para a produção daqueles bens, outrora, indispensáveis na confeção do vestuário, como a lã dos ovinos, o linho, que se cultivava no Soajo, Lindoso, Britelo e Entre Ambos-os-Rios, ou, de um modo generalizado, na área galega.

Atualmente, assiste-se, quer na área galega, quer na lusa, ao reinício da apicultura, em virtude da qualidade do mel, que se explica pelas características ímpares das urzes e das carquejas, que florescem e matizam, de modo indiferenciado, no período da Primavera e Verão, as serras do Soajo, da Peneda e da Amarela, do Laboreiro e os Montes do Quinxo.

Se a apicultura é a atividade que se encontra a florescer pela área em estudo, é no campo da gastronomia, nomeadamente, na produção de fumados de origem porcina, que mais incide a produção artesanal.

Destacamos no Rodeiro, em Castro Laboreiro, a unidade artesanal de produção de derivados porcinos[817], uma empresa familiar em que trabalhavam, em 2004, três membros da mesma família, por sinal uma família que tinha sido imigrante em França, auxiliados por assalariados do sexo feminino, em momentos de acumulação de trabalho, como são aqueles que antecedem a abertura de uma feira de divulgação de produtos locais.

O grande problema com que se debatiam os proprietários relacionava-se com a dificuldade em conseguirem uma rede de locais de venda, que lhes assegurasse um escoamento sensivelmente constante ao longo do ano. Se possuíam um posto de venda na Vila, a sede da freguesia, uma «banca» no Solar Alvarinho e abasteciam um minimercado em Monção, a par de restaurantes sitiados em Braga e no Porto, eram as feiras de divulgação de este tipo de produtos, que constituíam os principais mercados.

Desde a de Melgaço, na qual tinham ganho o prémio dos produtos de melhor qualidade, deslocavam-se a todas aquelas, que se distribuíam por uma área que já ultrapassava, em 2004, o sul do Porto.

Também no intuito em divulgar e promover os produtos regionais realiza-se na área lusa, anualmente e em alternância, uma Feira-mostra, ou, no Lindoso, à sombra do Castelo, ou, no Soajo em redor do Pelourinho[818].

Pretende-se com este tipo de iniciativas não só atrair visitantes, mas animar e entusiasmar as populações em enveredar por atividades que contribuam para que as fontes de rendimento se diversifiquem, desde as relacionadas com o emprego fomentado pela atividade turística em ascensão, à produção endógena de cariz artesanal, cuja procura em muito dependerá do ritmo de evolução do turismo, sem esquecer a agro-silvo-pastorícia, que urge reorganizar em moldes sustentados.

A realidade que constatámos ao longo dos primeiros cinco anos do século atual, permite-nos inferir que, se o património se constrói e, quando recuperado e preservado, é, também, fenómeno em constante evolução, porque os bens comuns, naturais e culturais, com as suas indesmentíveis funções de uso e fruição contêm em si todo um manancial de desenvolvimento, a reestruturação da paisagem limiana e de raia assumirá relevância quando, por um lado, envolver a atividade turística com todas as consequências a ela inerente, por outro, não esquecer que é a agro-pastorícia e todas as atividades a ela associadas, embora num quadro da modernidade, a única atividade, por ser endógena, capaz de garantir a fixação de residentes no limiar necessário à sustentabilidade do Ambiente, cuja qualidade se torna imperativo manter.

---

[817] Na implementação teve um subsídio, no âmbito comunitário no valor de «13 500 contos», começou a funcionar em Outubro de 2002, tendo a capacidade para transformar em derivados 5 a 6 porcos por semana.

[818] Reiniciar atividades tradicionais, como a apicultura, ou um artesanato, como os bordados, o trabalhar da lã, a dos ovinos, ou a cestaria, por exemplo, são iniciativas, que diferentes Associações de Desenvolvimento Local se esforçam em dinamizar, quando elucidam e apoiam os residentes na apresentação de propostas às diversas medidas comunitárias enquadradas no item «Valorização dos Recursos Naturais e Culturais».

2. DESAFIOS DE UM LIMA RAIANO: UMA PROPOSTA SÍNTESE DE DESENVOLVIMENTO

Não será demais relembrar, em breve nota, que a área que investigámos, um território ocupado pelo homem desde a pré-história, perdeu forte massa humana nas últimas décadas em consequência do maior grau de desfavorecimento dos sistemas agro-silvo-pastoris extensivos e das dificuldades decorrentes das intervenções humanas exógenas, de carácter impositivo, como foram as políticas florestais dos anos quarenta/cinquenta e, mais recentemente, as decisões em se criar, no quadro em vigor, o Parque Nacional Peneda-Gerês (1971).

Recordamos os impactos não só da florestação, como das políticas de conservação da natureza nos «velhos» sistemas agrários, na flora e fauna nos espaços agro-silvo-pastoris e habitados.

Por outro lado, a evolução positiva de infraestruturas culturais, educativas e de saúde das últimas décadas, lusas e galegas, não acompanhou a falta de oportunidades profissionais para a população ativa mais jovem, confrontando-se este grupo etário, com um nível de formação tendencialmente mais elevado, com a inexistência, de acordo com a formação adquirida, de saídas profissionais na sua região.

Ainda há a não esquecer, em ambos os lados da fronteira, o avolumar dos problemas de cariz ambiental e decorrentes do abandono rural, por exemplo, os da erosão e os dos incêndios florestais.

Ora, a dinâmica positiva, que se pretende para este Lima raiano, enquadrada nas políticas agrícolas e de desenvolvimento rural da União Europeia, terá que inverter as perdas da vitalidade demográfica e económica, a ação repulsiva sobre as populações e a capacidade de investimento.

O desenvolvimento tem que ser sustentável, tanto no âmbito ecológico, como no económico, social e cultural, pelo que será um processo dinâmico, em evolução, ajustado às necessidades da população contemporânea, sem pôr em causa as opções das gerações futuras.

Apesar da subjetividade que envolve este conceito, considerámos na área que estudamos, para além das iniciativas já incrementadas, em nosso entender, tímidas, por ficarem muito aquém das expectativas criadas pela própria legislação europeia, como necessidades prementes, a valorização, de facto, das paisagens física, humanizada e cultural, através da conservação do património natural e dos espaços naturais, da recuperação do edificado multissecular e da consideração das identidades locais, reforçadas pela autoestima elevada e o sentido de pertença da população limiana e de raia.

Então, que desenvolvimento para o «nosso» Lima raiano, cuja importância ultrapassa, e em muito, o seu peso na componente produtiva, porque desempenha *funções vitais* para a comunidade nacional e internacional, que envolvem o preservar do ambiente, da paisagem e do património, os «pilares» da história e da identidade do povo do Noroeste Peninsular?

Que Política de Desenvolvimento Rural, ou, talvez melhor, como conjugar, por um lado, o reforço da componente de desenvolvimento rural da P.A.C., numa perspetiva mais otimista da P.A.R.C., por outro, os instrumentos tão valiosos, pela importância e carácter inovador no apoio e incentivo ao desenvolvimento de áreas rurais e raianas consideradas periféricas, para os espaços e paisagens à espreita de oportunidades, como são aqueles que estudamos, os limianos e de fronteira?

Área em estudo equipada por uma rede viária, que entendemos estar de acordo com as amenidades a potencializar, na qual distinguimos a «externa»[819], que aproxima a região metropolitana do Porto aos principais núcleos urbanos da Galiza, e a «interna» cujo traçado inclui a via internacional Ponte da Barca a Ourense, eixo organizador de um esquema viário, traçado de acordo com o movimento e acidentado do relevo, como que «obrigando» o viajante a usufruir, calmamente, a tranquilidade e belezas paisagísticas, à medida que se aproxima dos variados lugares que, independentemente da dimensão, têm, sempre, a servi-los um eixo de comunicação.

Contudo, a rede de transportes públicos é, objetivamente, deficiente, porque ou não atinge todas as localidades, ou, a frequência de autocarros, as *carreiras*, é muito reduzida, com a exceção no período escolar, devido à necessidade em transportar os jovens alunos, que frequentam as Escolas sitiadas nas sedes dos concelhos.

O transporte privado é, na área em estudo, uma ferramenta de trabalho para o grupo ativo, que exerce a sua profissão nos lugares limítrofes, ou, o meio indispensável para o ancião que necessita, por exemplo, de uma consulta médica na sede do concelho, que devido à idade se vê obrigado a recorrer ao carro de aluguer.

Se a área lusa possui uma rede de saneamento básico para todas as aldeias, na galega, grande parte das localidades, ainda carecia, em 2004, deste tipo de equipamento. Contudo, apenas, um número muito reduzido de alojamentos lusos estavam conectados ao sistema coletor, ou porque este não funcionava, ou, porque os proprietários do edificado tinham grande relutância em utilizá-lo, continuando a optar pela tradicional «fossa séptica».

Durante o período em que trabalhámos junto das populações, não encontrámos qualquer *eta*r para tratamento dos efluentes residuais, aspeto grave, pela perigosidade na contaminação das diferentes redes hidrográficas.

Não nos esquecemos, na área lusa, dos problemas resultantes da implementação do novo esquema de distribuição de água ao domicílio, que as populações, em 2004, ainda rejeitavam, continuando a optar pela «sua» rede com mais de vinte anos de vida.

Se se verifica a cobertura total da rede de distribuição de eletricidade e, logicamente, a televisão, a que se acrescenta a cobertura total da rede telefónica fixa, mas, no que respeita

[819] Dos eixos principais, distinguimos na área lusa, um litoral, o *IC1*, no sentido norte/sul, que faz a ligação de Viana do Castelo à Região Metropolitana do Porto, que se prolonga pelo litoral urbanizado da Galiza; outro, o *IC 28*, aproxima a cidade de Viana do Castelo a toda a bacia do Lima, continuando-se, também, para Espanha.

à rede móvel, ficam excluídos os lugares da freguesia de Gavieira e Castro Laboreiro, é praticamente inexistente a utilização das novas tecnologias de informação e comunicação, mesmo nas sedes das autarquias, as Juntas de Freguesia, evidenciando-se em 2004 e na área lusa, as do Soajo, Britelo e Entre Ambos-os-Rios, com um computador e acesso à *internet*.

Relembramos que a rede escolar, independentemente do País, se encontra numa fase de grandes alterações, mercê da evolução negativa da natalidade e dos objetivos que norteiam o sistema de ensino obrigatório.

No âmbito sanitário, distinguimos na área lusa, em Castro Laboreiro, a Vila, que além de um Centro Médico tem, como o Soajo, na «vila», uma farmácia. Todas os residentes nas restantes aldeias se confrontam com a necessidade de se deslocarem à sede do concelho, para usufruírem um serviço a que todo o cidadão tem direito e de que «obrigatoriamente» necessita.

Nas aldeias galegas a situação não é muito diferente, localizando-se este tipo de serviços na sede dos concelhos e, no caso da Lobeira, também, na aldeia das Conchas, com um posto médico, aldeia limítrofe à área que estudamos.

Lembramos os centros hospitalares, sediados fora da área em estudo, que no caso luso, corresponde a um hospital de cariz regional e sediado em Viana do Castelo.

Em termos de equipamento social e de apoio aos idosos, destacamos, na área lusa, os centros de dia dos lugares da Igreja, em Entre Ambos-os-Rios, da «vila» no Soajo, e da Vila, em Castro Laboreiro, que fazem a cobertura domiciliária das margens esquerda e direita limiana, enquanto na Galiza eles se remetem para a sede dos concelhos, a exemplo dos lares, também para idosos, em ambos os países.

Idosos que se evidenciam na estrutura etária do efetivo demográfico nos dois países (Fig. 48), enquanto se regista, de um modo global e nas últimas décadas, uma variação negativa dos seus residentes (Figs. 37 e 38).

Distinguem-se no Lima luso, para a década de 1991/2001, apenas onze lugares (19,6%) que assistiram a um aumento dos seus residentes (Fig. 152 – mapa –*Lima raiano: Um território com futuro, uma amostra, área lusa*). Salientamos Froufe, Portela e Seara, cuja evolução positiva se explica pelo regresso, com caráter definitivo, de um grupo «significativo» de naturais, que durante longas décadas trabalharam no exterior, nomeadamente nos Estados Unidos e na França.

Num esforço em diferenciarmos as aldeias numa perspetiva de discriminação positiva, evidenciamos os sete lugares (12,5%) cuja variação negativa é, apesar de tudo, inferior a 10% (Fig. 152). As restantes aldeias, trinta e oito, (67,8%) salientam-se pelo ritmo acentuado de despovoamento.

Nas vinte e oito aldeias, cujos habitantes com uma idade inferior a 19 anos, atingem, comparativamente, o «maior peso» no efetivo populacional, embora com valores inseridos no modesto intervalo dos 10 e 30% da população residente, vinte lugares «acumulam» um total de ativos que se integram, predominantemente, no setor dos serviços (Fig. 152).

Mas, são vinte e quatro as aldeias lusas cujos ativos se distribuíam, preferencialmente, pela construção civil e pelos serviços, entendidos como os trabalhos prestados, essencialmente em Lares e Escolas (Figs. 46, 47 e 152).

Se o sector primário, em 2000, se caracterizava pelo menor peso no efetivo dos empregados (Fig. 42) e englobava, principalmente, a população com uma idade superior aos 55 anos, entendemos, não só pela investigação que efetuámos junto dos residentes, como pelo efetivo de animais de pastoreio que ainda povoavam os diferentes lugares (Figs. 112 e 113), que um número significativo de aldeias (vinte e uma) apresentavam, em 2004 (Fig. 152), condições favoráveis ao desenvolvimento da secular agro-silvo-pastorícia, mas, a» reconverter» em função das exigências do séc. XXI.

Ora, a renovação da atividade agro-pastoril exige, em primeiro lugar, que se faça um aproveitamento racional da *serra*, ou seja, há que proceder a um estudo rigoroso e cuidado dos espaços *agrários e silvícolas*, de modo a processar-se uma gestão, que permita a distribuição, de acordo com as condições naturais e de exposição geográfica das manchas de floresta, de pastagem e de culturas, sem nunca se esquecer a recuperação e preservação do ambiente.

De facto, torna-se imperioso, em primeiro lugar, que os espaços silvestres sejam devidamente estudados para que se potencializem os recursos, agora «adormecidos» e negligenciados, a fim de se enveredar por um autêntico ordenamento da *serra*.

Do desleixo generalizado, porque a *serra* está «entregue à sua sorte», resultam os fogos de Verão, que grassam de modo impiedoso, quer nas manchas de folhosas e resinosas, quer nas pastagens espontâneas que proliferam a altitudes variadas, ou, nos velhos espaços cultivados e, agora, de *paul* (Figs. 136, 137, 138, 139, 140, 141 e 142).

Além disso, as pastagens que não são devoradas pelos fogos de Verão tornam-se cada vez mais pobres, ásperas e amargas para os animais que, sofregamente, deambulam em busca do alimento suculento que, de ano para ano, rareia, enquanto as parcelas de cultura desaparecem, porque o ancião se limita a pastorear os seus ovinos nas beiras dos caminhos, que circundam o núcleo povoado.

Se a reconversão da extensa mancha silvícola, em que se destaca *a de exploração em comum*, exige o redimensionamento da mancha florestal, a recuperação e o incremento de novas áreas de pastagens[820], o reaproveitamento dos «velhos» espaços cultivados pressupõe o incentivo à produção de espécies vegetais locais alimentares como a do feijão[821], conso-

[820] No gado bovino, principal receita da famílias-exploração através da venda das *crias*, há que ter em atenção a não «conspurcação» com outras espécies alógenas, privilegiando-se as raças locais, com denominação de origem protegida (D.O.P.) e já certificada, como é o caso, por exemplo, das raças *cachena* e a *barrosã*. A raça *cachena*, também, conhecida pela designação de *Cabreir*a, *Carramelha* ou *Carramilhinha*. A área geográfica de produção está delimitada no Despacho nº 3934/98 (2ª série) e abrange as *serras* da Peneda e Amarela.

[821] Destacamos o feijão *Tarreste*, designação sob a qual os agricultores englobam todos os feijões rasteiros, que se distribuem por uma variedade de formas, tamanhos e cores.

ciado com o milho e a da batata, e não alimentares como determinadas espécies medicinais[822] e ornamentais[823].

Somos de opinião que o reordenamento integrado e equilibrado dos espaços *serranos* e de raia, que estudamos, só responderá às necessidades das populações e do meio ambiente que as envolve, se pressupuser a valorização da agro-silvo-pastorícia que, para além da racionalização das associações vegetais, silvícolas e forrageiras, implica o reinventar de espaços, como os das *inverneiras* e *verandas*, dos *currais* e dos *poulos*, e o das próprias aldeias sem residentes, que constituem a matriz do *habitat* (Figs. 18, 21, 22 e 120). Também implica a recuperação dos caminhos e das calçadas, que aproximam os cimos da *serra* aos fundos de vale, dos sistemas de condução e distribuição das águas de rega, dos muros de arrimo (socalcos) para o terraceamento dos solos, dos monumentais *fojos* do lobo, sem esquecer as casas dos ex-guardas florestais, atualmente em ruína.

Uma vez os espaços silvícolas e agrícolas devidamente ordenados e racionalizados, o Lima em estudo apresentará as condições necessárias a uma atividade agro-pastoril que envolva aquele turista desejoso em participar nas atividades com *tempo imemorial,* complementando, assim, as vertentes histórico-cultural e ambiental da modalidade Turismo da Natureza, que, na transição do século, começa a despelotar.

Somos de opinião que a associação, ou, melhor, o planeamento integrado entre agro-silvo-pastorícia, turismo em espaços *serranos* e ordenamento territorial será a melhor solução para que, com muita inteligência e imaginação, se possa fazer emergir, de facto, uma nova vida nos territórios que estudamos, aparentemente agrestes, mas, que num futuro próximo, poderão corresponder, mesmo a nível nacional, às melhores bolsas de oportunidades[824].

Na «área ribeirinha», que envolve as albufeiras do Alto do Lindoso e do Touvedo, em período muito próximo, surgirá um espaço de lazer, naturalmente vocacionado para desportos aquáticos não poluidores, devidamente equipado com uma bolsa de alojamentos, que englobará tanto as casas de Turismo de Aldeia na «vila», no Soajo, ou, no Castelo e em Parada, no Lindoso, como o hotel e as unidades residenciais a construir[825] (Fig. 152).

---

[822] Por exemplo, a bretónica, o hipericão, a milfurada e a uva-do-monte.

[823] Distinguimos o azereiro e o azevinho.

[824] A atração exercida pelo emprego urbano sobre os trabalhadores rurais, nas últimas décadas do séc. XX, tende a esvair-se pela falta de oferta nos locais «tradicionais» de trabalho. Assim, o mundo rural esquecido espreita a oportunidade para que se rentabilizem as suas potencialidades deixadas, durante longas décadas, ao abandono. Não será a mudança de século o período promissor para a revitalização e recuperação dos recursos naturais e da identidade de um povo rural? Em que medida poderemos considerar o século XXI, o século marcado pelo emprego em se deslocar na direção dos residentes em áreas rurais, descongestionando-se, assim, os territórios urbanos, tão saturados?

[825] Se o parque de alojamento turístico, em 2004, era muito deficitário em proporção à procura dos visitantes, passará a responder às necessidades do mercado em expansão, com a implementação das construções previstas no P.O.A.T.A.L, para a área ribeirinha da albufeira do Alto do Lindoso.

Espaço de lazer e turismo que se estenderá pelas vertentes das serras Amarela e do Soajo, voltadas para o rio Lima, em cujos patamares se praticaria uma agro-pastorícia «aberta» ao turista que goste de participar em atividades *imemoriais* e efetuar longas caminhadas, através dos carreiros sinuosos, que o conduzem aos nichos de civilizações milenares.

Os vales da Gavieira e da Peneda, incrustados em plena serra da Peneda, com as cinco aldeias e respetivas *verandas*, constituem, em nossa opinião, um outro espaço de turismo e de lazer, o da serra da Peneda, com aptidões excecionais para atividades associadas à silvo--agro-pastorícia e aos longos percursos exploratórios, não só dos povoados pré-medievais, como dos ambientes *serranos* (Fig. 152).

Espaço com boas condições de alojamento proporcionadas pelo complexo da Senhora da Peneda, a que se acrescenta os Quartéis de S. Bento de Cando, as habitações, com uso sazonal, das *verandas* da Gavieira, devidamente recuperadas, constituiriam o refúgio e o abrigo para os visitantes, por princípio mais jovens, que preferem calcorrear a *serra,* motivados ou pela atividade agro-pastoril e, ou, pelos percursos exploratórios dos patamares limianos.

Um outro espaço de lazer no Lima em estudo, o *planalto* castrejo com as unidades de alojamento da Vila, a que se acrescentariam as habitações, devidamente reconstruídas das *inverneiras* e *verandas*, em 2004, em decadência (fig. 152).

O visitante, partindo das *verandas* e, ou, *inverneiras subia* ao *planalto*, questionava as construções megalíticas, enquanto testemunhava as pastagens em *montes comuns* dos bovinos com duas nacionalidades, mas que os *usos e costumes imemoriais* se preocupam e teimam em não considerar.

Como estruturas de apoio ao alojamento «instituído», e após uma recuperação que se torna urgente, utilizar-se-iam os velhos refúgios dos pastores, os *cortelhos* e as *cabanas* dispersas, ou, inseridas nos *poulos* e nos *currais*, além dos *fojos*, sem esquecer as decadentes casas dos ex-guardas florestais e as sendas tortuosas, que conduzem aos núcleos da presença do homem pré-medieval no âmago *serrano*.

Implementar-se-iam, também, dispersos pela *serra*, *bungalows* e outro tipo de alojamentos, que permitissem ao visitante que gosta da aventura, por princípio o mais jovem, a ligação constante ao ambiente *serrano*, mesmo enquanto descansa das caminhadas efetuadas pelos velhos caminhos de pé posto, densamente percorridos na primeira metade do séc. XX, pelos animais de pastoreio e pelos residentes, os pastores e, ou, os homens do contrabando.

Estratégias de conservação e desenvolvimento agroambiental, que despoletam outra gama variada de atividades nos territórios de ambas as nacionalidades. Salientamos as ações de formação de educação ambiental[826], nomeadamente para jovens limianos de raia,

[826] Não podemos deixar de referir, em relação à área lusa, a Escola Superior Agrária, em Ponte de Lima, e o Instituto Politécnico de Viana do Castelo, Instituições que disponibilizam formação na área dos estudos agro-rurais e turismo em espaço rural e de «montanha».

que os motivassem para as problemáticas que envolvem a preservação e reutilização da natureza, do património e da cultura local, com a recuperação das práticas tradicionais.

Estamos cientes das dificuldades na consecução de uma proposta com estas características, que justificamos pela postura dominante da classe que decide não ser, infelizmente, favorável ao mundo rural, em virtude do poder e da cultura serem, na primeira década do séc. XXI, predominantemente urbanos.

Mas, quando refletimos sobre as amenidades de este Lima raiano e sobre os evidentes sinais da procura, no período de 2000-2004 e no âmbito do turismo e do lazer, questionamos em que medida nos encontraremos no advento de uma nova economia limiana de raia, ou seja, uma «economia reticular de baixa densidade» suportada na oferta de produtos endógenos e complementares.

Somos de opinião que apenas este setor, o do turismo e do lazer reunirá condições, por ter capital próprio suficiente, endógeno, e, ou, de origem externa, nomeadamente, oriundo das empresas nacionais, ou mesmo internacionais, para recriar as condições necessárias a um reordenamento do Lima raiano em estudo.

A produção de investimento multifuncional e empreendimentos mais ou menos complexos, reconfigurá-lo-ão ao fomentar pequenas economias de aglomeração com ou sem base produtiva própria.

O futuro das atividades associadas ao turismo e lazer depende estreitamente da diversidade e diversificação, em regime de oferta integrada de produtos complementares, que os espaços que se sucedem em altitude, os «ribeirinhos» com as albufeiras, o dos núcleos povoados e o das altas pastagens (Fig. 152) forem capazes de produzir.

Atividades que de um modo tímido e aleatório começam a emergir com a aplicação de projetos que emanam, ou da P.A.C., numa perspetiva otimista, P.A.R.C., ou das *Iniciativas Comunitárias*, que jovens associações de desenvolvimento «nascidas» em função das políticas de base comunitária elaboram e coordenam a implementação, no caso das lusas, a A.D.E.R.E.-P.N.P.G., a A.D.R.I.L. e A.R.D.A.L, que têm incidido nos territórios lusos em estudo, preferencialmente, nas aldeias do Soajo e do Lindoso.

Sem querermos retirar a importância de cada uma delas, na dinâmica limiana em estudo, ficámos convencidos que trabalham de modo isolado e aleatório, apesar de referirem nos respetivos projetos de candidatura a colaboração de outras entidades, nomeadamente o P.N.P.G., justificando-se, assim, em nossa opinião, os resultados das ações implementadas que, embora proliferem, até em quantidade, se tornam incapazes de promover um ordenamento harmonioso, suscetível de criar amenidades e a oferta integrada de produtos complementares.

Não esquecemos, por exemplo, pelo significado de que se reveste, o prémio anual agricultura 2004, na categoria *Atividades Rurais,* atribuído à A.R.D.A.L.[827].

---

[827] O júri considerou todo o esforço e atividades que a Associação desenvolveu na revitalização socioeconómica do concelho

Todavia, somos de opinião que o desenvolvimento rural, ao pretender-se sustentado e integrado, terá que passar pelo estabelecimento de redes que articulem espaços humanamente rarefeitos com núcleos urbanos de pequena e média dimensão, de modo a superar as desvantagens da dispersão da oferta, a fim de afirmar a sua qualidade diferenciada.

Então, questionamos, o desenvolvimento rural do séc. XXI compadecer-se-á com as dimensões de um concelho ou, pelo contrário, exigirá a implementação de fluxos com lugares, que ultrapassam a divisão administrativa concelhia ou mesmo o limiar nacional?

Estamos cientes da complexidade da problemática que acabamos de levantar, por entrar no foro dos critérios, sempre difíceis de selecionar, até por que implica questões de soberania nacional, mas a ponderar na consideração de uma região.

Como geógrafa, entendemos que o «delinear» de uma região implica a individualização de uma unidade, como, por exemplo, a unidade geográfica que identificámos para os espaços e paisagens objeto desta investigação.

Entendemos que o Lima raiano, que distinguimos, poderia constituir «o núcleo» de um outro espaço mais vasto, que articularia, num limiar mínimo, as áreas de influência das sedes dos respetivos concelhos[828], valorizando-se, também, as dimensões relacional e funcional.

Imbuídos por este pressuposto, entendemos que se justifica a sugestão que apresentamos para as atitudes a tomar pelos diferentes atores das futuras valorizações, nomeadamente, nos projetos turísticos permitidos pelo P.O.A.T.A.L. que, em nossa opinião, dever-se-ão fazer sentir, também, na Galiza, na sequência de um trabalho coordenado entre os dois países[829], de acordo com as particularidades dos respetivos espaços.

Tornar-se-ia necessário a emergência de uma entidade, que poderia resultar da coordenação entre as direções do *Parque Nacional da Peneda-Gerês* e a do *Parque Natural da Baixa Límia-Serra do Xurés*, isto é, uma entidade com uma nova estrutura, fundamentada em objetivos, que privilegiassem a aproximação, de facto, às populações, viabilizando-se uma auscultação frequente dos problemas e anseios dos limianos, que constituiriam parte substancial das questões chave de um *Plano Estratégico de Desenvolvimento Rural para o Alto Lima e a Baixa Límia*, ou seja, de uma carta para o desenvolvimento equilibrado e integrado, que teria por motor o turismo e o lazer em espaços protegidos e limianos, em

---

dos Arcos de Valdevez, nomeadamente na valorização das aldeias em infraestruturas, como a eletrificação das *verandas* da Gavieira ou a abertura e conservação de caminhos agrícolas e rurais, a recuperação de regadios tradicionais, como o da *veiga* de Tibo, a organização de feiras de artesanato, como a do Soajo, a recuperação de trilhos pedestres, como aqueles que envolvem as *verandas* da Gavieira, ou, o âmago da Serra da Peneda, passando pela Chã do Monte, o turismo nas modalidades da natureza, religioso, pedestrianismo e montanhismo, a recuperação de património, como o da Peneda, ou a implantação de postos de venda de produtos locais, no Soajo, na «vila».

[828] Arcos de Valdevez, Entrimo, Lobeira, Lobios, Melgaço, Ponte da Barca.

[829] A elaboração, em parceria, do primeiro Plano de Ordenamento do Parque Transfronteiriço Gerês/Xurés é um bom exemplo dos esforços de cooperação transfronteiriça, que as entidades das duas nacionalidades estão a desenvolver.

que se firmaria um compromisso aberto à comunidade entre os empreendedores, locais e vindos do exterior, e a administração pública, regional e local.

Teria por finalidade esboçar, talvez melhor, arquitetar os espaços e paisagens em estudo, tendo em consideração as infraestruturas, os equipamentos, as qualificações espaciais mencionadas nos *Planos de Ordenamento*, nomeadamente os da área protegida e em outros documentos de cariz oficial, as amenidades latentes, as economias de baixa densidade e a gestão ordenada dos fluxos turísticos. Em suma, preocupar-se-ia em redesenhar e reordenar os elementos, naturais e humanos, que poderão favorecer a utilização racional dos espaços protegidos e raianos.

Este documento deveria enunciar e mencionar boas práticas preventivas de processos e procedimentos, podendo, desde logo, admitir a criação de um grupo de trabalho constituído por técnicos oriundos e naturais da área a desenvolver, que constituiria, por exemplo, um observatório, o *Observatório Rural do Alto Lima e Baixa Límia,* sediado na região a potencializar, o Lima raiano.

Entidade que teria a capacidade e a legalidade em acompanhar e orientar, de facto e a par e passo, todo o tipo de microdinâmicas limianas e transfronteiriças, desde as previstas para os planos de água e espaços envolventes, até aos empreendimentos e projetos nas vertentes e cimos das *serras.*

Iniciativas que envolveriam a agro-pastorícia e a certificação da qualidade dos produtos de origem, as atividades de carácter artesanal e a reconstrução do edificado «perdido» nas aldeias e na *montanha*, não esquecendo a revitalização da cultura e da identidade, que se assimila, até, nas simples «guias» da serra Amarela, na bretónia que se desenvolve em Felgueira Ruiva, ou, nas sendas perdidas da serra do Laboreiro, que conduziam à Senhora da Peneda e na piscina de água quente espontânea na instância termal de Rio Caldo.

A este grupo de trabalho, o Observatório dotado de autonomia e independência perante as entidades «tradicionais», competiria, também, entre outras atribuições, organizar uma carteira de iniciativas para jovens empreendedores, fomentar, aproveitando os recursos humanos das Instituições do Ensino Superior vizinhas[830], ações de formação para o desenvolvimento do Alto Lima e da Baixa Límia, nomeadamente no âmbito das novas tecnologias do conhecimento e da informação, organizar ações piloto das amenidades limianas, sensibilizar novos promotores. Em suma, competir-lhe-ia colaborar e participar na reconstituição de um tecido socioterritorial mais polinucleado e reticulado, permitindo que se atingisse uma situação de equilíbrio, mesmo com o nível baixo de densidade populacional, que caracteriza este Lima raiano.

O trabalho que desenvolvemos junto das populações, nomeadamente as lusas, permite-nos antever, caso não se tomem este tipo de iniciativas, ou, outras similares, que os

[830] No espaço luso, as sediadas, por exemplo, em Ponte de Lima e Viana do Castelo.

grandes impulsos previstos na atividade turística e de lazer, como, por exemplo, naqueles que o P.O.A.T.A.L. vier a permitir, favorecerá a massificação de uma atividade económica bastante suscetível perante conjunturas de mercado menos favoráveis.

Entretanto, os programas de índole local e regional apoiados pelas *Iniciativas Comunitárias*, limitar-se-ão a redistribuir, de modo anacrónico, ilusões e fantasias de uma suposta política desenvolvimentista, em virtude de se continuar a acentuar o despovoamento acelerado de aldeias, como as de Tibo, Germil, Igreja (Ermelo), Várzea, as *verandas* castrejas, ou, Guxinde, Ferreiros, Bouzadrago, Queguas e Compostela, por exemplo (Figs. 36, 37 e 38).

«Irregularidades» da área em estudo, que por si, já se pauta por baixas densidades, nomeadamente a demográfica, reforçam a sugestão, por nós apresentada, ou seja, a necessidade de uma gestão concertada e coordenada, que implique uma postura proactiva e empreendedora por parte dos agentes e atores, sob coordenação luso-galega, além da evidência do reequacionamento das relações rural/urbano de modo a atingir-se uma visão integrada e sistémica do território em que se insere.

De facto, não bastará ao Lima raiano uma massa crítica, mesmo de baixa densidade, de atribuições e competências, ou, um conjunto de bens públicos e benefícios contextuais, se não possuir uma economia empresarial emergente, ou, com capacidades mínimas de o ser.

Uma economia dinamizada pelos investimentos-âncora, no âmbito municipal, intermunicipal e transfronteiriço, públicos, privados ou mistos, no sentido em que se tornem em nós de reticulação, em centros para novas iniciativas que, em nossa opinião, incidiriam, também, nos núcleos urbanos concelhios, que surgiriam, simultaneamente, como elementos de integração territorial e de articulação, interurbana e inter-regional, «alargada» a ambos os países.

Na sequência do raciocínio que temos estado a desenvolver, não podemos olvidar a globalização dos mercados, que ao envolver também os locais, mormente os rurais, outros riscos e desafios se lhes colocam, ao confrontarem-se com oportunidades muito exigentes, em que o grau de falência das iniciativas e empreendimentos é muito mais elevado.

Encontramo-nos perante paisagens e espaços, que entendemos poder designar de institucionalizados, em virtude da sobrevivência em muito depender dos subsídios e das transferências orçamentais[831]. Por outro lado, o investimento privado, externo, ou, mesmo interno, em pequenas ou médias atividades, defronta-se com elevados custos de contexto e de rede, o que levanta problemas sérios de crescimento, caso nos esqueçamos que vivemos numa sociedade da informação e do conhecimento, em que a distância e a escala poderão ser contrabalançadas pela informação e reticulação.

---

[831] Transferências orçamentais que encontram o seu *terminus* nas Autarquias, Câmaras e Juntas de Freguesia, com tendência para reduções acentuadas em função, também, das consequências da globalização, que não se compadece com os custos de oportunidade dos recursos escassos.

Exemplifiquemos com as identidades/oportunidades do «nosso» Lima raiano, no âmbito do Turismo, em que as variadas iniciativas e empreendimentos na recriação da ruralidade, nomeadamente, na recuperação dos aglomerados «vocacionados» para o *Turismo de Aldeia*, acompanharam à sua escala, a do lugar, o ritmo da globalização dos mercados, com a criação da imagem de marca *Aldeias de Portugal* divulgada a partir de 2000, pela *C.E.N.T.E.R.*, numa cooperação transnacional para uma melhor rendibilidade do turismo de qualidade.

De facto, encontramo-nos perante uma outra oportunidade, a «gerada» pela globalização produtiva e comercial, que ao reduzir a importância relativa da distância perante as opções de localização territorial, faz depender o grau de atração dos territórios da qualidade dos bens contextuais e reticulares oferecidos.

Assim, impõe-se uma observação intensa e cuidada sobre os espaços e paisagens em estudo, ou melhor, sobre as suas qualidades reais e virtuais, que em determinadas circunstâncias nos poderão transpor diretamente da memória do passado para o projeto do futuro.

Torna-se necessário, então, um debate cuidado, mas intenso, sobre as ações e intervenções que se poderão desenvolver «à margem» da economia dominante, a massificada, globalizada, para que se evitem as decisões erradas na seleção de projetos e respetiva implementação, que sempre acarretam perdas vultuosas de dinheiros públicos.

Em jeito de alerta, não podemos deixar de questionar em que medida a administração local, pelo menos no caso da portuguesa, aquela que melhor conhecemos, possui competências e destrezas suficientes para desencadear um ciclo de desenvolvimento intermunicipal ou supramunicipal, que conduza à identificação e formulação de investimentos-âncora, quando se constata, além de um «bairrismo, por vezes doentio», o elevado autoconsumo administrativo e financeiro das diferentes organizações públicas, que superintendem e interferem nos processos de desenvolvimento.

Conjunto de desafios para o «nosso» Lima raiano, que em plena sociedade do conhecimento e da informação se vê confrontado com uma massa humana crítica de idosos e com baixo grau de literacia, dependentes de rendimentos (Fig. 41) predominantemente oriundos do estrangeiro, resignados em abraçar os descendentes queridos, anualmente e, apenas, num dos meses de Verão.

A par, pacientemente, assistem à eliminação da *rês* e à redução do *gado*, em virtude das forças, que lhes vão escasseando, não lhes permitir *subir à serra*, enquanto as parcelas, outrora cultivadas, são votadas a *paul* e se deparam com a «evasão» da sua rua pelo turista, em favor de um rendimento, que lhes dizem trazer progresso à *terra*, mas, que não conseguem vislumbrar, pelo que estão convictos que o futuro dos seus espaços e paisagens, a breve prazo, se traduzirá num despovoamento praticamente total.

Para perspetivas tão sombrias e de desencanto, que raiam no horizonte da grande maioria dos residentes, lusos e galegos, limitar-nos-emos a recordar-lhes, que acreditamos,

caso haja vontade e tenacidade suficientes, que o desenvolvimento dos seus espaços e paisagens, independentemente dos investimentos já efetuados, exige outras formas de iniciativas, por exemplo, os investimentos-âncora, que reúnam virtuosamente a agro-silvo-pastorícia e o ambiente, as atividades de carácter artesanal e os serviços, o turismo e o lazer, que despoletarão não só novos pólos, os nós de reticulação, como redimensionarão outros centros urbanos, nomeadamente as sedes dos respetivos concelhos.

Rede urbana que articulará os seus espaços rarefeitos, através da mobilidade das gerações mais jovens, familiares e amigos, que movidos pelos novos padrões de qualidade de vida tenderão, cada vez mais, a concentrarem-se nestes «novos» núcleos hierarquizados pelo tipo de funções que vierem a oferecer.

Estes espaços reticulados, que contrabalançam a distância pela informação, ter-se-ão de integrar numa outra área bem organizada, que dependerá, impreterivelmente, de uma nova política regional, a que integre o Noroeste Peninsular, encontrando-nos, então, perante paisagens e espaços limianos e de fronteira projetados à escala internacional, um dos grandes desafios da sociedade do conhecimento do séc. XXI.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

1. Fontes manuscritas

Arquivo Distrital de Braga

«Couto de Aboim», *Tombo da Comenda de Távora*, Livro 69, 1658, fls. 852-1087.

«Demarcação do Couto de S. Silvestre da Ermida, Lourido e Froufe pertença do Couto de Aboim», *Tombo da Comenda de Távora*, Livro 69, 1658, fls. 1087-1090.

«Inquéritos Paroquiais de 1775, freguesias de S. Vicente de Germil, S. Miguel de Entre Ambos-os-Rios, S. Silvestre da Ermida, S. Mamede do Lindoso, S. Martinho de Britello», *Termos da Visita da 1.ª Parte da Nóbrega e Neiva.*

«Tombo da Comenda de Santa Maria de Castro Laboreiro e seu limite», 1565, *Registo Geral,* Livro 2, fls. 424--428 v.

«Tombo da Igreja de S. Mamede do Lindoso», 1574, *Registo Geral*, Caixa 289, n.º 6.

«Tombo da Igreja de S. Martinho da Villa de Castro Laboreiro», 1551, *Registo Geral*, Caixa 274, n.º 6, fls. 292 v.--296 v.

«Tombo da Igreja de S. Martinho do Soajo e sua anexa Salvador da Gavieira», 1795, *Registo Geral*, Caixa 281, N.º 2, 1795 fls. 1-48.

Arquivo Distrital da Casa de Bragança, Vila Viçosa

«Demarcação da vila de Castro Laboreiro que parte com a Galiza», 1538, Julho, 26, Castro Laboreiro, *Forais,* Tomo 2.º, 1208-1760, Docs. 21 a 27, fls. 292 v.-296.

«Foral da Vila de Castro Laboreiro dado por El-Rey D. Affonso Conde de Bolonha», 1513, Nov. 11, Lisboa, *Forais,* Tomo 1.º, fls. 160 v.-176.

«Privilégios concedidos pelos Senhores Reis deste Reino aos moradores do concelho de Castro Laboreiro insertes em uma descrição feita no dito concelho», 1664, Fev. 11, Melgaço, *Privilégios,* Tomo 3, MS-16/NG.17, fls. 288-300.

Arquivo Distrital de Viana do Castelo

Livros de Registo Paroquiais do Lindoso, anos de 1664 a 1892.
Misto, anos de Abril de 1664 a Fevereiro de 1707. *Mistos*, anos de 1597 a 1842.
Baptismos, anos de Setembro de 1671 a Junho de 1868.
Casamentos, anos de Maio de 1669 a Dezembro de 1892.
Óbitos, anos de Abril de 1667 a 1813.
Livros de Registos Paroquiais de Castro Laboreiro.
Mistos, anos de 1597 a 1842.
Baptismos, anos de 1713 a 1890.
Livros de Registos Paroquiais da Gavieira.
Mistos, anos de 1613 a 1807.
Baptismos, anos de 1634 a 1885.
Livros de Registos Paroquiais do Soajo.
Mistos, anos de 1645 a 1693.
Baptismos, anos de 1645 a 1877.

Arquivo da E.D.P., Porto

Cadastro dos prédios submersos pela albufeira do Alto do Lindoso (cota dos 300 a 340 metros), 1982 e 1983, escalas 1/1000 e 1/500.

Arquivo do Governo Civil de Viana do Castelo

Estatísticas do Distrito de Viana do Castelo, anos de 1835 a 1855, Administração Geral de Viana:

«Mapa da população e seu movimento», anos de 1937 a 1955.

«Mapas da produção da colheita de cereais e dos necessários para consumo nos concelhos de Castro Laboreiro e Soajo», anos de 1835 a 1851.

«Estatísticas da produção do vinho e da aguardente nos concelhos de Castro Laboreiro e Soajo», anos de 1836 a 1851.

«Mapa estatístico da quantidade de cera e mel produzido nos concelhos de Castro Laboreiro e Soajo», anos de 1851 a 1855.

«Mapa demonstrativo da quantidade e qualidade e valor de lãs nos concelhos de Castro Laboreiro e do Soajo», anos 1851 e 1855.

«Mapa numérico do gado existente no concelho de Castro Laboreiro», anos de 1851 a 1855.

Arquivo Historico de Ourense

Pleito entre el monasterio de Celanova y la Orden de Cristo sobre la iglesia de San Salvador de Monte Córdoba, año 1569 e documentos vários que se encontram na mesma pasta. Bande: Documento 71, Cajón 69, Caja 9865.

El Catastro de Ensenada de la Provincia de Orense, 1753, «Interrogatorio», Livros n.º 1935 (concelho de Entrimo); n.ºs 2187 e 2196 (concelho da Lobeira); n.ºs 2205, 2208, 2212, 2216, 2219 e 2222 (concelho de Lobios).

El Catastro de Ensenada de la Provincia de Orense, 1753, «Personal Legos», Livros n.ºs 312 (concelho de Entrimo); n.ºs 2188, 2190, 2193, 2197, 2199, 2202 (concelho da Lobeira); n.ºs 434, 2206, 2209, 2213, 2217, 2220, 2223 (concelho de Lobios).

«Ilduara, viuva de D. Gutierre, y Madre de San Rosendo, Hace Donacion, al Monasterio de Celanova, de algunas villas y de otros bienes», *Cartulario de Celanova*, fls. 5 v.-6 v.

Arquivo Municipal de Melgaço

«Autos da Câmara feitos na Casa do Paço», *Administração do concelho de Castro Laboreiro*, fls. 137, 140, 150-150 v. e ilegível.

Castro Laboreiro – «Mappa statístico da população e seu movimento nesta freguesia em referência ao anno de 1841».

«Descripção da linha de fronteira entre Portugal e Hespanha, correspondente aos termos municipaes de Melgaço e Lobera», *Actas de Entrega da Linha de Fronteira entre Portugal e Espanha correspondentes aos termos municipais de Melgaço e Entrimo, Melgaço e Lobera; Melgaço e Leirado; Melgaço e Padrenda; Melgaço e Verea*, 1896.

«Documentação varia», *Colecção Augusto César Esteves.*

Traslado dos «Privilégios do Couto de Melgaço», 25 de Setembro de 1431, *Chancelaria D. João I*, Livro 4, Torre do Tombo, fl. 132.

Biblioteca Municipal dos Arcos de Valdevez

Acta da Sessão Pública da Assembleia Municipal em que se aprovou as «Posturas para o bom regimen do concelho», 15 de Dezembro de 1838.

Cartório da Associação dos co-proprietários da área florestal de Froufe, Lourido e Ermida.

Código de Posturas de Froufe (excerto), sem data, Lourido, Entre Ambos-os-Rios.

Cartório da Junta de Freguesia de Castro Laboreiro
Livros de Actas das Assembleias de freguesia de Castro Laboreiro, anos de 1900 a 1960.

Cartório da Junta de Freguesia da Ermida
Rol da vezeira e vigias, anos de 2002 e 2003.

Cartório da Junta de Freguesia da Gavieira
Livro de Actas das Assembleias de Freguesia da Gavieira, anos de 1938 a 1960.

Cartório da Junta de Freguesia do Lindoso
Livros de Actas das Assembleias de Freguesia do Lindoso, anos de 1900 a 1960.
«Posturas da Freguesia», *Livro de Actas das Assembleias de Freguesia,* n.º 3, art.º 8.º, 1929.
«Posturas da Freguesia», *Livro de Actas das Assembleias de Freguesia*, n.º 4,art.º 6.º, 1929.

Cartório da Junta de Freguesia do Soajo
Livros de Actas das Assembleias de Freguesia do Soajo, anos de 1854 a 1960.

Cartório Paroquial do Lindoso
Livros de Registos Paroquiais do Lindoso, anos de 1912 a 2001.
Baptizados, Janeiro de 1912 a Dezembro de 2001.
Casamentos, Junho de 1912 a Dezembro de 2001.
Óbitos, Janeiro de 1912 a Dezembro de 2001.
Livros dos Usos e Costumes da freguesia do Lindoso, *anno de 1921.*

Conservatória do Registo Civil de Ponte da Barca
Livros de Registos Paroquiais do Lindoso, anos de 1858 a 1911.
Baptizados, Janeiro de 1912 a Dezembro de 2001.
Casamentos, Dezembro de 1893 a Abril de 1911.
Óbitos, Abril de 1858 a Março de 1911.

Instituto Nacional da Torre do Tombo (Lisboa)
Dicionário Geográfico do Reino de Portugal, Pe. Luís Cardoso (1758) – «Britelo», vol. 7, fls. 1239-1242; «Ermelo, Entre Ambos-os-Rios e Ermida», vol. 13, fls. 185-200 e 255-260; «Gavieira e Germil», vol. 17, fls. 176-176 e 209-212; «Lindoso», vol. 20, fls. 665-672; «Soajo», vol. 35, fls. 1363-1368.
«Foral da Terra da Nóbrega», *Forais Novos Entre Douro e Minho*, Leitura Nova, L. 1, fls. 94-97 v., microfilme, rolo 2311.
«Foral da Terra do Soajo», *Forais Novos Entre Douro e Minho*, Leitura Nova, L. 1, fls. 106-106 v., microfilme, rolo 2311.
«Foral do lugar do Lindoso», *Forais Novos Entre Douro e Minho*, Leitura Nova, L. 1, fls. 108 v.-109, microfilme, rolo 2311.
«Livro do Tombo das Demarcações dos lugares das Comarcas de Tra-los-Montes e Dantre Douro e Minho que estam ao longo da raia e do termo de Castela e Gualiza, 1538». *Demarcação da vila e concelho do Lindoso. Demarcação do concelho do Soajo. Demarcação da vila de Castro Laboreiro.* Núcleo Antigo, Livro VII, n.º 289, fls. 138-151, microfilme, rolo n.º 1762.
«Privilégio de Afonso V ao concelho de Castro Laboreiro», *Chancelaria de Afonso V*, Liv. 1, fls. 41-41 v., *Leitura Nova*, *Além Douro*, liv. 3, fl. 276 v.

2. Fontes manuscritas com publicação

ALMANSA, Javier Ruiz (1948a) – *Descripción del Reino de Galicia por el licenciado Molina (1550).* «La Población de Galicia (1500-1945) Segundo los Documentos Estadísticos y Descriptivos de Cada Epoca», vol. I. Madrid: Instituto «Balmes» de Sociología, pp. 43-53.

____ (1948b) – *Galicia en el Itinerario de D. Fernando Colon, 1517-1523.* «La Población de Galicia (1500-1945) Segundo los Documentos Estadísticos y Descriptivos de cada Epoca», vol. I. Madrid: Instituto «Balmes» de Sociología, pp. 103-243.

____ (1948c) – *Situacion Angustiosa de los Campesinos Gallegos en el Siglo XVII según D. José Lucas Labrada, en su descripción del Reino de Galicia, 1804.* «La Población de Galicia (1500-1945), Segundo los Documentos Estadísticos y Descriptivos de Cada Epoca», vol. I. Madrid: Instituto «Balmes» de Sociología, pp. 169-172.

ALMEIDA, João (1943) – *Reprodução Anotada do Livro das Fortalezas de Duarte Darmas.* Lisboa: Ed. Império.

ALONSO, Benito F. (1898-1901) – *Testimonio de un privilegio de D. Fernando III el Santo, confirmando outro de D. Alfonso VII el Emperador, por el que se donan varios lugares al Monasterio de Celanova.* «Boletín de la Comisión Provincial de Monumentos Históricos y Artísticos de Orense», Tomo I, pp. 122-124.

____ (1898-1901) – *Monasterio de Celanova. Relación de los pueblos y territorios concedidos y confirmados por los reys al monasterio de San Salvador de Celanova, según nota dada por el R. P. Abad del mismo al Director general de Rentas en Mayo de 1834, de los cuales algunos eran por entonces desconocidos, ya por haber sufrido transformaciones sus nombres, ya por haberse celebrado permutas con otros monasterios, y son los seguientes.* «Boletín de la Comisión Provincial de Monumentos Históricos y Artísticos de Orense», Tomo I, pp. 189-191.

____ (1898-1901) – *Monasterio de Celanova.* «Boletín de la Comisión Provincial de Monumentos Históricos y Artísticos de Orense», Tomo I, pp. 193-198.

ARGOTE, D. Jeronymo Contador d' (1732-1744) – *Memórias para a História Eclesiástica do Arcibespado de Braga Primaz das Hespanhas, da Geografia do Arcebispado de Braga e da Geografia Antiga da Província Bracarense.* Braga, 4 vols.

BARROS, João (1549) – *Colecção de Manuscritos Inéditos agora dados à Estampa, V, Geographia d'entre Douro e Minho e Tras-os-Montes.* Porto: Biblioteca Municipal do Porto (1919), Tipografia Progresso, 128 p..

BRANDÃO, Frei António (1945) – *Crónica de D. Afonso Henriques.* Edição actualizada com introdução de A. Magalhães Basto. Porto: Biblioteca Histórica de Portugal e Brasil, Série Régia, Liv. Civilização Editora, pp. 30-32; 37-40.

____ (1944) – *Crónica do Conde D. Henrique, D. Teresa e Infante D. Afonso.* Edição atualizada com introdução de A. de Magalhães Basto. Porto: Biblioteca Histórica de Portugal e Brasil, Série Régia, Liv. Civilização, Editora, pp. 79-82, 129-131.

____ (1818) – *Memórias para a História da Vida do Venerável Arcebispo de Braga*, Tomo II. Lisboa: Impressão Régia, 1818, pp. 119.

CORTESÃO, Armando & MOTA, Avelino Teixeira (1987) – «Duarte de Armas, Livro das Fortalezas», c. 1509--c. 1516», *Portugaliae Monumenta Cartographica*, reprodução fac-similada da edição de 1960, vol. I. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, pp. 71-75 + Estampas 28-33.

COUSELO, Xesús Ferro (1995) – *Tumbo de Fiães. Transcripcón.* «Boletín Avriense», Anexo 20. Ourense: Museu Arqueolóxico Provincial.

CORNIDE Y SAAVEDRA, José Andrés (1991) – *Description Circunstanciada de la Costa de Galicia, y Raya por donde confina con el inmediato Reino de Portugal, Hecha en el Año de 1764.* Edición i estudio por Xosé Luis Axeiros, (Col. Historia. Ed. do Castro).

Crónica dos Cinco Reis de Portugal (1945) – Edição diplomática da Crónica inédita quatrocentista, reproduzida do códice 886 da Biblioteca Pública Municipal do Porto, com respetiva versão atualizada da *Crónica Geral de Espanha*, referentes a Portugal, com outros textos e um estudo de A. Magalhães Basto, 2 vol. Porto: Biblioteca Histórica de Portugal e Brasil, Série Régia, Liv. Civilização, Editora.

DIAS, Luís Fernando de Carvalho, *ed.* (1969) – *Foral da vylla de Crasto Leboreiro dado per el-rey dom afomso Comde de bollonha.* «Forais Manuelinos do Reino de Portugal e do Algarve, Entre Douro e Minho», conforme exemplar do Arquivo Nacional da Torre do Tombo de Lisboa, pp. 65-66.

Documentos Medievais Portugueses. Documentos Régios (1958) – Ed. por Rui de Azevedo, vol. I, Tomo I, («Documentos dos Condes Portucalenses e D. Afonso Henriques, A.D. 1095-1185»). Academia Portuguesa de História: Lisboa, pp. 42 e 569-570, 75-76, 87-89 e 589-590, 229-230.

Documentos de D. Sancho I, 1174-1211 (1979) – Ed. por Rui de Azevedo, Pe. Jesus Avelino Costa, Marcelino Rodrigues Pereira, vol. I. Coimbra: Centro de História da Universidade de Coimbra, pp. 192-193.

FREIRE, Anselmo Braancamp, *ed.* (1905) – «Povoação de Entre Doiro e Minho no XVI seculo.», *Archivo Historico Portuguez*, vol. III, n.ºs 7 e 8 (31-32). Lisboa: I.N.T.T., pp. 241-273.

GONZALEZ, Julio, *ed.* (1944) «1199 – Junio, Benavente. Concede fuero a Milmanda», n.º 126, *Alfonso IX – Documentos*, Tomo II, n.º 126. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Instituto Jerónimo Zurita, pp. 180-183.

GONZALEZ, Julio, *ed.* (1944) – «1228, Junio, Bayona. Concede fuero a Lobeira». *Alfonso IX – Documentos*, Tomo II, n.º 547. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Instituto Jerónimo Zurita, pp. 547-548.

Livro do Inventário dos bens de Mumadona (1059) – «Et ad radice castro annofrice». Lisboa: «Portugaliae Monumenta Historica-Documentae Chartae» (1868) – vol. I, D.C. 420.

«História Florestal, Aquícola e Cinegética» – Colectânea de Documentos Existentes no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Chancelarias Reais*, vol I. Lisboa: Ministério de Agricultura e Pescas, Direcção-Geral do Ordenamento e Gestão Florestal:

«1282 Agosto 23 – Carta sobre o que os monteiros de Soajo devem dar ao alcaide de Laboreiro» – *Chancelaria D. Dinis* Livro 1, fl. 54 (p. 36).

«1483 Dezembro 12 – Carta de confirmação de privilégio aos monteiros do Soajo, pela qual é proibido tomar-lhes os sabujos e que fidalgos e pessoas poderosas morem na dita terra e julgado e tenham aí casa ou herdamento, sob certas penas» – *Chancelaria D. João II*, L.º 24, fl. 146 (pp. 58-59).

«1483 Dezembro 12 – Carta de confirmação de privilégios aos monteiros do Soajo, pela qual lhes é dada licença para vender e passar o seu gado para a Galiza» – *Chancelaria* D. João II, L.º 24, fl. 146 v.; Além Douro, L.º 1, fls. 198-198 v. e 198 v.-199; *Chancelaria D. Manuel I*, L.º 32, fls. 55-55 v. (pp. 59-60).

«1483 Dezembro 12 – Carta de confirmação de privilégio aos monteiros do Soajo, pela qual são isentos de ter armas e somente são obrigados a ter sabujos e ascumas» – *Chancelaria D. João I*, L.º 24, fl. 146 v. (pp. 60).

«1359 Janeiro 6 – Carta de confirmação de privilégio aos monteiros do Soajo» – *Chancelaria D. Pedro I*, L.º 1, fl. 33 (p. 89).

«1498 Dezembro 7 – Carta de confirmação de privilégio aos monteiros da montaria de Soajo, pela qual são isentos de ter armas, salvo ascumas e sabujos» – *Chancelaria D. Manuel*, L.º 32, fls. 25-25 v. e *Além Douro*, L.º 1, fls. 194 v.-195 (pp. 138-139).

«1498 Dezembro 7 – Carta de confirmação de privilégio aos monteiros da montaria de Soajo, pela qual é proibido aos fidalgos morarem na dita terra e julgado, terem herdamentos e tomarem-lhes os sabujos, sob certas penas – Além Douro» – *Chancelaria D. Manuel*, L.º 1, fls. 198 v. -199 (pp. 139-140).

«1498 Dezembro 8 – Carta de confirmação de privilégio aos monteiros da montaria de Soajo, pela qual lhes é dada licença para venderem e passarem o seu gado para a Galiza» – *Chancelaria D. Manuel*, L.º 32, fls. 55-55 v. e Além Douro, L.º 1, fls. 198-198 v. (pp. 141-142).

«1498 Dezembro 8 – Carta de confirmação de privilégio aos monteiros da montaria do Soajo, pela qual são isentos dos cargos do concelho, de pagar pedidos, etc. – Além Douro», *Chancelaria D. Manuel*, L.º 1, fls. 195-195 v. (pp. 142-143).

«1542 Agosto 17 – Carta de confirmação de privilégio aos monteiros de Soajo pela qual são isentos dos cargos de concelho, de pagar pedidos, etc.» – *Chancelaria D. João III*, L.º 32, fls. 70 v.-71 (pp. 165-166).

«1542 Agosto 17 – Carta de confirmação de privilégio aos monteiros de Soajo pela qual são isentos de trazerem armas». – *Chancelaria D. João III*, L.º 32, fls. 71 (pp. 166-167).

Liber Fidei Sanctae Bracarensis Ecclesae. Ed. Crítica pelo Pe. Avelino de Jesus Costa, Tomos I, II e III. Braga: Junta Distrital de Braga, 1965-1978-1990.

LOPO, Albino Santos Pereira (1913) – *Monumentos Militares ao Norte do País*. Porto: Museu Militar do Porto, n.º 700.

MORENO, Humberto Baquero, *coord.* (2003) – *Demarcações de Fronteira, Lugares de Trás-os-Montes e de Entre Douro-e-Minho*, vol. III. Porto: Centro de Documentação e História Medieval, Universidade Portucalense.

NEVES, C. M. (1965) – A.N.T.T. – «Alguns Documentos do Arquivo Nacional da Torre do Tombo». *Dos monteiros-mores aos Engenheiros Silvicultores*:

«1507 Fevereiro 27 – Ao officyo de monteiro mor acrescentamento pera que aja sempre oyto momteiros de caullo e xxx de monte e etc.» – *Chancelaria. D. Manuel*, L.º 38, fls. 58-58 v. Leitura Nova: L.º 5 de Místicos, fls. 125-125 v. (p. 267).

«1752 Outubro 26 – À margem: Monteiros da Montaria do Conselho de Soajo. Carta de Confirmação de Privilegios» – *Chancelaria de D. José I*, L.º 83, fls. 80 v.-82 v. (pp. 270-274).

NÚÑES, Arturo Vásquez (1898-1901) – *Privilegio de D. Alfonso VII el Emperador haciendo varias donaciones al Monasterio de Celanova y confirmando sus antiguos cotos. Era 1183. Año 1145*. Orense: «Boletín de la Comisión Provincial de Monumentos Históricos y Artísticos de Orense, Tomo I», pp. 148-151.

____ (1902-1905) – *Privilegio de D. Fernando III el Santo, confirmando el D. Fernando I por el que se conceden al Monasterio de Celanova los derechos reales de rauso, homicidio, etc. Año de 1232*. Orense: «Boletín de la Comisión Provincial de Monumentos Históricos y Artísticos de Orense, Tomo II», pp. 307-309.

(1902-1905) – *Real Provisión de D. Enrique IV mandando devolver al Monasterio de Celanova el castillo de Santa Cruz y sus cotos*. Orense: «Boletín de la Comisión Provincial de Monumentos Históricos y Artísticos de Orense», Tomo II, pp. 310-311.

Obras Completas do Cardeal Saraiva (D. Francisco de S. Luiz), Patriarca de Lisboa (precedidas de uma «Introdução» pelo Marquez de Rezende). Publicadas por CALDEIRA, António Correia (1873). Tomo II. Lisboa: Imprensa Nacional.

Portugaliae Monumentae Historica, Inquisitiones, vol. I (1888) – «Inquirições de D. Afonso II» (1220) – pp. 37--39; 117-118; 188-189; 235-237; «Inquirições de D. Afonso III» (1258) – pp. 374-396; 406-415. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa.

VILAS BOAS, Custodio José Gomes (1800) – «Descripção Topographica das Commarcas Fronteiras da província do Minho». In SOUSA, Fernandes; ALVES, Jorge Fernandes (1997) – *Alto Minho, População e Economia nos finais dos Setecentos*. Lisboa: Ed. Presença, pp. 106-121; 139-140; 148-149; 156-162.

3. Fontes cartográficas e fotográficas

Atlas do Vol. I, Esboço X (1936) – «Estudos de História Militar Portuguesa». Lisboa: Arquivo Militar.

BARJA, Francisco Xavier Río (1990) – *Mapa Xurisdiccional da provincia de Ourense no séc. XVIII, escala 1/200000*. «Cartografía Xurisdiccional de Galicia no século XVIII». Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega.

BOLAMA, Marquês de Ávila, *dir.* (1914) – *Nova Carta Topográfica de Portugal*, Tomo III. Folha n.º 2-d (Arcos de Valdevez). Lisboa: Imp. Lucas.

Carta Geológica do Parque Nacional da Peneda-Gerês, 1/50000 – (1984) – Lisboa: Direcção Geral de Geologia e Minas, Serviços Geológicos de Portugal.

Cartas Militares de Portugal, 1/25000 – (1948 e 1993) – n.ºs 30, 17,9, 5, 4. Lisboa: Instituto Geográfico do Exército.

DOMINGUEZ, Olga Gallego (1988) – *Mapa de Cotos e Xuridicios da antiga provincia de Ourense, 1/100000, ano de 1751 – La Organization Administrativa Territorial de la Antigua Provincia de Ourense a Mediados del siglo XVIII*. «Boletín Avriense, Anexo 10». Ourense: Museo Arqueoloxico Provincial.

LUNA, Maria Pilar Torres *et al.* (1979) – *Mapa de Limites de las Parroquias de Galicia,*
1/200000. Santiago de Compostela: Departamento de Xeografía, Área de Artes e Humanidades, Universidade de Santiago de Compostela.

Mapa Provincial de Ourense, 1/200000 (2000). Madrid: Instituto Geográfico Nacional.

Mapas Topográficos Nacionais de España, 1/50000 (1942) – n.ºs 263, 301,336. Madrid: Instituto Geográfico y Cadastral.

Mapas Topográficos Nacionais de España, 1/25 000 (1990 e 2002) – n.ºs 263 (I, II, III, IV), 301 (I, II, III, IV), 336 (I). Madrid: Instituto Geográfico Nacional.

MENDEZ, Martinez Gonçalo (1993) – *La Documentation cartografica sobre Galícia existente en sus archivos: Catalogación y análisis geografica hasta 1900*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela. Tese de doutoramento.

Fotografias aéreas (*Ermida, Parada, Castelo, «vila» do Soajo e Várzea*), escala aprox. 1/2500, coberturas aéreas de 1965/70 e 1994/95. Lisboa: Instituto Geográfico Português.

Ortofotomapas (*Castro Laboreiro e Gavieira*), 1/10000, cobertura aérea de 1992. Lisboa: Instituto Geográfico Português.

PRIEGUE, Elisa Ferreira (1987) – *Mapa da provincia de Ourense com os caminhos medievais, escala 1/400000 – Los Caminos Medievales de Galicia*, «Boletin Avriense», Anexo 9. Ourense: Museo Arqueoloxico Provincial.

4. Fontes estatísticas

Animais intervencionados (1995 a 2003) – «Secção de Sanidade Animal». Arcos de Valdevez: Cooperativa Agrícola Arcos de Valdevez e Ponte da Barca.

Animais intervencionados (2003) – «Secção de Sanidade Animal». Monção: Associação Raiana Agro-Pecuária de Monção e Melgaço.

Arrolamento do gado bovino leiteiro dos distritos de Aveiro, Porto e Viana do Castelo (1930) – «Divisão de Estatística Pecuária». Lisboa: Direcção Geral dos Serviços Pecuários, Serviço de Publicidade Agrícola do Ministério da Agricultura.

Arrolamento Geral de Gados e Animais de Capoeira (1934 e 1940). Lisboa: Ministério da Agricultura.

Arrolamento Geral de Gado e Animais de Capoeira (1955). Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, Tipografia Portuguesa Lda.

Arrolamento Geral do Gado (1972). Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, Serviços Centrais.

Recenseamento Geral da Agricultura (1989). Lisboa: INE.

Recenseamento Geral da Agricultura (1999). Lisboa: INE.

Censo da População do Reino de Portugal de 1890 – «Direcção de Estatística Geral e Comércio». Lisboa: Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, Imprensa Nacional.

Censo da População do Reino de Portugal de 1900 – «Repartição de Estatística Geral». Lisboa: Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, Imprensa Nacional.

Censo da População de Portugal, Estatísca Demográfica de 1911. Lisboa: Direcção Geral de Estatística, Ministério das Finanças, Imprensa Nacional.

Censo da População de Portugal de 1920 – «6.º Recenseamento Geral da População Portuguesa». Lisboa: Direcção Geral de Estatística, Ministério das Finanças, Imprensa Nacional.

Censo da População de Portugal de 1930 – «7.º Recenseamento Geral da População Portuguesa». Lisboa: Direcção Geral de Estatística, Imprensa Nacional.

VIII Recenseamento Geral da População no Continente e Ilhas Adjacentes de 1940. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, Imprensa Nacional.

IX Recenseamento Geral da População no Continente e Ilhas Adjacentes de 1950. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, Tipografia Portuguesa Lda.

X Recenseamento Geral da População no Continente e Ilhas Adjacentes de 1960. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, Imprensa Nacional.

XI Recenseamento Geral da População de 1970 – Estimativa a 20%. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.

XII Recenseamento Geral da População de 1981. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, Imprensa Nacional.

XIII Recenseamento Geral da População de 1991. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.

Censos de 2001 – «XIV Recenseamento Geral da População». Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.

Censo de 1787, Floridablanca. Madrid: impresso e publicado pelo Instituto Nacional de Estadística (1990) – «Comunidades Autonomas del Norte Atlántico – 4».

Censo de la Poblacion y de las Viviendas de España de 1960 – Nomenclator de las Ciudades, Villas, Lugares, Aldeas Y Demas Entidades de Poblacion de España: *Provincia de Orense.* Madrid: Instituto Nacional de Estadistica.

Censo de la Poblacion y de las Viviendas de España de 1970 – Nomenclator de las Ciudades, Villas, Lugares, Aldeas Y Demas Entidades de Poblacion de España: *Provincia de Orense*, Tomo IV – 32. Madrid: Instituto Nacional de Estadistica.

Censo de la Poblacion de España de 1981 – «Nomenclator de la Provincia de Orense». Madrid: Instituto Nacional de Estadistica.

Censo de la Población y Viviendas de 1991 – Nomenclátor de las ciudades, villas, lugares, aldeas Y demas entidades de población con especificación de sus núcleos. Madrid: Instituto Nacional de Estadistica (I.N.E.).

Censo de Población y Viviendas (2001) – www.ine.es.

COELHO, Eusebio Candido C. P. Furtado (1861) – *Estatística do Districto de Vianna do Castello* (Suplemento ao Boletim do Ministério das Obras Públicas, Commercio e Industria de Dezembro de 1860). Lisboa: Imprensa Nacional.

Nomenclátor de las Ciudades, Villas, Lugares, Aldeas Y Demas Entidades de Población de España de 1900: Provincia de Orense. Madrid: Dirección General del Instituto Geográfico y Estadístico, Imprenta de la Dirección General del Instituto Geográfico y Estadístico.

Nomenclátor de las Ciudades, Villas, Lugares, Aldeas Y Demas Entidades de Población de España de 1910: Provincia de Orense. Madrid: Dirección General del Instituto Geográfico y Estadístico, Imprenta de la Dirección General del Instituto Geográfico y Estadístico.

Nomenclátor de las Ciudades, Villas, Lugares, Aldeas Y Demas Entidades de Población de España de 1920: Provincia de Orense. Madrid: Dirección General de Estadística, Imprenta de los hijos de M. G. Hernández.

Nomenclátor de las Ciudades, Villas, Lugares, Aldeas Y Demas Entidades de Población de España de 1930: Provincia de Orense. Madrid: Dirección General del Instituto Geografico, Catastral y de Estadistica, Hijos de M. G. Hernández.

Nomenclátor de las Ciudades, Villas, Lugares, Aldeas Y Demas Entidades de Población de España de 1940: Provincia de Orense. Madrid: Dirección General de Estadística.

Nomenclator de las Ciudades, Villas, Lugares, Aldeas Y Demas Entidades de Poblacion de España de 1950: Provincia de Orense. Madrid: Instituto Nacional de Estadistica, Sucesores de Rivadeneyra, S. A.

Recenseamento Geral dos Gados no Continente do Reino de Portugal em 1870 e 1873 – «Intendência da Pecuária de Viana do Castelo». Lisboa: Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, Imprensa Nacional.

Recenseamento Agrícola do Continente, Gado de 1979. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, Serviços Centrais, Imprensa Nacional.

Recenseamento Geral da Agricultura de 1989. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.

Recenseamento Geral da Agricultura de 1999. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.

5. Dicionários, Guias, Corografias, Enciclopédias e Publicações Oficiais

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira (1987) – *Alto Minho*. In *Novos Guias de Portugal*, n.º 5. Lisboa.

ARGOTE, D. Jeronymo Contador (1732-1744) – *Memorias para a Historia Ecclesastica do Arcibespado de Braga Primaz das Hespanhas, da Geografia do Arcebispado de Braga, e da Geografia Antiga da Provincia Bracaren*se, 4 vols. Lisboa.

CANDI, F. Carreras, *dir.* (1980) – *Geografia General del Reino de Galicia, Orense*, Tomo 1.º. In RISCO, Vicente – *La Coruña*: Ediciones Gallegas, S. A.

CARDOSO, Pe. Luís (1747-1751) – *Dicionário Geográfico ou Notícia Histórica de todas as cidades, villas, lugares e aldeias, rios, ribeiras e serras dos Reynos de Portugal e Algarve*. Lisboa: Régia Officina Sylviana, 2 Tomos.

CASTRO, Pe. João Bautista (1745) – *Mappa de Portugal – Parte Primeira*. Lisboa.

(1814) – *Roteiro Terrestre de Portugal*. Lisboa: 5.ª Ed.

CONDE d'AURORA (1959) – *Roteiro de Ribeira Lima*. Porto. 3.ª Ed.

COSTA, Américo (1932-1933) – *Dicionário Corographico de Portugal e Insular*. Vila do Conde.

COSTA, P. António Carvalho da (1869) – *Corografia Portugueza e Descripçam Topografica do famoso Reyno de Portugal com as notícias das fundações das cidades, villas & lugares, que contem varões ilustres, geneologias das famílias nobres, fundações de conventos, catalogo dos bispos, antiguidades, maravilhas da natureza, edifícios & outras curiosas observações*. Braga, 2.ª Edição.

Guia de Portugal, IV – *Entre Douro e Minho,* Tomo II – *Minho* (1965). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

LEAL, Pinho (1873-1890) – *Portugal Antigo e Moderno*, 12 vols. Lisboa.

MADOZ, Pascual (1848-1850) – *Diccionario Geográfico-Estadistico-Historico de España y sus Posesiones de Ultramar*, 22 vols. Madrid.

SERRÃO, Joel, *dir.* (1985-1990) – *Dicionário de História de Portugal*, I-VI vols. Lisboa.

VASCONCELOS, José Leite – *Etnografia Portuguesa*, X vols. Lisboa: ed. Imprensa Nacional. vols. I a III organizados pelo AUTOR: (1933 – vol. I); (1936 – vol. II); (1941 – Vol. III); vols. IV a X, organizados por GUERREIRO, M. Viegas, com a colaboração de SOROMENHO, Alda da Silva; SOROMENHO, Paulo: (1958 – vol. IV); (1967 – vol. V); (1975 – vol. VI); (1980 – vol. VII); (1982 – vol. VIII); (1985 – vol. IX); (1989 – vol. X).

VIEIRA, José Augusto (1886-1887) – *O Minho Pitoresco* (1886-1887), 2 vols. Lisboa.

VITERBO, Fr. Joaquim de St.ª Rosa (1744-1822) – *Elucidário das palavras e frases que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram*. Ed. crítica de Mário Fiuza (1993). Porto: Liv. Civilização Editora, 2.ª ed., 2 vols.

6. Periódicos

***A NEVE* – Semanário Independente, por Castro Laboreiro**

LÉLIO – «O castelo de Castro Laboreiro», n.º 5, de 9 de Dez./1920, 1.ª p..

FÔRÇAS – «Estrada para Castro-Laboreiro», n.º 6, de 16 de Dez./1920, 1.ª p..

MANÔLO – «Castro-Laboreiro», n.º 7, de 6 de Jan./1921, 1.ª p..

MANÔLO – «Castro-Laboreiro», n.º 8, de 13 de Jan./1921, 1.ª p..

MANÔLO – «Castro-Laboreiro», n.º 9, de 20 de Jan./1921, 1.ª p..

MANÔLO – «Castro-Laboreiro», n.º 10, de 30 de Jan./1921, pp. 1-2.

Z – «Castro-Laboreiro, terra de neve eu te envio muito saudar!», n.º 6, de 16 de Dez./1920, 1.ª p..

«Queremos uma estrada...», n.º 2, de 18 de Novembro de 1920, 1.ª p..

«Por Castro Laboreiro», n.º 2, de 18 de Nov./1920, p. 2.

«Boas Vindas», n.º 2, de 18 de Nov./1920, p. 2.

«Emigração», n.º 1, de 11 de Nov./1920, p. 3.

«Esquecidos», n.º 3, de 25 de Nov./1920, 1.ª p..

«Da América do Norte», n.º 3, de 25 de Nov./1920, p. 3.

«Montaria», n.º 5, de 9 de Dez./1920, p. 3.
«Uma caçada», n.º 5, de 9 de Dez./1920, pp. 2-3.

***CONCÓRDIA (A),* Semanário Republicano Liberal, Arcos de Valdevez**
A.C.A. – «Atenda-se o povo do Soajo – Estrada do Soajo», n.º 400, 8 de Jan./1928, 1.ª p..
ELGA – «Canto Regional Soajeiro», Número Especial Comemorativo do 12.º Aniversário, 7 de Dezembro de 1930, p. 47.
ENES – Alexandre, «Desditos da minha Serra», Número Especial Comemorativo do 12.º Aniversário, 7 de Dezembro de 1930, p. 46.
LAGE – Manuel Gonçalves, «Páginas do Soajo – Soajo», Número Especial Comemorativo do 12.º Aniversário, 7 de Dez/1930, pp. 45-46.
«Um Romeiro» – «O Minho; a nossa terra; romaria e belezas da Peneda; factos e observações ligeiras», n.º 387, 18 de Set/1927, pp. 1-3.
«Um amigo do Soajo» – «Por Soajo», Número Especial Comemorativo do 12.º Aniversário, 7 de Dezembro de 1930, p. 47.
VASCONCELOS, João – «Defendamos a lavoura», n.º 116, de 12 de Março/1922, pp. 1-2.
«O manifesto do gado», n.º 39, de 29 de Agosto/1920, pp. 1-2.
«O contrabando», n.º 52, de 30 de Nov./1920, pp. 1-2.
«Energia eléctrica», n.º 218, de 16 de Março/1924, 1.ª p..
«Manifesto dos gados», n.º 255, de 14 de Dez./1924, 1.ª p..
«Terras do Minho, Arcos de Valdevez, Luz eléctrica I», n.º 271, de 19 de Abril de 1925, 1.ª p..
«Terras do Minho, Arcos de Valdevez, Luz eléctrica II», n.º 272, de 26 de Abril de 1925, 1.ª p..
«De Soajo à sede do concelho», n.º 354, de16 de Janeiro/1927, 1.ª p..
«Estrada do Soajo I», n.º 354, de 16 de Janeiro/1927, 1.ª p..
«Estrada de Soajo II», n.º 355, de 23 de Jan./1927, p. 2.
«Estrada de Soajo III», n.º 357, de 6 de Fev./1927, p. 2.
«Baldios», n.º 448, de 20 de Nov./1929, 1.ª p..
«Montaria», n.º 524, de 17 de Agosto/1930, p. 3.

***A Vanguarda*, Quinzenário Regionalista de Arcos de Valdevez, Arcos de Valdevez**
A. C. – «O acontecimento da Peneda», n.º 7, de 9 de Nov./1947, 1.ª p..
A. CERQUEIRA – «E a Peneda reconstrói-se...», n.º 9, de 7 de Dez./1949, pp. 1-2.
«Correspondente» – «Por Soajo – Ponte Persil; Batida dos Lobos», n.º XVII, 4 de Abril/1948, p. 3.
«Correspondente» – «Da Gavieira», n.º XXXVI, de 20 de Dez./1948, p. 3.
ETNUCUS – «Apontamentos de Turismo 1 – A Serra e o Homem», n.º 137, de 23 de Nov./1952, 1.ª p..
____ «Apontamentos de Turismo 2 – A técnica, a vida e a natureza», n.º 138, de 7 de Dez./1952, pp. 1 e 5.
PINTOR, Pe. Manuel António Bernardo – «Senhora da Peneda», n.º 110, de 11 de Nov./1951, 1.ª p..
____ «A Peneda Terra dos Meus Avós», n.º 130, de 17 de Agosto/1952, p. 2.
____ «Ermelo. Ao Amigo Pe. Rafael», n.º 139, de 21 de Dez./1952, n.º 139, p. 4.
____ «Ermelo. Ao Amigo Pe. Rafael», n.º 141, de 18 de Jan./1953, pp. 1 e 5.
____ «A Peneda Terra dos Meus Avós», n.º 156, de 27 de Set./1953, 1.ª p..
____ «A Peneda Terra dos Meus Avós – O Santuário e a sua administração (até finais do séc. XVIII)», n.º 159, de 27 de Set./1953, pp. 1 e 4.
____ «A Peneda Terra dos Meus Avós – O Santuário e a sua administração (até finais do séc. XVIII)», n.º 160, de 11 de Out./1953, 1.ª p..
____ «A Peneda Terra dos Meus Avós – O Santuário e a sua administração (até finais do séc. XVIII)», n.º 161, de 25 de Out./1953, pp. 1 e 4.

____ «A Peneda Terra dos Meus Avós – O Santuário e a sua administração (até finais do séc. XVIII)», n.º 163, de 22 de Nov./1953, 1.ª p..
____ «A Peneda Terra dos Meus Avós – O Santuário e a sua administração (até finais do séc. XVIII)», n.º 164, de 6 de Dez./1953, p. 4.
____ «A Peneda Terra dos Meus Avós – O Santuário e a sua administração (até finais do séc. XVIII)», n.º 165, de 20 de Dez./1953, 1.ª p..
SEQUEIRA, Américo – «Dos Arcos à Peneda. Notas de viagem», n.º 110, de 11 de Nov./1951, p. 4.
____ «Dos Arcos à Peneda. Notas de viagem (cont.)», n.º 112, de 9 de Dez./1951, 1.ª p..
____ «Dos Arcos à Peneda. Notas de viagem (cont.)», n.º 114, de 6 de Jan./1952, 1.ª p..
«Estrada Mezio-Soajo», n.º 9, de 7 de Dez./1947, p. 2.
«Até que enfim ... foi preso o 'Carquejo» temível quadrilheiro'», n.º XXI, de 30 de Maio/1948, pp. 1 e 4.
«O Carquejo foi julgado no Tribunal desta Comarca», de 10 de Julho/1949, 1.ª p..
«Ruralidades palpáveis: A nova ponte para o Soajo», n.º XCIV, de 18 de Maio/1951, p. 2

JORNAL DE VIAGENS E AVENTURAS DE TERRA E MAR, Porto
CAMPOS, Alfredo – «Castro Laboreiro», n.º 79 – 3.º Vol., de 28 de Novembro/1880, p. 305.
____ «Castro Laboreiro», n.º 80 – 3.º Vol., de 5 de Dezembro/1880, pp. 10-11.
____ «Castro Laboreiro», n.º 81 – 4.º Vol., de 12 de Dez./1880, pp. 45-46.
____ «Castro Laboreiro», n.º 84 – 4.º Vol., de 2 de Janeiro/1881.

JORNAL DOS ARCOS – Político, Literário, Noticioso e Annunciador, Publicação Semanal, Arcos de Valdevez
«Parochia de S. João Baptista de Rio Frio: O castelo de Rio Frio», n.º 326, de 10 de Julho/1902, p. 2.
«Parochia de S. João Baptista de Rio Frio: O castelo de Rio Frio», n.º 327, de 17 de Julho/1902, pp. 1-2.
«O Sr. Arcebispo na Peneda», n.º 374, de 18 de Junho/1903, 1.ª p..
«O Sr. Arcebispo na Peneda», n.º 375, de 25 de Junho/1903, 1.ª p..
«O Sr. Arcebispo na Peneda», n.º 376, de 2 de Julho/1903, 1.ª p..

LA REGIÓN, Ourense
RUMBAO, Alfredo Cid – «Castillos de la Provincia de Orense», de 29 de Junho/1960, pp. 3-6.
«Hosteleros lusos y ourensanos pugnan por el poblado que construyó EDP al hacer Lindoso», de 21 de Novembro de 2004, 1.ª p.

O ARCOENSE, Semanário Litterário, Agrícola, Político e Noticioso, Arcos de Valdevez
«Arborização dos Baldios», n.º 1211, de 6 de Junho/1909, 1.ª p..
«Estrada de Ázere a Soajo», n.º 1210, de 30 de Maio/1909, 1.ª p..
«Um grande melhoramento distrital», n.º 1109, de 16 de Junho/1907, 1.ª p..

NOTÍCIAS DOS ARCOS, Semanário Regionalista, Arcos de Valdevez
PINTOR, P. Manuel A. Bernardo – «A Peneda, Terra dos Nossos Avós», n.º 834, de 13 de Nov./1955, 1.ª p..
____ «A Peneda, Terra dos Nossos Avós», n.º 835, de 27 de Nov./1955, p. 4.
____ «Soajo e as Pastagens de Felgueira Ruiva», n.º *824, de* 29 de Maio/1955, pp. 2 e 4.
____ «Soajo e as Pastagens de Felgueira Ruiva», n.º 825, de 12 de Junho/1955, pp. 2-4.
____ «Migalhas de História: o Soajo», n.º *819*, de 6 de Março/1955, 1.ª p.
____ «Migalhas de História: o Soajo», n.º *820*, de 6 de Março/1955, pp. 1 e 3.

POVO DA BARCA, Semanário Independente – órgão dos interesses locais, Ponte da Barca.
ZETIANNA – «Carta de Britello», n.º 48, de 4 de Março/1900, pp. 1 e 2.
«Factos e Notícias-Providências», n.º 53, de 14 de Julho/1901, p. 2.

7. Diários do Governo/Diários da República

«Carta de Lei de 22 de Agosto, de 1821» (na coleção da legislação com o n.º 115), publicada e registada, em 28 de Agosto, na Chancelaria Mor da Corte do Reino e no Livro das leis, fol 11 = *Diário do Governo n.º 208,* de 4 de Setembro de 1822.

«Decreto-Lei de 22 de Agosto/1822», *Diário do Governo,* I Série, *n.º 198*, Ano de 1821, p. 265.

«Decreto-Lei de 7 de Set./1835», *Diário do Governo*, I Série*, n.º 211*, Ano de 1835, 7 de Set, pp. 371-377.

«Alvará de 14 de Fevereiro concedendo licença para aproveitamento com força motriz de água do rio Lima, no sítio da Costa do Fojo, no Concelho de Ponte da Barca», *Diário do Governo n.º 40*, de 20 de Fev/1907, pp. 530-531.

«Decreto-Lei n.º 5 624, de 10 de Maio/1919», *Diário do Governo,* I Série, *n.º 98*, Ano de 1919, 10 de Maio, pp. 981-987.

«Decreto-Lei n.º 6 412, de 21 de Fev./1920», *Diário do Governo*, I Série, *n.º 38*, Ano de 1920, 21 de Fevereiro, pp. 291-292.

«Decreto-Lei n.º 6 461, de 20 de Março/1920», *Diário do Governo*, I Série, *n.º 56*, Ano de 1920, 20 de Março, pp. 423-426.

«Decreto-Lei n.º 27 207, de 16 de Nov./1936», *Diário do Governo*, I Série, *n.º 269*, Ano de 1936, 16 de Novembro, pp. 1425-1451.

«Lei n.º 1971, de 15 de Junho/1938», *Diário do Governo*, I Série, *n.º 136*, Ano de 1938,15 de Junho, pp. 971-974.

«Decreto-Lei n.º 46 939, de 5 de Abril/1966, *Diário do Governo*, I Série, *n.º 80,* Ano de 1966, 5 de Abril, pp. 507--508.

«Decreto-Lei n.º 49 400, de 24 de Nov./1969», *Diário do Governo*, I Série, *n.º 275,* Ano de 1969, 24 de Novembro, p. 1664.

«Decreto-Lei n.º 187/71», *Diário do Governo*, I Série, *n.º 108,* Ano de 1971, 8 de Maio, pp. 657-661.

«Decreto-Lei n.º 39/76», *Diário do Governo*, I Série, *n.º* 15, Ano de 1976, 19 de Janeiro, pp. 89-91.

«Decreto-Lei n.º 40/76», *Diário do Governo*, I Série, *n.º* 15, Ano de 1976, 19 de Janeiro, p. 92.

«Portaria n.º 117/76», *Diário do Governo*, I Série, *n.º* 51, Ano de 1976, 1 de Março, p. 450.

«Decreto-Lei n.º 613/76», *Diário do Governo,* I Série, Ano de 1976, de 27 de Julho, pp. 1702-1704.

«Decreto-Lei n.º 519-C/79», *Diário da República*, I Série, 2.º Suplemento, *n.º 298*, Ano 1979, 28 de Dezembro, p. 3414 – (7) a 3414 – (11).

«Decreto-Lei n.º 403/85, *Diário da República*, I Série, *n.º 236,* Ano de 1985, 14 de Outubro, pp. 3373-3376.

«Decreto-Lei n.º 126/86», *Diário da República*, I Série, *n.º 125*, Ano de 1986, 2 de Junho, p. 1308.

«Despacho n.º 45/90», *Diário da República*, II Série, n.*º 211*, Ano de 1990, 12 de Setembro, p. 10241.

«Decreto-Lei n.º 19/93», *Diário da República*, I Série – A, n.º 19, Ano 1993, 23 de Janeiro, pp. 271-277.

«Decreto n.º 29/1993, de 11 de Fevereiro», *Diario Oficial de Galicia, n.º 37,* Ano de 1993, 24 de Fevereiro.

«Decreto n.º 32/1993, de 11 de Fevereiro», *Diario Oficial de Galicia, n.º 37,* Ano de 1993, 24 de Fevereiro.

«Decreto-Lei n.º 151/95», *Diário da República*, I Série – A, *n.º 125*, Ano de 1995, 24 de Junho, pp. 4095-4098.

«Resolução do Conselho de Ministros n.º 134/95», *Diário da República,* I Série – B, *n.º 261*, Ano de 1995, de 11 de Novembro, pp. 6896-6903.

«Decreto n.º 155/1998, de 28 de Maio», *Diario Oficial de Galicia, n.º 107*, Ano de 1998, de 5 de Junho, pp. 6221--6227.

«Decreto Regulamentar n.º 3/2002», *Diário da República*, I Série – B, n.º 29, Ano de 2002, 4 de Fevereiro, pp. 937-939.

«Resolução do Conselho de Ministros n.º 27/2004», *Diário da República*, I Série – B, *n.º 57*, Ano de 2004, 8 de Março, pp. 1260-1274.

8. Obras impressas

ABENGOCHEA, Juan Jose Sayas & Moreno, LUIS A. Garcia (1981) – *Romanismo y Germanismo. El despertar de los pueblos hispánicos (siglos IV-X)*, Tomo II. *In* LARA, Tañon Manuel, *dir.* – *Historia de España.* Madrid.

ABREU, João Gomes (1910) – *Terra da Nóbrega* (*Notas Históricas*). «Separata de O Instituto». Coimbra: Imprensa da Universidade, 42 p.

ALARCÃO, Jorge (1988) – *O domínio romano em Portugal.* Lisboa: Publicações Europa-América, 3.ª ed. «Col. *Forum* da História».

____ (1990) – *O domínio romano em Portugal.* In MARQUES, A.H.O. & SERRÃO, J., *dir.* – *Portugal, das origens à romanização*, Vol. I. de *Nova História de Portugal.* Dir. de J. Serrão e A. H. Oliveira Marques. Lisboa, pp. 345-351.

ALBARELLO, Luc *et al.* (1995) – *Pratiques et méthodes de recherche en sciences sociales.* Paris: Ed. Armand Colin.

ALBORNOZ, Claudio Sánchez (1956) – *España. Un enigma histórico*, Buenos Aires.

____ (1966) – *Despoblación y repoblación del valle del Duero.* Buenos Aires.

ALBUQUERQUE, J. Pina Manique (1960) – *Mapa da Galiza Sueva.* Braga, pp. 5-10.

ALEXANDRE, Valentim (1993) – *Os sentidos do império: Questão nacional e Questão colonial na crise do Antigo Regime português.* Porto: Ed. Afrontamento.

ALMEIDA, António Mendes (1902) – *A arborização e utilização das serras portuguesas.* «Separata do Boletim da Real Associação Central da Agricultura Portuguesa». Lisboa: 25 p.

____ (1928) – *Portugal Florestal.* «Separata do Boletim do Ministério da Agricultura», vol. X, n.ºs 8 a 12. Lisboa.

ALMEIDA, Carlos Alberto Brochado (1968) – *Vias Medievais Entre Douro e Minho.* Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Tese de licenciatura. Ed. policopiada.

____ (1973) – *Notas sobre a Alta Idade Média no Noroeste de Portugal*, «Separata da Revista de História». Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 29 p.

____ (1973) – *Os Caminhos e a Assistência no Norte de Portugal.* «Separata A Pobreza a Assistência na Península Ibérica durante a Idade Média». In *Actas das 1.ªs Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval.* Lisboa, 57 p.

____ (1978) – *Arquitectura Românica de Entre Douro e Minho*, Vol. I. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Tese de doutoramento. Ed. policopiada.

____ (1978) – *Casteologia Medieval de Entre-Douro-e-Minho, desde as origens a 1220.* Porto: Ed. policopiada. Trabalho complementar para prestação de provas de doutoramento em História de Arte apresentado à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

____ (1986) – *A paróquia e o seu território.* «Cadernos do Noroeste: Sociedade, Espaço, Cultura, Minho, terras e gente». Braga: Universidade do Minho, pp. 113-130.

____ (1987) – *Muralhas Românicas e Cercas góticas de algumas cidades do centro e norte de Portugal. A sua lição para a dinâmica urbana de então.* «Cidades e História». Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 137--141.

____ (1988) – *Importância do regadio no Entre-Douro-e-Minho, nos séculos XII e XIII.* In Madeiros, Carlos Alberto Ferreira (Ed.) – *Livro de Homenagem a Orlando Ribeiro,* 2.º vol.. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, Faculdade de Letras de Lisboa, pp. 65-70.

____ (1989) – *Castelos e cercas medievais – séculos X a XII.* In R. Moreira, *dir.* – *Portugal no Mundo. História das fortificações portuguesas no mundo.* Lisboa, pp. 38-54.

ALMEIDA, João F. (1986) – *Classes Sociais nos Campos: camponeses parciais numa região do Noroeste.* Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa.

ALONSO, Benito F. (1893) – *Guerra Hispano-Lusitana.* Orense: Imprenta de Antonio Otero.

ALONSO-NUÑEZ, J. M. (1975) – *El Noroeste de la Peninsula Iberica en Estrabon.* «Boletín Auriense», Tomo V. Orense: Museo Arqueolóxico Provincial, pp. 343-347.

ALVES, Manuel Brandão (1989) – *A Fronteira: barreira ou oportunidade ao desenvolvimento?*. «Revista Planeamento e Administração», Vol. II. Lisboa: Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo, pp. 13-24.

____ (1990) – *As oportunidades de desenvolvimento das regiões fronteiriças*. «Barrosânia. Revista trimestral da região de Barroso», n.º 4. Lisboa, pp. 27-34.

ALVES, Lourenço (1983) – *A simbologia da arte românica* (*achegas para uma interpretação da cultura medieval no Alto Minho*). «Revista Caminiana», n.º 8. Caminha, pp. 105-135.

____ (1984) – *Do Gótico ao Manuelino no Alto Minho*, (*Monumentos civis e militares*). «Revista Caminiana», n.º 10. Caminha, pp. 41-88.

____ (1987a) – *Do Gótico ao Manuelino no Alto Minho* (*Monumentos civis e militares*). «Revista Caminiana», n.º 11. Caminha, pp. 187-215.

____ (1987b) – *Do Gótico ao Manuelino no Alto Minho* (*Monumentos civis e militares*). «Revista Caminiana», n.º 12. Caminha, pp. 37-73.

ALVES, Teresa (1994) – *Serviços e Reestruturação Produtiva – Utilização de Serviços pelas Explorações Agrícolas da Raia Central e Desenvolvimento Regional*. Lisboa: Faculdade de Letras de Lisboa, Centro de Estudos Geográficos. Tese de doutoramento.

ALVES, Teresa & PIRES, I. (1990) – *Os Serviços em Portugal, Evolução e Distribuição Regional*: *1960-1988*. Lisboa: Faculdade de Letras de Lisboa, Centro de Estudos Geográficos.

ALLAIRE, G. (1988) – *Le modèle de développement agricole des annés 1960*. «Revista Économie Rural», n.ºs 184/185/186, pp. 171-181.

ALLEN, John C. & DILLMAN, Don A. (1994) – *Against All Odds: Rural Community in the Information Age*. «Rural Studies Series». Oxford: Westview Press.

AMARAL, António Caetano (1867) – *Memórias para a História da Vida do Venerável Arcebispo de Braga D. Frei Caetano Brandão*, Tomo II. Braga: Typographia dos Órfãos, 2.ª ed.

AMARAL, Diogo Freitas (1993) – *Curso de Direito Administrativo*, vol. 1. Coimbra: Liv. Almedina.

AMIGÓ, Xavier (1988) – *L'agriculture a temps parcial a l'alta muntanya catalana. El cas de l'Alt Urgell*. «Documents D'anàlisi Geogràfica», n.º 12. Barcelona: Departamento de Geografia, Universidade Autónoma de Barcelona, pp. 99-115.

AMIN, Ash. & THRIFT, N. (1994) – *Globalization, institutions and regional development in Europe*. Oxford: Universidade de Oxford.

AMIN, Ash. *ed.* (1997) – *Post-Fordism*, Oxford: Blackwell Publishers Ltd., 4.ª ed.

AMORIM, Maria Norberta (1991) – *Evolução Demográfica de Três Paróquias do Sul do Pico, 1960-1980*. Guimarães: Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho.

____ (1992) – *Uma Metodologia de Reconstituição de Paróquias*. Braga: Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho.

____ (1999) – *O Minho: comportamentos demográficos através da informação paroquial*. «Revista Ler História», n.º 36. Lisboa: Instituto Universitário de Lisboa, pp. 9-43.

ANDRADE, Amélia Aguiar (1992) – «Estratégia Afonsina na Fronteira Noroeste». In *Actas do I Congresso D. Afonso Henriques*, vol. 2. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães, pp. 83-93.

____ (1994) – *Vilas, Poder Régio e Fronteira: O exemplo do Entre Lima e Minho Medieval*. Lisboa: Departamento de História, Faculdade Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa. Tese de doutoramento. Ed. policopiada.

____ (1999) – «Entre Lima e Minho e Galiza na Idade Média: Uma Relação de Amor e Ódio». In Barroca, Mário Jorge (coord.) – *Carlos Alberto Ferreira de Almeida: in memoriam*, 2 vols.. Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 77-91.

ANDRADE, Amélia A. (coord.) & KRUS, Luís; (transcrições de Filipa Silva e João Luís) (2000) – *Valdevez Medieval: Documentos*. Arcos de Valdevez, Câmara Municipal dos Arcos de Valdevez.

ANDRADE, Anselmo (1918) – *Portugal Económico*, 2.ª Ed., Coimbra.

APPLEYARD, Reginald (1999) – *Emigration Dynamics in Developing Countries*, 4 vols.. Hampshire: Ashgate Publishing Ld..

ARKLETON, Trust (1994) – *Adaptation des ménages agricoles en Europe Occidentale 1987-1991*, 2 vols. Bruxelas.

ARLAUD, Samuel & PÉRIGORD, Michel (2000) – *Dynamiques des agricultures et des campagnes dans le monde.* Poitiers: Col. Ophrys Geographie, Ed. Ophrys.

ARNOULD, Paul et al. (1997) – *Les Forêts d'Europe.* «Col. Géographie». Paris: Ed. Nathan.

AUROI, Claude & MAURER, Jean-Luc, *dir.* (1998) – *Tradition et Modernisation des Economies Rurales: Asie – Afrique – Amérique Latine.* Genève: Instituto de Altos Estudos Internacionais. Paris: Ed. Presses Universitaires de France (P.U.F.).

AYDALOT, Ph. (1980) – *Dynamique spacial et développement inégal.* Paris: Ed. Economica.

BADÍA, Joám (1990) – *El atraso industrial de Galicia: Auge y liquidación de las manufacturas textiles, 1750-1900.* Barcelona: Ed. Ariel.

BADOUIN, Robert (1971) – *Économie Rural.* Paris : Ed. Armand Colin.

BAGANHA, Maria Ioannis B. (1993) – «Interesses Colectivos versus interesses individuais: a política americana de imigração, 1776-1927». In *Actas do Colóquio Internacional sobre Emigração e Imigração em Portugal (Séculos XIX e XX).* Algés: Ed. Fragmentos, Lda., pp. 28-40.

BALSEMÃO, 2.º Visconde de (1774-1832) & MENDES, José M. Amado, *ed.* (1980) – *Memória sobre a província do Minho pelo 2.º Visconde de Balsemão.* Coimbra: Instituto de História Económica e Social, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, pp. 31-105 e 3 folhas desdobráveis.

BAPTISTA, A. J. Mendes (1999) – *Políticas para o desenvolvimento do interior.* «Estudos Regionais», n.º 2. Coimbra: Comissão de Coordenação da Região Centro.

BAPTISTA, António Martinho (1980) – *O Pelourinho do Soajo.* «Separata Terra de Val de Vez», n.º 1. Arcos de Valdevez: Câmara Municipal dos Arcos de Valdevez, 23 p.

____ (1986) – *Adenda à notícia explicativa da Carta Geológica de Portugal, folha 1_D (Arcos de Valdevez) – Arqueologia.* «Separata Terra de Val de Vez». Braga: 20 p.

____ (1990) – *Monumentos Arqueológicos do Parque Nacional. A Torre Grande* (*Lindoso*). «Revista *Juriz/Xurés*», n.º 6/7. Braga: Instituto de Conservação da Natureza e Parque Nacional Peneda-Gerês.

BAPTISTA, Fernando O. (1986) – *Trabalhadores Agrícolas e agricultores familiares*, «Revista Crítica de Ciências Sociais», n.ºs 18/19/20. Coimbra: Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, pp. 411-450.

BATISTA, M. & FERRÃO, J. (1989) – *Industrialização e Desenvolvimento Endógeno em Portugal.* «Revista Sociologia», n.º 7. Lisboa: ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, pp. 43-64.

BARBOSA, Pedro Gomes (1997) – *Sistemas defensivos de Fronteira, na «Reconquista» (séculos IX – inícios do XII).* In *Actas do VIII Colóquio Preparação e Formação Militar em Portugal.* Lisboa: Ministério da Defesa Nacional, Comissão Portuguesa de História Militar, pp. 31-50.

BARREIROS, José Baptista (1961a) – *Delimitação da Fronteira Luso-Espanhola.* «Revista O Distrito de Braga», vol. I, Fasc. I e II. Braga: Junta Distrital de Braga, pp. 59-147.

____ (1961b) – *Delimitação da Fronteira Luso-Espanhola.* «Revista O Distrito de Braga», vol. I, Fasc. III e IV. Braga: Junta Distrital de Braga, pp. 335-411.

____ (1963) – *Delimitação da Fronteira Luso-Espanhola.* «Revista O Distrito de Braga», vol. II, Fasc. I e II. Braga: Junta Distrital de Braga, pp. 83-170.

____ (1964a) – *Delimitação da Fronteira Luso-Espanhola.* «Revista O Distrito de Braga», vol. II, Fasc. III e IV. Braga: Junta Distrital de Braga, pp. 81-188.

____ (1964b) – *Delimitação da Fronteira Luso-Espanhola.* «Revista O Distrito de Braga», vol. III, Fasc. I e II. Braga: Junta Distrital de Braga pp. 1-96.

____ (1965) – *Delimitação da Fronteira Luso-Espanhola.* «Revista O Distrito de Braga», vol. III, Fasc. III e IV. Braga: Junta Distrital de Braga, pp. 401-496.

BARROCA, Mário Jorge (1990/91) – *Do castelo da Reconquista ao Castelo Românico* (*séc. IX a XII*). «Portugalia», Nova Série, vol. XI-XII, pp. 89-136.

BARROS, Afonso (1982) – *As características da pequena agricultura em Portugal.* «Revista La Question Agrária», n.º 5. Milão, pp. 27-66.

BARROS, Afonso & MENDES, Fernandes R. (1983) – *Formas de produção e estatuto do trabalho na agricultura portuguesa.* «Análise Social», vol. XIX, n.º 75, 3.ª Série, pp. 57-78.

BARROS, Henrique (1945) – *História da Administração Pública em Portugal, nos sécs. XII a XV*, Tomos I e II. Lisboa: Ed. Sá da Costa, 2.ª Ed.

– (1975) – *Os grandes sistemas de organização da economia agrícola.* Lisboa: Ed. Sá da Costa.

BARROS, Vítor Coelho (1988) – *Agricultura minifundiária: que tecnologia?.* «Cadernos de Ciências Sociais», n.º 7. Porto: Ed. Afrontamento, pp. 3-21.

BARTHEZ, Alice (1982a) – *Famille, Travaille, Agriculture.* Paris: Ed. Economica.

____ (1982b) – *L'agricoltura como produzione familiare in Francia.* «Revista La Question agrária», n.º 5. Milão, pp. 91-116.

____ (1990) – *Familia, actividad y pluriactividad en la agricultura.* In Arkleton Research (coord.) – *Cambio Rural en Europe: programa de investigación sobre las estructuras agrarias y la pluriactividad.* Madrid: Ed. MAPYA, pp. 161-177.

BARQUERO, A. V. (1988) – *Desarrolo Local. Una Estrategia de Creación de Empleo.* Madrid: Ed. Pirámide.

____ (1993) – *Política Económica Local.* Madrid: Ed. Pirámide.

BATEMAN, David & RAY, Cris (1994) – *Farm pluriactivity and rural police: Some evidence from Wales.* «Journal of rural studies», vol. 10, n.º 1, Galway (Irlanda): Universidade Nacional da Irlanda, Departamento de Geografia, pp. 1-13.

BASTO, Artur Magalhães (1923) – *A fronteira hispano-portuguesa* (*Ensaio de Geografia Política*). «Revista O Instituto», vol. 70. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, pp. 57-69;103-117; 211-225.

BEÇA, Humberto (1923) – *Castelos de Entre-Douro e Minho.* Tese apresentada ao *Congresso Minhoto, em Braga.* Famalicão: Tipografia Minerva, 45 p.

BECK, U. (1992) – *Risk Society: towards a new modernity.* London: Sage Publications.

BEIRANTE, Maria Ângela (1993) – *A «Reconquista» Cristã, Portugal, das Invasões Germânicas à «Reconquista»*, vol. II. In J. Serrão; A. H. Oliveira Marques (dirs.) *Nova História de Portugal.* Lisboa: Ed. Presença, pp. 253-375.

BENDER, B., *ed.* (1993) – *Landscape: politics and perspectives*: Oxford: Berg.

BENK, Georges & LIPIETZ, Alain, *org.* (1994) – *As Regiões Ganhadoras. Distritos e Redes, os novos paradigmas da Geografia Económica.* Lisboa: Celta Editores.

BENNET, R., *ed.* (1993) – *Local government in the new Europe.* London: Belhaven Press.

BERTRELL, Caroline B. (1991) – *Homens que partem, Mulheres que esperam – consequências da emigração numa freguesia minhota.* Lisboa: Pub. D. Quixote.

BETTENCOURT, Francisco & CURTO, Diogo R. (1991) – A Memória da Nação. Porto: Ed. Sá da Costa, 1.ª Ed..

BLANCO, Manuel Novoa (1986) – *Pleito entre los vecinos de Entrimo y el Conde de Ribadavia.* «Boletin Avriense», Tomo XIV-XV. Ourense: Museo Arqueolóxico Provincial, pp. 263-280.

BOAVENTURA, Manuel (1973) – *Justiça de Soajo.* Arcos de Valdevez: Câmara Municipal de Arcos de Valdevez.

BODIN-RODIER, Dominique & BLANCHET, Jacques (1997) – *La stratégie agro-alimentaire mondiale. Les enjeux du XXI*ème *siècle.* Paris: Masson & Armand Colin.

BOLAMA, General Marquez d'Avila, *dir.* (1914); PEREIRA, Félix Alves, *ed.* (1919) – *Folha n.º 2-d (Arcos de Valle de Vez) – Nova Carta Chorographica de Portugal* Lisboa: Imprensa Lucas, pp. 31-65.

BONNAMOUR, Jacqueline, *coord.* (1996) – *Agricultures et Campagnes dans le Monde.* Paris: Col. D.I.E.M., SEDES.

BOURE, Robert, *dir.* (1998) – *Le Rural en Mouvement.* «Ciences de la Societé», n.º 45. Toulouse: Presses Universitaires du Mirail (P.U.M.).

BOURQUE, Linda B. & FIELDER, Eve P. (1995) – *How to conduct self-administered and mail surveys.* In *The Survey Kit,* vol. 3. Califórnia: Thousand Oaks, Sage Publications, Inc.

BOURGEOIS, L. (1987) – *L'Agriculture et les Services: Divorce ou Symbiose?* «Revue de Economie Rural», Jan/Fev., n.º 177. Paris: Société Française d'Economie Rurale (SFER), pp. 10-18.

BRAWELL, B. & LANE, B., *eds.* (1994) – *Rural tourism and sustainable development.* Clevedon: Channel New.

BRANDÃO, M. Fátima (1994) – *Terra, Herança e Família no Noroeste de Portugal. O caso de Mosteiro no séc. XIX.* Porto: Ed. Afrontamento.

BRITO, Raquel Soeiro (1951) – *Migrations pastorales et agricoles dans les montagnes du Minho.* In *Comptes Rendus du Congrès International de Géographie Lisbonne 1949*, Tome III. Lisbonne: Travaux de la Section IV, pp. 76-82.

____ (1953) – *Uma aldeia de Montanha do Minho. O Soajo. Estudo de Geografia Humana.* «Separata da Revista da Faculdade de Letras», Tomo XVIII, 2.º Série, n.ºs 1-3. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 49 p.

BRONSEVAL, Frère Claude (1970) – *Peregrinatio Hispanica. Voyage de Dom Edme de Saulieu, Abbé de Clairvaux, en Espagne et au Portugal, 1531-1533. Introduction, traduction et notes par Dom Maur Cocheril,* Tome I e II. Paris : Fondation Calouste Gulbenkian, Presse Universitaire de France (P.U.F).

CABO ALONSO, A. (1992) – «Las relaciones interterritoriales: los flujos socioeconómicos y sus repercusiones espaciales». In *Actas V Colóquio Ibérico de Geografia.* Léon: Universidade de Léon, pp. 321-331.

CABRAL, Manuel Vilaverde Cabral (1974) – *Materiais para a história da questão agrária em Portugal, Séculos XIX/XX.* Porto: Col. Civilização, Editorial Nova.

____ (1981) – *A ética dos estudos camponeses, notas breves para uma reflexão sobre o campesinato e o seu futuro em Portugal.* «Revista Crítica das Ciências Sociais», n.º 7-8. Coimbra: Centro de Estudos Sociais, pp. 135--148.

____ (1983) – *Economia subterrânea vem ao de cima; estratégias rurais perante a industrialização e a urbanização.* «Análise Social», n.º 76. Lisboa: Instituto das Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, pp. 139-244.

____ (1987) – *Filhos de Adão, Filhas de Eva: a visão do Mundo Contemporâneo do Alto Minho.* Lisboa: D. Quichote.

____ (1987) – *Pluriactivité et stratégies paysannes d'abandon de l'agriculture: deux exemples.* «Information sur les Sciences Sociales», 26. Londres: SAGE Publications, pp. 319-344.

CABRAL, M. Villaverde *et al.* (1976) – *Modalidades de Penetração do Capitalismo na Agricultura, Estruturas Agrárias em Portugal Continental, 1950-70.* Lisboa: Ed. Presença.

CABRAL, J. Pina (1984) – *Comentários Críticos sobre a casa e a família no Alto Minho Rural.* «Revista Análise Social», Vol. XX, n.º 81-82. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, pp. 263-284.

Cadernos da Montanha (2000a) – «Peneda 1». Arcos de Valdevez: A.R.D.A.L. (Associação Regional de Desenvolvimento do Alto Lima) e Câmara Municipal dos Arcos de Valdevez, 181 p.

Cadernos da Montanha (2000b) – «Peneda-Soajo II». Arcos de Valdevez: A.R.D.A.L. (Associação Regional de Desenvolvimento do Alto Lima) e Câmara Municipal dos Arcos de Valdevez, 115 p.

Cadernos da Montanha (2000c) – «Peneda-Soajo III». Arcos de Valdevez: A.R.D.A.L. (Associação Regional de Desenvolvimento do Alto Lima) e Câmara Municipal dos Arcos de Valdevez, 129 p.

CAETANO, José M. *et al* (2000) – *Estados e Regiões Ibéricas na União Europeia.* «Série de Estudos Portugueses», n.º 14. Mérida: Ed. Regional da Estremadura.

CALDAS, E. de Castro (1991) – *A agricultura portuguesa através dos tempos.* «Série Sociologia-2». Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica (I.N.I.C.).

____ (1983) – *Minho e Galiza: os laços que nos unem.* «Separata Jornal de Vale do Vez», n.º 6. Arcos de Valdevez: Câmara Municipal dos Arcos de Valdevez.

____ (1994) – *Terras de Valdevez e Montaria do Soajo. Memória monográfica do concelho do Arco de Valdevez.* Lisboa: Ed. Verbo.

CALLIER-BOISVERT, Colette (1987) – *Soajo visto de fora.* In *Terra de Val de Vez.* «Boletim Cultural», n.º 10, Grupo de Estudos do Património Arcoense (G.E.P.A.). Arcos de Valdevez: Câmara Municipal de Arcos de Valdevez, pp. 39-53.

____ (1990) – *Femmes et mères célibataires dans le Nord-Ouest du Portugal* (*1860-1986*). «Revue Etnologie Française», XX, n.º 2. Paris: Presses Universitaires de France (P.U.F.), pp. 189-202.

____ (1992) – «Une micro-societé agropastoral dans ses limites: le communal et le privé». In *Actas do Colóquio de Paris – Ethnologie du Portugal: unité et diversité.* Paris : Centre Gulbenkian, pp. 151-165.

____ (1999) – *Soajo, Entre Migrations et Mémoire. Études sur une societé agro-pastorale à l'identité rénovée.* Paris: Centre Culturel Calouste Gulbenkian.

____ (2004) – *Soajo entre Migrações e Memória. Estudos sobre uma sociedade agro-pastoril de identidade renovada.* Arcos de Valdevez: Câmara Municipal de Arcos de Valdevez.

CALVO ALONSO, Carlos (1988) – *El Cadastro de Enseñada. Proyecto de única contribución en la Corona de Castilla in El Catastro en España – 1714-1906,* 2.º vol.. Madrid: Centro de Gestion Cadastral Y Cooperación Tributaría, Ministèrio de Economia Y Hacienda.

CAO, Celso Rodríguez (1997) – *Desde os Castelos.* In Xosé Carneiro; Luis Martinez, *coord.* – *Antela, A Memoria Asolagada.* Ourense: Ed. Xerais, pp. 54-59.

____ (2000) – *Torres Señoriales de la Limia Alta (Orense): Estudio Arquitectonico.* In *Castillos de España*, n.º 7. Pub. Asociación Española de Amigos de los Castillos, pp. 55-64.

CAPELA, Maria C. R. Pereira & CAPELA, José V. (1992) – *A Gestão do Património e Actividades Económicas nas Comunidades Agro-pastoris da Serra do Gerês (Perspectiva dos Regimentos dos séculos XVIII e XIX).* «Cadernos de Cultura –Terras de Bouro, O Homem e a Serra», n.º 2. Terras do Bouro: Ed. Câmara Municipal de Terras de Bouro, pp. 67-91.

CARDOSO, A. (1986) – *As Zonas transfronteiriças entre Portugal e Espanha no processo de Integração económica.* «Estudos de Economia», vol. VI, n.º 2. Lisboa: Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa, pp. 111-127.

CARVALHO, Elza M. G. Rodrigues (1997a) – *A Fecundidade Legítima em duas comunidades do Minho Interior, séc. XVII-XX.* In *Actas do IV Congresso de la Asociación de Demografía Histórica*, vol. II *(Pensamiento demográfico, coyuntura y microanálisis).* Bilbao, pp. 413-435.

____ (1997b) – *A Alfabetização em Basto, St.ª Tecla, (Minho Interior), na Transição do Antigo Regime.* In *Actas do 1.º Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação: Leitura e Escrita em Portugal e no Brasil*, vol. II. Porto, pp. 293-311.

____ (1999a) – «O esboço cartográfico – forma inédita de síntese, para os sécs. XVII-XVIII, do espaço rural». In *Actas do VIII Colóquio Ibérico de Geografia.* Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, pp. 128-137.

____ (1999b) – *Basto (St.ª Tecla), Uma Leitura Geográfica (do séc. XVI à contemporaneidade)*, n.º 7. Guimarães: NEPS (Núcleo de Estudos de População e Sociedade), Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho.

____ (2000) – *Propriedade e Sociedade no séc. XVIII. O Caso de Basto (St.ª Tecla*). «Revista Sociedade e Cultura, Cadernos do Noroeste – Série Sociologia», Vol. 13 (1). Braga: Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, pp. 281-306.

____ (2001) – «Aldeias de Tradição no Lima». In *Actas do IV Colóquio da Geografia Portuguesa – Geografia: Territórios de Inovação.* Lisboa: Associação dos Geógrafos Portugueses (em DVD).

____ (2003) – *Lapas da Peneda.* «Revista da Faculdade de Letras – Geografia», I Série, vol. XIX. Porto: Departamento de Geografia da Faculdade de Letras do Porto, pp. 181-194.

____ (2004) – «Residência sazonal na serra da Peneda – A Gavieira». In *Actas V Congresso da Geografia Portuguesa – Portugal: Territórios e Protagonista.* Guimarães: Associação dos Geógrafos Portugueses (em DVD).

CASTELO-BRANCO, Fernando (1958) – *Do Tráfego Fluvial e da sua Importância na Economia Portuguesa.* «Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa», Jan./Março, 1958. Lisboa, pp. 39-66.

CASTRO, Armando (1963) – *Baldios.* In SERRÃO, Joel, *dir – Dicionário de História de Portugal*, Vol. I. Lisboa: Iniciativas Editoriais, pp. 277-282.

CASTRO, Joaquim (2003) – *emigração & contrabando.* Amares: Graficamares.

CAVACO, Carminda (coord.) (1983 e 1984) – *Estudos de Geografia Rural de Portugal,* vols. I e II. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa (C.E.G.U.L.) e Instituto Nacional de Investigação Científica (I.N.I.C.) – (policopiado).

____ (1985a) – *A agricultura a tempo parcial como factor de «estabilidade e paz social» em Portugal.* «Revista Finisterra», vol. XX, n.º 39. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, pp. 47-107.

____ (1985b) – *A população agrícola em Portugal, contribuição para o seu estudo.* «Revista Finisterra», vol. 20, n.º 40. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, pp. 314-362.

____ (1991) – «Agricultura moderna, ambiente e desenvolvimento rural na perspectiva comunitária». In *Actas do 1.º Congresso da Geografia Portuguesa – Portugal uma geografia em mudança?* Lisboa: Associação Portuguesa de Geógrafos, pp. 71-96.

____ (1993) – *Da Integração da P.A.C. ao turismo cinegético.* «Revista Inforgeo», n.º VI. Lisboa: Associação Portuguesa de Geógrafos, pp. 37-53.

____ (1995) – *As Regiões de Fronteira, Inovação e Desenvolvimento na Perspectiva do Mercado Único Europeu.* In *Estudos para o Desenvolvimento Regional e Urbano*, n.º 43. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, Faculdade de Letras. – (1997) – *Servicios y nuevas oportunidades en los territorios rayanos.* In *Actas Simposium Vilar Formoso (1996) – La articulación territorial de la raya hispano-portuguesa.* Zamora: Fundación Rey Afonso Henriques, pp. 191-198.

____ (1999a) – *Comércio retalhista em espaço rural. Principais tendências.* «Revista Finisterra», n.ºs 67-68. Lisboa, Centro de Estudos Geográficos, Faculdade de Letras, pp. 121-129.

____ (1999b) – *Desenvolvimento Rural: Desafio e Utopia.* In *Estudos para o Desenvolvimento Regional e Urbano,* n.º 50. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos da Faculdade de Letras de Lisboa.

____ (2005) – *As paisagens rurais: do 'determinismo natural' ao 'determinismo político?.* «Revista Finisterra», n.º 79. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, pp. 73--101.

CAVACO, Carminda & RAMOS A., *dir.* (1994) – *Do Despovoamento Rural ao Desenvolvimento Local.* Lisboa: Projeto Artes e Ofícios Tradicionais (P.A.O.T.) e Direção Geral do Desenvolvimento Regional (D.G.D.R.).

CAVAZZANI, Ada (1982) – *Il Part-time e l'agrocoltura contadina nella società industriaçi: nuove prospettive di studio.* «Revista La Question agrária», n.º 5. Milão, pp. 5-26.

CEPEDA, Francisco José Terroso (1997) – «Uma visión portuguesa de las areas deprimidas». In *Actas Simposium Vilar Formoso* (*1996*) – *La articulación territorial de la raya hispano-portuguesa.* Zamora: Fundación Rey Afonso Henriques, pp. 83-94.

CHAMPION, A. G., *ed.* (1991) – *Countrurbanization: the changing pace and nature of population deconcentration.* Londres: Edward Arnold.

CHEN, Jean & WILLS, David (1990) – *The Impact of China's Economic Reforms Upon Land, Proprety and Construction.* Aldershot: Ashgate Publishing Ltd.

CHIVITE, Jesus Taboada (1963) – *Los Castillos.* «Cuadernos de Arte Gallego», n.º 24. Vigo: Ed. Castrelos, pp. 29-35.

CLARK, D. *et al.* (1995) – *Telematics and rural business – An evaluation of uses, potentials and policy implications.* «Regional Studies», n.º 29. Coventry: Coventry University, Division of Geography, pp. 171-200.

CLAUSE, Guy & ESTEVES, Maria Céu (coord.), (1987) – *As Relações Luso-Espanholas no Contexto da Adesão à CEE*, Lisboa.

CLAVAL, Paul (1995) – *La Géographie Culturelle*. Paris: Ed. Nathan.

CLOKE, Paul & LITTLE, Jo (1994) – *Contested, Countryside, Cultures*. London: Ed. Routledge.

CLOKE, Paul *et al.* (1994) – *Writing the Rural: Five Cultural Geographie*. London: Paul Chapman Publishing Ltd.

CLOUT, H. D. (1998) – *The European countryside – contested space*. In B.J. Graham (ed.) – *Modern Europe: Place, Identity Culture*. London: Pub. Arnold, pp. 287-309.

COBOS, Justo R. & RODRIGUEZ, Concha S. F. (1993) – *Trás-os-Montes/Zamora: La Frontera que nos une*. Zamora: Disputatión Provincial de Zamora, 83 p.

COELHO, Maria Helena Cruz (1990a) – *A Terra e os Homens da Nóbrega no séc. XIII*. In COELHO, Maria Helena Cruz – *Homens, Espaços e Poderes, sécs. XI-XVI,* vol.I – *Notas de Viver Social*. Lisboa: Livros Horizonte, pp. 170-198.

____ (1990b), *As relações fronteiriças Galaico-Minhotas à luz das Cortes do séc. XV*. «Revista da Faculdade de Letras», II Série, vol. VII. Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 59-70.

COELHO, Maria Helena da Cruz & HOMEM, Armando Luís de Carvalho, *coords.* (1996) – «Portugal em Definição de Fronteiras (1096-1325), do Condado Portucalense à Crise do séc. XIV». In SERRÃO, J. & MARQUES, A. H. Oliveira, *dirs. Nova História de Portugal*, vol. III. Lisboa: Ed. Presença.

COELLO, Antonio Martinez (1984) – *A Identidade das Formas do Saúdo no Noroeste Peninsular (Área Galaico--Minhota). Ensaio de Antropoloxia Social*. In *Actas do II Colóquio Galaico-Minhoto,* I vol.. Santiago de Compostela, pp. 381-396.

CONDE-VALVIS, Francisco (1961) – *El Castillo de Sande*. «Boletín de la Asociación Española de Amigos de los Castillos», n.º 34. Madrid, pp. 157-162.

COOPER, Edward; MADRAZO, Juan M. (1980) – *Castillos Señoriales de Castilla de los Siglos XV y XVI*, vol. I. Madrid: Fundación Universitaria, Bellas artes.

CORDOVIL, Francisco (1979) – *Estrutura das Explorações Agrícolas, o Produto Agrícola Bruto como instrumento de análise e determinação: ensaio para 1968-70*. Oeiras: Centro de Estudos de Economia Agrária.

CORTÁZAR, José Angel García (1988) – *La época medieval*. In ARTOLA, M., *dir. Historia de España Alfaguara*, Tomo II. Madrid, pp. 7-343.

CORTÁZAR, José Angel García & AGUIRRE, Ruiz (1983) – *História Rural Medieval*. «Série Imprensa Universitária». Lisboa: Editorial Estampa.

CORTÉS, Fernando Cortés (1998) – *Guerra e Pressão Militar nas Terras de Fronteira, 1640-1668*. Lisboa: Livros Horizonte.

COSTA, D. António (1874) – *No Minho*. Lisboa: Imprensa Nacional.

COSTA, Pe. Avelino de Jesus da (1959) – *O Bispo D. Pedro e a Organização da Diocese de Braga*, vols. I e II. Coimbra: Instituto de Estudos Históricos Dr. Antínio de Vasconcelos.

____ (1960) – *Freguesia de Santa Marinha da Nóbrega* (*Barral*). Braga: Oficina Gráfica da Livraria Cruz.

____ (1981) – *Comarca Eclesiástica de Valença do Minho, Antecedentes da diocese de Viana*. In *Actas do I Colóquio Galaico-Minhoto*, I vol., Ponte de Lima: Associação Cultural Galaico-Minhota, pp. 69-348.

____ (1998) – *Terra da Nóbrega e Concelho de Ponte da Barca, Subsídios para a sua história*. In *Actas do Congresso Subsídios para a História da Nóbrega e do Concelho de Ponte da Barca*, vol. I. Ponte da Barca: Centro Cultural Frei Agostinho da Cruz e Diogo Bernardes, pp. 7-223.

____ (1984) – *O Culto de S. Bento na Terra de Valdevez (Subsídios para a Monografia do Concelho*). «Separata da Terra de Val de Vez». Arcos de Valdevez: 121 p.

COUDÉ-GAUSSEN, Geneviève (1981) – *Les Serras da Peneda et do Gerês, Étude Géomorphologique*. Lisboa: *Memórias do Centro de Estudos Geográficos*, n.º 5.

____ (1988) – *Un faciès méridional au sein des «moyennes montagnes atlantiques»: les serras orientales du Minho*. In *Livro de Homenagem a Orlando Ribeiro,* 2.º vol. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, Lisboa, pp. 211-219.

COVAS, António (1997) – *Ajustamento, diversificação e desenvolvimento rural.* Lisboa: Direcção Geral do Desenvolvimento Rural.

____ (2004) – *Política Agrícola e Desenvolvimento Rural: Temas e Problemas.* Lisboa: Ed. Colibri.

CROSS, D. F. W. (1990) – *Counterurbanization in England and Wales.* Aldershot: Avebury Publishers.

CRUZ, António (1970) – *Geografia e Economia da Província do Minho nos fins do séc. XVIII. Plano de descrição e subsídios de Custódio José Gomes de Vilas-Boas.* Porto: Centro de Estudos Humanísticos, Faculdade de Letras.

CRUZ, João Amorim Machado (1969) – *Regime Comunitário Pastoril na Serra Amarela (Ermida-Ponte da Barca).* «Trabalhos do Instituto de Antropologia Dr. Mendes Corrêa», n.º 2. Porto: Imprensa Portuguesa, 15 p.

CUEVILAS, Florentino Lopez (1923) – *Os dólmens do Monte das Motas en Lobeira.* «Revista Nós», Fasc. 18. Santiago de Compostela, pp. 18-21.

____ (1925) – *As mámoas do Concello de Lobeira.* «Boletín de la Real Academia Galega», Tomo XV. Coruña, pp. 25-39.

____ (1927) – *Papeletas para un inventario das mamoas galegas.* «Revista Nós», Fasc. 39 e 40, Santiago de Compostela, pp. 8-13 e 9-13.

____ (1955) – *El Comercio y los Medios de Transporte de los Pueblos Castreños.* «Cuadernos de Estudios Gallegos», Tomo X, Fascículo XXXI. Pontevedra: Instituto Padre Sarmiento, pp. 145-157.

CUEVILAS, Florentino Lopez & LOURENÇO, Xurxo, (1923) – *Catalogo dos Castros Galegos, Terra da Lobeira.* «Revista Nós», Tomo X – Fasc. 116: pp. 175-182; Fasc. 117: pp. 189-200; Fasc. 118: pp. 211-222.

CUNHA, Arlindo (2000) – *A Política Agrícola Comum e o Futuro do Mundo Rural.* Lisboa: Plátano Edições Técnicas.

____ (2004) – *A Política Agrícola Comum na Era da Globalização.* Coimbra: Livraria Almedina.

DAVEAU, Suzanne (1976) – *Caractères Géographiques Comparés des Frontières Franco-Suisse et Luso-Espagnole.* In *Actes du 99e Congrès National des Sociétés Savantes – Études Géographiques sur la Montagne.* Besançon, 1974, pp. 161-168.

____ (2000) – *A rede hidrográfica no Mapa de Portugal de Fernando Álvaro Seco.* «Revista Finisterra», n.º 69. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, Faculdade de Letras de Lisboa, pp. 11-38.

____ (2002) – *O conteúdo geográfico da Descrição do Reino de Portugal.* In LEÃO, Duarte N. (1528-1608) – *Descrição do Reino de Portugal.* Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, Coleção Clássicos da Histografia – 3, pp. 63-92.

DAVID, P. Pierre (1947) – *Études Historiques sur La Galice et le Portugal du VIème au XIIème siècle.* Lisboa: Collection Portugaise publiée sous le patronage de l'Institut Français au Portugal, 7ème vol., Portugalia Editora.

DECAMPS, Paul (1935) – *Le Portugal: la vie sociale actuelle.* Paris: Firmin-Didot Éditeurs.

DELGADO, Mário (1992) – *Castelos do Norte de Portugal na Fundação do Estado Português.* Porto: Museu Militar do Porto. (Palestra realizada em Espinho, 17 de Outubro), 37 p.

DELORE, Bernard & LACOMBE, Philippe (1984) – *La multiactivité des agriculteurs, conjucture ou struture.* Paris: Association des Ruralistes Français.

DEVY-VARETA, Nicole (1985) – *Para uma geografia histórica da floresta portuguesa. As matas medievais e a «coutada» velha do rei.* «Revista da Faculdade de Letras – Geografia», I Série, vol. I. Porto: Faculdade de Letras do Porto, pp. 47-67.

____ (1986) – *Para uma geografia histórica da floresta portuguesa. Do Declínio das matas medievais à política florestal do Renascimento (séc. XV e XVI).* «Revista da Faculdade de Letras – Geografia», I Série, vol. I. Porto: Faculdade de Letras do Porto, pp. 5-37.

____ (1987) – *A Serra Minhota, notas de uma viagem de estudo ao Noroeste de Portugal.* «Revista da Faculdade de Letras – Geografia». I Série, Vol. III. Porto: Faculdade de Letras do Porto, pp. 264-267.

DIAS, Nuno Pizarro (1990) – *As cidades de fronteira com a Galiza.* «Cadernos do Noroeste», vol. 3 (1-2). Braga: Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, pp. 81-102.

DIAS, Jorge (1946) – *As Casarotas na Serra da Amarela, Construções Megalíticas com uma Inscrição.* Extracto do fascículo I do vol. XI dos «Trabalhos de Antropologia e Etnologia». Porto: Imprensa Portuguesa, 9 p.

____ (1947) – *Las Construcciones Circulares del Noroeste de la Península Ibérica y las Citanias.* «Cadernos de Estudos Galegos». Tomo III. Pontevedra: Instituto de Estudos Galegos Padre Sarmento, pp. 173-194.

____ (1948) – *Vilarinho da Furna. Uma aldeia Comunitária.* Porto: Centro de Estudos de Etnologia Peninsular, Instituto para a Alta Cultura.

____ (1950) – *Abrigos pastoris na Serra do Soajo.* «Separata de Trabalhos de Antropologia e Etnologia Peninsular, vol. XII, fasc. 3-4». Lisboa, pp. 350-354.

DIAS, José João Alves (1996) – *Gentes e Espaços (em torno da população portuguesa na primeira metade do século XVI*). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica.

DIRY, Jean-Paul (1999) – *Les Espaces Ruraux.* Paris: SEDES.

DOMINGUES, Álvaro (1986) – *Economia e organização do espaço rural.* «Cadernos do Noroeste: Sociedade, Espaço, Cultura». Braga: Universidade do Minho, pp. 39-65.

DOMINGUES, José (2002) – *O Direito de Padroado da Igreja de Castro Laboreiro na Idade Média.* «Boletim Cultural da Câmara Municipal de Melgaço», n.º 1, pp. 217-250.

DOMINGUEZ, Olga Gallego (1977) – *El Monasterio de Celanova a mediados del siglo XVIII.* «Boletin Avriense», Tomo VII. Orense: Museo Arqueolóxico Provincial, Ano VII, pp. 155-171.

____ (1988) – *La Organizacion Administrativa Territorial de la Antigua Provincia de Ourense a Mediados del Siglo XVIII, 1751.* «Boletin Avriense», Anexo 10, Ourense: Museo Arqueolóxico Provincial, 204 p..

DUARTE, Gorjão (1978) – *Baldios, propriedade e aproveitamento comunitário.* «Revista de Poder Local», n.º 6 – Março-Abril. Lisboa: Estudos Democráticos, pp. 16-27.

DURAN, Carlos Olbes (1997) – *Castillos de Ourense.* Leon: Ed. Lancia, S. A.

EBOLI, M. Giuseppina (1994) – *Tempo parziale e pluriattività: gli sviluppi della ricerca e dell'informazione.* «Revista La Question Agraria», n.º 53. Milão, pp. 75-91.

ENRICO, Pugliese (1985) – *Stattificazione Sociale e part-time.* «Revista La Question Agraria», n.º 18. Milão, pp. 27-46.

E. CONSUELO & JÉSUS, Ferro (1973) – *Monte Córdoba, Priorato de San Rosendo de Celanova en Portugal.* «Boletin Avriense», Tomo III. Orense: Museo Arqueolóxico Provincial, pp. 7-13.

EIROA, Jorge Juan (1973) – *Notas para un estudio de los comienzos de la edad del bronce en el Noroeste de la Peninsula Hispanica.* «Cuadernos de Estudios Gallegos», Tomo XXVIII, Santiago de Compostela, pp. 62-69.

EMERSON, M. & GROS, D. (1998) – *Interaction between E.U. Enlargement, Agenda 2000 and E.M.U. – the case of Portugal.* Bruxelas: Centre for European Policy Studies (C.E.P.S.), pp. 59.

EST VÃO, João Antunes (1983) – *A florestação dos baldios.* «Revista Análise Social», vol. XIX (77-78-79). Lisboa: Instituto das Ciências Sociais da Universidade de Lisboa pp. 1 157-1 260.

ESTEVES, Augusto Cesar (1957) – *Melgaço, Sentinela do Alto Minho, Das origens ao Liberalismo*, 1.º vol.. Melgaço: Tipografia Melgacense.

ETXEZARRETA, Miren & VILADOMIU, Lourdes (1987) – *El escenario internacional y sus efectos sobre la estructura de las explotaciones y de los hogares agrícolas.* In *Arkleton Trust*: *Cambio Rural in Europe.* Madrid, Ed. MAPYA, pp. 27-44.

FARIÑA, Maria Luisa Pérez (1994) – *La Dinamica Demografica de los Municipios Fronterizos Galaico-Portugueses.* In *Actas do III Colóquio Galaico-Minhoto* (27 – 29 de Setembro de 1985), I vol.. Viana do Castelo: Câmara Municipal de Viana do Castelo, pp. 261-371.

FAURE, C. (1978) – *Agriculture et Capitalisme.* Paris: Antropos.

FEIJÓ, Rui (1985) – *Panorâmica sobre as Gentes e os Campos do Alto-Minho no Ano de 1870. Notas de uma Pesquisa de História Regional em Curso.* Paris: Fondation Calouste Gulbenkian, Centre Culturel Portugais.

FEIO, Mariano (1998) – *A Evolução da Agricultura do Alentejo Meridional: as Cartas Agrícolas de G. Péry; As Difíceis Perspectivas Actuais na Comunidade Europeia.* Lisboa: Ed. Colibri.

FERMISSON, João (2000) – *Revitalização de áreas rurais no interior português: desafios e possibilidades de integração territorial.* «Revista GeoInova», n.º 1. Lisboa: Departamento de Geografia e Planeamento Regional, Universidade Nova de Lisboa, pp. 51-60.

FERNANDES, A. Almeida (1965) – *Paróquias Suevas e Dioceses Visigóticas – Parte I.* In «Arquivo do Alto Minho», vol. IV, II Série. Viana do Castelo: Biblioteca Municipal de Viana do Castelo, pp. 164-205.

____ (1967a) – *As Paróquias Suevas – Parte II.* «Arquivo do Alto Minho», vol. V, II Série. Viana do Castelo: Biblioteca Municipal de Viana do Castelo, pp. 5-57.

– (1967b) – *As Paróquias Suevas, Parte II.* «Arquivo do Alto Minho», Viana do Castelo, vol. VI, II Série. Viana do Castelo: Biblioteca Municipal de Viana do Castelo, pp. 5-34.

FERNANDES, A. José (1989) – *Portugal face à política Regional da Comunidade Europeia.* Lisboa: Bib. Economia e Gestão, n.º 6, Ed. Dom Quixote.

FERNANDEZ, Francisco Conde-Valdiz (1957-58) – *El Castillo de Allariz y su Emplazamento.* «Boletin de la Comisión Provincial de Monumentos Historicos y Artísticos de Orense», Tomo XIX, Fasc. I-IV. Orense: Museo Arqueolóxico Provincial, pp. 169-196.

FERNANDEZ, J. Lorenzo (1947) – *Antiguas Habitaciones de Pastores en la Sierra del Laboreiro.* «Cuadernos de Estudios Gallegos», Tomo III. Santiago de Compostela: Instituto de Estudos Gallegos Padre Sarmiento, pp. 341-361.

____ (1974) – *El carreto en la Limia Baixa.* «Boletín Auriense», Tomo IV. Ourense: Museo Arqueológico Provincial, pp. 159-166.

FERNANDEZ, Xaquín Lorenzo (1934) – *Notas Etnográficas da Terra de Lobeira. O liño e a lá.* «Arquivos do Seminario de Estudos Galegos», Tomo VI. Santiago de Compostela, pp. 27-81.

FERNANDEZ, Xurxo Lorenzo (1930) – *Foro de Lobeira.* «Arquivos do Seminario de Estudos Galegos»,Tomo V. Santiago de Compostela, pp. 1-35.

FERRÃO, João (2000) – *Relações Entre Mundo Rural e Mundo Urbano. Evolução histórica, situação actual e pistas para o futuro.* «Revista de Sociologia, Problemas e Práticas», n.º 33. Lisboa: Instituto Universitário de Lisboa, pp. 45-54.

FERRÃO, João, LOPES, Raúl (2003) – *Zones rurales et capacité entrepreneurial au Portugal, pratiques, représentations, politiques.* «Révue Géographie, Économie, Societé», vol. 5. Paris: Ed. Lavoisier, pp. 139-160.

FERRÃO, João, LOPES, Raúl (2004) – «Understanding Peripheral Rural Areas as Context for Economic Development». In Lois, Labrianidis (Eds.) – *The Future of Europe's Rural Peripheries.* Aldershot: Ashgate Publishing Ltd, pp. 31-61.

FERRÃO, João, FERREIRO, Maria Fátima; LOPES, Raúl (2004) – «Entrepreneurship and Innovation in Two Contrasting Portuguese Rural Areas». In Labrianidi, Lois (Eds.) – *The Future of Europe's Rural Peripheries.* Aldershot: Ashgate Publishing Ltd, pp. 247-270.

FERRÃO, João & JENSEN-BUTLER, C. (1988) – *Existem regiões «periféricas» em Portugal?,* «Análise Social», vol. XXIV. Lisboa: Instituto das Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, pp. 355-371.

FERREIRA, M. Júlia & VENTURA, José E. (1999) – «Dinâmicas Urbanas nas Áreas de Montanha Portuguesas». In *Actas VI Encontro Nacional da Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional (APDR) – Regiões e Cidades na União Europeia. Que Futuro?* Braga: Escola de Engenharia e de Gestão, Universidade do Minho, 13 p.

FERRO, Caetano (1979) – *Sociedade Humana e ambiente no tempo: temas e problemas da Geografia Histórica.* Lisboa: Fundação Calouste de Gulbankian.

FERRO, Maria Manuela L. Veiga (1987) – *A agricultura do Noroeste de Portugal: Uma perspectiva histórica; a revolução do milho*. In «Revista Caminiana», n.º 14, Caminha, pp. 157-191.

FIELDING, Antony J. (1994) – *La contro-urbanizzazione nell'Europa Occidentale. In* PETRIMERIS, *Petros* (org.) – *Geografía e società, Le reti urbane fra decentramento e centralità*», 2.ª Ed.. Milão: ed. Franco Angeli, pp. 83-100.

FINK, Arlene (1995) – *How to design surveys, The Survey Kit*, vol. 5. Califórnia: Thousand Oaks, Sage Publications.

FIRMINO, Ana (2000) – *Desenvolvimento sustentável: a aliança entre a Natureza e o bom senso*. «Revista *GeoINOVA*», n.º 1. Lisboa: Departamento de Geografia e Planeamento Regional, Universidade Nova de Lisboa, pp. 115-127.

FONSECA, Maria Lucinda (1990) – *População e Território. Do País à Área Metropolitana*. Lisboa: Memórias do Centro de Estudos Geográficos, Faculdade de Letras de Lisboa, n.º 14.

FONTES, Luis de Oliveira & REGALO, Henrique de Araújo (1997) – *Lindoso, o castelo e a região*.Braga: Parque Nacional Peneda-Gerês: Instituto da Conservação da Natureza.

FONTES, Luís *et al.* (1994) – «A componente arqueológica de «projecto do tratamento museológico e rentabilização cultural» do Castelo do Lindoso». In *Actas das V Jornadas Arqueológicas*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 33-44.

FRANCO, Xosé Maria Eguileta & RODRIGUEZ, Manuel Xusto (1992) – *Arqueologia Medieval Gallega: consideraciones metodológicas*. «Revista Gallaecia», n.º 13. Santiago de Compostela: Publicacion do Departamento de Historia, Facultade de Xeografia e Historia, Universidade de Santiago de Compostela, pp. 291-296.

FRANCO, José M. Eguilleta (1994) – *As Mámoas dos Concellos de Baixa Limia*. «Cuadernos de Estudos Galegos», Tomo XLI, n.º 106. Santiago de Compostela: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Instituto Padre Sarmiento, pp. 39-64.

____ (1999) – *A Baixa Limia Galega na Prehistoria Recente, Arqueoloxia dunha Paisaxe da Galícia Interior*. Ourense: Deputación Provincial de Ourense.

FRANCO, Xosé Maria Eguileta *et al.* (1988) – *Arqueoloxía na Baixa Limia. O Encoro do Lindoso e o seu Entorno: Lobios (Ourense)*. «Arqueoloxia. Informes 2, Campaña 1988», Santiago de Compostela: Xunta da Galícia, Conselleria de Cultura e Xuventude, pp. 139-156.

____ (1989) – *Arqueologia na Baixa Limia. O encoro do Lindoso e o seu entorno: Lobios (Ourense)*. «Arqueoloxia. Informes 3, Campaña 1989». Santiago de Compostela: Xunta da Galícia, Conselleria de Cultura e Xuventude, pp. 112-125.

FREIRE, José Geraldes (1987) – *Factores de Individualidade do Ocidente Hispânico*. «Revista Portuguesa de História», Tomo XXII. Coimbra: Instituto de História Económica e Social, pp. 115-135.

GALEGO, Júlia & DAVEAU; Suzanne (1986) – *O Numeramento de 1527-1532, Tratamento Cartográfico*. «Memórias do Centro de Estudos Geográficos», n.º 9, Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, Faculdade de Letras de Lisboa, 118 p. e mapas.

GALLENT, Nick; TEWDWR-JONES, Mark (1999) – *Rural Second Homes in Europe*. Aldersho: Ashgate Publishing Ld.

GAMA, António (1987) – *Indústria e produção num espaço peri-urbano*. «Revista Crítica de Ciências Sociais», n.º 22. Coimbra: Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra, pp. 33-54.

____ (1992) – *Urbanização difusa e territorialidade local*. «Revista Crítica de Ciências Sociais», n.º 34. Coimbra: Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra, pp. 161-172.

GARCÍA, Higinio (1922a) – *Monte de Santa Eufemia, Antigua Obóbriga?*. «Boletin de la Comisión de Monumentos de Orense», Tomo VI, n.º 146. Orense: Museo Arqueoloxico Provincial, pp. 499-502.

____ (1922b) – *Exploraciones arqueológicas en «Monte dos Castelos»*. «Boletín de la Comisión Provincial de Monumentos Históricos y Artísticos de Orense», Tomo VI, n.º 143. Orense: Museo Arqueoloxico Provincial, pp. 389-396.

GASPAR, Jorge (1987) – A *Ocupação e a Organização do Território – Análise Rectros pectiva e Tendências Evolutivas*, vol. 1. In *Portugal nos próximos vinte anos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

____ (1993) – *As Regiões Portuguesas*. Lisboa: Ministério do Planeamento e Administração do Território (MPAT) e Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGDR).

GASSON, R. (1991) – *Part-time farming: A note on definitions – Comment*. «Journal of agricultural economics», vol. 42, n.º 2. Reino Unido: Universidade de Newcastle, Ed. David Harvey, pp. 200-201.

GENEAU DE LAMARLIÈRE, I. (1989) – *Le marché commun – essai de bilan géographique*. «Revue Géographique de l'Est», Tomo 29, n.º 2, pp. 97-116.

GEORGE, Pierre (1964) – *Anciennes et nouvelles classes sociales dans les campagnes françaises*. «Cahiers Internationaux de Sociologie», vol. 37. Paris, Presses Universitaires de France (PUF), pp. 13-21.

GERALDES, Alice Duarte (1996) – *Brandas e Inverneiras, Particularidades do sistema agro-pastoril castrejo*. «Cadernos Juríz/Xurés», n.º 2. Braga: Parque Nacional Peneda-Gerês: Instituto de Conservação da Natureza.

____ (1978) – *Castro Laboreiro: a mulher na vida e na lenda*. «Separata da Revista Mínia», 2.ª série, n.º 1. Braga: Ed. Pax, pp. 42-64.

____ (1979) – *Castro Laboreiro e o Soajo. Habitação, Vestuário e Trabalhos da Mulher*. «Coleção Parques Naturais», n.º 4. Lisboa: Serviço Nacional de Parques, Reservas e Património Paisagístico.

GERALDES, Manuel (1913) – *Monografia sobre a indústria do linho no distrito de Braga*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

GEVAERT, Pierre (2000) – *L'avenir sera rural*. Paris: Le Courier du Livre.

GILG, Andrew W. (1999) – *Perspectives on British Rural Planning Policy, 1994-97*. Aldershot: Ashgate Publishing Ltd.

GHIGLIONE, Rodolphe & MATALON, Benjamin (1992) – *O Inquérito: Teoria e Prática*. Oeiras: Celta Editora.

GOMES, José Cândido (1903) – *As Terras de Valdevês, Memórias Historicas e Descritivas do Concelho dos Arcos de Val de Vez*, vol. V. Guimarães: Tip. Minerva Vimaranense.

GOMES, Rita Costa (1987) – «A construção das fronteiras». In BETTENCOURT, Francisco; CURTO, Diogo Ramada, *org.* – *A Memória da Nação*: *Colóquio do Gabinete de Estudos de Simbologia*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Sá da Costa Editora, pp. 357-382.

GONÇALVES, Iria (1993) – *Alguns aspectos da visita régia ao entre Cávado e Minho, no séc. XIII*. «Estudos Medievais», n.º 10, Porto: Delegação Regional do Norte da Secretaria de Estado da Cultura, pp. 33-57. [reeditado com remodelações in *Por terras de Entre-Douro-e-Minho com as Inquirições de D. Afonso II*. Porto (2012) – CITCEM, Ed. Afontamento, pp. 179-207].

GONZÁLEZ, Román Rodríguez *et al.* (1999) – *A Despoboación en Galicia: Preocupación ou lóxica territorial*. Santiago de Compostela: Xunta da Galicia.

GRALHEIRO, Jaima (1990) – *Comentário à(s) Lei(s) dos Baldios*. Coimbra, Livraria Almedina.

GRAHAM, Brian, *org.* (1998) – *Modern Europe: Place, Culture, Identity*. Londres: Arnold Pub.

GRIMES, S. (2000) – *Rural areas in the information society: diminishing distance or increasing leraning capacity?* «Journal of Rural Studies», n.º 16. Galway (Irlanda): Universidade Nacional da Irlanda, Departamento de Geografia, pp. 13-21.

GUERRA, Luís de Figueiredo (1926) – *Castelos de Viana do Castelo*. «Separata de O Instituto», vol. 73, n.º 5. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 41 p.

GUERREIRO, M. V. (1981) – *Pitões das Júnias. Esboço de Monografia Etnográfica*. Lisboa: Serviço Nacional de Parques, Reservas e Património Paisagístico.

GUICHARD, François (1997) – «La dimensión transfronteriza o la historia confrontada con lo económico y lo político: Galicia/Portugal». In *Actas Simposium Vilar Formoso (1996) – La articulación territorial de la raya hispano-portuguesa*. Zamora: Fundación Rey Afonso Henriques, pp. 35-45.

HAUBERT, Maxime, *dir.* (1999) – *L'avenir des paysans: Les mutations des agricultures familiales dans les pays du Sud*. «Coleção Tiers Monde». Paris: Instituto de Ensinar Desenvolvimento Social (I.E.D.E.S), Presses Universitaires de France (P.U.F.).

HERRERA, Carmen Diez (1982) – *El «valle» unidad de organización social del espacio en la Edad Media.* «Estudos Medievais», n.º 10. Porto: Delegação Regional do Norte da Secretaria de Estado da Cultura, pp. 1-32.

HESPANHA, A. Manuel (1982) – *História das Instituições: época medieval e moderna.* Coimbra: Livraria Almedina.

____ (1982) – *História das Instituições. Épocas Medieval e Moderna*, Coimbra: Livraria Almedina.

____ (1990) – *A propriedade multiforme: Um estudo sociológico sobre a evolução recente dos sistemas fundiários em Portugal.* Coimbra: Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra. Tese de doutoramento.

____ (1992) – *Poder e Instituições no Antigo Regime – Guia de Estudo.* «Cadernos Penélope». Lisboa: Ed. Cosmos.

____ (1994) – *Com os Pés na Terra, Práticas Fundiárias da População Portuguesa.* Porto: Ed. Afrontamento.

HIRSCHMAN, A. (1988) – *The Strategy of Economic Development.* Londres: Westview.

HOUÉE, P. (1989) – *Les Politiques de Développement Rural.* Paris: Ed.Economica.

HOWELLS; J. (1999) – *Regional Systems of Innovati*on? In ARCHIBUGI, D.; HOWELLS, J; MICHIE, J. (Eds.), *Innovation Policy in a Global Economy.* Cambridge: Universidade de Cambridge, pp. 67-93.

IGLESIAS, Mercedes Barroca; CARBALLO, Maria Antonia Calvo; EARLEY, Ana Garcia; OUBIÑA, Eva Tobal (1995) – *As Torres do Val da Limia.* «Xornadas de Historia de Galicia: Aspectos Historicos de Ourense, Anexo VIII». Ourense: Serviços de Publicación de la Diputation Provincial de Ourense, pp. 49-65.

ILBERY, Brian, *ed.* (1998) – *The Geography of Rural Change.* Londres: Longman.

JACINTO, Rui (1993) – *O desenvolvimento urbano das áreas de fronteira: estrangulamentos e perspectivas face a novas centralidades.* «Ciclo de Colóquios: A Política Urbana e Ordenamento do Território». Lisboa: Ministério do Planeamento e Administração do Terrotório (M.P.A.T.).

____ (1993) – *As Regiões Portuguesas, a política regional e a reestruturação do território.* «Cadernos de Geografia», n.º 12. Coimbra: Departamento de Geografia, Faculdade de Letras, pp. 25-39.

____ (1995) – *As regiões portuguesas de fronteira: perspectivas de desenvolvimento e de cooperação transfronteiriça.* «Cadernos de Geografia», n.º 14. Coimbra: Departamento de Geografia, Faculdade de Letras, Coimbra, pp. 37-54.

JACINTO, Rui & BOURA, I. (1989) – *Formas de Intervenção de FEDER e a sua Inserção no Quadro da Política Regional Comunitária.* Coimbra: Comissão de Coordenação da Região Centro (C.C.R.C.).

JAMARDO, Jose Fariña (1975) – *La Parroquia Rural en Galicia.* Madrid: Instituto de Estudios de Administracion Local.

JAMARDO, Xose Fariña (1982) – *Concellos abertos na Limia*, Ourense: Xunta de Galicia.

JAVEAU, Claude (1992) – *L'enquête par questionnaire: Manuel à l'usage du praticien*, 4e ed. Bruxelles, Ed. de l'Université de Bruxelles.

JORGE, Susana Oliveira (1990) – *A consolidação do sistema agro-pastoril.* In MARQUES, A. H. O. & SERRÃO, J., *dir.*, vol. I de *Nova História de Portugal.* Lisboa, pp. 163-212.

JORGE, Vítor Oliveira (1982) – *Megalitismo do Norte de Portugal. Os monumentos e a sua problemática no contexto europeu.* Porto: Faculdade de Letras do Porto. Tese de doutoramento. (policopiada).

JORGE, Vítor Oliveira & BAPTISTA, António Martinho (1997) – *As mamoas do Alto da Portela do Pau – Castro Laboreiro.* Porto: Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia.

LABRADOR, Alberto Pazo & SOLLA, Xosé Manuel Santos (1995) – *Poboación e Territoria. As parroquias Galegas nos últimos cen anos.* Santiago de Compostela: Ed. Difux, S. L.

LABRIANIDIS, Lois, *ed.* (2004) – *The Future of Europe's Rural Peripheries.* Hampshire: Ashgate Publishing Ltd.

LAMARCHE, Hugues, *coord.* (1994) – *L'agriculture familiale: comparaison internationale.* «Col. Alternatives Rurales». Paris: L'Harmattan.

LAMAS, Maria (1948) – *As Mulheres do Meu País.* Lisboa: Actuális Lda.

LAPA, Ignacio Ferreira (1871) – *Relatorio da Missão Agrícola na Provincia do Minho, Anno de 1870.* Lisboa: Imprensa Nacional.

LE ROY, Anne (2000) – *Les activités de service: une chance pour les économies rurales? – vers de nouvelles logiques de développement rural.* «Col. Alternatives Rurales». Paris: L'Harmattan.

LEAO, Claudio C. [*s/d*] – *Marginalisation et developpement des zones de montagnes méditerranéen: Le cas de Soajo au Portugal.* Montpellier: Institut Agronomique Méditerranéen.

LEFOTR, Isabelle (1997) – *Crises et mutations des espaces ruraux dans les pays anciennement industrialisés.*Paris: Economica.

LEGUEY, Jean-Pierre (1993) – *O «Portugal» Germânico.* In MARQUES, A. H. Oliveira & SERRÃO, J., *dir.* – *Portugal, das Invasões Germânicas à Reconquista*, vol. II de *Nova História de Portugal.* Lisboa, pp. 11-115.

LEMA, Paula B. (1978) – *Tourém. Uma aldeia raiana de Barroso.* Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, Faculdade de Letras de Lisboa.

LESOURD, Michel, *coord.* (1997) – *Crises et Mutations des Agricultures et des Espaces Ruraux.* Paris: Ed. Du Temps.

LIMA, Alexandra Cerveira Pinto S. (1994/95) – *Castro Laboreiro: Os trajectos das mudanças sazonais. Os caminhos e a sua relação com a organização e aproveitamento do território.* «Bolsas de Investigação para jovens historiadores e antropólogos: Douro Litoral e Minho», 1.ª ed. Porto: Ed. Fundação da Juventude, pp. 11--30.

____ (1996) – *Castro Laboreiro, Povoamento e Organização de um Território Serrano.* «Cadernos Juríz/Xurés», n.º 1. Braga: Instituto da Conservação da Natureza – Parque Nacional Peneda-Gerês e Câmara Municipal de Melgaço.

LIMOUZIN, Pierre (1996) – *Les agricultures de l'Union Européenne.* Paris: Masson & Armand Colin.

LINK, M. (1805) – *Voyage en Portugal*, par M. le Comte de Hoffmansegg; rédigé par Link, H. (et faisant suite à son Voyage dans le même Pays). Paris: Levrault, Schoel et Ce.

LOPES, Raul (2001) – *Competitividade, inovação e territórios.* Lisboa: Celta Ed..

LOPO, Domingo L. Gonzalez (1993) – *La Emigracion a Portugal desde el Suroeste de Galicia en los siglos XVIII al XX.* In *Actas do Colóquio Internacional sobre Emigração e Imigração em Portugal,* (*Séculos XIX e XX*). Algés: Ed. Fragmentos Lda, pp. 373-383.

LOURENÇO, Joaquim da Silva (1981) – *Política Agrícola sócio-estrutural da CEE: perspectivas para o desenvolvimento das regiões minifundiárias portuguesas.* Oeiras: Centro de Estudos de Economia Agrária, Instituto Gulbenkian da Ciência.

LORENZO, Xurxo & FARIÑA, Luciano (1933) – *Tres Estacións de Arte Rupestre da Serra do Laboreiro.* «Revista Nós», Tomo X, n.º 115. Ourense, pp. 124-132.

LOSADA, Fermin Pérez (1995) – *Sobre a Toponimia das Villae Romanas en Galicia II, Topónimos de Posesores.* In *Actas do Congresso Histórico Comemorativo dos 150 Anos do Nascimento de Alberto Sampaio.* Guimarães, pp. 153-188.

LOUREIRO, Nuno dos Santos (1987) – *Sistemas de Agricultura do Parque Nacional da Peneda-Gerês e suas implicações na gestão ordenada da mesma área classificada.* «Boletim Cultural Terra de Val de Vez», n.º 10. Arcos de Valdevez: Grupo de Estudos do Património Arcoense (G.E.P.A.), Câmara Municipal de Arcos de Valdevez, pp. 55-82.

LUNEAU, Gilles (2000) – *Les Nouveaux Paysans.* Paris: Ed. du Rocher.

KNAUDER, Stefanie (1999) – *Globalization, Urban Problems, Rural Disadvantages.* Hampshire: Ashgate Publishing Ld.

MACIAS, Marcelo (1918-1922) – *Documentos del Archivo Catedral de Orense.* «Boletin de la Comisión Provincial de Monumentos Históricos y Artísticos de Orense», Tomo VI, n.º 146. Ourense: Museo Arqueoloxico Provincial.

MACÍAS, Santiago (1992) – *Resenha de factos políticos.* In MATTOSO. José *dir.* – *Antes de Portugal*, vol. I de *História de Portugal.* Lisboa: Círculo de Leitores, pp. 417-437.

MACNAGHTEN, Phil & URRY, John (1998) – *Contested Natures.* London: Sage Publications.

MAGALHÃES, A. (1953) – *Gerês e Vilar da Veiga*. Braga.

MAGALHÃES, Justino (1994) – *Ler e Escrever no Mundo Rural do Antigo Regime. Um Contributo para a História da Alfabetização e da Escolarização em Portugal*. Braga: Universidade do Minho, Instituto das Ciências da Educação.

MAÑA, Luis Manuel Garcia (1988) – *La Frontera Hispano-Lusa en la Provincia de Ourense*. «Boletin Auriense», Anexo 11. Ourense: Museo Arqueoloxico Provincial, 214 p.

MARSDEN, T., *ed.* (1993) – *Constructing the countryside – an approach to rural development*. Londres: U.C.L. Press.

MARQUES, A. H. Oliveira (1968) – *Introdução à História da Agricultura em Portugal*. Lisboa: Ed. Cosmos.

____ (1993) – *O Portugal «Islâmico»*. In MARQUES, A.H.O. & SERRÃO, J., *dir.* – *Portugal, das Invasões Germânicas à «Reconquista»*, vol. II de *Nova História de Portugal*. Lisboa: Ed. Presença, pp. 121-248

MARQUES, José (1978) – *Relações Económicas do Norte de Portugal com o reino de Castela, no séc. XV*. «Separata da Revista Bracara Augusta», vol. 32, n.ºs 73-74 (85-86). Braga, Câmara Municipal de Braga, 54 p.

____ (1985) – *Cartas Inéditas de D. João I do Arquivo Histórico Nacional de Madrid. Novos elementos para o estudo das relações galaico-portuguesas, nos séculos XIV-XV*. «Revista Caminiana», n.º 12. Caminha: Câmara Municipal de Caminha, pp. 9-33.

____ (1990) – *A acção governativa de D. Afonso V durante a visita ao Minho, em 1462* «Separata Arquivo do Alto Minho», vol. 27 (VII da 3.ª série). Viana do Castelo: Câmara Municipal de Viana do Castelo, pp. 3-32.

____ (1993) – *Os municípios portugueses dos primórdios da nacionalidade ao fim do reinado de D. Dinis. Alguns aspectos*. «Revista da Faculdade de Letras – História», nova série, X. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 68-90.

____ (1995) – *Aspectos do Povoamento do Norte de Portugal nos sécs. XIII/XIV*. In *Actas do Congresso Histórico Comemorativo dos 150 Anos do Nascimento de Alberto Sampaio*. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães, pp. 209-234.

____ (1996) – *As doações dos Condes Portucalenses e de D. Afonso Henriques à Igreja*. In *Actas do 2.º Congresso Histórico de Guimarães, D. Afonso Henriques e a sua época*, vol 5. Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães, pp. 327-349.

____ (1999) – *Aspectos da vida de fronteira nos finais da Idade Média*. In *Separata das Jornadas de Cultura Hispano-Portuguesa*. Madrid: Universidad Autónoma, Facultad de Filosofia Y Letras, pp. 181-208.

MARQUES, Maria Alegria F. (1996) – *A restauração das dioceses de Entre Doiro e Tejo e o litígio Braga-Compostela*. In *Actas do 2.º Congresso Histórico de Guimarães, D. Afonso Henriques e a sua época*, vol 5. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães, pp. 51-56.

MARQUES, Teresa Sá (2004) – *Portugal na Transição do Século. Retratos e Dinâmicas Territoriais*. Porto: Ed. Afrontamento.

MARTINEZ, Alberto Lopes (1989) – *O cooperativismo católico no processo da modernização da agricultura galega, 1900-1943*. Pontevedra: Diputation Provincial.

MARTINS, Luís Paulo S. (2004) – *Espaços de Lazer e de Turismo no Noroeste de Portugal*. Porto: Ed. Afrontamento.

MARREIROS, Maria Rosa Ferreira (1990) – *Propriedade fundiária e rendas da Coroa no Reinado de D. Dinis, Guimarães*, 2 vols. Coimbra: Faculdade de Letras. Tese de doutoramento.

MASSEY, Doreen (1984) – *Spatial Division of labour: social structures and the geography of production*. Londres: Menthuen.

MASSEY, D. & JESS, P. *eds.* (1995) – *A Place in the world? Places, cultures and globalization*. Oxford: Open University.

MASSOT, Marti A. (1999) – *El Modelo Europeo de Agricultura ante el Desafio de la Globalización*. Valência: Real Sociedad Económica de Amigos del País.

MATA, Joel Silva Ferreira (1987) – *Elementos para a História da Agricultura na Região Minhota na Segunda Metade do Século XVIII*. In «Boletim Cultural», n.º 4. Viana do Castelo: Centro de Estudos Regionais, pp. 104-122.

MATHIEU, Nicole (1998) – «La notion de rural et les rapports ville/campagne en France: les annés quatre--vingt dix». *Économie Rural*, n.º 247, pp. 11-20.

MATHIEU, N. & JOLLIVET, M., *eds.* (1989) – *Du rural à l'environnement. La question de la nature aujoud'hui.* Paris: L'Harmattan.

MATOS, Artur Teodoro (1980) – *Transportes e Comunicações em Portugal, Açores e Madeira (1750-1850).* Ponta Delgada: Universidade dos Açores.

MATTOSO, José (1992) – «Portugal no Reino Asturiano e Leonês». *In* MATTOSO, José, *coord.* – «Antes de Portugal», vol. I de *História de Portugal.* Lisboa: Círculo de Leitores, pp. 417-437.

____ (1998) – *Ricos Homens, infanções e cavaleiros. A nobreza Medieval Portuguesa nos séculos XI e XII.* Lisboa: Guimarães Editores, 3.ª ed..

____ (1981) – *As Famílias Condais Portucalenses dos sécs. X e XI.* Reed. *In* MATTOSO, José (2001) – *A Nobreza Medieval Portuguesa. A Família e o Poder.* Rio de Mouro: Círculo de Leitores: 2001, pp. 117-189.

____ (1982) – *Data da Introdução da liturgia romana na diocese de Braga. In* MATTOSO, José – *Religião e Cultura na Idade Média Portuguesa.* Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, pp. 91-102.

____ (1983) – *O Condado Portucalense.* Reed. *In* MATTOSO, José, *coord.* – «A Monarquia Feudal», vol. II de *História de Portugal.* Lisboa: Ed. Estampa, 2008, pp. 3-51.

____ (1987a) – *Os Moçárabes. In* MATTOSO, José – *Fragmentos de uma Composição Medieval.* Lisboa: Ed. Estampa, pp. 19-34.

____ (1987b) – *A Formação de Portugal e a Península Ibérica nos sécs. XII e XIII. In* MATTOSO, José – *Fragmentos de uma Composição Medieval.* Lisboa, Ed. Estampa, pp. 49-69.

____ (1987c) – *A caça no Soajo. In* MATTOSO, José – *Fragmentos de uma Composição Medieval.* Lisboa: Ed. Estampa, pp. 205-211.

____ (1987d) – *O Monaquismo Tradicional em Portugal no séc. XII.* In MATTOSO, José – *Fragmentos de uma Composição Medieval.* Lisboa: Ed. Estampa, pp. 167-181.

____ (1992) – *A época sueva e visigótica.* In MATTOSO, José, *coord.* – *Antes de Portugal,* vol. I de *História de Portugal.* Lisboa: Círculo de Leitores pp. 301-356.

____ (1993) – *A sociedade feudal e senhorial.* In MATTOSO, José, *coord.* – «A Monarquia Feudal (1096-1480)», vol. II de *História de Portugal.* Lisboa: Círculo de Leitores, pp. 165-172.

____ (1993) – *Dois séculos de vicissitudes políticas.* In MATTOSO, José, *coord.* – *A Monarquia Feudal (1096--1480)*, vol. II de *História de Portugal.* Lisboa: Círculo de Leitores, pp. 23-64.

____ (1995) – *Identificação de Um País* (*Ensaios sobre as origens de Portugal*: *1096-1325)*: vol. I – *Oposição* e vol. II – *Composição.* Lisboa: Ed. Estampa, 5.ª Edição.

MEDEIROS, António (1999) – *Na Serra: os (des)encontros do Soajo.* «Ler História», n.º 36. Lisboa: Instituto Superior de Ciências de Trabalho e da Empresa (I.S.C.T.E.), pp. 177-220.

MEDEIROS, Isabel (1984a) – *Acerca do Povoamento na Serra da Peneda.* «Boletim Cultural – Terra de Val de Vez», n.º 4. Arcos de Valdevez: Câmara Municipal Arcos de Valdevez, pp. 39-56.

____ (1984b) – *Acerca do Povoamento na Serra da Peneda.* «Boletim Cultural – Terra de Val de Vez», n.º 7, pp. 39-56.

____ (1986a) – *Estruturas Pastoris e Povoamento na Serra da Peneda.* «Estudos de Geografia Humana e Regional». Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, Faculdade de Letras de Lisboa (policopiado), 92 p.

____ (1986b) – *Significado Geográfico dos Baldios na Economia Pastoril da Serra da Peneda.* In BRITO, Raquel Soeiro (coord.) – *Estudos de Homenagem a Mariano Feio*, Braga: Livraria Minho, pp. 333-348.

____ (1988) – *Contribuição para o estudo dos sistemas pastoris na Serra da Peneda.* In *Livro de Homenagem a Orlando Ribeiro*, 2.º vol.. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, pp. 223-231.

MENDRAS, Henri (1995) – *Les sociétés paysannes.* Paris, Ed. Gallimard.

MEPAT (1999) – *Plano nacional de desenvolvimento económico e social 2000-2006, Diagnóstico Prospectivo,* MEPAT/SEDR, Lisboa.

MEREA, Manuel Paulo (1931) – *Algumas Palavras sobre Portugal no século IX*. «Separata da Revista de Direito». Lisboa: Universidade de Lisboa (1930), 16 p..

____ (1943) – «*De Portucale» (civitas) ao Portugal de D. Henrique*. «Separata de Biblos», Vol. XIX, Tomo I, Coimbra, 22 p.

MEREA, Paulo & AMORIM GIRÃO (1948) – *Territórios Portugueses no séc. XI*, «Separata da Revista Portuguesa de História», Tomo II. Coimbra: Faculdade de Letras de Coimbra, 17 p. e 2 mapas.

Ministério do Planeamento (2000) – *Plano de desenvolvimento regional, 2000-2006*. Lisboa: Ministério do Planeamento.

MONTEIRO, Manuel (1906) – *Castellos de Norte de Portugal. De como se organizava a defeza territorial do paíz durante a Edade Média*. «Serões – Revista Mensal Ilustrada», vol. III, 2.ª Série. Lisboa: Ferreira & Oliveira Editores, pp. 273-281.

MORENO, Humberto Baquero (1978) – *Relações entre Portugal e Galiza nos sécs. XIV e XV*. «Revista História», vol. I. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 35-45.

____ (1983) – *A vontade política na Autonomia de Portugal*. «Revista Gaia», vol. I. Vila Nova de Gaia: Gabinete de História e Arqueologia de Vila Nova de Gaia, pp. 27-30.

____ (1984) – «Áreas de conflito na fronteira Galaico-Minhota no Fim da Idade Média». *In Actas do II Colóquio Galaico-Minhoto,* vol. I. Santiago de Compostela: Instituto Cultural Galaico-Minhoto, pp. 53-65.

____ (1986a) – *Vias portuguesas de peregrinação a Santiago de Compostela na Idade Média*. «Separata da Revista da Faculdade de letras», II Série, vol. III. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 77-89.

____ (1986b) – «Elementos para o estudo dos coutos de homiziados instituídos pela Coroa». In Idem – *Os municípios portugueses nos sécs. XII a XVI*. Lisboa: Estudos de História, Ed. Presença, pp. 93-138.

____ (1986c) – *Os castelos Medievais*. «Revista Gaia», vol. IV. Vila Nova de Gaia: Gabinete de História e Arqueologia de Vila Nova de Gaia, pp. 19-24.

____ (1991) – *O concelho de Melgaço no tempo de D. João I*. In *VI Centenário da tomada do Castelo de Melgaço*. Melgaço: Ed. da Câmara Municipal de Melgaço e Região do Turismo de Alto Douro e Minho, pp. 21-30.

____ (1992) – «As peregrinações a Santiago e as relações entre o Norte de Portugal e a Galiza». In *Actas I Congresso Internacional dos Caminhos Portugueses de Santiago de Compostela*. Porto: Núcleo de Estudos e Revitalização dos Caminhos Portugueses de Santiago, Ed. Távola Redonda, pp. 75-83.

____ (1995) – «A consolidação de Portugal na Idade Média». In *Actas do VI Colóquio Portugal na História Militar* (Separata). Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar, 6 p.

____ (1996) – *A Igreja Bracarense na Independência de Portugal*. In *Actas do 2.º Congresso Histórico de Guimarães – D. Afonso Henriques e a sua época*, vol 5. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães e Universidade do Minho, pp. 7-16.

____ *coord. e pref.* (2003) – *Demarcações de fronteira: lugares de Trás-os-Montes e Entre-Douro-e-Minho*. Isabel Vaz Freitas «Introdução e Índices». Vol. 3. Porto: Centro de Investigação e de Documentação de História Medieval: Universidade Portucalense.

MORENO, Luís A. Garcia (1981) – «Las Invasiones y la Época Visigoda, Reinos y Condados Cristianos», Tomo II de *Historia de España*. LARA, Manuel Tuñon, *dir.*. Madrid, pp. 245-473.

MOSELEY, M. J. (2003) – *Rural Development, Principles and practice*. London: Sage Publications.

MUCCHIELLI, Roger (1975) – *Le questionnaire dans l'enquête psycho-sociale: connaissance du problème*, 5e ed. Paris: Librairies Tecniques, Ed. E.S.F.

MULLER, Pierre *et al.* (2000) – *Les entrepreneurs ruraux: agriculteurs, artisans, commerçants, élus locaux*. «Col. Alternatives Rurales». Grenoble: Université des Sciences Sociales de Grenoble.

NEVES, C. M. Baeta (1961a) – *A Arborização dos baldios e o regime silvo-pastoril*. «Gazeta das Aldeias», n.º 2 444, pp. 256-258.

____ (1961b) – *Primeiros Passos no Futuro Ordenamento Silvo-Pastoril dos Baldios Serranos*. «Gazeta das Aldeias», n.º 2 446, pp. 325-329.

____ (1965) – *Dos monteiros-mores aos Engenheiros Silvicultores.* «Anais do Instituto Superior de Agronomia», vol. XXVIII. Lisboa: Biblioteca do Instituto Superior de Agronomia, pp. 19-53.

NUNES, António Lopes Pires (1988) – *O Castelo Estratégico Português e a Estratégia do Castelo em Portugal.* Lisboa: Direcção do Serviço Histórico Militar.

NUNES, J. Arriscado & FEIJÓ, R. Graça (1990) – *As transformações dos «incultos» no Noroeste (1750-1900). Uma proposta de reapreciação.* «Cadernos de Ciências Sociais», n.º 8/9. Porto: Faculdade de Economia da Universidade do Porto, pp. 45-90.

OCDE (1993) – *What Future for our countryside? A rural development policy.* Paris.

____ (1994) – *The contribution of amenities to rural development,* Paris.

O'FLANAGAN, Patrick (1978) – *Social and political organization in Galicia: a spatial unconformity.* «Separata Finisterra», n.º 13. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

OLIVEIRA, A. Lopes (1968) – *Castro Laboreiro. A Terra, o Homem e a Tradição.* «Separata de Comunidades Portuguesas», n.º 10. Lisboa: Tipografia Silvas, 8 p.

____ (1970) – *Soajo, Uma aldeia diferente «Cabeça de Montaria».* Viana do Castelo, Ed. Junta Distrital de Viana do Castelo.

OLIVEIRA, Ernesto Veiga (1955) – *Trabalhos Colectivos gratuitos e recíprocos em Portugal e no Brasil.* «Revista de Antropologia», vol. 3. S. Paulo: Departamento de Antropologia, Universidade de S. Paulo, pp. 21-43.

OLIVEIRA, Pe. Miguel (1950) – *As Paróquias Rurais Portuguesas, Sua origem e Formação.* Lisboa: União Gráfica.

OLIVEIRA MARTINS (1994) – *Fomento Rural e Emigração*, 3.ª ed.. Lisboa: Guimarães Editores.

ONEGA, José Ramon (1981) – *Los Judios en el Reino de Galicia*, 1.ª ed.. Madrid: Ed. Nacional.

O'NEILL, Brian J. (1991) – *Proprietários, Lavradores e Jornaleiras. Desigualdade Social numa aldeia transmontana*, 1870-1978. Lisboa, Pub. D. Quixote.

PACHECO, José Augusto Brito (1994) – *Uma Descrição do Reino da Galiza e da Província de Entre Douro e Minho.* In *Actas do III Colóquio Galaico-Minhoto*, I vol.. Viana do Castelo: Câmara Municipal de Viana do Castelo, pp. 155-169.

PALENZUELA, Vicente Angel H. (1996) – *Nacimiento de Portugal en el Ambito del Imperio Hispanico. In Actas do 2.º Congresso Histórico de Guimarães, D. Afonso Henriques e a sua época*, vol 2. Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães e Universidade do Minho, pp. 187-199.

PALLARES, Maria Carmen & PORTELA, Ermelindo (1996) – *La idea de frontera en la Historia Compostelana.* In *Actas do 2.º Congresso Histórico de Guimarães, D. Afonso Henriques e a sua época*, vol 2. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães e Universidade do Minho, pp. 63-78.

PEARSON, S. *et al.* (1987) – *Portuguese Agriculture in Transition.* New York: Cornell University Press.

PEIXOTO, A. A. da Rocha (1908) – *Survivances du Régime Communautaire en Portugal. In* TEIXEIRA, F. Gomes, *dir.* «Annaes da Academia Polytechnica do Porto», Extrato do Tomo III. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 17 p.

PEIXOTO, Maria da Graça (1986) – *Os castelos e outras construções militares nos Numeramentos do séc. XVI.* «Revista Gaia», Vol. IV. Vila Nova de Gaia: Gabinete de História e Arqueologia de Vila Nova de Gaia, pp. 25-42.

PEREIRA, Félix Alves (1903) – *Novas Mamoas da serra do Soajo.* «O Archeologo Português», vol. VIII, n.ºs 2 e 3. Lisboa: Museu Ethnologico Português, pp. 72-75.

____ (1914) – *Habitações Castrejas do Norte de Portugal.* «Estudos do Alto Minho». Viana do Castelo, Câmara Municipal de Viana do Castelo,Tipografia Modelo, pp. 13-19.

PEREIRA, Miriam Halpern (1971) – *Livre-câmbio e Desenvolvimento Económico – Portugal na segunda metade do séc. XIX.* Lisboa: Ed. Cosmos.

PEREIRA, T. A. (1986) – *O Sector Agrícola e o Sistema Capitalista – Análise de algumas Formas de Integração.* In *Estudos para o desenvolvimento regional e urbano*, 24, (policopiado). Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, Faculdade de Letras de Lisboa.

PESTANA, Manuel Inácio (1984) – *O Castelo da Piconha – Vestígios de um importante monumento militar galaico-português.* «Revista de História e Castelologia (Castrum)». Lisboa: Associação Portuguesa dos Amigos dos Castelos, pp. 15-16.

PESTANA, Manuel Inácio (1988) – *O castelo da Piconha. Subsídios documentais para a história da sua alcaidaria-mor.* «Separata do Boletim da Liga dos Amigos do Museu Militar do Porto», n.º 2. Porto: 8 p.

PINA, Maria Helena (1990) – *O espaço agrário de Ponte de Lima – Alguns Contrastes.* «Revista da Faculdade de Letras – Geografia», I Série, vols. V e VI. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 65-148 e 171-256.

PINTADO, António & BARRANECHEA, Eduardo (1974) – *A raia de Portugal. A Fronteira do Subdesenvolvimento.* Porto: Ed. Afrontamento.

PINTO, José, (2002) – *Os Santos Esperam, Mas Não Perdoam... Um estudo sobre a Romaria da Peneda.* Arcos de Valdevez: ed. do Autor.

____ (2005) – *Rituais Funerários na Gavieira. Uma etnografia da morte numa microssociedade serrana do concelho de Arcos de Valdevez.* Arcos de Valdevez: Câmara Municipal de Arcos de Valdevez.

PINTO, Mário G. L. Barros (1985) – *O Canto das Cruzes no Soajo.* «Boletim Cultural Terra de Val de Vez», n.º 8. Arcos de Valdevez: Grupo de Estudos do Património Arcoense (G.E.P.A.), pp. 77-95.

PINTOR, P.e Manuel A. Bernardo (1965) – *Castro Laboreiro e seus forais.* «Separata da Bracara Augusta», vol. XVIII-XIX, n.ºs 41-42 e 53-54. Braga: Câmara Municipal de Braga, 16 p.

____ (1972) – *Senhora da Peneda (Senhora do Minho).* Braga: Diário do Minho, 1 p.

____ (1975) – *Melgaço Medieval.* «Revista Bracara Augusta» Braga: Câmara Municipal de Braga, 125 p.

____ (1976) – *Santuário da Senhora da Peneda, uma jóia do Alto Minho.* Braga: Diário do Minho, 2 p.

____ (1977) – *O Recontro do Val-de-Vez onde foi?* «Separata Revista Independência», n.ºs 17-18. Braga: Sociedade Histórica da Independência de Portugal, 87 p..

____ (1981) – *Por Terras do Soajo. S. Bento do Cando na freguesia da Gavieira.* «Revista Terra de Val de Vez» n.º 2-II Semestre. Arcos de Valdevez: Grupo de Estudos do Património Arcoense (G.E.P.A.), pp. 6-30.

PIRES, Luís Madureira (1998) – *A Política Regional Europeia e Portugal.* Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

PORTUGAL, Thomaz Antonio de Villa-Nova (1790) – *Memória sobre a cultura dos terrenos baldios que há no termo da villa de Ourem.* In *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências*, Tomo I, Lisboa.

Plano Geral de Aproveitamento dos Baldios Reservados, Distritos de Viana do Castelo e Vila Real (1941), vol. II. Lisboa: Ministério da Economia, Junta de Colonização Interna.

Plano de Ordenamento Parque Nacional da Peneda-Gerês – Área de Ambiente Natural (Dec. Lei 519 C/79 NÚCLEOS 1, 2 e 3) (1995) – Parque Nacional da Peneda-Gerês, Divisão de Ordenamento e Projectos, Serviço Nacional de Parques Reservas e Conservação da Natureza.

Plano de Povoamento Florestal (1940) – Lisboa: Imprensa. Nacional, 200 p., 1 mapa.

POLANAH, Luis (1978a) – *Do uso e significado das alcunhas na freguesia de Castro Laboreiro.* «Revista Minia», 2.ª Série, n.º 1. Braga: Câmara Municipal de Braga, pp. 77-104.

____ (1978b) – *Impressões do Soajo.* «Separata de O Distrito de Braga», vol. III, 2.ª Série (VII). Braga, 25 p.

____ (1979a) – *Castro Laboreiro de relance.* «Revista Minia», 2.ª Série, n.º 3. Braga: Câmara Municipal de Braga, pp. 198-222.

____ (1979b) – *Economia Familiar e estratégia de casamento em Castro Laboreiro.* «Separata de O Distrito de Braga», vol. IV, 2.ª Série (VIII). Braga: Liv. Cruz, 40 p.

____ (1981) – *Comunidades Camponesas no parque Nacional da Peneda-Gerês*, «Colecção Parques Naturais», n.º 8. Lisboa: Serviço Nacional de Parques, Reservas e Património Paisagístico.

____ (1985) – *O Colectivismo Agrário no Norte de Portugal.* «Separata de Antropologia Portuguesa», Vol. 3. Coimbra: Instituto de Antropologia, Universidade de Coimbra, pp. 61-68.

____ (1990) – «Espírito de Comunitarismo. Trabalhos de Antropologia e Etnologia». In *Homenagem a Ernesto Veiga de Oliveira.* Porto: Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, pp. 63-82.

____ (1992) – *A Propósito do Comunitarismo na serra do Gerês.* Terras do Bouro: Câmara Municipal de Terras de Bouro, pp. 57-65.

POLIVKA, H. (1988) – *Frontière et structures économiques.* «Revue Géographique de l'Est», Tomo 27, (1-2) – Régions d'Europe, pp. 103-117.

PORTELA, J. (1988) – *Rural household strategies of income generation. A study of northeastern Portugal, 1900--1987.* U. Wales: ed. do autor.

Posturas da Junta de Freguesia de Castro Laboreiro (1930) – concelho de Melgaço. Lisboa: Biblioteca Nacional de Lisboa, 4 p.

PRATT, Andy C. (1996) – *Discourses of Rurality: Loose Talk or Social Struggle?* «Journal of Rural Studies», vol. 12, n.º 1, Galway (Irlanda): Universidade Nacional da Irlanda, Departamento de Geografia, pp. 69-78.

PRIEGUE, Elisa Ferreira (1988) – *Los Camiños Medievales de Galicia e Mapa da província de Ourense.* «Boletín Auríense, Anexo 9». Ourense: Museo Arqueoloxico Provincia de Ourense, 260 p.

QIAN, Wenbao (1996) – *Rural-Urban Migration and its Impact on Economic Development in China.* Aldershot: Ashgate Publishing Ld.

RACHEL, Arié (1984) – *España Musulmana (siglos VIII-XV)*, Tomo III de *Historia de España*, *dir.* de Manuel Tuñon Lara, Barcelona: Ed. Ambito.

RAMON, Jose & OXEA, Fernandez (1950) – *Descripcion de los Estados de Monterrey en Galicia, por D. Pedro Gonzalez de Ulloa (1777*). «Cuadernos de Estudios Gallegos», Anejo IV. Santiago de Compostela, Instituto P. Sarmiento.

____ (1957-58) – *El castillo de Allariz y su Emplazamiento.* «Boletín de la Comisión Provincial de Monumentos Historicos y Artísticos de Orense», Tomo XIX, Fascículos I-IV. Orense: Museo Arqueoloxico Provincial, pp. 169-202.

RAMOS, Luís António de Oliveira & SILVA, Rosa Fernanda Moreira (1997) – *Pasar fronteras. Ignorar las fronteras.* In *Actas Simposium Vilar Formoso, 1996*, *La articulación territorial de la raya hispano-portuguesa.* Zamora: Fundación Rey Afonso Henriques, pp. 31-34.

RAU, Virgínia, (1943) – *Subsídios para o estudo das feiras medievais portuguesas.* Lisboa: Universidade de Lisboa.

____ (1946) – *Sesmarias Medievais Portuguesas*, Lisboa: Universidade de Lisboa.

Reconhecimento dos Baldios do Continente (1939) – vol. II, Parte I. Lisboa: Ministério da Agricultura, Junta de Colonização Interna.

REGGIANI, Aura (1998) – *Accessibility, Trade and Locational Behaviour.* Aldershot: Ashgate Publishing Ltd.

REIS, António Matos (1998) – *Castelos e Torres no Concelho de Ponte da Barca.* In *Actas do Congresso Subsídios para a História da Nóbrega e do Concelho de Ponte da Barca,* Vol. II. Ponte da Barca: Centro Cultural Frei Agostinho da Cruz e Diogo Bernardes, pp. 225-235.

REIS, Jaime (1981) – *Aspectos Económicos de Viana do Castelo em 1840: Um Inquérito Esquecido.* «Cadernos de Estudos Contemporâneos», n.ºs 2/3. Porto: Secretaria de Estado da Cultura, Centro de Estudos Humanísticos, pp. 143-198.

Relatório ácerca da Arborisação Geral do Paiz. Em resposta aos quesitos do art.º 1.º do Decreto de 21 de Setembro de 1867 (1868). Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias.

RIBEIRO, Luciano (1959) – *Uma Descrição de Entre Douro e Minho por Mestre António.* «Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto», vol. XXII. Porto: Câmara Municipal do Porto, pp. 440-460.

RIBEIRO, Orlando (1941) – *Cultura do milho, economia agrária e povoamento.* «Revista Biblos», Tomo XVII, Coimbra: Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, pp. 645-663.

____ (1987) – *A Formação de Portugal.* Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.

____ (1991a) – *A cultura do milho e a disseminação do povoamento em Portugal.* In RIBEIRO, Orlando – *Opúsculos Geográficos – O Mundo Rural,* IV vol. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 191-192.

____ (1991b) – *O Milho, A Vida Rural e a Expansão Portuguesa.* In RIBEIRO, Orlando – *Opúsculos Geográficos – O Mundo Rural,* IV vol. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 193-206.

____ (1991c) – *Brandas e Inverneiras em Castro Laboreiro.* In RIBEIRO, Orlando – *Opúsculos Geográficos – O Mundo Rural,* IV vol.. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 251-256.

____ (1991d) – *Montanhas Pastoris de Portugal, Tentativa de Representação Cartográfica.* In RIBEIRO, Orlando. – *Opúsculos Geográficos – O Mundo Rural,* IV vol. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 257-272.

____ (1991e) – *Aglomeração e dispersão do povoamento rural.* In RIBEIRO, Orlando – *Opúsculos Geográficos – O Mundo Rural,* IV vol. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 299-316.

____ (1991f) – *Novas Contribuições para o estudo do povoamento de Portugal.* In RIBEIRO, Orlando – *Opúsculos Geográficos – O Mundo Rural,* IV vol.. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 317-355.

____ (1991g) – *Aldeia: Significação e Tipos.* In RIBEIRO, Orlando – *Opúsculos Geográficos – O Mundo Rural,* IV vol.. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 357-364.

____ (1991h) – *Villages et Communautés Rurales au Portugal.* In RIBEIRO, Orlando – *Opúsculos Geográficos – O Mundo Rural,* IV vol. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 373-387.

____ (1991i) – *Notas de Leite de Vasconcelos acerca da vida comunitária em Portugal.* In RIBEIRO, Orlando – *Opúsculos Geográficos – O Mundo Rural,* IV vol., Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 390-396.

____ (1991j) – *Povoamento e usanças comunitárias no Barroso.* In RIBEIRO, Orlando – *Opúsculos Geográficos – O Mundo Rural,* IV vol., Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 397-406.

____ (1992) – *Geografia e Civilização. Temas Portugueses.* Lisboa: Livros Horizonte, 3.ª ed., Lisboa.

____ (1995) – «A Montanha». In RIBEIRO, Orlando – *Opúsculos Geográficos – Estudos Regionais,* VI vol. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 292-294.

____ (1998) – *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico.* Lisboa: Liv. Sá da Costa, 7.ª edição.

____ (2001) – *Introduções Geográficas à História de Portugal, Estudo Crítico,* «Col. Humanismo e Ciência», 2.ª ed.. Lisboa: Ed. Sá da Costa.

RIBEIRO, Orlando & LAUTENSACH, Hermann – *Geografia de Portugal.* DAVEAU, Suzanne – «organização, comentários e actualização»: 1987 – vol. I; 1988 – vol.II; 1989 – vol. III, 1991 – vol. IV. Lisboa: Edições João Sá da Costa.

ROCA, Maria Nazaré (2000) – *Migração de regresso e desenvolvimento rural sustentável: um estudo de caso no Alto Minho. In* «Revista GeoInova», n.º 1. Lisboa: Departamento de Geografia e Planeamento Regional, Universidade Nova de Lisboa, pp. 33-50.

ROCA, M. Nazaré & MARTINS, Fernando (1999) – *Emigração, Regresso e Desenvolvimento no Alto Minho.* In *Actas VI Encontro Nacional da A.P.D.R. – Regiões e Cidades na União Europeia. Que Futuro*? Braga: Escola de Engenharia e de Gestão, Universidade do Minho, 17 p.

ROCHA PEIXOTO (1903) – *A Pedra dos Namorados.* «Revista Portugalia – Materiaes para o estudo do povo portuguez», Tomo I, Fascículos 1 a 4, pp. 807-809.

____ (1907) – *O Traje Serrano (Norte de Portugal).* «Revista Portugalia – Materiaes para o estudo do povo portuguez», Tomo II, Fascículos 1 a 4, pp. 360-448.

ROCHA, Manuel Inácio F. (1984) – *Uma Visita à Várzea.* «Boletim Cultural do Centro de Estudos Regionais de Viana do Castelo». Viana do Castelo: Centro de Estudos Regionais, pp. 74-80.

RODRIGUES, Cristina *et al.* (1978) – *O Entre Cávado e Minho, Cenário de Expansão Senhorial no Século XIII.* «Revista da Faculdade de Letras», IV Série, n.º 2. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, pp. 399-439.

RODRIGUES, Manuel (1987) – *Os Baldios.* «Colecção Universitária», vol. XXV. Lisboa: Ed. Caminho.

RODRIGUES, Maria João & OLIVEIRA, Neves, *org.* (1994) – *Políticas de Reestruturação, Emprego e Desenvolvimento Regional.* Lisboa, Instituto de Emprego e Formação Profissional.

RODRIGUES, Pe. Aníbal (1981) – *A Cultura Dolmética e Castreja em Castro Laboreiro.* In «Actas do 1.º Colóquio Galaico-Minhoto», II vol. Ponte de Lima: Associação Cultural Galaico-Minhota, pp. 281-286.

____ (1985) – *Pontes Romanas e românicas de Castro Laboreiro.*Melgaço: Biblioteca Municipal de Melgaço.

RODRIGUÉS CALDO, Maria José (1979) – *Crises Agrárias e Emigração na Galicia do século XIX*, Santiago de Compostela.

ROSSI, Maria I. Carzolio (1988) – *Participación monastica en el control de la repoblación. El monasterio de San Salvador de Celanova.* «Cuadernos de História de España», Tomo LXX. Buenos Aires, pp. 5-59.

RUMBAO, Alfredo Cid (1984) – *Historia de Allariz, Villa y Corte Romanica.* Orense: Diputation Provincial de Orense.

SAMPAIO, Alberto (1885) – *Estudos de Economia Rural do Minho.* «Revista de Guimarães», Vol. 2, pp. 203-231.

____ (1887) – *Estudos de Economia Rural do Minho. In* SAMPAIO, Alberto – *Estudos Históricos e Económicos* (1923), Vol. II. Porto, pp. 208-209.

____ (1923) – *As Vilas do Norte de Portugal. In* SAMPAIO, Alberto – *Estudos Históricos e Económicos – I.* Lisboa: «Col. Documenta Histórica», 2.ª Ed., Vega.

SÁNCHEZ LÓPEZ; F. *et al., coords.* (1993) – *Frontera y desarrollo. El programa transfronterizo de España y Portugal.* Salamanca: Consejo Superior de Investigaciones Científicas (C.S.I.C.).

SANSURJO, Manuel D. (1908) – *Los Caminos Antiguos y el itinerario n.º 18 de Antonino en la Provincia de Orense. Apéndice. – El manuscrito del P. Sarmiento.* «Boletín de la Comisión de Monumentos de Orense», Tomo III. Orense: Museo Arqueoloxico Provincial, pp. 202-208; 236-240; 247-252.

SARAIVA, Clara (1994) – *Contrastes do Alto Minho: A Ribeira e a Serra.* «Cadernos Vianeses», Tomo 17. Viana do Castelo: Câmara Municipal de Viana do Castelo, pp. 173-192.

SARMENTO, João Carlos Vicente (2004) – *Representação, Imaginação e Espaço Virtual: Geografias de Paisagens Turísticas em West Cork e nos Açores.* «Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas». Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e Tecnologia.

SEGURA I MAS, Antoni (1988) – *El Cadastro en Europa in El Cadastro en España – 1714-1906*, 2.º vol. Madrid: Centro de Gestion Cadastral Y Cooperacíon tributária, Ministèrio de Economia y Hacienda.

SERVOLIN, C. (1972) – «L'Absorption de l'Agriculture dans le Monde de Production Capitaliste». In TAVERNIER, Y., *dir., et al – L'Univers Politique des Paysans, dans la France Contemporaine.* Paris: A. Collin.

SERVOLIN, C. *et al., dir.* (1974) – *L'Agriculture dans le Systhéme Social.* Paris: Institut national de la recherche agronomique (I.N.R.A.) SHAW, G. & WILLIAMS, A. (1994) – *Tourism: opportunities, challenges and contradictions in the CE.* In *The European challenge: geography and development in the European Community.* Oxford: Univ. Press.

SILBERT, Albert (1966) – *Le Portugal Meditérranéen à la fin de l'ancien regime XVIIIe siècle – debut du XIXe siècle: Contribution à l'histoire agraire comparée.* Paris (reedição em 1978) – Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica (I.N.I.C.).

____ (1968) – *Le Problème Agraire Portugais au temps des premières Cortès libérales (1821-1823) d'après les documents de la Commission de l'agriculture.* Paris : Fondation Calouste Gulbenkian, Presses Universitaires de France (P.U.F.).

____ (1972) – *O Colectivismo Agrário em Portugal, História de um Problema.* In SILBERT, Albert – *Do Portugal do Antigo Regime ao Portugal Oitocentista.* Lisboa: Livros Horizonte, pp. 215-297.

SILVA, Armando Barreiros Malheiro (1994) – *O Contributo Histórico-Militar do Lindoso para a Restauração, Um Ataque Galego ao Castelo do Lindoso – 1657.* In *Actas do III Colóquio Galaico-Minhoto*, I Volume. Viana do Castelo: Instituto Cultural Galaico-Minhoto, Câmara Municipal de Viana do Castelo, pp. 231-243.

SILVA, Armando Coelho Ferreira (1986) – *A Cultura Castreja no Noroeste de Portugal.* Paços de Ferreira: Câmara Municipal de Paços de Ferreira, Museu Arqueológico da Citânia de Sanfins.

SILVA, L. A. Rebello (1868) – *Memória sobre a População e a Agricultura em Portugal desde a Fundação da Monarquia até 1865.* Lisboa: Imprensa Nacional.

SILVA, Manuel Carlos (1990) – *Comunitarismo: identidade e diferenciação. O caso de uma aldeia do Alto Minho.* In «Cadernos do Noroeste», vol. 3 (1-2). Braga: Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, pp. 205-234.

____ (1991) – *Caso e casos em espaço rural minhoto: o poder doméstico.* «Cadernos do Noroeste», vol. 4 (6-7). Braga: Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, pp. 79-99.

____ (1998) – *Resistir e Adaptar-se. Constrangimentos e estratégias camponesas no Noroeste de Portugal.* Porto: Biblioteca das Ciências do Homem, Ed. Afrontamento.

SILVA, Manuel Carlos F. & TOOR Marga von (1988) – *Camponeses e Patronos numa aldeia minhota.* «Cadernos de Ciências Sociais», n.º 7. Braga: Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, pp. 51-80.

SILVA, Rosa Fernanda Moreira (1983) – *Contrastes e Mutações na Paisagem Agrária das Planícies e Colinas Minhotas.* «Revista Studium Generale – Estudos Contemporâneos», n.º 5. Porto: Ministério da Cultura, pp. 9-115.

____ (1985) – *A Aldeia da Várzea (Serra do Soajo), Situação Actual e Inundação, para breve, da sua Veiga.* «Revista da Faculdade de Letras – Geografia», I Série, vol. I, Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 5-33.

____ (1986) – *Alguns métodos de investigação em Geografia Rural: sua apresentação crítica.* «Separata das I Jornadas de Estudo Norte de Portugal – Aquitânia». Porto: Centro de Estudos Norte de Portugal/ Aquitânia, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

____ (1991) – *Dois Casos exemplificativos da emigração portuguesa desde 1966 à actualidade.* «Revista da Faculdade de Letras-Geografia», I Série, vol.VII. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 5-39.

____ (1996) – *L'agriculture et l'évage dans la région du Minho (Notes et remarques). Campagnes françaises et ibériques de l'Atlantique.* «Col. Recherches Rurales», n.º 2. Bordeaux, pp. 91-116.

____ (1997) – *Parques da Peneda-Gerês e Baixa Limia-Serra do Xurés – Guia da Visita.* In *III Congresso da Geografia Portuguesa.* Porto: Departamento de Geografia, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

SIMÕES, J. Manuel (1995) – *As Regiões de Fronteira Portuguesas: Da Construção ao Recentrar da Periferia.* In *Estudos para o Desenvolvimento Regional e Local*, n.º 43. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, pp. 35-62.

SIRGADO, José R. (1995) – *O Turismo nas Áreas de Fronteira, em Portugal.* In *Estudos para o Desenvolvimento Regional e Urbano*, n.º 43. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, pp. 187-205.

____ (1993) – *Turismos nas Regiões Portuguesas. Contributo para a modelação de um cenário de desenvolvimento e inovação para o final do século.* «Revista INFORGEO». Lisboa: Revista da Associação Portuguesa de Geógrafos, n.º 6, pp. 21-36.

SOARES, Nuno Miguel S. R. (2000) – *O Núcleo Megalítico do Mezio (Arcos de Valdevez).* «Separata das Actas do 3.º Congresso de Arqueologia Peninsular», vol. III – *Neolitização e Megalitismo da Península Ibérica.* Porto, 6 p.

SOARES, Torquato de Sousa (1943) – *Notas para o estudo das instituições municipais da Reconquista.* «Revista Portuguesa de História», Tomo II. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, pp. 321--334.

SOUSA, Tude M. (1907) – *Regimen Pastoril dos Povos da Serra do Gerês.* «Revista Portugalia – *Materiaes para o estudo do povo portuguez»,* Tomo II, Fascículos 1 a 4, pp. 459-652.

____ (1909) – *Serra do Gerez. Estudos, aspectos e paisagens.* Porto: Livraria Chardron.

SYRETT, Stephen (1995) – *Local Development, Restructuring, locality and economic initiative in Portugal.* Aldersho: Ashgate Publishing Ltd.

SUEIRO, Manuel Martinez (1978) – *Fueros Municipales de Orense.* Orense: Publicaciones de la Excma. Diputation Provincial.

TEPICHT, J. (1973) – *Marxisme et Agriculture.* Paris : A. Collin.

TORRES, Casimiro (1949) – *Limites geográficos de Galicia en los siglos IV y V.* «Cuadernos de Estudios Gallegos», Tomo IV, Fascículo XIV. Santiago de Compostela: Instituto Padre Sarmiento, pp. 367-384.

____ (1953) – *La Galicia Romana y la Galicia Actual.* «Cuadernos de Estudios Gallegos», Tomo VIII, Fascículo XXVI. Santiago de Compostela, Instituto Padre Sarmiento, pp. 371-395.

TORRES, Claudio (1992) – «O Garb-Al-Andalus». In MATTOSO, José, *coord.* – «Antes de Portugal», vol. I de *História de Portugal.* Lisboa: Círculo de Leitores, pp. 361-437.

TRANOY, Alain (1981) – *La Galice Romaine, Recherches sur le nord-ouest de la péninsule ibérique dans l'Antiquité.* «Collection de la Maison des Pays Ibériques», n.º 7. Paris: Publications du Centre Pierre, Diffusion de Boccard.

Tratado de Limites entre Portugal e Hespanha, Anexos ao Mesmo Tratado (1895). Lisboa: Imprensa de Libanio da Silva, 30 p.

TRICART, Jean (1994) – *Écogéographie des Espaces Ruraux.* Paris: Editions Nathan.

TRIGAL, L. Lopez, (1984) – *La Frontera como factor geográfico.* In «Actas II Colóquio Ibérico de Geografia». Barcelona: Facultat de Geografia i Història, Universitat de Barcelona, pp. 596-602.

____ (1995) – *La frontera hispano-portuguesa: su caracterización diferencial y problemática territorial.* In *La cooperación de Castilla y León con Portugal. Relaciones Transfronteirizas.* Léon: Cortes de Castilha y León, pp. 15-37.

____ (1997) – *Las redes urbanas de la Raya hispano-portuguesa.* In *Actas Simposium Vilar Formoso, 1996, La articulación territorial de la raya hispano-portuguesa.* Zamora: Fundación Rey Afonso Henriques, pp. 199-205.

TRIGAL, L. Lopez *et al.* (1994) – *La migracion de portugueses en España.* Léon: U. León.

TRINDADE, Maria Beatriz Rocha (1986) – *Do rural ao urbano: o associativismo como estratégia de sobrevivência.* «Revista Análise Social», vol. XXII, n.º 91. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, pp. 313-330.

TRINDADE, Maria José Lagos (1965) – *Alguns Problemas do Pastoreio em Portugal nos séculos XV e XVI.* «Revista Do Tempo e da História». Lisboa: Instituto de Alta Cultura (I.A.C.) e Centro de Estudos Históricos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, n.º 1, pp. 114-134.

RADICH, M.Carlos & Alves, A. Monteiro (2000) – *Dois séculos da Floresta em Portugal.* Lisboa: Ed. Celpa.

VALENTIN, Cabero *et al.* (1994) – *La frontera hispano-portuguesa en el marco de la nueva Europa: la région fronteriza de Salamanca.* Salamanca: Diputation de Salamanca e Universidad de Salamanca.

VALVERDE, José Figueira (1948) – *Una inédita «Descripción del Reino de Galicia»* (1647). «Cuadernos de Estudios Gallegos», Fascículo IX. Santiago de Compostela, Instituto Padre Sarmiento, pp. 136-149.

VARELA, J. M. Vásquez (1993) – *El cultivo del mijo, (Panicum Miliaceum, L.), en la Cultura Castreña del Noroeste de la Península Ibérica.* «Cuadernos de Estudos Galegos», Tomo XLI, n.º 106. Santiago de Compostela: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Instituto «Padre Sarmiento», pp. 65-351.

VASCONCELLOS, J. Leite (1882) – *Uma excursão ao Soajo, Notas Numa Carteira.* Barcelos: Typographia do Tirocinio, 31 p.

____ (1916) – *Uma Excursão a Castro Laboreiro, Notas Numa Carteira.* Porto: Tip. Sequeira, 15 p.

____ (1927) – *De Terra em Terra*, Vol. I. Lisboa: Imprensa Nacional.

____ (1936 e 1942) – *Etnografia Portuguesa,* vols. II e III. Lisboa: Imprensa Nacional.

VAZQUEZ, B. & ARQUERO, A. (1990) – *Les Regions periféricas de la Comunidad ante el desafio del mercado del mercado único.* «Revista Estudos Territoriales», n.º 32. Santiago de Compostela: Departamento de Xeografia, Universidad de Santiago de Compostela, pp. 49-64.

VELOZO, Francisco José (1953) – *Baldios, maninhos e exploração silvo-pastoril em comum (estudo económico, histórico e jurídico*). Braga: Livraria Cruz & C.ª Ltd.ª.

VERCRUYSSE, Jean-Pierre (1999) – *A Cooperação Transnacional, Terceira Dimensão do Desenvolvimento Local.* «LEADER Magazine», n.º 21, pp. 4 a 8.

XAVIER, Bernier (1997) – *Les mutations des espaces ruraux dans les pays en voie de développement.* Paris: Economica.

WACKERMANN, Gabriel & ADELEYE, Olufemi *et al., coords.* (1996) – *Nouveaux Espaces et Systèmes Urbains.* «Série Mobilité Spatial». Paris: S.E.D.E.S.

LIMA INTERNACIONAL: PAISAGENS E ESPAÇOS DE FRONTEIRA

ELZA CARVALHO

CITCEM
CENTRO DE INVESTIGAÇÃO TRANSDISCIPLINAR
CULTURA, ESPAÇO E MEMÓRIA

FCT
Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

U.PORTO
FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DO PORTO

COMPETE 2020

PORTUGAL 2020

UNIÃO EUROPEIA
Fundo Europeu
de Desenvolvimento Regional